A MENTE ESQUERDISTA

AS CAUSAS PSICOLÓGICAS DA LOUCURA POLÍTICA

LYLE H. ROSSITER estudou medicina e psiquiatria na Universidade de Chicago. Serviu por dois anos como psiquiatra no Exército dos EUA. Especializado tanto em psiquiatria geral como forense, por mais de quarenta anos diagnosticou e tratou desordens mentais. Atualmente, nos seus estudos, analisa com interesse especial as patologias de personalidade, suas origens e desenvolvimento. Em função da grande experiência que adquiriu no campo do diagnóstico e tratamento de doenças mentais, Dr. Rossiter é muito requisitado por inúmeros órgãos públicos, tribunais e advogados particulares como psiquiatra forense, já tendo prestado consultoria em mais de 2.700 casos civis e criminais na Justiça dos EUA.

A MENTE ESQUERDISTA

ROSSITER

DR. LYLE H. ROSSITER

A MENTE ESQUERDISTA

AS CAUSAS PSICOLÓGICAS DA LOUCURA POLÍTICA

Tradução de Flavio Quintela

A mente esquerdista – As causas psicológicas da loucura política
Dr. Lyle H. Rossiter
1ª edição – abril de 2016 – CEDET
Título original: *Liberal Mind – The Psychological Causes of Political Madness*

Os direitos desta edição pertencem ao
CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico
Rua Ângelo Vicentin, 70
CEP: 13084-060 – Campinas – SP
Telefone: 19-3249-0580
e-mail: livros@cedet.com.br

Editor:
Diogo Chiuso

Editor-assistente:
Thomaz Perroni

Tradução:
Flavio Quintela

Revisão:
Gustavo Nogy e Diogo Coelho

Capa & Editoração:
J. Ontivero

FICHA CATALOGRÁFICA

Rossiter, Lyle H. (PhD)

A mente esquerdista – As causas psicológicas da loucura política / Dr. Lyle H. Rossiter; tradução de Flavio Quintela – Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

ISBN: 978-85-67394-87-9

1. Ideologias políticas 2. Desordens mentais

I. Lyle H. Rossiter (PhD) II. Título

CDD – 320.5
616.89

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1.Ideologias políticas – 320.5 2. Desordens mentais – 616.89

VIDE EDITORIAL – www.videeditorial.com.br

SUMÁRIO

PARTE III

A Jane e Laura, e à memória de meus Pais.

AGRADECIMENTOS

MEUS AGRADECIMENTOS SINCEROS aos muitos amigos que doaram seu tempo para ler os manuscritos de *A mente esquerdista* em vários estágios de seu desenvolvimento. Eu agradeço grandemente os comentários de Vern Miller, Shaukat Jamal, Harry Schaffner, Curt Danekas e Arthur Biddle, entre outros. Darlene Wingard fez a leitura de revisão do primeiro manuscrito. Minha filha, Laura Rossiter Spicer, fez sugestões especialmente valorosas durante a edição do texto e na supervisão da publicação do livro. Minha maior dívida é para com minha esposa, Jane Ann Rossiter, por suas habilidades excepcionais de edição. Sua insistência para que a linguagem fosse clara, lógica e coerente ajudou imensamente a transformar o que saíra algumas vezes como prosa empolada numa exposição inteligível. É claro que a responsabilidade final pelo produto, com todas as suas falhas e erros, permanece minha.

LHR Jr.

PREFÁCIO

ESTE LIVRO É SOBRE A NATUREZA HUMANA e a liberdade humana, e a relação entre elas. Seu conteúdo é o resultado de meu interesse de toda a vida em saber como funciona a mente. Esse interesse, iniciado na idade de 12 anos, levou-me às carreiras de psiquiatria clínica e forense e ao acesso específico que essas disciplinas fornecem à psicologia humana. As desordens da personalidade têm sido um foco especial desse interesse. Primeiramente na prática clínica, e também nas avaliações forenses, eu tive a oportunidade de estudar a natureza da personalidade e os fatores que afetam seu desenvolvimento. A prática da psiquiatria forense me permitiu um olhar especialmente próximo sobre a maneira com que todas as doenças mentais, incluindo as desordens de personalidade, interagem com as regras da sociedade para a conduta aceitável. Essas regras, tanto as civis como as criminais, definem amplamente os domínios da liberdade humana e as condições que suportam a ordem social.

Historicamente, é claro, as idéias ocidentais sobre liberdade e ordem social vieram de campos bem distantes da psiquiatria: filosofia, ética, jurisprudência, história, teologia, economia, antropologia, sociologia, arte e literatura, entre outros. Mas os trabalhos sobre a mente humana, no tocante à psiquiatria e à psicologia, são necessariamente relevantes a essas disciplinas e às suas instituições sociais derivadas. Este livro é uma tentativa de conectar mecanismos da mente a certas condições econômicas, sociais e políticas, aquelas sob as quais a liberdade e a ordem podem florescer. Embora eu tenha empreendido esforços vigorosos para seguir as pistas da razão, não escrevi este

livro apenas por interesse intelectual. Minha intenção é mais "geradora" que isso, fazendo uso aqui de um dos termos de Erik Erikson. É algo que, de fato, cresceu a partir de uma preocupação profunda com o futuro da liberdade ordenada. Em seus esforços "para formar uma União perfeita," os fundadores da América tinham a intenção, conforme o Preâmbulo da Constituição, de estabelecer a justiça, assegurar a paz, garantir a defesa da nação, promover seu bem-estar geral e proteger as bênçãos da liberdade. Mas o século XX inteiro, e o início do XXI, têm testemunhado ataques incansáveis do esquerdismo a todos esses objetivos e a todos os princípios sobre os quais as liberdades individuais e a ordem social racional estão fundamentadas. Embora eles sejam contundentemente deficientes em termos de substância política, esses ataques têm sido, não obstante, bem-sucedidos na exploração da natureza psicológica do homem para propósitos socialistas. Combater a destrutividade desses ataques requer uma compreensão clara da relação entre a psicologia humana e o processo social. Espero que este livro faça uma contribuição, ainda que mínima, a esse propósito.

L.H. Rossiter, Jr. Fevereiro de 2006

PARTE I

CAPÍTULO 1

A NATUREZA BIPOLAR DO HOMEM

O único caminho a seguir é estudar a natureza humana como parte das ciências naturais, numa tentativa de integrar as ciências naturais com as ciências sociais e humanas. Eu não consigo conceber atalhos ideológicos ou formalistas. A neurobiologia não pode ser aprendida aos pés de um guru. As conseqüências da história genética não podem ser escolhidas por legislaturas. Acima de tudo, e ainda que apenas por nosso bem-estar físico, a filosofia ética não deve ser deixada nas mãos do meramente sábio. Embora o progresso humano possa ser atingido pela intuição e pela força de vontade, apenas o conhecimento empírico de nossa natureza biológica, conquistado com trabalho duro, nos permitirá fazer escolhas ótimas dentre critérios concorrentes de progresso.

— Edward O. Wilson

Visão geral

Este livro oferece um conceito amplo da natureza humana e explora suas implicações para a liberdade individual. A exploração começa com o fato de que o homem possui uma natureza bipolar: um ser humano é uma fonte autônoma de ação, por um lado, mas completamente envolvido em relações com outros através de processos econômicos, sociais e políticos, por outro lado. Sua habilidade de agir de forma independente emerge inevitavelmente de sua habilidade em perceber o ambiente à sua volta e reagir mediante escolhas. Seu parentesco com outros emerge com igual inevitabilidade de seu desenvolvimento como animal inerentemente social.

Dentro desta concepção bipolar eu distingo os elementos biológicos, psicológicos e sociais da natureza humana. Todos os três elementos dão força à iniciativa independente e à cooperação conjunta. A natureza biológica do homem requer ações independentes e conjuntas para suprir as necessidades materiais e produzir os confortos da vida. As naturezas psicológica e social exigem ações independentes e conjuntas para satisfazer às necessidades pessoais e relacionais. Para garantir a segurança física e promover a ordem social, os seres humanos criam certas regras para governar seu comportamento econômico, social e político. Essas regras tornam-se a infra-estrutura da sociedade humana.

Meu propósito neste trabalho é estabelecer uma base biológica, psicológica e social para uma forma particular de sociedade humana – a da liberdade ordenada. Eu busco uma teoria da liberdade baseada na natureza humana e nas realidades da condição humana. A partir desta teoria, ataco o paradigma socialista dominante, o estatismo do bem-estar e o relativismo moral da agenda esquerdista contemporânea, como uma distorção patológica dos instintos sociais normais. No curso deste esforço, noto que todas as influências saudáveis de desenvolvimento do nascimento à maturidade melhoram tanto a autonomia como a mutualidade com outros. Adquirir habilidades ocupacionais e sociais como preparação para a vida adulta numa sociedade livre é algo central para esse desenvolvimento. A competência nessas áreas permite a conquista da responsabilidade individual como uma base necessária para a cooperação voluntária, tanto social como econômica. Eu observo, em contraste, que as políticas invasivas da agenda esquerdista nutrem a irresponsabilidade econômica, a dependência patológica e o conflito social. As razões para esses efeitos destrutivos são expostas ao longo do texto.

Termos iniciais

Algumas idéias básicas orientarão o leitor. Conforme seu uso neste livro, o termo "natureza humana" consiste nas características biológicas, psicológicas e sociais comuns a todos os seres humanos. A liberdade humana consiste na habilidade de se viver como se escolhe,

sob certas restrições necessárias à manutenção da paz e da ordem. Tomadas juntas, as características da natureza humana e as restrições necessárias à ordem social determinam a substância da liberdade humana. Elas são a base para as alegações de liberdade de ação conhecidas como "direitos naturais". A não ser que os seres humanos estejam absolutamente debilitados, eles buscam naturalmente se libertar de outros que possam interferir em sua vida. Como algumas pessoas interferem no equilíbrio social ao cometer crimes ou agir com imprudente descaso pela segurança de outros, a liberdade requer uma ordem que esteja baseada em regras, normas e leis, uma ordem que garanta a proteção e permita a segurança material. A liberdade não pode sobreviver na agressão aleatória ou na indiferença insensível da anarquia.

O Estado de Direito necessário à liberdade consiste nas regras que as pessoas impõem a si mesmas. Elas são escritas e aplicadas por um governo cujo poder é autorizado pelos governados. Mas o poder investido num governo tem um preço: que as pessoas concedam, necessariamente, algumas de suas liberdades para assegurar outras. Esta troca é inevitável; é preciso haver alguma forma de governo, com certo poder sobre as pessoas, para que a liberdade ordenada seja possível.

A liberdade e a ordem social impõem limites uma à outra. Sem restrições à liberdade, a ordem se degenera rapidamente em caos. Onde o poder é capaz de assegurar a ordem de forma quase absoluta, não é possível haver liberdade, apenas opressão. É uma realidade da vida que a pretensão humana por liberdade sempre concorra com as necessidades humanas por proteção e segurança. Para criar uma sociedade racional deve-se encontrar um equilíbrio entre uma liberdade sem lei que permita tudo e uma ordem totalitária que permita nada além do que sua própria tirania.

A chave para resolver esse problema, como bem argumentou Henry Hazlitt, é a cooperação social: os esforços combinados e voluntários de muitas pessoas na busca de objetivos comuns para benefício mútuo (Hazlitt, 1988). É a força integradora essencial na busca simultânea do homem por liberdade e ordem. Para ser efetiva, a cooperação social exige duas virtudes principais dos cidadãos: autonomia e mutualidade. A autonomia é a habilidade de agir livre e independentemente

através de um auto-direcionamento responsável na busca dos interesses próprios. A mutualidade é o desejo de considerar os efeitos das ações de alguém sobre outros e de colaborar voluntariamente com estes na busca de objetivos comuns. O indivíduo que age de forma autônoma e também se dispõe a colaborar com seus semelhantes acredita que tem o direito de perseguir seus próprios e razoáveis objetivos – de ter uma vida própria – em sua busca própria por realizações pessoais. Esta crença o preenche com a força necessária para criar uma vida boa para si mesmo. Sem esta crença ele não entenderá completamente o valor da liberdade, e nem apreciará as exigências para obtê-la. Ele não reivindicará a autoridade – a soberania pessoal – sobre sua própria vida, que é, por direito, sua.

Mas o indivíduo autônomo e colaborativo deve também conseguir governar a si mesmo sem um policial ao seu lado. Ele deve estar disposto a respeitar os diretos de outros e a viver pela regra da lei. Para criar o tecido social do qual dependem a liberdade e a ordem, ele precisa estar aberto a cooperar com outros através de um consentimento mútuo para atingir objetivos compartilhados. Este tecido é vulnerável. Ele não consegue sobreviver ao caos da anarquia. Ele se desfia sob a opressão do coletivismo. As virtudes da autonomia e da mutualidade, e a cooperação que delas advém, depende de sua existência sob a proteção das leis. Essas leis devem ser baseadas nos ideais da liberdade individual e da cooperação social. Governos incapazes de aplicar leis baseadas nesses ideais serão eventualmente culpados de dois pecados: eles desprezarão a autonomia do indivíduo, sobrepujando, dessa maneira, sua soberania pessoal; eles impedirão sua mutualidade, enfraquecendo assim a cooperação social.

Surge então a pergunta: numa sociedade, o conjunto de regras de conduta para assuntos humanos suporta os meios e fins da liberdade ordenada, ou os enfraquece? A análise presente neste livro responde a essa questão levando em conta o paradigma social dominante das sociedades ocidentais contemporâneas. A agenda esquerdista moderna, com suas políticas estatistas de bem-estar, relativismo moral e regulação invasiva, enfraquecem os fundamentos da liberdade, da ordem e da cooperação. Essencialmente socialista/coletivista em seus valores principais, a agenda é fundamentada em grandes equívocos

sobre a natureza e a liberdade humanas. Ela compreende erroneamente a natureza biológica, psicológica e social do homem. Ela compreende erroneamente o desenvolvimento do indivíduo e as influências que promovem a competência adulta e a soberania pessoal. Ela compreende erroneamente a maneira pela qual os humanos se relacionam uns com os outros nos domínios econômico, social e político. Estas compreensões errôneas resultam em políticas destrutivas para a liberdade e para a ordem.

No coração dos defeitos da agenda esquerdista está uma filosofia de coletivismo que ignora a natureza dos seres humanos como indivíduos. Esta natureza não pode ser ignorada sem conseqüências terríveis. Uma análise cuidadosa da natureza e da liberdade humanas revela que uma sociedade pode sustentar a liberdade individual, a segurança econômica e a estabilidade social apenas se seus valores e instituições dominantes forem comprometidos com um individualismo racional, embora não radical: que seja definido pela auto-confiança, pela cooperação voluntária, pelo realismo moral e pelo altruísmo. Essas alegações são o assunto deste livro.

Capacidades básicas

Para uma introdução elementar à natureza psicológica do homem, será útil apelar à experiência comum. É fácil verificar que todos os seres humanos comuns podem fazer o seguinte:

- Escolher entre alternativas.
- Fazer as coisas acontecerem.
- Agir com propósitos.
- Agir com independência.
- Decidir o que é bom e ruim para si mesmos.
- Tomar conta de suas próprias vidas.

Essas habilidades podem ser classificadas:

- Pessoas que conseguem fazer as coisas acontecerem são conhecidas por sua iniciativa.

- Pessoas que conseguem agir com propósitos são conhecidas por sua atuação.
- Pessoas que conseguem agir com independência são conhecidas por sua autonomia.
- Pessoas que são competentes para decidir o que é bom e o que é ruim para si mesmas, e que conseguem tomar conta de suas próprias vidas, são conhecidas por sua soberania pessoal.

A tradição americana de liberdade individual tem afirmado que qualquer um com essas capacidades – escolha, iniciativa, atuação, autonomia e soberania – deve poder viver sua vida como bem desejar. Deve poder vivê-la essencialmente sem a interferência de outros, desde que respeite o direito dos outros a fazer o mesmo. Esta tradição afirma que, desde que a pessoa seja competente, sua soberania – sua autoridade para viver a própria vida agindo de forma autônoma – não lhe deve ser tirada por ninguém: nem por qualquer outra autoridade, e certamente por nenhuma autoridade governamental. Na verdade, o argumento para a liberdade ordenada insiste que os governos devem proteger a soberania individual, e não ameaçá-la. Essa obrigação é uma das funções mais básicas de um governo.

Além desse elemento individual da natureza humana, um elemento relacional é igualmente importante. Seres humanos são animais inerentemente sociais. Eles estão relacionados uns com os outros através de processos econômicos, sociais e políticos. Essas relações emergem naturalmente no curso de seu desenvolvimento da primeira infância à idade adulta. Um ser humano individual nasce com o potencial para tornar-se integralmente humano, mas só percebe esse potencial no curso de suas relações com outros. Essas relações ocorrem primeiramente com aqueles que o criam e mais tarde com outras pessoas de sua comunidade.

Essas observações sobre os elementos ou pólos individuais e relacionais de nossa natureza sugerem que os humanos são animais basicamente "bipolares": eles são, de um lado, fontes separadas e individuais de iniciativa que podem agir com autonomia; mas são, de

outro, criaturas inerentemente relacionais. De fato, está claro que os seres humanos não podem existir, no senso normal, se não se relacionarem uns com os outros, ainda que possuam a capacidade de agir independentemente.

A condição elementar

As capacidades de ação independente e de cooperação voluntária são inerentes à natureza humana. Elas consistem em funções evolutivas com valor adaptativo. O restante deste livro traz um exame detalhado de como essas capacidades operam em domínios econômicos, sociais e políticos complexos. Antes de iniciar essa tarefa, no entanto, será útil revisar as circunstâncias muito mais simples de um indivíduo fisicamente isolado, para evidenciar suas relações consigo mesmo e seu ambiente material. Eu apelo aqui para a história de Robinson Crusoé, em que um indivíduo solitário, como Daniel Defoe imaginou, naufragou e acabou numa ilha deserta, sem outras pessoas.

Pela natureza de suas circunstâncias, as ações de Crusoé deveriam acomodar apenas as condições econômicas, sociais e políticas mais elementares na condução de seus afazeres. Economicamente falando, Crusoé é o único produtor, distribuidor e consumidor de bens e serviços. De uma perspectiva social, ele só pode se relacionar consigo mesmo, já que sua situação não permite nem requer qualquer tipo de relacionamento com outros. E de um ponto de vista político, ele responde somente a si mesmo como única fonte de poder e autoridade em sua vida.

Sob essas condições, Crusoé possui liberdade absoluta para fazer o que quiser. Ele também recebe todos os benefícios e assume todos os riscos de tudo o que faz. Ele só tem a si mesmo para depender no tocante às necessidades materiais de sua existência. Estas realidades simples definem as condições da vida de Crusoé na ilha deserta. A ausência hipotética de outras pessoas nesse cenário de solidão traz os fatos materiais e biológicos de sua existência em foco. Ele precisa acomodar esses fatos ou morrer.

No entanto, além das realidades físicas de sua situação, Crusoé deverá também confrontar as realidades psicológicas que lhe pertencem

como ser humano que é. Ele pode, por exemplo, sentir a necessidade de algum tipo de conexão amigável com animais (assumindo que haja algum) para lutar contra a solidão. Ele pode explorar a ilha para satisfazer sua curiosidade. Ele pode inventar algum tipo de atividade recreacional, criar algum objeto de prazer estético, aprender alguma coisa apenas pela satisfação de conhecer, ou desenvolver alguns rituais de culto.

Para viver o melhor possível sob essas circunstâncias, ele deve confrontar um mundo que inclui suas próprias necessidades e desejos bem como as possibilidades e limitações de satisfação de seu ambiente. Este princípio acaba sendo igualmente válido no caso de Crusoé estar acompanhado de um grupo de pessoas que também estejam engajadas na satisfação de suas necessidades de sobrevivência e conforto.

A moralidade da sobrevivência

Na maioria, se não em todas as suas ações, Crusoé terá de fazer um julgamento de valor sobre as coisas que pretende fazer, se valem o esforço ou não. Ele considerará cuidadosamente os benefícios, o custo laboral e os riscos de suas ações, porque sabe que pode depender apenas de si mesmo. Seus julgamentos e decisões são mais críticos do que se ele tivesse ao menos um parceiro que pudesse resgatá-lo de algum acidente ou de alguma insensatez. Sua responsabilidade por si mesmo cria um padrão de valor com respeito a qualquer ação não trivial a ser tomada por ele.

Este padrão de valor será refletido na construção de uma escala de ações boas ou racionais, e de ações ruins e irracionais, por Crusoé. As boas ações para Crusoé serão aquelas que protegem sua vida e sua segurança, e que aumentam seu conforto. As ações ruins farão o oposto. Para qualquer indivíduo sob circunstâncias parecidas, essas escalas de valores constituem uma moralidade do viver no tocante a si mesmo. Na ausência do desenvolvimento de algumas condições físicas extremamente dolorosas que tornem a vida insuportável, ou de uma desordem mental, um ser humano isolado empreenderá esforços muito vigorosos para sobreviver e para melhorar sua vida. Ele sentir-se-á completamente justificado nesses esforços, pois para ele a

preservação e a melhoria de sua vida são uma coisa inequivocamente boa. Ele assumirá um direito a perseguir a felicidade. É claro, o que cada indivíduo em particular toma como felicidade dependerá de seus próprios interesses e capacidades. Mas, por causa de certas circunstâncias da natureza humana, a idéia de qualquer ser humano sobre o que significa viver bem e ser feliz tem muito em comum com a de outros, vivam eles em isolamento ou em comunidade.

Historicamente, os seres humanos têm feito grandes esforços para assegurar as condições que lhes ofereçam as melhores oportunidades de satisfazer suas necessidades e desejos. Qualquer indiferença prolongada para com essa tarefa leva a um estado de frustração crônica, no melhor caso, e pode terminar em grande sofrimento e morte. Sobre essa realização, os seres humanos desenvolvem naturalmente uma moralidade de segurança material e melhoria de vida baseada nos fatos biológicos e psicológicos mais elementares da vida: suas exigências físicas e desejos emocionais, suas vulnerabilidades a doenças e à morte, seus medos de perda e isolamento, sua busca inata por auto-preservação. Estes são os fundamentos do que os seres humanos de fato percebem como sendo bom e ruim para si mesmos, seja à parte de outros ou em meio a múltiplos relacionamentos com outros. O valor da vida, percebida instintivamente, e sua melhoria, são os fundamentos de todos os códigos morais.

Vida em um grupo

Se uma segunda pessoa, Sexta-Feira, junta-se a Crusoé na ilha e os dois homens começam a interagir um com o outro, então o cenário torna-se muito mais complicado para Crusoé do que para Sexta-Feira. Crusoé não tem mais a liberdade absoluta para tudo o que deseja. Ele deve considerar os possíveis efeitos de suas ações sobre Sexta-Feira, especialmente a possibilidade de efeitos negativos aos quais Sexta-Feira possa reagir. A não ser que Crusoé descubra uma maneira de dominar Sexta-Feira – o que, por si só, já é um problema –, ele precisa desenvolver alguns acordos mútuos de cooperação.

A nova situação exige arranjos econômicos, sociais e políticos para a condução das relações entre Crusoé e Sexta-Feira. Para serem

efetivos, esses arranjos devem possuir o caráter normativo. Consistem em regras morais e éticas que determinem como duas ou mais pessoas devem se comportar quando fazem alguma coisa com ou para o outro. Para que tenham força normativa, devem ser regras que sejam adotadas por ambas as partes na condução das transações entre elas. Essa última exigência é crítica: ambas as partes precisam estar convencidas da razoabilidade das regras e, se comprometer moralmente a elas. Apenas esse comprometimento pode fornecer uma base para a coordenação pacífica de suas ações. De outra forma, a intimidação baseada na ameaça de violência, a moralidade da máfia, tornar-se-á o princípio político dominante em sua sociedade de duas pessoas.

Essas considerações aplicam-se a grupos maiores de pessoas, não somente a díades. Conforme as transações se tornam crescentemente complexas, as comunidades de muitos indivíduos criam regras para regular seus comportamentos: os costumes, a ética, a moral e as leis que guiam suas condutas. Esses arranjos prescrevem o que é certo e errado sobre as coisas que as pessoas fazem quando se relacionam umas com as outras. São as expressões dos julgamentos de valor mantidos pelas pessoas cujas vidas eles guiam e governam. Regras de conduta não podem, por definição, ser livres de valor. Elas especificam necessariamente quais ações são boas e ruins, desejáveis e indesejáveis, admissíveis e não admissíveis. Servem para limitar o comportamento anti-social, qualquer que seja sua definição. Elas precisam estar baseadas em algum conceito de certo e errado, expressas em princípios éticos e morais mais ou menos explícitos.

O perigo do governo

Se os arranjos informais falharem no controle do comportamento anti-social dentro da comunidade, por quaisquer que sejam as razões, então um sistema formal de leis e um judiciário de algum tipo devem surgir, para garantir a aplicação das leis de conduta, resolver disputas civis entre cidadãos e satisfazer os desejos das pessoas de punir os que agem erroneamente. Mas um sistema de leis aplicáveis autoriza um certo subgrupo da comunidade a controlar o comportamento de seus membros pela violência ou pela ameaça desta. Com este passo,

qualquer coleção de indivíduos entra numa arena potencialmente perigosa da organização social. O perigo está no fato de que o poder agora é concentrado numa agência autorizada a usar a força física. A possibilidade de abuso desse poder é invariavelmente alta.

Quando apenas tal agência possui um monopólio sobre o uso da violência para aplicar regras, isso é chamado de "governo". Os governos sempre declaram que seus propósitos são a proteção dos direitos das pessoas e a manutenção da ordem social. Mas mesmo com a melhor das intenções, eles violam rotineiramente os direitos dos indivíduos e desorganizam a ordem que deveriam proteger. Já que essa desorganização é tornada possível pelo monopólio da força, os problemas mais críticos na teoria política podem ser colocados nas seguintes questões: qual é o domínio da ação humana sobre a qual a violência do Estado pode ser aplicada, e como ela pode ser aplicada contra pessoas que violam as regras do Estado? Qual é o equilíbrio adequado entre a liberdade e as restrições sobre a mesma? Através de quais argumentos os cidadãos capazes de raciocínio moral independente devem ser convencidos de que o uso de força pelo governo é aceitável? As respostas a estas questões, entre outras, determinam a extensão em que a liberdade individual caracteriza a vida na sociedade.

Embora uma voz de liberdade individual ainda seja bastante audível na América moderna, está claro que um viés distintivamente coletivista tem dominado todo o pensamento político ocidental. Este viés é destrutivo para os ideais de liberdade e ordem social, e para o crescimento do indivíduo até a competência adulta. Em vez de promover uma sociedade racional de adultos competentes, que resolvem problemas através de cooperação voluntária, a agenda esquerdista moderna cria uma sociedade irracional de adultos infantilizados que dependem dos cuidados do governo para com eles. Em seus esforços constantes para coletivizar os processos econômicos, sociais e políticos da sociedade, a agenda esquerdista enfraquece os traços de caráter essenciais para a liberdade individual, a segurança material, a cooperação voluntária e a ordem social.

CAPÍTULO 2

REGRAS E RAZÃO

Age, pois, no sentido de tratar a humanidade, seja na tua própria pessoa ou na de qualquer outro, em todo caso também como um fim, nunca apenas como um meio.

— Immanuel Kant

Regras para viver

A natureza do homem e as circunstâncias nas quais ele vive exigem que certas regras sejam impostas sobre a conduta tanto dos cidadãos como dos governos para assegurar as liberdades legítimas, maximizar as perspectivas de satisfação e minimizar a probabilidade de desordem social. Não obstante o peso do relativismo moral nas sociedades ocidentais modernas, é evidente que essas regras devem ter alguma base racional. Elas precisam ser razoavelmente bem fundamentadas na natureza biológica e psicológica do homem, e nas realidades econômica, social e política da condição humana. Elas não podem ser arbitrárias para que tenham alguma utilidade na condução dos assuntos humanos.

Sobre quais bases tais regras podem ser construídas? Uma observação adicional do mundo de Crusoé antes da chegada de Sexta-Feira ajudará a responder esta pergunta. As únicas regras que fazem sentido para um homem em isolamento são aquelas que suportam a vida como algo tão materialmente seguro e pessoalmente satisfatório quanto possível ao seu próprio esforço. Ele pode desfrutar da

liberdade absoluta de fazer tudo o que quiser. Ele não tem a necessidade, e nem a oportunidade, de considerar mais ninguém. Uma vez que não há relacionamentos com outras pessoas, seus esforços para produzir o que ele precisa não terão nenhum efeito econômico, bom ou ruim, em mais ninguém. Pela mesma razão, ele não pode causar um impacto social, bom ou ruim, em ninguém. E uma vez que Crusoé é a única fonte de poder e autoridade em sua vida, não precisa se preocupar com quaisquer arranjos políticos ou sistemas de leis aplicáveis em sua situação; não há outras pessoas por quem ele ou seu uso da força possam ser julgados bons ou ruins, e nem há poderes policiais para aplicar tais julgamentos.

Quando Crusoé passa a interagir com Sexta-Feira, no entanto, as regras de vida são bem diferentes. Certas coisas que cada homem faz afeta o outro, e por isso qualquer ação é uma fonte potencial de conflito. Por compartilharem um ambiente material comum com recursos limitados, e pelo fato de cada um usar esse ambiente para produzir o que necessita, suas ações afetam economicamente um ao outro. Mesmo se ambos forem bastante reclusos, é bem provável que se comuniquem de alguma maneira, e assim afetem-se um ao outro socialmente. No tocante ao surgimento de desacordos, terão de inventar meios para resolver suas diferenças; afetarão, portanto, um ao outro politicamente. Em resumo, a liberdade absoluta não existe mais para Crusoé ou para Sexta-Feira. Para manter a paz, cada um terá que limitar seus atos em algum grau. Eles precisarão de algumas regras para se relacionar um com o outro em atividades em que a cooperação e o conflito são as alternativas essenciais.

O único propósito racional de tais regras é melhorar a cooperação social e reduzir o conflito entre as pessoas que estão interagindo. Não há outra razão para restringir a liberdade individual. É claro, está implícito em tudo isso, que a vida humana em geral, e as vidas de Crusoé e Sexta-Feira em particular, são coisas boas e dignas de preservação. Sem essas hipóteses, todas as discussões sobre regras de vida perdem o sentido, bem como quaisquer discussões sobre moralidade. O suposto valor da vida, refletido no desejo normal de se viver e de se viver bem, é uma base necessária para qualquer moralidade racional, e está ao também implícito em todas as prescrições morais de base religiosa.

Coisas boas e morais

Ações boas ou moralmente corretas tais como cooperação, honestidade, amor, empatia, compreensão, bondade, tolerância, paciência, caridade, respeito pelas pessoas e pela propriedade de outros, e todas as outras virtudes, bem como a segurança e o conforto materiais, são coisas boas e morais, não em algum vácuo existencial, mas em relação à natureza do homem e à condição humana. Similarmente, ações ruins ou imorais como assassinato, violência, roubo, fraude, tortura, indiferença, egoísmo, engano e todos os outros males, bem como a dor e o sofrimento desnecessários, são ruins ou imorais em relação à natureza do homem e à condição humana. Coisas boas produzem variedades de felicidade (gozo, paz interior, contentamento) por causa de seus efeitos sobre a natureza biológica, psicológica e social do homem e da condição humana. Coisas ruins produzem dor e sofrimento desnecessários, pela mesma razão.

Os crimes contra uma pessoa, tais como o assassinato, o estupro ou a agressão, são ruins porque, pela natureza do corpo humano, infligem dor, sofrimento e morte. Os crimes contra a propriedade de alguém, tais como o roubo ou a fraude, são ruins porque, pela condição da natureza do homem, destroem o controle sobre a propriedade que alguém precisa para a preservação e melhoria de sua vida. As injúrias civis (distintas das criminais) – certas formas de negligência, por exemplo – são ruins porque violam as expectativas razoáveis de conduta consciente que as pessoas devem exercer quando vivem na proximidade umas das outras. De forma mais geral, atos bons e ruins, e circunstâncias boas e ruins, são certos ou errados, bons ou ruins, apenas em relação à natureza do homem e às realidades da existência humana.

A Regra de Ouro

Crusoé e Sexta-Feira têm uma opção entre cooperar e combater como modo dominante de se engajarem um com o outro. Se eles escolherem cooperar, e se anteciparem os desacordos que podem surgir em suas interações futuras, então eles concordarão, ao menos tacitamente, em determinar um conjunto de regras pelas quais eles consigam resolver os conflitos, evitar os combates e manter a paz. Reconhecendo

suas vulnerabilidades físicas, cada um concordará em não usar a violência contra o outro. Reconhecendo que suas vidas, segurança e conforto dependem de que cada um deles possua controle sobre coisas materiais como terra, casas, roupas, comida, ferramentas, objetos pessoais etc., eles eliminarão a possibilidade do roubo, da invasão e dos danos intencionais à propriedade do outro. Reconhecendo sua necessidade por previsibilidade em troca das coisas que importam, decidirão honrar certos tipos de acordo entre si, especialmente os que envolvem a transferência de propriedade ou de controle sobre um bem material, e eliminarão as quebras de contrato. Ao reprovar os vários tipos inaceitáveis de ação através do escrutínio e acordo conjuntos, Crusoé e Sexta-Feira podem chegar a um conjunto de regras que suporte a cooperação e que sejam, de comum acordo, respeitadas por ambas as partes.

Embora este cenário de criação de regras seja bastante fantasioso, nós podemos imaginar que algo semelhante a tais esforços deve ter ocorrido historicamente entre as pessoas que viviam em comunidade, e que os princípios éticos das várias civilizações representam a destilação no tempo dos experimentos de arranjos de vida. De fato, o cenário de Crusoé torna-se menos fantasioso se imaginarmos que um outro naufrágio traga mais 98 sobreviventes à ilha. Com Crusoé e Sexta-Feira, a ilha possui agora uma população de 100 fontes individuais de iniciativa. Em suas interações eles gerarão um número praticamente infinito de oportunidades de cooperação e conflito. Os arranjos que escolherem como normativos determinarão se esta pequena coleção de indivíduos tornar-se-á ou não uma sociedade ordenada.

Os novos cidadãos da ilha devem criar regras governando suas ações se quiserem maximizar a felicidade e minimizar o sofrimento. Assumindo para o momento que todos os 100 são pessoas de raciocínio prático, desenvolverão um domínio do comportamento ético e moral consistindo das regras tradicionais e já comumente aceitas pelo homem civilizado: eles honrarão o comportamento cooperativo baseado no respeito mútuo, e excluirão de seu domínio moral tais comportamentos como assassinato, estupro, assalto, agressão, roubo,

furto e fraude, entre outros. Cada pessoa concordará que não se deve – e que não se pretende – cometer quaisquer desses atos contra uma outra pessoa na ilha. Qualquer membro do grupo se submeterá voluntariamente a essas limitações na crença de que todos os outros noventa e nove membros da sociedade farão o mesmo. Esse acordo contribuirá substancialmente para um ambiente de liberdade individual no qual cada membro do grupo esperará viver em relativa segurança física. Além disso, o grupo pode também concordar que cada um de seus membros se disponha a ajudar os outros da maneira que desejar, mas ninguém será forçado a isso ou será punido se optar por não fazê-lo. Esta última regra expressaria uma ética de interesse mútuo, mas não coibiria ninguém diretamente a servir os outros.

Como agente moral prático, cada membro de um grupo de pessoas sensatas perceberá provavelmente que estará melhor caso assine esse contrato social elementar. Ao fazê-lo, ele assume um compromisso com o que se tem chamado de Regra de Ouro, em uma de suas versões, positiva ou negativa. A Regra de Ouro negativa exige que você não faça à outra pessoa aquilo que não deseja que ela faça com você. A Regra de Ouro positiva exige que você trate as outras pessoas da mesma maneira que gostaria de ser tratado por elas, e geralmente implica na ética de ajudá-las e confortá-las, e não somente num pacto de não interferência.

A adoção de ambas as versões desta regra pelo grupo como um todo estabelece uma aliança social básica – um sistema político elementar baseado em princípios morais e éticos – que ajuda a evitar e resolver disputas. Embora a Regra de Ouro não esgote os tópicos da moral e da ética, o fato de que suas variantes cubram muitos milênios e culturas por todo o mundo não é coincidência. A Regra reflete as inclinações naturais e evoluídas das pessoas racionais de viver em grupos sociais cooperativos através do acordo a certas restrições comportamentais.

A perspectiva intersubjetiva

Nesta revisão do cenário da ilha deserta, tem-se assumido que Crusoé e seus colegas são sensatos em sua praticidade moral: são pessoas

que estão dispostas e habilitadas a chegar a um contrato social racional. Certas regras, ou leis de relacionamento, num contrato como tal definiriam comportamentos aceitáveis e inaceitáveis baseadas em princípios morais já estabelecidos e em conseqüências práticas da obediência às regras ou da quebra das mesmas. O domínio da conduta aceitável (ou "legal") incluiria todos os comportamentos que promovem o bem-estar humano ou que sejam neutros em relação a este. Ele excluiria como inaceitáveis (ou "ilegais") todos os comportamentos que são destrutivos para o bem-estar humano, especialmente aqueles comportamentos que violam as pessoas e a propriedade dos indivíduos. Sobre essas premissas, os arranjos sociais são produtos do pensamento racional: eles são derivados logicamente de observações válidas sobre a interação humana e as vulnerabilidades dos seres humanos.

Uma visão complementar do relacionamento humano chamada de perspectiva intersubjetiva sugere uma influência diferente e mais fundamental na evolução dos arranjos para as relações humanas, que vá além das considerações puramente pragmáticas. Este conceito relativamente recente foi elaborado por Stolorow, Seligman, Benjamin, Atwood e outros, e foi antecipado pelas teorias de Erikson sobre a interação biológica e cultural no desenvolvimento humano. A perspectiva enfatiza, entre outras coisas, a capacidade de um indivíduo de "reconhecer" ou apreciar inteiramente a "subjetividade" ou a consciência profunda do outro, ou seja, a habilidade de ver os assuntos através dos olhos de outrem. Esta capacidade está presente em indivíduos maduros que conseguem compreender e identificar-se com o estado mental e emocional de uma outra pessoa: suas esperanças e medos, alegrias e tristezas, triunfos e tragédias, forças e vulnerabilidades, sua competência manifesta e sua infantilidade inata.

Uma capacidade para tal profundidade de apreciação do outro não consiste numa mera realização intelectual dos seres humanos. O reconhecimento consiste, na verdade, numa compreensão empática do que realmente significa ter pensamentos e emoções de vários tipos. Esse tipo de compreensão é uma barreira potencialmente poderosa à agressão contra outras pessoas, em parte porque cria um laço de

compaixão com elas, e em parte porque a identificação do sujeito com os outros faz com que uma agressão contra estes seja sentida como uma agressão contra si mesmo.

Não é surpresa, é claro, que a ausência completa de tal reconhecimento é notória no sociopata, que é completamente indiferente ao estado emocional do outro exceto no tocante às oportunidades de explorá-lo, e que não consegue se identificar com, ou se relacionar com, ou compreender completamente a experiência da dor ou da alegria num outro ser humano. Entre as características notáveis do sociopata está o fato de que ele falha ao se "ligar" a outras pessoas através de uma compreensão emocional das mesmas. É em grande parte a ausência de tal compreensão conectada que permite ao sociopata praticar a violência com suas vítimas numa maneira que o reconhecimento empático considera horripilante.

Intersubjetividade e obrigação

Por sua natureza, e em particular pelo processo precoce de desenvolvimento que a cria, a capacidade de reconhecimento envolve não somente a identificação e empatia para com outras pessoas, mas também uma simpatia por elas. Detalhes relevantes desse processo estão mostrados na Parte II deste livro. Pelo momento, é importante notar que o elemento da simpatia na perspectiva intersubjetiva cria uma obrigação em potencial para com a outra pessoa, aquela de levar sua experiência subjetiva em conta antes de cometer um ato que possa feri-la. O problema da subjetividade da outra pessoa é relevante para o nosso cenário da ilha deserta. Já que qualquer obrigação de levar Sexta-Feira em conta interferiria na liberdade de Crusoé em fazer o que bem deseja, pode ser útil perguntar por que ele não deveria simplesmente matar Sexta-Feira assim que fosse possível. Com Sexta-Feira fora do caminho, afinal de contas, Crusoé poderia retornar à liberdade absoluta de que desfrutava antes da chegada da Sexta-Feira, assumindo que tal liberdade tivesse um forte apelo. É claro que a mesma pergunta poderia ser feita a respeito de Sexta-Feira em relação a Crusoé. Em ambos os casos, cada um dos homens, se ficasse completamente sozinho, poderia desfrutar da

liberdade total no tocante às preocupações com o outro. Nenhuma obrigação onerosa interferiria, e não haveria ninguém para temer na utopia solipsista.

Por outro lado, tanto Crusoé como Sexta-Feira podem decidir contra o homicídio por razões práticas. Assumindo que nenhum dos homens é um recluso dedicado, tanto Crusoé como Sexta-Feira podem rejeitar a idéia de matar um ao outro porque ter uma companhia parece satisfazer mais do que a liberdade absoluta. Outras vantagens potenciais incluem o compartilhamento das cargas da sobrevivência, maior crescimento econômico advindo da divisão do trabalho, e melhor capacidade de defesa contra quaisquer predadores que possam habitar a ilha. Cada uma dessas possibilidades pode ser um argumento contra a eliminação de um provável parceiro.

Estas são apenas considerações práticas, no entanto, e nenhuma delas diz respeito à razão primária pela qual a maioria das pessoas do mundo ocidental não tiraria a vida de um outro ser humano: esta razão, é claro, consiste na aversão moral que sentimos em nos imaginar cometendo tal ato. A pergunta que surge então é por que a maioria de nós tem um sentimento tão forte contra a violência em direção a outras pessoas e por que um tabu desse tipo evoluiu como um dos principais fundamentos da moralidade humana.

De um ponto de vista biológico é certo que os seres humanos, como todos os outros organismos viventes, não estariam neste planeta se alguma tendência inata de evitar matar uns aos outros não estivesse presente em nossos cérebros. O “gene egoísta”, como tem sido apropriadamente chamado, aposta alto em sua própria perpetuação e em não morrer nalgum holocausto genocida, seja deliberadamente ou por descuido. Mas alguma outra base além da vantagem biológica, praticidade econômica ou proscrição religiosa seria certamente interessante, se existir.

A perspectiva intersubjetiva, que pode refletir em si mesma uma salvaguarda evoluída contra o genocídio, sugere uma base possível para o tabu contra ferir outras pessoas que vai além das tradições que geralmente levam o crédito por isso. A base é remete à idéia de reverência

pela vida, de Albert Schweitzer, mas consiste mais especificamente na capacidade de reconhecimento ou de respeito, ou mesmo de reverência, pela "subjetividade" do outro. Esta capacidade reconhece um tipo especial de consciência sobre um outro objeto que o identifica como um ser humano, e não qualquer outra coisa. Reconhecer, neste sentido, é apreciar o fato de que a outra pessoa é um sujeito bastante semelhante, um ser consciente com uma ampla coleção de idéias, imagens, emoções, sentimentos, lutas, expectativas e anseios – e vulnerabilidades – que são tão universalmente presentes nos seres humanos. Com essas observações, segue-se que se você abominar a idéia de infligir dor ou morte sobre si mesmo, então você deve, por identificação e simpatia, também abominar a idéia de infligir dor ou morte sobre seu colega humano, já que ele também é um ser subjetivo que pensa e sente como você. Vista sob esta luz, a perspectiva intersubjetiva reafirma a obrigação moral da Regra de Ouro para com o outro: respeite a outra pessoa como um ser consciente e soberano, como um sujeito independente intitulado ao mesmo tratamento positivo e às mesmas proteções emocionais e institucionais contra danos físicos que você reivindica para si mesmo.

Governo e perspectiva intersubjetiva

A discussão, até o momento, consiste primeiramente em afirmar que a perspectiva intersubjetiva percebe o outro como um ser muito pessoal – um sujeito, ou ego, ou alma – em seu próprio direito; e segundo, que essa percepção leva a uma ligação com o outro através de identificação empática e simpática, incluindo a consciência de sua capacidade de sofrer dor.

Mas a perspectiva intersubjetiva também compreende a soberania pessoal individual, a autoridade sobre si mesmo, e portanto seu direito à liberdade. Esta concepção contrasta fortemente com qualquer visão dos seres humanos que os despersonalize ou os desumanize como meras coisas a serem manipuladas. A atitude de tratar os seres humanos simplesmente como objetos a serem explorados tipifica o sociopata em seus esforços impiedosos para usar os outros como meios para seus fins. A partir de qualquer perspectiva racional, intersubjetiva

ou não, o uso de uma outra pessoa como uma coisa implica num erro moral. E quando esse uso – ou abuso – torna-se suficientemente severo, ele também configura um crime.

Numa escala muito maior, no entanto, os governos também despersonalizam rotineiramente os cidadãos em suas perseguições implacáveis a objetivos políticos. A agenda esquerdista, por exemplo, despersonaliza, e até mesmo desumaniza, os cidadãos quando exalta a bondade de um "todo" abstrato sobre a soberania do indivíduo, que deve assim estar subordinado aos fins coletivos do estado. De fato, para o integrante do governo imerso nos propósitos coletivistas, seres humanos são coisas a serem dominadas; são meros meios para se atingir fins. Apenas a agenda política realmente importa, e não a experiência consciente do indivíduo que ela domina. A indiferença fundamental da agenda esquerdista para com a subjetividade do indivíduo, cuja soberania está enterrada no grande coletivo – "a Vontade Geral", a "Grande Sociedade", ou "a vontade do Povo Americano" – permite que os governos esquerdistas racionalizem manipulações inconscientes sobre as pessoas que fingem servir. Por mais que se pareçam com boas intenções, as operações políticas da agenda esquerdista são essencialmente sociopatas. Há exemplos em vários pontos deste livro.

A perspectiva intersubjetiva e a generatividade

Como já foi notado, e à parte de suas origens em uma proibição puramente moral, a abominação que alguém sente contra ferir o outro tem sua grande força advinda da conexão que se cria através do reconhecimento empático. Erik Erikson antecipou esta atitude em seu conceito de generatividade. (Erikson 1950) O termo denota um conceito de cuidado pelos outros que emerge na fase adulta como uma grande realização do desenvolvimento pessoal. Suas raízes começam na criança que foi amada e compreendida o suficiente a ponto de adquirir uma perspectiva intersubjetiva para com os outros, ou algo bastante semelhante a isso. Seu reconhecimento crescente do outro não é apenas uma compreensão cognitiva de que as outras pessoas são como ele. Em sua forma totalmente desenvolvida ele acarreta um

respeito e um comprometimento moral profundos para com os outros seres humanos. Estas são atitudes que compõem o fundamento da ordem social. De fato, quando esse tipo de respeito e cuidado não faz parte dos ideais de desenvolvimento de uma cultura, então as massas podem ser seduzidas por qualquer agenda política que desumanize o indivíduo para poder dominá-lo ou matá-lo.

CAPÍTULO 3

DEPENDÊNCIA E COMPETÊNCIA NA VIDA EM COMUNIDADE

A única liberdade a que me refiro é a liberdade conectada com a ordem; que não somente existe junto com a ordem e a virtude, mas que não pode existir de maneira alguma sem elas.

— Edmund Burke

A resolução do desamparo

Todos os seres humanos começam a vida num estado de completo desamparo e dependência. Este fato e diversos outros sobre o crescimento e desenvolvimento humano têm implicações profundas na política social. A questão central a esse respeito é até que ponto e de que maneira esse estado inicial de dependência é resolvido durante o curso do desenvolvimento, e até que ponto é substituído por uma auto-confiança competente e consistente com as normas sociais e culturais de uma determinada sociedade. Numa sociedade fundamentada em princípios coletivistas, o desenvolvimento da competência individual na população como um todo deve estar limitado para preservar uma relação dependente e submissa das pessoas para com um governo dominante. *Numa sociedade livre fundamentada nos princípios individualistas, por outro lado, o resultado apropriado do desenvolvimento de uma criança é uma pessoa adulta que é essencialmente auto-confiante: ela é minimamente competente para atuar economicamente, socialmente e politicamente através da cooperação*

voluntária numa comunidade de pessoas semelhantes, sob um governo constitucionalmente limitado. Uma população de tais pessoas é fortemente inclinada, por natureza, a estabelecer regras de convivência que protejam a liberdade individual e os direitos de propriedade, e que ao mesmo tempo garantam a segurança material, a associação social e a regulação da força e da influência entre seus membros.

As restrições da consciência

A transformação de uma criança desamparada e dependente num adulto competente é uma das maravilhas da natureza humana. O processo é imensamente complexo e compreendido apenas parcialmente. Mas está claro que a criança alcança a competência ao se tornar uma pessoa ética e moral bem como alguém com habilidades sociais e ocupacionais. O adulto competente adquiriu:

- Padrões altos de comportamento ético e moral.
- As capacidades auto-regulatórias de uma consciência forte.
- Capacidades instrumentais para trabalhar e se relacionar.
- A habilidade para produzir e cooperar voluntariamente numa comunidade porque deseja, e não porque é forçado por uma autoridade governamental.

As liberdades individuais celebradas na civilização ocidental desde o Iluminismo exigem, para sua preservação, certas proibições éticas, morais e legais sobre a ação humana. Para que essas proibições funcionem, elas precisam ser incorporadas na consciência individual durante o curso do desenvolvimento normal. Esse requisito é criticamente importante. Se espalhados pela população, defeitos sérios no desenvolvimento da consciência e dos ideais éticos, incluindo a "ética do trabalho" da atividade economicamente produtiva, resultam invariavelmente na falência da ordem social. Indivíduos moral e eticamente competentes, em contraste, podem estabelecer mediante acordos e esforços cooperativos, e através do apelo à sabedoria da história, todas as instituições econômicas, sociais e políticas necessárias à sustentação da ordem social e

ao suprimento das necessidades humanas, tanto as materiais como as relacionais. Inclusos nessas instituições estão os sistemas formais de leis e o judiciário, necessários para limitar o comportamento anti-social das pessoas cujas restrições internas estão ausentes ou disfuncionais. Também estão inclusas as funções da comunidade necessárias para o cuidado e a reabilitação de pessoas que não são competentes para cuidar de si mesmas. Esta capacidade inata de cooperação é facilmente observada na vida diária dos indivíduos competentes. Ela constitui a base natural para uma sociedade livre sob um governo limitado. Ela também desmente a alegação coletivista de que os seres humanos, por natureza, necessitam de uma intervenção governamental extensiva para a condução de suas vidas.

Habilidades para viver

Os fundamentos psicológicos que permitem a um indivíduo competente produzir e cooperar são adquiridos no início da infância. Eles consistem em habilidades e atitudes aprendidas para a satisfação de necessidades e desejos normais, e em capacidades adquiridas para a inibição de impulsos patológicos, especialmente aqueles envolvendo inclinações sexuais, agressivas e gananciosas, anseios por dependência, e impulsos de auto-elogio. As capacidades de produção econômica e cooperação social, juntamente com as inibições éticas e morais aprendidas, tornam-se os elementos centrais da habilidade do indivíduo para sobreviver numa vida em comunidade. Habilidades econômicas e sociais acompanhadas de capacidades de inibição, limitação e adiamento de impulsos tornam-se, no conjunto, a infra-estrutura regulatória da comunidade ordenada.

Este conceito é importante. A não ser que seja dominada por uma Gestapo totalitária, a ordem social é uma conseqüência da cooperação, e não da coerção. Mais ainda, a habilidade de uma comunidade de se auto-regular é baseada não em alguns "desejos" coletivos amorfos, mas na habilidade de cada um de seus membros de conduzir a si mesmo, voluntariamente, de acordo com os padrões aceitáveis de comportamento. *É uma questão de caráter psicológico que a sede da responsabilidade administrativa da conduta de cada pessoa possa*

estar somente dentro dela mesma, já que, para qualquer dado indivíduo, seu cérebro – e apenas seu cérebro – é quem cria, mantém e elimina suas próprias crenças, atitudes, emoções e julgamentos de valor, e inicia, sustenta e finaliza todas as suas próprias ações. A "sociedade" não é causa para que um indivíduo faça alguma coisa, ao contrário da idéia de causação social, típica da mente esquerdista. Quando uma pessoa criminalmente motivada rompe as atividades ordeiras de outras 99 pessoas cooperadoras, ela o faz baseada em sua crença de que as chances de se beneficiar disso e sair impune de seu crime excedem as chances de ser pega e punida. É essa avaliação pessoal acontecendo na mente do criminoso, e não alguma avaliação compartilhada numa mente imaginária de grupo, que determina se o crime será cometido ou não.

A força do ego

A habilidade de funcionar adaptativamente sob pressão é algumas vezes descrita como "força do ego". A capacidade de recuperar a competência depois de alguma perda de função devida a uma tensão severa é chamada de "resiliência". Essas habilidades são, por definição, adaptativas e possuem as características de hábitos: elas são tendências duradouras e persistentes a pensar, sentir, comportar-se e relacionar-se de certas maneiras úteis em resposta a certos tipos de eventos. Aptidões que contribuem para a força do ego e para a resiliência incluem uma capacidade normal de observar fatos e raciocinar sobre eles, de invocar a experiência passada para resolver problemas presentes, de tolerar a frustração, de adiar a satisfação presente por recompensas futuras, e de cooperar com os outros numa troca mutuamente benéfica. A força do ego não deve ser interpretada como auto-estima; ela, na verdade, denota a possibilidade de lidar com situações difíceis. A resiliência é a capacidade de lidar com e recuperar a eficiência funcional depois de perdas ou infortúnios sérios ou persistentes.

Essas habilidades contribuem para o que é comumente chamado de caráter, termo que também implica a disposição a agir com honestidade, integridade, responsabilidade, auto-direcionamento e confiança nas interações com outros. Entre outras coisas, pessoas com

um bom caráter tipicamente mantêm promessas e honram contratos, respeitam a soberania de outras pessoas e seu direito de propriedade e, tanto quanto seja possível, assumem a responsabilidade por si mesmas ao prover para suas próprias necessidades e para as daqueles com quem assumiram alguma obrigação voluntária. Pessoas com caráter não fazem reivindicações legalmente executáveis sobre o tempo, o esforço ou os bens materiais de outras pessoas. Elas não se sentem no direito de serem subsidiadas por pessoas com quem não possuem uma relação pessoal ou uma obrigação contratual prévias.

Consciência no indivíduo e na sociedade

Uma sociedade livre funcionará racionalmente, na maioria das vezes, quando as disposições da força do ego, da resiliência e do bom caráter forem típicas de seus membros. Um cidadão com essas disposições conseguirá criar uma boa vida para si mesmo, seguindo as regras para o relacionamento racional econômico e social. Para ser bem-sucedido nesse esforço, ele não precisará de um alto nível de desenvolvimento de sua personalidade. Participar efetivamente numa sociedade livre e ordenada não requer habilidades sociais, charme, sensibilidade ou talento excepcionais, embora tais características pessoais possam somente auxiliar na busca da felicidade.

O que é necessário é um desenvolvimento de nível relativamente alto da consciência e de ideais éticos que compilam um comportamento honroso nas transações econômicas, sociais e políticas. Neste contexto, "comportamento honroso" significa que o modo com que uma pessoa lida com os demais é caracterizado pela honestidade, clareza e integridade ao representar os termos de qualquer transação, juntamente com um comportamento similar ao completar a mesma.

Uma vez que os governos são parte integrante das funções da sociedade, essa exigência de um comportamento honroso aplica-se às representações feitas pelo governo junto aos cidadãos no tocante aos custos e benefícios estimados das políticas propostas, e os custos e benefícios reais das políticas existentes. Por esta definição, no entanto, os governos não se comportam tipicamente de forma honrosa, mas em vez disso operam de modo fraudulento ao apresentar erroneamente, e

de maneira deliberada, os custos e benefícios reais dos programas governamentais. Apesar das alegações contrárias, os governos geralmente falham em obter o consentimento informado das pessoas, se é que se preocupam em obter algum consentimento.

Uma coisa especialmente destrutiva na busca da felicidade humana é o uso, pelo governo, da fraude ou da força física para violar a propriedade, os direitos contratuais e outras liberdades legítimas. O conteúdo e a abrangência dessas liberdades e seus fundamentos na natureza do homem são elaborados em outros pontos deste livro. Pelo momento, vale a pena enfatizar novamente que a destrutividade dos governos cresce a partir da concentração extraordinária de poder, o qual se desenvolve onde quer que eles sejam formados. Isto é verdade tanto quando o poder for tomado pela conquista como quando mantido pela tirania, ou autorizado pela confiança voluntária mas mal orientada do povo que, por ignorância, cede a autoridade indevida aos outros com base na ilusão de um contrato social inválido. Em qualquer um dos casos, os governos tendem inevitavelmente a explorar as massas. Independentemente de quaisquer alegações de propósitos nobres para o bem público, os oficiais do governo agem tipicamente sobre o que concebem ser seu interesse próprio. Mais freqüentemente do que o razoável, eles desprezam o bem-estar de longo prazo das pessoas a quem servem ostensivamente. Por esta razão, o poder do governo deve ser estritamente limitado pela aderência à autoridade constitucional.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O homem vive num mundo onde cada ocorrência é carregada de ecos e memórias do que aconteceu anteriormente, onde cada evento é uma lembrança de outras coisas.

— John Dewey

O povo americano jamais adotará conscientemente o socialismo, mas sob o nome do liberalismo eles adotarão cada fragmento do programa socialista, até que um dia a América será uma nação socialista sem nem saber como isso lhe aconteceu.

— Norman Thomas

O socialismo e a agenda esquerdista moderna

Embora as definições variem em alguns detalhes, o socialismo é tipicamente definido como um sistema de processos econômicos, sociais e políticos no qual se destaca o controle coletivo sobre a propriedade, o investimento e os meios de produção e distribuição. Para todos os propósitos práticos, o termo "coletivo" desta definição denota um governo centralizado, não obstante quaisquer representações idealizadas do contrário. Além desta definição essencialmente econômica, no entanto, o Estado socialista moderno também tende a ser altamente gerencial, tutelar e parental em suas políticas sociais. Uma expressão particular desta tendência é encontrada no termo "Estado terapêutico", um rótulo que enfatiza a natureza intervencionista de programas cuja intenção é claramente curativa. Esforços desse tipo

usam, com freqüência, assistentes sociais para ajudar crianças pobres em suas necessidades de educação especial, socialização e saúde mental. Em outras arenas, campanhas para atingir uma distribuição mais igualitária de riqueza material e para equalizar as disparidades reais ou percebidas de status político e social estão associadas com o estado socialista moderno.

Denominando-se socialistas ou não, as políticas defendidas pela agenda esquerdista moderna são fundamentalmente socialistas em seus efeitos. Os esforços para estabelecer uma propriedade ou gerenciamento governamental das principais funções econômicas e sociais continuam a liderar a escala de prioridades da esquerda. Leis de ação afirmativa injetam a política esquerdista nas decisões de contratação e nas políticas de admissão das faculdades. Um sistema de saúde completamente socializado permanece como um objetivo econômico principal, e a ética do politicamente correto e do multiculturalismo tipifica a intrusão da agenda nas arenas sociais. Regras afetando tanto a conduta econômica como a social nos locais de trabalho são agora algo comum. Todas essas intervenções têm sido instituídas em nome de algum bem coletivo. Todas essas intervenções são controladas por órgãos do governo. Todas são basicamente socialistas em sua natureza e em seu modo de controle.

O significado esquerdista de governar

Esta socialização das funções da vida diária opõe-se diretamente à filosofia da liberdade individual, auto-confiança e cooperação voluntária que prevaleceu durante a maior parte do século XIX nos Estados Unidos da América, e em menor intensidade nos primeiros anos do século XX. O liberalismo clássico era altamente comprometido com o individualismo, em contraste com o comprometimento do esquerdismo moderno com o coletivismo.[1] Sob o esquerdismo moderno, governos em todos os níveis têm assumido o controle sobre um número crescente de funções econômicas, sociais e políticas que estavam anteriormente confiadas a grupos agindo voluntariamente em

1 O autor utiliza, neste parágrafo, um contraponto entre os termos liberalismo clássico e liberalismo moderno no original, pois a esquerda norte-americana se denomina liberal nos dias de hoje. Como o termo não possui o mesmo significado no contexto brasileiro, optou-se por usar o termo "esquerdismo" aqui e em todo o restante da obra – NT.

níveis regionais. Conforme os governos se tornaram mais ativamente tutelares, os governados tornaram-se mais passivos e dependentes. As razões para essa tendência estão relacionadas com o modo pelo qual os cidadãos têm compreendido os governos na era moderna.

As instituições e arranjos de uma sociedade, suas regras principais de vivência, desenvolvem-se gradualmente a partir dos significados atribuídos por seus membros aos processos econômicos, sociais e políticos. Esses processos, nas democracias, evoluem em grande parte pela aprovação do eleitorado e pela política de pressão sobre interesses especiais. Mas a aprovação do eleitorado e o apelo dos interesses especiais são ambas expressões do que o governo significa para os seus cidadãos. *A ascensão da agenda esquerdista ao poder resultou de um significado particular atribuído ao governo pelos povos das sociedades ocidentais, a saber, que o Estado é uma fonte da qual se satisfaz os anseios do povo por formas diversas de cuidado paternal*. Como resposta ao convite dos políticos esquerdistas, as pessoas agora pedem a intervenção do governo em todos os principais setores da vida: creches, educação pública escolar e pré-escolar, educação sexual, regulamentação dos empregos, segurança ocupacional, qualidade e confiabilidade de produtos, ética no local de trabalho, regulamentação da moeda e dos bancos, regulamentação de alimentos e remédios, políticas de saúde, compensação por deficiências pessoais, segurança da aposentadoria etc. Diante do clamor das pessoas, os oficiais do governo têm se tornado administradores do cuidado paternal, da proteção e das indulgências, desde o berço até o túmulo. Os políticos que se identificam com esses anseios e os exploram em forma de legislação e propaganda de campanha têm desfrutado de grande sucesso nas urnas.

Mas o custo da infantilização das pessoas é uma ampla deformação de sua competência. Grande parte da população tem adotado uma dependência infantil dos programas assistenciais do governo. O Estado moderno assumiu o papel de um pai aparentemente benigno, generoso, onipotente e semelhante a deus, que serve como tutor, gerente, provedor e cuidador, tudo em detrimento das pessoas. Nós temos, na verdade, elevado nossos governos ao status paternal na crença de que estaremos em melhor situação se eles cuidarem de nós do que se o fizermos nós mesmos. Deslocamos nossas premissas sobre a condição humana de uma concepção ética e religiosa, de

que devemos alcançar uma boa vida através de trabalho duro e responsabilidades individuais e cooperativas, para uma concepção coletivista e secular da vida, a de uma competição manipuladora pelas recompensas do estado. Em vez de rezarmos para um poder maior pedindo a força e a orientação em nossas lutas pessoais para servir os outros enquanto servimos a nós mesmos, nós imploramos aos nossos legisladores por um lugar no cocho público e esperamos que eles sejam generosos conosco, ao menos na mesma proporção que o são com os outros. A grande arrecadação do governo tem se tornado, de fato, a renda de uma família muito grande cujas crianças competem por indulgências, prontas a protestar a qualquer momento em nome do igualitarismo, bastando para isso que um dos irmãos ganhe mais do que outro.

Esse anseio por ser cuidado, por ser aliviado das responsabilidades da vida adulta, tem sua origem na infância. Ele é satisfeito adequadamente pelas ligações de dependência entre a criança e seus pais. Mas não é satisfeito adequadamente pelas ligações de dependência entre o adulto e o Estado. Assim, a substituição gradual dos anseios de dependência da criança pelas capacitações maduras de auto-confiança competente e cooperação com outros, ao contrário do parasitismo sobre o Estado, é um objetivo crítico de desenvolvimento. O atingimento ou não desse objetivo tem implicações profundas na natureza e extensão do governo de uma dada sociedade.

O desenvolvimento da criança até a competência

A ligação de dependência do cidadão adulto com o governo tem um preço enorme: o crescimento constante do poder dos políticos para gratificar seus constituintes é acompanhado por um crescimento constante de seu poder para dominá-los. Infelizmente, o declínio resultante na liberdade dos cidadãos é gradual o suficiente para evitar que o percebam. Os favores da agenda esquerdista seduzem as pessoas aos poucos, sempre brincando com seus anseios regressivos por indulgências. De favor em favor, acompanhados pela batida constante da propaganda em favor dos direitos, o cidadão é levado a uma concepção crescentemente errônea do papel adequado do governo

numa sociedade livre. Como um molestador de crianças, o político esquerdista adestra seus constituintes até que suas precauções naturais contra a troca de poder por favores se dissolva em reafirmação.

Por que as pessoas se deixam ser tão enganadas? As respostas a essa pergunta podem ser encontradas em muitas áreas: na ingenuidade da criança que persiste quando adulta, no pensamento fantasioso intrínseco à natureza humana, e nas distorções de compreensão que crescem para fora da dinâmica da mente. Apesar da tendência geral a uma percepção progressivamente realista do mundo, as crianças, ao longo de seu crescimento, adquirem facilmente concepções erradas sobre a natureza humana e as realidades da vida humana, sobre a natureza do governo e sobre os processos econômicos, sociais e políticos que caracterizam as sociedades modernas.

Algumas dessas concepções podem ser atribuídas à ignorância simples. Mas outras surgem de processos mentais neuróticos ou irracionais, e não da falta de conhecimento em si. Esses processos irracionais consistem em modos mal adaptados de se pensar, de se emocionar, de se comportar e de se relacionar com os outros. Alguns são caracterizados por inveja e ciúmes, alguns por sentimentos de inferioridade, alguns pela luta por poder, dominação e vingança. Alguns são dirigidos por instintos de criação mal orientados. Outros consistem em percepções paranóicas de vitimização, ou na busca obsessiva de controle e regulação. Alguns são caracterizados por ilusões de grandeza, ou por reivindicações infantis por direitos, indulgências e compensações.

Está evidente, é claro, que qualquer um desses estados mentais potencialmente severos pode romper drasticamente a habilidade de um indivíduo de lidar com os desafios da vida diária. Mas eles podem também afetar suas idéias de uma maneira mais geral; eles podem influenciar suas noções sobre como as pessoas devem se relacionar umas com as outras e quais papéis o governo deve desempenhar na condução dos assuntos humanos. Mesmo quando não é demasiadamente desorganizador, o pensamento irracional pode distorcer as idéias dos cidadãos a respeito de como a sociedade deve ser organizada, quais devem ser as suas regras, e qual valor deve ser atribuído à liberdade individual, à responsabilidade e à cooperação.

Influências prematuras na formação da personalidade são especialmente importantes para a habilidade de pensamento racional de uma pessoa sobre seu mundo e sobre a maneira pela qual as pessoas interagem. Essas influências vêm de muitas fontes, começando nos primeiros anos de vida. Uma criança será afetada, por exemplo, ao observar outras pessoas em suas rotinas de vida. Ela verá diretamente como os indivíduos se relacionam uns com os outros, e com as instituições sociais. Ela observará que alguns são auto-suficientes e cooperativos, alguns são dependentes e manipuladores, alguns hostis e exploradores, e alguns confiáveis e honestos. Ela aprenderá, através de seus pais e professores, sobre como as pessoas se relacionam ao seu mundo. Ela ouvirá as descrições e julgamentos de valor sobre como os outros vivem suas vidas. Ela será instruída a entender o que as pessoas fazem, o que elas pensam, como elas se sentem e o que as motiva. Ela será instruída sobre o que é bom e o que é ruim dentre os hábitos dos seres humanos.

Além dessas influências, as próprias tentativas e erros da criança em desenvolvimento e suas incontáveis interações com outros contribuirão para o atingimento ou não da competência adulta – ou seja, de uma capacidade bem desenvolvida de sustentar-se, de assumir responsabilidade por sua vida e bem-estar, de trabalhar com outros, de agir com integridade moral e de resolver os problemas da vida diária através da cooperação voluntária e sem apelar para a força do governo. A soma de todas as influências durante o curso desenvolvimento da criança determinará se, quando adulta, ela terá adquirido a capacidade da iniciativa pessoal, aprendido a respeitar os direitos de propriedade dos outros, conseguido rejeitar os sentimentos infantis de direitos imerecidos, e crescido no entendimento de que seus atos devem agradar os outros se ela espera uma recompensa por eles.

Assim, a compreensão do mundo pelo indivíduo adulto começa na infância e afeta tanto suas concepções básicas sobre a condição humana como sua habilidade de funcionar como um adulto competente. Essa compreensão também influenciará suas preferências por determinados programas econômicos, sociais e políticos. Sua personalidade, adquirida a partir do cuidado de seus pais e do ambiente de valores e crenças de sua comunidade, terá um impacto sobre sua disposição,

quando adulto, de votar em favor de políticas que maximizem sua liberdade individual e a dos outros de uma maneira consistente com a cooperação social, ou em favor de políticas que confisquem uma grande parte dessa liberdade em troca de promessas governamentais de proteção ou subsídio. Seus votos refletirão suas percepções do mundo, especialmente aquelas que afetam sua compreensão sobre liberdade pessoal, cooperação, responsabilidade e obrigação. Suas percepções influenciarão as políticas sociais através de suas demandas por serviços governamentais. Se a pessoa for mal equipada para funcionar no mercado geral de bens, serviços e relacionamentos, ela pode ficar tentada a tirar vantagem do poder do governo para compensar suas deficiências, à custa dos outros. Ela pode então fazer tentativas persistentes de aumentar o poder do governo até o nível da tirania, incluindo a tirania da maioria. De maneira mais geral, uma vez que pessoas com tais defeitos advogam a favor, administram, beneficiam-se de, ou votam por, programas governamentais, sejam eles esquerdistas ou conservadores, sua psicopatologia afetará a política social.

Aspectos do desenvolvimento: competência

Se tudo correr bem no curso do desenvolvimento de uma criança, o resultado final será um adulto competente. Como já foi notado anteriormente, a palavra competente tem a intenção de descrever indivíduos em quem certas habilidades instrumentais e sociais, junto com certas capacitações para a regulação dos impulsos, das emoções e do comportamento, foram firmemente instaladas na psique, juntamente com a habilidade de cooperar com outros para propósitos construtivos. Essas capacitações permitem um grau relativamente alto de efetividade no atendimento das necessidades próprias, tanto as biológicas como as psicológicas e sociais. Nesse sentido, a competência reflete na habilidade de resolver problemas que caracterizam a vida humana comum. O adulto competente confia em suas próprias habilidades para observar seu ambiente, avaliar seu significado, e responder a tudo logicamente e à luz dos objetivos racionais que tiver em mente, ajustados pelas proibições adequadas da consciência e das restrições da civilidade. Ele pode aceitar prontamente a orientação de outros,

e pode gostar de ser cuidado por períodos relativamente curtos de tempo – quando no meio das férias ou em situações de emergência, por exemplo.

Mas, ao prover para seu próprio bem-estar material e interpessoal, e para o bem-estar daqueles para com quem assumiu responsabilidades, a pessoa competente não tem necessidade de serviços parentais. Embora sempre humanamente falível e vulnerável, e sempre sujeitos a falhas e perdas, seus esforços para tocar sua vida através de sua própria iniciativa são pessoalmente e suficientemente satisfatórios. Em particular, ela não tem necessidade ou desejo de que o governo assuma uma tarefa que é capaz de fazer por si mesma, com ou sem a ajuda de outros. Além de certas funções críticas e muito limitadas do governo, tais como a proteção da propriedade e dos direitos contratuais, a defesa militar contra outras nações, e a coordenação de alguns poucos assuntos que são mais bem regulados se tratados como bens públicos, o homem competente deseja apenas ser deixado em paz pelo governo, para continuar a viver sua vida como bem escolher – enquanto honra o direito dos outros a fazer o mesmo.

CAPÍTULO 5

ALTRUÍSMO E O EGO COMPETENTE

No final das contas, mais do que querer liberdade, eles queriam segurança. Quando os atenienses finalmente não quiseram mais dar à sociedade, mas sim receber dela, quando a liberdade que desejavam era a liberdade da responsabilidade, então Atenas deixou de ser livre.

— Edward Gibbon

Competência e altruísmo

Indivíduos competentes são os que alcançaram as capacidades de autonomia, mutualidade e cooperação. Também alcançaram as capacidades de sentir empatia para com outros, de reconhecer outros, em termos intersubjetivos, e de responder altruisticamente aos outros quando estes estão necessitados ou em sofrimento. A empatia responsiva desse tipo deriva em parte da identificação consciente com outras pessoas: um sentimento de ser fundamentalmente semelhante a outros seres humanos numa maneira que não somente se opõe a qualquer pensamento de feri-los, mas que também nutre compaixão por quem já esteja sofrendo.

A oportunidade de adquirir esta capacidade e então exercitá-la depende de certos valores da sociedade, incluindo o altruísmo genuíno como um ideal moral. Nesse respeito seria razoável esperar que o altruísmo tivesse um papel principal na filosofia do coletivismo, e

ele o tem – em teoria. Mas no mundo da política real, e a despeito da propaganda constante sobre a importância de "dar" aos pobres, a agenda esquerdista sabota o desenvolvimento do altruísmo genuíno nos níveis individual e comunitário, primeiro ao usurpar as atividades caridosas através de programas centralizados de assistência e, segundo, ao enviar uma mensagem nas entrelinhas que na verdade desencoraja o altruísmo individual e comunitário. A mensagem é basicamente a seguinte:

> Você, o indivíduo, e seus vizinhos ao seu redor, não têm que tomar conta das pessoas famintas, necessitadas, doentes, deficientes ou sem teto de sua comunidade, porque nós, seus oficiais eleitos do governo, planejaremos e administraremos os programas necessários a esse propósito a partir de nossos escritórios centrais. Esses programas, projetados por intelectuais, dirigidos por burocratas e financiados pelo seu dinheiro, resolverão as dificuldades em sua área. Os programas já estão em andamento. Conforme continuarmos a assumir as funções assistencialistas que você e seus vizinhos costumavam fazer por si mesmos através de suas igrejas, organizações civis e grupos locais, há alguns avisos para se ter em mente:
>
> Primeiro, não acreditem em críticos que dizem que os programas assistencialistas devem originar-se localmente para serem efetivos, e que somente programas administrados localmente podem fornecer os incentivos, recompensas, acompanhamentos ou relacionamentos necessários para seu sucesso. Mais especificamente, não acreditem que vocês têm que se organizar por si mesmos em grupos locais com esses propósitos, ou coordenar seus esforços utilizando pessoal e recursos locais, ou criar programas próprios adaptados aos problemas especiais de sua comunidade. Nada disso é necessário. Com nossos planos e programas genéricos e nossa dedicação ao bem-estar da sua comunidade, nós do governo tomaremos conta de todos os seus problemas a partir de nossos escritórios.
>
> Segundo, vocês não precisam tentar reabilitar as pessoas de sua comunidade que não conseguem tomar cuidado de si próprias. Nós subsidiaremos suas deficiências por um período indefinido. E, falando

sobre esse problema, não acreditem em críticos que alegam que nossos programas governamentais apenas alimentam os famintos mas falham em ajudá-los a conquistar uma auto-confiança suficiente para que alimentem a si mesmos.

Terceiro, não se preocupem por nossos programas assistencialistas roubarem de vocês as oportunidades de se sentirem bem consigo mesmos por ajudar os outros, ou por enfraquecerem o sentimento aprimorado de comunidade que vocês adquirem quando ajudam os outros conjuntamente. Não se preocupem pelo fato de sua comunidade tornar-se menos coesiva sem as atividades compartilhadas de caridade que reafirmam os laços da cooperação social.

Acima de tudo, não acreditem nos críticos quando eles dizem que nós queremos, na verdade, manter vocês, sua comunidade e os necessitados dependentes dos serviços do governo como um modo de manter o nosso poder. Essa alegação é grosseiramente injusta. Nós jamais tivemos tais motivos. Somos seus oficiais do governo, e desejamos apenas ajudá-los ao tomar conta de todos esses problemas com os quais vocês não conseguem lidar sozinhos.

As intromissões do assistencialismo governamental

Essas mensagens implícitas à população como um todo, combinadas com a evidente intromissão do Estado nas funções locais de assistência social, enfraquecem o entendimento da sociedade sobre o altruísmo tanto como um ideal moral a ser colocado em prática através da ação individual e cooperativa quanto como uma realização evolutiva com efeitos importantes sobre a identidade pessoal e a harmonia social. O fato de que qualquer programa assistencialista já iniciado e conduzido pelo Estado não possa ser iniciado e conduzido por indivíduos em suas comunidades causa uma concorrência desleal com a análise, a escolha e o comprometimento locais. As iniciativas necessárias para resolver problemas de bem-estar social onde existem – consciência das necessidades locais, análise dos tipos de serviços necessários, planos para programas reparadores, inovações para problemas especiais, coordenação local de tempo, esforço e financiamento – todas essas iniciativas, bem como os esforços persistentes dos

cidadãos locais para sustentar seus programas no decorrer do tempo, são antecipadas por agendas centralizadas de assistencialismo.

Ao perseguir essas agendas o Estado prejudica o desenvolvimento de atividades altruísticas no nível mais local, impedindo assim uma das principais formas de cooperação social, central para a coesão de uma comunidade. Mas, de fato, esse tipo de interferência é típico de todas as intromissões governamentais nos assuntos do povo, não apenas nos programas assistencialistas. Além de seus efeitos destrutivos sobre a questão do altruísmo em si, as iniciativas do Estado sempre diminuem a liberdade dos indivíduos de cooperarem entre si mesmos na solução dos problemas sociais. Dito de forma mais ampla, todas as escolhas feitas pelo Estado, sejam elas envolvidas ou não com programas assistencialistas, são escolhas que um indivíduo e sua comunidade não podem fazer por si mesmos, reduzindo assim sua capacidade de ação, sua autonomia e sua iniciativa. Mesmo se deixarmos de lado a ineficiência, o custo excessivo e os efeitos colaterais sobre os beneficiários de quase todos os programas governamentais, sua presença nas vidas das pessoas degrada a liberdade individual ao interferir com a liberdade de escolha nos níveis individual e comunitário. As regras, regulações e impostos do Estado intrometem-se invariavelmente no tempo, nos esforços, nos objetivos, nas decisões, na paz de espírito e na riqueza material dos cidadãos que estão tentando tocar suas próprias vidas e cooperar uns com os outros voluntariamente.

O ego competente

Infelizmente o altruísmo não é apenas uma das vítimas do Estado coletivista, e não é a mais séria delas. A intromissão extraordinária da propaganda esquerdista nas vidas dos cidadãos interfere com o desenvolvimento mais básico do ego em suas funções centrais de ação, iniciativa, autonomia, soberania, auto-determinação e identidade. No Estado coletivista, a busca do indivíduo por competência, e muito menos um desenvolvimento minucioso de seus dons únicos, não podem ser completamente realizados através do exercício do livre arbítrio, porque as escolhas estatais sobrepujam as escolhas individuais, e porque o Estado, em seus esforços para aumentar a dependência da

população, sempre tem o interesse de limitar a competência. Na medida em que as escolhas do Estado são dominantes, o ego acaba desprovido de confiança, escravizado e apagado. A confiança natural das pessoas jovens na individualidade dentro desses ambientes, mesmo no nível da competência mínima, é frustrada pela missão coletiva. Sob a agenda esquerdista, o coletivismo sobrepõe-se ao individualismo, e a pessoa que não faz parte da elite governamental torna-se e permanece uma parte meramente fungível do todo.

Na ausência dessa supressão, no entanto, e com a quantidade adequada de amor e orientação nos anos de formação, o curso natural do desenvolvimento humano é o florescimento do ego bipolar: atingir as capacidades de coexistência para a ação autônoma a serviço da auto-realização, de um lado, e comportar-se de forma altruística a serviço da ordem social, do outro. A emergência da competência madura nesses casos afortunados permite a absorção solitária na busca das escolhas próprias, mas também um engajamento colaborativo e uma preocupação caridosa com a vida dos outros. A busca da auto-realização através do trabalho numa sociedade livre quase sempre resulta em benefícios para os outros, uma vez que os esforços de alguém para gratificar a si mesmo pessoalmente ou financeiramente resultam em bens e serviços que também gratificam seus clientes. Nos locais onde o Estado protege a liberdade individual em geral e os mercados livres em particular, o auto-interesse e o interesse nos outros estão unidos.

Entre esses dois pólos estão um número infinito de variações da natureza e propósito das relações individuais e com os outros. A proporção entre o auto-interesse e o altruísmo varia de momento para momento. Um indivíduo competente sempre permanece uma causa única e duradoura de sua própria experiência, com capacidades inatas de consciência, escolha e iniciativa que lhe servem em sua busca por auto-realização. Este pólo de sua natureza humana justifica uma vida vivida em liberdade, que reflita seu exercício da soberania pessoal. Dependendo de seu nível de maturidade, entretanto, ele também se comprometerá voluntariamente com o bem-estar dos outros e descobrirá a recompensa desse comprometimento em seu próprio modo. Desde que não seja perdido no tormento e na disfunção da

ordem mental, ou desencorajado pela mão opressiva do governo, o serviço de caridade provoca um sentimento inerentemente gratificante no adulto maduro, e não uma sensação de fardo. O pólo altruísta da natureza humana, uma expressão racional de um instinto cuidador biologicamente determinado, é um dos pilares da ordem social.

Um desenvolvimento completo do ego bipolar, com seu senso único de identidade, auto-determinação e relação benigna com outros, pode ser realizado num indivíduo particular somente se fatores adequados de criação, vindos dos pais e da família, forem combinados com fatores culturais e comunitários para facilitar as tendências inerentes dos seres humanos de cuidarem de si mesmos e uns dos outros. Numa sociedade livre, onde o potencial inato para o crescimento da competência é permitido, o resultado natural do desenvolvimento da criança é um adulto auto-direcionado/interdependente que consegue suprir, através de seus próprios esforços ou em cooperação voluntária com outros, todas as necessidades biológicas, psicológicas e sociais relevantes para a condição humana, incluindo as funções de criar filhos num grau semelhante de competência. Esse é o resultado natural do ciclo de vida humano quando permite-se que o mesmo prossiga sob a influência boa a natural dos pais e do suporte cultural e comunitário. A pessoa competente que emerge deste processo pode determinar seus melhores interesses e dirigir sua vida de acordo com eles, enquanto coopera com outros e os beneficia, intencionalmente ou não. Seus impulsos altruísticos a compelem, além do nível de benefício não intencional, a tratar os desafortunados com compaixão.

A força da comunidade

É importante enfatizar aqui que o processo de crescimento até a competência não produz um adulto solitário que é indiferente a seus semelhantes. Por definição, competência implica em capacidades não apenas de auto-determinação, mas também de compaixão. É especialmente importante a tendência encontrada em tais pessoas de simpatizar com aqueles que estão em desvantagem e de oferecer algum tipo de ajuda voluntária a estes, ao menos em algumas ocasiões. Uma discussão mais completa das origens do altruísmo será feita em outra

parte deste livro, onde esta virtude é vista como uma conseqüência natural da experiência do carinho empático dos responsáveis para com a criança e uma expressão de um instinto inato de reciprocidade nos cuidados.

Pelo momento, vale a pena observar que *a combinação de auto-confiança individual, cooperação e serviço caridoso a outros, em indivíduos competentes, é a força da comunidade e a fonte última de segurança para a população desfavorecida. É esta força, entre outras coisas, que é sufocada pela usurpação dos serviços assistencialistas da comunidade a seus membros pelos governos esquerdistas.* Aliviada da coerção destrutiva e do lixo burocrático que caracterizam todos os grandes esforços governamentais para resolver os dilemas dos desfavorecidos, a comunidade de pessoas competentes, sejam elas ricas ou pobres, não somente tomará conta de seus membros em desvantagem mas, ainda mais importante no longo prazo, maximizará as possibilidades de sua restauração ao estado de auto-confiança. Elas atingirão esses benefícios através de programas de reabilitação entregues localmente e compostos de avaliação, tratamento, instrução e suporte, tarefas totalmente além das burocracias do governo. Mais importante: essa comunidade de pessoas sob um governo limitado tenderá a criar crianças semelhantemente maduras, cujo crescimento para a auto-confiança e a preocupação mútua pelos outros não serão abortados pelos convites constantes da agenda esquerdista à dependência.

CAPÍTULO 6

O CARÁTER INATO DA ESCOLHA

A origem da ação – sua causa eficiente, não sua causa final – é a escolha, e a da escolha é o desejo e o raciocínio em vista de um fim.

— Aristóteles

A disputa entre a teoria de um futuro predestinado e a teoria de um futuro livre é uma disputa sem fim. Isto acontece porque ambas as teorias são muito literais, muito rígidas, muito materiais, e uma exclui a outra. Esses opostos são ambos igualmente errados porque a verdade está numa unificação desses dois entendimentos opostos num todo. A qualquer determinado momento todo o futuro está predestinado e existente – dado que nenhum novo fator entre em cena. E um novo fator só pode entrar em cena por parte da consciência e da vontade que dela resulta.

— P.D. Ouspensky

Liberdade e escolha

A habilidade de escolher é inerente à operação da psique humana, aparecendo espontaneamente e logo cedo no comportamento da criança como uma resposta natural ao seu ambiente. Em cada momento de sua caminhada pela vida, e no limite do que é capaz, a criança aborda o mundo com interesse e curiosidade, para explorá-lo, entendê-lo e agir sobre ele. Estas respostas surgem como resultado do processamento de informações sobre seus arredores pelo cérebro. Ele evoluiu até isto para poder sobreviver.

O ato de escolher é inato neste processo, bem como automático e livre, isto é, não impedido, no indivíduo fisicamente normal que não está doente com obsessões, compulsões, fobias, medos paranóicos e outras desordens sérias da mente. Desde a mais tenra infância, a mente varre automaticamente o mundo das circunstâncias físicas e interpessoais, processa informações através de percepção e associação, formula respostas e inicia quaisquer ações que sejam apropriadas aos propósitos já em mente. Seja consciente ou inconsciente, deliberada ou espontânea, a escolha é operativa em cada passo, incluindo a opção de ignorar a realidade de quaisquer circunstâncias imediatas e presentes, ou de dissociar quaisquer elementos do processo perturbadores ou triviais demais para serem relatados à consciência.[2]

A escolha sempre leva em consideração algum tipo de informação, verdadeira ou falsa, relevante ou irrelevante, adequada ou inadequada, sobre a tarefa em questão. Uma escolha particular de uma alternativa em detrimento de outra é determinada por diversos fatores: o nível de consciência e de deliberação da mente no momento, sua habilidade de imaginar novos arranjos de condições e eventos, a influência das experiências passadas, as circunstâncias do ambiente e os objetivos imediatos. A capacidade da mente de processar informações está sujeita a dúvidas e incertezas normais, à ambigüidade de situações reais ou imaginadas, à fadiga e a fatores de excitação, e a questões de precaução e prudência. A avaliação da informação relevante a algum propósito biológico, psicológico ou social, e a produção de uma resposta seletiva a essa informação, é precisamente o que a mente evoluiu para fazer. A capacidade de escolher vem com o pacote, sem custo adicional.

Determinismo, estrito e de outro modo

A escolha é assim determinada no sentido de que é limitada por, e contingente a, fatores que a afetam, e influenciada pelo grau de

2 O meu uso da palavra "escolha" como equivalente à resposta seletiva é intencionalmente amplo. O motorista de um carro está fazendo escolhas constantemente, a maioria quase que automáticas, e ele o faz praticamente sem perceber. O mesmo motorista é capaz de escolhas muito deliberadas e reflexivas, que surgem de raciocínios cuidadosos e conscientes. Assim, nossas idéias intuitivas sobre a escolha são elas mesmas bem amplas. Nós podemos, às vezes, tentar especificar até que ponto uma escolha é feita conscientemente, embora isto seja geralmente muito difícil, e freqüentemente impossível. Mas numa discussão sobre filosofia social, não há razão para estreitar o conceito de escolha no tocante ao grau de consciência ou deliberação com que as escolhas são feitas tipicamente.

consciência de quem escolhe, e sujeita a seus propósitos. Mas a observação cuidadosa – para não mencionar e experiência do dia-a-dia – argumenta contra a idéia de que a escolha é estritamente determinada. De fato, os pesquisadores afirmam sarcasticamente que "animais experimentais sob condições de laboratório altamente controladas farão exatamente o que quiserem". Esta máxima é infinitamente mais verdadeira para os humanos, que geralmente fazem o que lhes comprazem – por escolha – contrariamente a todas as previsões.

Para o observador cuidadoso, na verdade, parece que a escolha é rotineiramente sujeita a influências altamente imprevisíveis, tais como a imaginação e a fantasia, as idéias e pensamentos novos, os impulsos da emoção e do humor, e a instigação de impulsos inconscientes. Até hoje, nenhuma teoria de determinismo estrito conseguiu dar conta das descobertas originais dos cientistas, ou das novas formas dos artistas, ou dos sonhos diários do homem comum, ou ainda da imaginação das crianças. Afirmar que essas criações são as conseqüências estritamente determinadas de eventos passados requer um argumento bastante forçado.

A imaginação, a invenção e a criatividade são, de fato, um lugar-comum do pensamento humano, mas nem o seu conteúdo e nem sua ocorrência no tempo e no espaço podem ser previstos. Sejam mundanas ou sofisticadas, novas idéias, imagens e fantasias ocorrem rotineiramente na mente adulta, tanto quanto as reflexões espontâneas ocorrem na mente da criança: elas "surgem do nada", no jogo livre da mente com ou sem intenção consciente, e freqüentemente sem incitamento. Essas características – espontaneidade, criatividade e originalidade na atividade mental humana em qualquer momento – liberam o pensamento humano dos grilhões do determinismo estrito, mas não do determinismo parcial, e distinguem sua liberdade essencial. De fato, a habilidade da mente humana de combinar suas representações do mundo e de si mesma em novas maneiras introduz uma força variável e imprevisível no universo da causa e efeito.

Determinismo prático, moralidade e liberdade

Refletir sobre o fato de a escolha humana ser livre ou determinada, e sobre até que extensão ela se encaixa em uma dessas classificações,

não é um mero exercício acadêmico. Uma compreensão desses assuntos pode ajudar a entender a dinâmica do comportamento humano conforme sua relação com as regras de convivência da sociedade. Pode ajudar também na compreensão de quanta liberdade uma sociedade concede para que seus cidadãos vivam como desejem e até que ponto essas regras determinam como eles vivem.

Assume-se numa conversa ordinária, por exemplo, que os princípios do determinismo prático aplicam-se nas tentativas de se explicar por que uma pessoa comete um determinado ato numa ocasião particular. Assume-se que uma ação particular é determinada por um jogo intrincado de forças psicológicas: aquelas que compelem à ação – apetites o desejos, por exemplo – e aquelas que inibem a ação, tais como o medo da vergonha ou a culpa ou a punição. Todos os esforços para se explicar o comportamento empregam rotineiramente a linguagem dos objetivos, motivos e emoções, dentre outros processos mentais. Todos esses esforços assumem a lógica do determinismo prático.

Um exemplo desse tipo de explicação pode ser encontrado na análise da responsabilidade criminal, onde geralmente se assume que um homem comete um ato errado por que:

- Ele tem uma consciência, mas ignora suas sugestões no momento da ofensa e faz uma opção deliberada por cometer um ato nocivo, para obter algum ganho criminal;
- Ele tem uma consciência, mas uma doença ou defeito mental a prejudica e o torna incapaz de compreender a nocividade de seus atos, ou de resistir sozinho ao comportamento nocivo, ou ambos;
- Ele não tem consciência e não sente oposições internas a cometer atos criminosos.

Essas explicações implicam que alguns tipos de mecanismos mentais – incluindo o mecanismo da escolha, ou da escolha defeituosa – determinam um ato criminoso, e que entre as causas determinantes está a presença ou ausência de consciência.

Assume-se que o criminoso condenado tem a capacidade mental para ser responsabilizado legalmente por seu comportamento, ainda que na ocasião particular do crime ele tenha escolhido de qualquer forma por cometer um ato nocivo. Do ofensor considerado inocente por razões de sanidade, por outro lado, diz-se ter cometido uma ofensa porque sua doença o impediu de optar por não concretizar um ato nocivo. E assume-se que o sociopata cometeu um crime porque, antes de tudo, ele não desenvolveu uma consciência de oposição aos seus impulsos criminosos. Todas essas proposições estão vinculadas a um determinismo prático. Elas explicam o comportamento criminoso com base nas noções de senso comum de causa e efeito psicológicos.

Essas observações implicam que a capacidade de um ser humano de ter um comportamento ético e moral depende da presença de ideais éticos e morais na psique e das proibições da consciência: ou seja, da presença de restrições duradouras e confiáveis contra o cometimento de atos nocivos, especialmente aqueles atos que surgem de impulsos sexuais, agressivos e aquisitivos. Está claro, de fato, que as experiências da criança durante seus anos de formação determinam se ela adquirirá ou não uma compreensão adequada do certo e do errado, e se desenvolverá ou não um desejo de se comportar de acordo com a lei e com os costumes morais.

Mas isso não é tudo, é claro. É fato conhecido que a vasta maioria das pessoas bem comportadas, das quais se pode dizer que possuem ideais intactos e uma consciência funcional, podem, no entanto, ceder ocasionalmente a tentações e optar conscientemente por fazer algo errado. Talvez esse fato indique que as funções da consciência não são sempre, nem mesmo com freqüência, completamente instaladas após alguns anos de vida adulta. Mas é mais provável que aponte para alguma coisa inerentemente imperfeita na natureza ética e moral do homem, não importando o quão adequada tenha sido sua criação. De fato, dada a susceptibilidade óbvia de todas as pessoas a cometer atos nocivos quando fortemente tentadas por seus próprios anseios e pelas influências, seduções e exortações de outros, é razoável concluir que as funções da consciência podem ser comprometidas por muitos

fatores: as mensagens do momento, os modismos e a propaganda de nossa época, a barragem constante de estímulos que nos tentam a fazer o que não deveríamos. Evidentemente, o fato de que impulsos na direção do egoísmo, hostilidade, sexualidade, inveja e poder, entre outras coisas, busquem sempre a indulgência é parte da natureza humana.

Parece, então, que o confronto entre as forças que levam a escolhas imorais e as forças que limitam as escolhas imorais é afetado não somente pelos ideais e proibições interiores mas também pelos valores dominantes e expectativas da comunidade. A autonomia da consciência tem seus limites. Os valores e expectativas do indivíduo e de sua comunidade estão em algum tipo de relacionamento recíproco uns com os outros: cada um pode inspirar e reforçar, ou corromper e enfraquecer, o outro.

Assim, os valores e expectativas de uma sociedade sobre o que é correto ou justo influencia as escolhas morais do cidadão nas arenas econômica, política e social num determinado momento. *Se a sociedade honra os princípios do individualismo racional, as escolhas do cidadão serão influenciadas pelos ideais de liberdade individual, auto-confiança, responsabilidade pessoal, cooperação voluntária, realismo moral, e respeito pelos direitos e soberania dos outros. Se, por outro lado, a sociedade honra os princípios da agenda esquerdista de coletivismo coercivo, então as escolhas do cidadão serão influenciadas pelos ideais de direitos imerecidos, dependência assistencialista, regulação pelo Estado, relativismo moral e socialização das categorias principais de ação humana*. Essas duas visões diferem drasticamente: numa a sociedade permite que seus cidadãos vivam de acordo com suas escolhas provenientes da iniciativa própria e anuência mútua, noutra o Estado regula a maneira como eles vivem e com quem eles se relacionam. Estas são visões concorrentes sobre a liberdade individual de escolher e cooperar. São visões concorrentes sobre quais valores devem determinar as escolhas do dia-a-dia, e sobre qual vontade, a do indivíduo ou a do Estado, deve prevalecer nos mundos reais da vida cotidiana.

Ameaças intrapsíquicas à liberdade individual

A discussão sobre a vontade humana, se ela é livre ou se é de alguma maneira determinada, tem estado há muito tempo nos círculos intelectuais. O decaimento deste debate tem alimentado questões adicionais sobre a liberdade política dos seres humanos, se esta é possível ou mesmo desejável. B.F. Skinner promoveu o argumento behaviorista radical de que o "reforço" social adequado, ou seja, as recompensas e punições administradas pelo governo, pode determinar uma ordem social harmoniosa. Ele sugeriu que devêssemos ir além das idéias ilusórias de liberdade e dignidade humanas baseadas na soberania individual. O comportamento humano pode e deve ser "moldado" pelos estímulos apropriados, fornecidos pelo ambiente.

Mas essa linha de pensamento interpreta erroneamente a natureza e a condição humanas a partir de todas as perspectivas psicológicas concebíveis. E é certamente óbvio, atualmente, que a concepção de Skinner é bizarra, se não monstruosa, de uma perspectiva política, já que resulta na prescrição de um regime totalitário sob o comando de psicólogos e engenheiros sociais. O fato é que os seres humanos podem (e tipicamente o fazem) perceber diretamente a realidade de sua liberdade e a dignidade de sua própria vida se esses instintos não forem suprimidos por um regime autoritário. A história documenta os esforços heróicos do homem para assegurar as condições necessárias para se desfrutar de ambas essas realidades como direitos naturais. A liberdade é derivada da soberania do indivíduo. A dignidade surge da percepção do valor inerente da vida de alguém. Seres humanos normais não irão – e de fato sua natureza não lhes permite – abrir mão racionalmente de sua liberdade ou dignidade, muito menos por alguma utopia behaviorista imaginária.

Mas os obstáculos reais para a liberdade humana não envolvem dúvidas sobre a liberdade ou o determinismo da escolha e da vontade. As ameaças reais à liberdade são prontamente identificáveis: aquelas de dentro da psique, na forma de problemas mentais, e aquelas de fora, na forma de opressão política e crime comum. As seções mais à frente terão mais a dizer sobre as ameaças à liberdade de escolha e à liberdade individual que surgem de dentro da mente. Essas ameaças

não vêm de um determinismo estrito que substitui a capacidade da mente saudável de criar e inventar, mas de processos patológicos que geram medos e dúvidas irracionais, pensamentos e comportamentos compulsivos, defeitos severos do controle emocional, crenças paranóicas e outras desordens da razão que destroem a capacidade da mente de observar o mundo real das pessoas e coisas, de compreendê-lo e de escolher livremente entre alternativas racionais de propósitos adaptativos. Quando a mente está a tal ponto aflita, então sua liberdade, em qualquer sentido significativo, diminui fortemente ou mesmo desaparece, da mesma forma que a chance de prever suas escolhas ou de avaliar quaisquer determinantes das mesmas. Mentes afligidas com desordens severas não exercitam a escolha livre ou a vontade livre em nenhum sentido ordinário desses termos.

CAPÍTULO 7

COMPETÊNCIA E COLETIVISMO

A humanidade atinge seu melhor quando é livre. Isto fica claro se compreendermos o princípio da liberdade. Precisamos perceber que o princípio básico da liberdade é a liberdade de escolher, algo que muitos têm em seus lábios, mas poucos em suas mentes.

— Dante Alighieri

Por liberdade, então, podemos nos referir somente ao poder de agir ou não agir, de acordo com as determinações do livre arbítrio: ou seja, se escolhermos permanecer parados, assim podemos; se escolhermos nos mover, também podemos. Esta liberdade hipotética é permitida universalmente a qualquer um que não seja um prisioneiro ou esteja acorrentado. Aqui, então, não há espaço para discussão.

— David Hume

Os ideais da autonomia e da cooperação

O ideal da *autonomia pessoal*, evidenciado na capacidade de agir independentemente através da auto-direção responsável, e o ideal da *cooperação social*, evidenciado na habilidade de trabalhar com outros na busca de objetivos compartilhados e para benefício mútuo, são realizações limítrofes no desenvolvimento da criança em direção à competência. Numa sociedade comprometida com a liberdade individual, a responsabilidade individual e a hipótese individual do risco,

e com o interesse de minimizar as ações que abusem das pessoas e de sua propriedade, a ordem social requer que as crianças sejam criadas ao menos com capacidades mínimas de auto-direção e esforço colaborativo.

As expectativas de que os cidadãos maduros tomem conta de si mesmos, sem coagir os outros a essa tarefa, são consistentes com um princípio básico da liberdade: o de que numa sociedade livre ninguém vem ao mundo com uma obrigação legalmente aplicável de tomar conta de outras pessoas que não sejam seus próprios filhos, especialmente de pessoas que jamais conheceu. A cidadania numa sociedade livre não deveria significar um dever legal de cuidar de estranhos: ou seja, um mandado estatutário para que você adote uma ou mais pessoas consideradas merecedoras pelos oficiais do governo.

Mas esses ideais nucleares da liberdade contradizem os princípios básicos da agenda esquerdista. A cidadania nos Estados Unidos da América de hoje significa, entre outras coisas, que tão logo você se torne economicamente produtivo, deverá, sob pena de reclusão, trabalhar por diversos meses do ano para os outros. Esses outros, que você não conhece e com quem você não tem um relacionamento voluntário, incluem as pessoas pobres, idosas, deficientes e desempregadas, bem como criminosos e portadores de outras desordens de caráter, de cujas circunstâncias adversas você não tem culpa. Mas a sua inocência nesses infortúnios é irrelevante na visão da mente esquerdista. A agenda esquerdista exige legalmente que você sustente essas pessoas à custa de seu tempo, esforço, bens e habilidades – à custa, ou seja, de sua liberdade de viver sua vida como deseja.

Esses fatos têm implicações críticas para a criação das crianças e para a impulsão geral do desenvolvimento da criança em um adulto. A sociedade livre, mas legal e moralmente responsável, que honra a soberania de cada cidadão ao proibir que qualquer parcela de seu tempo, esforço, habilidades e bens seja confiscada por outros, recompensa os pais pela criação competente de seus filhos. Uma sociedade dedicada à liberdade e à ordem premia o aprendizado das escolhas responsáveis. A política social coletivista, em contraste, antecipa a escolha individual com inúmeras regulações e proibições, e então

recompensa a incompetência através de seu convite sempre presente à dependência de um governo parental indulgente e super-protetor. O coletivismo reduz drasticamente os incentivos e oportunidades para que as crianças escolham a auto-responsabilidade e a produtividade como ideais fundamentais de desenvolvimento. De fato, a moralidade coletivista implica que você, o cidadão comum, não precisa fazer escolhas racionais que protejam seu sustento ou sua segurança, não precisa garantir sua saúde com um plano médico, e não precisa pagar pela educação de seus filhos ou guardar dinheiro para quando for idoso, porque o governo fará tudo para você à custa de alguém. O coletivismo declara que esses e outros muitos aspectos de seu bem-estar são uma responsabilidade conjunta, mas não as escolhas livres, de inúmeras pessoas que não o conhecem e não têm nenhuma razão para se preocuparem com você.

Os princípios fundamentais do individualismo, por outro lado, protegem sua liberdade de viver como deseja, mas lhe entrega uma responsabilidade moral inevitável: a de providenciar o seu próprio bem-estar, a não ser que você seja ocupacionalmente inválido. A política social minimalista do individualismo racional não o sobrecarregará legalmente com o cuidado de nenhuma outra pessoa a não ser os seus filhos, mas se você escolher ajudar os outros por conta de uma preocupação altruísta, então você poderá fazê-lo (com o consentimento deles) de acordo com o seu coração e sem nenhuma interferência legal. Como já foi notado, no entanto, a capacidade para o altruísmo, expressa em atos caridosos para com os outros, é uma conquista do desenvolvimento que ocupa os postos mais altos da cooperação social. A esse respeito, o comportamento altruísta, embora não seja uma demanda legalmente aplicável, é não obstante um ideal moral dirigido aos outros. Ele complementa o imperativo moral de cada cidadão, o de ter que cuidar de si mesmo.

Escolha e competência

A não ser que seja inválido em virtude de alguma doença da mente ou do cérebro, espera-se que um adulto tenha não somente a racionalidade como também a autoridade para viver como desejar, para decidir

o que é melhor para sua vida dentre alternativas incontáveis. Suas decisões incluem assuntos como o que ele come, quando ir para a cama, o que pode ser injetado em seu corpo, e se deve ou não comprar uma casa, escrever um poema, jogar um jogo ou assinar um cheque. Todas as buscas históricas por liberdade individual e suas revoluções contra a opressão de todos os tipos fizeram crescer a apreciação do homem pelo fato de que ele é, individualmente e por natureza, não somente um fazedor de escolhas, mas também a única fonte adequada de decisões sobre sua própria vida.

Na verdade, os estatutos tutelares formalizam esse entendimento. É razoável assumir, até que se prove o contrário, que um adulto cronológico é a pessoa com mais conhecimento sobre si mesma e a única pessoa com autoridade legítima para administrar sua vida. Para um determinado indivíduo, assume-se que essa autoridade é válida sob a lei, a não ser que algum tipo de incapacidade destrua sua competência para gerenciar seus próprios assuntos o que o torne iminentemente perigoso aos outros. Então, e somente neste caso, uma outra parte, o Estado, pode considerar legitimamente a possibilidade de passar por cima de sua soberania e encarcerá-lo ou forçá-lo a se submeter a um guardião de sua pessoa ou de sua propriedade. Apenas então, através do processo devido, sua autoridade sobre si mesmo pode ser questionada legitimamente e anulada ao ponto de ser privado do controle de seu corpo e de seus bens materiais serem cuidados por um depositário.

Mas, sob a agenda esquerdista, a população como um todo não é tão respeitada. Sob as alegações de cometimento fiduciário ao bem-estar geral, o governo esquerdista arroga consistentemente a si a posição de guardião sobre os cidadãos aptos e soberanos, e então os domina e explora através de suas regulações e taxas, apesar do fato de as pessoas não terem sido adjudicadas incompetentes. As intromissões sem fim do governo sob essa autoridade fraudulenta invadem sempre a soberania do indivíduo competente, restringindo constantemente sua liberdade com regulações obsessivas, e roubando seu tempo, energia, talento e esforço por meio de impostos confiscatórios. Tudo isso é feito sob a ameaça de encarceramento, que, caso resistido, resulta em

ameaças adicionais de danos corporais e morte. Todos os governos esquerdistas modernos, portanto, escravizam em certo grau as pessoas a quem servem. E todas as formas de escravidão, seja por indivíduos ou por governos, são malignas precisamente porque negam a competência do indivíduo, invalidam sua volição e asfixiam suas expressões naturais de liberdade, que consistem nos atos legítimos e soberanos de escolher como viver sua própria vida.

Soberania individual e governo

As oportunidades de escolha na vida diária dependem de inúmeros fatores pessoais e ambientais: habilidades e deficiências, circunstâncias materiais e sociais, condições econômicas e políticas, proscrições religiosas e culturais, e daí por diante. Quaisquer que sejam as condições, bens e riscos particulares com os quais alguém se fortaleça ou se enfraqueça num determinado momento, uma pessoa pode escolher entre alternativas disponíveis somente se sentir-se psicologicamente livre para fazê-lo, e se for realmente livre para fazê-lo por conta de arranjos sociais que permitam a escolha. O sentimento de liberdade é um assunto interior, uma função da psicodinâmica de alguém, de preferência sem os obstáculos de medos e inibições psicológicas. Mas a verdadeira liberdade de escolher entre oportunidades no mundo real, em áreas críticas da vida adulta, depende dos valores e instituições vigentes nas comunidades locais e na sociedade como um todo e, em particular, das políticas do governo nas áreas econômica, social e política.

Quando baseada adequadamente numa filosofia de mérito e merecimento, a sociedade livre promove a realização pessoal baseada no desempenho de um indivíduo em tarefas relevantes e no modo pelo qual ele se relaciona em associações voluntárias. Quando seus esforços não são sufocados pelas políticas do governo, mas em vez disso são livres para florescer tão completamente quanto possível através de escolhas pessoais entre oportunidades do mundo real, a vida do indivíduo torna-se uma história única, escrita conforme ele vive, e reescrita criativamente conforme as demandas do destino. Em pessoas muito talentosas, como observou Erikson, as oportunidades de

realização pessoal dão origem aos gênios criativos da história. Com todas as pessoas, as regras de convivência da sociedade determinam a liberdade com que um indivíduo pode combinar sua dotação genética e o legado de sua infância com os eventos acidentais da vida. Quando essas regras dão-lhe a liberdade de identificar, perseguir e realizar seus sonhos através de seus próprios esforços, a vida que ele cria é sua realização sem igual. A identidade é criada por ele mesmo, trabalhada através de interações voluntárias com os outros.

As palavras da canção – "*I did it my way*" – têm sentido nesse ambiente.[3] Elas não podem ter o mesmo significado sob o esquerdismo moderno. Programas de ação afirmativa, por exemplo, assumem que o recipiente de uma certa raça ou de outra minoria é muito inadequado ou desfavorecido para criar uma vida boa para si mesmo. Em vez disso, ela precisa ser dada pelo Estado. Mas render-se a esse mandato implica num custo alto.

Qualquer programa de ação afirmativa desconecta o cidadão as oportunidades e recursos de sua comunidade, coloca-o numa relação passiva e dependente com os oficiais do governo, enfraquece seus esforços de construir uma identidade própria, e força os empregadores e escolas a se submeterem ao estado. A letra dessa canção seria "Eu fiz da maneira do governo". Enquanto isso, espera-se que aqueles que foram rejeitados pelo programa em favor do recipiente sintam-se bem consigo mesmos por terem de se submeter ao poder do Estado.

O Estado Administrativo

O esquerdismo moderno rejeita, num determinado grau, a competência e a soberania do homem comum e o subordina à vontade dos governos exercidos pelas elites da esquerda. A rendição do mundo ocidental do século XX a esta filosofia é óbvia – e as implicações para a liberdade são ameaçadoras. Mas a história do mundo também documenta as lutas heróicas de seres humanos para escapar de tiranias de todos os tipos, sejam elas impostas pela força bruta e pelo poder declarado de um ditador, ou falsamente justificadas por sofismas econômicos, religiosos ou políticos. A ficção científica da evolução

3 *My Way*, conhecida pela interpretação de Frank Sinatra: "Fiz do meu jeito" – NT.

econômica marxista, a fantasia grandiosa de uma Nova Ordem Mundial, os sonhos utópicos da Grande Sociedade, o mito do imperador divino, todos tiveram sua vez no palco central das tentativas irracionais de legitimar o controle governamental e a negação da liberdade individual. As realidades da condição humana, especialmente a soberania inerente dos indivíduos e suas diferenças inevitáveis de escolha e preferência, provam absurdas todas as doutrinas coletivistas.

Um biólogo racional não transportará uma cabra montanhesa para uma pradaria, declarando uma correspondência entre organismo e ambiente. Um teórico de políticas sociais não criará um ambiente de regras para a ação humana que ignorem as diferenças individuais, os papéis críticos do livre-arbítrio, a moralidade e a cooperação, distorcendo e violando assim a natureza humana, para então anunciar que é chegada a utopia do paraíso dos trabalhadores. É claro, o coletivismo ocidental moderno está aquém dos devaneios psicóticos do comunismo radical. Mas o programa esquerdista ainda nega a propriedade completa do indivíduo sobre si mesmo; nega seu controle soberano sobre sua pessoa e suas propriedades, e declara que uma grande parte de seu tempo, esforço e bens são de propriedade do Estado, para serem redistribuídos aos outros a critério dos oficiais do governo. Sobre esta premissa, a mente esquerdista assume o direito de taxar e regular os cidadãos, mas nega que essas atividades configurem roubo e dominação. Críticas similares aplicam-se às intromissões da agenda esquerdista no mundo dos acordos contratuais e dos relacionamentos sociais. O empreendimento esquerdista inteiro é racionalizado como beneficente, enquanto as pessoas, que perderam a noção da visão original americana de liberdade e responsabilidade individual, são levadas a votar em manipuladores disfarçados de estadistas com propósitos nobres.

As intromissões do governo

Os arranjos econômicos, sociais e políticos de uma sociedade refletem a extensão do intrometimento do governo nos mercados gerais de bens, serviços e relacionamentos, e a liberdade com que seus cidadãos podem assumir a reponsabilidade por suas vidas. É o governo, em

todos os níveis, que tanto pode impedir como proteger a liberdade de alguém trabalhar e se relacionar com os outros como bem quiser. São as políticas do governo, por conta de seus efeitos sobre os custos de se fazer negócios e de se engajar em relacionamentos, que determinam freqüentemente o sucesso ou o fracasso de um empreendimento, seja ele econômico ou social. As oportunidades de escolha individual e de produzir riqueza para a comunidade são limitadas severamente num ambiente econômico carregado com exigências burocráticas do governo, requisitos de salário e jornada de trabalho, regulações de saúde ocupacional, políticas de discriminação no trabalho, obrigações de seguro e de benefícios, restrições de impacto ambiental, mandatos familiares, impostos do Social Security e do Medicare,[4] favoritismo político e violência dos sindicatos, efeitos de cartel e monopólio, manipulação de crédito e de suprimentos monetários, taxas e alíquotas sobre comércio, e impostos sobre vendas, renda e transferência de imóveis.

Proibições sociais e políticas que afetam clubes e organizações privadas baseadas em exclusividades étnicas ou sexuais, em prescrições para discursos politicamente corretos, e em cotas de membresia baseadas em proporções raciais ou étnicas da população geral interferem com as relações voluntárias e competentes e com as associações baseadas na preferência pessoal, no mérito e em interesses compartilhados. Sob estas circunstâncias, o indivíduo comprometido em tocar sua vida da forma que entende ser a melhor, escolhendo as direções de seus esforços econômicos e sociais, e honrando os direitos idênticos de escolha dos outros, sofre limitações desnecessárias à sua liberdade pessoal.

4 Os termos *Social Security*, *Medicare* e *Medicaid* serão usados em diversos trechos do livro, e fazem referência ao sistema federal de aposentadorias (Social Security) e aos aparatos federais de auxílio-saúde, que incluem o programa conhecido como "ObamaCare" (Medicare e Medicaid) – NT.

CAPÍTULO 8

CRIAÇÃO E CULTURA

A criança é pai do homem.

— Wordsworth

O indivíduo em sociedade

Influências familiares, especialmente as que surgem das características de personalidade dos pais, são obviamente críticas para o crescimento e desenvolvimento da criança. Elas refletirão os ideais culturais, valores e proibições mais amplos da sociedade como um todo. Reciprocamente, as instituições de uma determinada sociedade refletirão suas práticas de criação das crianças e sua ênfase relativa em autonomia ou dependência, cooperação ou oposição, moralidade ou imoralidade. É de interesse especial o grau em que todas essas influências forjam uma ética de auto-confiança e responsabilidade pessoal, ou uma expectativa de que o cidadão será tutelado pelo Estado. Estão em risco aqui não somente as regras que afetam a autonomia individual *versus* a dependência do governo, mas também as possibilidades de que um indivíduo escreva a história de sua própria vida. Alguns anos atrás o exército americano exibiu um comercial de televisão convidando os jovens a se juntarem e "Serem Tudo o Que Podem Ser." Não obstante o fato de que o anúncio foi feito por uma agência altamente regimentada do governo, ele apelava para uma grande tradição americana, que em outros tempos e meios pode ter

feito a chamada, “Para o Oeste, Jovens, Para o Oeste!” A filosofia por trás de ambos os chamados é, claramente, a crença na auto realização, a perseguição e realização dos sonhos pessoais de alguém. Se a vida militar ou a fronteira oeste são os lugares para se realizar um sonho específico, é algo aberto ao questionamento, e não a razão desses comentários. Apenas algumas poucas pessoas acharão que a vida altamente estruturada e autoritária das forças armadas são o melhor ambiente para realizar sonhos ou escrever e reescrever as histórias de suas vidas. Mas eu menciono a tradição de “tornar-se tudo o que se pode ser” para enfatizar o fato de que a realização pessoal, para a vasta maioria das pessoas, pode ocorrer apenas numa sociedade livre, ou seja, apenas num meio social que permita as oportunidades máximas de liberdade de escolha.

O auto-interesse irracional do narcisismo

Para antecipar uma objeção ao ideal de realização pessoal, vale a pena desviar o foco brevemente e fazer uma distinção entre os esforços racionais e de interesse próprio para realizar as metas de alguém que persegue a felicidade, de um lado, e o comportamento das pessoas com certas formas de narcisismo patológico, no outro. O narcisista, ou pessoa patologicamente egocêntrica, exemplifica um gênero particular de desordem de personalidade na qual múltiplas capacidades de relacionamento consigo e com outros estão comprometidas. Sua desordem pode não debilitar sua habilidade de funcionar no mercado econômico. De fato, muitas pessoas altamente produtivas são extremamente narcisistas no sentido patológico e ainda assim contribuem demais com a riqueza do mundo, como artistas, inventores, cientistas, empreendedores e outros. A idéia de que o indivíduo é soberano e significativo em seu próprio direito, no entanto, e com o direito de se tornar o que puder com seus próprios esforços, é um assunto muito diferente e não tem nada a ver com a patologia narcisista.

A reivindicação da liberdade em nome da soberania do indivíduo simplesmente reconhece sua existência inegável como um agente de escolha e iniciativa e confirma ainda mais que não há justificativa para essa escravidão por parte de mais ninguém, incluindo um governo.

Os esforços de qualquer cidadão de perseguir seu sonho pessoal enquanto respeitando os direitos iguais dos outros de fazer o mesmo não configura narcisismo, egoísmo ou ganância, mas sim uma expressão do auto-interesse racional consistente com a natureza do homem. Na verdade, numa sociedade livre, o auto-interesse racional recomenda fortemente a consideração pelos outros, já que é do auto-interesse de alguém agradar os outros e servi-los bem. O empreendedor que realiza seu sonho de um império comercial só o faz agradando seus clientes com produtos, ao mesmo tempo em que agrada seus empregados com empregos.

Similarmente, o indivíduo em busca de relacionamentos gratificantes tenta agradar os outros para agradar a si mesmo. O congruência de longo prazo do auto-interesse racional e do interesse comunitário é inerente à condição humana, como Hazlitt argumentou tão energicamente.

Assim, a motivação de se realizar e o comprometimento com a mutualidade combinam-se para satisfazer a natureza bipolar do homem. Tanto a soberania individual como em enraizamento nas relações com outros são integrados na busca pessoal da felicidade, que também beneficia os outros. Muito tempo atrás, Alfred Adler enfatizou o desenvolvimento do interesse social na criança como um antídoto para a busca de poder daqueles que interpretam erroneamente os relacionamentos como oportunidades de dominação, exploração e engrandecimento pessoal. Lembrando-se do significado de competência, então, fica evidente que a meta principal na criação das crianças é o desenvolvimento de um interesse próprio racional que inclua a mutualidade e a cooperação como elementos essenciais. Com esses ideais complementando aqueles da liberdade e da responsabilidade individuais, as tentativas adultas de realização pessoal honram ambas características da natureza humana, a individualidade e o relacionamento social. O crescimento da criança para a competência adulta, que busca o próprio interesse ao mesmo tempo em que respeita os direitos de outros, e que rejeita a exploração de outros através de alegações de falsos direitos econômicos e sociais, é um antídoto poderoso contra a patologia do narcisismo.

Representações mentais precoces

A jornada para a competência adulta começa no desamparo do recém-nascido, cujo cérebro é tão imaturo que mal consegue gerenciar a alimentação, a excreção e o choro. Depois de algumas horas do nascimento o cérebro do recém-nascido pode registrar vagamente a face e a voz da mãe, mas pelo menos por mais alguns meses, ele não gerará nada que lembre uma mente. Uma vez que esse processo comece, no entanto, a transformação mais notável de toda a biologia, o aparecimento de uma personalidade, também tem início.

Não é possível, é claro, conhecer a experiência subjetiva da criança em seus primeiros meses de existência. Suas representações mentais do mundo são sem dúvida vagas, talvez surreais e certamente inexatas. Mas é possível extrapolar para trás a partir de seu comportamento posterior no tocante a brincadeiras e desenhos, de seus relatos de fantasias e sonhos, e da natureza de suas interações habituais com outros, e concluir que, entre o final da fase de bebê e o início da fase ereta, a criança começa a registrar de forma coerente tanto o fato como a natureza de sua existência. Em particular, ela deve, como parte da estruturação de sua psique, criar representações seguras de si mesma e de outras pessoas significativas de sua vida. Ela também representará sua experiência de interações recorrentes com essas pessoas. Através desses processos ela adquire um mapeamento mental mais ou menos coerente de seu mundo, especialmente aqueles eventos envolvendo as relações com seus responsáveis. Estas não são tipicamente representações emocionalmente neutras, mas possuem cargas emocionais intensas, variando desde o terror extremo até a máxima alegria. Quando modeladas em idades muito precoces, também incluem um componente poderosamente visceral; qualquer reativação dessas representações relacionais num momento posterior da vida estimula fortes experiências físicas, e não apenas as emocionais.

Estas observações sobre as funções representacionais precoces da psique têm implicações importantes na participação posterior na comunidade. Essencialmente todas as fases do desenvolvimento da personalidade podem apresentar problemas. As distorções e deficiências resultantes podem ter efeitos altamente inadequados na maneira em

que as pessoas que deles sofrem participarão dos processos econômicos, sociais e políticos. Em grandes quantidades, tais pessoas podem causar efeitos visíveis na política social, não apenas por sua conduta pessoal, mas também através de sua influência na cabine de votação e em pesquisas de opinião, quando criam ou ensinam crianças, e em seus cargos públicos governamentais. Esses efeitos, por sua vez, podem alterar não somente a racionalidade da sociedade como um todo, mas também influenciar gerações futuras de indivíduos e suas concepções de processos sociais. O que fazemos como indivíduos importa quando em grupo. O que fazemos quando em grupo define nossas regras de convivência e o legado de valores de nossa sociedade.

A experiência primitiva

O cuidado de uma mãe com seu filho é seu primeiro e mais primitivo encontro social, uma interação que criará o fundamento para seus relacionamentos eventuais com outras pessoas. Suas primeiras experiências nesse relacionamento influenciam fortemente quais das muitas disposições, adaptativas e inadequadas, ele levará para sua vida adulta. Essas incluem, como exemplo:

- Um otimismo intrépido de que a vida será boa e recompensará seus esforços; ou um pessimismo temeroso de que as circunstâncias o derrotarão eventualmente.
- Autonomia, escolha racional e um sentimento firme de que ele é uma boa pessoa que merece tocar sua própria vida; ou a inibição baseada numa baixa auto-estima incapacitante ou uma convicção de que é inevitavelmente controlado por outras pessoas, poderosas, cruéis e malevolentes.
- Auto-confiança acompanhada de habilidades sociais adequadas para a associação e cooperação com outros; ou padrões duradouros de desamparo, dependência patológica e carência como modo fundamental de vida.
- Preocupação autêntica por outras pessoas baseada na empatia, identificação, mutualidade e compaixão, especialmente com aqueles que estão em desvantagem; ou uma preocupação sincera pelo

> bem-estar dos outros, que mascara esforços essencialmente predatórios de manipulá-los, dominá-los e explorá-los.

Esses exemplos ilustram apenas algumas dentre uma miríade de combinações de atitudes e disposições que o indivíduo em desenvolvimento traz para o seu encontro com o mundo. Imersa numa maré de experiências cognitivas, afetivas e comportamentais durante o curso de seu desenvolvimento, a criança é confrontada com o material interpessoal da vida e as tentativas de dar sentido ao mesmo.

A relação mãe-criança como processo social

A primeira experiência da criança com o mundo na presença de sua mãe é essencialmente econômica, social e política. O bebê recém-nascido protesta contra sua mudança brusca de residência, mas age imediatamente e instintivamente para satisfazer suas necessidades materiais: ele chora, respira, busca o peito e suga-o para satisfazer seu imperativo biológico. Qualquer que seja sua dotação genética, por mais talentoso ou debilitado que seja, ele deve ao menos executar essas ações primitivas para sobreviver. Essas são suas primeiras ações econômicas na busca dos bens econômicos mais básicos. Isto é somente o início, é claro. Debaixo do cuidado de sua mãe, ele expande rapidamente seus desejos por outros bens que não consegue fornecer a si mesmo, especialmente seu toque, seu olhar, sua voz, sua pessoa. Alarga seu mundo cuidadosamente para incluir outras pessoas e coisas. Sua satisfação em vê-lo crescer e prosperar, e a experiência do amor profundo que vem dele, são sua compensação, seu salário, por atender suas necessidades mais essenciais.

Mas conforme o filho cresce, uma mãe sábia cria demandas crescentes sobre o mesmo, para que ele considere suas necessidades e desejos, e não somente as dele, quando busca conseguir o que quer. Ao exigir-lhe certas ações em retorno aos seus serviços, ela resolve gradualmente o seu egocentrismo ao esperar que ele faça trocas, e não que apenas tome dela. Ela o faz consciente de sua pessoa e o instrui nos modos da troca mútua. Ao final dos primeiros 18 meses, suas interações com ela são, ou deveriam ser, uma via de mão dupla, e não uma

doação unilateral. Se elas se tornarem e permanecerem, em sua maior parte, recíprocas, então a criança aprenderá eventualmente a satisfazer suas necessidades e desejos através da cooperação, primeiro com sua mãe e depois com outros nos mercados gerais de bens, serviços e relacionamentos.

A relação mãe-criança não é, no entanto, somente econômica. Ela é também altamente política, um fato evidente em tentativas de ambas as partes de influenciar a outra em alguma direção desejada por persuasão, manipulação, acordos e jogos mentais. O que falta ao bebê em peso e força física lhe sobra em poder vocal e expressão facial. Ele recebe a preocupação materna primária de sua mãe, sua ternura amável e seu imperativo moral praticamente ilimitado para ver o sucesso de seu bebê, não importa qual seja o custo pessoal para ela. Ela, por outro lado, exige – ou deveria exigir – que ele mame, sorria, faça mimo, converse, devolva seus olhares de amor e ajuste-se, da melhor forma que conseguir, às tarefas da mãe de mudar sua posição, atrasar sua alimentação, resfriar sua febre, colocá-lo para dormir, além de permitir que ela também satisfaça suas próprias necessidades. Dentro da díade mãe-filho, política e economia fundem-se em oportunidades infinitas de cooperação e conflito. Além dessa díade, as oportunidades expandem-se rapidamente conforme o mundo do bebê passa a incluir seu pai, os irmãos, a família não nuclear e outros a quem ele pode se voltar e conseguir o que quer por quaisquer que sejam os meios, desde súplicas até manhas, que a família permitir.

Se esta primeira experiência é econômica e política, é certamente social no mais profundo dos sentidos. A sociedade da mãe e seu bebê começa, é claro, nos processos necessários para atender aos imperativos biológicos da vida humana. Mas bebês que são apenas bem alimentados num ambiente fisicamente protegido deixam de prosperar na ausência de um cuidado materno mínimo. A experiência tátil de ser seguro, a imagem visual da face humana, o cheiro do corpo da mãe e o som de sua voz, tudo age para mediar a liberação e a coordenação de alguns humores desconhecidos, mas essenciais, sem os quais a jornada do bebê para a vida adulta, ou simplesmente para a sobrevivência, é prejudicada. Alguma coisa na natureza humana torna as relações sociais um imperativo desde os primeiros dias de vida.

Igualmente importante é o fato de que a qualidade desta experiência materna precoce cria a base para as interações posteriores da criança com a ordem social mais ampla. Um aspecto crítico desta experiência consiste na insistência gradual da mãe para que o bebê a reconheça como um sujeito, e não um mero objeto, e lhe responda como uma pessoa soberana em seu próprio direito, e não apenas como extensão de sua vontade ou como uma serva de seus desejos. É difícil superestimar o significado dos esforços da mãe a esse respeito, porque seu sucesso ou fracasso afetará a capacidade posterior do bebê de se relacionar mutuamente num nível pessoal – num casamento, por exemplo – e cooperativamente com a sociedade como um todo. Estas observações estão ilustradas nos problemas associados com o narcisismo patológico. Os narcisistas tratam os outros como objetos a serem manipulados, não como sujeitos independentes a serem respeitados, e esse tipo de relacionamento pode romper a cooperação efetiva em todos os níveis do empreendimento humano. Este resultado infeliz é evitado, no entanto, na criança que cresceu com uma compreensão de que seus pais possuem suas próprias necessidades e desejos, os quais ela precisa respeitar e acomodar. No curso dessa acomodação, a criança aprende primeiro com os membros da família, e depois com outros, que a negociação para um ganho mútuo, e não o engano ou a ameaça de dano, é o modo apropriado de se relacionar com o mundo.

Há um bônus adicional destas observações: a capacidade de reconhecimento da outra pessoa como um sujeito soberano pode servir como premissa para a igualdade política e como fundamento para a igualdade moral. Neste entendimento, a outra pessoa nunca deve ser usada em desvantagem própria, nem para ganhos pessoais e nem para uma agenda política. Ela deve, em vez disso, ser honrada como uma fonte legítima de ação; deve ser reconhecida como um fim em si mesmo.

Assim, a relação mãe-criança, compreendida aqui como um processo econômico, social e político, trata com assuntos críticos para as regras de convivência da sociedade. O fato de uma criança desenvolver ou não as virtudes da auto-confiança, mutualidade e reconhecimento –

inicialmente com seus responsáveis e depois com seus iguais – tem tudo a ver com sua habilidade de se relacionar com os outros através de um consentimento voluntário, e não de uma coerção do governo. Estas virtudes estão de fora da agenda esquerdista e da mente esquerdista que lhe dá origem. Sua ausência permite que a agenda degrade a importância do indivíduo relativamente ao Estado e que enfraqueça o papel crítico da cooperação social.

CAPÍTULO 9

OS IDEAIS E IMPERATIVOS DO DESENVOLVIMENTO

Liberdade significa responsabilidade.
É por isso que a maioria dos homens tem pavor dela.

— George Bernard Shaw

Apenas o novato na economia política pensa que é dever do governo fazer seus cidadãos felizes – o governo não tem tal atribuição. Para proteger os fracos e a minoria das imposições dos fortes e da maioria – para prevenir que qualquer um trabalhe a favor de tornar as pessoas infelizes (se é que podemos expressar desta forma), para fazer o trabalho não de um intermediário intrometido nos assuntos dos homens, mas de um vigia prudente que previne as ofensas – estas sim são as tarefas apropriadas de um governo. Praticamente todos os erros e intromissões do governo foram cometidos sob o pretexto ilusório de promover "a felicidade de toda a comunidade". A legislatura pode, e deve, quando tais coisas surgem no caminho, emprestar seu peso para a causa da virtude e da felicidade – mas legislar em favor direto desses objetos não é algo válido, e raramente produz algum efeito benéfico, nem mesmo temporário.

— Walt Whitman

Liberdade e as origens da psique

O imperativo biológico de sobreviver e o imperativo psicológico de relacionar-se com outros se encontram pela primeira vez na relação mãe-criança. Cada um dos imperativos facilita o outro. Os

indivíduos sobrevivem e amadurecem biologicamente, e tornam-se pessoas psicologicamente inteiras, apenas no conceito de uma relação pais-criança inicialmente primitiva e crescentemente complexa. O resultado desse processo é determinado pelas características físicas e pessoais tanto da mãe quanto da criança, e afetado pelas condições do mundo real em que eles existem. Sem desprezar o que hoje se considera como contribuições importantes dos traços de personalidade herdados, está claro que praticamente todos os aspectos da vida adulta de um indivíduo – ocupacional, social, sexual, marital, parental, político, recreacional e espiritual – são influenciados pelas experiências da infância, especialmente aquelas interações repetidas com os pais, irmãos e outras pessoas significativas durante os anos de formação. O núcleo da psique da criança, forjado em seu cérebro imaturo, torna-se enriquecido ou empobrecido pelas interações com as figuras primárias que lhe cuidam ou que a negligenciam, que a protegem ou que a traumatizam. Em particular, suas capacidades de amar e odiar, de afeição e indiferença, de cooperação e oposição – todas as qualidades que definem sua humanidade e que a habilitam a participar da comunidade humana – surgem nesta experiência interpessoal precoce, primeiro com sua mãe e depois com os outros. Elas a preparam, ou fracassam em prepará-la, para viver em liberdade e harmonia com os outros.

A preparação para a vida numa sociedade de liberdade ordenada requer um grande esforço tanto dos pais como da criança. Idealmente, seus esforços unificados, mantidos pelos primeiros 20 anos de vida, ensinam a criança a:

- Reconhecer o valor das vidas individuais.
- Respeitar a soberania, a ação, a autonomia e a liberdade das outras pessoas.
- Honrar certos valores essenciais à cooperação social.
- Reconhecer o direito de ser deixado sozinho como fundamental à liberdade individual.
- Ganhar a vida através da auto-confiança e de trocas voluntárias com os outros.

- Honrar as obrigações de promessas, contratos e direitos de propriedade.
- Relacionar-se com integridade com outras pessoas que podem agir de forma similar.
- Tratar os outros com consideração, decência e cortesia.
- Relacionar-se de forma amorosa e simpática com os outros onde for apropriado.
- Tomar conta das crianças e dos cronicamente doentes ou desfavorecidos.

Estas lições apresentam novamente os princípios centrais ao individualismo racional: auto-confiança, cooperação voluntária, realismo moral e altruísmo informado. Estas são as pedras angulares de uma sociedade capaz de manter a liberdade individual, a segurança econômica e a estabilidade social.

Desenvolvimento e adoção da liberdade

Além de nossas primeiras experiências formativas, nossas idéias sobre o mundo social são adquiridas gradualmente através de processos complexos de socialização, que moldam nossas disposições adultas. Inúmeras interações com outros estabelecem na mente da criança concepções duradouras sobre o mundo – se é benigno, neutro ou maléfico, interessado ou indiferente, receptivo ou pronto a rejeitar, colaborativo ou opositivo, validado ou invalidado, competitivo ou perigosamente combativo. Começando no nascimento e continuando pelos anos de formação da infância e adolescência, essas e outras concepções determinam a habilidade eventual do indivíduo de cooperar com os outros quando adulto. Miríades de mensagens culturais – tradições étnicas, convenções sociais, pressões dos semelhantes, imperativos morais, propaganda política, os efeitos da publicidade, os ideais e padrões da religião – afetam a capacidade crescente do indivíduo de viver sua vida efetivamente na busca da felicidade, e de fazê-lo cooperativamente dentro das regras que estruturam uma sociedade livre.

Nos dias atuais, nos fóruns políticos dos Estados Unidos, o cidadão adulto pode escolher entre arranjos políticos concorrentes:

aqueles que são caracterizados pelo governo estritamente limitado, por proteções rigorosas dos direitos de propriedade e de contrato, pela liberdade máxima nas escolhas econômicas e sociais, e na responsabilidade individual máxima, de um lado; e aqueles que são baseados em governos grandes e coercivos que intervêm extensivamente nas vidas dos cidadãos e que engendram e regulam os processos econômicos e sociais fundamentais, de outro lado. O primeiro arranjo permite a mais ampla variedade de oportunidades para a realização pessoal e para a cooperação efetiva; o segundo reduz acentuadamente o nível de cooperação econômica e social e as oportunidades de realização pessoal.

A escolha pela liberdade máxima honra a soberania das pessoas individuais e suas tendências inatas à cooperação mútua. Com poderes vindos das proteções fundamentais à propriedade, esta escolha reconhece uma harmonia natural e complementária dos interesses individuais e sociais, que são mutuamente reforçados pelos efeitos econômicos da "mão invisível" de Adam Smith e pelos efeitos sociais da empatia, compaixão e altruísmo espontâneos.

Para a pessoa que escolhe um sistema de governo grande e coercivo, por outro lado, tais arranjos representam uma ficção cruel e ilusória que recompensa a exploração das massas pelos "ricos" ou pelas forças "capitalistas" sinistras. Essas forças, argumenta-se, controlam a dinâmica principal da sociedade. Elas devem ser sobrepujadas pelo governo intervencionista, já que somente assim as massas podem se proteger de um mundo que é fundamentalmente inseguro para elas.

A escolha pela liberdade máxima assume que, sob a regra de certas leis, o mundo pode ser feito seguro o suficiente para que os indivíduos consigam viver suas vidas em busca de auto-realização e harmonia através da cooperação voluntária uns com os outros. A missão do governo sob essas premissas é garantir, na medida do possível, liberdades econômicas e políticas iguais e idênticas a todos os cidadãos através da proteção de suas pessoas e propriedades contra atos criminosos de qualquer origem, e proibindo rigorosamente qualquer rendição de tempo, esforço e bens dos cidadãos para os propósitos do Estado, independentemente da intenção. A escolha pelo gover-

no intervencionista, em contraste, limita fortemente as liberdades individuais, especialmente as liberdades econômicas, como uma conseqüência do comprometimento do Estado com a redistribuição de bens materiais de pessoas que produzem para pessoas que não produzem, e sua recompensa desigual e desproporcional de indulgências políticas e legais a pessoas consideradas em desvantagem.

Tutelados pelo Estado

Os efeitos cumulativos dessas escolhas numa democracia são críticos para a natureza e extensão de seu governo. Votos majoritários tornam-se destrutivos quando os anseios por dependência das pessoas sobrepujam seu comprometimento com a liberdade individual, quando elas concebem de forma errada o governo, como um cuidador parental em vez de um protetor de liberdades, e quando as restrições de uma constituição projetada para prevenir os excessos do governo são emasculadas por juízes e legisladores que fracassam em apoiá-las. As escolhas regressivas do eleitorado em favor de um Estado como *parens patriae*, juntamente com as seduções da posição, poder e riqueza inerentes aos ofícios de um governo grande, reforçam mutuamente o declínio da sociedade individualista livre para uma sociedade socialista regulada, a utopia ideal da mente esquerdista.

Mais especificamente, a usurpação das funções econômicas, sociais e políticas fundamentais pelo Estado coletivista alteram o clima de desenvolvimento individual na sociedade, frustram o atingimento da competência adulta e levam a números crescentes de cidadãos que escolhem permanecer patologicamente dependentes do Estado, infantis em sua submissão à sua autoridade, e atrofiados no desenvolvimento de seu caráter. Sob a agenda esquerdista moderna, as pessoas fracassam em desenvolver capacidades normais de autonomia adulta, auto-confiança e reponsabilidade pela comunidade local, que são fundamentos necessários tanto para a felicidade individual como para a ordem social. As decisões do eleitorado em favor de um governo parental ignoram as penalidades que devem ser pagas: a propaganda esquerdista por fim enfraquece a integridade

dos processos econômicos e sociais, rompe a identidade, a coesão e o apoio da comunidade; desorganiza a estrutura e a função familiar; e induz grandes porções do corpo de cidadãos a tornarem-se tutelados pelo Estado. No final das contas, como observou Hayek, as escolhas em favor do governo intervencionista colocam a sociedade no caminho da servidão.

As ferramentas de sobrevivência

Todas as pessoas competentes percebem diretamente a existência de um mundo material real, que é habitado por outras pessoas, que é capaz de ser compreendido, e que é, em grande parte, gerenciável. Uma habilidade intacta para perceber e interpretar o significado de um caminhão em movimento ou da atitude de uma outra pessoa é essencial para a vida e representa uma capacidade normal de testar a realidade. As funções mentais ordinárias necessárias para a apreensão da realidade incluem as seguintes:

- Atenção, concentração, percepção e registro do ambiente e dos eventos ocorrendo dentro dele.
- Associação a contextos e a categorias de eventos anteriores para identificar e avaliar o ambiente presente e o significado de eventos relevantes para uma possível ação.
- Memória, raciocínio e julgamento nesses processos.
- Formulação de metas e planos para implementá-las.
- Ação iniciada para atingir essas metas, monitorando resultados, reavaliando, fazendo mudanças em planos e metas etc.

Esse e outros inúmeros fatores são as ferramentas com as quais as pessoas competentes tentam sustentar a vida e melhorar sua qualidade. Elas o fazem no entendimento de que os mundos dos objetos materiais e das interações sociais são reais, ordenados casualmente e conhecíveis. Seres humanos competentes compreendem que precisam respeitar fatos e pensar logicamente sobre as pessoas e as coisas. Eles

entendem que ações têm conseqüências, que certas ações tornarão sua vida melhor ou pior, e que certas regras devem governar os comportamentos das pessoas para permitir as liberdades individuais e a preservação da ordem social.

Em seus esforços para ser bem-sucedido, o adulto competente avalia uma realidade social populada com outras pessoas além de si mesmo. Ele percebe seu próprio eu corporal e psicológico, e por observação e empatia o eu psicológico de cada um dos outros. Consegue perceber a natureza e significado de suas relações com os outros suficientemente bem para funcionar em comunidade, e pode fazê-lo ordinariamente numa maneira que atenda às suas próprias necessidades e as necessidades dos outros sem romper a ordem social. No curso de suas interações com os outros, seu próprio eu corporal e psicológico, e o eu corporal e psicológico de cada um dos outros, impõem várias demandas sobre ele. Estas são, em primeiro lugar, demandas biológicas por comida e abrigo, e em segundo lugar e menos ordinariamente urgente, as demandas psicológicas e interpessoais. Indivíduos competentes conseguem atender essas demandas razoavelmente bem, assumindo um ambiente de arranjos econômicos, sociais e políticos racionais.

Arranjos racionais

Em cada ponto desses esforços, pessoas competentes percebem que a liberdade de buscar fatos e explorar possibilidades, de experimentar soluções alternativas, de aprender por tentativa e erro, e de tomar ações corretivas são as chaves para o sucesso eventual na busca da felicidade. As possibilidades para esse sucesso são estabelecidas por arranjos econômicos, sociais e políticos que acomodam certas realidades da condição humana. Esses arranjos, quando derivados da sabedoria da história e expressos em leis, costumes, ideais e morais adequados, criam limites apropriados para as escolhas que as pessoas podem fazer racionalmente e para os resultados que elas podem esperar racionalmente. Se as regras restringem demasiadamente suas escolhas ou estreitam sua variedade de resultados, ou se, por outro lado, são tão abertas a ponto de permitir que a ordem social seja perdida, então a probabilidade de

se atingir a felicidade é também reduzida. Se as regras são consistentes com a natureza humana e as condições materiais de sua existência, então um indivíduo razoavelmente funcional pode usar suas faculdades efetivamente, tanto quanto suas habilidades o permitirem, na busca da felicidade. Ele pode fazer escolhas com boas chances de sucesso ao optar por metas realistas e respeitar a lógica da causa e efeito.

Arranjos econômicos, sociais e políticos constituem assim um "ambiente mantenedor", um éter existencial, no qual os seres humanos são incorporados. Mas esse ambiente tem que ser inventado – não há nenhum sistema que nos tenha sido dado antecipadamente. De fato, a história da humanidade é uma série de experimentos desses arranjos, desenvolvidos através de tentativa e erro, e consistindo de variações incontáveis nas regras de convivência em cada nível da ação humana. Nem todos os arranjos respeitaram a natureza biológica e psicológica do homem ou as condições fundamentais da existência humana. Nem todos os arranjos permitiram que os seres humanos crescessem como adultos competentes, para viver como sua natureza humana os capacita a viver. Na verdade, a maior parte dos arranjos históricos foi antitética à segurança e contentamento das pessoas que viveram sob eles. Os arranjos que deram origem aos Estados Unidos foram uma exceção.

O convite ao regresso

Por bem mais de um século após a fundação desta nação, o apelo extraordinário do modo de viver americano foi baseado numa liberdade historicamente sem precedentes, com a qual os indivíduos foram capazes de tocar suas vidas livres de reis, imperadores, sacerdotes politicamente ativos, e tiranos de todo tipo. Aqueles que imigraram para os Estados Unidos da América aceitaram voluntariamente a responsabilidade completa por suas próprias vidas e pelas de suas famílias, e assumiram com alegria todos os riscos da vida como o custo apropriado da liberdade individual. Com a ascensão da agenda esquerdista durante os últimos 100 anos, no entanto, os Estados Unidos têm testemunhado um recuo substancial de seus ideais de liberdade,

responsabilidade e risco individuais. Debaixo dos valores coletivistas, a transformação esquerdista induziu uma regressão no desenvolvimento das pessoas da nação para um estado infantil de dependência de um governo parental e uma submissão infantil à sua autoridade.

A enorme expansão das funções de assistência e gerência do governo moderno tem resultado numa série infinita de leis opressivas e na rendição em massa das liberdades pessoais. O governo como *parens patriae* corroeu o caráter das pessoas ao livrá-las das responsabilidades por si mesmas e das obrigações voluntárias para com as outras. O governo esquerdista oferece um convite sempre "de pé" a ignorar a avaliação realista do risco e as conseqüências das decisões irracionais: as pessoas continuam a viver em locais inundáveis, a fazer investimentos tolos e a negligenciar sua preparação financeira para as épocas de doença e de idade avançada na crença de que o governo as livrará. Os legisladores de esquerda escrevem leis que encorajam as pessoas a processarem umas às outras por insultos muitas vezes triviais, e a culparem legalmente umas às outras por qualquer infortúnio imaginável. Juízes complacentes destituem obrigações contratuais enquanto leis federais de falência sancionam a irresponsabilidade financeira. A agenda esquerdista prospera sobre a dependência das pessoas e as encoraja a permanecer como crianças, negligentes descuidadas com as implicações ameaçadoras da loucura social.

Declínio cultural americano

Não é coincidência que a sociedade americana moderna tenha se tornado crescentemente irracional à medida que a agenda esquerdista tem aumentado sua influência sobre a política social e as atitudes dos cidadãos. O país, por qualquer medida razoável, tem estado num processo de declínio cultural já por diversas décadas. Nos domínios econômico, social e político, porções substanciais da população têm se tornado cada vez mais disfuncionais, apesar do fato de que, entre nossos cidadãos, as reservas de talento, inventividade e determinação, juntamente com o acesso à informação e os recursos materiais, excedem os de qualquer outro país do mundo. Compreender esse declínio

é compreender a dinâmica da derrubada, por parte da mente esquerdista, da tradição individualista/libertária que guiou os fundadores dos Estados Unidos da América.

Na verdade, os Estados Unidos criaram em substância – mas depois abandonaram grandemente no espírito e na prática – as tradições morais necessárias e os padrões legais constitucionalmente baseados necessários a uma sociedade sã. Quando essas tradições e estruturas funcionavam, como aconteceu na maior parte do século XIX, as oportunidades que um indivíduo tinha de melhorar seu padrão de vida neste país foram únicas na história humana. As disposições necessárias para a liberdade individual não sofriam com os entraves de políticas governamentais que violam os princípios da organização social racional. A liberdade máxima de escolha permitiu que comunidades por todo o país se beneficiassem das tendências naturais dos serem humanos de produzir e trocar voluntariamente uns com os outros, sob o Estado de Direito. Dentro deste ambiente benéfico, a escravidão dos negros permanece, é claro, como a maior tragédia da história americana. Mas essa tragédia ilustra o tipo de mal que surge inevitavelmente quando seres humanos são excluídos dos benefícios de uma sociedade livre, ou no caso dos proprietários de escravos, quando isentos das regras que sustentam uma sociedade livre.

No início dos Estados Unidos, os fundamentos filosóficos e pragmáticos para a cooperação natural entre indivíduo e comunidade emergiram a partir de uma compreensão intuitiva, bem como explícita, do que leva um ser humano a viver em paz e segurança com os outros. Uma compatibilidade inata entre o indivíduo e sua comunidade foi entendida claramente pelos fundadores da nação como algo que se apóia sobre os pilares gêmeos da soberania individual e da cooperação voluntária. Mas a emergência desta compatibilidade exigiu um contexto de retidão moral que protegeu a ordem social e regras estatutárias que garantiram os direitos de propriedade. Estas regras limitaram fortemente o poder do governo de se intrometer nas vidas das pessoas.

Para o indivíduo soberano e responsável vivendo sob essas proteções, a comunidade tornou-se um domínio econômico e interpessoal no qual ele podia ganhar a vida e relacionar-se com os outros, por

escolha livre dele e dos outros. Nesta configuração sua responsabilidade para com a comunidade era acatar as regras essenciais à ordem e à cooperação: ele tinha que respeitar as proibições contra invasões a propriedades de outros, e tinha que honrar quaisquer obrigações contratuais com as quais tivesse se comprometido. Na medida em que ele e os outros cidadãos aderiram a essas e a outras regras básicas de relacionamento econômico e social, incluindo as que incitavam a assistência aos realmente necessitados, a comunidade pôde desempenhar sua função igualmente básica de prover o mercado geral com bens, serviços e relacionamentos necessários à busca da felicidade. Por respeito à soberania e à responsabilidade individuais, as proibições iniciais da sociedade americana contra as intromissões do governo fortificaram as pessoas contra a tirania do coletivismo. Esse ambiente não se manteve debaixo do ataque violento do esquerdismo moderno.

Efeitos da agenda esquerdista

Todas as formas da agenda esquerdista interferem com a relação racional entre a ação humana e as condições de vida ao desvincularem resultados do comportamento adaptativo. Os programas governamentais assistencialistas de todos os tipos desconectam o recebimento de benefícios materiais do comportamento produtivo e da troca voluntária, e dos processos normais de desenvolvimento que levam à competência adulta. O Social Security, o Medicare, o Medicaid e todos os outros programas sociais federais e estaduais divorciam a segurança material e o bem-estar emocional do indivíduo de suas conexões econômicas e sociais com sua comunidade, e as substituem por um casamento com os oficiais do governo. Em particular, os programas de assistência social alienam a segurança e o bem-estar do indivíduo de duas de suas fontes mais confiáveis: sua própria iniciativa de produzir e trocar com os outros, e suas conexões sociais aos membros de sua família, igreja, vizinhança ou vila. A tomada de inúmeras funções individuais e comunitárias pela agenda esquerdista, desde a educação infantil até o cuidado com os idosos, deixou um efeito de alienação do indivíduo de sua comunidade, e roubou de ambos a mutualidade essencial.

Na esfera econômica, especialmente, as regras da agenda esquerdista tornaram-se contundentemente irracionais. Inúmeras restrições ditam o que os negociantes e profissionais ordinários podem ou não podem fazer no tocante a procedimentos de contratação, vendas e compras, planos de saúde, planos de aposentadoria, precauções de segurança, políticas de transporte, cotas étnicas e raciais, assuntos de imigração, regras de responsabilidade, e provisões para portadores de necessidades especiais. A burocracia sem fim aumenta o fardo já pesado dos impostos confiscatórios. Exigências de licenciamento evitam, inutilmente, que trabalhadores ingressem em áreas nas quais desejam trabalhar duro e arriscar muito para conseguir uma vida melhor para si mesmos e para suas famílias. Restrições desnecessárias e injustas das liberdades com que os indivíduos podem tocar suas vidas econômicas são marcas características da agenda esquerdista.

Mas a patologia social do coletivismo estende-se muito além do domínio econômico. Embora as crianças possam ser felizes numa relação de dependência de seus pais, adultos não podem ser felizes num sentido maduro numa relação de dependência dos programas assistencialistas do governo, não importa quão bem intencionados ou administrados estes sejam. As razões para isso estão mostradas e desenvolvidas mais minuciosamente no restante deste livro e ocupam uma porção majoritária do texto. Dito de forma simples, no entanto, a dependência em larga escala do cidadão adulto de um governo é sempre inerentemente patológica e profundamente prejudicial para seu crescimento em direção à maturidade. O desenvolvimento completo das habilidades ocupacionais e sociais que permitem a um indivíduo prover a segurança material e a vida interpessoal que ele precisa para uma felicidade adulta é tirado dos trilhos pelos efeitos infantilizadores da política social esquerdista.

Ademais, e além das conseqüências regressivas, essas políticas afetam adversamente a ordem social ao gerar, entre outras condições negativas, vários graus de conflitos de classes entre seus beneficiários e os indivíduos produtivos cujos bens são confiscados para financiá-las. Exemplos deste tipo de conflito incluem as disputas em andamento sobre o financiamento dos programas assistenciais, do Medicare e do

Social Security. A política dos governos esquerdistas coloca produtores contra não-produtores, saudáveis contra doentes, jovens contra idosos, e uma raça contra a outra, pois os programas federais da agenda esquerdista usurpam a autoridade da comunidade e impedem que seus recursos para a assistência caridosa sejam usados em seus próprios pobres, doentes e idosos através de esforços voluntários. O que é promovido como “compaixão” nesses programas pode ser visto na realidade como algo divisivo e destrutivo, já que os políticos incitam o conflito com a propaganda do vitimismo, ao mesmo tempo em que alienam os cidadãos de seus próprios recursos comunitários e os desencorajam a cooperar voluntariamente.

CAPÍTULO 10

OS SINAIS DO DECLÍNIO

Uma grande civilização não é conquistada de fora até que tenha se destruído a si mesma a partir de dentro. As causas essenciais do declínio de Roma estão em seu povo, sua moral, sua luta de classes, seu comércio fracassado, seu despotismo burocrático, seus impostos sufocantes, suas guerras onerosas.

— Will Durant

Na queda e saque das grandes cidades um historiador é condenado a repetir o conto da calamidade uniforme: os mesmos efeitos devem ser produzidos pelas mesmas paixões; e quando essas paixões podem ser saciadas sem controle, ai!, como é pequena a diferença entre o homem civilizado e o selvagem.

— Edward Gibbon

Os sintomas da desordem social

Indicações específicas de loucura nos Estados Unidos da América são facilmente observáveis em sinais e sintomas evidentes de desorganização social progressiva, atualmente bem desenvolvidos e necessitando muito de medidas remediais. Em seu livro, *When Nations Die*,[5] J.N. Black descreve as indicações gerais das culturas em declínio. Ele observa as indicações particulares de desintegração nas instituições econômicas, políticas e sociais dos Estados Unidos, indicações que têm previsto historicamente o falecimento de grandes nações:

5 Tradução livre para o título deste livro, sem edição em língua portuguesa: "Quando as nações morrem" – NT.

- Crescimento da ilegalidade.
- Perda de disciplina econômica e auto-controle.
- Expansão dos impostos, da burocracia do governo e da regulação.
- Declínio da educação.
- Enfraquecimento dos fundamentos culturais e perda de respeito pela tradição.
- Crescimento do materialismo e da imoralidade – desvalorização da vida humana.

Todas se combinam para enfraquecer e desorganizar a infra-estrutura de cooperação social. Black cita os pesquisadores Joad e Parkinson, que incluíram os fatores seguintes como determinantes principais na derrocada de sociedades previamente bem sucedidas:

- Governo muito centralizado.
- Crescimento desordenado de impostos.
- Um sistema pesado e hierárquico de administração.
- O impulso de gastar além do possível.
- Os efeitos da superstição e da preocupação consigo.
- A influência de atitudes populistas sobre a política social no lugar daquelas fundamentadas nos julgamentos morais e sociais sadios.

Observando as indicações claras, nos Estados Unidos, da deterioração em todas essas categorias de funções econômicas, sociais e políticas, Black nos confronta com "um nível de desintegração social que excede qualquer outro que tenhamos vivido anteriormente nesta nação". Ele cita o Índice de Bennett de Principais Indicadores Culturais:

> O índice mostra que os Estados Unidos estão no topo, ou próximos dele, entre todas as nações do mundo industrializado no tocante às taxas de aborto, divórcio e mães solteiras. Nós lideramos o mundo industrializado nos assassinatos, estupros e crimes violentos.

> Na educação de primeiro e segundo graus, estamos no fundo, ou próximos dele, no tocante às notas dos alunos.

O próprio Bennett pondera que, desde 1960, o gasto anual em assistencialismo (medido em dólares de 1990) disparou de 144 bilhões para perto de 800 bilhões, e que mais de uma criança em cada oito recebe hoje assistência do governo. Ele observa, além disso, que desde 1960:

- Os nascimentos ilegítimos estão 400% mais freqüentes.
- O número de crianças vivendo em casas de pais solteiros triplicou.
- O número de suicídios de adolescentes triplicou.
- Os crimes violentos cresceram 500%.

As conseqüências do estatismo assistencial nos Estados Unidos têm sido impressionantes. Como observa Bennett, o assistencialismo não somente fracassou em seu propósito econômico, mas também corroeu o caráter da nação com uma política social anti-familiar na qual, até a metade dos anos 1990, uma mãe solteira tinha que satisfazer duas condições para conseguir ajuda do Estado. 1 – ela não podia trabalhar, e 2 – ela não podia estar casada com um homem que estivesse empregado. Este arranjo, um exemplo clássico dos efeitos destrutivos da agenda esquerdista, pagava uma mulher por ter um filho fora do casamento e a desencorajava a criar e manter uma família nuclear, com pai e mãe. O aumento resultante nos nascimentos de crianças sem pai em casa, e que são psicológica e socialmente anômalas, é uma das principais fontes do fenômeno em franco crescimento da subclasse americana, temido por boas razões e ameaçador para o futuro da nação.

Os sinais e sintomas da desordem social americana são publicados e transmitidos todos os dias pela mídia e podem ser observados em praticamente todas as comunidades do país. A Kiplinger Letter,[6] que

6 A Kiplinger é uma empresa de consultoria financeira e previsão de mercado que publica semanalmente a sua Kiplinger Letter, um periódico de análise financeira e de mercado conhecido mundialmente – NT.

mede as tendências econômicas, sociais e políticas por toda a nação, observa o declínio no bem-estar da juventude americana (e na sociedade como um todo) como parte de uma tendência das pessoas ao distanciamento da responsabilidade pelas ações e à aproximação do papel de vítima, sempre jogando a culpa dos problemas em outras pessoas ou coisas externas. Os editores da Kiplinger escrevem que "a quebra das famílias, escolas e comunidades afetam todo mundo, incluindo os empresários, que precisam de trabalhadores honestos e responsáveis, e que entendem que o futuro deste país está em sua juventude." (Kiplinger 1995)

Os editores da Kiplinger citam a cola, a violência e o furto nas escolas, além dos suicídios e homicídios de adolescentes, como indícios da falência social. Eles notam que os nascimentos fora do casamento já totalizam cerca de 30% do total, mais de dois terços no caso de crianças negras e quase um quarto das crianças brancas. Nascimentos ilegítimos crescem mais rapidamente entre adolescentes brancos de classe média, um fato consistente com os temores do sociólogo Charles Murray de que a crescente subclasse branca representa mais um desenvolvimento social alarmante neste país. (Murray 1984)

Mas não é necessário nenhum estudo formal para estabelecer o fato da deterioração social nos EUA O empresário James R. Cook a observa informalmente. Ele a descreve incisivamente como ela é:

> Você pode ver o esquema do futuro dos Estados Unidos no interior sujo das cidades, nas reservas sem vida, no lixo espalhado por áreas rurais e nas torres reluzentes das agências governamentais burocráticas e de assistência social... (numa nação) onde comodismo, comportamento bizarro, sobre-consumo, jogos de azar, estimulantes, narcóticos, diversão idiota, integridade marginal e crime são lugar-comum. Para todo lugar que se olha nos Estados Unidos há dependência, excesso financeiro, devassidão, intemperança, grosseria, indolência, maus hábitos, arrogância e falta de civilidade. (Cook 1995a)

Cook acusa uma política social que encoraja o papel de vítima e o abraça com assistencialismo, redistribuição, paternalismo governamental, ditadura do politicamente correto, economia socialista e

remoção da ênfase no mérito. Comentando sobre as conseqüências econômicas da agenda esquerdista, ele nota

> as mudanças estruturais impressionantes nos fundamentos da economia dos EUA, seu baixo nível de poupança, excesso de consumo, fraqueza da moeda, tendências desastrosas de liquidez, déficits comerciais, alta especulação e dívidas pública e privada astronômicas.

Ele escreve:

> Esta é a era do excesso: uma nação de cidadãos com sobrepeso numa farra desenfreada de consumo; um sistema educacional em falência; a idiotização da juventude; zumbis bizarros em lugares públicos com cabelos laranja e anéis nas línguas; uma explosão espantosa da diversão, do comodismo e do entretenimento; exemplos infindáveis de mau gosto e vulgaridade; e cidadãos sem vergonha compartilhando suas revelações pessoais degradantes na TV. (Cook 1995b)

E continua:

> Junto desses extremos, a praga do crime desenfreado. Nas cidades de hoje os assassinatos mal chegam aos noticiários. Exemplos indecentes de furto tais como o furto a lojas e de carros não recebem punição maior do que uma multa de trânsito. Os crimes relacionados às drogas são um simples resfriado para o nosso sistema judiciário doente, e dez ou quinze acusações de dirigir embriagado podem levar alguém a passar um ano na cadeia e nove meses suspenso. (Cook 1995b)

"A nação mais rica do mundo", diz Cook, "tornou-se a mais disfuncional".

Para que o leitor não pense que esses tipos de observação são apenas um discurso preconceituoso de conservadores reacionários,

o astro esquerdista e senador dos EUA, Daniel Patrick Moynihan, escreveu há mais de 40 anos que a taxa de crescimento dos lares quebrados e da ilegitimidade[7] nas famílias negras estava enfraquecendo sua comunidade. Enquanto trabalhava para o Departamento do Trabalho ele publicou um relatório que dizia:

> Desde as favelas irlandesas do século XIX, na costa leste, até os subúrbios tumultuados de Los Angeles, há uma lição inequívoca na história americana: uma comunidade que permite que um grande número de homens jovens cresça em famílias destruídas, jovens dominados por mulheres, jamais adquirindo qualquer relacionamento maduro com uma autoridade masculina, jamais adquirindo um conjunto de expectativas racionais sobre o futuro – essa comunidade está pedindo pelo caos, e é o que obtém. Crime, violência, agitação, desordem – a falência completa de toda a estrutura social – não é algo apenas a ser esperado; é quase que certamente inevitável. (Moynihan 1965).

Decadência social e família

Tem ficado claro, já por muitos anos, que a quebra da estabilidade familiar numa população tem reflexos em seu caráter geral, em sua habilidade de criar as crianças para a vida adulta, e na natureza e nos problemas de sua patologia social. Vários escritores (por exemplo, Keyes 1995, Sowell 1995, Murray 1984 e Wilson 2002) têm analisado a deterioração da família nos Estados Unidos da América. Suas descobertas são interessantes, especialmente quando vistas no contexto da influência crescente do esquerdismo moderno durante os últimos 100 anos. Keyes observa que no final do século XIX e começo do XX, as famílias negras permaneceram quase intactas apesar do legado da escravidão, apesar da continuidade do preconceito econômico, social e político, apesar dos deslocamentos sociais associados com as migrações para as metrópoles e apesar do secularismo crescente e do assistencialismo das décadas seguintes. Sowell (1995) nota que entre 1890 e 1950, tanto entre negros como brancos, houve um aumento

7 O termo "ilegitimidade", usado diversas vezes pelo autor, refere-se aos lares onde o casal não é casado perante a lei. Semelhante a "amasiado" – NT.

da proporção de homens e mulheres casados. Entre 1920 e 1960, ele escreve, "pelo menos 60% de todos os homens negros com idade acima de 15 anos estavam casados" e "a diferença entre os homens negros e brancos neste quesito não chegou a 5 pontos percentuais durante o período todo." Keyes atribui essa força às fortes tradições religiosas e morais dos negros, que foram posteriormente enfraquecidas pelos movimentos políticos da esquerda moderna.

Nas décadas após 1960, e coincidindo com a influência acelerada do esquerdismo moderno, as instituições do casamento e da família, tanto para negros como para brancos, não se saíram tão bem. Sowell observa que em 1980, menos da metade de todos os homens negros com idade superior a 15 anos estavam casados, e a diferença entre negros e brancos aumentou ainda mais, até 1992. Previsivelmente, a ilegitimidade entre negros cresceu rapidamente durante este período. O mesmo aconteceu com os brancos. Em 1965, a taxa de ilegitimidade tinha crescido seis vezes em relação ao nível de 1930, para 25%. Em 1993, a taxa de ilegitimidade dos brancos tinha crescido para 22%, nacionalmente, e em 1997 esta mesma taxa chegou a 30%. Entre os negros a taxa, em anos recentes, atingiu aproximadamente 65%. O número de crianças criadas sem o pai subiu junto. Em seu livro *Fatherless America*,[8] Blankenhorn (1995) relatou que 40% das crianças dos EUA vivem sem um pai em casa e que mais da metade das crianças americanas passam a maior parte de sua infância sem o pai por perto. De fato, a ausência dos pais nas casas é emblemático de nossa cultura assistencialista. Os jornalistas das principais cidades americanas documentam com freqüência uma cena típica de um lar próspero: com os pais altamente ausentes ou desatentos, as crianças fazem o que querem umas com as outras ou sentam-se em frente à televisão para assistir a programas com sexo, crimes e violência. Também aparente é o fato de que a pobreza acompanhou a quebra da família. Já se tornou um clichê dizer que a rota mais certa para as dificuldades financeiras é a maternidade precoce e solteira. Estas e outras observações apóiam o fato de que a influência crescente do esquerdismo moderno, especialmente desde a década de 1960, corroeu o caráter

8 "A América sem Pai", sem edição no Brasil – NT.

da cultura americana, tanto de negros como de brancos. Este efeito é proposital, não acidental. Os valores fundamentais do esquerdismo, permissividade pessoal e assistencialismo institucional, têm pervertido o ideal de liberdade individual com uma ética comodista, substituído a auto-confiança com uma ética de dependência do governo, e promovido a auto-gratificação em vez das obrigações tradicionais da igreja e da família. Todas essas influências têm enfraquecido a família como instituição social.

A loucura do governo americano

A loucura da sociedade americana é refletida na loucura das políticas de seu governo esquerdista. Seja nos domínios econômico, social ou político, a irracionalidade da agenda coletivista é dolorosamente evidente. Suas operações econômicas são contundentemente irracionais, já que elas ignoram os princípios mais elementares de negócios e gerenciamento financeiro. Os governos gastam em programas sociais, invariavelmente, mais do que arrecadam, e financiam a diferença com empréstimos em excesso, impostos ou expansões do suprimento monetário. Os empréstimos para o governo nos mercados de crédito aumentam a demanda por dinheiro, elevam as taxas de juros, aumentam o custo do capital, e competem com os indivíduos e empresas que precisam de fundos para criar novos produtos, serviços e empregos. As leis de taxação do governo violam os direitos de propriedade de todos os cidadãos, reduzem seu retorno sobre produção e investimento, diminuem a renda de indivíduos e famílias e aumentam os custos dos bens e serviços aos consumidores. O controle governamental dos bancos centrais expande o crédito e infla o dinheiro em circulação, enfraquece a moeda, aumenta os preços de bens e serviços, e aloca o capital de investimento no lugar errado através de seus programas de empréstimos. Os subsídios do governo à indústria causam distorções comparáveis nos mercados de todos os níveis.

Durante o final da década de 1990, nos Estados Unidos, quando a produtividade gigantesca da revolução da informação elevou a arrecadação de impostos acima dos gastos pela primeira vez em várias décadas, o governo dos EUA fez gestos superficiais indicando o pagamento da dívida interna, mas os gastos continuaram a subir,

como sempre. A chegada do século XXI assistiu a expansões ainda maiores dos programas federais sob governos de ambos os partidos, Democratas e Republicanos, juntamente com pretensões pomposas de financiar o Medicare, o Medicaid e o Social Security. Mas esses programas permanecem a caminho da falência, que deve ocorrer na próxima geração. O ano de 2001 viu Washington jogar algumas migalhas para as massas na forma de restituições minúsculas e reduções mínimas de impostos.

A situação não é melhor no domínio da regulação governamental. Aqui, especialmente, as intromissões maciças dos desejos dos políticos nas vidas das pessoas usurpam as liberdades individuais. Praticamente todas essas intromissões interferem com os direitos das pessoas de fazer acordos mútuos e desfrutar dos seus benefícios. As regulações desencorajam o início de novos negócios, aumentam os riscos e custos da expansão dos já existentes, e penalizam toda a produção e a cadeia de empregos com uma carga enorme de obrigações burocráticas. No domínio regulatório, em particular, o governo é notório por impor perdas e ineficiência, exercitar favoritismo político e render-se a interesses especiais com projetos voltados a conquistar votos, enquanto sobrecarrega o homem comum com sua arrogância e obstinação burocráticas, sua politicagem, corrupção e comodismo.

Por essas e muitas outras violações dos direitos das pessoas de serem livres de intromissões desnecessárias em suas vidas, e de manter ou trocar o que produzem e adquirem legalmente, o governo sempre interfere massivamente nas vidas das pessoas, falta inevitavelmente com sua obrigação principal de proteger seus direitos, desvia seus esforços de cooperação pacífica, e reduz sua habilidade de aumentar sua riqueza material. Nenhuma pessoa racional, família ou empresa tenta gerenciar seus assuntos econômicos da maneira que os governos o fazem.

A política social do governo tem sido apenas levemente menos expansiva e criminosa, mas igualmente irracional, que suas políticas econômicas e regulatórias. Os programas Great Society[9] na década de

9 Os programas Great Society foram lançados pelo presidente Lyndon B. Johnson em 1964-65, com o objetivo de eliminar a pobreza e a injustiça racial, e continham em seu escopo a criação do Medicare e do Medicaid, programas federais da área de saúde que permanecem em vigor até hoje – NT.

1960, durante a administração Johnson, a tentativa de nacionalizar o sistema de saúde dos EUA sob a administração Clinton, e a "guerra às drogas" sob diversas administrações, todos exemplificam a arrogância, incompetência e pompa extraordinárias da engenharia social do governo. Esses programas ilustram a loucura do igualitarismo, protecionismo e assistencialismo enquanto os engenheiros sociais passam leis que ignoram a soberania do indivíduo, restringem sua liberdade de escolha, invalidam sua responsabilidade, corrompem sua moralidade e invadem seus bens materiais através de políticas de impostos redistributivos, ao mesmo tempo em que criam burocracias excessivas e causam um desastre econômico e social decorrente do tráfico de drogas e da dependência do assistencialismo.

Essas políticas são ilustrações dolorosas do equívoco profundo da agenda esquerdista sobre o que a natureza e a condição humanas realmente necessitam, em termos de política social, para facilitar a busca da felicidade. As principais concepções erradas da agenda orbitam em torno de projeções infantis de cuidado parental na população em geral, das ilusões de que as pessoas precisam de apoio e direcionamento em vez de proteção pessoal e de sua propriedade, e da negação da competência do cidadão médio para cuidar de seus assuntos através de esforços voluntários com outros. Todas essas representam o erro da mente esquerdista no tocante ao papel adequado da política no empreendimento humano. Esse papel adequado é o de manter um palco seguro onde o drama humano possa ser encenado livremente e responsavelmente por todas as pessoas, e não o de criar um grande teatro onde o governo é o produtor, diretor e ator principal, e as pessoas agem como figurantes, ou como audiência cativa e pagante.

O fato de que muitas pessoas usam ou aprovam os serviços do governo não é prova de que sejam necessários ou desejados. As leis governamentais impedem o uso de serviços concorrentes. Em praticamente todos os programas do governo, os custos econômicos na forma de produção comprometida e preços mais altos, os custos sociais decorrentes do aumento de conflitos e da diminuição dos padrões morais, e os custos políticos como resultado da liberdade diminuída e da burocracia aumentada são tipicamente mal representados: os riscos são ignorados ou negados, e as conseqüências

adversas são camufladas. Em particular, os custos do governo no tocante ao crescimento do cidadão para a competência individual são inaceitavelmente altos em razão se sua sedução constante, chamando as pessoas a uma dependência infantil.

É claro, a política do governo – seu uso e abuso de influência, poder e coerção – adiciona novos capítulos constantemente à longa história de razões para o cinismo com que as pessoas racionais eventualmente passam a enxergar suas operações. A mídia jornalística conta novamente, a cada dia, as fraudes, tramóias, desfalques, conluios e violações de oficiais do governo, em todos os níveis. Prédios de escritórios luxuosos e equipes inchadas refletem o narcisismo político, a extravagância sem fim do materialismo ganancioso do governo, suas racionalizações sobre seus salários como se fossem taxas de intermediação para os serviços aos "necessitados", sua pregação de auto-sacrifício para os pagadores de impostos, e sua censura contra os mesmos quando não querem "dar" mais. Mas os oficiais de nosso governo, com suas regalias e luxos, são meramente os análogos modernos dos monarcas históricos e seus lacaios e castelos. Os intelectuais modernos os servem da mesma forma que o fizeram os sacerdotes no passado, justificando a política do governo com o sofisma do coletivismo.

A desigualdade política da agenda esquerdista

Em tudo isso, os Estados Unidos da América ilustram uma quebra de princípios e ideais que salvaguardam a ordem em qualquer sociedade racional. Considerando o papel histórico da religião como uma justificação final para as regras de bondade e uma lembrança constante das mesmas nas relações do homem para com si mesmo e com seu mundo, não é surpresa que a quebra social tenha acontecido num período de declínio dos valores religiosos tradicionais. Mas a justificação religiosa, por mais crítica que seja para o fundamento moral da sociedade, não é a única base para a ordem social. É possível acessar o argumento em favor de leis racionais que governem a vida humana e sua organização em comunidade através da razão. Na verdade, tão logo a história da tirania seja compreendida, e tão logo os ideais de

soberania individual e igualdade política sejam reconhecidos, isto é, que nenhum indivíduo pode ser usado contra sua própria vontade para o benefício de outros, então as leis que protegem as pessoas, a propriedade e os contratos são uma conseqüência lógica.

Mas a agenda esquerdista moderna viola desavergonhadamente os ideais de soberania e igualdade política. Se, por exemplo, eu me torno um cidadão com direito a uma assistência do governo e você é um pagador de impostos, nós não somos mais politicamente iguais. Os políticos esquerdistas em quem eu votei passaram leis que desrespeitam seu direito natural de ser deixado sozinho. Sob essas leis você não tem mais o direito de recusar minhas demandas pelo seu dinheiro. O Estado pode agora obrigá-lo a assumir o fardo do meu bem-estar porque eu agora tenho direito a alguma porção do que costumava pertencer somente a você. Mediante o poder da agenda esquerdista de "compaixão" por minhas necessidades e desejos, eu sou seu superior politicamente falando: eu acabo vendo que você faz como eu quero e não como você deseja, independentemente de seus compromissos para com os outros ou si mesmo, e dos seus sentimentos, se é que eles existem, para comigo. Dentro do que o governo permite, eu sou o seu mestre. A lei me permite, ainda que indiretamente, e ainda que de forma desonesta, usá-lo, explorá-lo e subjugá-lo para os meus propósitos. Seus protestos não me impedirão de tomar o que eu preciso de você, porque eu tenho direitos debaixo da agenda esquerdista. Com o poder dos estatutos regulatórios e assistencialistas por trás de mim, eu posso me intrometer forçadamente em sua vida e violar seu direito soberano de viver em liberdade, além de violar seu direito, se você assim escolher, de não querer ter nada a ver comigo. Se você não se render às minhas demandas, o governo que toma conta de mim o punirá com o encarceramento, com uma multa, ou com ambos. Se você resistir à punição, o governo o forçará a obedecer. Se você resistir sua força, ele pode ter que machucá-lo ou matá-lo como um tipo de lição para os outros.

A fraudulência do governo

Para aqueles não seduzidos por seus sofismas, as falácias, falhas e fraudes da agenda esquerdista levam a uma desconfiança crescente do governo em todos os níveis, e a uma crença correta de que os princípios

da liberdade e responsabilidade sobre os quais os Estados Unidos da América e sua Constituição foram construídos têm sido contaminados. Colocando-se acima da responsabilidade legal e moral, o governo esquerdista rouba o tempo, os esforços, os bens e as vidas das pessoas através de impostos e fraudes. Tendo se dispensado das disciplinas de lucros e perdas do mercado, e acumulado uma dívida interna monstruosa, que excede os seis trilhões de dólares, o governo esquerdista argumenta que pode gastar o dinheiro das pessoas com mais sabedoria do que elas mesmas – e então procede em desperdiçá-lo.

Tendo demonstrado por décadas que não consegue administrar seus próprios escritórios – haja vista as falhas nos sistemas computacionais do IRS,[10] os custos absurdos dos programas de defesa militar, o desastre econômico da Amtrak, a ineficiência e incompetência dos Correios, a falência iminente e as fraudes cada vez mais freqüentes no Social Security, Medicare e outros programas assistencialistas – o governo esquerdista interfere obsessivamente na vida das pessoas ao prescrever e regular a comida que comemos, as cadeiras em que sentamos, os brinquedos com que brincamos e os carros que dirigimos. O governo esquerdista presume que pode nos dizer o que podemos comunicar ou pedir aos outros, quem podemos contratar ou demitir, como podemos configurar nossos escritórios e prédios, quais medicamentos podemos usar, de que país podemos fazer compras, e a qual preço. Com uma ficha incomparável de análises erradas, soluções deficientes e conseqüências destrutivas, o governo esquerdista proclama-se grandiosamente indispensável e presume que pode regular e administrar nossas vidas desde o escritório até o banheiro. O potencial inerente para a loucura em todos os seres humanos, nossas tendências à grandiosidade, superestimação e extravagância; nosso julgamento falho, as distorções de fato, a má compreensão de causa e efeito e a resistência ao aprendizado pela experiência; nossa falta de perspectiva e obsessão com detalhes irrelevantes; nossas metas tolas, medos paranóicos e vinganças irracionais; nossa afeição pelo poder e a criminalidade – tudo legalizado na loucura do governo esquerdista. Suas políticas e operações são um estudo da psicopatologia e sociopatologia da natureza humana.

10 O IRS é o órgão do governo americano correspondente à nossa Receita Federal – NT.

CAPÍTULO 11

RECAPITULAÇÃO DA PARTE I

Os primeiros dez capítulos deste livro abordaram diversos assuntos relacionados à natureza humana, à liberdade individual e à agenda esquerdista. Contando com o entendimento intuitivo do leitor sobre as idéias relevantes, comentei sobre algumas implicações amplas da natureza biológica e psicológica do homem conforme sua manifestação nos domínios econômico, social e político da ação humana. Aqui está uma recapitulação de algumas idéias básicas.

1. Em suas habilidades de escolher e agir de forma independente, está na natureza dos seres humanos conduzir sua própria vida e buscar a auto-realização através de um auto-direcionamento responsável. Dessa forma, o indivíduo possui a virtude da autonomia. Ao interagir com outros voluntariamente e dentro dos limites da consciência adulta, o homem competente possui a virtude da mutualidade. O interesse próprio racional do indivíduo maduro que vive sua vida como bem escolheu, e o interesse social racional de uma sociedade comprometida com a liberdade ordenada, são reconciliados através da cooperação social, isto é, de esforços voluntários combinados de muitas pessoas em busca de metas compartilhadas para benefício mútuo. Desafiando tudo isso, a agenda esquerdista tira partido da força do governo para enfraquecer a liberdade e a virtude, violar a soberania do indivíduo, e tomar para si as inclinações naturais das pessoas à cooperação.

2. Como animais sociais, os seres humanos estão inseridos em múltiplos relacionamentos uns com outros e são mutuamente interdependentes. Esses relacionamentos sociais servem às necessidades de conexão e relação, ao mesmo tempo em que facilitam a produção e a troca econômica. Os arranjos econômicos, sociais e políticos de uma sociedade constituem o ambiente mantenedor da ação humana.

3. Um indivíduo isolado numa ilha deserta tem liberdade completa para fazer o que bem entender. Mas se suas ações afetam outras pessoas ou suas propriedades, então ele não tem liberdade completa para fazer tudo o que quiser. Para atingir suas metas, suas interações com outras pessoas nos domínios econômico, social e político o confrontam constantemente com uma escolha: cooperar através de um acordo mútuo ou dominar pela força ou pela fraude. Mas nenhum argumento válido justifica a dominação de um homem por um outro. Este princípio impõe uma moralidade racional sobre todas as pessoas, limitando suas ações em certos aspectos. Estas limitações não podem favorecer racionalmente algumas pessoas sobre outras, mas devem sem universais: elas precisam se aplicar igualmente a todas as pessoas.

4. A habilidade de escolher é inerente à operação da psique humana, aparecendo espontaneamente e logo cedo no comportamento da criança como uma resposta natural ao seu ambiente. Em cada momento de sua caminhada pela vida, e no limite do que é capaz, a criança aborda o mundo com interesse e curiosidade, para explorá-lo, entendê-lo e agir sobre ele. Estas respostas surgem naturalmente como resultado do processamento de informações sobre seus arredores pelo cérebro. Ele evoluiu até isto para poder sobreviver. O ato de escolher é inato neste processo, bem como automático e livre, isto é, não impedido, no indivíduo fisicamente normal que não está doente com obsessões, compulsões, fobias, medos paranóicos e outras desordens sérias da mente.

5. As mensagens de uma sociedade para seus membros sobre as coisas que importam, suas atitudes e sentimentos sobre o que é certo ou justo em cada nível de interação social, devem, na verdade, influenciar as escolhas morais do cidadão nas arenas econômica, social e política, em qualquer tempo. Se essas mensagens honram os princípios do individualismo racional, as escolhas do cidadão serão influenciadas pelos ideais de liberdade individual, auto-confiança, responsabilidade pessoal, cooperação voluntária, realismo moral e respeito pelos direitos e soberania dos outros. Se, por outro lado, as mensagens da sociedade honram os princípios da agenda esquerdista de coletivismo coercivo, então as escolhas do cidadão serão influenciadas pelos

ideais de direitos imerecidos, dependência assistencialista, regulação pelo estado, relativismo moral, e socialização das categorias principais de ação humana.

6. Como agentes morais práticos, os homens concordam com um contrato social (moral) fundamental que diz, entre outras coisas: não faça aos outros aquilo que você não quer que seja feito a você. Este princípio moral é devidamente definido na natureza biológica e psicológica do homem e nas circunstâncias naturais da existência humana. A natureza do homem inclui sua vulnerabilidade ao sofrimento e à morte, bem como sua capacidade de escolha e de responsabilidade moral. As circunstâncias de sua existência incluem as condições materiais da vida e o fato de que ele precisa cooperar ao produzir e trocar se quiser viver além da condição mínima de subsistência. Estas considerações levam logicamente a certas restrições morais e legais sobre suas ações.

7. A partir de um estado de desamparo completo no nascimento, a impulsão de todo o crescimento humano é o atingimento da competência adulta. No mínimo, isto implica na habilidade de participar voluntariamente do mercado geral, gerenciar os próprios assuntos e atender às necessidades ordinárias de relacionamento. A pessoa competente assume a responsabilidade completa por si mesma, respeita os direitos de propriedade de outros e evita se intrometer desnecessariamente em suas vidas. Ela também responde com empatia e compaixão aos que estão em dificuldade e, onde indicado, intervém de forma altruísta.

8. Indivíduos moral e eticamente competentes podem estabelecer, mediante acordos e de esforços cooperativos, e através do apelo à sabedoria da história, todas as instituições econômicas, sociais e políticas necessárias à sustentação da ordem social e ao suprimento das necessidades humanas, tanto as materiais como as relacionais. Esses arranjos incluem os sistemas formais de leis e o judiciário, necessários para limitar o comportamento anti-social das pessoas cujas restrições internas estão ausentes ou disfuncionais. Também estão inclusas as funções da comunidade necessárias para o cuidado e a reabilitação de pessoas que não são competentes para cuidar de si mesmas. Os

fundamentos psicológicos desses arranjos sociais, incluindo as motivações para estabelecê-los, baseiam-se nos padrões de comportamento adquiridos no início da infância. Estes dão origem a capacidade aprendidas de satisfação, inibição e atraso de impulsos e desejos, especialmente aqueles que envolvem o enaltecimento próprio, os anseios por dependência e os impulsos sexuais, agressivos e aquisitivos; e a capacidade aprendida de agir com compaixão para o benefício de outros. Esses elementos centrais da consciência, dos ideais éticos e da capacidade de resposta social tornam-se a infra-estrutura regulatória para a ordem social.

9. Influências no desenvolvimento durante a infância afetam o comportamento dos cidadãos adultos que criam e implementam as instituições econômicas, sociais e políticas da sociedade. Reciprocamente, as instituições duradouras afetam o desenvolvimento da criança. No curso desse desenvolvimento, a criança observa múltiplas maneiras de se relacionar com o mundo das pessoas e das coisas. Sua experiência afeta fortemente sua capacidade eventual de prover para si mesma, de assumir responsabilidade por sua vida e bem-estar, de cooperar com os outros e de resolver problemas de vivência sem apelar para a autoridade do governo.

10. As concepções da criança sobre os relacionamentos humanos determinam sua futura prontidão para viver sob certos arranjos econômicos, sociais e políticos. Quando adulta, essas concepções a levarão a escolher entre sistemas econômicos, sociais e políticos concorrentes: aqueles que são caracterizados pelo governo estritamente limitado, por proteções rigorosas dos direitos de propriedade e de contrato, e pela liberdade máxima nas escolhas econômicas e sociais; ou aqueles com governos grandes e coercivos que intervêm extensivamente nas vidas dos cidadãos e que regulam fortemente os processos econômicos e sociais. A escolha pela liberdade máxima honra a soberania dos seres humanos e suas tendências inatas à cooperação mútua. A escolha pelo governo intervencionista enxerga as massas como desamparadas diante da exploração pelas poderosas forças “capitalistas” que controlam a dinâmica da sociedade. Esta escolha insiste que o governo grande é essencial para a proteção das pessoas num mundo que lhes é fundamentalmente inseguro.

11. O igualitarismo e o assistencialismo do governo esquerdista moderno são incompatíveis com os fatos da natureza e da condição humanas. Mas a ascensão da agenda esquerdista ao poder resultou do fato de que as pessoas das sociedades ocidentais fizeram demandas irracionais para que os governos cuidassem delas e controlassem suas vidas em vez de proteger seus direitos de propriedade. Esta concepção errônea resulta em violações massivas desses direitos, ao mesmo tempo em que permite aos oficiais do governo agir por conta de sua própria psicopatologia. A agenda esquerdista gratifica vários tipos de dependência patológica; aumenta os sentimentos primitivos de inveja e inferioridade; reforça as percepções paranóicas da vitimização; implementa ilusões maníacas de grandeza; explora a autoridade do governo para poder, dominação e vingança; e satisfaz as reivindicações infantis por falsos direitos, comodidade e compensação.

12. Sob a agenda esquerdista, governos em todos os níveis têm assumido o controle sobre as funções econômicas, sociais e políticas que estavam anteriormente confiadas a indivíduos ou grupos agindo em nível comunitário. A socialização dessas funções por parte do esquerdismo moderno tem alterado o clima de crescimento e desenvolvimento pessoal em nossa sociedade. Isso tem levado a um número crescente de cidadãos que se tornam patologicamente dependentes do Estado, e que assim permanecem, infantis em sua submissão a tal autoridade e tolhidos no desenvolvimento de seu caráter. A disseminação dos valores coletivistas enfraqueceu a integridade dos processos econômicos e sociais; rompimento da identidade, coesão e apoio comunitários; desorganização da estrutura e função familiares; e intromissões amplamente crescentes do governo nas vidas dos cidadãos.

13. O governo esquerdista arroga consistentemente a si a posição de guardião sobre os cidadãos aptos e soberanos, e então os domina e explora através de suas regulações e taxas, apesar do fato de as pessoas não terem sido adjudicadas incompetentes. O governo esquerdista invade a liberdade de cooperação das pessoas, ao mesmo tempo em que nega a autonomia e a ação individuais. Numa sociedade livre, ninguém vem ao mundo com uma obrigação legalmente aplicável de tomar conta de outras pessoas, especialmente de pessoas que jamais conheceu. Essa obrigação é a antítese da liberdade. A

sociedade libertária genuinamente livre e moralmente responsável honra a soberania de cada cidadão ao proibir que qualquer um lhe tome à força o tempo, os esforços, os bens e as habilidades. Esta proteção está entre as expressões mais fundamentais dos direitos de propriedade. É o fundamento necessário para a liberdade individual.

14. Todas as formas da agenda esquerdista interferem com a relação racional entre a ação humana e as condições de vida ao desconectarem resultados do comportamento adaptativo. Todos os programas assistencialistas divorciam a segurança material e o bem-estar emocional do indivíduo de suas conexões econômicas e sociais com sua comunidade, e as substituem por um casamento com os oficiais do governo. A tomada de inúmeras funções individuais e comunitárias pela agenda esquerdista, desde a educação infantil até o cuidado com os idosos, deixou um efeito de alienação do indivíduo de sua comunidade, e roubou de ambos a mutualidade essencial.

Essas idéias representam o impulso principal dos primeiros dez capítulos deste livro. Essas e outras idéias são desenvolvidas com mais profundidade nas partes II a IV.

PARTE II

PREFÁCIO À PARTE II

A Parte II de *A mente esquerdista* examina mais de perto a relação entre a personalidade e as regras que governam o processo social. Por conta dos conceitos psicológicos terem um papel proeminente nesta análise, seu status científico é revisado em detalhes. Esta revisão dá origem a duas conclusões: primeiro, que uma explicação nas ciências psicológicas é uma extensão sistemática da capacidade ordinária da mente de observação e inferência na vida diária, e segundo, que as conclusões atingidas por este processo podem constituir um conhecimento legítimo, uma vez que são verificadas por métodos que separam a compreensão genuína do mero folclore.

A discussão volta-se então para o desenvolvimento no início da infância com ênfase no papel de tendências psicobiológicas como sexualidade, agressão, possessividade e narcisismo conforme presentes na natureza humana, e no papel das primeiras conexões da criança na determinação de seu comportamento futuro. É dada uma atenção especial ao significado da dependência patológica. Os capítulos subseqüentes contêm uma discussão mais explícita de certas dicotomias do desenvolvimento, apoiadas fortemente nas idéias de Erik Erikson e expandindo sua significância para o processo social. A análise então retorna às idéias anteriores de maturidade e as relaciona a um exemplo particular de teoria da personalidade moderna, a de Cloninger e Svrakic. Sob esta análise está a premissa de que a explicação psicológica é boa somente enquanto os fundamentos fatuais e lógicos em que ela se apóia também o são.

Esses esforços têm a intenção de fortalecer o argumento de que o desenvolvimento da personalidade humana é reciprocamente relacionado às instituições sociais em maneiras que afetam profundamente a

liberdade individual e a ordem social. Torna-se aparente, novamente, que sob as condições de criação adequadas, certas disposições comportamentais inatas emergem no desenvolvimento normal do ser humano, compatíveis com a liberdade individual e com a ordem social voluntária. Torna-se igualmente aparente que a agenda esquerdista moderna enfraquece sistematicamente essas disposições.

CAPÍTULO 12

O *STATUS* CIENTÍFICO DAS DESCRIÇÕES COMPORTAMENTAIS

O todo da ciência é nada mais do que o refinamento do pensamento do dia-a-dia.

— Albert Einstein

Ciência dura e mole

As teorias psicológicas têm sido freqüentemente criticadas como "ciência mole", com base na alegação de que não são "objetivas". Diz-se, ao contrário, que são "subjetivas" porque dependem, em grande parte, de relatos introspectivos sobre os estados conscientes da mente. A psicologia tem sido comparada desfavoravelmente com as "ciências duras", tais como a física e a química, as quais, em contraste, são ditas mais rigorosas e quantitativas. Embora este não seja o lugar para um debate detalhado sobre o assunto do rigor comparativo entre as ciências, alguns comentários sobre o valor real das teorias psicológicas são cabíveis, a fim de elaborar mais a fundo uma teoria da psicologia e o processo social.

Primeiro, a psicologia é científica na medida em que procura encontrar sentido em certos tipos de fenômenos observáveis e é autocrítica no processo. "Encontrar sentido" neste caso significa chegar a certas inferências sobre a natureza e as causas dos eventos psicológicos. Inferências desse tipo devem ser relacionadas logicamente a fatos

observáveis, devem ser baseadas em observações que podem ser verificadas pela comunidade científica, e devem ser capazes, em princípio, de serem refutadas por algum meio lógico ou empírico.

Segundo, é fato rotineiro que os seres humanos façam observações e inferências úteis sobre fenômenos psicológicos da vida diária. Nós percebemos o que as pessoas dizem e fazem, e tiramos conclusões experimentais sobre os significados de suas palavras e atos. Nós também percebemos como, ou de que maneira, as pessoas dizem e fazem as coisas e, novamente, atribuímos significados experimentais a tais observações. Com a oportunidade de observar um determinado indivíduo no decorrer do tempo, percebemos que ele repete certos tipos de comportamento em várias situações. Baseados nessas observações, podemos tirar algumas conclusões sobre sua "natureza" ou "caráter". O conhecimento de certas influências durante seus "anos de formação" pode nos ajudar a explicar a nós mesmos algumas razões pelas quais pensamos e nos comportamos da maneira como fazemos. Nós, seres humanos, não nos empenhamos neste tipo de pensamento somente sobre indivíduos em particular, mas também fazemos observações e inferências similares sobre grupos grandes de pessoas.

Terceiro, é importante notar que o que distingue o cientista profissional da pessoa leiga nessas buscas são os refinamentos da lógica, método e quantificação, e não algum mecanismo mental único aos cientistas. O pesquisador disciplinado usa o mesmo aparato cognitivo do homem da rua. As diferenças na aplicação desse aparato estão no fato de que os métodos de observação e análise dos cientistas são muito mais sistemáticos do que aqueles da pessoa leiga, e são usados de maneira autoconsciente, com a intenção de eliminar o erro. O cientista está especialmente preocupado com a razoabilidade e consistência de suas impressões, e se outros fizeram observações similares e chegaram às mesmas impressões. Aqui vale notar novamente que nossas próprias inclinações a comparar impressões com outros no curso da investigação casual e o mandato do cientista para agir desta maneira nas investigações formais de pesquisa apontam para o fato de que chegar ao conhecimento das coisas de nosso mundo de forma confiável é, no final das contas, um processo cooperativo.

Este trabalho pretende prosseguir por linhas semelhantes: ou seja, entender a relação entre a psicologia humana e o processo social ao ficar perto do comportamento humano observável, fazendo as inferências razoáveis a partir do que as pessoas podem nos dizer sobre sua experiência subjetiva, e submetendo os resultados ao escrutínio formal e informal. Fica óbvio, é claro, que neste esforço os métodos quantitativos da física não se aplicam. Mas esse fato não remove tais esforços do domínio da investigação científica e nem impede a aquisição de conhecimento real sobre o qual se constrói a ciência genuína e idônea do homem. Embora diferentes em seus domínios de investigação e em seus métodos, as ciências são unificadas no tocante à sua busca sistemática e autocrítica da verdade verificável.

Um comentário final sobre a afiliação da investigação científica com outras formas de conhecimento observa que a busca sistemática pela verdade é característica das ciências, mas não limitada às mesmas. As decisões no mundo dos negócios, por exemplo, confia tipicamente em fatos verificáveis sobre suprimento, demanda, níveis de preços, taxas de juros, demografia do mercado, custos de entrega, fatia de mercado e outros. Similarmente, a tomada de decisão na prática do direito é fortemente dependente na verificação de certos fatos e se os mesmos serão aceitos como provas numa corte. Fazer observações e tirar conclusões são atividades naturais para os seres humanos. Mais ainda, essas atividades colocam-se à disposição para o estudo do comportamento humano em todas as suas formas.

Inferência no comportamento humano

A psicologia e as disciplinas relacionadas da psicologia social, antropologia, economia e ciência política tentam, todas elas, encontrar sentido na maneira em que os humanos agem e fundamentar proposições gerais sobre a natureza humana e a ação humana em fatos relevantes. É fato de interesse especial o de que as ciências comportamentais, como todas as outras, distinguem-se dos sistemas de crença não-científica pela tentativa de provar que suas próprias afirmações estão erradas. Este comprometimento com a auto-correção, a virtude suprema da ciência, surgiu de suas origens na filosofia ocidental

– suas origens estão, literalmente, no amor à sabedoria. De fato, é apenas a busca autocrítica pela verdade em si, ao contrário da manipulação da crença para outras razões, especialmente razões políticas, que conta como ciência autêntica. O propósito desses comentários é antecipar o criticismo de que as proposições estabelecidas neste livro sobre a natureza humana – a condição humana e o esquerdismo moderno – são inválidas porque são produto de mera especulação e não possuem o caráter de afirmações factuais sobre fenômenos reais. Os esquerdistas têm argumentado, por exemplo, que não há tal coisa como a natureza humana; e que, portanto, nenhuma inferência válida pode ser estabelecida sobre a natureza humana; de que a natureza humana, se existir, é quase infinitamente maleável e pode florescer sob uma política social esquerdista; e que, em qualquer caso, não pode haver objeções válidas para a agenda esquerdista baseadas em teorias ou fatos psicológicos, especialmente aqueles relacionados à participação do indivíduo no processo social. Estas objeções baseiam-se nas afirmações de que a ciência da psicologia não pode ser usada para criticar a agenda esquerdista.

É claro, o esquerdista moderno rejeita quaisquer argumentos sobre quaisquer bases que possam contradizer seu propósito político primário, que é socializar ao máximo as funções principais da sociedade. Sua indiferença aos fatos psicológicos que contradizem esse propósito é certamente algo a se esperar. Em particular, sua afirmação de que não pode haver base factual na natureza humana ou na condição humana para servir de objeção à sua agenda o deixa livre de quaisquer restrições racionais que possam se opor aos seus programas de regulação das massas por meio de uma coerção governamental. Em sua negação de certas realidades, ele pode fazer recomendações com propósitos políticos, que não funcionarão por razões factuais e que não deveriam ser tentadas por razões morais. Ele negará, além disso, que haverá quaisquer conseqüências adversas.

Mas se o esquerdista moderno rejeita as proposições deste livro com refutações metodológicas, ele também deve desacreditar os mesmos métodos, aqueles da observação cuidadosa e da análise lógica, pelos quais nós adquirimos conhecimento real sobre todas as coisas.

Se fizer isso, ele acabará pregando o niilismo epistemológico. De fato, a resistência do esquerdista à ciência válida do comportamento humano e sua relação com o processo social explica sua defesa vigorosa do relativismo e do desconstrucionismo. Ambas essas filosofias misturam as distinções entre a fantasia arbitrária e a realidade verificável ao afirmar que qualquer coisa pode funcionar e que nada pode ser objetivamente ou moralmente certo. Mais importante, a mente esquerdista continua a ignorar o fato de que nossa compreensão acumulada da psicologia humana contradiz minuciosamente sua sobrestimação perversa do Estado socialista e sua recusa em reconhecer a liberdade individual como o único ideal político primário válido e consistente com as realidades da existência humana. Nesta negação, a agenda esquerdista coloca a liberdade humana e a ordem social em perigo constante.

CAPÍTULO 13

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Se as propriedades intrínsecas da personalidade tornam-se o objeto da investigação, então a consciência e a liberdade, suas modalidades diferentes, seu papel no funcionamento geral e sua importância para o indivíduo, também se tornam manifestas.

— Augusto Blasi

Personalidade e sociedade

Os capítulos seguintes exploram certos rompimentos no crescimento da criança para a idade adulta e os efeitos que eles têm no atingimento da competência. Em indivíduos afortunados, tais rompimentos causam danos mínimos à personalidade, mas em muitos casos o dano é severo e em alguns é catastrófico. Quando tais falhas de desenvolvimento ocorrem, elas podem ser freqüentemente relacionadas com a privação, negligência ou abuso em várias fases da infância. Depressão séria, perda de auto-estima, julgamento falho, autonomia prejudicada ou emergência da paranóia podem ser o legado doloroso dessas falhas. Na psicopatologia da vida diária, o ódio pode sobrepujar o amor, o narcisismo pode apagar a mutualidade, a tentação pode corromper o caráter, as exigências podem passar por cima do consenso, e o desespero pode disparar apostas perigosas para aliviar os tormentos.

Distorções desses tipos afetam a ação humana em assuntos que variam do mundano ao monumental. Além das tragédias individuais e familiares que ocorrem em tais dramas, a questão central num

contexto social mais amplo é se as práticas de criação de crianças de uma sociedade podem limitar a emergência de uma destrutividade indevida em seus cidadãos e, ao mesmo tempo, inspirá-los a apreciar a liberdade individual como o mais alto bem político. Essas tarefas exigem que o cidadão abrace as responsabilidades e riscos dos quais depende a liberdade e honre a virtude moral como a salvaguarda principal contra os perigos dos impulsos primitivos.

A complexidade do desenvolvimento humano tem tudo a ver com as transformações que ocorrem entre o estado inicial de desamparo da criança e sua habilidade última de lidar com a vida adulta. Em sua marcha em direção à maturidade adulta, mudanças nas capacidades funcionais da criança (cognitiva, emotiva, comportamental e relacional) em domínios múltiplos (econômico, social e político) fornecem oportunidades incontáveis para a coordenação ou o conflito, para o sucesso ou o fracasso. É possível analisar certos elementos desse processo e explorar suas implicações para o atingimento da competência adulta. A questão central colocada pode ser esmiuçada com mais detalhes:

- Quais funções do desenvolvimento são institucionalizadas nos arranjos econômicos, sociais e políticos de uma sociedade?
- Quais leis, regras, costumes e políticas sociais emergiram em resposta aos desejos e necessidades múltiplas que caracterizam a natureza humana? • Como esses arranjos atendem às necessidades humanas de comida, roupa, abrigo, saúde, educação, transporte, serviços policiais e judiciais, funções de proteção e defesa, gerenciamento ambiental etc., e como eles acomodam os rituais incontáveis das interações sociais, religiosas e familiares que caracterizam a vida em comunidade?
- Quais são os efeitos no crescimento da criança em direção à competência das instituições que caracterizam a agenda esquerdista, em oposição às instituições que caracterizam uma sociedade libertária legítima e virtuosa?
- As regras da sociedade capacitam as pessoas a enfrentar os desafios da vida adulta, ou ao contrário, elas interferem com o empenho e chegam a tornar o sucesso impossível?

Um esforço para responder a essas questões começa primeiro pela consideração de alguns aspectos fundamentais da natureza e condição humanas.

Impulsos, instintos e as tarefas da vida

A natureza humana e as condições da vida humana exigem que a pessoa se relacione consigo mesma, com outras pessoas e com o mundo físico, tudo dentro de certos limites. Ela deve se relacionar com sua própria natureza biológica através da provisão de meios materiais de sobrevivência física; com sua própria natureza psicológica, atendendo as condições de bem-estar mental e emocional; com os outros por meio de acomodações similares às suas naturezas biológica e psicológica. Ela deve se relacionar ao seu mundo material acomodando as leis físicas que governam o uso da terra, ar, água e dos inúmeros objetos inventados pelo homem. O fracasso em acomodar essas realidades tem conseqüências que variam do trivial ao catastrófico. A natureza biológica e psicológica do homem impõe certas limitações sobre o que ele pode fazer com razoabilidade. Essas limitações determinam condições de contorno sobre os comportamentos que permitem a cooperação e a liberdade individual ao mesmo tempo.

A integração dos impulsos e necessidades

No curso de seu desenvolvimento, a criança adquire idéias sobre o mundo que determinam como ela confrontará a tarefa de viver como um adulto. Num nível fundamental, essas idéias indicam se ela tentará dominar um mundo que vê como ameaçador, ou cooperar com um mundo que vê como benigno, para citar apenas duas de inúmeras possibilidades. Nossos modos de enfrentamento são criados nos primeiros anos de desenvolvimento. No processo, certas necessidades e impulsos inatos devem ser incorporados aos padrões fundamentais de comportamento. Os mais familiares dentre esses são os instintos de auto-preservação, a satisfação sexual e o comportamento agressivo. Mas a dependência e as necessidades relacionais, os impulsos carinhosos, os impulsos aquisitivos e as necessidades narcisistas também afetam a motivação humana com igual urgência, e podem muito bem

dominar todos os outros fatores na determinação de instâncias particulares do comportamento humano. A natureza dessas forças e suas expressões ordinárias no curso do desenvolvimento são descritas em detalhes abaixo. A maneira pela qual elas são integradas ao repertório individual de comportamentos determina se as ações do indivíduo são adaptativas ou destrutivas para consigo mesmo e para com os empreendimentos humanos.

O poder dessas forças de motivar o comportamento humano para propósitos bons ou maus não pode ser superestimado. Por experiência pessoal, todos nós temos familiaridade com impulsos sexuais intensos logo na adolescência, e todos nós temos familiaridade com a raiva como resposta à injustiça. A psicologia profunda compreende tipicamente a auto-preservação, o apetite sexual e a agressão como impulsos primitivos e instintivos no sentido mais elementar do termo. A força extraordinária desses impulsos está relacionada às funções biológicas originais de reprodução e defesa contra rivais e predadores. Dependendo de como são canalizadas, qualquer uma delas pode agir como uma força da natureza, gerando ações que variam do heroísmo nobre à atrocidade impensável. Mas as necessidades de dependência, de carinho, relacionais, aquisitivas e narcisistas são igualmente primitivas e podem ser igualmente constrangedoras – para o bem ou para o mal. Para obter uma perspectiva mais clara sobre este assunto, voltamo-nos agora para uma revisão das funções mediadas pelas porções mais primitivas de nossos cérebros.

O cérebro reptiliano

A evolução gerou nos seres humanos um cérebro de complexidade muito maior do que o dos outros animais. Esse resultado coloca ao nosso dispor um conjunto quase ilimitado de funções superiores, mas ainda preserva os impulsos primitivos associados com a alimentação, defesa, reprodução e proteção da cria. Essas funções surgiram primeiramente nos cérebros dos répteis, e não é coincidência que os neurocientistas refiram-se a certas porções do cérebro humano pelo termo "reptiliano", para enfatizar um número de similaridades estruturais e funcionais entre nós e nossos ancestrais lagartos. Não deve

ser surpresa que as ações de homens e répteis, ao menos no nível mais básico, sejam surpreendentemente semelhantes.

Imagine um lagarto ao encontrar um objeto. O objeto pode ser um outro lagarto, um inseto, um animal maior que gosta de comer lagartos, etc. – as possibilidades são, é claro, muitas e variadas. Como o lagarto responde ao que encontra pela frente? Seu cérebro o capacita com certas opções comportamentais básicas aos lagartos. Dependendo do objeto diante dele, o lagarto pode comê-lo, atacá-lo, fugir dele, protegê-lo, buscar comida para ele, copular com ele ou ignorá-lo. Seus impulsos primitivos envolvendo a sexualidade, a agressividade e a proteção da cria e do território, além de outros, energizam seu comportamento em várias situações. Suas respostas indicam essencialmente um impulso à auto-preservação e à reprodução, e estão impressas em seu cérebro reptiliano.

Mas respostas comparavelmente primitivas também estão impressas nos cérebros humanos. Quando um humano encontra um outro objeto, ele também, como o lagarto, tem as opções primitivas de comê-lo, atacá-lo, fugir dele, protegê-lo, buscar comida para ele, copular com ele ou ignorá-lo. Essas respostas permanecer potencializadas nos seres humanos: elas são os comportamentos reptilianos originais de cunho sexual, agressivo, protetor, territorial e defensivo, que servem às funções básicas da vida. Quando bem regulados e bem integrados, eles energizam o comportamento humano de forma adaptativa: os impulsos de proteção à cria, por exemplo, energizam os comportamentos de reprodução e criação dos filhos; os impulsos primitivos de agressividade, defensividade e territorialidade energizam a resistência contra inimigos; impulsos primitivos de conexão e dependência energizam a atividade cooperativa em todos os níveis.

Quando os impulsos primitivos não estão bem regulados ou integrados aos comportamentos adaptativos, no entanto, eles podem ter efeitos profundamente destrutivos. Os exemplos mais óbvios acontecem naquelas ações motivadas por uma intenção claramente criminal: combinações patológicas de impulsos agressivos e sexuais, por exemplo, quando acopladas a defeitos na consciência, levam aos crimes de estupro e assassinato passional. Combinações patológicas

de impulsos agressivos e aquisitivos, quando acopladas a defeitos na consciência, levam a crimes como furto, roubo, desfalque e fraude. A dependência patológica combinada a impulsos aquisitivos não refreados cria o homem embusteiro que explora os programas públicos para conseguir ganhos não merecidos, cuidados médicos gratuitos, moradia subsidiada e outras coisas do tipo.

Mas nós não precisamos olhar para exemplos tão extremos para enxergar os efeitos duradouros do cérebro de lagarto. As disposições primitivas e seus comportamentos derivados podem influenciar facilmente todas as atividades humanas, incluindo todos os processos econômicos, sociais e políticos, alterando drasticamente os motivos individuais em situações complexas. De fato, no cérebro humano, a matriz de disposições primitivas expande-se desde os impulsos básicos – sexualidade, agressividade, dependência, proteção e territorialidade – até impulsos intensos de poder, dominação e competição, que afetam a vida diária. Em configurações econômicas e sociais, por exemplo, impulsos neuróticos e até mesmo psicóticos de dominar, derrotar, explorar e depender de outros compelem, com freqüência, as personalidades perturbadas a agir destrutivamente. Nas arenas políticas, indivíduos neuróticos acreditam falsamente que são vitimizados, buscam controlar os outros para obter segurança material, exploram subordinados para conseguir favores sexuais, ou buscam cargos públicos para o engrandecimento próprio. Na política internacional, o narcisismo, a agressão e o materialismo patológicos, em várias combinações, geraram ditadores que exploram países inteiros para seu ganho pessoal.

Qualquer que seja a arena, os efeitos dos processos primitivos, incluindo emoções como medo, ódio, ciúme, inveja e humilhação, são comuns em níveis conscientes e inconscientes em todas as pessoas que agem de modo destrutivo consigo e com outros. Os efeitos agregados desses processos dependem da maneira com que eles são integrados aos padrões comportamentais dos indivíduos em particular, e em como as instituições de uma determinada sociedade criam limites para certos comportamentos. Os efeitos não são triviais. Os homens mais destrutivos da história, os Hitlers, Stalins, Husseins e Pol Pots

do mundo, foram dirigidos tanto por motivos primitivos como por outros depravados: impulsos sexuais, agressivos, dependentes, egocêntricos, aquisitivos e narcisistas não refreados pelas proibições normais da consciência, e agiram em sociedades cujas instituições foram inadequadas para prevenir seus crimes. O poder desses processos deriva em parte do fato de que evoluíram originalmente para preservar a vida contra os perigos mais letais e em parte do fato de que eles tipicamente se combinam para reforçar uns aos outros. Em combinação com outros impulsos, o poder de qualquer disposição primitiva na motivação da ação humana é aumentado até um grau muito além do que se poderia esperar. Por estas razões, é crítico que o processo do desenvolvimento humano gere forças benevolentes na personalidade de criança: essas atitudes, sentimentos, constrangimentos e virtudes positivas que se opõem à expressão das tendências destrutivas. Apenas desta forma o mal pode ser limitado.

CAPÍTULO 14

AS DICOTOMIAS DO DESENVOLVIMENTO

Nossa alegação é, na verdade, que as propriedades mesmas dos conceitos são criadas como um resultado da maneira pela qual o cérebro e o corpo são estruturados e o modo como funcionam nas relações interpessoais e no mundo físico.

— George Lakoff e Mark Johnson

As metas da criação

Neste ponto será útil revisar certas capacidades funcionais quc dcvem ser adquiridas pela criança em sua preparação para a vida adulta. Capacidades para a produção econômica, cooperação social, intimidade pessoal e comportamento moral, para citar algumas, são adquiridas em graus variados por praticamente todas as pessoas. Dentre outros detalhes, pais sensatos querem que seus filhos tornem-se adultos economicamente auto-suficientes com habilidades ocupacionais economicamente úteis, e que não precisem da caridade privada ou de subsídios do governo. Pais sensatos também querem que seus filhos tornem-se adultos socialmente competentes, capazes de desfrutar de relacionamentos construtivos e da intimidade e cooperação necessárias para o casamento e a criação de filhos. Eles não querem que seus filhos tornem-se adultos reclusos, anti-sociais ou marginais, carentes de conexões positivas com outros seres humanos.

Os ideais individualistas das sociedades ocidentais são consistentes com essas metas de criação. Eles valorizam a iniciativa no lugar da inibição, a autonomia no lugar da dependência, a indústria no lugar da passividade, a honestidade no lugar da desonestidade, a produtividade no lugar do parasitismo, a correção no lugar da fraude, o consenso mútuo no lugar da coerção, o altruísmo no lugar da exploração. Esses e outros ideais refletem uma compreensão intuitivamente correta do que é necessário para que indivíduos e sociedades floresçam. Um exame cuidadoso revela que a agenda esquerdista enfraquece esses e outros ideais de desenvolvimento normal, substituindo-os por ideais de dependência e manipulação, incitando a guerra de classes, convidando os adultos competentes a regressar no serviço do Estado, e ameaçando a coesão da sociedade através do uso da coerção. Ela faz tudo isso através de uma campanha de propaganda constante que representa equivocamente a natureza humana e as condições do relacionamento humano viável. As ilustrações desses efeitos podem ser encontradas no decorrer deste livro.

Dinamismos e disposições funcionais

Durante o curso de seu desenvolvimento, as incontáveis experiências do indivíduo no tocante aos outros são organizadas em padrões complexos de pensamento, sentimento, comportamento e relacionamento. Esses padrões servem à busca da satisfação, são uma defesa contra estados emocionais dolorosos, definem a identidade pessoal e ajudam a encarar os desafios da vida adulta. Esses padrões adaptativos – ou mal adaptativos – são conhecidos como tendências, disposições ou dinamismos funcionais. Este último termo, após Sullivan, frisa sua natureza orgânica e direcionada a objetivos: eles são padrões duradouros de enfrentamento e defesa prontamente observáveis nas ações dos indivíduos ao longo do tempo. O maior desses dinamismos é a própria personalidade: um agregado abrangente de processos que procura integrar todos os aspectos do indivíduo e sua experiência com propósitos adaptativos. Todos os dinamismos evoluem durante o curso da infância, e então tendem a se estabilizar nos anos posteriores. Se forem baseados na infância mais tenra, é provável que resistam a mudanças posteriores; eles tendem a se tornar traços permanentes

de personalidade. Alguns exemplos de tais disposições, juntamente com suas contrapartidas disfuncionais, foram mostrados na Parte I. Eles são repetidos agora com o intuito de reintroduzir algumas idéias relevantes e para orientar o leitor de forma mais geral sobre o que o espera à frente. A criança em desenvolvimento pode adquirir, por exemplo:

- Uma disposição para o otimismo ativo: iniciativa enérgica baseada nas expectativas de que a vida irá bem como resultado dos esforços persistentes de alguém, em oposição à iniciativa inibida baseada em medos de que a inferioridade inerente levará ao fracasso ou de que a retaliação punirá o sucesso.
- Uma disposição de seguir o próprio caminho: um senso firme de auto-estima e liberdade de dirigir a própria vida, em oposição a uma submissão guardada baseada numa convicção temerosa de que a vida de alguém é controlada inevitavelmente por outras pessoas, poderosas e exploradoras.
- Uma disposição para a independência confiante e para a responsabilidade juntamente com as habilidades sociais adequadas para a cooperação econômica e social com outros, em oposição ao padrão duradouro e patológico de desamparo, necessidade e dependência como modo fundamental de vida.
- Uma disposição para a mutualidade madura: uma preocupação autêntica por outras pessoas baseada na empatia, identificação e compaixão por todos os seres humanos, especialmente aqueles que estão em desvantagem, em oposição a uma preocupação ostentosa mas falsa pelo bem-estar dos outros, que mascara esforços essencialmente predatórios para manipulá-los, dominá-los e explorá-los.

Esses são apenas quatro exemplos entre uma variedade quase infinita de disposições funcionais que podem se desenvolver num indivíduo até o momento em que o mesmo atinge a idade adulta. Eles estão apresentados aqui como dicotomias grosseiras para destacar o contraste entre os padrões adaptativos e mal adaptativos de comportamento.

A compreensão do comportamento humano desta maneira foi elaborada pela primeira vez por Erik Erikson em vários trabalhos, começando com *Infância e Sociedade*, de 1950. Nesse trabalho ele descreveu oito fases de desenvolvimento durante o período de vida humano. Expostas em suas dicotomias originais, elas são:

1. Confiança básica *versus* desconfiança básica.
2. Autonomia *versus* vergonha e dúvida
3. Iniciativa *versus* culpa.
4. Atividade *versus* inferioridade.
5. Identidade versus difusão de identidade.
6. Intimidade *versus* isolamento.
7. Geratividade *versus* estagnação.
8. Integridade *versus* desespero.

O primeiro termo de cada dicotomia representa uma tarefa de desenvolvimento: uma capacidade funcional a ser adquirida na preparação para a vida adulta. O segundo termo representa um fracasso de desenvolvimento: um resultado disfuncional com conseqüências potencialmente graves para a qualidade de vida de alguém. Abaixo são exploradas as implicações funcionais e disfuncionais de cada pólo desses e de diversas outras dicotomias do desenvolvimento, começando com a da confiança básica. Sua relação com as instituições econômicas, sociais e políticas da sociedade são então revisadas com alguma profundidade. Antes desse empreendimento, no entanto, alguns comentários introdutórios mostrarão a relevância geral desses conceitos.

Dicotomias e desenvolvimento

As dicotomias do desenvolvimento de Erikson – confiança *versus* desconfiança, autonomia *versus* vergonha e dúvida etc. – incorporam atitudes fundamentais de alguém para consigo mesmo e para com os outros. O resultado do desenvolvimento de uma dicotomia particular jamais é uma expressão pura de nenhum dos pólos, mas na verdade uma tendência líquida que surge da ação de ambos. Ou seja, entre os pólos de cada dicotomia há domínios contínuos representando o

alcance de cada disposição no comportamento de um determinado indivíduo: em direção à confiança ou à desconfiança, em direção à ação autônoma ou à auto-negação vergonhosa, em direção à iniciativa construtiva ou à inibição culpada, em direção ao esforço laborioso ou aos sentimentos imobilizantes de inferioridade, e assim por diante. Além disso, as diversas dicotomias de Erikson podem se combinar com muitas outras para produzir a estrutura complexa de atitudes, disposições e dinamismos que criam a personalidade adulta. Essas disposições influenciam fortemente a maneira pela qual as pessoas participam nos arranjos econômicos, sociais e políticos da sociedade.

Minha dívida para com os conceitos de Erikson ficará óbvia para o leitor familiarizado com seu trabalho. Sua influência restará especialmente evidente nas discussões sobre como as dicotomias de desenvolvimento relacionam-se com as instituições da sociedade. Mas não há, é claro, nada sagrado sobre o uso das dicotomias na compreensão da natureza humana. A lista de Erikson e os adicionados neste livro são empregados aqui por serem ferramentas conceituais úteis, não porque o comportamento humano exista somente em pares de opostos. O assunto é claramente muito mais complicado do que isso. A conquista da autonomia, apenas para dar um exemplo, pode ser abortada em favor não somente de um, mas de diversos resultados disfuncionais que façam defesa contra a vergonha e a dúvida. Em vez da autonomia saudável, a criança pode desenvolver traços rebeldes e desafiadores, ou passivos-agressivos, ou obsessivos-compulsivos em seu caminho à idade adulta; ou ela pode desenvolver alguma combinação dessas e de outras disposições. Como ficará claro abaixo, cada tarefa de desenvolvimento – confiança, autonomia, iniciativa, atividade etc. – é associada a muitos outros processos que moldam a personalidade para a vida adulta. A complexidade da natureza humana não pode ser negada, nem pode ser condensada num quadro conceitual único.

Defendendo ainda mais as dicotomias

Vale a pena notar neste ponto que o uso das dicotomias no discurso científico e filosófico tem sido criticado por certos estudiosos pós-modernos como algo arbitrário e ilusório, especialmente por aqueles

que se identificam com o desconstrucionismo e com as críticas feministas do pensamento ocidental. Os críticos citam opostos elementares – amor e ódio, vida e morte, bem e mal etc. – como exemplos de pensamento "binário". Eles sustentam que tais categorias estreitamente concebidas permitem, inapropriadamente, argumentos em favor do que já é desejado com base em premissas preconceituosas e culturalmente condicionadas. Afirmam, além disso, que os objetivos ocultos do uso de tais dicotomias – como bem e mal, ou certo e errado – não são realmente esforços bem intencionados para buscar a verdade, mas somente esforços desonestos para a obtenção de poder econômico, social e político e para estabelecer o domínio masculino. Ademais, dizem os críticos, a própria idéia mesma de "verdade objetiva" é altamente suspeita. O melhor que podemos realmente fazer para aprender sobre nosso mundo, dizem eles, é atingir uma "solidariedade" sobre como pensamos que as coisas poderiam ser, um tipo de consenso ou compartilhamento comunitário de mitos úteis, mas não uma convergência legítima que se aproxima de uma certeza epistemológica.

Este não é o local apropriado para debater sobre o assunto em profundidade, mas algumas palavras sobre o ponto de vista da biologia e da ciência cognitiva podem fornecer alguma perspectiva sobre essas críticas. Lakoff e Johnson mais recentemente, e outros antes deles, elaboraram um argumento elegante sobre a cognição humana como um mecanismo evoluído para o processamento de certos tipos de informação necessários à sobrevivência da espécie. Nossas mentes fisicamente contidas devem, primeiro e antes de tudo, compreender o contínuo real do espaço tridimensional e do tempo unidimensional no qual vivemos como organismos biológicos. Nesse sentido, temos que nos relacionar com categorias espaciais fundamentais como cima e baixo, esquerda e direita, frente e trás, dentro e fora, e a dimensões temporais fundamentais como passado e presente, mais cedo e mais tarde, antes e depois. Cérebros que evoluíram originalmente para processar esse tipo de informação sobre o mundo físico inanimado evoluíram mais tarde para processar outros tipos de informação sobre o mundo das coisas vivas. Os animais mais evoluídos aprenderam a discriminar entre coisas

amigáveis ou tóxicas, mortas ou vivas, protetoras ou ameaçadoras, e coisas do próprio tipo de alguém ou de um tipo diferente.

O cérebro dos mamíferos aprimorou assim os mecanismos para conceitualizar o mundo em termos dicotômicos, porque uma grande parte do mundo tinha de ser compreendida mediante tais contrastes. Nossos cérebros humanos adaptaram esses mecanismos ainda mais para raciocinar sobre aspectos do mundo não tão concretos como "em cima e embaixo", "esquerda e direita", ou "agora e depois", mas que ainda possuem características polares. Construindo no topo das habilidades cognitivas de nossos ancestrais, nós aprendemos a raciocinar sobre assuntos mais abstratos através de metáforas feitas sobre elementos conceituais de espaço, tempo, realidades materiais e processos corporais. Através de nossos cérebros mais complexos, os mecanismos primitivos que encerram essas realidades deram origem a conceitos metafóricos que nos ajudam a entender as idéias mais abstratas. Assim conseguimos falar sobre ideais que são altos e baixos, objetivos que são elevados ou inferiores. Falamos sobre crescer no mundo ou cair em momentos difíceis. Nós capturamos ou falhamos em capturar conceitos com nossos intelectos em vez de nossas mãos, alimentamos ou envenenamos nossas mentes com idéias em vez de comida, cultivamos ou rejeitamos nossos amigos, elevamos ou baixamos nossa moral, digerimos informações, devoramos fatos, expulsamos os que fazem o mal, damos nascimento a novas comunidades, penetramos mistérios, destruímos nossos oponentes, abraçamos princípios, e assim por diante. Dicotomias cruas sobre o espaço, o tempo e as realidades materiais tornam-se as bases para as metáforas sobre processos menos tangíveis. Eventualmente as mentes humanas inventaram maneiras de pensar sobre os eventos psicológicos e sobre os processos econômicos, sociais e políticos.

Com estas observações em mente, fazer a transição da conversa sobre dimensões espaço-temporais, como "em cima e embaixo" ou "passado e presente", para a conversa biológica sobre nascimento e morte ou doença e saúde não parece uma escalada muito drástica de abstração. A partir dessas concepções físicas, basta mais um curto passo para se chegar às idéias sobre como os serem humanos se relacionam naturalmente uns com os outros. Com mais alguns passos na evolução do

pensamento, construções puramente psicológicas, tais como confiança e desconfiança ou dependência e independência, emergem no domínio das idéias humanas. Assim, os mundos físicos de nossos sentidos e corpos, os mundos psico-sociais de nossa experiência pessoal, e a miríade de processos de desenvolvimento desde a infância até a idade adulta podem todos ser descritos em termos de metáforas, polaridades e contínuos. Pensar em tais termos é um importante método cognitivo de processamento de informação sobre nosso mundo e sobre nós mesmos. Nossas mentes funcionam assim porque nossos cérebros evoluíram desta maneira.

Portanto, meu uso de dicotomias neste livro é um esforço diligente de compreender a condição humana, e não uma manipulação de linguagem para propósitos sinistros. Pensar sobre a natureza humana e seu desenvolvimento com a ajuda de dicotomias é, na verdade, uma aplicação bastante elementar dos mecanismos inatos de raciocínio sobre fenômenos mentais e físicos que podem ser compreensíveis em termos de polaridades e contínuos. É claro, alguns críticos, notadamente os desconstrucionistas, argumentarão que qualquer defensa sensata dos métodos filosóficos e científicos modernos para buscar a verdade é apenas mais um exemplo de manipulação. Mas se assim fosse, todos os discursos racionais sucumbiriam ao mesmo argumento. Na verdade, se o desconstrucionismo for aplicado sobre si mesmo, o vazio definitivo de suas doutrinas torna-se óbvio. As pessoas com mentes investigadoras podem então retornar para uma tarefa mais importante, a de achar sentido no mundo, onde quer que isso as leve.

A relevância das dicotomias

Como nota final sobre o assunto das dicotomias de desenvolvimento, um argumento que é bastante elementar pode ser feito para a realidade mundana de tais disposições como confiança básica, autonomia, iniciativa, atividade, identidade, intimidade, geratividade e integridade. Ele depende do simples fato de que na vida diária nós descrevemos as pessoas, de forma bastante útil, em termos de disposições, dinamismos e dicotomias. Observamos, por exemplo, que algumas pessoas são previsivelmente confiantes em relacionamentos;

outras são céticas e desconfiadas. Algumas pessoas agem consistentemente com autonomia, enquanto outras precisam de muito encorajamento, ajuda e direção. Algumas pessoas mostram iniciativa prontamente, enquanto outras permanecem passivas. Algumas trabalham incansavelmente, enquanto outras permanecem paradas.

No tocante ao dinamismo da identidade, podem-se observar pessoas que parecem sustentar percepções definidas de si mesmas: elas têm idéias claras sobre quem são, o que valorizam, o que querem fazer com suas vidas, e como podem vivê-las confortavelmente. Outras, em contraste, relacionam-se apenas superficialmente, ou mesmo vagamente, consigo mesmas e com seus vizinhos. Elas parecem rasas e carentes de valores além dos caprichos do momento. Tendem a vagar passivamente pela vida sem muito propósito. É difícil de discernir uma identidade definida nessas pessoas.

Novamente, com quantidade suficiente de informações sobre a vida adulta de um determinado indivíduo, é geralmente possível determinar se ele desenvolveu uma capacidade de intimidade emocional e física com os outros, ou se permanece isolado e distante deles. Na idade adulta, em geral, pode-se também determinar se uma pessoa atingiu o estágio de geratividade em seu desenvolvimento – a capacidade para cuidar e ser pai ou mãe de sua própria cria literalmente, ou de alguma porção de sua comunidade, figurativamente –, ou, se em vez disso, ele permaneceu absorto em si mesmo de forma patológica, estagnado em seu próprio mundo e indiferente ao restante das coisas.

Uma vez estabelecidos na idade adulta, esses padrões resistem fortemente a mudanças. Eles tendem a permanecer como típicos de um determinado indivíduo por períodos longos. São freqüentemente chamados de respostas caracterológicas para enfatizar sua natureza arraigada e sua tendência a aparecer repetidamente em diversas situações no decorrer do tempo. Suas expressões na vida diária são notadamente persistentes mesmo quando causam problemas repetidas vezes.

Finalmente, com investigação suficiente, é possível observar entre as pessoas mais velhas se um determinado indivíduo atingiu um sentimento de integridade em sua vida: uma convicção duradoura de que ele viveu a vida de forma suficientemente boa, considerando o que lhe

foi dado, ou se, por outro lado, ele veio a crer que sua vida foi tragicamente fracassada, que ele falhou consigo ou com os outros, ou que os outros falharam com ele de alguma forma fundamental.

Com conceitos desse tipo é possível caracterizar as dimensões psico-sociais da natureza humana, algumas vezes em linguagem ordinária e algumas vezes com o jargão técnico da ciência social. Essas caracterizações são baseadas em fatos que pode ser verificados por outros observadores competentes. Quando sistematicamente desenvolvidas, elas constituem um conhecimento científico respeitável sobre o comportamento humano e as disposições que o definem. Mais ainda, essas caracterizações podem ser relacionadas de forma útil aos arranjos econômicos, sociais, e políticos que guiam nossas vidas.

CAPÍTULO 15

DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E PROCESSO SOCIAL

Minha opinião é que a boa ou má conduta futura de uma criança dependem inteiramente da mãe.

— Napoleão Bonaparte

Natureza humana e liberdade

O Capítulo 12 deste livro começou com comentários sobre o *status* científico das explicações comportamentais, e depois revisou certas características biológicas da natureza humana que precisam ser levadas em consideração quando se tenta compreender a personalidade e sua relação com as instituições sociais. O instinto de preservação e os impulsos sexuais e agressivos foram reconhecidos como fundamentais para qualquer concepção da natureza humana, mas o poder de outras disposições, especialmente as relacionadas à conexão, criação, narcisismo, possessividade e dependência, também foram reconhecidas. O capítulo anterior sugeriu que os mundos de experiência material, relacional e do desenvolvimento humano podem ser compreendidos em termos de metáforas, polaridades e contínuos. As dicotomias do desenvolvimento de Erikson são exemplos específicos desse tipo de pensamento: suas concepções de confiança básica, autonomia, iniciativa, atividade, identidade, intimidade, gerattividade e integridade são obviamente contínuos polares. Finalmente, a discussão até o momento tem mostrado, de forma geral, que os relacionamentos da criança com seus responsáveis determinam a maneira pela qual seus impulsos

biológicos são integrados às disposições psicológicas: ou seja, aos padrões de pensamento, sentimento, comportamento e relacionamento que caracterizam seu desenvolvimento em particular e o indivíduo único que emerge dele.

Com essas idéias em mente o foco volta-se agora para uma revisão dos primeiros relacionamentos da criança e de suas interações mais básicas com seus responsáveis. Essas interações dizem respeito ao seu ego em desenvolvimento, às pessoas importantes que se relacionam freqüentemente com ela (especialmente sua mãe, nos primeiros anos), e ao mundo mais amplo ao qual ela tem acesso crescente em virtude da rápida expansão de suas habilidades. O objetivo aqui é caracterizar certos processos no desenvolvimento da criança e relacioná-los à sua eventual capacidade de cumprir os desafios da vida adulta.

De particular interesse é a maneira pela qual os padrões de comportamento adquiridos durante a infância afetam o encontro posterior de um indivíduo com as regras de convivência da sociedade. A experiência comum sugere que na presença de uma dotação intelectual normal no nascimento, o resultado natural de uma criação boa o suficiente é um indivíduo adulto que busca liberdade econômica, social e política para a auto-realização e que coopera voluntariamente com outros para manter a harmonia social. Esse resultado advém da influência positiva da criação adequada sobre os instintos sociais programados nos seres humanos. A evolução programou o cérebro humano para facilitar as relações sociais, com propósitos de sobrevivência e reprodução. Esse programa inclui tendências inatas de conexão, confiança, afiliação, empatia, simpatia, compaixão, altruísmo e outras formas de cooperação social que emergem espontaneamente quando indivíduos vivem em comunidade. *A experiência comum sugere ainda mais que o resultado natural de uma boa criação não é um indivíduo adulto que busca o controle governamental sobre suas próprias atividades econômicas, sociais e políticas, ou um governo que o limita em sua habilidade de fazer acordos voluntários, informados e mutuamente consensuais com outros. Também não é um resultado natural da boa criação um pagador de impostos que aprove o confisco de seus bens e sua transferência a beneficiários anônimos*

de escolha do governo, mesmo que isso seja racionalizado através de rótulos enganosos de "compaixão" e "altruísmo".

Em todo caso, não pode haver dúvida razoável de que os seres humanos, na verdade, adquirem certas capacitações de confiança ou desconfiança, autonomia ou vergonha e dúvida, atividade ou inferioridade, intimidade ou isolamento etc., que Erik Erikson descreveu em *Infância e Sociedade*. Também não há dúvida de que os seres humanos podem ser descritos por rótulos comuns tais como esperançoso, hostil, voluntarioso, opositivo, fiel, competente, dependente, possessivo, desonesto, amoroso, pomposo e cuidadoso, apenas para mencionar alguns. Todos esses termos descrevem tendências mais ou menos duradouras intrínsecas aos seres humanos. Todas essas tendências são observadas rotineiramente nos relacionamentos sociais do dia-a-dia, em vários graus. A pergunta a se fazer é como essas e outras inúmeras disposições adquiridas na infância também interagem com as regras de convivência mais amplas da sociedade. Para começar a respondê-la com mais precisão, a discussão deve retornar novamente ao relacionamento mãe-criança.

O relacionamento mãe-criança

O laço mãe-criança é o cadinho no qual os fundamentos da psique são formados, sujeitos a quaisquer influências genéticas e congênitas que sejam relevantes. O bebê recém-nascido entra no mundo num estado de total desamparo. Todas as suas funções perceptivas – visão, audição, tato, olfato, paladar – são operacionais apenas num nível rudimentar, e incapazes de registrar quaisquer informações úteis para um cérebro que é igualmente inapto para processá-las. O bebê é incapaz de se orientar, mesmo no sentido mais elementar: ele não sabe onde está (não possui conceitos de orientação), não sabe que horas são (não possui o conceito de seqüência de eventos ou de continuidade de existência), não sabe quem é (não possui um conceito de si mesmo), e não sabe em que situação se encontra (não possui conceitos de sua interação com o mundo físico ou com outras pessoas). Ele não consegue se alimentar, se vestir ou se proteger sozinho, e não consegue manter uma higiene pessoal, regular a temperatura de seu corpo,

ou controlar suas funções excretórias. O bebê recém-nascido não possui vontade e nem habilidade para escolher no sentido ordinário desse termo. Ele está praticamente num estado vegetativo, e é totalmente dependente dos outros para sobreviver. A partir desse início modesto, a missão adequada de seus responsáveis é guiá-lo até a competência adulta. Um resultado com falta de competência representa um fracasso no processo de desenvolvimento, em grau maior ou menor.

A cuidadora mais importante do mundo do bebê é sua mãe. É tarefa dela provê-lo com os fundamentos mentais e emocionais sobre os quais ele se tornará um adulto autônomo, economicamente produtivo, auto-confiante e socialmente cooperativo, que joga de acordo com as regras e respeita os direitos dos outros. Este é o estágio final intuitivamente evidente de seus esforços. *Igualmente evidente é o resultado fracassado do outro extremo: um adulto infantilizado, econômica e socialmente dependente, que alega ser vítima, culpa os outros por seus fracassos, busca substitutos parentais, tenta manipular o sistema político, e sente-se no direito de tomar bens e serviços de outros forçosamente, ignorando seus direitos de recusar essas demandas. Entre esses extremos encontra-se um número essencialmente infinito de combinações de tendências socialmente adaptativas e mal adaptativas que impactam os processos sociais.*

A mãe se desdobra em suas tarefas, oferecendo à sua criança serviços extraordinários, incluindo os que fazem a diferença entre vida e morte nos primeiros 12 ou mais anos de vida. Nos anos posteriores os efeitos de seu cuidado tornam-se aparentes nos padrões de comportamento adaptativos ou mal adaptativos, conforme o caso. Nos casos afortunados, a criança aprende a encarar a vida com habilidade, coragem e determinação, fortificada desde cedo pelo amor, conselho e encorajamento da mãe. Nos casos menos afortunados, os fundamentos da personalidade tornam-se tão enfraquecidos pelos defeitos do laço mãe-criança e por outras influências adversas resultando em tendências poderosamente destrutivas: tendências auto-destrutivas que podem impelir o indivíduo a um final pessoal trágico, ou tendências destrutivas-ao-outro que causam prejuízos à sociedade, ou ambas. Novamente, um número infinito de combinações de disposições

adaptativas e mal adaptativas pode se desenvolver nos casos que se encontram no meio desses extremos.

Qualquer que seja o resultado eventual de seus esforços, a descrição do trabalho da mãe é espantosamente complexa e difícil, em parte porque a vulnerabilidade física da criança coloca sua vida em risco, em parte porque a vulnerabilidade emocional da criança coloca sua sanidade em jogo, e em parte porque as funções que ela deve assumir para compensar esse desamparo exigem energia, sensibilidade e paciência extraordinárias. Essas funções maternas críticas são, é claro, ausentes ou seriamente comprometidas quando a criança é vítima de negligência, privação ou abuso de qualquer fonte. Feridas de traumas tão precoces deixam cicatrizes para a vida inteira, que podem afetar os esforços posteriores de se viver numa sociedade livre e ordenada. Mas mesmo na ausência do trauma óbvio, dificuldades mais sutis, no entanto não menos sérias, no laço mãe-criança e nas interações da criança com os outros, podem afetar as capacidades posteriores de auto-confiança e desejo de cooperação.

Variedades da patologia paranóica, por exemplo, podem gerar percepções de vitimização em arenas políticas e sociais, e tendências sociopatas podem levar à exploração de outros nestas mesmas arenas. Uma patologia especialmente problemática para uma sociedade baseada na liberdade é a do adulto dependente e manipulador que, numa atitude de exigência de direitos, busca forçar os outros, através do processo político, a provê-lo com o que ele não consegue ou não quer fazer por si mesmo. É claro, a maioria das pessoas se recusará imediatamente a ceder a tais demandas se as mesmas forem feitas pessoalmente, no *tête-à-tête*. Elas se recusarão sobre as bases de que não o conhecem e não têm a obrigação moral ou legal de atender suas demandas. Num esforço em grupo com outros indivíduos exigentes, no entanto, e com o poder concedido pela política social esquerdista em mãos, grandes números de pessoas patologicamente dependentes podem encontrar oficiais do governo prontos a servi-los em seus interesses coercivos conjuntos. Se seu número for grande o suficiente, eles podem ser bem-sucedidos no processo eleitoral, impondo uma tirania de interesses especiais com conseqüências terríveis para a liberdade de todos.

As funções gerais de criação da maternidade

O que é necessário para que uma mãe crie sua criança e a conduza à maturidade adulta? Certas capacidades de criação com mais chances de proteger contra defeitos sérios de desenvolvimento e de assegurar os fundamentos do crescimento à competência vêm facilmente à mente:

- Amor maternal: uma reverência afetuosa intensa para com a criança.
- Ternura maternal: uma valorização profunda da vulnerabilidade emocional e física da criança e uma resposta compreensiva à mesma.
- Uma determinação feroz de proteger a criança de quaisquer perigos.
- Uma habilidade de se conectar à mesma em mente, disposição e espírito.
- Uma habilidade de compreender o que ela percebe, identificando, validando e corrigindo esta percepção.
- Uma habilidade de instruir a criança em como se relacionar racionalmente consigo mesma e com os outros.
- Habilidades de instruí-la na moralidade dos relacionamentos humanos, para validar seu domínio real e crescente sobre si mesma e seu mundo, para afirmar seu valor pessoal em bases realísticas, e para insistir em seu respeito pela soberania individual de outras pessoas.

São essas capacidades de criação que estabelecem o fundamento para o desenvolvimento posterior. Quando adequadas, elas instalam a infra-estrutura emocional para a conquista eventual de confiança básica, autonomia, iniciativa, atividade, identidade, intimidade, geratividade e integridade.

CAPÍTULO 16

CONEXÃO, DESCONEXÃO E CONFIANÇA

Onde o amor impera, não há desejo de poder, e onde o poder predomina, falta amor. Um é a sombra do outro.

— Carl G. Jung

A mãe e a criança

A ligação mãe-criança é o ambiente sustentador no qual os fundamentos da psique são depositados, sujeitos a quaisquer influências genéticas e congênitas que possam se aplicar. Esta ligação é um desenvolvimento instintivo natural quando mãe e criança são normalmente dotadas, mas sua realização em uma dupla bebê-mãe particular não é automática. A criança autista, com falhas no cérebro, não busca ou permite a conexão. A mãe que mergulhou num mundo de ilusões paranóicas ou ruminações depressivas não é capaz de conectar-se ao seu bebê inicialmente, ou de sustentar um compromisso saudável com ele. Entre a conexão saudável, numa das extremidades de um contínuo, e a conexão essencialmente não existente, na outra extremidade, existem variações incontáveis na natureza e qualidade do relacionamento mãe-criança. Dentro desta interação complexa, os processos de sustentação da vida básica evoluem para proteger o bebê. Ao mesmo tempo emergem suas primeiras experiências de cooperação e conflito. Conforme os fundamentos de sua personalidade são criados, ele começa a transformação de mamador passivo a instigador ativo de eventos humanos.

As primeiras interações com a mãe dão origem à primeira e mais primitiva experiência da criança consigo e com o outro, o ego e o mundo. Durante os dois primeiros anos de vida, os modos fundamentais de representação de todos os tipos de experiência são instalados na psique da criança. Eles podem ser adaptativos, mal adaptativos ou ambos. Baseada em sua experiência dos primeiros 20 anos de vida e sujeita às predisposições genéticas, a criança crescerá sentindo basicamente confiança ou desconfiança, receptiva ao mundo ou desconfiada dele, conectada ou desconectada emocionalmente, sólida em seu jeito de ser ou duvidosa sobre si, e convencida de uma realidade conhecível ao seu redor ou crendo que as coisas percebidas como evidentes pelos outros não passam de ilusões. Dependendo da natureza e qualidade de suas primeiras experiências, ela tenderá a sentir-se segura ou insegura, contente ou ansiosa, tranqüila ou agitada, coesa ou fragmentada, cheia ou vazia, gratificada ou privada, eficiente ou desamparada, conectada ou distante. Seu sentimento mais precoce de conexão e relação com outros; seu sentimento de previsibilidade, ordem, realidade e segurança no mundo; e sua fé e otimismo sobre o futuro surgem todos a partir da primeira conexão com sua mãe ou seus substitutos.

As primeiras experiências da criança em todos esses modos contribuem para as representações mentais posteriores de si mesma e do mundo de pessoas e coisas. Elas estabelecem os fundamentos de suas atitudes para consigo mesma e para com os outros. Erikson observou nesse período os precursores das tendências posteriores à exigência ou cooperação, generosidade ou avidez, receptividade ou rejeição, relaxamento ou tensão, otimismo confiante ou preocupação ansiosa. Os sentimentos sobre si mesma no tocante a ser boa ou má, valorosa ou desprezível, significante ou insignificante começam nos primeiros encontros da criança com a vida. E sua capacidade posterior para uma experiência espiritual certamente emerge de sua primeira experiência harmônica de comunhão com sua mãe, que lhe aparece como o primeiro criador onipotente em seu mundo. As percepções posteriores do mundo como algo previsível, estável, compreensível, amigável, aconchegante, receptivo e gratificante em oposição a algo imprevisível, caótico, confuso, indiferente, frio, abusivo e doloroso têm suas origens nos primeiros meses de vida.

As contribuições dessas experiências primitivas não podem ser ignoradas se se pretende entender a condição humana. Não obstante os efeitos das influências genéticas e as circunstâncias agravantes e atenuantes da vida posterior, qualquer análise do comportamento adulto e do processo social deve examinar o desenvolvimento infantil. *A primeira experiência da criança de privação ou saciedade, contentamento ou alarme, resposta amorosa ou negligência insensível e outros estados da mente afetam sua estimativa posterior de quanta riqueza material é necessária para que ela se sinta segura, de quanta responsabilidade ela deve assumir para si mesma, e de quanto cuidado dos outros ela pode obter pelo uso da força, incluindo a força do governo*. Sua primeira experiência de si mesma como objeto repetido do abraço terno de sua mãe ou de sua indiferença fria, ou sua disposição de acomodá-la ou frustrá-la, impactarão posteriormente suas expectativas de cooperação ou frustração por parte de outros. *As primeiras experiências da criança com seus responsáveis no tocante a acomodação ou conflito determinarão em parte se ela escolherá, na vida adulta, cooperar com outros como iguais políticos numa sociedade livre ou tentará transformá-los em servos obedientes numa sociedade coerciva*. Todas essas alternativas dependem de como os impulsos fundamentais na direção da auto-preservação, dependência, possessividade, narcisismo, agressividade, sexualidade, criação e relacionamento estão integrados em sua psique. Essas integrações começam nas primeiras conexões da criança com sua mãe. Elas iniciam seu desenvolvimento num ser econômico, social e político que escolhe trocar ou tomar, cooperar ou coagir, participar ou se retirar.

Instituições sociais e conexão

O que uma sociedade institucionaliza em suas regras de convivência com base nesses aspectos fundamentais de nossa natureza humana, e a que custo? Como já observamos, as sociedades ocidentais modernas institucionalizaram as funções do cuidado maternal, em primeiro lugar. Os termos “Estado-babá” e “assistência do berço ao túmulo” fazem referência a esse desenvolvimento pela maior parte do século XX. De fato, nós institucionalizamos em nossos rituais políticos até mesmo as atitudes de amor e carinho das mães.

O político de esquerda enfatiza sua devoção pessoal a seus eleitores, assegurando-os de que ele sente a dor de suas lutas e conhece sua necessidade de resgate. Ele lhes diz que não estão sozinhos, que se importa com eles, que lhes é devoto, e que não descansará até que consiga aliviar seus fardos com benefícios muito além do que eles poderiam prover por si mesmos. E retórica de campanha é invariavelmente passional em suas garantias de segurança. A tarefa de prover para todas as incertezas da vida, desde o cuidado pré-natal e infantil até a educação, habitação, assistência médica e aposentadoria, é agora considerada a função adequada do governo. O governo tornou-se a "mãe essencial"[11] do primeiro e último recurso. As pessoas tornaram-se tuteladas permanentes do Estado.

Mas ao prover todas as coisas para todas as pessoas o governo esquerdista moderno também busca controlá-las num nível muito além do que é necessário para a liberdade individual, segurança da comunidade e harmonia social. A ideologia esquerdista incita o cidadão a colocar sua confiança fundamental no governo, a vê-lo como a mãe de todos os provedores, e a desconfiar daqueles com quem teria que fazer trocas voluntárias para conseguir o que quer. Ao fazer isso, o político busca redirecionar aos órgãos do governo a confiança que pode e deve servir de base para que o indivíduo toque sua própria vida através da cooperação voluntária com outros.

Os programas governamentais apelam para a passividade do cidadão ao implicar que ele não precisa pagar por sua própria saúde, habitação ou aposentadoria. E que ele também não precisa cooperar com seus semelhantes para esses propósitos. Em vez disso, ele precisa apenas confiar que o governo disponibilizará o que quer de que ele precise, e implementará essa confiança cedendo aos seus oficiais o poder de taxar as pessoas e regulá-las para seu benefício. Em resumo, o governo convida o cidadão a votar no candidato que promete o que um pai daria a um filho. Ele o convida a assumir o papel dependente de filho, a render sua soberania pessoal ao Estado, a ignorar sua

---

11 No texto original o autor faz um trocadilho usando as palavras "other" (outro) e "mother" (mãe). Ele usa o termo "essencial (m)other" para brincar com o termo "essencial other", que significa algo como "o meu outro essencial", juntando-o com o papel da própria mãe – NT.

obrigação existencial de tomar a responsabilidade por seu bem-estar material e social, e a conceder poder aos oficiais do governo como seus guardiões.

Política e dependência patológica

Em sua ampla socialização das necessidades humanas mais básicas à custa da liberdade, da responsabilidade e da tomada de risco individuais, a propaganda esquerdista inteira é uma prescrição para a dependência patológica. Pelo fato de todos os adultos começarem a vida como crianças desamparadas, o apela desta prescrição é reconhecido e explorado no mundo todo. Nossa história precoce de dependência completa nos deixa com desejos infantis residuais pelo retorno à gratificação sem esforços, sob o cuidado de um benfeitor onipotente. A partir da perspectiva do bebê, a mãe é, ou deveria ser, justamente esse tipo de benfeitor: um provedor onipotente que tem o poder de lhe dar o que quer que seja necessário, quando quer que seja necessário, e de protegê-lo de todos os riscos. Ele assume corretamente que suas intenções são benignas e amáveis, e rende-se a ela voluntariamente – porque não tem outra escolha. O custo, incluindo todo o tempo e esforço extraordinários que ela despende em seu favor, não é uma objeção do ponto de vista da criança muito jovem.

Se não forem combatidos por ideais de auto-confiança, os anseios primitivos dos cidadãos comuns pela dependência tornam-se facilmente em sua demanda por direitos e generosidades governamentais. Os convites do político esquerdista ressoam fortemente nos anseios do povo de conseguir algo por nada, de viver à custa do trabalho de alguém. O cidadão incauto que se sente necessitado por qualquer razão, que permanece ignorante sobre as implicações econômicas do Estado assistencialista e que retém um desrespeito infantil pelos direitos de propriedade dos outros, morde a isca política tão naturalmente quanto um bebê que aceita o alimento de sua mãe. É claro, esse tipo de resposta é adequado para um bebê. Mas não é adequado para um adulto numa sociedade livre. A total dependência da criança em relação à mãe é uma realidade inevitável e uma condição necessária à sua sobrevivência. Sua boa vontade em confiar completamente nela como provedora em todos os sentidos é essencial para o seu crescimento.

Mas o contrato do cidadão com um governo parental é uma escolha que ele pode fazer numa urna de votação. Muito freqüentemente ele é ignorante das implicações dessa escolha e sucumbe às seduções da agenda esquerdista.

A ascensão histórica da agenda esquerdista no mundo ocidental foi fortemente alimentada pelos anseios latentes das massas por reviver a experiência da segurança garantida do cuidado parental idealizado. Esses anseios são amplamente inconscientes. Se confrontado com eles, o indivíduo dependente negará seu significado verdadeiro e até mesmo sua existência. Em resposta a esses anseios os programas assistencialistas do governo coletivo prometem prover o que a criança pequena desfrutava, ou deveria ter desfrutado, em seus primeiros anos de vida: a generosidade e proteção amorosas de uma mãe todo-poderosa. O político de esquerda explora quaisquer deficiências de desenvolvimento que tenham restado desses anos, prometendo acalmar nossos temores mais básicos: nós precisamos somente lhe dar poder e dinheiro suficientes para que ele o faça. É por esta rota que os políticos dos "Estados-babá" da Europa e das Américas têm ganhado o poder através do desejo das pessoas de serem adotadas. Sem exceção, as principais populações do mundo ocidental convidaram seus governos a assumir as funções mais fundamentais de criação da família nuclear. Ao fazê-lo, no entanto, elas também delegaram aos governos o poder de pais sobre filhos.

Instituições e valores

Em qualquer Estado democrático, aquilo que é institucionalizado é de fato uma expressão do que seu povo valoriza mais profundamente, tanto sábia como tolamente. De maneira mais geral, o que é institucionalizado nos arranjos de convivência de uma sociedade democrática depende de quais anseios e temores o eleitorado acredita que devem ser endereçados pelo Estado. Se os ideais do eleitorado são a liberdade individual, a responsabilidade, a realização pessoal e a cooperação voluntária, e se os temores são aqueles relacionados às invasões da pessoa e propriedade de alguém ou às violações de contratos, então as regras da sociedade protegerão os direitos à propriedade privada e o

desempenho de acordos executáveis. Se, por outro lado, o povo anseia por ilusões de igualitarismo, segurança material garantida e regulação ampla das pessoas, deseja a indulgência e teme a incerteza e sua própria inveja e inadequações num nível suficiente, então ele rejeitará o ideal da liberdade. Esse povo criará, em vez disso, o Estado gerencial moderno, e lhe concederá poder para regular, compensar, taxar e redistribuir sob a desculpa da justiça social.

Uma sociedade amante da liberdade, em contraste, não institucionalizará programas governamentais que tentem substituir, na vida dos cidadãos adultos, as funções de criação adequadas à infância. As regras protegendo a liberdade não devem permitir que pessoas capazes de cuidar de si mesmas através de um trabalho remunerado, mesmo que somente num nível de subsistência, parasitem seus concidadãos apelando à igualdade social ou econômica, à inveja de circunstâncias melhores, a um sentimento grandioso de falsos direitos, ao desejo de serem adotadas, à recusa indignada ao trabalho subalterno, ou à simples preguiça.

Para aquelas pessoas que, de fato, carecem de capacidade para cuidar de si mesmas, as organizações de caridade da comunidade podem – e para preservar a liberdade da sociedade, *devem* – fornecer voluntariamente os recursos necessários para reabilitar essas deficiências, ou então compensá-las se elas forem incuráveis. Sobre esse assunto é importante notar que, para a preservação da liberdade como ideal político dos mais altos, a provisão voluntária dos serviços de caridade pelas comunidades locais é a única maneira de prevenir as inevitáveis invasões de liberdade que ocorrem quando os governos assumem a responsabilidade pelos necessitados. Em sua simpatia inata pelas pessoas seriamente desfavorecidas, a maioria da população é incapaz de ignorar seus apuros por muito tempo, e insistirá que algo precisa ser feito para elas, por alguém. A questão é sempre se isso será feito voluntariamente, e portanto de forma livre por pessoas capazes da comunidade, ou se será uma obrigação imposta pelo governo, tornando-se mais uma oportunidade de coerção para enfraquecer a liberdade. *Qualquer governo com o poder de se tornar mãe de seus cidadãos também tem o poder de dominá-los e de roubar deles: taxando-os,*

confiscando suas propriedades e anulando seus acordos e contratos. Por esta razão, as instituições legalmente executáveis da sociedade devem ser muito limitadas, para que o governo encarregado de proteger as pessoas contra a tirania e o roubo não se torne, ele mesmo, o tirano e ladrão mais perigoso.

CAPÍTULO 17

CONFIANÇA, DESCONFIANÇA E PROCESSO SOCIAL

A esperança ajuda o homem a fazer uma aproximação do enraizamento possuído pelo mundo animal, no qual o equipamento e o ambiente instintivos, começando com a resposta materna, verificam um ao outro, a não ser que uma catástrofe surpreenda o indivíduo ou a espécie.

— Erik Erikson

A importância fundamental da confiança

Os capítulos recentes exploraram certas implicações que a privação materna e o abuso precoces têm para a cooperação numa sociedade livre, e aludiram ao impacto de tais traumas sobre os fundamentos da confiança básica. O capítulo presente oferece algumas perspectivas adicionais sobre a confiança e sua relevância para os arranjos sociais, começando com a observação de que a confiança básica é simplesmente uma precondição para o engajamento com o mundo. Baseado em sua crença de que ele pode depender de sua própria mente e corpo, em sua fé num mundo suficientemente benigno, e em sua convicção de que ele pode relacionar-se eficientemente consigo e com outros, o adulto saudável numa sociedade saudável encara a vida na expectativa de que ele e os outros podem interagir para o benefício de todos, fazendo o que concordaram em fazer e comportando-se de acordo com regras mutuamente aceitas.

Uma expectativa de confiança no sentido ordinário da palavra é tipicamente implícita em qualquer acordo para se fazer algo em

conjunto. A maioria das transações começa com a premissa de que as partes participantes se comportarão adequadamente: elas respeitarão as pessoas e as propriedades umas das outras, honrarão os termos do acordo, e manterão quaisquer promessas que foram feitas de boa fé. A confiança permite que as pessoas façam arranjos umas com as outras, que relacionem sem o uso da força, e que atinjam os objetivos individuais e coletivos que facilitam a busca da felicidade. A liberdade numa sociedade ordenada depende fortemente na confiança e em seu anverso, a confiabilidade. Esta última é uma disposição duradoura para com a boa vontade autêntica, a honestidade, a eqüidade, a consideração mútua e a confiança nas transações pessoais e financeiras. A capacidade de confiança básica é central a todos os relacionamentos fundados sobre o consentimento mútuo, e não sobre a coerção.

Destaco especialmente que o objetivo do desenvolvimento normal numa sociedade livre não é instilar na criança uma "confiança" de que o governo tomará conta dela quando adulta. O conceito de confiança básica de Erikson não admite a possibilidade de que um cidadão espere que uma porção significativa de sua vida seja subsidiada pelo estado ou por qualquer outra pessoa. Infelizmente, isso é exatamente o que o político esquerdista promete invariavelmente aos seus eleitores: que eles podem e devem confiar no governo para garantir seu bem-estar material. Já que uma expectativa desse tipo leva claramente a uma dependência adequada apenas à infância, sua persistência na idade adulta enfraquece necessariamente o crescimento para a competência. Ainda mais crítico para o conceito racional de confiança, no entanto, é o fato de que qualquer relacionamento em que o governo adote seus cidadãos não é de forma alguma um relacionamento de confiança. É, em vez disso, uma barganha *faustiana* baseada na dependência patológica dos cidadãos e na disposição dos políticos em explorá-la. "Confiança" de que o governo subsidiará a vida de alguém obviamente não é o que Erikson ou qualquer outro psicólogo tem em mente como uma conquista de desenvolvimento, e tal atitude de exigência de direitos não pode ser entendida por nenhum pensador político comprometido com a liberdade como um conceito social de confiança. As considerações

econômicas, sozinhas, contradizem qualquer conjunção de confiança e subsídio do governo: a realização da liberdade individual não é compatível com a transferência forçada de riquezas. Em sociedades genuinamente livres a riqueza é transferida apenas através de trocas voluntárias entre aqueles que compram, vendem e trocam em mercados livres, ou através da herança, ou através de doações caridosas a destinatários escolhidos pelo doador.

É claro, a troca econômica é apenas uma categoria de uma gama incontável de interações por livre escolha que fornecem a substância do processo social numa sociedade livre. Nessas interações, a confiança assumirá um papel crítico como força capacitadora para a cooperação voluntária somente se permanecer não contaminada pela intromissão da coerção governamental além da necessária à proteção dos direitos básicos de liberdade. A confiança requer que os termos dos acordos, sejam eles econômicos ou sociais, sejam respeitados de fato. Mesmo nessas transações, no entanto, a confiança é baseada primeiramente na suposição de honestidade e integridade de todas as partes. A confiança básica, no sentido *eriksoniano* de um otimismo a priori sobre a vida, encontra-se no coração do processo social numa sociedade livre e ordenada. Em qualquer concepção abrangente de liberdade individual, o desenvolvimento da confiança básica é uma preparação indispensável para o mundo adulto das transações voluntárias.

A desconfiança esquerdista e suas conseqüências

Na medida em que o político de esquerda tem sucesso em sua regulação intrusiva e em suas transferências forçadas de riqueza, ele enfraquece os incentivos das pessoas e antecipa suas oportunidades de resolver seus problemas sociais através da cooperação voluntária. Esta é, na verdade, a estratégia central da agenda esquerdista: semear a dúvida e o medo nas mentes das massas a fim de prepará-las para intrusões governamentais adicionais em suas vidas. A agenda esquerdista tenta regularmente promover a desconfiança nas pessoas, convencendo-as de que as soluções locais para os problemas são inadequadas e que as tentativas locais de solução devem ser reguladas pela burocracia do governo, sob pena de fracassarem. Os esforços do

governo falham tão ou mais regularmente e, mesmo assim, os burocratas continuam a propor uma intervenção ainda maior do governo. Apesar de seu longo histórico de fracassos, o político de esquerda e seus companheiros garantem a todos que pretendem lhes dar o voto que sob seus programas as pessoas podem "confiar" que educação, moradia, saúde, aposentadoria e outros muitos benefícios "necessários" serão fornecidos sem quaisquer conseqüências adversas. A verdade, no entanto, é que o mundo real de tais programas abunda em conseqüências adversas.

Uma das piores é a corrupção da fibra moral do povo. Note-se, por exemplo, que o cidadão comum, mesmo quando levado a acreditar que o subsídio do governo é uma política pública legítima, nunca pensaria em pedir uma ajuda similar a um vizinho ou a qualquer outra pessoa de sua cidade, ou a qualquer pessoa em particular em nenhuma outra cidade. Jamais ocorreria de Smith, por exemplo, dizer a seu vizinho Jones que o selecionou para subsidiar uma de suas despesas, e que Jones precisa lhe fazer um cheque no valor específico da mesma. À parte o fato de que Smith ficaria, moralmente falando, envergonhado de fazer tal exigência, ele também sabe com bastante certeza que algo assim seria recebido com aversão e imediatamente recusado por Jones. Se Smith tentasse então forçar uma "contribuição" de Jones, seu comportamento se tornaria também criminoso, e não apenas vergonhoso. Nesse cenário Jones poderia chamar a polícia para relatar a tentativa de Smith de extorqui-lo.

Note que a moralidade desta situação não mudaria se Smith estivesse acompanhado de diversas outras pessoas da comunidade, fazendo uma exigência em grupo a Jones pelo mesmo subsídio que Smith demandou individualmente. Imagine, por exemplo, que Smith e mais uma dezena de pessoas se apresentem à porta de Jones e exijam para o grupo o que Smith havia exigido para si mesmo. Jones ficaria, é claro, ainda mais aborrecido com a exigência do grupo do que quando Smith a havia feito sozinho. E se o grupo tentasse forçar Jones a obedecer, então novamente o comportamento vergonhoso acabaria num comportamento criminoso. Mas note também que se o grupo que exige o dinheiro de Jones for o governo, o argumento não se altera.

Se é o IRS que bate à porta de Jones, ele ainda está certo em sentir-se ultrajado com a exigência de subsidiar alguém que não conhece ou com quem não se importa. Roubo é roubo, extorsão é extorsão, não importa quem esteja realizando o ato. A imoralidade e criminalidade de ações desse tipo, sejam elas realizadas por indivíduos ou governos, sejam elas chamadas de roubo ou de taxação, são claras a qualquer pessoa sensata. Mas a propaganda assistencialista da agenda de esquerda tem sido bem-sucedida no embotamento do senso de certo e errado do homem médio quando é o governo que comete o crime.

Seduzido pela política assistencialista de esquerda, aquele que busca o subsídio não vai até o seu vizinho, que recusaria sua exigência, mas em vez disso vai ao seu deputado, o qual lhe garante que ele merece uma transferência forçada pelo governo de algo que ninguém lhe daria por livre escolha. O deputado explora o fato de que nessa transferência, que na verdade é um roubo mediado, nem o destinatário e nem o pagador de impostos conhecem um ao outro. Esta manobra elimina o potencial de uma recusa indignada que aconteceria na relação comum entre vizinhos. O anonimato do roubo contorna a desaprovação social e blinda o destinatário contra a vergonha pública. Aqueles que participam desta conspiração são corrompidos. Aqueles que não participam são desmoralizados. Os fundamentos da confiança básica na cooperação voluntária são enfraquecidos em ambos os casos.

Implicações adicionais da confiança básica

Não obstante os esforços esquerdistas para enfraquecer o papel da confiança em transações voluntárias, a idéia de confiança básica, quando compreendida além das relações pessoais imediatas, tem tudo a ver com o processo social em todos os níveis. A confiança, em todas as formas de relacionamento social, desenvolve-se onde os indivíduos exercitam consistentemente um respeito, baseado em princípios, pelas pessoas e por suas propriedades, e honram os termos de acordos feitos de boa-fé. Tal respeito evita as reações emocionais poderosas e freqüentemente perigosas que acontecem quando a confiança é traída. Quebra de contrato, invasão de propriedade, violações de direitos

civis, calote de dívida, contaminação das convenções sociais, profanação de rituais religiosos e contravenções de tratados políticos são percebidos rotineiramente como violações da confiança, e evocam emoções e ações que perturbam a harmonia social. Tais traições geram conflitos pessoais e sociais intensos, numa escala limitada, podendo muito bem levar a guerras, numa escala maior. No domínio limitado do relacionamento matrimonial, por exemplo, o dano emocional que ocorre tipicamente com a infidelidade sexual pode perturbar e destruir tanto a união matrimonial como, ao menos temporariamente, as habilidades funcionais das partes envolvidas. Numa escala muito maior, a perturbação social profunda é vista tipicamente entre nações e grupos étnicos quando são violados acordos territoriais ou rituais religiosos. Em cada caso de confiança traída ou da percepção de tal ato, seja interpessoal ou internacional, a ameaça de retaliação e revolta social nunca está distante demais. As emoções individuais e grupais ativadas nessas situações – medo, raiva, ciúme, desgosto e desespero, junto com os comportamentos reativos que delas emanam – são notadamente similares de um caso para o outro.

A importância da confiança torna-se ainda mais óbvia quando seu oposto, a desconfiança, caracteriza as expectativas numa transação. No caso extremo, dois indivíduos paranóicos são tão desconfiados um do outro que as negociações nem chegam a começar, ou deterioram-se tão rapidamente que nenhuma transação consegue acontecer. (O extremo oposto, uma fé cega de que os outros sempre terão as melhores intenções no coração, pode colocar em risco a vida, o corpo e a propriedade). É claro, nesses casos onde há fraude, transgressão, quebra de contrato ou outras violações, a desconfiança é completamente adequada e deve levar ao término imediato do relacionamento. A desconfiança nesses casos é claramente racional e não representa uma falha de desenvolvimento. Em transações legítimas, por outro lado, indivíduos confiantes mas responsáveis honram os termos do acordo. Pessoas assim esperam cooperação umas das outras, mas tomam as precauções adequadas para garantir que cada parte seguirá o que as regras exigem. Baseada em expectativas realísticas de comportamento confiável, mas balanceadas com precaução, a posição do indivíduo competente não é nem de ingenuidade infantil e nem de anulação paranóica.

Com essas observações em mente, é difícil exagerar na importância da confiança nas vidas dos indivíduos, bem como nas comunidades locais. Uma vez que a busca individual de alguém por objetivos pessoais, numa sociedade livre, requer a cooperação com outros, as transações baseadas num comportamento genuinamente confiante são críticas para a realização pessoal. Mas dadas as conseqüências terríveis da confiança traída em todos os níveis de interação social, torna-se igualmente claro que a busca racional da sociedade por ordem econômica, social e política é criticamente dependente de um ambiente ético que suporte a conquista da confiança básica por seus cidadãos. Por estas razões, o comprometimento de uma sociedade com a confiança, em todos os níveis, é essencial ao seu tecido moral. A confiança é fundamental para a vida do homem.

CAPÍTULO 18

AUTONOMIA E PROCESSO SOCIAL

Os criadores de nossa Constituição lutaram para garantir condições favoráveis à busca da felicidade. Eles reconheceram o significado da natureza espiritual do homem, de seus sentimentos e de seu intelecto. Eles sabiam que apenas uma parte da dor, do prazer e das satisfações da vida são encontradas nas coisas materiais. Eles procuraram proteger os americanos em suas crenças, pensamentos, emoções e sensações. Eles conferiram, contra o Governo, o direito a ser deixado em paz – o mais abrangente dos direitos, e o mais valorizado pelos homens civilizados.

— Juiz Louis Brandeis

A personalidade desenvolve-se pela aquisição de liberdades sucessivas.

— Jane Loevinger

Individuação e autonomia

Para abordar a segunda das tarefas do desenvolvimento de Erikson, entra em cena uma exploração dos fundamentos da autonomia adulta. Como já foi notado, o termo autonomia significa, literalmente, "auto-governo". Ele refere-se a um controle internalizado de certas funções essenciais à vida racional. Os fundamentos sobre os quais a autonomia adulta normal se desenvolve são estabelecidos nos primeiros anos de vida. Eles consistem em transformações maciças na composição mental, emocional e física da criança. O processo geral pelo qual essas mudanças ocorrem é chamado comumente de individuação: é o processo de diferenciação e integração da pessoa

de alguém num ego distinto, unitário e soberano. A individuação é fundamental para qualquer sociedade baseada nos princípios da liberdade individual.

Autonomia como realização do desenvolvimento

A conquista da autonomia é crítica ao funcionamento adulto. Assumindo que a criança tenha adquirido uma pequena quantidade de confiança básica, o processo de individuação começa com a habilidade crescente na criança que começa a andar e perceber o mundo, de controlar seu comportamento motor e suas habilidades excretoras, de identificar o que quer e de fazer escolhas mais ou menos deliberadas em vez de decidir meramente por impulsos. Conforme a criança deixa para trás a dependência dos primeiros meses de vida, ela começa a construir seu ego através do exercício de sua vontade emergente e de uma consciência crescente de si mesma como pessoa distinta das outras. O processo continua pelo restante da infância e, na verdade, por todo o ciclo de vida, se tudo correr suficientemente bem. O resultado esperado da individuação é um adulto auto-confiante mas cooperativo, com uma convicção robusta de que possui o direito a tocar sua própria vida e relacionar-se voluntariamente com os outros. Infelizmente este processo pode ter resultados indesejáveis, alguns dos quais estão mostrados abaixo. Entre eles estão os padrões nos quais a liberdade de alguém para agir de forma autônoma é debilitada por vergonha ou dúvida, por medos paranóicos do controle de outros, pela convicção de que a vida de um adulto deve ser dirigida pelos pais ou criadores, ou pela necessidade de pseudo-independência através de provocações arbitrárias.

O adulto autônomo assume corretamente seu direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Assume esse direito como uma convicção moral: ele tem o senso adequado de direito a uma vida própria, de viver como entende ser certo e não como alguém diz. Mas a autonomia madura não consiste na crença de que alguém pode fazer ou ter o que quiser sem respeito aos outros e sem merecimento. Ela não implica em direitos a bens e serviços de outros simplesmente porque alguém os exige ou necessita deles. Esta é a atitude de uma

criança dependente. Mas a independência madura que caracteriza a autonomia adulta não é também a falsa independência do narcisista. Ela não é o desdém insensível pelo outro, que está sempre presente no narcisismo patológico, mas geralmente escondido por um charme superficial. A autonomia madura não leva a uma convicção de que os outros têm o dever de admirar alguém, de satisfazer seus desejos ou submeter-se à sua vontade.

A pessoa verdadeiramente madura aprende, ao contrário do narcisista, que todas as outras pessoas são sujeitos em seu próprio direito, e não meros objetos a serem explorados. De importância particular é o fato de que o desenvolvimento normal da autonomia também exige o desenvolvimento normal da mutualidade. O indivíduo moralmente capaz reconhece prontamente que a dignidade que ela aplica em sua própria vida pertence da mesma forma às vidas dos outros. Em termos intersubjetivos, ela reconhece o outro como sujeito, e não como mero objeto. Com base nesse reconhecimento, a pessoa verdadeiramente autônoma honra a soberania de outras pessoas competentes e respeita o direito de cada uma de viver uma vida de si mesma. Essas descobertas são críticas para a participação numa sociedade livre. Elas dão base a nossos conceitos de liberdade individual, levam a proibições contra a invasão de privacidade e propriedade de outros, e estabelecem o fundamento para a atitude de igualdade perante a lei.

Individuação

A individuação tem sido chamada de "segundo nascimento", um tipo de emergência psicológica análoga ao nascimento físico a partir do ventre. Sua primeira expressão evidente aparece por volta dos 15 meses de idade e continua num ritmo especialmente rápido pelos dois anos seguintes. O processo é fortemente associado com os principais avanços do desenvolvimento cognitivo e da mobilidade física. Ele é energizado por tendências inatas de explorar o mundo e ganhar domínio sobre o mesmo. A criança é programada para aprender tão rapidamente quanto possível sobre seu ambiente: o mundo espaço-temporal de massa, movimento, força e energia, e o mundo interpessoal das relações humanas. O objetivo de longo

prazo deste processo é o desenvolvimento de um adulto competente, auto-confiante, independente e realizado, que respeita a pessoalidade de outros e interage com eles através da cooperação voluntária, e não da coerção.

A não ser que esses experimentos precoces de ação humana e mutualidade sejam realizados com alguma forma de retaliação vinda de outros, a criança procurará, durante o curso de sua vida, condições de liberdade e cooperação para buscar seus objetivos. Sua competência crescente validará sua imagem de si mesma como um agente independente que pode agir eficazmente em seu próprio favor. Mas sua percepção crescente da soberania de outros e o respeito cada vez maior por seus direitos a constrangerão a agir apenas dentro de certos limites éticos e morais. Ela conhecerá, por experiência própria, a satisfação de agir livremente em busca de preenchimento pessoal, sujeita às regras de cooperação necessárias para garantir a mesma oportunidade a outros.

A experiência precoce da criança com seus responsáveis determinará fortemente se ela se tornará ou não um protagonista livre, eficiente, legítimo, cooperativo e mútuo. As mudanças seguintes estão entre as mais importantes que caracterizam os fundamentos iniciais da autonomia:

- Capacidade aumentada de atenção, concentração, percepção, reconhecimento, raciocínio e memória.
- Expansão e elaboração da experiência consciente com aumento de diferenciação do sentimento e expressão emocionais.
- Aquisição da linguagem e de habilidades de comunicação não verbais.
- Controle aprimorado das funções de alimentação e excreção.
- Grande aumento em força, controle corporal, curiosidade e comportamento exploratório.
- Capacidades emergentes de escolhe, vontade e ação.
- Auto-representações crescentemente unificadas e estáveis com o desenvolvimento das funções de identidade, atividade e relacionamento.

- Representações crescentemente estáveis e unificadas da mãe como objeto ao mesmo tempo gratificante e frustrante.
- Apreciação crescente da mãe como pessoa independente e soberana.
- Interesse aumentado na separação física da mãe e tolerância à mesma.
- Conexão amorosa intensificada com a mãe e seus substitutos.
- Percepções e representações crescentemente precisas dos outros como seres separados e soberanos.

A individuação é, assim, um processo complexo envolvendo grandes progressos na maturação física e intelectual da criança. Esse processo é fortemente influenciado pelo comportamento de seus pais ou responsáveis, e bastante dependente de ela ter adquirido os fundamentos da confiança básica nos primeiros 12 a 15 meses de vida. O suporte da sociedade à individuação é crítico para a realização da liberdade econômica, social e política. O indivíduo autônomo que pode definir, ajustar e buscar seus próprios objetivos significativos procura naturalmente a liberdade para atingi-los enquanto respeita os direitos dos outros a fazer o mesmo. De fato, quanto mais o indivíduo for capaz de governar a si mesmo, menor será sua necessidade de ser governado por outros. Quanto mais regulação governamental for imposta sobre ele, menos liberdade ele terá para governar a si mesmo, e menos incentivos e oportunidades ele terá para conquistar a autonomia. Ele então procurará o governo para compensar suas deficiências.

CAPÍTULO 19

BIOLOGIA E AUTONOMIA

A aceitação da ontologia é, eu creio, semelhante em princípio à nossa aceitação de uma teoria científica, de um sistema físico; nós adotamos, ao menos na medida em que somos razoáveis, o esquema conceitual mais simples possível, em que fragmentos desordenados de experiência crua podem ser ajustados e arrumados.

— Willard V. Quine

Os fundamentos biológicos da autonomia

Os fundamentos da autonomia começam nas realidades biológicas que definem a natureza humana e a natureza do relacionamento humano. Entre essas realidades está o simples fato de que cada indivíduo é um organismo com um corpo, separado de todos os outros corpos, cujo conteúdo está envolto num envelope de pele e cujas ações são dirigidas por um ego interior. A realidade crítica aqui é o fato de que cada ser humano, desde o momento em que chega ao mundo, é uma entidade separada e distinta. Cada ser humano, no nascimento e para todo sempre, é uma coisa física objetivamente real diferente de todas as outras coisas físicas do universo. Ao longo do curso do desenvolvimento, cada corpo torna-se para seu proprietário a referência material a um "mim" único e objetivo. É também a única residência de um "eu" único e subjetivo. Enquanto estiver vivo, o corpo e o cérebro/mente que ele contém (o "mim" objetivo) são descontínuos do resto do mundo. Enquanto estiver vivo, o cérebro/mente e a mente/ego que ele contém (o eu subjetivo) são descontínuos do resto do mundo.

Exatamente da mesma forma que um ser humano é uma entidade objetivamente diferente de todas as outras do mundo, é também verdade que sua experiência subjetiva de si mesmo é diferente de sua experiência subjetiva de tudo mais. Note-se que por simples introspecção, cada um de nós pode identificar o que tem sido chamado de "ego subjetivo" e "ego narrativo." Esse é o ego sobre quem estou falando quando digo que "eu sinto isso", "eu penso isso", "eu quero isso" ou "eu fiz aquilo". Claramente, minha consciência deste "eu" é muito diferente de minha consciência sobre todas as outras coisas. Note-se também que por simples introspecção e observação, cada um de nós pode identificar um "ego objetivo" ou um "ego empiricamente observável". Este é o "mim" que é meu corpo e minha torrente de consciência. Ele é todas as coisas que eu identifico como "mim": as várias partes do meu corpo, suas funções e aparência, sua conexão ao resto de mim, sua história comigo no decorrer do tempo. Tomados juntos, meu ego subjetivo (meu "eu") e meu ego objetivo (meu "mim") constituem o núcleo único de minha experiência pessoal. Note-se ainda que a singularidade desta experiência surge como resultado de minha separação de todas as outras coisas. Na verdade, o caráter único desta experiência ancora dentro de mim o núcleo ontológico, ou "ser", de minha natureza humana como um indivíduo diferente de todos os outros indivíduos e de todas as outras coisas. Mais ainda, a individuação do meu ego, o processo pelo qual eu me torno uma pessoa totalmente competente, começa nesta realidade existencial e depende continuamente dela.

O fato de que sou separado de todas as outras coisas impõe limitações fundamentais sobre quaisquer idéias que eu possa cogitar sobre ser juntado, fundido, misturado ou combinado de qualquer outra maneira a pessoas ou coisas em alguma concepção coletivista do mundo. A base biológica para a autonomia está numa realidade simples: o corpo e o ego de cada pessoa permanecem para sempre descontinuados dos corpos e egos de todas as outras pessoas e das substâncias de todas as outras coisas. Esta realidade permanece verdadeira não importa o quão fortemente desejemos nos fundir magicamente com os outros, e de quão determinados possamos ser em atingir essa fusão através de rituais religiosos, místicos, sexuais ou políticos.

A negação dessas limitações, tanto para propósitos políticos como para propósitos psicológicos defensivos, tem sido a causa de estragos políticos profundos entre intelectuais de esquerda nos últimos dois séculos. Mais especificamente, em sua negação da separatividade, atividade, autonomia e soberania do indivíduo, a agenda esquerdista pode também negar que o indivíduo, e somente o indivíduo, deva ser considerado como unidade econômica, social e política última, em vez de algum grupo ou coletivo arbitrário. Não há como se exagerar na importância desse ponto. É somente por meio dessa negação que as liberdades e vidas de milhões de indivíduos têm sido sacrificadas nos altares coletivistas. *É a soberania do indivíduo, baseada em sua separatividade, que é profundamente honrada pela filosofia do individualismo. É precisamente a soberania do indivíduo que é desprezada pelo credo esquerdista do coletivismo. Ao negar a natureza física, biológica e psicológica dos seres humanos, a mente esquerdista nega a base da liberdade humana.*

O corpo separado e vulnerável

O nascimento do bebê diretamente do ventre da mãe é, naturalmente, o nascimento de um ser humano como entidade física separada. Esse evento traz mudanças nas condições de existência, tanto no momento de sua ocorrência como depois, que são certamente profundas, por qualquer medida. A mais importante dessas mudanças é o fato de que o corte do cordão umbilical rompe a conexão osmótica da circulação do bebê e de sua mãe: sua entrada de nutrientes e sua eliminação de dejetos não podem mais ser feitas automaticamente através de seus corpos conectados. *Ao terminar o parasitismo do bebê para com o útero da mãe, o nascimento remove permanentemente todas as garantias de segurança material para o restante de sua vida. É um fato politicamente importante que o bebê seja agora uma entidade separada e altamente vulnerável, que foi transportada do ambiente limitado mas garantido do ventre para o ambiente ilimitado e contingente do mundo exterior. Esta condição existencial mais básica, que dura a vida inteira para todas as pessoas, gera grande parte dos conflitos políticos modernos.*

As fronteiras de pele e orifícios do bebê são notáveis, por mais do que sua simples topologia. Elas não somente demarcam sua existência como um organismo separado de seu ambiente. Sua integridade física também o possibilita viver, ao auxiliar na regulação da temperatura do corpo, na entrada de nutrientes e na eliminação de dejetos. O invólucro corporal é sua primeira barreira protetora. Se uma parte muito grande de sua pele entrar em colapso, da mesma forma entrarão os processos que sustentam a vida. A fronteira do corpo delimita a coisa viva, envolve-a, evita que ela se funda com outras coisas vivas e não vivas, protege o metabolismo que a mantém viva, e fornece a base física e biológica para qualquer que seja o grau de individualidade a ser atingido.

Mas a necessidade do indivíduo de separar-se de seu ambiente é algo que existe em paralelo, como em todas as coisas vivas, por sua necessidade de certos tipos de conexão com o mesmo. No caso dos humanos e na maioria dos outros animais, essa conexão deve ser tanto psicológica como física. Tendo observado que a fronteira da pele nos separa do ambiente, notamos com igual ênfase que nossos órgãos especiais de entrada, digestão, metabolismo e eliminação nos conectam fisicamente ao nosso ambiente, para garantir a sobrevivência. (Wiggins & Schwartz 1999)

Semelhantemente, em respeito à nossa existência psicológica, a fronteira da pele nos dá a base da experiência de sermos entidades separadas, mas nossos sistemas cognitivo, emotivo e comunicativo nos conectam ao mundo, possibilitando que nos relacionemos com o ambiente e com outros atores. Estas e outras realidades da existência humana, juntamente com certas restrições impostas pelo condicionamento precoce, definem as limitações da liberdade humana. Nós não podemos, por exemplo, ser livres das fronteiras de nossos corpos, e nem podemos ser livres de nossas conexões preservadoras da vida com o ambiente. Nesses e em outros aspectos, a liberdade é sempre limitada, nunca absoluta.

Além de tais limitações, no entanto, há certos temores que podem surgir em qualquer um que não esteja bem protegido contra a realidade da separação. Na verdade, como será visto mais tarde, a doutrina

do coletivismo em si é, entre outras coisas, uma proteção maciça e irracional contra as ansiedades da separação inerentes à condição humana: medos de isolamento, solidão, rejeição, abandono, sentimentos de insignificância, e a angústia existencial que preenche o vazio espiritual. Nesses estados, seres humanos podem buscar conexões não somente com outras pessoas e coisas, mas doutrinas políticas que prometem o alívio do medo da separação.

CAPÍTULO 20

AUTONOMIA E EGO

Jamais haverá um estado realmente livre e iluminado até que o Estado venha a reconhecer o indivíduo como poder mais alto e independente, do qual todo o seu próprio poder e autoridade são derivados, e tratá-lo de acordo.

— Henry David Thoreau

Ego e atividade

A separação física de nossos corpos é tão óbvia quanto inalterável. A mente individual é necessariamente baseada nesse fato, mas é também baseada desde o nascimento em diante nas relações com os outros. Essas realidades são simultaneamente limitantes e geradoras de poder em toda a ação humana. Seres humanos podem agir separadamente uns dos outros, mas também *com*, *para* e *contra* os outros. O adulto individuado é ao mesmo tempo um agente autônomo e um participante imerso no tecido interpessoal deste mundo. Seu ego e os egos de outros permanecem sempre distintos uns dos outros, e ainda assim relacionam-se uns com os outros em graus variáveis pelas interdependências incontáveis da condição humana. De fato, para sua saúde mental e física continuadas numa sociedade livre, um adulto deve manter um ego soberano com um sentimento claro de sua própria identidade, ao mesmo tempo em que mantém uma conexão dinâmica com outros egos. Este relacionamento entre o ego e a sociedade é recíproco: embora seja verdade que não pode haver uma sociedade

sem os indivíduos que a constituem, é também verdade que não há indivíduos que possam viver de forma integral sem uma sociedade para se relacionarem.

A natureza do ego

O que os psicólogos chamam de "ego" consiste no órgão consciente, inconsciente e autoconsciente da mente. É também o órgão funcional, integrativo e executivo da mente. O ego é funcional na medida em que percebe o ambiente, avalia as condições relevantes, estabelece objetivos e planeja ações. O ego é integrativo na organização e coordenação de vários processos mentais sob o controle de uma personalidade unificada e de uma consciência amplamente unificada. O ego é executivo quando inicia, sustenta e termina ações volitivas ao mesmo tempo em que monitora seus efeitos e altera suas decisões de ações adicionais.

Como fenômeno psicobiológico gerado pelo cérebro, o ego controla a si mesmo e o corpo em que vive por meio de conexões neurofisiológicas e neuro-humorais do cérebro para consigo mesmo e para outras partes do corpo. Mais notadamente, é um fato de minha existência que nenhum outro cérebro além do que reside em meu corpo gera ou controla qualquer coisa que eu pense, sinta ou faça. Esta observação muito simples, mas fundamental, tem levado os psicólogos cognitivos, desde Magda Arnold e Albert Ellis na década de 1950, a enfatizar o fato biologicamente concreto de que cada um de nós deve assumir responsabilidade individual por seus próprios pensamentos, emoções e ações. O psiquiatra cognitivo Maxie Maultsby colocou o assunto de forma mais sucinta quando escreveu: "meu cérebro, e meu cérebro apenas, cria, mantém e elimina todos os meus pensamentos, emoções e comportamentos." (Maultsby 1984)

Este discernimento da natureza humana implica que os esforços para compreender as causas de qualquer instância de pensamento, emoção ou comportamento devem levar em conta a maneira pela qual o cérebro biológico do indivíduo e seu ego psicológico processam as informações. A informação processada pode consistir em virtualmente qualquer coisa que seja registrada na psique: uma mudança

no clima, um comentário casual, um evento acidental, os elogios ou insultos de alguém, os fracassos ou sucessos de alguém, os pensamentos ou sensações físicas de alguém, os ganhos ou perdas financeiros de uma pessoa, a morte de um querido, *ad infinitum*. Para gerenciar sua vida, cada pessoa deve levar em conta o significado que sua própria mente/cérebro atribui a qualquer informação recebida sobre o ambiente, já que é precisamente com base nesse significado atribuído que ela criará, manterá e eliminará todos os seus sentimentos, pensamentos e ações. Na análise final de cada resposta que ela dá, seja através de uma ação, emoção ou pensamento, são suas próprias percepções dos eventos, os julgamentos de valor que ela faz sobre eles, o significado pessoal que ela lhes atribui – em resumo, seus significados para ela – que geram todas as suas ações, emoções ou pensamentos. Assim, a última instância de controle de tudo o que eu faço está dentro de mim, em minha própria mente, que processa quaisquer informações impactantes e responde com os comportamentos por ela gerados.

Este fato tem implicações claras na questão da autonomia e na disputa entre individualismo e coletivismo: no final das contas, é somente a mente – o ego – que reside em meu próprio corpo, não no corpo de mais ninguém, que causa o que eu faço. Quaisquer que sejam as contribuições dos estímulos de fora, de eventos externos ou de circunstâncias ambientais – sejam elas físicas, econômicas, sociais, políticas, raciais, étnicas ou outras – o fator mais próximo entre todos os fatores causais de meu comportamento reside dentro de mim.

O ideal da individuação

No caso de qualquer ação determinada, é claro, há sempre uma questão sobre ser ou não verdade que eu possuo o comando consciente, intencional, volitivo ou racional dos fatores causais dentro de mim: essas necessidades, impulsos, emoções, atitudes, apetites, motivos, objetivos e anseios que operam na produção do meu comportamento. Agir conscientemente (ou racionalmente), ou "de minha própria e livre vontade", variará com a ação e a situação, e com meu grau de consciência dos fatores que influenciam meu comportamento. Em qualquer caso, no entanto, se eu realmente ajo, é porque escolhi

fazê-lo, seja racional ou irracionalmente, ou porque reagi a algum estímulo impulsiva ou compulsivamente, ou simplesmente por reflexo. Em qualquer instância na qual sou eu que ajo, é sempre o meu cérebro e somente ele que escolhe entre alternativas percebidas, tanto livremente como debaixo de impulsos, compulsões ou transferências, e é sempre meu cérebro que inicia, sustenta e termina meus atos. Com base nisso, sou eu sempre a pessoa mais causalmente responsável por minhas ações já que todos os fatores, notadamente os externos a mim, são filtrados através dos mecanismos de meu cérebro, independentemente de quão fortes e independentes de mim eles pareçam ser. O princípio da responsabilidade individual que existe no fundamento da liberdade ordenada é baseado nesta realidade da natureza humana.

O fato de uma determinada pessoa estar ou não respondendo autonomamente ao seu mundo tem sido, justificadamente, uma grande preocupação do campo da psicoterapia. Não é por acaso que a máxima de Maultsby seja a base para a terapia mais moderna, amplamente praticada e melhor validada entre todas as chamadas terapias cognitivo-comportamentais, as quais procuram instalar ou restaurar o pensamento racional, o controle emocional e a eficiência funcional às pessoas perturbadas. De fato, o objetivo primário de toda psicoterapia, não apenas das cognitivas-comportamentais, é maximizar a autonomia do paciente: sua capacidade de controle volitivo fundamentado sobre pensamentos, emoções, comportamentos e relacionamentos. Mas esse mesmo objetivo é também central a qualquer concepção racional da criação de crianças: é a esperança de todos os pais sensatos que suas crianças se tornem adultos autenticamente maduros, realizados e confiantes, que sejam ao mesmo tempo capazes de cooperar com os outros. Assim, os objetivos da psicoterapia e os objetivos da criação da criança compartilham o ideal ocidental do homem individuado: o indivíduo autônomo e livre para escolher, mas ético e moral, um agente tanto soberano como social que coopera com os outros por consentimento mútuo, não por coerção, numa sociedade governada pela lei. Aqui, em linguagem mais comportamental do que filosófica, está o ideal de base psicobiológica do individualismo. A pergunta crítica a ser feita, então, é se e até que ponto os arranjos

para se viver numa determinada sociedade são consistentes com esse ideal. Mais particularmente, perguntamos se e a que ponto a agenda esquerdista é consistente com esse ideal.

Iniciativa, ego e conexão

As necessidades humanas de interação com o ambiente e com outras pessoas não são atendidas passivamente; elas requerem atos interiores iniciados por indivíduos atuando sozinhos ou em conjunto. Uma seção mais à frente explorará de maneira mais completa o conceito de iniciativa como uma conquista do desenvolvimento. Por enquanto, uma breve exploração da natureza da iniciativa e sua emergência na criança muito jovem é relevante.

A mera sobrevivência física requer que todos os organismos superiores iniciem certos tipos de ações sobre o ambiente. Com este propósito o potencial de iniciativa é programado no cérebro humano da mesma forma que nos cérebros de outros animais. Como já foi notado anteriormente, indícios de iniciativa aparecem muito cedo na resposta da criança a um ambiente que ela abraça com prazer. Uma vez ativada, sua capacidade crescente para a ação intencional é modificada por influências ambientais, das quais as mais importantes são as que emanam de seus responsáveis. Quando essas influências são suficientemente favoráveis, sua capacidade para tal ação é trazida gradualmente para debaixo do controle da escolha racional. O bebê desamparado e totalmente dependente é então transformado, durante um período de mais ou menos 20 anos, numa fonte adulta de iniciativa independente e prudente. Esta transformação é obviamente essencial para a autonomia adulta. Em sua contribuição eventual para a competência adulta, ela ajuda a justificar o ideal político de soberania pessoal.

É normal localizar a fonte de iniciativa num termo comumente compreendido, o "ego", uma idéia já visitada em certo ponto. O ego pode ser pensado como o envelope ou o limite que sustenta a existência psicológica numa maneira semelhante à do envelope físico que sustenta a existência biológica do corpo. O envelope do corpo, por um lado, é manifestamente físico e químico, consistindo de pele,

cabelo e unhas como seu invólucro. O envelope psicológico do ego, por outro lado, não é físico, exceto por ser baseado em processos psicológicos no cérebro. Em vez disso, este envelope é uma função da capacidade de mente de perceber a realidade por meio de representações mentais, especialmente aquelas que registram as diferenças ou fronteiras reais entre ego e não-ego. Mais precisamente, o envelope do ego consiste, primeiramente, em representações do ego como uma entidade física e psicológica única; segundo, em representações do ego em relação a outras pessoas e coisas; e terceiro, em representações da separatividade do ego de outras pessoas e coisas, tudo adquirido no curso do desenvolvimento adequado.

Todas as representações servem como mapeamentos da experiência de alguém nos reservatórios de memória da mente. Todas são acessadas rotineiramente por processos associativos, para identificar e lidar de forma adaptativa com os eventos do mundo real. Eventos interpessoais são de interesse especial. Representações realísticas facilitam as distinções feitas entre o ego e outros egos em processos econômicos, sociais e políticos, e mesmo em assuntos mundanos como o uso dos pronomes eu e nós, você e eles, ele e ela, e ao especificar possessão com as palavras meu e seu, dele e dela, nosso e deles. Esses mapeamentos da experiência interpessoal operam tanto nas regiões conscientes como inconscientes da mente. O quão bem eles servem como fronteiras depende de quão claramente as representações do ego são diferenciadas das representações dos outros, e em que medida as representações tanto da separatividade como da conexão limitam adequadamente a tendência da mente de confundir imagens discrepantes de qualquer tipo.

De especial importância é a eficácia desses mapeamentos em ajudar o indivíduo a avaliar as realidades do mundo interpessoal. Essas realidades incluem os processos econômicos, sociais e políticos iniciados por indivíduos e grupos. Abrangem as visões mundiais da cultura em que o indivíduo vive como uma entidade separada que está também imersa numa ação coletiva. A habilidade de um dado indivíduo de avaliar a razoabilidade desses processos e visões mundiais depende, em parte, de como e em que medida ele interpreta sua separatividade

e seus relacionamentos com outras pessoas. As representações mentais que borram as fronteiras entre ego e outrem nutrem as ilusões de coletivismo e sua negação da atividade, autonomia e soberania do indivíduo. Representações mentais que reconhecem a separatividade e especialmente a autonomia dos indivíduos amparam os princípios do individualismo.

O ego-corpóreo, atividade e autonomia

A configuração bipolar do ego tem seu desenvolvimento em origens remotas. Gabbard resumiu a pesquisa de Stearn sobre os cinco domínios da auto-experiência em bebês e crianças pequenas. (Gabbard, 2000) A primeira percepção do bebê sobre si mesmo é aquela que emerge de seu ego corpóreo, que está preocupado principalmente com necessidades fisiológicas, e aparece durante os primeiros dois meses de vida. Uma segunda percepção do ego emerge entre dois e seis meses de idade, o ego nuclear. É um ego-com-outro primitivo, que evolui da conexão profunda da criança com sua mãe. Uma terceira percepção, o ego subjetivo, aparece entre sete e nove meses. Esse ego é caracterizado por uma capacidade crescente de ressonância emocional ou equiparação de estado afetivo com a mãe. A quarta percepção, o ego verbal ou categórico, "emerge entre 15 e 18 meses e está associado à habilidade crescente da criança de pensar simbolicamente e de comunicar-se verbalmente." Uma quinta percepção do ego chega entre três e cinco anos de idade e é chamada de ego narrativo. Como esta conquista a criança começa o que se tornará uma perspectiva história vitalícia sobre si mesma, já que sua memória a capacita a conhecer a continuidade de sua existência, e suas auto-representações duradouras permitem que ela veja a si mesma como protagonista de sua própria história.

De interesse particular para os propósitos presentes é o fato de que a função conhecida como atividade está entre as quatro funcionalidades essenciais que Stearn identifica com a percepção emergente da criança sobre si mesma; as outras três são coerência, afetividade e continuidade. A atividade, como já foi notado anteriormente, refere-se à percepção emergente da criança sobre si mesma como

instigadora de eventos, um ser com eficácia causal. A funcionalidade adicional da coerência neste esquema de desenvolvimento pessoal refere-se ao fato de que a criança começa a se ver como um ser distinto e duradouro, com fronteiras que a separam dos outros. É claro, conforme seu ego emerge das relações em que se forma, ela também aprofunda sua conexão com os outros, coerente com sua natureza bipolar. As emoções que energizam e aprofundam essas conexões definem o núcleo emocional do ego. Assim, o ego humano é nascido numa relação ego-com-outro com a mãe, seu núcleo emocional é desenvolvido nessa relação, diferenciando-se numa entidade que é coerente e distinta da dela, atingindo atividade e continuidade conforme a individuação prossegue. É esta progressão ou seu fracasso, em parte, que prepara ou fracassa em preparar a criança para suas relações posteriores com o mundo.

CAPÍTULO 21

AUTONOMIA, INDIVIDUAÇÃO E INDIVIDUALISMO

O que a pesquisa sobre a interação mãe-bebê descobriu sobre reciprocidade precoce e influência mútua é mais bem conceituado como o desenvolvimento da capacidade de reconhecimento mútuo.

— Jessica Benjamin

Indivíduos possuem direitos, e há coisas que nenhuma pessoa ou grupo podem fazer com eles (sem violar seus direitos). Esses direitos são tão fortes e abrangentes que levantam a questão sobre o que, se é que existe algo, o Estado e seus oficiais podem fazer.

— Robert Nozick

Os elementos do individualismo

A idéia de que um ser humano tem o direito de dirigir sua própria vida surge a partir da filosofia do individualismo, um conjunto mais ou menos coerente de crenças, atitudes e julgamentos de valor que recomenda o modo com que os indivíduos devem se relacionar consigo, com os outros e com as instituições da sociedade. Esta filosofia afirma que o indivíduo é a unidade econômica, social e política primária da sociedade, em contraste ao coletivismo, que atribui essa distinção a

um ou outro grupo de pessoas, um "coletivo".[12] Mais ainda, o individualismo defende que as causas do comportamento humano em todos os níveis devem ser encontradas principalmente nos motivos, valores e ações de pessoas individuais, e não em forças coletivas como uma "vontade nacional".

Essas afirmações têm importância especial para a dinâmica da liberdade humana. O individualismo insiste que a liberdade de um indivíduo de viver como quiser não pode ser subordinada a nenhuma regra baseada no coletivo além daquelas necessárias para garantir a ordem social e a liberdade para todos os indivíduos. Ele insiste, ainda, que para preservar a atividade, autonomia e soberania do indivíduo, as decisões por políticas oficiais devem dar importância primeiramente ao indivíduo, não a um grupo, e especialmente não ao governo. A única função legítima do governo é valorizar as vidas dos cidadãos protegendo seus direitos como indivíduos, não como membros de uma classe ou grupo; não se deve permitir que nenhuma causa coletiva se sobreponha a esses direitos. O individualismo opõe-se a qualquer concepção do Estado ou outro coletivo como prioritário sobre o indivíduo. Em particular, ele opõe-se a qualquer noção de que o indivíduo exista para o bem do Estado.

Esses princípios são consistentes com a natureza bipolar do homem, com sua capacidade inata para a autonomia compreendida como um auto-governo, e sua capacidade inata para mutualidade compreendida como um respeito aos direitos e sensibilidades de outras pessoas. Nenhum individualismo racional aprovaria a idéia de que alguém deveria poder fazer – ou ter – qualquer coisa que quisesse sem respeito pelos outros, e nem reivindicar que os outros tenham a obrigação de admirar alguém, realizar seus desejos ou submeter-se à sua vontade. No modo que é contemplado pelo individualismo, o indivíduo genuinamente autônomo assume, até que se prove o con-

12 A seguinte definição de coletivismo de Theodorson e Theodorson, *Dicionário Moderno da Sociologia*, é típica: coletivismo é "A doutrina de que a atividade econômica deva ser controlada através da ação coletiva e não deixada às ações não reguladas de indivíduos em busca de seus próprios interesses. É o oposto da filosofia do *laissez-faire.* O termo é geralmente definido num sentido mais amplo para incluir tanto os sistemas de propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição como os sistemas de propriedade privada com forte regulação estatal ou coletiva. No entanto, o termo é algumas vezes usado como equivalência a socialismo ou comunismo".

trário, que todas as outras pessoas são também agentes autônomos, e não meros objetos a serem explorados. Dito em termos intersubjetivos, ele reconhece o outro como sujeito, não como mero objeto, como uma pessoa, não uma coisa.

Regras e direitos sob o individualismo

Uma conseqüência especialmente importante desta concepção é que o indivíduo – e não um grupo ou o coletivo – deve ser considerado a verdadeira unidade política. Ou seja, uma vez que qualquer regra do governo prescreve o que os indivíduos devem ou não fazer, e uma vez que qualquer regra deste tipo determina necessariamente como as vidas dos indivíduos são beneficiadas ou prejudicadas, é o indivíduo que deve ser sujeito e objeto primário das decisões políticas, sejam elas no domínio econômico, social ou político. Sem esta ênfase, o indivíduo pode ser privado de seu direito mais fundamental à vida, liberdade, propriedade e busca da felicidade. Sem esses direitos ele pode se tornar, como um escritor já disse antes, "absorvido na massa social".

Para evitar esse resultado, o individualismo afirma que certos direitos legais devem ser garantidos por lei. Esses direitos são – ou devem ser – regras para a conduta humana projetados para proteger todos os indivíduos igualmente em suas pessoas, propriedades e contratos, e em sua liberdade de viver suas vidas como bem quiserem. Em particular, direitos desse tipo são necessários para proteger os indivíduos contra danos feitos por outras pessoas agindo sozinhas ou em grupos, e especialmente de danos provenientes das ações dos governos. Por serem oriundos a indivíduos, e não a classes ou grupos, os direitos à liberdade evoluíram para ficar em concordância com a natureza do homem e com suas condições de vida. Eles são comprovadamente essenciais à paz, à ordem, à segurança e à felicidade. Uma característica crítica desses direitos é que eles são relativamente gratificantes para todos quando obedecidos, mas dolorosos a alguns quando são violados. O direito de não ser escravizado, por exemplo, é relativamente gratificante para todos, embora a escravidão possa ser altamente gratificante para donos de escravos e intensamente dolorosa para os escravizados.

Para a proteção dos indivíduos contra toda e qualquer intrusão coletiva, é necessário que os direitos sejam atribuíveis apenas a indivíduos, e não a grupos. Se este não for o caso, então um direito atribuído a um grupo de pessoas poderá violar direitos essenciais à liberdade dos indivíduos, sejam eles membros do grupo ou não. Para ilustrar melhor, assuma-se que é dado a certo grupo o direito de forçar um de seus membros a tomar uma injeção de droga tranqüilizante em seu corpo. Assuma-se também que o membro não concordará com a injeção. Se o direito legal de injetar do grupo for mais forte que sua objeção, ele não terá mais controle sobre o que pode ser feito com seu corpo. Como resultado, ele terá uma perda no direito de propriedade de seu corpo, necessário à vida e à segurança, e sua liberdade de viver sua vida como bem quiser estará drasticamente comprometida. Como outro exemplo, assuma-se que certo grupo de pessoas receba o direito legal de ter moradia gratuita através de uma taxação de 10% da renda anual dos indivíduos com renda superior a 100 mil dólares por ano. Não importa se esses indivíduos se oponham ou não à taxação, eles terão uma perda do direito de propriedade de seus bens materiais. Sua liberdade para usar esses bens como quiserem terá sido drasticamente cerceada.

Esses argumentos podem ser repetidos quantas vezes forem necessárias para qualquer outro par de direitos individuais e de grupo. Eles provam que qualquer sistema legal que coloque os direitos coletivos à frente dos direitos individuais não pode ser aceitável para pessoas que valorizam a liberdade individual como ideal político primário. Por essa razão, direitos coletivos, independentemente de seu apelo superficial, não podem ser a base para uma política social racional. Por conseqüência, não pode haver direitos de grupo legítimos que não sejam conjuntos simples de direitos individuais.[13]

13 Consideremos o caso onde um homem solitário está perto de morrer de fome e rouba comida de uma outra pessoa. Em termos estritos ele violou os direitos de propriedade do outro, embora uma ética de compaixão possa passar por cima da imoralidade do crime. Mais ainda, esse tipo de roubo será tipicamente desculpado sob a doutrina do privilégio para casos de necessidade. Suponhamos, no entanto, que o roubo tenha sido cometido por um grande grupo de homens famintos contra um grande grupo de homens com muita comida. Nós podemos perguntar, então, se os números importam, e se sim, quantos homens famintos podem roubar de homens com muita comida sem que haja uma violação inaceitável dos direitos de propriedade. Esses exemplos ilustram a ambigüidade inevitável das regras de conduta humana nos casos chamados pela lei de “casos duros”.

As bases biopsicológicas do individualismo

Muito do que se discutiu anteriormente tem a ver com a maneira pela qual o individualismo se relaciona com a vida econômica, social e política dos seres humanos e com certas regras e direitos necessários para garantir a liberdade ordenada. Pelo bem da coerência como uma filosofia política, no entanto, está claro que os princípios do individualismo devem ser consistentes com aqueles traços biológicos, psicológicos e sociais básicos da natureza humana. Para demonstrar essa consistência, será útil listar novamente diversos traços que definem essa natureza. Todos os seres humanos são caracterizados por:

- A necessidade do corpo de um invólucro com fronteiras para separá-lo de seu ambiente (Wiggins e Schwartz).
- A vulnerabilidade do corpo e a morte biológica no caso do rompimento dessa fronteira.
- A necessidade do corpo de conexão com o ambiente para manter sua temperatura normal, ingerir e metabolizar nutrientes e expelir dejetos.
- A presença de um cérebro e de mecanismos neurológicos associados que geram o ego do indivíduo e suas faculdades conscientes, inconscientes e autoconscientes.
- Um ego que se desenvolve em relacionamentos com outros e que necessita de conexões constantes com outros para manter sua integridade estrutural e funcional.
- A necessidade do ego de ter as fronteiras intactas para manter a coerência funcional e o equilíbrio emocional, em analogia à necessidade do corpo de um invólucro intacto.
- As necessidades do ego de separação e conexão com o mundo interpessoal de outros egos, em analogia às necessidades do corpo de separação e conexão com o mundo físico.
- Faculdades de percepção, cognição, resposta afetiva e controle motor que conferem ao ego o poder da escolha volitiva, da eficiência causal e da autonomia.

- Vulnerabilidade à quebra das fronteiras funcionais entre o ego, outros egos, e o mundo físico sob os efeitos de doenças, danos, isolamento, excesso de estímulos etc., resultando numa perda de equilíbrio emocional, coerência funcional, controle volitivo e eficiência adaptativa.
- Um empuxo inato de desenvolvimento em direção à autonomia, cooperação e auto-transcendência (Cloninger e Svrakac 2000).
- Um potencial inato para o atingimento da intersubjetividade (Stolorow, *et al* 1994, Benjamin 1995): ou seja, a percepção do outro e o respeito ao mesmo como um ego autônomo com necessidades, valores, atividades e propósitos próprios.

Essas características que definem os seres humanos fornecem os fundamentos físicos e mentais sobre os quais o processo de individuação constrói gradualmente uma pessoa competente, que seja capaz de agir com autonomia e cooperar voluntariamente. No curso deste processo, o indivíduo desenvolve um senso de si mesmo que vai além do mero fato de sua separatividade física de todas as outras pessoas e coisas: ele também desenvolve um senso duradouro de sua própria importância. Esse senso da significância do ego é central à natureza humana, à dignidade do indivíduo e à conduta dos assuntos humanos. É o investimento narcisista normal do indivíduo em si mesmo, um valor que ele coloca tanto sobre si como contra os outros, que surge de fontes múltiplas, biológicas, psicológicas e sociais. O processo de investimento começa na mais tenra infância. Ele é integral ao processo mais abrangente da individuação. Entre as influências que dão origem ao senso de auto-estima do indivíduo, estão as seguintes:

- O instinto biológico de auto-preservação.
- O investimento de amor da mãe e de outros, logo de início.
- A satisfação no exercício da vontade e da iniciativa para as necessidades próprias de alguém.
- Um senso crescente de controle sobre os pensamentos, objetivos, desejos, momentos, sentimentos e ações de alguém.

- Sentimentos emergentes de orgulho pela eficácia própria de alguém.
- A validação contínua do valor de alguém que deriva do carinho e da admiração de outros.
- O valor único que alguém adquire aos olhos de outros em razão de sua importância instrumental para estes.
- O valor que ele tem em razão das conexões de outros com ele.
- O valor que cresce a partir de sentimentos, empatia e identificação compartilhados num relacionamento.
- O fato de que em qualquer indivíduo em particular, é apenas seu cérebro que cria, mantém e elimina todos os seus pensamentos e emoções; e é seu cérebro somente e sozinho que inicia, sustenta e termina todas as suas ações.

Começando nos primeiros anos de vida, o sentido da criança sobre quem ela é e qual o seu valor deriva importantemente da percepção de sua mãe sobre a criança como ser especial que lhe pertence. Nos anos seguintes, seu senso de valor pessoal único é apoiado na estima dos outros por sua identidade particular, por seus traços pessoais específicos e pelos significados que ele suscita nas mentes daqueles que lhe cuidam.

A base relacional do individualismo

Ironicamente, essas observações indicam uma base relacional importante para a filosofia do individualismo. Esta base surge da natureza do homem, das condições de sua vida e da maneira pela qual os seres humanos interagem uns com os outros. Uma expressão particular deste fenômeno é a tendência de se relacionar com indivíduos mais intensamente do que com grupos. Embora seja comum para nós nos importarmos com certos grupos de pessoas, há não obstante uma tendência universal nos humanos de se conectar e de se importar fortemente com indivíduos particulares, e não com tipos genéricos. Esse tipo de cuidado confere valor a uma pessoa específica não por ela ser um ser humano genérico ou um membro de algum coletivo, mas porque ela possui certos traços que lhe pertencem especificamente,

e porque ela tem uma significância única para aqueles que a valorizam. Esse tipo de cuidado está entre as características que definem a espécie humana. A experiência de ser cuidado por causa dos traços particulares de alguém está normalmente presente do nascimento em diante em culturas onde o individualismo não foi suprimido.

O individualismo é também consistente com a natureza volitiva dos seres humanos. A fonte da ação humana sempre começa na mente de um indivíduo distinto, mesmo se ele estiver agindo em concordância com outros. A observação casual verifica facilmente o fato de que é a mente de um indivíduo, e não alguma mente grupal ilusória, que causa os eventos humanos. É o indivíduo que faz planos; escolhe e decide dentre alternativas; cria intenções; inicia, sustenta e termina ações que afetam os outros. E é uma outra mente individual, agindo sozinha ou num grupo, que responde a tais ações com escolhas, planos, decisões, intenções e ações próprios, que se opõem ou complementam as que a afetam. Os eventos humanos começam nas mentes dos indivíduos de cada lado dessas transações. Eles podem, a qualquer momento, resultar em conseqüências que variam do trivial ao trágico: grandes benefícios, grandes desastres, grande alegria e grande dor surgem das ações dos indivíduos. A Primeira Guerra Mundial foi precipitada pela ação de um indivíduo. A era atômica começou com as ações de um outro indivíduo.

Estas observações dão origem a prescrições mais gerais para o relacionamento humano, regras que têm se provado durante o curso da história. Se alguém respeita os direitos dos outros e os trata com justiça, e se mantém promessas, cumpre com suas obrigações justas e toma o cuidado de não prejudicar os outros, então esses outros ficarão mais dispostos a retornar os favores, como prescreve a Regra de Ouro. Este é o princípio do altruísmo recíproco. Se, por outro lado, alguém viola os direitos individuais do outro, se o trata injustamente, o ofende ou o humilha, se falha em manter suas promessas ou causa danos por sua negligência, então esse alguém corre um forte risco de retaliação pelas mãos da parte prejudicada. Tudo isso pode chegar ao leitor como uma forte aparência de obviedade, e é esse o caso. Exemplos simples ilustram o ponto: os direitos e as sensibilidades dos

indivíduos não podem ser ignorados em nenhum nível da ação humana; quando o são, uma forma ou outra de desordem social acontece: violência doméstica, guerras de gangues, discórdias raciais, chacinas apenas para dar alguns exemplos. Cabe repetir mais uma vez o princípio em questão: é sempre o indivíduo, e não o coletivo, que sente alegria, sofre dor, gera idéias, persegue a felicidade, inicia ações, busca vingança, consente em cooperar. É somente o indivíduo que executa a ação humana e é afetado por ela, e por isso as ações do indivíduo é que devem ser permitidas ou restringidas pela política social. Conseqüentemente, é o indivíduo que deve ser o sujeito e o objeto de qualquer sistema racional de regras. Isto não deveria ser nenhuma surpresa. O reconhecimento de que os indivíduos são a parte mais importante nos eventos que os afetam tem evoluído para acompanhar a natureza do homem e a natureza de seus relacionamentos com outros homens, e para acompanhar as condições da existência humana. Os relacionamentos sempre intensos e freqüentemente vulneráveis do homem definem a condição humana. Por esta razão, as ilusões de coletivismo nunca sobrevivem ao teste da experiência.

Ética e individualismo

O núcleo ético do individualismo assume que o direito e o dever do indivíduo de se cuidar e de perseguir a felicidade são as maiores prioridades de sua vida, sujeitas a qualquer comprometimento, amor ou caridade que ele queira compartilhar livremente com outras pessoas. Mas se ele mesmo for uma pessoa ética, sua busca pela felicidade irá, como observou Adam Smith, quase sempre beneficiar os outros, embora seus esforços sejam voltados para seu ganho próprio. A busca apaixonada dos irmãos Wright pelo vôo humano, por exemplo, foi certamente motivada pela busca da felicidade, e não pela devoção aos outros. Mas os benefícios de sua paixão para o mundo são incalculáveis. Numa sociedade racional de pessoas racionais, a busca do indivíduo por sua própria satisfação produz, regularmente, bens, serviços e relacionamentos que são benéficos a muitos outros. A compatibilidade inata dos interesses individuais de longo prazo e dos interesses societais de longo prazo é evidente na vida diária.

Ela se apoia nos ideais gêmeos de liberdade pessoal e cooperação social, ambos integrais à ética do individualismo.

Individualismo e história

Historicamente, foi a possibilidade de realizar esses ideais que trouxe milhões de imigrantes para a América, e continua trazendo-os no tempo presente. Sua busca é um testamento do fato de que toda pessoa sã foge, se puder, de políticas governamentais que enterrem o indivíduo e seus direitos em algum bem comum concebido grandiosamente, mas sempre irracional. De fato, as pessoas que fugiram para a América sempre procuraram viver sob a mais básica das doutrinas individualistas: a de que o indivíduo é soberano sob um sistema de leis que protegem seus direitos de relacionamento consigo mesmo e com os outros por escolha própria, e não por força.[14] Em sua insistência sobre a primazia do indivíduo sobre o grupo, o individualismo representa um ideal que especifica os tipos de arranjos sociais nos quais os seres humanos podem florescer melhor. Ele valida o papel essencial da liberdade na vida do homem da mesma forma que valida o papel essencial da cooperação na vida do homem. Não pode haver uma transigência racional entre as virtudes do individualismo e a destrutividade inerente a todas as formas de coletivismo: no socialismo, comunismo e fascismo, na loucura de todas as venerações, e nas perseguições de infiéis por religiosos radicais.

14 Como assunto da lei, mais ainda, o individualismo impede que qualquer pessoa consinta em ser dominada ou escravizada por alguém, já que tal consentimento seria considerado irracional em sua essência e, portanto, inválido. Esta é a base para a alegação de que o direito à liberdade é um direito inalienável.

CAPÍTULO 22

CAUSA, EFEITO E VONTADE

Onde você está é onde você está. Aonde você vai é com você.

— Charles Givens

Se há uma palavra que descreve nossa forma de sociedade na América, é a palavra – voluntário.

— Lyndon Baines Johnson

Intenção e vontade

Conforme a criança em crescimento desenvolve uma consciência crescente de seu próprio ego-e-corpo como algo distintamente diferente de todas as outras coisas, ela aprende a agir primeiramente por impulso e depois por intenção. Ao desejar primeiro uma coisa para então realizá-la, descobre que pode fazer as coisas acontecerem por si mesma, inteiramente independente de outras pessoas. As principais dentre essas descobertas são os movimentos intencionais que ela faz com o próprio corpo. Sua experiência repetida do controle volitivo do seu corpo lhe dá a compreensão mais imediata de causa e efeito no mundo dos atos instrumentais. Além disso, conforme ela se comunica com os outros usando palavras, tons de voz, expressões faciais, gestos e posturas, e conforme os outros a afetam com comunicações semelhantes, ela aprende ainda outra categoria de causa e efeito – a das ações que interpõem relacionamentos a outras. A experiência de agir por iniciativa independente e de receber a ação de outros é a base para o sentido de atividade da criança, tanto de si mesma como dos outros.

O conceito de vontade tem importância óbvia para a natureza e significado da escolha, autonomia, atividade e ação humanas, com implicações especiais para a psicologia da liberdade. Como substantivo, a palavra "vontade" denota tipicamente algum tipo de processo volitivo: uma intenção, inclinação, compromisso ou disposição de fazer alguma coisa, como em "ele disse que iria ao médico, mas lhe falta vontade para fazê-lo", ou como um comando, como nas referências à vontade de Deus. Vontade pode enfatizar a força do propósito (onde há vontade há um caminho), denotar energia ou entusiasmo (ele tem vontade de ser bem sucedido) ou denotar um pedido ou desejo (a vontade dela é que você venha para casa). Nós enfatizamos o poder da autonomia ou auto-controle quando dizemos que uma pessoa tem uma vontade forte, e o poder da escolha deliberada ou consciente quando falamos em liberdade da vontade. Expressar a vontade é formalizar os desejos específicos de alguém a respeito de certos assuntos.

A expressão "ter vontade" tem obviamente significados relacionados: ter vontade de algo é formar uma volição distinta de fazer algo, isto é, escolher, preferir, selecionar, decretar, ordenar, dirigir ou pedir algo; ou decidir sobre alguma escolha em particular; ou ainda transmitir ou expressar um comando. É também relevante neste ponto notar a definição do termo intenção como uma idéia bastante relacionada. Um significado comum para intenção referc-se a uma disposição ou determinação mental em fazer uma coisa específica, agir numa maneira particular, ou aderir a alguma linha de ação com propósito fixo. Ter intenção de fazer algo é ter uma decisão ou resolução de fazê-lo. Num significado menos comum, o termo intenção denota a capacidade da mente de se referir ou de pensar sobre alguma coisa.

A emergência da vontade na criança que está começando a andar incorpora ou prefigura virtualmente todos os sentidos de vontade e intenção. Como notado anteriormente, o exercício da escolha emerge naturalmente como a capacidade mais fundamental do cérebro, a de responder seletivamente aos estímulos do ambiente. Conforme esta capacidade amadurece e é integrada mais amplamente à personalidade em desenvolvimento, tanto a percepção quanto a resposta são influenciadas ("moduladas") por processos cerebrais cada vez mais

complexos. Significados múltiplos inter-relacionados podem então ser atribuídos às percepções mais simples. Respostas mais elaboradas, adquiridas recentemente, ampliam constantemente o repertório de ações possíveis numa determinada situação. A mente torna-se cada vez mais complicada conforme a criança cresce.

A emergência da ação humana

Conforme se relaciona consigo mesma e com os outros, a criança deseja, prefere, escolhe e inicia ações, e assim torna-se uma fonte de ação volitiva, inteiramente dentro de si mesma. A não ser que seja reprimida por um trauma de desenvolvimento, esta emergência da atividade humana leva invariavelmente à convicção do adulto de que é possível viver num mundo de liberdade através do exercício desimpedido da vontade. Sobre esta consideração sozinha, o conceito de atividade tem implicações sociais e políticas de longo alcance. Algumas observações adicionais sobre as origens da ação volitiva numa sociedade livre podem ser úteis neste ponto:

- Na medida em que a criança tem permissão para exercitar sua vontade de maneira apropriada às suas habilidades, ela desenvolve um senso adequado de si mesma como agente efetivo. Ela adquire logo cedo uma confiança em sua própria eficácia.
- Conforme aprende a limitar sua ação volitiva dentro dos limites morais e éticos de sua família, ela desenvolve um senso adequado de si mesma como agente legítimo. Numa atmosfera de "lei e ordem familiar" ela aprende os primeiros rudimentos da ação consciente, base posterior para a cooperação.
- Na medida em que tem permissão para agir sobre uma variedade de desejos e de gratificá-los conforme quiser, ela desfruta de uma introdução à liberdade individual. Ela desenvolve um senso adequado de si mesma como agente livre, quando e onde quer que tal liberdade seja legítima.
- Enquanto suas ações volitivas são respondidas numa maneira cooperativa, e não com exploração, rejeição ou abuso, a criança

desenvolve um senso adequado de si mesma como agente cooperativo, como participante voluntária em esforços colaborativos.

- Ao passo em que a interação da criança com seus responsáveis lhe exigem o reconhecimento e respeito por eles como pessoas autônomas, a criança torna-se um agente mútuo. Ela honra os outros como agentes soberanos com propósitos independentes, e não como objetos despersonalizados a serem explorados para seus próprios objetivos.

A ação humana é saudável quando é efetiva na busca pela felicidade, legítima em seu respeito pelas regras da lei, livre por conta da proibição da coerção, cooperativa quando o consentimento é voluntário e as recompensas são conquistadas livremente, e recíproca ao honrar a universalidade dos direitos à liberdade e à propriedade justamente adquirida. Os arranjos econômicos, sociais e políticos inerentes a todas as sociedades coletivistas tornam, invariavelmente, a ação individual menos efetiva porque o Estado lhe toma o poder, ilegítima porque é condenada pelo Estado, não livre porque é oprimida pelo Estado, menos cooperativa porque é coagida pelo Estado, e menos recíproca porque é desumanizada pelo Estado.

Erikson sobre a natureza da vontade

Em seu livro de 1964, *Insight and Responsibility,*[15] Erikson continua a evolução de seu pensamento sobre o crescimento da criança em direção à autonomia. É apropriado, neste momento, revisar algumas de suas idéias sobre a emergência da vontade como expressão inerente a esse crescimento e considerar sua relevância para a liberdade individual. Erikson entendeu a vontade como uma das forças fundamentais do caráter da psique humana, e assim julgou-a como uma virtude. Ela é uma expressão óbvia da capacidade inata para a volição, aparecendo espontaneamente no desenvolvimento da criança se a maturação cognitiva for adequada, se os fundamentos da confiança básica tiverem sido adquiridos, e se o ego, em sua vulnerabilidade precoce, não estiver sobrecarregado com ansiedade, medo ou

15 "Discernimento e Responsabilidade", não publicado no Brasil – NT.

vergonha. *A definição de Erikson da vontade é relevante para a filosofia da liberdade: vontade, ele disse, "é a determinação ininterrupta de exercitar a livre escolha, bem como a auto-restrição, apesar de experiências inevitáveis de vergonha e dúvida na infância." Esta idéia pode ser estendida um pouco: se os conflitos inevitáveis da criança com as vontades de seus pais e de outros não estrangularem sua própria habilidade emergente de responder ao mundo como quiser, então ela estará bem posicionada, assumindo que as outras circunstâncias sejam adequadas, para crescer e se tornar um adulto autônomo, um indivíduo com o poder de dirigir sua própria vida e que entende que os outros dirigem as suas da mesma maneira.*

Se as coisas forem suficientemente bem durante os primeiros 15 meses de vida, a capacidade de escolha volitiva da criança aparece espontaneamente. Então, com a confiança básica em seu lugar, sua experiência repetida de escolher e tencionar algum propósito e de fazer as coisas acontecerem por atos de vontade validará seu papel como agente causal no mundo dos eventos. Seu exercício de vontade torna-se a manifestação mais observável de sua autonomia crescente e uma expressão primária de seu ego em desenvolvimento.

Infelizmente, nenhuma parte desse processo é inevitável. Erikson sabia que o desenvolvimento da autonomia autêntica e da vontade virtuosa é freqüentemente prejudicado quando o ego é envergonhado excessivamente e levado a uma perda profunda de auto-confiança, quando o direito fundamental da criança de desenvolver sua própria mente é desafiado por ameaças de rejeição, abandono, ferimento ou desprezo. Sob estas circunstâncias, os fundamentos da autonomia, responsabilidade e cooperação são enfraquecidos. Não é incomum que o dano seja irreparável.

Vontade como uma virtude

Conforme o entendimento de Erikson, o conceito de virtude abrange aquelas "forças humanas básicas que evoluíram com a infância prolongada do homem e com suas instituições e tradições". Ele usou o termo, essencialmente, em dois sentidos ordinários. Primeiro, na medida em que a virtude limita o comportamento disruptivo da

população como um todo, denota o exercício voluntário da limitação em prol da harmonia social. Nesse aspecto, a virtude relaciona o auto-controle em nível individual ao processo social no conjunto. Num segundo significado mais específico à busca do indivíduo pela felicidade, o termo virtude é compreendido como um "princípio da interação humana que permite a alguém viver uma vida totalmente humana". Aqui Erikson reconhece a virtude como um ingrediente indispensável para o caráter, com um papel crítico na busca do indivíduo por preenchimento pessoal. Neste sentido mais pessoal, a virtude da vontade como "força de vontade" é a determinação de perseverar diante da dificuldade e a energia que chamamos comumente de coragem. É um elemento de resiliência e a habilidade de tolerar a frustração. Vontade e força de vontade são parte da dimensão moral do homem, como na vontade de resistir à tentação e de atrasar ou negar uma gratificação em prol de valores morais mais altos. *Erikson foi bastante explícito sobre a dimensão moral da virtude, notando que ela reflete aqueles tipos de buscas humanas que são "de alguma maneira certas". É impossível exagerar na importância desta dimensão. Ela diz respeito, em particular, à questão do que é necessariamente certo ou virtuoso para que um homem seja livre, dadas as peculiaridades de sua natureza e as condições da existência humana.*

Em acordo com distinções habituais, Erikson escreveu que "ter vontade não significa ser obstinado, mas sim ganhar gradualmente a força aprimorada de julgamento e decisão na aplicação dos impulsos". Nesse contexto, o uso da força de vontade refere-se tanto a uma recusa duradoura em satisfazer um impulso, apetite, desejo ou tentação com fins mal adaptativos, como à capacidade de persistência volitiva na busca de objetivos racionais, a virtude da determinação. Sua definição rejeita explicitamente a perversão da vontade em exigências ou oposições infantis. Nota também a importância do realismo crescente nos esforços da criança em avaliar seu mundo e responder a ele. Erikson afirma a função da vontade em nome dos propósitos que protegem e aprimoram o florescimento humano, aquelas "aplicações dos impulsos" que avançam o domínio humano no serviço do bem-estar. Esta lição é crítica nos primeiros anos da criança, quando sua vontade emergente deve render-se às realidades de seus mundos físi-

co e interpessoal, para que ela não sacrifique o bem-estar por conta de ilusões de onipotência, ou os relacionamentos por conta do auto-centramento. Nas palavras de Erikson: "o homem deve aprender a desejar o que pode ser, a renunciar como não desejável o que não pode, e a acreditar que desejou o inevitável". A oração da serenidade recorda este princípio.

Vontade e fundamentos da lei

A sociedade exige que cada indivíduo exerça força de vontade para limitar os comportamentos que possam prejudicar as pessoas e propriedades de outros. Ela cria regras, tanto formais como informais, que definem as fronteiras do comportamento aceitável e inaceitável em nossas interações uns com os outros. A lei assume que podemos escolher fazer o certo ou o errado nessas situações. Erikson compreendeu que as regras criadas para governar o comportamento humano são baseadas logicamente no conceito da volição e na experiência precoce da criança. Em suas palavras, "a vontade é a base da aceitação da lei e da necessidade, e suas raízes estão na sensatez dos pais, guiados pelo espírito da lei". Sensatez, aqui, é aquela solidez de julgamento instruído pelo espírito de conduta correta da lei. O treinamento da vontade da criança sob essa orientação deve começar logo cedo em seu desenvolvimento, para garantir que sua força de autonomia não se torne destrutiva para si mesma e para a sociedade. Como Erikson (1964) coloca:

> A vontade, por sua vez, amadurece para se tornar a disposição do ego sobre a força do impulso controlado. Tal força de vontade, no entanto, deve juntar-se às vontades dos outros de maneira tal que esse impulso permaneça poderoso e cheio de recursos, mesmo que seja limitado pela abnegação voluntária e pela pronta obediência. A instituição que dá forma "eterna" a tal sensatez é a lei. A sensatez que governa o treinamento da vontade do pequeno indivíduo em seu início infantil é assim levada à frente pelo próprio (em sua conduta pessoal) e, como uma demanda social, levada para as instituições que guardam a tradição e dão suporte ao equilíbrio entre liderar

> e ser liderado, entre privilégio e obrigação, entre ação voluntária e coerção. À sua majestade o homem organizado rende a disposição sobre os restos de volição em si mesmo e nos outros, meio esperançoso e meio temeroso de que ele mesmo possa se livrar de pequenas transgressões de vez em quando, mesmo quando estiver observando seus vizinhos com uma retidão coerciva.

A lei assume que o indivíduo tem a capacidade, ou "pronta obediência", para conformar sua conduta aos requisitos da ação correta através de uma rejeição voluntariosa à ação errada. Este é o princípio da "abnegação" do cidadão que é tanto livre como obediente à lei. A lei formaliza em estatutos o que a razão nos diz que devemos fazer ao nos juntarmos com a vontade dos outros, para viver em harmonia, ou para simplesmente viver. Para impedir a ação errada, para validar nossos princípios da ação correta, e para satisfazer nosso desejo de punir os malfeitores, legislamos penalidades a serem impostas sobre aqueles que violam a lei. E o fazemos presumindo que cada um de nós é individualmente responsável pelos próprios atos errados; numa oportunidade qualquer, cada um de nós pode ter desejado fazer algo diferente do que fez.

Destacar este princípio de lei, como observado anteriormente, é a tradição individualista ocidental, que implica na soberania do indivíduo e em seu direito natural de dirigir a própria vida. Mas esta tradição também resulta em responsabilidade e riscos individuais. Sem essas obrigações temos apenas um adulto aparente que, na verdade, comporta-se como uma criança ansiosa por dirigir suas próprias ações, mas que não deseja, ou não consegue, respeitar os direitos e privilégios dos outros, e é incapaz de tolerar as conseqüências infelizes de seus atos para si mesma. Se um adulto dirige sua própria vida, afinal de contas, então é ele e somente ele que deve tomar responsabilidade pelo que faz, pois quem mais poderá assumir tal responsabilidade sem infantilizá-lo? Se um adulto dirige sua própria vida, então é ele e somente ele que deve antecipar e aceitar os efeitos adversos – não apenas os benefícios – de tudo o que faz, pois, novamente, quem poderá fazer tal coisa sem infantilizá-lo? Tudo isso está compreendido

no conceito legal de tutela, onde exatamente essas capacidades de autonomia, responsabilidade e tomada de risco podem, na verdade, ser defeituosas numa pessoa em particular. Então, e somente então, algum outro indivíduo que seja realmente competente pode ser autorizado por lei a dirigir a vida de uma pessoa incapacitada, tomar responsabilidades por ela, e assumir os riscos em seu nome.

CAPÍTULO 23

As regras e a criança

Por justo nos referimos ao que é lícito
e ao que é reto e equitativo.
— Aristóteles

Significados adicionais da vontade

A eventual capacidade da criança de viver numa sociedade legalmente ordenada depende fortemente de suas percepções dos membros da família que obedecem ou não a certas regras de conduta em suas vidas. Erikson observou a educação da criança na "lei e ordem doméstica" através de regras comunicadas pelos pais e por outras pessoas. Ele notou que um certo equilíbrio deve caracterizar a sensatez que governa a criação de uma criança. A experiência ordinária revela que se os pais assumem uma postura demasiadamente permissiva no tocante às regras da casa, suas crianças têm mais chances de se tornar egocêntricas, presunçosas e auto-indulgentes. Se os pais forem muito restritivos, por outro lado, suas crianças têm mais chances de se tornar compulsivas, auto-suprimidas e sobre-controladas. Assim, a criação da vontade da criança deve encorajar a autonomia, que é limitada por uma auto-restrição adequada.

Nesse sentido é óbvio que ter pais como modelos de ação prudente é algo crítico para o desenvolvimento da criança. Crianças aprendem por tentativa e erro, certamente, e por percepção e prescrição, mas elas também aprendem bastante por imitação e identificação. Elas

observam o julgamento sadio, ou a falta dele, nas ações de seus pais e de outras pessoas, e as imitam até que se torne algo habitual.

A experiência precoce da criança com a lei e ordem de sua casa e com a lógica econômica, social e política que governa as relações torna-se uma base para sua compreensão posterior dos privilégios, obrigações e proibições que ordenam a ação humana na sociedade como um todo.

Erikson observou que o problema social da vontade está contido nas palavras "boa vontade", um conceito mais complexo do que pode parecer em princípio. Como já foi notado, a boa vontade expressa em comportamento cortês contribui para a ordem social ao evitar os insultos desnecessários. *Um conceito mais importante de boa vontade incorpora uma limitação mútua de todas as vontades que proíbem qualquer indivíduo de impor suas demandas sobre os outros por meio da força*. Para atingir essa exigência básica para a mutualidade essencial à ordem social, algumas limitações devem ser impostas sobre a vontade da criança logo no início do curso de seu desenvolvimento. De outra forma, sua tendência inata para a imperiosidade sobrepujará sua habilidade de respeitar a soberania dos outros. É claro, nas idades de dois e três anos, sua óbvia fragilidade física e mental, por si só, exige que ela se submeta às vontades dos outros que são bem mais poderosos que ela, mesmo quando sua própria vontade está emergindo com muita energia. Este fato sozinho impõe limites sobre o que ela pode realmente fazer, embora não no que possa imaginar fazer. Mas nós estamos na verdade interessados no desenvolvimento da auto-restrição racional na criança, não em sua submissão à força; conseqüentemente, o imperativo de que sua vontade será recrutada precocemente em consideração aos outros.

Dentro de uma casa com vontades conflitantes, Erikson afirma, um pai sensato "concederá gradualmente uma medida de auto-controle para a criança que aprenda a controlar suas intenções, a oferecer complacência e a permutar boa vontade". O desenvolvimento precoce da vontade da criança é assim, idealmente, um processo condicional; ele exige um princípio de mutualidade tanto nas atitudes como no comportamento – o abrir mão da obstinação – e impõe limites em suas ilusões de onipotência e grandiosidade inerente. Ele demanda que a criança mostre intenção de cooperar dentro dos limites de suas

habilidades, e exige que ela mostre boa vontade para com os outros da mesma forma que é instruída a respeitá-los. Tudo isso é consistente com nossas observações anteriores sobre a emergência da intersubjetividade. Em seus esforços para treinar sua criança, a boa mãe exige que ela a reconheça como um sujeito independente, uma pessoa com propósitos próprios que precisa ser compreendida e respeitada. Para o benefício da própria criança, e por ser uma conduta correta aos seus olhos, a mãe não permitirá que a criança, depois de passada a primeira infância, a trate como mero objeto ou como um mero recurso a ser explorado intencionalmente para quaisquer satisfações que dela se possa extrair naquele determinado momento.

Mutualidade e poder

Impor limites à vontade da criança traz benefícios reais e perdas percebidas por ela. Erikson reconheceu a frustração que a criança sente ao abrir mão de suas demandas intencionais, sua grandiosidade imaginada e suas ilusões de onipotência infantil. Em crianças afortunadas, o amor e a empatia dos pais, dados em apoio ao auto-controle e mutualidade crescentes na criança, minimizam a dor desta passagem. Nesses casos, a afeição dos pais e sua imposição sensata de limites dissolvem finalmente a teimosia da criança, levando-a à autonomia e à cooperação voluntariosa com os outros. *Para crianças menos afortunadas, em contraste, esse ponto de inflexão na fase de autonomia do desenvolvimento é uma crise que permanece sem solução, um desejo incansável de tornar a onipotência imaginada da infância em algo verdadeiro na vida adulta. Nesses casos, fracassos precoces na afeição, empatia e imposição de limites por parte dos pais resultam em crianças que crescem sentindo-se privadas de amor, com autonomia e auto-restrição debilitadas, incapazes de agir com reciprocidade e determinadas a dominar. Como adultos elas buscam o poder sobre outros para conseguir, por força, o que não lhes foi dado na infância*. Como já foi notado em outros trechos deste livro, o impulso por poder em tais pessoas visa quietar o medo e raiva primitivos associados à privação precoce e à vergonha do desamparo. O trauma original deixa tais crianças, ao longo da vida, com uma ambivalência para com os responsáveis que as gratificaram, privaram

e dominaram alternadamente. Esta ambivalência original é facilmente transferida para outros no decorrer da vida, complicando os relacionamentos com oscilações entre amor e ódio, dominação e submissão. Menos conhecida é a ambivalência sentida pela criança para consigo mesma. Ela se imagina facilmente como grande e poderosa quando gratificada, mas como inferior e fraca quando frustrada. Como Erikson observou:

> No final, a auto-imagem da criança terá sido dividida da maneira em que o homem está apto a permanecer dividido pelo resto de sua vida. Deste ponto em diante, o ego capaz e o impotente, o amável e o raivoso, o unido e o contraditório, será parte do equipamento do homem: uma queda psíquica do estado de graça.

A ordem social justa

Ao mesmo tempo, Erikson reconheceu as possibilidades de curar a raiva, a desilusão e a humilhação da criança ao descobrir que o mundo não existe para ser comandado por ela. Essas possibilidades residem nos valores da cultura, de forma geral, e na habilidade dos pais, de forma específica, para convencer a criança de que abrir mão de sua grandiosidade e onipotência infantis não é uma privação ou injustiça ou humilhação, mas, em vez disso, uma grande realização no caminho da maturidade, algo de que ela deve se orgulhar, e não se envergonhar. Quando esse esforço é bem sucedido, o orgulho da auto-confiança e o prazer da reciprocidade substituem por fim a insistência da criança pequena em se achar a dona do universo. A habilidade dos pais de transmitir essa mensagem de consolação depende, entendeu Erikson, de sua própria fundamentação em "uma ordem cívica e mundial razoavelmente justa que ofereça um sentimento curador de justiça". Nas culturas ocidentais, a ordem social razoavelmente justa de que ele fala é aquela que deve ser baseada nos princípios que refletem a natureza bipolar do homem:

- A ordem social justa deve honrar a soberania do indivíduo ao reconhecer seu direito de dirigir sua própria vida, e também honrar os relacionamentos entre os indivíduos de uma comunidade através de uma ética de cooperação voluntária.

- A ordem social justa respeita a liberdade do indivíduo ao exigir que ele tome responsabilidade por si mesmo e que assuma os riscos inerentes às suas ações; ela não se intromete em suas liberdades naturais, nem tenta protegê-lo de si mesmo, nem compensá-lo por seus erros dando-lhe algo que foi tirado de outros.
- A ordem social justa respeita a propriedade justamente adquirida e a integridade dos contratos feitos com retidão; ela não viola os direitos de propriedade nem invalida acordos.
- A ordem social justa respeita o princípio da igualdade sob a lei como uma barreira à manipulação política; ela não isenta alguns das exigências da lei nem concede favores políticos a outros.
- A ordem social justa exige limites constitucionais em todos os níveis de governo para prevenir que este viole os direitos naturais do homem; ela não priva um indivíduo da posse de sua vida, liberdade ou propriedade através de políticas de coerção.

Não é preciso dizer que tais assuntos abstratos não podem ser ensinados explicitamente a uma criança por seus pais ou por nenhuma outra pessoa, não numa idade tão tenra. Mas a criança pode aprender como viver numa ordem social justa ao observar as ações diárias de pais competentes. Para conquistarem o poder de ensinar tais coisas, os pais devem estar fundamentados nas tradições morais e éticas que definem o que é reto, justo, moralmente certo e equitativo. Para se proteger contra a erosão desses valores, os pais devem também perceber que uma ordem social justa não pode durar quando as liberdades fundamentais são violadas por organizações que forçam os outros indivíduos, especialmente as organizações chamadas de governo. A criança não cresce, e a criação não ocorre, quando há um vácuo de valores societais.

CAPÍTULO 24

REVENDO A CONEXÃO

A ansiedade é a vertigem da liberdade.

Soren Kierkegaard

A conexão e suas vulnerabilidades

Como uma extensão da necessidade do bebê de atingir a confiança básica, a necessidade mais primitiva da criança que está começando a andar, a serviço da sobrevivência, é uma conexão segura com aqueles que lhe cuidam, tipicamente sua mãe ou quem a substitui. Essa conexão é inerentemente vulnerável ao rompimento de ambos os lados. A percepção da criança de uma desconexão ou perturbação pode ser real ou imaginada. Quando a perturbação é real, bem como quando o comportamento da mãe é afetado por uma doença sintomática ou uma desordem de personalidade, a experiência da criança é invariavelmente de ansiedade intensa, e pode muito bem progredir para o medo e raiva desorganizados, algo que é chamado de "reação catastrófica". Seu alarme pode soar tão intensamente sob essas circunstâncias, a ponto de precipitar um acesso de violência contra seu cuidador, ou contra um objeto inanimado, ou mesmo contra si mesma. O crescimento da criança é afetado adversamente se essas experiências forem repetidas com freqüência suficiente, porque ela será então forçada a construir mecanismos de defesa para reduzir a dor da disforia sobrepujante.

Além disso, a evolução sensibilizou a criança de tal forma em relação à separação de seus responsáveis que ela pode muito bem imaginar

ou interpretar erroneamente as ameaças à sua conexão, especialmente no tocante à sua mãe, e acreditar que ela não está disponível quando na verdade está. Tipicamente, essas percepções serão enfrentadas pela realidade do que é, de fato, uma conexão segura, com a conseqüência feliz de nenhum efeito adverso no longo prazo. Ainda assim, a hipersensibilidade penetrante na experiência relacional da criança reafirma o papel crítico da conexão no desenvolvimento humano. Uma perturbação duradoura na ligação entre mãe e criança tem conseqüências terríveis para seu crescimento em direção à maturidade. Especialmente notável é o fato de que a experiência de ameaças reais repetidas à intimidade na infância enfraquece a expectativa do indivíduo, na vida posterior, de conseguir atingir um senso duradouro de segurança através da cooperação voluntária.

Insegurança e tirania

A percepção duradoura de insegurança para a criança cria tipicamente uma necessidade compensatória de controlar os outros de uma maneira ou de outra. A psicologia da conexão tem ajudado a compreensão da dinâmica de pessoas que usam a força para tais propósitos, especialmente o uso tirânico da força governamental. A teoria moderna da conexão confirma o que já se sabia por intuição há muito tempo: que qualquer ameaça séria à conexão da mãe com a criança, quando repetida com freqüência suficiente, produz um desejo de poder sobre os outros que é manifestado mais tarde em alguma das arenas da vida. Em arenas políticas, bem como nas econômicas, sociais e pessoais, o motivo do tirano não é derivado primariamente de seu instinto de agressão em si, nem de alguma necessidade real ou imaginária de satisfação sexual. Da mesma forma, suas pretensões à grandeza ou divindade, ou sua obsessão com a riqueza material, não são compreensíveis como expressões primárias de instintos sexuais, agressivos ou aquisitivos. Em vez disso, essas perversões do relacionamento humano são mais bem entendidas como conseqüências de uma conexão precoce traumática e de suas distorções no desenvolvimento do ego. É claro que nenhum bebê nasce com tais perversões. Na verdade, o impulso adulto em

direção ao controle onipotente de outros, em qualquer área da vida, tem raízes na separação, no abandono, na perda ou no abuso – os efeitos residuais de uma conexão que deu errado. A necessidade de dominar os outros surge a partir da necessidade do tirano de garantir, com toda a certeza, que a perda catastrófica de dependência ou a dor devastadora do abuso ocorridas em seus primeiros anos de vida não serão jamais repetidas. Em sua determinação para controlar o mundo, ele se defende constantemente contra o que Karen Horney descreveu habilmente como o mais básico dos medos humanos: estar sozinho e desamparado num mundo perigoso e indiferente, o pesadelo da criança abandonada e aterrorizada. Pessoas atormentadas com tais medos concluem facilmente que é de seu maior interesse dominar os outros, ou imaginar que podem fazê-lo, e tentar atingir esse objetivo através da manipulação do poder governamental.

Quando a conexão é segura durante a maior parte dos primeiros anos da criança, por outro lado, é criado um fundamento para o desenvolvimento de representações mentais saudáveis do ego e dos outros, e de relacionamentos baseados na cooperação, e não na coerção. Sob essas circunstâncias, e onde os valores parentais e culturais apóiam o crescimento da criança em direção à maturidade – na tradição do individualismo ocidental –, a emergência de graus crescentes de autonomia prossegue rapidamente. Nessa tradição a criança define a si mesma, de forma crescente, como um indivíduo único e soberano que busca atualizar-se através da cooperação com os outros, ao mesmo tempo em que rejeita, por princípios, qualquer oportunidade de dominá-los.

Estrutura da personalidade, o ego e os outros

Já foi notado que o desenvolvimento da criança muito jovem é colorido por certos traços comportamentais herdados que afetam tanto sua tendência geral de persistir em qualquer coisa que esteja fazendo, como suas reações mais específicas aos prejuízos, às novidades e às recompensas. Sobre esta infra-estrutura de temperamento, a criança internaliza as representações de si mesma e dos outros conforme adquire padrões de comportamento para consigo e para com os outros.

Esses padrões resultam na "estruturação da psique". Nós dizemos que uma dada psique ou personalidade é estruturada, e o é de forma única, na medida em que certos padrões de pensamento, emoções, comportamento e relacionamento se tornam firmemente arraigados em sua personalidade ao longo do tempo. Essas estruturas constituem, na metáfora reinante do dia, um "sistema operacional" personalizado e uma "base de dados" sobre os quais os eventos da existência rotineira são processados e respostas rotineiras são geradas. Conforme o crescimento prossegue, essas estruturas dão origem às funções executivas do ego e estabelecem sua competência para cumprir os desafios da vida.

As disposições duradouras mais importantes da criança são aquelas que envolvem suas atitudes e comportamentos em direção a si mesma e aos outros. Entende-se intuitivamente que a criança criada numa atmosfera de amor, afeição, proteção, empatia, estabilidade e imposição de limites tem mais chances de viver sua vida como algo amplamente satisfatório. Sob essas condições ela não se sentirá, com freqüência, despertada negativamente de nenhuma maneira duradoura sobre si mesma ou sobre as pessoas com as quais se relaciona. Em vez disso, as emoções que ela associa a si mesma, aos seus responsáveis e às suas relações com os responsáveis serão na maior parte positivas; ela se sentirá geralmente bem sobre si mesma, sobre eles e sobre as relações com eles e com os outros. Se ela for adequadamente satisfeita durante os primeiros três ou quatro anos de sua vida, mas não mimada excessivamente, é altamente provável que o abrir mão de suas exigências infantis e a redução de seu egocentrismo não lhe causem muita aflição. Ela pode deixar essas fases para trás, voluntariamente, ao mesmo tempo em que desfruta o crescimento para além delas.

Na verdade, a atmosfera mesma de amor, afeição, proteção e empatia que é tão desejável para a criação de uma criança é um processo recíproco no qual a criança dá amor e afeição ao mesmo tempo em que os recebe. Nesta experiência precoce de cuidado recíproco, a criança aprende a ter consciência de, a se identificar com, e a acomodar os estados mentais e emocionais de seus responsáveis, não somente o seu próprio, e aprende a fazer tudo isso com alegria e orgulho.

Experiências repetidas de cuidado recíproco encorajam e reforçam a capacidade da criança para a reciprocidade dentro dos limites de suas habilidades. Elas também assentam a fundação para a auto-estima, baseadas num grau significativo em sua habilidade de cooperar e de agir com empatia para com o mundo interior dos outros. Sobre este fundamento, a criança em idade pré-escolar renuncia de forma voluntariosa sua necessidade infantil de controlar os outros por meios coercivos. Sua adoção dos ideais de cooperação voluntária e sua habilidade crescente em ter prazer com a felicidade dos outros prosseguirá naturalmente conforme ela deixar para trás a tirania do narcisismo infantil.

CAPÍTULO 25

UMA VISÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO INICIAL

Nós aprendemos sobre empatia e compaixão não a partir do que nos dizem, mas de como somos tratados.

— Stanley Greenspan

A complexidade do desenvolvimento

Grande parte deste trabalho, até o momento, descreveu as influências precoces ao desenvolvimento que afetam a habilidade do indivíduo de lidar com os desafios da vida adulta. A ênfase foi colocada nas conexões da criança com sua mãe e com outros que cuidam dela durante os primeiros anos de sua vida como influências críticas em seu desenvolvimento. A observação comum comprova a alegação de que a criança educada numa atmosfera razoavelmente estável de segurança, afeição e amor, terá vantagens mais tarde em seus esforços para cumprir efetivamente os desafios da vida adulta. Além disso, foram descritos certos processos do desenvolvimento que são centrais à construção da personalidade da criança. O principal dentre esses é o processo da individuação, que é construído sobre o atingimento da confiança básica no primeiro ano de vida e que continua durante o segundo e terceiro anos com avanços rápidos nas habilidades cognitivas e instrumentais. A individuação prossegue com a emergência da

atividade, a aquisição de representações mentais estáveis do ego e dos outros, e o início de padrões relacionais que influenciarão fortemente as capacidades posteriores de mutualidade e cooperação.

Um primeiro encontro com esta matriz de processos pode tornar-se facilmente confuso ao não iniciado. Para minimizar tal confusão, pode ser útil nesse ponto revisar certos fenômenos de desenvolvimento que são intrínsecos ao crescimento humano e que afetam favoravelmente a habilidade de um indivíduo de lidar com a vida adulta numa sociedade livre. As seguintes estão entre as mais importantes mudanças físicas, cognitivas, instrumentais e relacionais que caracterizam os primeiros três anos de vida. As implicações para o desenvolvimento posterior estão anotadas onde houver relevância.

Fundamentos biológicos e psicológicos

1. Um dado ser humano é uma entidade fisicamente separada cuja integridade como organismo biológico depende de um invólucro intacto e delimitado para proteção. Apesar dessa separação, e por causa dela, o corpo deve manter certas conexões com o ambiente ao seu redor. A combinação da separação e da conexão com o ambiente físico protege os processos necessários à sustentação da vida. A separação física dos seres humanos é a base biológica para o individualismo.

2. Um ser humano normalmente dotado possui um cérebro e mecanismos neurológicos associados que geram todos os seus processos mentais, incluindo seu organismo e suas faculdades conscientes, inconscientes e auto-conscientes. O ego desenvolve-se apenas quando se relaciona com outros egos e busca conexões duradouras com os outros. Em analogia à necessidade do corpo de um invólucro intacto, o ego precisa de fronteiras intactas para manter a coerência funcional e o equilíbrio emocional. Em analogia às necessidades do corpo de separação e conexão com o mundo físico, o ego precisa de separação e conexão com o mundo interpessoal de outros egos. A quebra das fronteiras mentais entre o ego e os outros egos perturba a habilidade de funcionar racionalmente, controlar impulsos, regular emoções e lidar efetivamente com dificuldades. A separação do ego de outros seres humanos é a base psicológica para a ação autônoma. A conexão

do ego com outros seres humanos é a base psicológica para a ação cooperativa.

3. A maturação física nos primeiros três anos de vida resulta em grandes aumentos na força e coordenação físicas, junto com um aumento do controle das funções de alimentação e excreção. Esses avanços são acompanhados pela expansão rápida das capacidades cognitivas e comunicativas. Os estados emocionais e sua expressão são crescentemente diferenciados e elaborados nesse período, e são regulados, num grau também crescente, por processos cognitivos. A maior tolerância da criança à separação física da mãe tem como paralelo um aumento de interesse pelo mundo ao seu redor.

4. As faculdades em amadurecimento da percepção, cognição, resposta emocional e controle motor conferem ao ego a faculdade da atividade: o poder de fazer as coisas acontecerem por um ato da vontade. Quando combinada com as capacidades crescentes de escolha, preferência, auto-afirmação e oposição no contexto de expansão das habilidades instrumentais, a atividade permite que um ego crescentemente complexo expresse suas intenções através de ações volitivas. Com este desenvolvimento, a criança se torna uma causa no mundo dos eventos humanos.

5. Uma conexão suficientemente boa e experiências bastante satisfatórias com a mãe e outros responsáveis durante os primeiros 15 meses de vida serão o fundamento para a confiança básica, um tipo de otimismo visceral e pré-verbal sobre a existência. Numa atmosfera continuada de emoção positiva, a criança internaliza, solidifica e diferencia ainda mais as representações benignas do ego e dos outros.

6. O rápido desenvolvimento das habilidades cognitivas, a expansão das habilidades instrumentais, e o controle aprimorado sobre as funções emotivas e corporais permitem uma interação maior com o mundo físico e interpessoal. Essas experiências enriquecem as representações da criança de si mesma e dos outros; elas reforçam seu senso realístico de controle, autonomia, vontade e atividade conforme suas interações com os outros se tornam mais elaboradas. Auto-representações e representações dos outros cada vez mais estáveis, no segundo e terceiro anos, são acompanhadas de um controle crescente

da criança sobre seu humor e suas respostas emocionais. Esses desenvolvimentos integrativos contribuem para o que tem sido chamado de "coesão", "constância" e "constância de objeto". Esses termos referem-se à estabilidade mental, emocional, comportamental e relacional aprimorada que caracteriza a experiência da criança consigo mesma e com os outros, mesmo com o aumento de complexidade dessa experiência.

7. Sob um cuidado parental suficientemente bom, a estruturação do ego prossegue ao integrar suas capacidades inatas de perceber, pensar, emocionar-se, escolher, agir e relacionar-se com padrões adaptativos de comportamento. Com uma boa criação por parte dos pais, esses padrões incorporam as virtudes de Erikson, esperança, vontade, propósito e competência, e os traços de caráter de Cloninger, auto-direção, cooperação e conscienciosidade, junto com certas capacidades adicionais citadas abaixo. A habilidade da criança de realizar essas tarefas do seu desenvolvimento depende do cuidado parental contínuo, que deve apoiar seu crescimento sobre os fundamentos estabelecidos nos primeiros três anos de vida. Listadas abaixo estão certas realizações do desenvolvimento que têm suas origens naqueles anos e que afetam o eventual crescimento da criança em direção à maturidade:

- Profundidade e complexidade crescentes na conexão com os outros.
- Expansão das funções cognitiva, comunicativa e executiva.
- Diferenciação, elaboração e controle do humor e das emoções.
- Regulação de impulsos agressivos, sexuais, aquisitivos e de dependência.
- Tolerância com frustrações, atrasos, desapontamentos e perdas.
- Configuração de limites, concessões e substituição da satisfação.
- Demarcação de fronteiras pessoais e interpessoais.
- Compreensão de causa e efeito no mundo físico.
- Escolha, vontade, intenção e atividade.
- Redução na dependência infantil, interdependência precoce.
- Afeição, intimidade e sentimentos de amor.
- Identificação, empatia e reconhecimento do outro.

- Reciprocidade, generosidade e acomodação com outros.
- Separações, reuniões e substituições com os responsáveis.
- Auto-estima e estima pelos outros, ego idealizado e idealização dos outros.
- Identidade pessoal, espaço pessoal e parâmetros de relacionamento.
- Aquisição, possessão, posse e propriedade.
- Compreensão de causa e efeito em transações interpessoais.
- Eficácia, legitimidade, liberdade, cooperação e reciprocidade nas ações.
- Compreensão de aprovação, desaprovação, aceitação e rejeição.
- Julgamento de valores e regras de abordagem com os outros.
- Mitigação da onipotência, dominância e submissão infantis.
- Reciprocidade, conduta reta e limites na formação da consciência.
- Idéias elementares de direitos, justiça, mérito, recompensa, penalidade e punição.
- Realismo, razão e racionalidade como ideais governantes.
- Negociação elementar, concessões e acomodações em conflitos.

8. Essas mudanças enormes que ocorrem nas habilidades cognitivas, afetivas, comportamentais e relacionais da criança, no segundo e terceiro anos de vida, permitem que ela assuma mais e mais das funções para as quais era totalmente dependente de sua mãe e dos responsáveis pelos cuidados durante o primeiro ano. Ao chegar à idade de começar a andar ela, exibe habilidades de pensamento que antecipam a futura competência intelectual; aprende os rudimentos de causa e efeito, os fundamentos da fala em gramática, sintaxe e vocabulário; ela aprende a identificar e comunicar estados de seu corpo, tais como fome, sede e mal-estar; responde emocionalmente ao seu mundo em maneiras crescentemente complexas; desenvolve a escolha e a vontade, e a habilidade de perseguir um objetivo; ela se transporta de um lugar para o outro; e suas habilidades crescentes de pensamento, sentimento, imaginação e atuação enriquecem sua

vida e estruturam seu ego. Ela é, em resumo, capaz de agir em causa própria, ainda que de forma primitiva, imprudente e freqüentemente tola. Esta capacidade precoce de ação independente é a base da futura autonomia.

9. A expansão rápida das habilidades instrumentais da criança, seu poder de escolha florescente, sua habilidade crescente de se comunicar e seu apetite voraz por explorar o mundo, tudo impele sua individuação. Esta era marca o florescimento precoce do ego, o primeiro elemento no conceito de autonomia. A experiência da criança com o mundo físico, e também com seu mundo interpessoal, cria os fundamentos para sua pessoalidade. As percepções infinitamente intrigantes do mundo seduzem-na a cada dia e a compelem a explorá-lo ao ponto da exaustão. Ela mergulha avidamente nesse mundo, brincando com ele, abraçando-o e deleitando-se prazerosamente à medida que descobre um universo além de sua mãe. É esse romance apaixonado com as coisas e eventos novos que ajuda a criança a diferenciar-se de seus pais e responsáveis, que agora não são mais seu único mundo, ainda que permaneçam como presenças criticamente importantes para ela. Para se ter certeza, se tudo estiver bem entre mãe e criança, sua conexão cada vez mais profunda com ela e suas novas conexões com os outros prosseguirão rapidamente. Mas essa imersão crescente no mundo em geral durante os primeiros três anos de vida alimenta seu ego, que está desabrochando, ao ampliar e aprofundar sua experiência com cada nova faceta da vida que lhe é apresentada.

O domínio crescente da criança nesses anos dá origem ao início daquela futura competência a partir da qual o significado central da autonomia deriva sua substância. Para apreciar o tamanho da transformação durante este período, deve-se apenas lembrar que apenas dois anos antes, no primeiro ano de vida, o bebê era completamente dependente de sua mãe. Naquela época ele era pouco mais do que um amontoado de funções fisiológicas, incapaz de se alimentar, vestir, ir ao banheiro, transportar-se ou comunicar-se, a não ser pelos meios mais rudimentares. Mais ainda, e não obstante seu dote temperamental particular e as projeções dos pais de características especiais do seu comportamento primitivo, não há muito na vida de um bebê que

possa ser descrito como "personalidade". Mas essa realidade muda dramaticamente. Com mais dois anos de vida em seu caminho para o desenvolvimento, a criança, não mais um bebê amplamente fisiológico, exibe os contornos de um futuro ego. Ela tornou-se agora uma pequena, mas dinâmica, fonte de ação humana, com identidade própria florescente.

A emergência da reciprocidade

A discussão até o momento revisou o conceito de autonomia em termos bastante convencionais, enfatizando o início da individuação da criança como um processo que envolve seu ego emergente e sua tomada crescente de funções anteriormente sob o controle de seus pais. Tem sido observado que, embora esses processos mentais ainda sejam muito limitados no segundo e terceiro anos, ela ainda assim consegue perceber e pensar por si mesma em maneiras que um bebê não conseguiria nem começar. Ela consegue regular melhor seu humor e suas emoções. É capaz se comportar de modo mais complexo e até mesmo simbólico ao relacionar-se consigo e com os outros, e de participar de comunicações mais elaboradas com os outros. Fortalecida por suas habilidades em expansão, e dentro da ambiente protetor de sua família, o prazer da criança em sua competência crescente leva eventualmente a um senso duradouro de auto-propriedade e um núcleo de auto-estima, se tudo acontecer suficientemente bem.

Mas o estabelecimento de fundamentos para a autonomia verdadeira nos primeiros três anos de vida deveria criar não somente uma maior independência de ação e um senso duradouro de eficácia. Esses anos devem também implantar representações firmes de seus responsáveis – não somente de seu próprio ego – como bons, amáveis e merecedores de consideração. Sob o cuidado adequado, desenvolve-se na criança um núcleo de estima amorosa pela mãe concorrentemente ao desenvolvimento da estima por si mesma. É claro, as atenções afetuosas da mãe para com a criança geram sentimentos de amor no núcleo de sua conexão com ela. Mas a consciência da mãe a respeito da competência cognitiva e emocional crescente da criança sugerirá uma competência relacional também crescente e a levará a pedir mais

da criança como condição de sua aprovação. Com este propósito ela dará conhecimento de seus desejos à criança com mais freqüência, sempre levando em consideração suas limitações reais. Seus próprios níveis de fadiga, frustração, ansiedade e ira afetarão sua empatia pelas necessidades da criança e sua estimativa do que ela pode fazer pela mãe e não somente por si mesma. Seja para saciá-la ou limitá-la, esta pode não ser uma linha fácil de ser traçada por uma mãe. Suas projeções de seus próprios pensamentos e emoções inconscientes, suas próprias necessidades e anseios não resolvidos, tudo constitui potenciais distorções em sua avaliação do que é melhor para o crescimento da criança e para si num momento qualquer, e podem afetar facilmente sua resposta, geralmente de forma negativa.

Mas quando sua expressão de cuidado é suficientemente boa, e quando ela ensina sua criança a ser tão atenciosa com ela quanto suas habilidades permitirem, isso criará os fundamentos para a reciprocidade em seu futuro. Ela a ensina como cooperar. Estabelece limites firmes a qualquer tendência residual que a criança possa ter de manipular os outros como um modo de se relacionar com eles. Ela evita o desenvolvimento do narcisismo patológico e a previne contra a malignidade da sociopatia. *A mãe que consegue, assim, exigir que sua criança a trate cada vez mais como um indivíduo soberano em vez de um mero instrumento para seus fins tem uma importância profunda, não apenas para o crescimento da criança, mas também para a ordem social mais ampla. Na família que facilita o crescimento para a competência em vez da desordem de caráter, uma estrutura familiar "lei e ordem" obriga a criança a ser recíproca no tocante ao cuidado amoroso de que ela se beneficia consistentemente. Entre outras coisas, essa estrutura exige que a criança aja de acordo com as regras: que ela respeite as pessoas, propriedades e sensibilidades dos outros, e que faça o que concorde em fazer. A família comunica e reforça essa obrigação tanto como expressão de seu amor como condição para o mesmo.*

A privação da indulgência

Como já deve ter ficado claro, qualquer excesso duradouro de indulgência para com a criança a privará dos fundamentos da consci-

ência e da conquista da individuação. A criança "mimada" que cresce na dependência de pais muito complacentes é privada das virtudes da auto-confiança e auto-controle e das atitudes necessárias para a cooperação com os outros. Embora possa apresentar uma fachada de autonomia, ela permanece patologicamente dependente das pessoas, e assim deixa de desenvolver a capacidade de auto-regulação que é a essência da individuação. E por conta de não lhe ter sido ensinado a ter consideração com os outros, a criança mimada também é privada da capacidade de empatia, que é a essência da reciprocidade. A pessoa individuada, em contraste, consegue se regular responsavelmente num mundo de livre escolha e cooperar voluntariamente num universo de objetivos compartilhados. Em particular, sua autonomia a imuniza contra o resíduo mais pernicioso do desenvolvimento fracassado, a necessidade de manipular os outros. Ao contrário do adulto-criança auto-indulgente, o homem individuado rejeita ativamente, como um imperativo moral, qualquer oportunidade de dominar, coagir, manipular ou defraudar os outros. Ele rejeita qualquer oportunidade dessas porque seus padrões de justiça o proíbem rigorosamente de fazê-lo, e porque quaisquer manobras desse tipo mostrariam imediatamente uma fraqueza de caráter da qual ele se sentiria profundamente envergonhado.

CAPÍTULO 26

INICIATIVA

Há em cada criança, em cada estágio, um novo milagre de florescimento vigoroso, o qual constitui uma nova esperança e uma nova responsabilidade para todos. Tal é o sentido e a qualidade da iniciativa.

— Eric Erikson

O conceito de iniciativa

Se o desenvolvimento de uma criança foi suficientemente bem durante os primeiros quatro anos de sua vida, ela terá provavelmente adquirido um senso de confiança básica que lhe permite engajar-se com o mundo sem um medo indevido. Além disso, se ela não tiver sido traumatizada, terá adquirido as capacidades de desejar, escolher e querer como disposições fundamentais essenciais a qualquer coisa que se aproxime de uma vida normal. Conforme o amadurecimento físico prossegue rapidamente durante esses primeiros anos, a criança adquire mais uma disposição fundamental: a habilidade de iniciar uma ação intencional projetada para atingir um objetivo imaginado, por mais infantil que esse objetivo possa ser em idades mais tenras. A capacidade de iniciar a ação desenvolve-se naturalmente com sua destreza física crescente, sua curiosidade intensa sobre um mundo que ela sente compelida a explorar, e sua habilidade em expansão de entender aquilo que encontra pela frente. Abençoada com uma energia sem limites, ela está sempre fazendo alguma coisa, ainda que a extensão de sua

iniciativa possa ser limitada pelos efeitos de certos fatores temperamentais, especialmente ao buscar novidades, evitar danos e depender de recompensas (Cloninger). Quaisquer que sejam esses limites numa dada criança, ela continua disposta, por natureza, a explorar o mundo com persistência, sujeita apenas às proibições de seus pais e ao que mais tarde virão a ser as restrições de sua consciência.

Nesse sentido, o conceito de iniciativa é bastante intuitivo: iniciar é começar, principiar, dar o primeiro passo ou fazer o primeiro movimento, agir ou pensar sem ser instado a tanto. Eu faço algo acontecer no mundo real se imagino alguma ação, escolho fazê-la, planejo sua execução, tenciono sua realização, e finalmente a inicio. Iniciativa é, acima de tudo, um potencial biologicamente programado em todos os cérebros normais. Ela tem raízes primitivas nas funções de sobrevivência e reprodução e é completamente essencial às mesmas. Viver, afinal de contas, é iniciar algo – alguma coisa – a não ser que se seja seriamente incapaz por alguma razão. A pergunta no caso da criança não é se ela agirá e continuará a agir conforme cresce para a adolescência. Agir – e "encenar" – são o que as crianças e adolescentes fazer todos os dias até que a fadiga os abata. A pergunta, em termos de desenvolvimento, é se a habilidade inata de uma criança de fazer algo acontecer evoluirá para a competência adulta guiada por padrões de conduta correta, propósitos retos, e limitada pela boa consciência. A pergunta, em outras palavras, é se uma dada capacidade trivial de uma criança de iniciar algo, incluindo dificuldades, pode ser transformada na habilidade de um adulto de perseguir objetivos que são pessoalmente auto-realizáveis, mas também socialmente úteis e respeitosos para com os direitos dos outros.

Propósito e iniciativa

O conceito de propósito como uma conquista do desenvolvimento no sentido *eriksoniano* é claramente diferente do significado usual da palavra propósito, que é freqüentemente usada como sinônimo de motivo ou objetivo. A diferença fica especialmente evidente onde o desenvolvimento da inciativa madura fracassou. Defeitos no atingimento do propósito como uma virtude que guia a iniciativa adulta

deixam o indivíduo com propósitos literalmente infantis: motivos ou objetivos que não são nem auto-realizáveis e nem socialmente úteis. Os propósitos infantis do adulto imaturo podem ser benignos, especialmente se eles restringem sua interação com o mundo como uma defesa contra o sentimento de sobrecarga. Mas não é incomum que tais propósitos em adultos não sejam benignos, de forma alguma, e que possam levar a alguma forma de agressão contra os outros: tentativas de controlar ou dominar através da manipulação ou intimidação, por exemplo, junto com atitudes como arrogância, beligerância ou presunção, surgem tipicamente como uma conseqüência de distorções na fase inicial de desenvolvimento. No domínio sexual, da mesma forma, pessoas não guiadas por bons propósitos podem partir para a sedução e manipulação compulsivas, com propósitos aquisitivos, vingativos, de dependência e de auto-estima.

Nesses modos de iniciativa perversa os atores estão dos dois lados. Seus propósitos não contribuem para a auto-determinação, não transcendem o ego, e não estão subordinados a ideais maduros ou à reciprocidade e respeito pelos outros. Seus propósitos não estão limitados por restrições da consciência madura, mas em vez disso servem a satisfação dos impulsos primitivos. Em tais pessoas, os esforços excessivamente egocêntricos são ligados a finalidades exploradoras, e não a propósitos benignos ou socialmente úteis. Eles não são direcionados para a alegria do aprendizado, nem para uma busca em causa própria, nem para um desejo de contribuir para uma comunidade com a qual se identifica, nem para o prazer da cooperação para benefício mútuo. Compare, por exemplo, o artista cuja satisfação pessoal deriva de seu sucesso em realizar ideais musicais, de seu respeito pelas intenções de um compositor, e de seu desejo de agradar a audiência, com o artista impulsionado por seu ego, que é indiferente aos ideais musicais e que busca impressionar sua audiência numa mostra exibicionista de virtuosidade. Considere outro exemplo: o do estadista comprometido em melhorar a condição humana ao concretizar os ideais de liberdade individual, o Estado de Direito, a igualdade perante a lei, a liberdade religiosa, os direitos à propriedade e a integridade dos contratos. Compare esta pessoa com o predador político que busca um cargo eletivo para engrandecimento pessoal, poder, riqueza

e celebridade, e para ter a oportunidade de manipular e dominar os outros em vez de cooperar com eles.

De um ponto de vista de desenvolvimento, está bem claro que ideais construtivos e bons propósitos são derivados inicialmente das percepções idealizadas da criança de seus pais, de sua imitação deles, de sua identificação com eles e da incorporação de seus valores. Na ausência dos valores adequados transmitidos "sensatamente" pelos pais, para usar o termo de Erikson, a iniciativa imatura da criança será usada, com freqüência, para propósitos não construtivos: sua habilidade inata de fazer as coisas acontecerem será recrutada para a satisfação de impulsos e para a defesa contra quaisquer ferimentos que ela tenha sofrido em seus anos de formação.

Culpa normal e patológica

Construída sobre o desenvolvimento suficientemente bom nos primeiros dois ou três anos de vida, a capacidade de sentir culpa, e de restringir o comportamento para evitar a culpa, surge no terceiro ou quarto anos. Entre outras proibições – aquelas contra a auto-indulgência excessiva, por exemplo – a emergência precoce da culpa é importante para suprimir as fantasias primitivas, eróticas e agressivas, da criança para com seus pais. Se tudo for bem nos anos seguintes, essa capacidade eventualmente se finalmente numa consciência adulta completamente funcional com padrões retos de conduta. O componente afetivo ou emocional da consciência adulta bem desenvolvida pode ser chamado de "culpa normal", uma vez que age adaptativamente ao proibir as más ações com regularidade ou ao punir adequadamente o agente quando ele cede à tentação. Surgindo no curso do desenvolvimento sadio, a culpa normal é um componente fundamental da psique madura, integral às funções da consciência normal, ou seja, à sua tarefa primária de conformar as ações de alguém às regras de conduta correta.

A culpa patológica, que se opõe à iniciativa no esquema de desenvolvimento de Erikson, é um conceito relacionado, mas qualitativa e quantitativamente diferente. Em sua concepção de culpa como uma barreira à iniciativa saudável, Erikson tinha em mente os efeitos

imobilizantes da culpa patológica, não os efeitos adequadamente limitantes da culpa normal. Ele entendia a culpa patológica como uma força irracional e auto-condenatória que poderia inibir severamente a iniciativa normal em um adulto, diminuindo sua capacidade de auto-afirmação e enfraquecendo seu engajamento construtivo com o mundo. Uma culpa deste tipo pode ser também compreendida como uma extensão da vergonha patológica adquirida no início do desenvolvimento. Juntas, essas emoções altamente mal adaptativas levam a deficiências sérias em todas as dimensões da vida adulta, especialmente aquelas envolvendo a intimidade com os outros.

A biologia da iniciativa

Como já foi observado anteriormente, o cérebro dos lagartos, bem como o cérebro de animais mais ou menos primitivos do que os lagartos, inicia rotineiramente as ações fundamentais necessárias para a sobrevivência e reprodução. Todos os animais iniciam movimentos na direção ou para longe de estímulos ambientais a fim de satisfazer um impulso instintivo ou de escapar de um evento nocivo. Regiões particulares dos cérebros dos animais evoluíram para iniciar ações que fluem primeiro de um plano e então de uma intenção de agir. É algo bem conhecido que essas regiões devam estar neurologicamente intactas para que essas ações possam ocorrer. A palavra grega para agir ou fazer é “práxis”; a palavra “apraxia” é o termo usado por neurologistas para designar uma falta de capacidade do cérebro de iniciar ações por conta de algum dano aos circuitos neurais que mediam as mesmas.

Embora a capacidade biológica básica para a iniciativa exija somente um cérebro saudável, a capacidade psicológica para a iniciativa exige uma mente minimamente saudável, que não esteja bloqueada para certos tipos de ação por conta de vergonha, culpa ou medo patológicos. Em paralelo a essas observações, o neuropsiquiatra distingue entre dois tipos de iniciativa debilitada: aquela devida a desordens neurológicas – um derrame, por exemplo – que rompem os mecanismos biológicos de iniciativa; e aquela devida a um conflito emocional – uma síndrome de culpa ou pânico – que inibe o indivíduo de iniciar uma ação.

Em problemas do primeiro tipo, um dano ao cérebro devido a um derrame pode impedir um paciente de falar ou mover sua mão; a causa do problema reside numa doença do maquinário físico-químico do cérebro. Em problemas do segundo tipo, algumas vezes chamados de desordens "neuróticas" ou "funcionais", um conflito emocional, algo distinto de uma doença do tecido cerebral, pode causar uma inibição ou mesmo uma "paralisia" que também impede o paciente de falar ou de mover sua mão, mas não pela mesma razão. Em casos desse tipo, a iniciativa defeituosa é causada por mecanismos mentais inconscientes, não por danos físicos ou químicos ao cérebro. Mecanismos desse tipo são quase sempre associados a defeitos profundos de personalidade que têm suas origens na primeira infância.

Defeitos na iniciativa têm, inevitavelmente, efeitos profundos sobre a vida de um adulto. Eles podem prejudicar a habilidade de uma pessoa de "ter uma vida" no sentido mais amplo: de iniciar esforços contínuos para buscar as condições de uma boa vida. Sentimentos sedimentados de culpa, humilhação ou fracasso, ou temores de retaliação ou perda, em tais pessoas, impedem a busca de relacionamentos, de trabalho e de interesses de lazer. Para alguém tão afligido, iniciar uma ação por razões de interesse pessoal é arriscar um perigo inaceitável. Em casos desse tipo, o cérebro é saudável, mas a mente não, e nem a vida nem a liberdade podem ser desfrutadas ou apreciadas por completo. A criatividade e o talento são sufocados, e o entusiasmo pela vida é curto, se é que existe algum, pois as energias são dissipadas em atividades que protegem a pessoa contra ameaças temidas.

CAPÍTULO 27

O FRACASSO DA INICIATIVA

Nada é tão intolerável para o homem como estar totalmente parado, sem paixão, sem negócios, sem entretenimento, sem cuidado. É então que ele reconhece que é vazio, insuficiente, dependente, ineficaz. Das profundezas de sua alma vêm ao mesmo tempo o tédio, a melancolia, a tristeza, o desgosto, o ressentimento e o desespero.

— Blaise Pascal

Iniciativa, atividade e virtude

Embora tenha certamente reconhecido suas raízes biológicas profundas na psique humana, Erikson considerava a iniciativa como uma conquista do desenvolvimento num sentido psicossocial, não primariamente como uma função biológica. O desafio fundamental nesta fase do desenvolvimento volta-se para a possibilidade de que a capacidade de iniciativa da criança emerja livremente de um modo que a deixe civilizada, porém não incapacitada, e de que ela adquira uma consciência normal que limite adequadamente seus impulsos sem destruir sua habilidade de pensar e de agir por si mesma. Os extremos do fracasso nesta fase são bem conhecidos em cenários legais e clínicos: pessoas que não têm consciência nenhuma, numa das extremidades, e pessoas extremamente restritivas, na outra. No primeiro caso, onde a iniciativa recebe permissão irrestrita nos anos de formação, a criança tem chances de se tornar, na melhor das hipóteses, um adulto narcisista pronto a explorar os outros. No pior caso, ela se torna um criminoso que comete crimes hediondos sem nenhuma culpa. No segundo caso, onde a criança é levada a se sentir culpada somente por existir e a ter medo de que seus propósitos

pessoais causem retaliações perigosas, o resultado eventual é um adulto cujas inibições o impedem de ter vida própria.

É obvio que poucas coisas boas acontecem na vida de uma pessoa se ela não as inicia por conta própria. E é igualmente verdadeiro que a iniciativa deve ser guiada pelos bons propósitos, pela busca de objetivos que sejam congruentes com os princípios da felicidade humana, e que não coloquem o indivíduo em conflito com sua comunidade. Obviamente, a presença ou ausência de um bom propósito afeta fortemente o resultado do que será iniciado numa dada instância, se benéfico ou maléfico para si e para os outros. Para a maioria dos bons propósitos, a iniciativa será combinada com a atividade: a aplicação sustentada e competente do conhecimento para atingir boas finalidades. Com a adição da inovação como terceiro elemento, iniciativa e atividade levam a novas maneiras de aprimorar a vida do homem. As invenções da tecnologia moderna são exemplos óbvios.

Os benefícios conjuntos da iniciativa e da atividade são especialmente evidentes na área econômica, onde a busca de alguém por objetivos pessoais é alcançada, em grande parte, ao se fornecer bens e serviços que agradam os outros. Nesta arena, o mercado de bens e serviços comunica os desejos de alguém através da compra ou recusa de compra da oferta de outro, evidenciando o fato de que a iniciativa, atividade e inovação de um indivíduo em particular beneficiam a comunidade e o próprio indivíduo ao mesmo tempo. Esta dinâmica extraordinária, a bem conhecida "mão invisível" de Adam Smith, é o mecanismo através do qual a iniciativa individual, expressada pela busca de satisfazer os próprios interesses, torna-se a base para a segurança material da comunidade. A evolução imprimiu os potenciais para essas disposições no cérebro humano. Eles definem fortemente nossa natureza como animais sociais que, quando civilizados, iniciam e sustentam a cooperação uns com os outros para o bem econômico, social e político de todos.

A iniciativa e o bem

Muito depende do termo "civilizado" aqui. Está evidente, é claro, que a iniciativa pode ser usada para fins destrutivos, até mesmo selvagens. O conceito de iniciativa que conta como uma realização do

desenvolvimento, no entanto, enxerga finalidades que são construtivas para o indivíduo e congruentes com os bons valores de sua comunidade. Uma capacidade normal de iniciativa é obviamente essencial para a produção de bens e serviços econômicos, mas os processos sociais e políticos essenciais à vida ordenada em comunidade também dependem da iniciativa. O constrangimento legal ao comportamento lícito e as funções protetoras da força militar, por exemplo, exigem a iniciativa de indivíduos agindo sozinhos ou em grupo.

Com essas observações em mente, surge a pergunta de quais influências têm mais chances de mover a iniciativa humana nas direções civilizadas: aquelas que promovem o bem-estar humano, e não o seu sofrimento. Quais forças dirigem a iniciativa humana para longe das ações que simplesmente descarregam tensões ou gratificam impulsos, freqüentemente com conseqüências destrutivas? Quais forças dirigem a iniciativa na direção das ações que aprimoram a vida, a liberdade e a busca pela felicidade? Erikson respondeu essas perguntas com sua definição de propósito como uma virtude. Seu conceito é explicitamente moral, consistente com o fato de que a fase do desenvolvimento na qual emerge a iniciativa (fase edipiana de Freud) é também uma fase de moralidade emergente na criança. Erikson escreveu: "Propósito, então, é a coragem de prever e perseguir objetivos de valor, sem a inibição da derrota das fantasias infantis pela culpa e pelo medo da punição".

A definição diz muito em poucas palavras. Ela observa que o desenvolvimento da iniciativa deve superar os medos e fantasias potencialmente imobilizantes dos primeiros anos de vida. Esta não é uma tarefa fácil, já que os medos dos primeiros anos podem facilmente ser traumáticos para o desenvolvimento da criança, chegando ao ponto de prejudicar sua capacidade de iniciativa. A experiência clínica revela que os medos que surgem na primeira infância fazem muitas pessoas desistirem de desafios da vida adulta por razões de segurança imaginária em vez de "perseguir objetivos de valor com coragem" a serviço da auto-realização. Evitar esse tipo de dano é criticamente importante. A conquista da iniciativa normal e de bons propósitos nos anos de formação da infância possibilita a pessoa não apenas a

agir sem medos indevidos, mas a agir efetivamente e a fazê-lo em harmonia com os outros. É importante mencionar, em particular, que o termo "objetivos de valor" – isto é, bons propósitos – tem um vínculo com o padrão moral consistente com a idéia de virtude. Para Erikson, bons propósitos implicam numa iniciativa empreendida tanto individualmente como cooperativamente a serviço de esforços construtivos: aqueles que afetam a condição humana numa maneira consistente com os valores da cultura de alguém e que aprimoram a vida em comunidade. O conceito de Erikson de bons propósitos é também consistente com sua concepção largamente relacionada de maturidade individual: a habilidade e vontade de tomar responsabilidade pelo próprio ego e de não culpar os outros pelas dificuldades da vida sem que haja causa para tanto.

Outras reflexões sobre a iniciativa

A investigação presente dos fundamentos biopsicológicos da liberdade tem se preocupado se um dado indivíduo sente-se ou não suficientemente livre em seus próprios processos de pensamento para saber o que quer da vida e para iniciar a busca por plenitude, baseado em seus próprios desejos. Uma vez que todas as concepções de liberdade implicam na liberdade de agir, o conceito de iniciativa tem importância particular. Em sua forma mais elementar, o termo iniciativa denota a habilidade da mente humana de programar comandos internos através da ação, de mover e controlar o corpo no desempenho de atos instrumentais. Iniciativa é o que primeiro possibilita a criança, e depois o homem, a operar sobre seu ambiente físico e interpessoal com algum propósito não trivial. A criança de quatro e cinco anos de idade, seriamente envolvida pelo teatro de sua mente, exercita a iniciativa ao perseguir seus objetivos lúdicos por horas a fio. Ela leva esses objetivos muito a sério, absorta em alguma busca literalmente fantástica. Em seu mundo de fantasia ela é o ator, o produtor e o diretor; é o iniciador de tudo o que acontece. Mas poucas décadas depois, a criança que um dia brincou com tamanha intensidade em sua tenra idade resolverá um dilema de negócios, ou um problema logístico da família, ou criará uma nova teoria de como funciona o universo. A

iniciativa da criança de cinco anos de idade, absorta em sua brincadeira, transforma-se na iniciativa do adulto na execução das tarefas do dia, ou no sonho de uma vida.

Como cientista social, Erikson reconheceu a iniciativa como uma conquista do desenvolvimento de toda a nossa espécie, em todas as culturas, e se preocupou com aquelas primeiras influências que poderiam prejudicar a emergência da iniciativa como uma disposição humana essencial. Como psicanalista, ele reconheceu as inibições da iniciativa em seus pacientes, especialmente naqueles que apresentavam um excesso de culpas adquiridas nos primeiros anos da infância. Como analista na tradição freudiana, ele compreendeu o poder especial do drama edipiano e suas origens na conexão crescentemente intensa e com traços eróticos e possessivos da criança pequena com seus pais. É considerado um conhecimento comum que, no terceiro e quarto anos de vida, a conexão cada vez mais profunda da criança com seus pais a leva naturalmente a se imaginar como o namorado ou a namorada, ou o marido ou esposa ou amante do pai ou da mãe, e a imaginar que esse melodrama romântico se tornará real e duradouro. Algumas vezes, consciente de seu desejo de fazer algo sensual com um de seus pais, e algumas vezes não tão consciente de tais idéias, a criança de quatro anos de idade imagina um romance fantasioso com sua família nuclear, repleto de excitação erótica, competição nervosa, rivalidade ciumenta, retaliação temerosa, rejeição humilhante, possessão com culpa e vergonha por inadequação. Este drama formidável e literalmente fantástico, conhecido por muitos como o complexo de Édipo do antigo teatro grego, da literatura inglesa, da filosofia francesa e da psicologia freudiana, evolui inocentemente e naturalmente a partir da conexão elementar da criança com os responsáveis pelos seus cuidados. O desfecho deste drama no longo prazo tem implicações fatídicas para a vida futura da criança e para sua capacidade de iniciativa.

Iniciativa, virtude, e liberdade

Como fazem todos os psicanalistas, Erikson entendeu que para a criança se tornar um membro da sociedade como um todo e não permanecer para sempre como a criança de seus pais, ela deve cedo ou

tarde deixar o drama de sua família para trás e investir suas energias nas oportunidades, relacionamentos e regras que constituem o mundo exterior ao seu lar. Ela deve sentir-se livre o suficiente de suas amarras de infância para criar uma vida para si, e construir seu próprio drama, fora do alcance de sua família de origem. Parte dessa tarefa envolve o exercício da iniciativa, impulsionado por energias que, caso contrário, permaneceriam confinadas ao âmbito familiar. Na verdade, ao final do quinto ou sexto anos de sua vida, tipicamente, a criança já deixou para trás muito de suas fantasias edipianas, escondendo-as de si mesmo e dos outros nos quartos escuros de seu inconsciente. Doravante, elementos residuais desse drama podem aparecer em sonhos, ou podem surgir indiretamente em conflitos com cônjuges ou companheiros de trabalho, ou talvez explorados mais tarde em terapia. Mas seu escopo original e seu poder surpreendente não serão readmitidos ordinariamente à consciência a não ser que provocado por algum desenvolvimento extraordinário – uma neurose emergente, talvez, ou pela agitação de uma pane psicótica.

Estas observações sobre o início da criação indicam que as capacidades de confiança, esperança, autonomia, vontade, iniciativa e propósito, junto com suas disposições relacionadas, emergem no curso normal do desenvolvimento humano. A liberdade ordenada prospera quando os indivíduos conseguem confiar uns nos outros, cooperar através de um consentimento informado, fazer escolhas entre alternativas, iniciar ações para seu próprio benefício e agir de acordo com padrões retos de conduta em relações mútuas com outros. Essas capacidades constituem o embasamento psicobiológico da liberdade humana. Quando adequadamente desenvolvidas em suas versões adultas, elas constituem o núcleo de todas as justificações teóricas para a liberdade individual na busca da felicidade e para a liberdade de se relacionar com os outros por consentimento mútuo.

Comentários adicionais sobre a patologia da iniciativa

Obviamente, a maneira pela qual a iniciativa emerge na criança muito jovem depende fortemente do que já aconteceu em sua breve vida, e de sua dotação genética. Os primeiros quatro ou cinco anos já

ocasionaram grandes alterações em sua psique em formação, transformações que são bastante facilitadas numa direção positiva pelo amor, afeição, empatia e engajamento dos pais, e pelo que Erikson chamou de orientação sensata do cuidado parental. Mas essas transformações são altamente vulneráveis aos efeitos da privação, negligência, abuso e indulgência, já que sob essas influências há grandes chances de ocorrerem distorções sérias no desenvolvimento da personalidade. Os padrões seguintes de comportamento patológico estão fortemente associados às distorções de desenvolvimento que emergem durante os primeiros quatro anos de vida. Eles estão divididos, por conveniência, em duas categorias: aqueles que representam exageros das disposições normais adquiridas durante esses anos, e aqueles entendidos melhor como inibições das disposições normais. O leitor identificará facilmente pessoas que apresentam um ou o outro desses tipos.

Na primeira categoria estão as disposições caracterizadas pela agressão excessiva ou pela manipulação dos outros no exercício da iniciativa. O comportamento que surge das disposições desse tipo é tipicamente entendido como neurose ou desordem de caráter, mas em alguns casos pode ser parte de um processo psicótico. Pessoas que agem desta maneira são freqüentemente vistas como arrogantes, altivas, hostis, descaradas, rudes, exigentes, intrusivas, controladoras, autoritárias, dominadoras, condescendentes, insolentes, hiper-assertivas, intimidantes, "castradoras", vingativas ou sádicas. Exemplos adicionais incluem a iniciativa a serviço de despeito, provocação, oposição, sonegação, teimosia, injustiça e roubo. Em muitas instâncias, comportamentos deste tipo são criminalmente exploradores e destrutivos. Tais pessoas são descritas com freqüência como corruptas, e não é incomum que tentem envolver ou seduzir outras pessoas para conseguir ganhos materiais. A iniciativa excessiva a serviço da ganância patológica é algo especialmente comum.

Uma segunda categoria consiste naquelas disposições onde a iniciativa é seriamente inibida. Uma inibição desse tipo leva a um comportamento que é temeroso, tímido, reprimido demais, contido demais, "castrado", baseado em culpa, baseado em vergonha, complacente em excesso, submisso, manso, dependente, derrotado, passivo,

altruísta e modesto. A tais pessoas, tipicamente, faltam a autonomia, a vontade e o propósito, e elas podem ser facilmente manipuladas e humilhadas. Elas também têm uma disposição de buscar relacionamentos infantis com outros, abrindo mão de seus direitos de auto-determinação em troca de uma proteção real ou imaginária do outro contra as responsabilidades da vida adulta. Pessoas com esse tipo de personalidade assumirão, com freqüência, um papel infantil em sua relação com o governo, votando naqueles que prometem segurança material através de obrigações coletivas em vez daqueles comprometidos com a proteção à liberdade individual. Para tais pessoas, a liberdade acarreta um grau de responsabilidade pessoal, incluindo o exercício da iniciativa, que é oneroso ou ameaçador demais.

Em alguns casos, esses modos podem alternar-se num determinado indivíduo, com iniciativa exagerada em algumas ocasiões e iniciativa inibida em outras. Por trás dessas disposições patológicas há uma organização anormal da personalidade que torna o indivíduo vulnerável à ansiedade, depressão, ira e vazio intensos. Anormalidades tipicamente presentes nessas personalidades incluem defeitos nas básicas representações e auto-representações de objeto, dependência excessiva e egocentrismo patológico. Como já foi notado, essas e outras características mal adaptativas são os efeitos duradouros de traumas precoces de um tipo ou de outro. Defeitos sérios na intersubjetividade, a capacidade de reciprocidade e reconhecimento da paridade pessoal do outro, figuram com destaque entre as deficiências desses tipos de personalidade. Prejuízos associados na auto-limitação, na tolerância à frustração e nas funções da consciência são óbvios ao clínico treinado.

A psicologia psicanalítica do ego também descreveu o narcisista clássico cuja capacidade de iniciativa serve tipicamente a motivos exploradores. Com um comportamento que é freqüentemente agressivo e intrometido, e com padrões de relacionamento caracteristicamente grandiosos e auto-indulgentes, pessoas com este tipo de patologia usam sua capacidade de iniciativa para controlar os outros e manipulá-los para ganho próprio. Narcisistas sentem-se geralmente isentos das restrições que limitam os outros. Eles não estão acima

de quebrar as leis, incluindo as leis formais que buscam proteger os incautos. Com a iniciativa aumentada por expectativas grandiosas, muitos narcisistas ascendem à liderança em grandes corporações ou buscam cargos públicos para satisfazer sua necessidade de admiração, riqueza e poder, ao mesmo tempo em que se mantêm indiferentes às obrigações para com os outros, que são inerentes às posições que ocupam. A patologia oculta nessas pessoas inclui um ego defeituoso que não consegue regular seu próprio estado emocional sem manipular os outros, e que não consegue ou não deseja respeitar a atuação, os direitos básicos, a paridade pessoal ou a igualdade perante a lei das outras pessoas. Tipicamente em negação no tocante a esses padrões, o narcisista vê os outros como meros objetos a serem usados para propósitos egoístas, e certamente não os vê como egos a serem respeitados dentro do significado da Regra de Ouro. Nessas disposições e em sua convicção de que está isento das limitações que os outros precisam respeitar, o narcisista apresenta problemas potencialmente sérios para a comunidade dedicada à liberdade individual, à reciprocidade e ao Estado de Direito.

CAPÍTULO 28

OS FUNDAMENTOS DA ATIVIDADE

Nós podemos reconhecer, além disso, que o traço da atividade é englobado por um lado pelo perigo do esforço habitual compulsivo de sobressair-se na competição, e do outro pelas tendências derrotistas vistas numa falta de vontade de aceitar e encarar mudanças significativas.

— Theodore Lidz

A era juvenil

Se os fundamentos da confiança, autonomia e iniciativa tiverem sido adquiridos nos primeiros cinco ou seis anos de vida, e virtudes associadas a esperança, vontade e propósito tiverem sido inculcadas, a criança, agora em idade escolar, estará pronta para dar o próximo passo no caminho de sua eventual identidade adulta. Erikson indicou este passo por mais uma dicotomia: atividade *versus* inferioridade. Neste estágio, a era juvenil, a criança aprende muito sobre os arranjos de convivência da sociedade, especialmente aqueles que fomentam a segurança material e que governam as relações sociais e o processo político.

Freud caracterizou a fase juvenil, que vai aproximadamente dos seis aos doze anos de idade, como um período de latência no qual os impulsos sexuais infantis desvanecem nos recessos da psique, permanecendo amplamente dormentes até que a puberdade os acorde. Apesar da redução no interesse sexual evidente neste período, no entanto, a criança está muito ocupada com outros assuntos: suas habilidades

intelectuais avançam rapidamente conforme ela adquire novas habilidades instrumentais e sociais, numa preparação contínua para a vida adulta. Seu uso da linguagem torna-se mais elaborado, mais ricamente comunicativo e mais útil como ferramenta de compreensão conceitual. Seus estados emocionais e os processos de raciocínio associados tornam-se mais elaborados, mais diferenciados e mais expressivos, e seu senso de identificação e papel de gênero fica mais consolidado. Na era da atividade a criança aprende a criar coisas, a fazer coisas e a se relacionar com as pessoas de fora de sua família nuclear de maneiras mais complexas.

As conquistas e fracassos desta era têm implicações importantes para a participação eventual numa sociedade livre. Na preparação para a vida adulta posterior, os relacionamentos da criança tornam-se mais elaborados em suas dimensões econômica, social e política. Nesse período as crianças observam os outros:

- Comprando, vendendo e trocando bens e serviços.
- Compartilhando e dividindo o trabalho em empreendimentos conjuntos.
- Honrando e rompendo acordos.
- Adquirindo, eliminando, emprestando ou devolvendo propriedade.
- Pagando ou dando o calote em débitos.
- Adquirindo e merecendo recompensas materiais.
- Discutindo os méritos de uma compra.
- Estimando os custos, riscos e benefícios de ações contempladas.

Cedo ou tarde a criança aprende a trocar coisas no parquinho, faz trabalhos esquisitos, ganha uma mesada ou recompensa, guarda ou gasta dinheiro, toma decisões sobre o que pode comprar, considera alternativas concorrentes, e aprende que na maioria dos casos escolher A é renunciar a B. A era da atividade é uma era de educação econômica elementar.

Nesse período as crianças também observam os outros:

- Fazendo as atividades interpessoais da vida diária.
- Socializando, cooperando, cuidando de outros, opondo-se, frustrando-se, culpando, perdoando, desculpando-se e reconciliando-se.
- Sentindo inveja e ciúme, e sendo competitivos.
- Estabelecendo e modificando objetivos com outros.
- Mantendo e quebrando promessas com outros.
- Fazendo, desfazendo, consertando e rejeitando amizades.
- Sendo corteses para aprimorar a segurança e o conforto do relacionamento.

Cedo ou tarde a criança aprende a ser amigável ou não, a cooperar e a se adaptar ou não, a perdoar e esquecer ou não, a tratar os outros com respeito ou desrespeito, a se importar com os outros ou a ignorá-los, a se divertir e apreciar os outros, ou a criar tumultos e frustrar os outros. Ao fazer tudo isso a criança começa uma longa série de experimentos com papéis, estilos, personalidades e maneirismos em busca da construção de uma identidade para a vida. A era da atividade é também uma era de socialização; a criança descobre o mundo dentro de si mesma ao descobrir o mundo além de si mesma.

Nesse período as crianças também observam os outros:

- Engajando-se na política de sua vizinhança e da cidade.
- Liderando, seguindo, negociando, persuadindo, influenciando, manipulando.
- Adulando, coagindo, formando coalizões e gerenciando opiniões.

Cedo ou tarde a criança encontra a política da escola e do parquinho; a dinâmica dos clubes, panelinhas e gangues; o favoritismo e a busca do favor; as hierarquias, manobras e delegações da autoridade; as maneiras de liderar, seguir, conceder, ceder, dominar, controlar, permitir e submeter. A era da atividade é uma era de política elementar,

na qual a criança aprende a dinâmica da influência. Na era da atividade a criança intensifica seu ensaio para a vida que vem pela frente.

As tecnologias da vida diária

A capacidade de esforços consistentes e racionalmente direcionados é fundamental à identidade adulta. A habilidade de perseguir um objetivo útil e de persistir em face das dificuldades não é somente essencial para conseguir viver, mas também necessário para conquistar qualquer coisa de valor na vida adulta. Na fase da atividade a criança aprende a estabelecer objetivos, especialmente em suas aulas na escola, mas também nas tarefas em casa e nos projetos na igreja, e a sustentar os esforços na busca desses objetivos. Em encontros diários incontáveis, a capacidade para o esforço útil que floresce na criança é recompensada condicionalmente por pais, professores e vizinhos.

A criança que aprende a ser ativa faz uma contribuição crítica ao seu futuro, ao menos por duas razões. Primeiro, o que é aprendido nesta fase envolve vários tipos de habilidades instrumentais eventualmente necessárias para a segurança material. A era juvenil introduz a criança aos negócios da vida, aquelas atividades cujo foco são as demandas do corpo por comida, vestimenta, abrigo, cuidado médico, transporte e outros bens e serviços que sustentam nossas vidas. Uma segunda grande aquisição nesta fase é a "tecnologia" do relacionamento: as inumeráveis habilidades interpessoais essenciais à busca do esforço conjunto para qualquer propósito. Idealmente a criança aprende nesta fase de seu desenvolvimento as regras e convenções de sua cultura, e as habilidades sociais para interagir com os outros, especialmente aquelas necessárias para a cooperação em empreendimentos múltiplos.

A criança normal, em idade escolar, é ávida por aprender sobre o mundo; a sociedade racional deve estar pronta para acomodá-la. Na escola ela continua, numa configuração diferentemente estruturada, a preparação para a vida adulta que começou em sua casa. Se tudo correr bem nesses anos, ela aprenderá bastante sobre os meios de produção de bens e serviços necessários à vida diária. Impelida por essa curiosidade inata, sua introdução ao mundo a ensina a criar coisas, fazer coisas e usar coisas para finalidades úteis, e a fazer algumas coi-

sas apenas por prazer. Ela aprende, em particular, a importância da escolha voluntária nessas buscas. Conforme observa os adultos nas infindáveis transações da vida diária, ela adquire uma compreensão operacional do consentimento mútuo: a rotina voluntária de compra, venda e troca que define uma sociedade economicamente livre e socialmente bem ordenada.

Na seqüência típica do desenvolvimento, os fundamentos da atividade sedimentados durante os primeiros anos de escola emergem logo após a conquista da iniciativa. A capacidade crescente da criança para o esforço sustentado com propósitos canaliza suas energias e dá direção à sua iniciativa. Em seus interesses crescentes em algumas matérias escolares e não em outras, em alguns esportes e não em outros, e em algumas pessoas e não em outras, ela faz escolhas incontáveis no que se torna um processo contínuo de definir-se e diferenciar-se como um indivíduo único. De grande importância nesse processo de individuação é a auto-confiança crescente que o domínio das habilidades instrumentais constrói ao longo do tempo. Sob circunstâncias ideais, este senso de domínio obtido na era juvenil reforça um núcleo já saudável de auto-estima baseado na experiência anterior do amor parental.

Igualmente importante é a expansão das habilidades sociais além daquelas adquiridas na família nuclear. Na era juvenil, as habilidades aprendidas primeiramente na fase pré-escolar são expandidas em associações com pessoas e grupos de fora da família. Novos relacionamentos com seus pares, na escola e na igreja, validam o senso de pertencimento da criança e avançam sua compreensão de um universo interpessoal que ela habitará um dia como adulta.

A era juvenil: jogos, mágica e mistério

Selma Fraiberg escreveu sobre os anos mágicos da infância, aqueles da criança que vive num mundo de fantasia mais do que num mundo real, e cujos processos de pensamento não são limitados por fatos e lógica. Mas, como todo clínico sabe, a capacidade para o pensamento mágico permanece intacta pelo resto da vida e é certamente proeminente, ou deveria ser, nos anos do ensino fundamental. A criança que é demasiadamente séria, que não tem uma capacidade

para o que poderia ser chamado de "impulsividade benigna", não somente perde a alegria das brincadeiras, mas também prejudica o desenvolvimento de sua capacidade inata para o pensamento criativo e seu poder de ajudá-la a resolver os problemas da vida. "Pensar fora da caixa" deveria ser algo fácil para a criança. Para o desenvolvimento adequado, tal pensamento deve ser uma experiência rotineira, não apenas uma diversão ocasional em meio a um estado de sobriedade prática. De fato, a experiência clínica sugere que a criança prematuramente sóbria tem mais chances de se deprimir.

A familiaridade com as coisas misteriosas, mágicas ou inefáveis não está, é claro, confinada às buscas artísticas ou por diversão, mas é algo integral à experiência humana, a não ser que seja ativamente suprimida. A capacidade para a experiência religiosa, por exemplo, parece ter evoluído no cérebro humano e parece ter valor para a sobrevivência. Uma comunidade cujos membros estão unidos por uma fé religiosa compartilhada podem ter mais chances de resistir a ameaças à sua existência, independente de sua natureza. A fé religiosa auxilia a resistência humana em face da catástrofe, seja ela de guerra, fome, doença ou desastre natural. Os rituais de adoração estão entre as habilidades que facilitam tal fé, reforçando a coragem em tempos difíceis e solidificando os laços de relacionamento.

Danos na era da atividade

A observação de que muitas das patologias comportamentais tornam-se evidentes durante a era juvenil é consistente com o fato de que a tarefa de desenvolvimento da criança neste período é assustadora. De forma alguma o sucesso é garantido, embora o processo possa ir muito bem em alguns casos. Quando aquilo que é aprendido nesta fase concentra-se amplamente dentro dos códigos aceitos de conduta, a familiaridade crescente da criança com as possibilidades de sua cultura a ajuda a canalizar seus interesses na direção de buscas que aprimoram a cooperação. Quando as coisas não vão tão bem, ela pode desviar-se na direção das desordens comportamentais, das drogas ou da delinqüência, e da descarga desordenada de tensões, contrária à cooperação. Especialmente ameaçadoras são as buscas que envolvem

a satisfação de impulsos primitivos em atos anti-sociais, imprudentes ou auto-destrutivos. A criança de 12 anos de idade que acaba imersa numa subcultura de sexo, drogas, delinqüência e agressão para diminuir seu tormento interno é um resultado muito comum das deficiências de desenvolvimento acumuladas na era juvenil e nos anos anteriores. Por trás da fachada de despreocupação jovial, crianças com esses problemas são tipicamente atormentadas por ansiedade, vergonha, depressão, inveja e raiva. Seu sentimento oculto de inferioridade, que pode ser apenas vagamente percebido, é acompanhado por deficiências reais na educação, nas habilidades sociais e nas identificações construtivas que podem, no todo, impedir a conquista posterior da competência adulta. À parte de sua dor emocional manifesta, crianças que tentam se tornar adultas com tais deficiências são incapazes de encontrar um nicho na comunidade de cidadãos produtivos e cooperativos. Em vez de contribuir para a comunidade, é provável que elas sejam um fardo social e econômico. Os resultados de desenvolvimento desse tipo têm efeitos importantes na política social e constituem uma dinâmica oculta da agenda liberal. Este ponto é desenvolvido com mais profundidade numa seção posterior.

Falhas nas etapas do ensino fundamental e da adolescência geralmente não ocorrem sem danos de desenvolvimento anteriores. Com bastante freqüência, deficiências nas fases anteriores enfraquecem o atingimento da confiança básica, autonomia e iniciativa, e geram patologias suficientes para descarrilhar o desenvolvimento subseqüente. Crianças que sofreram tais prejuízos precocemente não adquiriram a confiança básica na própria bondade e na bondade da vida, nem nos fundamentos da autonomia, nem na iniciativa necessária às conquistas úteis. Nesses casos, a ansiedade, o medo, a depressão, o vazio, a ira, a culpa, a vergonha e a falta de confiança residuais interferem com a habilidade da criança de se beneficiar normalmente das fases posteriores. As atitudes que surgem na associação com essas emoções patológicas podem levar ao comportamento passivo-dependente como uma defesa contra os medos de abandono, vergonha ou retaliação, ou ao comportamento oposicional, desafiador ou anti-social como defesa contra a disforia e a raiva. Para crianças já em conflito sério com seus pais, as subculturas das gangues, da delinqüência e

das drogas podem oferecer associações alternativas que enfraquecem ainda mais a atividade e a competência. Sob essas influências, o que se aprende com mais freqüência são as habilidades sociais da subcultura delinqüente e as tecnologias do crime. A aquisição do conhecimento útil sobre o mundo dos bons propósitos e a socialização construtiva de uma fase normal de atividade são perdidas nessas crianças, que então continuam a sofrer danos adicionais na adolescência.

Um resultado potencialmente incapacitante da era juvenil emerge naqueles casos onde uma combinação de privação parental e indulgência resulta na síndrome da "criança mimada", uma configuração de personalidade caracterizada por egocentrismo exigente, baixa tolerância à frustração, depressão latente, auto-piedade e ressentimento crônico. Todos esses traços prejudicam a habilidade de lidar com os desafios da vida. Tipicamente, o adulto que os adquiriu reclama em excesso conforme busca simpatia e indulgência dos outros. Por trás de uma personalidade freqüentemente ranzinza há uma criança interior que está irada por não receber o que acredita ser sua compensação devida pelas privações do passado e do presente. Atitudes de exigência de direitos são proeminentes nessas pessoas quando atingem a idade adulta. Exemplos podem ser vistos em propagandas políticas que mostram pessoas mais velhas ou outros grupos desfavorecidos. No anúncio típico, uma pessoa mais velha está furiosa porque alguém, geralmente o governo, não lhe está provendo alguma necessidade: alguma forma de cuidado médico, por exemplo, ou talvez moradia ou transporte. A auto-piedade é proeminente; o mesmo se aplica à inveja. As origens dessas atitudes estão nos anos de formação, e não nas dificuldades do presente.

A cura na era juvenil

Para crianças que não foram seriamente prejudicadas em seu desenvolvimento precoce, no entanto, a fase da atividade oferece oportunidades para adaptações que são menos do que ótimas, mas que ainda permitem alguma acomodação à vida adulta. Erikson fez alusão à criança que se torna ativa demais por mergulhar totalmente em tarefas instrumentais como "pequeno e bom ajudante" ou "pequeno bom trabalhador". Crianças desse tipo podem, mais tarde, definir-se primariamente pelo que conseguem fazer, e não pelo que são, ou pelos

sonhos que perseguem, ou por como se relacionam emocionalmente com os outros. Elas têm grandes chances de viver primariamente no mundo do trabalho. Nesse domínio elas podem agir com confiança e produtividade, e não raro compulsivamente, mas é provável que se relacionem apenas superficialmente com os outros.

Para algumas crianças, a fase da atividade torna-se uma oportunidade de esforços competitivos intensos, na busca de superar sentimentos de inferioridade e descarregar impulsos agressivos. Essas crianças criam um mundo interpessoal onde vitórias triunfantes, derrotas humilhantes e rivais odiados são um drama diário. Disputas acaloradas tornam-se a razão de se viver; a vida é uma sucessão de desafios competitivos, repletos de ameaças e intimidações quando necessário. As arenas para esse drama estão em qualquer e todo lugar: no parquinho do bairro, nas quadras esportivas, na sala de aula, no concurso de beleza, nas disputas de talento ou na política escolar. Mais tarde o drama desloca-se para as batalhas no mundo dos negócios ou da política, ou em qualquer lugar onde haja um rival, real ou imaginário, a ser derrotado. Como adultos essas pessoas descrevem "um fogo no interior" que os impulsiona às conquistas que precisam para sentir paz interior. Mas essa paz é geralmente de curta duração, e logo a batalha é retomada.

Uma defesa relacionada contra sentimentos de inadequação, dúvidas sobre ser amado, e medos de rejeição busca compensação em atitudes de elitismo, presunção, pretensão, privilégio especial e ostentação de riqueza material, entre outras. Estas atitudes tornam-se evidentes, com freqüência, na era juvenil. Num mundo do esforço adulto, várias combinações de tais estados e suas defesas constituem as neuroses da vida diária. Elas são facilmente observáveis nas arenas econômica, social e política, em todos os níveis. São especialmente proeminentes nos círculos de poder político onde o controle das pessoas e das políticas pode tornar-se um antídoto viciante contra o tormento interior. A ocupação de um cargo público fornece uma oportunidade de colocar em prática uma agenda pessoal disfarçada de campanha com princípios de causa nobre. Mas o mais comum é que a causa nobre, se existir, seja perdida nas manobras de ganho pessoal do detentor do cargo público.

CAPÍTULO 29

REALIZAÇÃO NA ERA JUVENIL

A pessoa moralmente responsável que os conservadores admiram pode surgir apenas da família carinhosa e segura que os esquerdistas exigem.

— Stanley Greenspan

O juvenil bem desenvolvido

Se o envolvimento da criança em idade escolar com pessoas e buscas fora de sua família nuclear for saudável, a expansão de seu mundo aprofundará sua individuação numa personalidade crescentemente única, que é agora determinada significativamente por seus interesses e habilidades. Ela aprende gradualmente a se definir ao experimentar vários papéis e ao participar em atividades gratificantes ou frustrantes. Se ela puder explorar as oportunidades abertas numa maneira razoavelmente segura, e se suas escolhas forem supervisionadas por pais competentes, a criança na etapa juvenil aprende um fato importante sobre a liberdade individual: a busca da realização pessoal por fazer o que ela quer fazer, quando e onde for apropriado, é compatível com o que ela tem que fazer para cooperar com os outros.

Assumindo que um juvenil chegou à idade de 12 anos com uma dotação genética média e sem deficiências significativas de desenvolvimento, com o que ele poderia se parecer? Uma pergunta alternativa seria o que um pai razoável esperaria em sua criança nesta idade, se houve criação e cuidado suficientes. O perfil seguinte de uma criança de 12 anos bem desenvolvida, de qualquer sexo, ilustra uma trajetória saudável de crescimento, uma que satisfaz a maioria dos pais.

Primeiro: um pai sensato provavelmente esperará que sua criança seja feliz no sentido convencional do termo: livre de depressão, de irritabilidade indevida ou de medos perturbadores; geralmente entusiasmada com a vida; freqüentemente alegre; engajada ativamente com o mundo; e abençoada com a energia típica da idade. Um entusiasmo genuíno com a vida não é nada demais de se esperar de uma criança saudável de 12 anos.

Segundo: um pai razoável provavelmente esperará que sua criança tenha inteligência suficiente para aprender as lições corriqueiras da escola e para adquirir, por intuição e instrução, aquelas habilidades sociais mínimas necessárias para se dar bem com a maioria das outras pessoas, sejam elas adultas ou crianças. Uma boa vontade de falar sobre seu progresso na escola e sobre quaisquer problemas significativos em interações sociais é certamente útil numa criança de 12 anos. Nesse sentido, a maioria dos pais sensatos esperará que sua criança desta idade tenha o desejo e a habilidade de conversar sobre qualquer coisa com eles, pelas razões habituais.

Terceiro: a maioria dos pais esperará que sua criança tenha espontaneidade, já que o lado lúdico é inerente à natureza das crianças e importante para o seu crescimento. Alguém uma vez disse que a brincadeira é o trabalho da criança. Os escritos de Johan Huizinga sugerem que brincar é a primeira expressão de liberdade humana da criança. (Huizinga 1955) É verdade, é claro, que uma capacidade apropriada para a idade de se engajar com seriedade em algumas tarefas é desejável, mas sem excluir os caprichos, as fantasias ou a imaginação. O interesse pela ficção, em contos de mistério e do sobrenatural, ao desenhar, personificar e brincar com modelos de coisas, tudo agita a habilidade da criança de imaginar o mundo diferente do que ele é. A criatividade de todos os tipos, como a própria liberdade, tem raízes na infância e suas fantasias. A imaginação dá origem não somente a trabalhos artísticos, mas à habilidade de resolver problemas em todas as dimensões da vida. Nesse sentido, a criatividade é integral à nossa natureza adaptativa. Em pessoas em que ela não tenha sido sufocada, a criatividade permanece ativa até durante a velhice.

Quarto: seria desejável se nossa criança de 12 anos aprendesse a maioria das regras que possibilitam a eqüidade nos relacionamentos

humanos, e não somente nos jogos. O pai sensato esperará ainda que sua criança saiba, ao menos vagamente, que o relacionamento humano exige um equilíbrio de direitos legítimos, ações permissíveis e obrigações associadas que promovem a ordem na comunidade. Ele ou ela verão que sua criança adquiriu um respeito saudável pela lei e pela ordem.

Quinto: é de se esperar que uma criança de 12 anos seja conhecida pela maioria das pessoas como um "bom garoto" ou uma "menina legal": que ele ou ela seja razoavelmente cortês, amigável e com disposição a cooperar. A maioria dos pais não desejará que suas crianças sejam grosseiras, presunçosas, rebeldes, hostis, rancorosas, desafiadoras, opositoras, insolentes, agressivas, destrutivas ou arrogantes. Seria útil também se essa boa criança respeitasse os direitos de propriedade e compreendesse a importância de se manter uma promessa. Seria desejável se ela conseguisse considerar as sensibilidades dos outros para evitar ofensas desnecessárias. Nós ficaríamos contentes se ela agisse só raramente de forma ruidosa, indevidamente disruptiva ou desagradável. Idealmente, a criança de 12 anos bem desenvolvida exercitará tal controle sobre o entendimento de que viver racionalmente com outras pessoas impõe limitações na conduta de alguém. Embora tolerando a inclinação média de um juvenil de quebrar ao menos algumas regras, a criança que a maioria dos pais sensatos gostaria de ter apenas raramente será profana em público e não se engajará em comportamentos sexualmente sugestivos na frente dos outros.

Além desses traços, pais sensatos provavelmente desejarão que sua criança compreenda que é preciso conquistar o respeito duradouro, a lealdade e a consideração dos outros, e que essas bênçãos não são decorrência apenas de se estar vivo. Mais especificamente, pais sensatos esperarão que por volta dos 12 anos sua criança tenha adquirido capacidades substanciais de responsabilidade, confiança e obrigação pessoais. O orgulho de fazer o que se deve ou o que se concordou em fazer deve ser parte dos padrões emergentes de conduta de uma criança de 12 anos de idade. As conexões entre ações e conseqüências e a lógica da recompensa e punição devem ser firmemente compreendidas nesta idade. A maioria de nós não desejará uma criança que se sente no direito de ter tudo o que quiser. Não ansiamos por uma criança que tenta se livrar dos problemas que causou, que culpa os

outros por suas dificuldades ou que age como se fosse isenta das regras que se aplicam a todos. Nesse sentido, a síndrome da sociopatia precoce, como a síndrome da criança mimada, está entre os piores resultados potencialmente ruins da fase juvenil. Nessas crianças muito problemáticas, praticamente todas as virtudes desejadas estão em falta ou insuficientemente desenvolvidas; e elas são notoriamente difíceis de ensinar em idades posteriores. Finalmente, a maioria dos pais preferirá que uma criança de 12 anos tenha aprendido o significado de altruísmo e a satisfação de servir aos outros. Se tiver recebido uma educação suficientemente boa, ela saberá diretamente o que significa ser ajudada num momento de dificuldade: ser compreendida, apoiada e encorajada quando em dificuldades, cuidada quando doente, ou resgatada de um estado de desamparo. O juvenil que cuida de bebês aprende os elementos do cuidado por alguém muito menor, mais fraco e mais dependente que ele. A criança em idade escolar que cuida de seus irmãos mais novos aprende uma atitude integral de acordo com o conceito de "adulto generativo" de Erikson, o indivíduo maduro capaz de cuidar de suas próprias crianças e mais amplamente de nutrir uma boa causa por sua comunidade.

A virtude da competência

Debaixo de circunstâncias boas e suficientes, a criança de 12 anos aprendeu muita coisa durante os seis anos anteriores. Mais notavelmente, sua habilidade de pensar avançou muito além dos níveis sensório-motor e pré-operatório de Piaget, dos primeiros seis anos. Ao final da era juvenil a criança está apta a pensar efetivamente em termos operacionais concretos e já começou a pensar abstratamente. Ela adquiriu, com notável suficiência, a maior parte da habilidade prática de raciocínio que precisará para a vida diária no mundo adulto. Um teórico resumiu a evolução das capacidades cognitivas da criança desta maneira:

> Conforme uma criança se desenvolve cognitivamente, ela pode ir do observado para o inferido, da percepção para a concepção, do concreto para o abstrato, e do conhecimento intuitivo para a reflexão consciente. Torna-se consciente de que os eventos podem ter significados internos

> e simbólicos além dos externos e literais. Conforme carrega os eventos com significado, a criança pode ir além do conteúdo para apreciar as semelhanças, padrões e processos formais. Conforme a criança reflete sobre padrões e processos, ela pode refletir sobre sistemas, incluindo os sistemas sociais. Crianças mais velhas podem refletir sobre seus próprios padrões e processos e como eles se relacionam aos dos outros e ao mundo social mais amplo. (Yates 2002)

Com uma inteligência vastamente aumentada quando comparada aos anos anteriores, e com vários anos de escola em sua bagagem, a criança de desenvolvimento normal aos 12 ano aprendeu bastante sobre o mundo físico e a maioria das regras que governam o mundo social. Ela sabe como criar coisas, fazer coisas e usar coisas; está completamente familiarizada com o conceito físico de causa e efeito, e compreende o básico do conceito psicológico. Ela sabe bastante sobre certo e errado, e entende a economia elementar da vida diária. Ela tem habilidades sociais suficientes para progredir, e ao menos uma compreensão rudimentar da política na escola e na vizinhança. Se ela tiver sido suficientemente afortunada com uma criação cheia de amor e empatia autênticos e tiver adquirido idéias de boa conduta e limites de consciência adequados à sua idade, então estará o mais preparada possível para os desafios vindouros da adolescência. Ela conquistou os fundamentos da competência.

Competência e cura

Os eventos dos primeiros seis anos de vida estabelecem as estruturas mais básicas da personalidade e são, desta forma, os mais profundamente formativos no curso do desenvolvimento humano. É claro, não obstante, que a era juvenil é profundamente influente em seu próprio modo, envolvendo processos complexos pelos quais a criança é ainda mais definida e começa ativamente a definir a si mesma. A era juvenil é multimodal no sentido mais literal. Qualquer revisão das mudanças acontecendo nesses anos revela aquisições importantes em todas as áreas do desenvolvimento: intelectual, físico, emocional, comportamental e relacional. Essas aquisições parecem ocorrer

mais prontamente nesta fase quando comparada a outras, como se houvesse alguma prontidão biológica para as mesmas uma vez que a psique tenha adquirido sua estrutura inicial nos primeiros seis anos. As contribuições da etapa juvenil são sedimentadas sobre as aquisições anteriores. Todas elas podem afetar profundamente a habilidade eventual da criança de viver nas arenas econômica, social e política da vida adulta.

As aquisições específicas da fase de atividade não são os únicos benefícios a serem desfrutados neste período do crescimento da criança. De interesse particular é o fato de que este período serve freqüentemente para consertar ou ao menos mitigar os efeitos de traumas anteriores. Se as experiências de negligência, privação ou abuso não tiverem sido muito severas, a fase da atividade de seu desenvolvimento pode oferecer oportunidades para curar feridas precoces, especialmente através de relacionamentos de tipo "professor-aluno", "mestre-aprendiz", mas também mediante a descoberta de algum interesse sobre o qual possa construir uma identidade, ganhar auto-estima, aplicar iniciativa e aprender a persistência. Professores, técnicos ou conselheiros, por exemplo, ou talvez um tio ou avô, podem oferecer à criança o tipo de instrução, orientação, encorajamento, empatia, afeição e inspiração de um adulto competente que ela precisa para superar as deficiências de confiança básica, autonomia ou iniciativa. A restauração da esperança e confiança em si mesma, que flui de um adulto apoiador, pode inspirar a criança a ser bem-sucedida em esforços que ela não faria de outra forma. Na verdade, a evidência anedótica para tal crescimento é forte, mesmo em eras posteriores. Histórias de indivíduos que encontraram força interior em mentores são comuns, e o potencial para tal crescimento parece permanecer ativo por todo o ciclo de vida da maioria de nós. Por esta e outras razões, a política social deve apelar para as forças latentes dessas pessoas que ainda podem atingir a competência, em vez de oferecer uma recompensa pela deficiência que impede essa realização.

CAPÍTULO 30

A MORALIDADE NA ERA JUVENIL

Fazer com que as pessoas se responsabilizem por seus atos e criar crianças capazes de agir assim é a tarefa central tanto dos pais como da sociedade.
— Stanley Greenspan

No aconchego amoroso da família, as regras do lar pré-escolar começam a socializar a criança ao estabelecer limites aos seus impulsos de fazer ou ter o que quer que ela queira, quando quer que ela queira. Discussões anteriores notaram que a conexão de amor da criança para com seus pais e responsáveis é usada como alavanca para refrear seu narcisismo, aumentar sua capacidade de reciprocidade e recompensar seu reconhecimento dos outros como pessoas merecedoras de respeito, e não servos à sua disposição. A fase da atividade aprofunda esses desenvolvimentos através das conexões com pessoas, coisas e instituições além do lar familiar. A reciprocidade é aprimorada em esforços cooperativos conforme a criança desfruta da companhia de outros em tarefas compartilhadas. Impulsos duradouros em direção à dependência, agressão, possessividade, rivalidade e arrogância, entre outros, são abafados através da descarga em atividades aprovadas tais como jogos, esportes e atividades extraclasse. O contato diário da criança com os padrões de moralidade e as convenções e tradições da conduta aceitável aprofundam sua compreensão dos requisitos comportamentais para a vida civilizada. Seus responsáveis avaliam suas condutas boas e ruins tanto quanto seus professores avaliam sua lição de casa.

O que a criança faz como juvenil geralmente acaba sob o escrutínio de alguém. A aprovação do que ela faz é e deve ser crescentemente condicional. Espera-se que ela aprenda as conseqüências negativas da mentira e da trapaça. Que ela aprenda os elementos da integridade e a dinâmica da culpa, da desculpa e da disciplina. Que ela aprenda a moralidade da apresentação social: a bondade da humildade e da modéstia *versus* o aborrecimento da bazófia e da pretensão. Na era juvenil a criança aprende sobre as variedades de crimes e as proporções da punição, sobre eqüidade e justiça, e sobre o papel da religião na educação de uma vida moral.

Crianças nessa etapa continuam a aprender o que significa ser bom ou mau, ser "legal" ou "maldoso", e a fazer atos bons e atos ruins. Idealmente a criança é também introduzida à tecnologia da reconciliação. Se seu narcisismo precoce tiver sido temperado com reciprocidade crescente, ela aprenderá como reparar ou tentar reparar relacionamentos quebrados. O processo é direto e intuitivo. Ele começa com um reconhecimento pessoal de qual ato prejudicial levou ao problema em questão, seguido por uma expressão de compreensão da natureza do dano causado ao outro. Então, uma desculpa sincera expressa o remorso pelo ato ruim e o arrependimento pelo dano. Se adequada, uma oferta de reparação ou restituição tenta compensar a parte prejudicada e redimir o ofensor, que resolve aprender sua lição moral.

Um exemplo caseiro será suficiente para ilustrar o processo. Um garotinho pega um brinquedo que pertence a uma garotinha e o quebra acidentalmente. Sua mãe descobre o que aconteceu e guia seu filho pela lição de moral. Ela lhe diz primeiro o que ele provavelmente já sabe: que agiu de maneira ruim ao pegar algo que não lhe pertencia. Se for adequado, ela também pode lhe dizer que ele quebrou o brinquedo por falta de cuidado. Ela o ensina então a se confessar com a garotinha e ao menos a um de seus pais, dizendo que pegou o brinquedo e que o quebrou. Se for necessário, sua mãe pode instruí-lo a dizer à garota algo mais ou menos assim: "Eu sei que a magoei quando peguei o seu brinquedo, e sinto muito. Foi uma coisa ruim de se fazer, e não devia ter feito. Eu não farei novamente." Para fazer a restituição, o garoto e sua mãe levam o brinquedo para ser consertado ou compram um novo. Tudo isso é coordenado pelos adultos com

um tom emocional que transmite a solenidade do assunto. Não é necessário exagerar na ofensa, mas o assunto não pode ser dispensado pelos pais se eles estiverem comprometidos com a instrução moral de suas crianças nesta peça de moralidade elementar. Alguma forma de punição pode ou não ser indicada. Geralmente a vergonha do processo de reparação é suficiente.

Por que passar por todo esse trabalho? Porque as bênçãos da liberdade podem ser asseguradas apenas numa sociedade moral cujos membros reafirmam repetidamente sua boa vontade através de ações, e não somente de palavras. Aqueles que querem ser livres devem estar dispostos a se responsabilizar por suas obrigações uns com os outros, sejam elas implícitas ou contratuais. Claramente, uma quebra de confiança entre as crianças a respeito de um brinquedo roubado não abalará a comunidade, muito menos o mundo. Mas no mundo adulto, uma quebra de confiança deve ser seguida rapidamente por esforços de boa vontade para restaurar a confiança. O esforço proativo deste tipo é necessário para a proteção contra conseqüências sérias e algumas vezes catastróficas que seguem a traição da confiança. Em épocas recentes, para citar um exemplo bem conhecido, executivos de uma corporação traíram a confiança dos acionistas e pensionistas com conseqüências desastrosas, tanto financeiras como de outros tipos. A criança que aprende a admitir seus atos prejudiciais, a reconhecer o dano que causou, a desculpar-se com sinceridade e a desfazer os danos na medida do possível pode, mais tarde, tornar-se um adulto que institui um processo semelhante para mitigar a dúvida, o medo e a raiva daqueles traídos por suas mãos, mesmo que seja apenas por falta de cuidado e não por maldade.

A capacidade de restaurar a confiança através da desculpa humilde e da restituição serve para restabelecer relacionamentos caracterizados pela confiança, e não pela suspeita. De fato, o exemplo acima ilustra uma idéia pouco reconhecida, mas crítica sobre a condição humana: que praticamente todas as transações entre seres humanos são diretamente éticas ou morais em algum aspecto, ou têm implicações éticas e morais significativas. Um corolário desta idéia é que nenhuma sociedade pode funcionar por muito tempo se seus membros não conseguirem manter a confiança ou restaurá-la quando uma ruptura

inevitável acontecer. Esta capacidade é essencial para todas as sociedades racionais, e inerente em suas leis e procedimentos judiciais. A proteção da confiança através da integridade e a restauração da confiança através da humildade estão entre as lições mais importantes a serem aprendidas pela criança em seu caminho para a vida adulta.

Altruísmo na era juvenil

Se for criada numa sociedade livre e legítima de adultos maduros, uma criança na era juvenil testemunhará atos de caridade para com outras pessoas e compreenderá que tal comportamento é um bem moral. Idealmente, muito da caridade que ela vê começará em casa, mas também será visível nas missões de organizações religiosas e cívicas. Não deve ser novidade para ninguém, exceto para libertários radicais, que tomar conta de pessoas em necessidade é algo básico para a ordem social. Essa idéia não é geralmente contestada. O que se discute são os motivos e a mecânica da caridade, e a escolha de quem a entrega e administra. Esquerdistas apóiam um sistema de assistencialismo tocado por um grande aparato governamental, financiado por impostos compulsórios. Os produtos desse processo essencialmente confiscatório são então distribuídos a pessoas escolhidas pelo governo, e não pelo pagador de impostos.

Uma questão interessante é o que uma criança de 12 anos de idade poderia pensar sobre esse arranjo se o mesmo for levado à sua atenção. Ela pode muito bem entender que um ato genuíno de caridade é aquele que seja feito voluntariamente num espírito de compaixão para com o recebedor. Se testemunhar tais atos feitos por seus pais, entre outros, ela provavelmente concluirá que dar a outros de maneira generosa, especialmente aos necessitados, é uma coisa moralmente boa de se fazer. Por outro lado, um juvenil que vê seus pais pagando taxas para o Estado assistencialista está observando um ato de obediência legal, no melhor caso, e uma rendição à coerção do governo, no pior. O pagamento que ela vê seus pais fazerem para evitar as penalidades por sonegação de impostos é bem diferente, em natureza, de uma contribuição que ela os vê fazendo voluntariamente a uma instituição de caridade de sua escolha. Cedo ou tarde, embora

talvez não como um juvenil, a criança pode perceber que tomar o dinheiro de alguém à força é chamado de crime, a não ser que seja feito pelo governo, caso em que é chamado de dever e compreendido como algo obrigatório sob ameaça de punição. Em algum ponto um jovem pensativo pode sentir-se confuso com este paradoxo. Se, além disso, também observa seus pais sonegando impostos ilegalmente, ele aprende uma lição inteiramente diferente, uma que provavelmente não lhe será explicada em detalhes. Dado o fato de que a era juvenil é a introdução da criança à vida comunitária do homem, e dado o papel proeminente dos programas assistencialistas na vida moderna, parece razoável que o conceito de assistência e suas implicações sejam uma parte da educação da criança tão logo ela possa compreendê-los. As diferenças entre altruísmo genuíno e roubo governamental devem ser parte desse entendimento.

CAPÍTULO 31

ADOLESCÊNCIA E IDENTIDADE

Embora a adolescência seja a época por excelência da individuação e do esforço pela autonomia, é quase impossível ter uma compreensão completa do desenvolvimento adolescente à parte de seus contextos biológico, familiar, comunitário, cultural e histórico específicos.

— Robert King

Introdução

Se alguma fase do ciclo da vida encarna o impulso humano inato de ser livre, certamente é a adolescência. Nesta fase, o processo de individuação começado no segundo ano de vida é fortemente acelerado por grandes avanços na autonomia e na auto-confiança, energizado e reconfigurado pelas mudanças hormonais da puberdade (Pfeffer 2000). O crescimento saudável no adolescente é marcado pelo aumento de força e coordenação físicas, pela rápida expansão das competências intelectuais e instrumentais, e por ganhos contínuos de autonomia. A não ser que tenham sido barradas por deficiências anteriores, essas transformações despertam na criança uma percepção crescente de que uma eventual vida de liberdade é tanto desejável como possível. A emancipação cada vez maior da família e a maior identificação com a sociedade como um todo prosseguem rapidamente. Ao final desta etapa, o resultado dessas mudanças é um adulto competente que se estabelecerá dentro de poucos anos como um membro produtivo, responsável, cooperativo e gerador dentro da comunidade humana.

No núcleo deste processo complexo está a conquista de um senso coerente de identidade. Em reconhecimento dessa conquista e das lutas que levam a ela, Erikson chamou esta fase do ciclo da vida de idade da identidade *versus* confusão da identidade. (Erikson 1950).

Adolescência: conceito e percurso

De acordo com definições comuns em livros de ensino, (Pfeffer 2000, Cotton 2000), a adolescência pode ser vista ao mesmo tempo como um período e como um processo. Ela é, primeiramente, uma era prolongada de desenvolvimento acontecendo entre o período juvenil da infância e a primeira fase da vida adulta. É uma fase de crescimento que revisita e reorganiza continuamente os dinamismos anteriores da confiança básica, da iniciativa e da atividade, ao mesmo tempo em que adiciona grandes transformações por si própria. As novas transformações incluem mudanças físicas, cognitivas, emocionais e de relacionamento. Elas são moldadas não somente pelas influências da família e da comunidade, mas também por forças culturais, socioeconômicas e históricas, e por fatores raciais, étnicos, nacionais e religiosos.

As mudanças cognitivas da adolescência são notáveis em sua própria forma. Quando comparadas à criança em idade juvenil, elas incluem (modificado de Pfeffer):

- Aumento nas funções lingüísticas e executivas.
- Aumento na capacidade de pensamento abstrato, melhoria nas habilidades de processamento e maior base de conhecimento.
- Aumento nas capacidades de inferência realística e adaptativa na experiência concreta e social.
- Aumento na capacidade de pensamento hipotético (caso ideal e cenários "e se", etc.).
- Pensamento mais diferenciado, multinível e multidimensional.
- Avaliações éticas e morais em ordem superior.
- Aumento nas capacidades de escolha, vontade, preferência, intenção e atividade.

- Visões do ego, dos outros e da sociedade, incluindo visões éticas e morais que são mais sutis, complexas e relacionadas a um contexto.
- Aumento da capacidade de empatia e reciprocidade.
- Aumento do escopo e da complexidade dos papéis pessoais/sociais.

Mudanças emocionais concomitantes na adolescência dão origem a emoções mais intensas e variadas, em resposta a uma faixa mais ampla de eventos ativadores do que uma criança juvenil pode experimentar ou comunicar. O adolescente tem capacidades maiores de diferenciação, elaboração e controle do humor e da emoção. O adolescente experimenta:

- Excitação sexual mais intensa.
- Impulsos agressivos mais intensos.
- Regulação melhorada dos impulsos agressivos, aquisitivos e de dependência.
- Sentimentos mais intensos de afeição, ternura e amor.
- Tristeza, sofrimento e aflição mais intensos.
- Sentimentos mais intensos de inveja, ciúme, mágoa e raiva.
- Aumento na tolerância com frustrações, atrasos, desapontamentos e perdas.

As mudanças interpessoais/relacionais na adolescência levam a uma grande reorganização do funcionamento social. O adolescente é envolvido em:

- Complexidade e profundidade aumentadas nas conexões.
- Maior potencial de conflito com os pais.
- Auto-reflexão e auto-consciência aumentadas.
- Maior necessidade de validação por seus pares.
- Testes mais difíceis das habilidades sociais.

- Maior capacidade de reciprocidade, acomodação e transigência.
- Maior empatia, reconhecimento e identificação com os outros.
- Compaixão e altruísmo aprimorados.
- Necessidade contínua por aconselhamento de pais, professores e colegas.
- Desejos intensos de independência oscilando com uma dependência intensificada.
- Competição e rivalidade mais intensas.
- A política das panelinhas, cultos e cabalas.
- Preocupação com possibilidades e planos futuros.
- Apreciação mais intensa da aquisição, posse e propriedade.
- Diminuição da dependência dos pais no meio e final da adolescência.

Os riscos da adolescência

A tarefa integrativa nesta restruturação mental e física do ego é claramente substancial. O senso de identidade do adolescente é alterado conforme ele explora personalidades múltiplas, e freqüentemente contraditórias, no caminho de construir um novo ego. Ele deve encontrar novos desafios para equilíbrios já estabelecidos entre confiança e desconfiança, autonomia e vergonha, iniciativa e culpa, atividade e inferioridade. Ele deve chegar a um acordo com seu corpo, que muda rapidamente, e com os novos impulsos, e assimilá-los em seu já familiar senso de si mesmo. Um aumento na auto-consciência é comum nesta fase, acompanhado por preocupações com a imagem aos olhos dos outros e com as respostas de uma audiência imaginária. De maneira geral, esta fase testa as seguintes realizações de uma criança:

- Otimismo, tolerância à frustração e estabilidade no humor;
- Capacidade de escolhas racionais sobre descargas impulsivas;
- Senso de si mesma como fisicamente adequada e socialmente aceitável;
- Capacidade de esforço útil e sustentado apesar de obstáculos;

- Habilidade de se relacionar com os outros com maior profundidade, utilizando habilidades e papéis adquiridos em fases anteriores.

No curso de tudo isso, o adolescente precisa se reinventar conforme adquire um novo corpo, novos impulsos, novos poderes e novas expectativas. A tarefa não é nada fácil. O adolescente assume o risco de novos níveis de vergonha e dúvida conforme tenta se tornar mais autônomo. Ele assume o risco de uma culpa intensificada conforme inicia novas maneiras de se relacionar e luta com impulsos sexuais, agressivos e aquisitivos. Ele assume o risco do fracasso repetido, da derrota competitiva e dos sentimentos de inferioridade conforme tenta atingir novos níveis de competência. É de grande interesse deste trabalho o risco que ele assume ao confiar nas instituições de sua sociedade. Embora ele possa não estar consciente disso, o adolescente quer uma visão de mundo em que ele possa acreditar, uma mais ampla do que as convenções de sua família e vizinhança. Ele deve, de alguma forma, orientar-se nas regras de convivência de sua cultura. Em suas ações do dia-a-dia e nas ações que algumas vezes desafiam as regras, ele testa a substância, a coerência e a integridade dos valores da sociedade. Uma discussão mais detalhada deste processo será feita abaixo.

Qualquer um desses esforços de desenvolvimento pode causar algum grau de perturbação emocional. Períodos de confusão, ansiedade ou mau humor não são incomuns. Em alguns casos a tarefa integrativa pode ser sobrepujante e pode precipitar uma doença sintomática. As mudanças físicas que forçam o comportamento sexual e os impulsos emocionais que buscam intimidade, por exemplo, podem reativar antigos dinamismos no adolescente vulnerável, os quais comprometem sua percepção da realidade. A aflição nessas crianças pode induzir um estado de disforia intensa e até mesmo uma desorganização aguda da psique. Em casos severos a integração fracassa por completo e um estado psicótico é estabelecido. Em alguns casos, a reintegração exige tratamento num hospital.

Quando o processo de reconstrução do adolescente vai bem, no entanto, as disposições de personalidadc adquiridas em fases anteriores do desenvolvimento são efetivamente reorganizadas sem angústias

indevidas. Um novo nível de integração é atingido junto com uma capacidade muito aumentada de auto-observação. O adolescente mais velho é capaz de descrever sua personalidade aumentada e mais complexa com uma nova consciência de sua maquiagem psicológica: uma composição de crenças, emoções, motivos, desejos, valores e atitudes em vez de apenas uma descrição física de si mesmo ou uma lista superficial de traços de personalidade (Cotton). Sua consciência crescente de quem ele é facilita uma integração dos egos do passado e do presente com os egos imaginados do futuro, pavimentando o caminho para mais avanços em direção à competência adulta.

A transição para a idade adulta

Em seu passeio pelos anos de adolescência o jovem deve reconciliar as influências incontáveis que o impactaram – de sua família, cultura, raça, etnia e situação socioeconômica, entre outras – com personalidades e disposições adquiridas nos anos anteriores. Se seus esforços forem bem-sucedidos, emergirão grandes avanços de desenvolvimento no final desta era, com uma progressão em direção a um equilíbrio saudável entre autonomia e relacionamento com os outros (Cotton). Esses avanços incluem habilidades instrumentais e sociais expandidas, aumento na auto-confiança e na segurança, maior capacidade de cooperação com os outros, compreensão mais profunda de ativos e limitações pessoais, um senso mais apurado da identidade geral das pessoas, e mais confiança na identidade do gênero de alguém. Como um todo, e na ausência de uma psicopatologia de grande porte, a enorme reorganização da adolescência gera uma personalidade mais complexa e diferenciada, mas que é também melhor integrada. Sob circunstâncias favoráveis, o término da era da adolescência envia o indivíduo para sua terceira década de vida pronto, com vontade e capaz de cumprir os desafios da vida adulta. Esses desafios incluem a oportunidade de viver como quiser numa sociedade livre, aceitando ao mesmo tempo as responsabilidades da liberdade, as conseqüências da livre escolha e o imperativo de cooperar com os outros em vez de manipulá-los.

CAPÍTULO 32

ADOLESCÊNCIA E LIBERDADE

Em locais em que muitas pessoas tenham sido preparadas na infância para esperar da vida um alto grau de autonomia pessoal, orgulho e oportunidade, e que depois, na vida adulta, descobrem ser comandadas por organizações e mecanismos supra-humanos intrincados demais para serem compreendidos, o resultado pode ser uma frustração profunda e crônica, que não conduz a personalidades saudáveis desejosas de conceder umas às outras uma medida de autonomia.

— Erik Erikson

A adolescência e os elementos da liberdade

Até agora, nossa revisão dos primeiros 20 anos de vida identificou diversas disposições que preparam a criança para uma eventual vida de liberdade. Segundo os conceitos de Erikson, a habilidade da pessoa adulta de se engajar com o mundo com esperança e otimismo está conectada com a emergência da confiança básica na mais tenra infância. Os fundamentos da autonomia, que aparecem no segundo e terceiro anos de vida, promovem então os primeiros movimentos da criança para longe da dependência total. A evolução da vontade em iniciativa nos últimos anos pré-escolares habilita a criança a expandir seu mundo com um propósito bom em vez de uma oposição arbitrária, e ao mesmo tempo aprender os rudimentos da cooperação. Nos anos de ensino elementar essas aquisições anteriores de confiança, autonomia e iniciativa, juntamente com suas virtudes associadas de esperança,

vontade e propósito, estabelecem os fundamentos da atividade e o início da competência. O fechamento da era juvenil, mais ou menos aos 12 anos de idade, encontra a criança com maiores habilidades instrumentais e sociais e uma capacidade crescente de dirigir suas próprias ações ao mesmo tempo em que coopera com os outros.

Se os primeiros 12 anos de vida estabelecem gradualmente a base para uma eventual vida de liberdade, as transformações da adolescência aceleram dramaticamente o processo. Forças biológicas, psicológicas e sociais compelem a uma grande inspeção do ego e seus modos de relacionamento com o mundo. A auto-determinação crescente é da essência deste processo; os esforços crescentes do adolescente para dirigir suas próprias ações refletem o desejo de liberdade inato à alma humana. Assim como o estágio de individuação do segundo e terceiro anos de vida constitui um segundo nascimento, a redefinição do ego nas transformações da adolescência é uma segunda individuação, (Blos 1967) caracterizada agora por uma ação crescentemente autônoma e capacidades aumentadas de responsabilidade. Entre outros inumeráveis efeitos, o processo de individuação continua a emancipar o indivíduo de sua família de origem, a fortificá-lo para os desafios da vida adulta, aprofundar seus esforços para se tornar sua própria pessoa soberana, e assegurar que ele não permaneça dependente dos pais e não se torne um tutelado do Estado. Ao final da adolescência, o indivíduo adquiriu novas atitudes a respeito de si mesmo como uma pessoa única, substancial e livre, que é capaz de tocar sua própria vida. Como colocou Jane Loevinger, tão sucintamente, "a personalidade se desenvolve pela aquisição de liberdades sucessivas".

Individuação e a consolidação da identidade

O processo de individuação da adolescência estabelece o trabalho de base para uma função nuclear de identidade básica ao individualismo ocidental: a percepção crescente do jovem de si mesmo como proprietário de sua mente e corpo, e a convicção de que ele tem direito a uma vida própria. Ele compreende que sua vida é para ser vivida em cooperação voluntária com outros de sua escolha, e não em servidão a massas desconhecidas através dos escritórios do governo.

Em grande parte, esta percepção surge do exercício de livre escolha do adolescente em domínios sempre em expansão, escolhendo energicamente conforme ele deseja pessoas, coisas e valores. Ele percebe que é cada vez mais autônomo, um agente com vontade e capacidade de agir independentemente de outros. De forma cada vez mais ampla ele constrói suas próprias visões de mundo, gera seus próprios objetivos, cria e implementa seus próprios planos. O adolescente possui um senso crescente da propriedade das criações de sua mente e de seu significado. Ele percebe mais do que nunca que pode fazer as coisas acontecerem para o bem ou para o mal, numa maneira e alcance que ele não conseguia imaginar quando era uma criança. Além disso, como a força crescente de sua vontade e de seu corpo o tornam uma força agora considerável, ele não pode ser tratado com impunidade.

Num nível mais pessoal, o adolescente em crescimento é intensamente consciente de suas próprias emoções, impulsos, anseios e desejos. Ele se sente crescentemente identificado com tudo isso, como expressões de quem ele é, e semelhantemente identificado com suas crenças, fantasias, perspectivas e julgamentos de valor mais pessoais. São todos apenas seus se ele escolher mantê-los assim, e muitos permanecem em segredo pelo resto de sua vida. Este senso intenso de auto-controle é uma introdução em primeira pessoa ao ideal político de auto-propriedade. É algo que embasa a convicção do adolescente de que ele tem direito, por toda a sua vida, à propriedade de si mesmo.

O ego aumentado e privado

Junto com seu senso aprimorado de auto-propriedade, emerge uma preocupação crescente com a privacidade na adolescência, determinada fortemente pelas mudanças físicas da puberdade, especialmente aquelas envolvendo os genitais e as características sexuais secundárias, e também pelas mudanças no conteúdo do pensamento e na natureza e intensidade das emoções, que podem ser difíceis de compartilhar com os outros. O adolescente é tipicamente mais auto-consciente – devido tanto à introspecção privada como às preocupações sobre como ele é percebido pelos outros, incluindo outros imaginários. Ele é agudamente consciente de que é espelhado por seus semelhantes, e pode buscar validação através de conformidade, estereótipos e ideais

de grupo, incluindo alguns que são antagônicos às normas culturais vigentes. Ao longo do caminho ele explora e experimenta personalidades múltiplas e freqüentemente contraditórias, um processo que antecipa a integração eventual dos egos passado, presente e futuro. Todos esses desenvolvimentos geram um maior potencial de vergonha, humilhação e constrangimento no início e especialmente no meio da adolescência. Eles ativam tipicamente uma demanda aumentada por privacidade: uma insistência maior em ser deixado sozinho quando a solidão é desejada por qualquer razão. Essas necessidades de excluir os outros de certos domínios, determinadas de forma inata, informam o aumento da demanda por soberania pessoal. Elas são refletidas no comentário bem conhecido do Juiz Brandeis de que "o mais básico de todos os direitos e o mais reverenciado pelo homem civilizado é o direito de ser deixado sozinho". As transformações da adolescência destacam as origens biopsicológicas deste que é o mais natural dos direitos humanos.

Impulsionado fortemente por mudanças fisiológicas e estimulado por oportunidades cada vez mais disponíveis a ele, o adolescente expande seu mundo para domínios mais variados e intensificados, sejam eles eróticos, agressivos, aquisitivos ou relacionais. Ele volta-se aos amigos de ambos os sexos para conseguir companhia, e para a paixão e experimentação sexual. Explora as possibilidades de auto-realização através de novas atividades intelectuais e recreacionais. No conjunto, essas adições à vida experimental do adolescente redefinem constantemente sua unicidade crescente, sua identidade distinta de todas as outras pessoas e, num grau importante, à parte de todas as outras externalidades tais como local de nascimento, nacionalidade, origem étnica, raça, cor da pele e religião. Uma consciência crescente de suas fronteiras pessoais também é desenvolvida, juntamente com o sentimento de maior autoridade sobre seus assuntos pessoais e uma exigência de que os outros não se intrometam sem permissão. Essas transformações do final da infância expandem o ego, ao mesmo tempo em que o consolidam; elas diferenciam o ego de forma singular enquanto o reintegram em uma identidade mais organizada e coesa, capaz de estabelecer seu próprio trajeto. Quando o processo vai suficientemente bem, essa identidade recentemente

consolidada soa como o "eu real" para o jovem adulto, embora este ego, também, passe por ainda mais mudanças nos anos adultos. Espera-se que no final da adolescência surja o que Cotton descreveu como um "senso claro, integrado, realista e internalizado de um ego aceitável", o senso de uma pessoa que agora se sente confortável o suficiente para ser levada à vida adulta.

Uma mente própria

Embora a base biológica da mente, no senso genérico do termo, permaneça um mistério, podemos entender qualquer mente em particular como uma síntese complexa de uma natureza dada geneticamente e uma criação condicionada pelo ambiente. Se suficientemente saudável, a mente do adolescente mais velho integra seus impulsos biológicos e psicológicos inatos – aqueles relacionados a sexo, agressão, dependência, narcisismo, criação, possessividade e relacionamento – numa personalidade que é ao menos razoavelmente funcional e mais ou menos aceitável aos outros. Pelo vigésimo ano de vida, no mais tardar, esta síntese gerou uma pessoa que é bem familiarizada com seus próprios desejos e claramente consciente de sua liberdade de iniciar ações num mundo de causa e efeito.

Ele se sente cada vez mais no direito de fazer escolhas deliberadas na intenção de conquistar objetivos. Nesses esforços assume, sem questionamentos, seu direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade – e ele não está sozinho nesta premissa. Outros validam seu papel emergente de agente ativo em sua própria vida. Tendo-o observado adquirir uma mente própria, eles esperam que ele construa sua própria vida, e que o faça dentro de poucos anos. Refletindo sua natureza bipolar, esperam que ele busque sua realização pessoal e ao mesmo tempo torne-se útil aos outros numa maneira escolhida em consenso. Ninguém sensato espera que ele se subordine a outras pessoas ou a uma instituição, a não ser que ele o faça voluntariamente. Ninguém sensato argumentará a favor de que abra mão de seu direito à liberdade. Sua liberdade é ao mesmo tempo inata e inalienável.

Sob essas perspectivas, é possível agora observar que as conquistas do desenvolvimento no final da adolescência estabelecem, pela

primeira vez no ciclo da vida, as bases existencial e ontológica para a liberdade individual em uma sociedade ordenada (ao contrário, por exemplo, da liberdade individual num gueto sem lei). O adolescente bem desenvolvido conquista a confiança básica, autonomia, iniciativa, atividade, competência e compreensão de quem ele é e o que pode fazer para construir uma vida própria. Ele possui a habilidade de viver como quiser ao mesmo tempo em que coopera voluntariamente com os outros em busca dos propósitos biológicos, psicológicos e sociais intrínsecos à vida humana.

Breves regressões adolescentes

Se este resultado positivo será realizado num determinado caso é incerto. A pergunta que surge então é o que pode dar errado no curso do desenvolvimento do adolescente e se, em particular, uma ou outra forma de psicopatologia pode afastar um adolescente em desenvolvimento de uma vida de realização pessoal, responsabilidade e cooperação, em direção a uma vida subordinada ao controle coletivista. Antes de responder esta questão, vale a pena dar mais uma olhada no trajeto do adolescente, desta vez revisitando os ideais de ação individual que contribuem com mais utilidade à realização do ego numa sociedade livre.

A primeira coisa a ser notada é o fato de que o caminho do desenvolvimento adolescente não é simples ou linear, uma observação válida para todas as fases do crescimento humano, mas especialmente para esta. Mesmo a observação casual revela mudanças repetidas entre modos mais e menos maduros de comportamento e relacionamento conforme a tendência geral de um percurso normal de crescimento procede em direção à competência adulta. Um autor observou as mudanças no comportamento adolescente "entre continuidade e metamorfose, movendo-se para frente em direção à maturidade e para trás por familiaridade e embasamento". (Cotton) Tais regressões para modos anteriores e mais infantis de relacionamento com o mundo são tipicamente breves no curso da adolescência. Elas trabalham para o crescimento no longo prazo, fornecendo um descanso ocasional do trabalho duro de amadurecer. Mas também servem para propósitos

mais protetores ao fortificar um ego ainda vulnerável contra a desintegração psicótica ou a depressão suicida. Regressões a estados mais infantis podem ajudar a curar uma psique temporariamente quebrada, uma que tenha sido fragmentada pelos desafios do desenvolvimento.

Ao contrário do mito popular, no entanto, a adolescência não é geralmente um período de grandes agitações emocionais, apesar dos realinhamentos de caráter principal que a caracterizam. Mas certamente não é um período livre de tensões. Mesmo na adolescência normal, o processo de auto-descoberta envolve algum grau de descontentamento, confusão e ansiedade conforme o ego passa por grandes reorganizações. O processo envolve, acima de tudo, a emergência de um novo corpo, de novos poderes intelectuais, novos impulsos sexuais e agressivos, novas personalidades e novos modos de se relacionar. Aceitar e rejeitar aspectos diferentes do ego, reconciliando auto-imagens contraditórias, e explorar papéis ocupacionais, religiosos, políticos e de gênero, tudo faz parte do processo de reorganização. Esta observação ecoa a descrição original de Erikson da consolidação da identidade através da seleção, repúdio e resolução de vários elementos do ego adquiridos em fases anteriores. Esta não é uma tarefa menor; é um grande projeto de construção e reconstrução, de esforço intenso, que deve ser medido em anos.

CAPÍTULO 33

ADOLESCÊNCIA, SAUDÁVEL E NÃO SAUDÁVEL

A integração acontecendo agora na forma de identidade do ego é mais do que a soma das identificações da infância. É o capital interior acumulado de todas aquelas experiências de cada estágio sucessivo, quando a identificação bem-sucedida levou a um alinhamento bem sucedido dos impulsos básicos do indivíduo com sua dotação e suas oportunidades.

— Erik Erikson

Ação saudável revisitada

Dada a reorganização acelerada do ego na adolescência, é natural perguntar com o que se pareceria um resultado saudável dessas transformações. Uma resposta a esta pergunta começa ao se revisitar uma perspectiva já familiar, que foi considerada primeiramente na fase infantil. No Capítulo 22 foi observado que o desenvolvimento da criança pequena está seguindo um trajeto saudável se ela consegue experimentar suas ações como efetivas, legítimas, livres, cooperativas e mútuas, assumindo certos ajustes para sua idade muito jovem. Com algumas alterações menores esse mesmo critério pode ajudar agora a julgar se um adolescente está ou não num trajeto razoavelmente bom de desenvolvimento.

Primeiro, na medida em que o adolescente ganhar a permissão para exercitar sua vontade numa maneira adequada às suas habilidades, é provável que ele adquira um senso de si mesmo como agente

efetivo. Com ensino e supervisão adequados ele pode, na verdade, fazer coisas boas acontecerem e evitar erros catastróficos. Se receber tarefas apropriadas às suas capacidades, ele poderá ganhar uma confiança crescente em sua habilidade de agir efetivamente, realizar uma tarefa até seu final e expandir seu senso de competência instrumental. A experiência repetida deste tipo reforça sua auto-estima e o ajuda a se definir como competente entre seus pares.

Segundo, conforme aprende a acomodar suas ações às convenções morais e éticas da sociedade, ele desenvolve uma convicção de que é um agente legítimo. Numa atmosfera de lei e ordem comunitárias e numa sociedade que valoriza a responsabilidade individual, ele aprende os princípios da ação consciente, o fundamento da liberdade ordenada. No processo de validar suas ações, a aprovação dos outros também valida a sua pessoa, afirmando sua identidade como alguém com a "coisa certa" e ajudando-o a se livrar de antigas dúvidas sobre si mesmo.

Terceiro, enquanto ganha permissão para perseguir seus próprios desejos e gratificá-los como bem quiser, desfruta de uma introdução à liberdade individual. Ele desenvolve um senso adequado de si mesmo como agente livre, quando e onde quer que tal liberdade seja legítima e não invada a liberdade dos outros. Conforme suas oportunidades se expandem e ele pode agir como quer, cresce sua identificação com a tradição honrada de liberdade individual do mundo ocidental, fazendo-a parte de si mesmo.

Quarto, ao passo em que é adequadamente recompensado ou penalizado em esforços conjuntos com outros e não humilhado nem superestimado por suas contribuições para causas compartilhadas, o adolescente desenvolve um senso apropriado de si mesmo como agente cooperativo, um que colabora com os outros por consentimento comum e que pode ser responsabilizado por sua contribuição.

Finalmente, na medida em que as interações do adolescente com os outros exigem que ele os reconheça e os respeite como pessoas autônomas com direitos próprios, ele se torna um agente recíproco. Ele aprende que as transações mais satisfatórias são aquelas em que todas as partes ganham. Aprende a levar os outros em consideração,

a honrá-los como agentes soberanos com propósitos independentes, e a evitar tratá-los como objetos despersonalizados a serem explorados para seus próprios propósitos.

A capacidade para tal ação saudável na adolescência pode ser atingida quando o desenvolvimento geral da criança foi bem cuidado pelos pais, e quando os valores reinantes da sociedade oferecem meios de se viver que sejam compatíveis com a liberdade individual e com a cooperação voluntária. Tal resultado feliz, é claro, não está garantido. A capacidade para a ação saudável pode ser enfraquecida de dentro para fora pela incapacidade física ou pela psicopatologia pessoal, ou de fora para dentro pelas patologias sociais da cultura, especialmente pela tirania do coletivismo. A discussão volta-se para esses aspectos agora.

As patologias pessoais da competência adolescente

Como primeira abordagem para esta discussão será útil revisar uma vez mais as patologias pessoais da adolescência, especialmente em sua fase final: aqueles tipos de doenças físicas e mentais que podem enfraquecer a emergência da competência adulta e abortar a transição do jovem para uma vida de liberdade adulta. Várias patologias sociais com o mesmo efeito poderão, então, ser examinadas.

Com respeito à incapacidade física, é claro que certas desordens – paralisia, por exemplo – podem tornar um jovem seriamente incapacitado tanto ocupacional como socialmente. Nesses casos infelizes a compaixão ordinária motiva facilmente o suporte financeiro e de outras naturezas para compensar a incapacidade ou financiar esforços de reabilitação. Todos, exceto os egoístas mais radicais, contribuem voluntariamente para o bem-estar material daqueles tão incapacitados – e ambos os lados sentem-se bem por isso. Em tais esforços caridosos, claramente, não há diminuição de liberdade na comunidade como um todo, e a liberdade dos beneficiários de tal generosidade é aprimorada na medida em que seus temores de desamparo são dissipados.

Mas é igualmente óbvio que certas desordens mentais também podem destruir as capacidades emergentes do adolescente de auto-determinação e responsabilidade. Três categorias de desordens capazes

de descarrilhar o desenvolvimento normal desta era são praticamente idênticas às encontradas em adultos. A primeira categoria, geralmente conhecida como "desordens de humor e emoção", pode gerar ansiedade, depressão, excitação, irritabilidade e raiva intensas. A doença bipolar ou maníaco-depressiva é um exemplo claro. Uma segunda categoria, freqüentemente chamada de "desordens do pensamento", causa grandes distorções de percepção, raciocínio e julgamento que prejudicam fortemente a habilidade de alguém de compreender e lidar com a realidade. A esquizofrenia é um exemplo primário desta categoria. Quando suficientemente severas, as doenças em ambas as categorias podem incapacitar seriamente a capacidade do enfermo de trabalhar e se relacionar com os outros e, como conseqüência, o tornam incapaz de desfrutar as bênçãos da liberdade.

Uma terceira categoria de doenças incapacitantes – "as desordens orgânicas do cérebro" – surgem de danos físicos ou químicos no cérebro que prejudicam as funções cognitivas ordinárias, especialmente aquelas envolvendo a atenção, concentração, compreensão, memória, raciocínio, julgamento, planejamento e resolução de problemas; essas desordens freqüentemente perturbam as capacidades emocionais e relacionais. Elas podem também causar incapacidades ocupacionais severas e impedir o crescimento à competência. Elas incluem certos estados pós-concussão e alguns casos de dano cerebral por uso abusivo de álcool ou drogas.

Assim, se uma pessoa jovem tiver o azar de desenvolver uma desordem séria de regulação de humor, processamento do pensamento ou cognição, e se sua condição for fortemente resistente a tratamento, ele pode ser incapaz de atingir a competência ocupacional e social necessária à auto-confiança e pode, em vez disso, precisar de um tutor para seu cuidado e proteção. O resultado depende, em grande parte, do tipo de traço de personalidade que persiste apesar de sua doença. A habilidade de uma pessoa de viver em liberdade, ainda que incapacitada com uma desordem de humor, pensamento ou cognição, depende grandemente de aquisição de certas capacidades, hábitos e valores que fortificam a auto-confiança e opõem-se à dependência. Falaremos mais sobre este tópico abaixo.

Desordens da personalidade e liberdade

Além das desordens sintomáticas principais descritas logo acima, há outra categoria de perturbação mental que pode mutilar a habilidade de um jovem de prosperar numa comunidade de liberdade. Desordens da personalidade, como definidas anteriormente, são aqueles padrões duradouros de pensamento, emoção, comportamento e relacionamento que enfraquecem os esforços do indivíduo de lidar com os desafios da vida adulta. Dependendo de sua severidade, os prejuízos associados a essas desordens podem diminuir as perspectivas de alguém de viver uma vida de liberdade ao entrar no mundo adulto. Uma breve descrição da patologia de personalidade ajudará a entender esta dificuldade. Observações adicionais sobre as características de personalidade essenciais à liberdade seguem-se a esta revisão.

Grupos de desordens da personalidade

As desordens da personalidade são atualmente classificadas em três grupos de definição bastante solta e dez tipos definidos com mais rigor. (DSM IV 1994) Pessoas que sofrem de desordens do Grupo A, os tipos de personalidade esquizóide, esquizotípica e paranóica, tendem a exibir um comportamento ímpar ou excêntrico. Pessoas com desordens do Grupo B, aquelas atualmente conhecidas como dos tipos de personalidade limítrofe, narcisista, histriônica ou anti-social, podem ser identificadas por padrões de comportamento mais erráticos, dramáticos e emocionais, que não obstante são mais convencionais e menos ímpares que aqueles do Grupo A. Pessoas com desordens do Grupo C, aquelas conhecidas comumente como dos tipos esquivo, dependente ou obsessivo-compulsivo, tendem a ser mais manifestamente ansiosas e temerosas em seus esforços de lidar com a vida. Uma categoria adicional de desordens da personalidade é chamada de "desordem da personalidade não especificada". É essencialmente uma categoria genérica que permite ao clínico ser discreto ao descrever uma pessoa com uma mistura de traços de dois ou mais tipos.

Por definição, todas essas desordens de personalidade são caracterizadas por maneiras mal adaptativas de se relacionar consigo e com o mundo, e todas têm efeitos potencialmente negativos sobre a

habilidade de alguém de dirigir sua vida, sustentar-se e cooperar com os outros. Em muitos casos os padrões mal adaptativos são óbvios à observação casual. Todos são caracterizados tipicamente por uma combinação de falhas de desenvolvimento. Deficiências na confiança básica, autonomia, iniciativa, atividade, identidade e intimidade são sempre presentes, mesmo que sutis, e deficiências já na idade adulta no desenvolvimento da geratividade e da integridade podem ser esperadas como decorrência.

Desordens do Grupo A

Entre as desordens do Grupo A, pessoas com personalidades esquizóides são notadamente reclusas. Elas preferem fortemente a solidão e são emocionalmente distantes e separadas naquelas poucas ocasiões em que se relacionam com outros. Mais fácil de se perceber são os indivíduos afetados por uma personalidade esquizotípica. Eles são tipicamente menos retraídos, mas obviamente mais estranhos, excêntricos ou peculiares em seu comportamento, discurso ou maneira de se vestir. Suas ações evidentes refletem um mundo igualmente incomum de crenças bizarras, de pensamentos e fantasias místicos ou mágicos, ou de desconfiança em nível paranóico. Um terceiro tipo, chamado de desordem da personalidade paranóica, é caracterizado pelas crenças francamente persecutórias. Uma pessoa com esta desordem está convencida, ilusoriamente, de que outras pessoas maldosas estão ativamente agindo ou conspirando para prejudicá-la. Todos esses tipos sofrem de danos à confiança básica, autonomia, identidade e intimidade, e é provável que sejam debilitados ocupacional e socialmente num grau significativo.

Não obstante, algumas pessoas com desordens de personalidade paranóica, esquizóide ou esquizotípica podem conseguir viver numa sociedade livre se, apesar de suas deficiências, ainda mantiverem uma habilidade com a qual possam sustentar-se minimamente, se ainda possuírem a capacidade de cooperar com os outros a ponto de usar sua habilidade, e se recusarem ceder ao apelo de ser cuidado pelos outros através do governo. As escolhas abertas a tais pessoas são freqüentemente limitadas de forma severa pelas incapacidades de sua doença, mas é possível que elas retenham um grau substancial de

auto-determinação ao assumir certos trabalhos, tais como o de um vigia ou faxineiro, que são compatíveis com o afastamento social e que toleram idéias ou maneirismos estranhos. É verdade que tais pessoas tendem a viver vidas apenas marginalmente sociais, mas esta é uma conseqüência infeliz de sua patologia. Seus estilos de vida peculiares e limitados não são causados por qualquer tipo de arranjo social e não são remediáveis por meios sociais ou políticos. Em grande parte, pessoas com desordens do Grupo A fazem poucas exigências para os outros, isso quando fazem alguma, incluindo as por ajuda financeira. Elas tendem a permanecer na periferia dos relacionamentos sociais e geralmente não se intrometem na liberdade alheia. Mesmo um indivíduo francamente paranóico pode conseguir manter suas ilusões de perseguição consigo e não alienar um empregador a ponto de ser demitido ou de interferir com seu próprio negócio.

Se sua doença piorar, no entanto, a pessoa paranóica pode tornar-se uma ameaça genuína à comunidade, ao agir com base em suas crenças ilusórias. Ela pode, por exemplo, iniciar uma litigação abusiva ou tornar-se violenta em alguns casos, como meio de se defender contra uma perseguição imaginária. Mais geralmente, em sua tendência à realidade interpessoal distorcida, pessoas com desordens severas de personalidade podem, de fato, perturbar a paz e a ordem da comunidade e a liberdade dos outros de tocar a vida. O resultado em qualquer caso é determinado pela natureza e severidade da perturbação. Dependendo de suas habilidades ou inabilidades particulares, uma pessoa com personalidade esquizóide, esquizotípica ou paranóica pode ou não conseguir sustentar-se numa comunidade de pessoas livres. Seu esforço em fazê-lo dependerá, em grande parte, do efeito de sua desordem sobre sua habilidade de sustento mínimo, sobre sua capacidade de respeitar os direitos de propriedade dos outros, e sobre sua convicção moral de que não deve se tornar um tutelado do Estado.

Desordens do Grupo B

Um segundo e mais complexo grupo de desordens da personalidade inclui aquelas descritas como narcisista, sociopata, histriônica e limítrofe. Esses tipos são caracterizados por graus anormais de egocentrismo, por atitudes de alegação de direito e por uma deficiência

notável na reciprocidade. Em todos há a falta de empatia genuína e reconhecimento para com os outros. Pessoas com personalidades francamente sociopatas são essencialmente criminais em seus motivos, sempre impiedosas em algum ponto e insensivelmente indiferentes para com os direitos dos outros à vida, à liberdade e à propriedade. Algumas são astutas e altamente capazes em sua habilidade de enganar suas vítimas. Muitas são sádicas. Algumas são brutalmente destrutivas e podem ser contadas entre os genocidas e assassinos em série da história. Como uma pessoa literalmente não possui consciência, o sociopata é uma ameaça direta e séria à liberdade, paz e ordem da qualquer comunidade em que externe sua patologia.

As outras três desordens do Grupo B geralmente não são tão ameaçadoras como a sociopatia, mas as personalidades narcisistas em posições de poder político podem causar conflitos enormes, incluindo os de escala global. Em sua superestimação de sua importância e em suas preocupações com seus objetivos grandiosos, elas têm grandes chances de explorar os outros em busca de admiração, poder político, status social, avanço comercial ou profissional, ou acumulação de riqueza. Algo central à sua constituição é o desrespeito flagrante pelos interesses legítimos dos outros; seu egocentrismo imenso as permite usar as pessoas sem culpa ou vergonha. Elas são fortemente predispostas a dobrar quaisquer regras que possa interferir com sua busca por auto-gratificação. O desejo tanto por status como por controle leva alguns narcisistas a buscar cargos eletivos, onde os poderes do governo permitem a exploração em larga escala. Nessas empreitadas são comuns a presunção de genialidade política e o senso de direito a governar as vidas dos outros. Em qualquer situação, pública ou privada, o egocentrismo do narcisista torna-se eventualmente opressivo, conforme sua indiferença acentuada para com as sensibilidades dos outros se torna aparente.

As personalidades limítrofes, em contraste, tendem a causar problemas em domínios mais limitados. Elas não buscam, geralmente, posições de poder sobre as massas, mas serão obsessivamente exigentes com aqueles que lhe são próximos, para satisfazer suas necessidades intensas de dependência e evitar o sentimento de abandono. Excessivamente iradas e punitivas em relacionamentos íntimos, elas também podem facilmente se tornar opressivas com os outros e podem até

violar seus direitos. Demandas incansáveis por conexão podem ser escaladas ao nível de perseguição. Em alguns casos, a rejeição real ou imaginada pode motivar a vingança através da violência, um resultado pouco raro no mundo dos conflitos domésticos. Essas e outras ações violam claramente a soberania das pessoas cuja atenção elas buscam, e as intromissões podem atingir o nível de ofensa criminal. Pessoas com uma condição relacionada, a desordem de personalidade histriônica, tipicamente buscam atenção, são emocionalmente rasas e chegam a agir teatralmente. Elas geralmente estão mais para chatas, ou mesmo divertidas, do que para uma ameaça à liberdade dos outros.

De modo geral, é uma observação comum que pessoas diagnosticadas com as patologias limítrofe, narcisista e histriônica causam dificuldades sérias em relacionamentos, especialmente onde o respeito pelos outros é necessário para completar esforços conjuntos. Relacionamentos íntimos, e o casamento em particular, são especialmente vulneráveis a essas desordens. A necessidade de colaboração na criação das crianças, o gerenciamento do lar e a coordenação das agendas, por exemplo, estressará seriamente o cônjuge egocêntrico ou facilmente irascível que se sente no direito de um tratamento especial, que exige isenção dos requisitos comuns de um compromisso, ou que impõe demandas irracionais por atenção de seu parceiro.

Desordens do Grupo C

Nas desordens do Grupo C, aquelas conhecidas como os tipos esquivo, dependente e obsessivo-compulsivo, a ansiedade, a insegurança e a dependência são os sintomas mais proeminentes. Dificuldades de se sustentar ou de se relacionar com os outros, ou ambas, são tipicamente presentes. A personalidade dependente tem grandes probabilidades de ser atraída pelo convite esquerdista ao bem-estar estatal. Essas pessoas não possuem a capacidade de auto-determinação; elas evitam a responsabilidade por si mesmas, temem se tornar desamparadas, e buscam constantemente o cuidado de outros. Elas se dispõem a abrir mão de muito de sua liberdade em troca de promessas reais ou ilusórias de segurança.

Pessoas sofrendo de uma desordem de personalidade esquiva, outro diagnóstico do Grupo C, são fortemente inclinadas a se perceberem

como inadequadas ou inferiores e a evitar situações em que possam se sentir criticadas, envergonhadas ou rejeitadas. Na medida em que tais tendências diminuem a habilidade ou vontade de ganhar o próprio sustento material, pessoas com esta desordem podem também aceitar o convite coletivista aos programas assistencialistas do governo. Em contraste, pessoas com a desordem de personalidade obsessiva-compulsiva, o terceiro diagnóstico do Grupo C, tendem a trabalhar duro, sendo produtivas e conscientes no tocante ao gerenciamento do dinheiro. A maioria de tais pessoas deseja e consegue se sustentar, e é muito mais provável que contribuam com a riqueza material geral da comunidade do que se aproveitem dela. Além disso, elas buscam o controle rigoroso sobre a maioria dos aspectos de suas vidas e tendem a poupar suas posses materiais. Por estas e outras razões, pessoas obsessivo-compulsivas tendem a suspeitar de qualquer corpo governamental que busque tirar suas posses através de impostos ou regulamentos. Não é incomum que tais pessoas exerçam uma oposição intensa à intromissão e regulação do governo. Em alguns casos, no entanto, um indivíduo obsessivo-compulsivo pode decidir juntar-se ao governo em vez de combatê-lo. Quando ele o faz, sua preocupação inata com ordem, detalhes, organização, regras, listas e calendários provavelmente o qualificarão a uma posição feliz na burocracia governamental. De fato, os escritórios dos governos modernos cresceram tanto que virtualmente qualquer tipo ou combinação de tipos de personalidade pode encontrar emprego se a desordem não for muito severa. Uma pessoa esquizóide, por exemplo, pode ser contratada para limpar prédios governamentais. Um indivíduo paranóico pode encontrar lugar no departamento de defesa ou em contra-espionagem. O narcisista buscará a grandiosidade do cargo eletivo, o limítrofe procurará suas intrigas, e o sociopata usará as alavancas do governo para explorar os outros sob o disfarce de servi-los. No mundo do esquerdismo moderno, o governo tornou-se o empregador de todos os homens.

CAPÍTULO 34

ADOLESCÊNCIA E PATOLOGIA SOCIAL

Em nossa época, as ideologias assumem o vácuo deixado pela religião, apresentando-se (além de outras alegações mais práticas) como perspectivas históricas na quais se devem fixar a fé individual e a confiança coletiva. Como no caso das religiões, elas neutralizam a sensação ameaçadora de alienação com rituais positivos e dogmas afirmativos, e com um banimento rigoroso e cruel dos alienismos em suas próprias fileiras ou em inimigos externos.

— Erik Erikson

Os requisitos pessoais para a liberdade

Então, quais são os requisitos psicológicos para a liberdade? Que características mentais e emocionais, se é que há alguma, distinguem as pessoas habilitadas para a liberdade das que não o são? Evidentemente, dadas as observações do último capítulo, a presença ou ausência de uma desordem mental diagnosticada não é decisiva. É possível, ao menos para alguns indivíduos, ser bastante perturbado em certos aspectos e ainda prosperar numa comunidade onde os bens políticos primários sejam a liberdade e a cooperação. E é igualmente certo, a partir de observações tanto casuais como clínicas, que algumas pessoas que são "normais" – ou seja, que não têm nenhum dos sinais ou sintomas de desordem mental – são incapazes de participar de

tal comunidade, ou simplesmente não desejam fazê-lo. Essas pessoas estão dispostas a diminuir sua liberdade pessoal ao abraçar mais controle governamental sobre suas vidas. Aparentemente, os traços que facilitam a vida de liberdade podem estar presentes tanto em pessoas normais como nas perturbadas.

Na verdade, com base nas discussões até o momento, parece que a chave para um indivíduo prosperar ou não na liberdade, mesmo um com doença mental, tem a ver com a aquisição ou não de ao menos uma habilidade ocupacional suficiente para estabelecer um sustento, juntamente com uma convicção moral de que sua vida permanece sob sua própria responsabilidade e não sobre os ombros de outras pessoas. Tanto a observação comum como a experiência clínica revelam que mesmo um indivíduo cronicamente psicótico, que sofra quietamente de alucinações, pode ainda assim manter um emprego modesto, pagar suas contas e não interferir nas vidas dos outros se, apesar de sua deficiência, mantiver a crença firme de que deve se sustentar materialmente e respeitar as pessoas e propriedades dos outros. Mesmo que carregue o fardo das percepções distorcidas em muitas áreas, tal indivíduo continuará a valorizar seu direito de tocar sua própria vida, optará por viver num nível material que possa manter, e não se sentirá no direito de receber suporte material de outros, nem de gozar de concessões sociais ou políticas por suas desvantagens reais ou imaginárias. Ele não fará demandas diretas ou indiretas sobre os outros através do uso de poder político.

Ao menos algumas pessoas com desordens sérias de humor ou raciocínio, e mesmo algumas pessoas com danos cerebrais limitados ou desordens severas de personalidade, podem viver vidas economicamente independentes e socialmente autônomas. Aqueles que são capazes de fazê-lo ilustram uma observação feita anteriormente neste trabalho, a saber, a habilidade de viver numa sociedade livre não requer um alto nível de desenvolvimento da personalidade ou de habilidades excepcionais. O que é necessário, na verdade, é um nível mínimo de habilidades ocupacionais e sociais, combinadas com a crença na responsabilidade e com um respeito robusto pelos direitos dos outros de se relacionar com quem quiserem, ou com ninguém em

particular. Esta combinação de habilidade instrumental e convicção moral pode habilitar uma pessoa deficiente a atingir uma competência mínima, ou seja, a ter uma vida própria. Capaz de participar efetivamente no mercado gerador de bens, serviços e relacionamentos, ela se recusará, com base em princípios morais, a explorar o poder do governo. A não ser que seja genuinamente incapaz, ela não se tornará uma criança do Estado ou alguém dependente da caridade dos outros. Mais ainda, ela conseguirá contribuir, ainda que modestamente, com os bens e serviços de sua comunidade, reforçando sua auto-estima ao ser útil para os outros bem como para si mesma. Se sua deficiência social não for grande demais ela poderá se engajar com os outros de maneiras em que tanto ela como eles encontrem satisfação.

Sociedade e liberdade

Tendo investigado a fundo se uma ou outra forma de psicopatologia podem ser um fator decisivo no distanciamento de um adolescente da vida de liberdade individual, em direção a uma vida sob a agenda coletivista, a pergunta que pode ser feita agora é se uma ou outra forma de sociopatologia podem ser responsáveis por essa preferência. É claro que a resposta é sim no caso trivial, onde uma ditadura socialista rigorosa doutrine o cidadão desde seus primeiros anos de vida numa convicção de que o coletivismo é o único modo de vida, e onde essa escolha é a única permitida sob pena de prisão ou algo pior. Nesses casos, a coerção física é o mecanismo primário sustentando a ordem econômica e social, e o governo autoritário é a forma necessária de organização política. As ditaduras do Iraque e da Coréia do Norte são exemplos extremos deste gênero.

No outro extremo está uma situação igualmente trivial, porém infinitamente mais desejável, na qual as disposições naturais da criança à liberdade individual e ao relacionamento voluntário são nutridas durante o curso de seu crescimento para a idade adulta, numa sociedade cujas tradições morais abrangem esses ideais. Nesses casos, escolha livre e consentimento voluntário são os mecanismos primários sustentando a ordem econômica e social, e um governo constitucionalmente limitado é a forma de organização política.

Os resultados respectivos em cada um desses casos estão embutidos nas condições precedentes: a criança doutrinada no coletivismo é levada a adquirir uma forma de sociopatologia de desenvolvimento que reprime seu anseio inato por autonomia e assim lhe nega um aspecto fundamental de sua natureza humana. O processo de doutrinação determina sua preferência por um governo central que controle a dinâmica da sociedade e que condicione a pessoa a viver com ele. Ela não conhecerá outras possibilidades. Em vez de desejar a soberania pessoal ela será treinada para rejeitá-la. Se lhe for permitido aprender sobre auto-determinação e responsabilidade pessoal como conceitos teóricos, ela concluirá que o ideal de se viver por tais valores é algo fictício ou ilegítimo, e até mesmo imoral tanto para si mesma como para os outros. Ela concordará que tais manifestações de individualismo devem ser reprimidas pela lei, caso necessário. A cooperação voluntária será permitida em domínios muito limitados, mas não será um princípio organizador que coordena a ação humana.

Em contraste, a criança cujos anseios naturais por liberdade são nutridos pelos pais e por tradições que idealizem a auto-determinação e a cooperação escolherá viver numa sociedade onde a liberdade individual e a liberdade de se relacionar por escolha sejam garantias constitucionais, e onde o uso da coerção para qualquer propósito que não seja a proteção de tais liberdades seja considerado um mal. Uma criança criada sob essas circunstâncias descobrirá que ambos os aspectos de sua natureza bipolar são validados pelas regras de convivência de sua sociedade. Ela aprenderá eventualmente sobre a coerção sob o coletivismo e ficará consternada com isso. Ela verá a supressão da liberdade individual como algo profundamente imoral.

Sociedades que não são nem fortemente coletivistas e nem idealmente livres oferecem um "cardápio" misto ao adolescente no período em que ele imagina como poderia criar uma boa vida para si mesmo. A sociedade plural oferece alguns domínios de liberdade individual, responsabilidade e cooperação, mas seriamente limitados por políticas coletivistas reforçadas por governos autoritários. Entende-se, comumente, que as democracias ocidentais contemporâneas estão em algum lugar entre o coletivismo e o individualismo. Mas também

é aparente que sua posição modal não está nem mesmo próxima do ponto intermediário entre esses pólos. Em vez disso, essas sociedades, seja na Europa continental ou nas Américas, são fortemente socialistas em seu caráter, e o têm sido por muitas décadas. Todas incorporam variações de ideais coletivistas: os principais processos econômicos, sociais e políticos são fortemente regulados, maciçamente burocratizados, e em muitos casos possuídos ou controlados por organizações governamentais. Em sociedades deste tipo, um imperativo moral implícito é dado ao recém-adulto: sua primeira tarefa através dos diversos sistemas regulatórios e de taxação é sustentar os órgãos do governo e todos os seus propósitos coletivistas. Ele não deve gastar muito de suas energias na direção de sua própria vida – na busca da auto-realização, por exemplo – pois isso seria algo demasiado egoísta. De uma perspectiva política, sua identidade primária não é a de soberania individual sob um ideal de liberdade individual. O bem político primário numa sociedade como essa não é a liberdade pessoal. Em vez disso, a importância do indivíduo está em sua contribuição econômica e, em nível menor, em sua contribuição social para o bem-estar do coletivo, como quer que essa entidade seja definida pelos legisladores do Estado. O bem político primário ostensivo nesses arranjos é o bem-estar de todos os súditos do Estado. A verdade, no entanto, é que os beneficiários primários em tais sociedades são aqueles que comandam os governos.

CAPÍTULO 35

A ADOLESCÊNCIA E A AGENDA ESQUERDISTA

A adolescência é um regenerador vital no processo da evolução social; pois o jovem oferece seletivamente suas lealdades e energias à conservação daquilo que ele sente que é verdadeiro e para a correção ou destruição daquilo que perdeu sua importância regenerativa.

— Erik Erikson

Coletivismo benigno

Antes de proceder com esta análise, um breve comentário evitará a confusão dos dois significados diferentes para o termo coletivismo. Do modo que é usado no presente trabalho, o termo tem se referido às instituições coletivistas econômicas, sociais e políticas cujos princípios básicos subordinam o indivíduo a um ou mais grupos de pessoas e, como conseqüência, diminuem a liberdade individual e prejudicam o desenvolvimento pessoal. À parte deste significado, no entanto, há outro que deve ser notado e então distinguido. Em discussões sobre o comportamento dos adolescentes, o coletivismo algumas vezes se refere àquelas tendências conformistas que fazem uma aparição temporária no estágio de desenvolvimento do adolescente e depois, tipicamente, desvanecem. Essas tendências, que parecem quase intrínsecas aos estágios inicial e médio da adolescência, encontram comumente sua expressão na conformidade compulsiva

do adolescente com afetações modernas na fala, nas maneiras e na vestimenta, e na superestimação quase unânime de certos ícones culturais aprovados pelo grupo – estrelas musicais, por exemplo. Por um tempo, o adolescente que é capturado nesse processo submerge sua unicidade em favor dos clichês sociais dominantes, tentando seu melhor para parecer, agir e ser como as figuras populares do dia. Esse tipo de coletivismo, uma espécie de identidade de grupo homogeneizada, é tipicamente benigno. Desde que não se transforme num comportamento destrutivo ou numa "identidade negativa", é mais provável que contribua positivamente no processo de individuação de longo prazo e numa transição saudável para a idade adulta. Como já foi notado anteriormente, as afiliações de grupo do adolescente, incluindo suas conformidades com os estereótipos, fornecem espelhos para seu ego emergente conforme ele experimenta com papéis externos àqueles aprendidos em sua família nuclear. De maneira geral, o processo o ajuda a validar os papéis que funcionam socialmente para ele e a repudiar os que não o ajudam, auxiliando-o na consolidação gradual de uma identidade que ele possa carregar pela vida adulta. Bem antes da idade adulta, como regra, essa imersão temporária na hiper-conformidade resolve-se espontaneamente. Ela não compromete a habilidade posterior do adolescente de viver uma vida de liberdade.

A oferta da agenda esquerdista para o adolescente

Em contraste a esse processo adolescente benigno, no entanto, o coletivismo da agenda esquerdista é de uma natureza completamente diferente. Ele não é um fenômeno benigno nem uma fase passageira no caminho para uma cultura emergente de liberdade, nem consiste em simples maneirismos, mas é na verdade uma arquitetura social permanente e definidora, perigosa para a liberdade ordenada exatamente por conta de seus princípios, que lhe são opostos. Dada a dominância do esquerdismo moderno no cenário contemporâneo do mundo e sua presença crescente na cultura ocidental ao longo do século passado, será útil perguntar novamente o que o coletivismo tem a oferecer ao adolescente, cujo desenvolvimento posterior requer uma

visão de mundo que ao mesmo tempo inspire sua fidelidade e faça ressoar sua identidade emergente. Dividida em termos mais *eriksonianos*, a pergunta seria:

- O que a sociedade coletivista oferece ao adolescente que inspire sua fidelidade? Quais valores extrairão seu idealismo, sua confiança e sua lealdade? Com quais valores da sociedade ele se comprometerá e quais instituições, se for o caso, ele pode reverenciar?
- Em que papéis adultos disponíveis numa cultura coletivista ele pode continuar a se definir, dado o que ele se tornou em seus primeiros 20 anos de vida?
- Os valores e ideais desta cultura o ajudarão ou o prejudicarão no processo de individuação, que dura a vida inteira? Em quais coordenadas de sua cultura, se for o caso, ele pode ser autônomo e ao mesmo tempo afiliado?
- A sociedade coletivista prepara o adolescente para uma vida de liberdade e cooperação voluntária?
- Como é que a confiança, a energia, a iniciativa, a atividade e o propósito de seus primeiros 20 anos podem ser canalizados para criar uma vida que seja realizável e ao mesmo tempo útil e respeitosa para com os outros? Ao que ele pode empenhar sua lealdade? Em defesa de quais ideais ele pode se levantar para lutar ou morrer?

Ao endereçar essas perguntas mais à frente, será útil listar aqueles princípios coletivistas que já foram destacados neste livro. A partir desta revisão, os ideais ocultos da agenda se tornarão prontamente aparentes.

O manifesto esquerdista: princípios fundamentais

A agenda esquerdista oferece uma ampla coleção de atitudes, crenças, valores e filosofias que prescrevem certos modos de pensamento, sentimento, comportamento e relacionamento a indivíduos e grupos. O governo tem um papel poderoso nessa prescrição, e a agenda oferece

um tipo particular de relacionamento entre o governo e os governados. Para o adolescente mais velho, em busca de um senso melhor sobre o que significa ser adulto e um entendimento mais explícito do mundo que está prestes a entrar, o esquerdismo moderno oferece os seguintes princípios de vida:

1. Os cidadãos de um Estado-nação moderno são, na verdade, as crianças de um governo parental; eles são membros de uma família muito grande com obrigações uns para com os outros. Essas obrigações não são definidas pelas convenções sociais e religiosas tradicionais e amplamente individualistas do Ocidente, nem pelo consenso mútuo entre indivíduos com base em imperativos morais; são prescritas por intelectuais e políticos esquerdistas através de leis, de decisões judiciais e dos cânones do politicamente correto.

2. O relacionamento do indivíduo com o governo deve se assemelhar ao seu relacionamento original com seus pais, ou à relação fiduciária entre o guardião e o tutelado, ou uma combinação dos dois. O Estado é a fonte adequada a partir da qual se gratificam os anseios das pessoas por várias formas de cuidado parental substituto. Esses cuidados devem englobar todo o ciclo de vida, do berço à sepultura. Ele deve consistir de várias formas de assistência econômica, social e política, de proteção e indulgência em todos os principais setores da vida. A auto-confiança e o papel da responsabilidade individual devem ser diminuídos nesta sociedade em favor do cuidado coletivo administrado pelo Estado.

3. Esta relação entre governo e governado diminui a soberania do indivíduo em favor do Estado. Como entidade política, o Estado é superior ao indivíduo e tem prioridade sobre o mesmo. Mais ainda, o indivíduo não pode existir sem o Estado. Por essas razões o indivíduo deve subordinar-se ao Estado. Qualquer disputa entre uma alegação de autoridade do indivíduo sobre si mesmo e sua propriedade, de um lado, e a alegação de autoridade do Estado sobre o indivíduo e sua propriedade, do outro, deverá ser julgada em favor do segundo, exceto sob circunstâncias excepcionais.

4. As pessoas estarão mais bem servidas sob a direção de programas governamentais do que cuidando umas das outras através de

arranjos cooperativos. Pelo fato de a maioria dos cidadãos não ser competente para tocar suas próprias vidas efetivamente, eles necessitam da orientação do governo para fazer o que lhes é bom. Nos setores mais importantes da vida, a direção do governo por uma elite de filósofos e engenheiros sociais é superior às direções que as pessoas escolhem para si mesmas. Remédios coletivos coordenados pelo Estado são quase sempre preferíveis àqueles iniciados por indivíduos numa base voluntária.

5. O socialismo e suas variantes com grandes quantidades de poder investidas num governo centralizado é o fundamento político adequado para uma sociedade ordenada. O coletivismo é a filosofia política adequada para uma sociedade ordenada. A coerção do governo é necessária para assegurar que as atividades das pessoas atinjam fins politicamente adequados. O uso extensivo desse poder mediante planejamento e regulação centrais permitirá o máximo de felicidade para um número máximo de cidadãos. Os direitos tradicionais de propriedade e de contratos, e outras proteções da liberdade individual contra a usurpação pelo Estado devem estar subordinados ao processo coletivo. As principais funções econômicas, sociais e políticas devem ser socializadas através de programas concebidos por planejadores do governo e administrados por órgãos do governo.

6. Não é necessário que uma vida boa seja merecida através do esforço individual diligente, da cooperação voluntária com os outros, ou de uma conduta consistente com os valores morais tradicionais. Em vez disso, uma vida boa é um direito governamental devido a cada cidadão independentemente da natureza e da qualidade de seus atos, e de sua utilidade para os outros. Bens materiais sob o controle do governo podem ser distribuídos àqueles considerados em necessidade. Poucas qualificações, se é que há alguma, são necessárias além da necessidade alegada ou percebida, da igualdade ou sofrimento, e os benefícios dados não devem ter que ser pagos de volta. Os beneficiários dos programas do governo têm direito aos mesmos e não possuem nenhum débito de gratidão para com as pessoas que os financiaram. Elas possuem, no entanto, um débito para com os oficiais do governo por ter recebido esses benefícios, e devem apoiá-los em seus mandatos.

7. Cooperação voluntária baseada no consenso das partes numa transação não é um ideal especialmente importante e pode ser substituída pelo aparato coercivo do governo. O consenso de todas as partes não é moral ou legalmente necessário para completar uma transferência de bens materiais com propósitos assistencialistas ou para alterar as circunstâncias de um indivíduo ou de um grupo em nome da justiça social. Na verdade, os conceitos coletivistas de justiça exigem que as redistribuições de poder e status social, bem como as de bens materiais, sejam efetuadas independentemente das objeções daqueles que possuem esses bens antes de sua transferência para os outros. Na arena social, ninguém que deseje se tornar membro de um grupo social deve ser excluído, e aqueles considerados socialmente desfavorecidos devem receber assistência legal ou política preferencial para remediar sua condição. Em respeito a ambas as situações – econômica e social – contratos firmados anteriormente ou acordos antigos vigentes e baseados na tradição podem ser invalidados pela autoridade do governo. Nesses casos, as definições coletivistas de justiça distributiva e social devem substituir considerações anteriores de benefícios merecidos, título justo, liberdade de troca, processo devido, direitos de associação e precedente histórico.

8. As inclinações naturais e adquiridas das pessoas morais para cooperar umas com as outras numa estrutura de leis que governam os direitos de propriedade e os contratos não são a base primária para uma sociedade ordenada. Em vez disso, um grande aparato regulatório do governo, análogo à autoridade dos pais numa família, é necessário para exercitar o controle sobre a cidadania e para assegurar que a justiça social seja atingida. Certos objetivos econômicos, sociais e políticos devem ser prescritos por oficiais iluminados do governo em vista do fato de que os cidadãos não são competentes para decidir tais assuntos por si próprios. O ativismo judicial é o mecanismo apropriado para assegurar que as disputas legais sobre assuntos econômicos, sociais e políticos sejam decididas em favor dos resultados politicamente aprovados. As decisões judiciais não devem ser limitadas por precedentes, por princípios estabelecidos da lei procedimental, ou pela interpretação rigorosa da Constituição. Onde surgir uma disputa legal, as decisões das cortes devem ser determinadas de acordo com

os ideais coletivistas. Os resultados em assuntos sociais devem ser julgados por sua capacidade ou não de promover igualdade material e social, ajudar os desamparados, aprimorar a diversidade, reduzir a inveja, proteger a auto-estima e mitigar as disparidades de status social, entre outras considerações.

9. O altruísmo pode ser encontrado em algumas pessoas e pode representar um instinto de proteção para com os outros, uma identificação benevolente com os outros, ou compaixão e empatia para com os outros. Mas o altruísmo é mais bem compreendido como uma virtude do Estado, uma função socializada ou expressão coletiva da Vontade Geral personificada em programas do governo. Atos voluntários de compaixão e caridade feitos por indivíduos ou grupos privados são sempre inferiores às atividades assistencialistas do Estado, não podem substituir o maquinário de bem-estar do Estado, e não conseguem atender as necessidades das pessoas. São necessários grandes programas assistencialistas administrados pelo Estado à custa dos pagadores de impostos para atender as necessidades dos desfavorecidos.

10. As ações destrutivas de um indivíduo contra si mesmo ou contra os outros não são conseqüência primária de suas escolhas pessoais, valores, objetivos ou outros processos mentais e emocionais ocorrendo em sua própria mente, mas são na verdade causados por influências negativas de sua cultura. Ele não pode, portanto, ser considerado responsável por suas más ações. Em vez disso, ele e outros devem ser encorajados a ver suas ações como a falha coletiva de uma sociedade que de alguma forma os oprimiu, negligenciou, privou ou explorou.

11. Idéias tradicionais sobre a separação e soberania do indivíduo são inválidas. Embora ele seja uma entidade fisicamente separada, a significância política de um indivíduo deriva de sua membresia no coletivo; o coletivo é a principal unidade econômica, social e política, não o indivíduo. Direitos anteriormente assegurados ao indivíduo, tais como os direitos de propriedade de sua pessoa e posses, não são mais primários, mas devem ser subordinados aos direitos do Estado-babá e sua família de cidadãos. A vontade do povo, conforme compreendida pelos oficiais do governo, tem precedência sobre os direitos do indivíduo e pode substituir adequadamente ideais mais antigos de liberdade e justiça procedimental sempre que necessário. Reivindicações de soberania

pessoal e do direito a ter uma vida própria são egoístas e, portanto, moralmente erradas. O sacrifício pessoal pelo bem dos outros, mandado pelo Estado e canalizado através de suas instituições coletivas, é um ideal mais alto do que os ideais antigos de individualismo, auto-confiança e benefício mútuo através da busca de objetivos comuns.

12. Subsídios materiais devem ser pagos a pessoas designadas pelo Estado e baseados em necessidade, sofrimento ou desigualdade, não em mérito ou merecimento. As reparações a pessoas identificadas pelo Estado como injustiçadas podem ser feitas por transferências forçadas de propriedade de outras pessoas, que são identificadas como responsáveis pelos danos ou desvantagens, ainda que não tenham feito pessoalmente nada de errado. Em geral, os direitos à vida, liberdade e propriedade consagrados na Declaração de Independência e na Carta de Direitos da Constituição devem ser colocados de lado em favor de quaisquer direitos coletivos afirmados pelo Estado.

13. A natureza humana é altamente maleável. Ela não somente pode ser moldada para acomodar os ideais coletivistas sem contradições e conseqüências adversas, mas a aderência aos ideais coletivos a aprimorará. Os programas do governo baseados em pesquisas da ciência social podem e devem alterar o comportamento na direção dos fins aprovados pelo governo. Idéias de esquerda são superiores a crenças tradicionais conservadoras, em parte porque os criadores de políticas de esquerda são intelectualmente superiores aos conservadores e outros oponentes.

14. As prescrições de como agir e como não agir não devem ser baseadas na ética e sabedoria moral destiladas por séculos, mas em vez disso devem ser decididas por intelectuais de esquerda e promulgadas através de cânones politicamente corretos ou evoluídas através da criação de estilos alternativos de vida num espírito de diversidade cultural. Muitos comportamentos tradicionalmente considerados ofensivos, imorais ou ilegais devem agora ser julgados aceitáveis, incluindo vários comportamentos sexuais e agressivos que são fortemente condenados pelos padrões conservadores. Comportamentos desse tipo não devem ser julgados no tocante à sua moral ou às suas implicações éticas, ou mesmo à sua tendência de romper a ordem social, explicados pelas

motivações subjacentes e compreendidos como expressões da liberdade humana, da ausência saudável de inibição, da moralidade progressiva ou da reação defensiva às influências sociais adversas. A liberdade sexual, em particular, deve ser amplamente difundida entre adolescentes e adultos que assim consentirem, mesmo que o seu exercício resulte em casos de gravidez fora do casamento e em famílias com apenas um dos pais, que aumente a incidência de doenças sexualmente transmissíveis, que viole os votos do casamento tradicional, que invada as uniões estáveis ou que destrua a integridade da família.

15. Considerações semelhantes aplicam-se à proeminência das imagens sexuais e agressivas na mídia. As possibilidades de que tais imagens possam afetar adversamente a ordem social ou indicar uma desordem de valores culturais deve ser negada em favor da idéia de que sua exibição é uma expressão de libertação da inibição excessiva. A pornografia não é prejudicial às crianças; sob a proteção da Primeira Emenda,[16] sua exposição não deve ser restringida. Semelhantemente, as tradições estabelecidas de decência e cortesia são indevidamente restritivas sob a ótica esquerdista. As cortesias tradicionais podem também ser rejeitadas porque apóiam distinções de classe que se opõem ao ideal esquerdista de igualdade social.

16. Em geral, ideais sociais tradicionais, padrões éticos e proibições de consciência devem ser considerados como antiquados, opostos à evolução dos códigos sociais progressivos, e não aplicáveis aos sistemas sociais modernos. Na verdade, não há bases objetivas sobre as quais se possa favorecer um arranjo social em detrimento de outro. As regras que governam as interações humanas que evoluíram durante milhares de anos e vieram a definir o que é justo nas transações humanas não merecem atenção. A moral judaico-cristã e os códigos de ética, tais como a Regra de Ouro, podem ser reescritos *ad libitum* em vista das idéias decorrentes das construções contemporâneas, multiculturais e relativistas. Da mesma forma, sentimentos tradicionalmente nobres ou ações heróicas devem ser considerados arcaicos e socialmente ingênuos, pois tais ações são amplamente determinadas por influências culturais.

16 A primeira emenda à Constituição americana possui em seu texto a garantia à liberdade de expressão.

17. Os códigos morais, éticos e legais tradicionais não foram promulgados com os propósitos de assegurar a ordem social ou promover a boa vontade e a felicidade humana, e nem foram baseados num entendimento racional da natureza humana e das condições da existência humana. Em vez disso, eles são essencialmente construções políticas criadas com propósitos manipuladores por pessoas que buscam o poder sobre outras. A igualdade perante a lei, por exemplo, é uma ficção mesmo como ideal, e representa uma capa aparentemente ética para o que é de fato uma exploração de certos subgrupos tais como mulheres e minorias étnicas ou raciais.

18. O bom caráter, como incorporação de certas virtudes, não é um ideal importante. As disposições individuais de se comportar com honestidade, integridade, responsabilidade, autonomia, reciprocidade e confiança nas interações com os outros não devem ser especialmente valorizadas ou elogiadas. Mais geralmente, deve-se evitar julgar as ações de outra pessoa com base em padrões de ética, moral ou virtude. Condenar o comportamento de outras pessoas com base no certo e errado, ou no bom e mau, é algo desagradável, maldoso e pode diminuir a auto-estima; mas este mesmo criticismo dos outros, feito pelos esquerdistas, não deve ser sujeito à desaprovação por ser necessário à conquista da justiça social. Desvantagens econômicas, sociais ou políticas devem usadas como explicações para maus comportamentos por qualquer definição, e tais explicações devem ser compreendidas como desculpas para aquele comportamento. Um indivíduo que comete um ato mau não deve ser responsabilizado pessoalmente pelo que fez, mesmo que o tenha feito com má intenção. A má intenção, se presente, não pode ser atribuída à pessoa do perpetrador. Um motivo obviamente criminoso, por exemplo, não deve ser visto como uma falha do ofensor, mas como uma conseqüência infeliz da dureza infligida sobre o mesmo no passado, ou de desvantagens sofridas no presente. Em decorrência dessa dureza e desvantagem serem causadas por outras pessoas e outros fatores, o indivíduo que comete o ato mau deve receber simpatia em vez de ser culpado. A resposta primária da sociedade a tais ações deve ser a de tratar ou reabilitar o ofensor, e não de puni-lo ou de exigir que ele restitua o que tomou. Pessoas desfavorecidas não devem receber tarefas ou obrigações legais ordinárias se tais responsabilidades forem penosas para elas.

19. Essas considerações também se aplicam ao comportamento alegadamente bom ou mau de nações e grupos religiosos e étnicos, incluindo vários tipos de atos terroristas que infligem morte e danos devastadores a pessoas aparentemente inocentes. Julgamentos morais e éticos sobre o que indivíduos ou grupos fazem no cenário internacional devem ser evitados até que seja feita uma análise mais profunda de seus motivos e do contexto econômico, social e político no qual os atos ocorreram. Retaliações, especialmente do tipo militar, não devem ser iniciadas contra terroristas, pois isso apenas piorará o problema e causará ainda mais destruição. Empatia, compreensão, negociação, concessão e conciliação são muito mais eficientes na resolução desses conflitos culturais, que são a causa-raiz do problema. Em geral, os criadores da política externa dos EUA devem assumir que o imperialismo americano e a exploração capitalista de outros povos têm sido fatores principais na provocação de atos agressivos por outras nações ou por grupos religiosos e étnicos.

20. No interesse da justiça social, é tarefa do Estado determinar quais grupos ou classes de pessoas sofrem de deficiências na segurança material e no status social e político, e para curar essas deficiências por meio de iniciativas do governo. O Estado deve fornecer benefícios a pessoas de sua escolha com base na necessidade percebida, ou em certos tipos de desigualdade, ou no sofrimento passado, presente ou ancestral. Exceto por considerações de necessidade, desigualdade e sofrimento, não há critério válido para decidir quais benefícios uma pessoa merece. Nem ela e nem suas ações devem ser julgadas sob qualquer escala tradicional de mérito ou merecimento, porque o relativismo moral e cultural desconstrói adequadamente todos os argumentos baseados nessas escalas, mas não os argumentos baseados na percepção do Estado de necessidade, desigualdade e sofrimento. Os conceitos tradicionais de mérito e merecimento são em si mesmos injustos, fraudulentos e nocivos às sensibilidades daqueles que são culpados injustamente por atitudes erradas, negligência, preguiça ou outras tendências derrotistas. Essas tendências, se presentes, não devem ser condenadas como fraqueza, imaturidade, irresponsabilidade ou torpeza moral.

21. Mais geralmente, concepções de justiça consagradas pelo tempo, conforme refletidas no senso comum, na filosofia ética, na prática judicial e na história do pensamento político são inválidas (Kekes 1997). Não é verdade, por exemplo, que uma pessoa deva ser recompensada ou punida na proporção do bem ou mal que ela causa. Também não é verdade que o resultado de uma transação seja justo somente porque os processos que levaram à sua realização são justos e as decisões feitas pelas partes são informadas, voluntárias e competentes. A justiça não deve mais depender de conceitos de merecimento, recompensa, punição, mérito moral ou eqüidade procedimental. Em vez disso, deve ser baseada em considerações de necessidade, desigualdade, desvantagem e sofrimento. Um resultado que deixe uma ou mais partes de uma transação em um estado de desvantagem, desigualdade ou necessidade é injusto por definição. Para satisfazer às necessidades, remover a desigualdade e eliminar e compensar o sofrimento, é adequado tomar os bens econômicos das pessoas que os possuem de acordo com os padrões antigos de posse e dá-los às pessoas ou grupos agora reconhecidos como merecedores pelos oficiais do governo. É também adequado baixar o status social e/ou político de certas pessoas e elevar o de outras com base em considerações de necessidade, desigualdade, desvantagem e sofrimento. Ajustes desse tipo são adequados, mesmo que aqueles cujo status seja rebaixado não tenham cometido nenhuma ilicitude social ou política. O ideal das disparidades equalizadoras justifica o realinhamento.

22. Ideais tradicionais de autonomia, responsabilidade e auto-confiança são inválidos. Esses conceitos são ilusórios de qualquer maneira, já que o modo pelo qual uma pessoa qualquer conduz a si mesma não pode ser atribuído a características particulares que a diferenciem das outras. O que parece ser esforço virtuoso ou integridade moral, por exemplo, é meramente um resultado complexo de influências da sociedade expressas através do indivíduo. Seu próprio esforço, talento, habilidade, persistência, coragem ou outras contribuições aparentemente pessoais ao seu sucesso, incluindo as que sustenta em face da dificuldade, são ilusórias ou derivativas. Mais ainda, os frutos dos trabalhos de um indivíduo devem ser compartilhados com outros sem compensação, porque seus talentos, virtudes e habilidades são na

verdade bens coletivos que pertencem à população como um todo, e suas conquistas são mais razoavelmente atribuíveis ao processo coletivo do qual ele se beneficia.

23. A atividade econômica deve ser, em grande parte, controlada cuidadosamente pelo governo. Onde os meios de produção não sejam de propriedade direta do Estado eles devem ser fortemente regulados, apesar dos custos administrativos onerosos, da interferência em propriedades e contratos anteriores ou dos efeitos negativos na alocação de recursos e nos incentivos à atividade econômica. Efeitos adversos sobre a liberdade com que os indivíduos podem tocar suas vidas econômicas, mesmo quando severas, são concessões apropriadas para os ideais da regulação governamental, especialmente quando diz respeito à redistribuição de riqueza material. Da mesma forma, a distribuição do que é produzido deve ser fortemente influenciada pelo governo, bem como a natureza do que é produzido, as pessoas que produzem, o preço de venda em que os produtos são oferecidos, e as margens de lucro de cada estágio entre a produção e o consumo. Os bens de consumo também devem ser cuidadosamente regulados pelo Estado, e os padrões de consumo devem ser influenciados pela política de impostos. Lucros que pareçam ser ganhos através de mecanismos de livre mercado são provavelmente o resultado da manipulação do consumidor, e lucros altos devem ser condenados como algo obsceno. O que parece ser um consentimento voluntário por pessoas empregadas na manufatura e outros negócios é freqüentemente ilusório e mascara a exploração dos trabalhadores, mulheres, pobres, certas minorias e classes desfavorecidas. A competição em todos os níveis da atividade econômica, incluindo as que surgem da inovação, é indevidamente severa, demanda um trabalho excessivamente difícil, e pode causar dificuldades financeiras e de outras naturezas por conta das perdas de emprego, do fracasso de negócios e das mudanças de carreira. São necessárias proteções abrangentes do governo para mitigar esses perigos. É bem sabido que os capitalistas e os ricos ascendem ao poder e à riqueza nas costas dos pobres. A política de que a riqueza deva ser passada aos herdeiros por escolha da pessoa priva os outros de bens materiais aos quais eles têm direito pelos princípios coletivistas.

24. Todo indivíduo é nascido no mundo com uma obrigação legal de tomar conta de um número indefinido de pessoas, as quais ele nunca encontrará e com quem jamais estabelecerá uma associação ou acordo voluntário. Ele poderá manter apenas uma porção dos frutos de seu próprio trabalho, e essa porcentagem será determinada pela política do governo. A cidadania numa sociedade coletivista implica que tão logo um adolescente faça a transição para a idade adulta, uma porção substancial de seu tempo, esforço e habilidade torna-se legalmente propriedade de outros. As pessoas a quem ele deve obrigações serão identificadas pelo Estado de acordo com seu pertencimento a algum grupo ou classe considerados merecedores. Quanto mais economicamente produtivo for alguém, maior será sua sujeição aos outros. Este sistema é projetado para combater a ganância que faz as pessoas produtivas quererem manter o que produzem.

25. O propósito primário da política é a criação de uma sociedade coletiva ideal comandada por uma elite de esquerda comprometida com a redistribuição justa de bens econômicos, sociais e políticos. Esta redistribuição deve ser atingida por linhas igualitárias utilizando-se o poder coercitivo do Estado. Os direitos negativos tradicionais que protegem a liberdade individual através da garantia de livramento da usurpação pelos outros não deve limitar as ações do Estado e devem, na verdade, dar preferência a direitos positivos que garantam o livramento das necessidades materiais aos social e politicamente desfavorecidos. Os direitos aplicados à força pelo governo são os meios primários para esses fins.

26. As instituições tradicionais do casamento e família não são muito importantes na dinâmica do processo social e devem dar lugar a estilos de vida alternativos que enfatizem a satisfação das necessidades sexuais e relacionais. O laço tradicional do matrimônio é muito restritivo e não permite uma experiência social e sexual mais diversa, incluindo a auto-descoberta que advém do relacionamento com diversos parceiros. Um relacionamento sexual duradouro e exclusivo com uma pessoa por uma vida inteira não é um ideal especialmente válido, e nem serve para aprofundar a experiência de alguém com si mesmo e do que significa amar outra pessoa. Semelhantemente, crianças não

precisam de pais que sejam profundamente comprometidos um com o outro ou de uma família tradicional intacta consistindo de mãe, pai e irmãos; avós, primos e outros membros da família estendida também não são importantes para a criação das crianças. Se uma criança precisa de atenção, amor, afeto, conselho, proteção, treinamento, educação, cuidado médico, socialização e aculturação, essas necessidades podem ser atendidas em creches, programas na comunidade, acampamentos de verão, vizinhos, babás, professores, agentes sociais e escolas públicas. Os valores morais e éticos e as tradições raciais, étnicas e culturais da família podem ser adquiridos nessas e em outras fontes e não precisam ser ensinados pelos pais ou pela família estendida. Finalmente, o treinamento religioso tradicional instila uma visão estreita, preconceituosa e tacanha da moralidade e da cultura, e deve ser substituído por filosofias seculares mais esclarecidas, especialmente aquelas que promovem a diversidade cultural. A moralidade e a ética devem ser vistas como sistemas de valores que evoluem de acordo com as idéias progressistas. Não há absolutos morais para o relacionamento humano, e nem é possível criar um argumento válido para a superioridade de um código moral sobre outro.

Coletivismo e liberdade

Baseado nessas considerações, a questão sobre a capacidade do esquerdismo moderno de preparar o adulto emergente para viver em liberdade deve ser respondida de forma negativa. Muito longe de preparar suas crianças para vidas de liberdade genuína baseada na autonomia pessoal, na auto-confiança e na cooperação consentida, a agenda esquerdista promove uma acomodação infantil e não crítica às regras, regulações e expropriações essenciais ao Estado coletivista e uma dependência igualmente infantil sobre uma sociedade que se compara a uma grande família. A competência madura é atingida apenas com dificuldade, quando o é, sob essas condições. Pela própria natureza dessas operações, todo programa do governo vem com um aumento no poder do Estado e uma diminuição no domínio da liberdade individual: a vontade dos oficiais do governo substitui a do cidadão sempre que um programa governamental lhe diz o que ele

pode ou não fazer. *Com diretivas para praticamente qualquer situação concebível, os programas parentais dos governos modernos interferem constantemente com a experiência mais imediata de liberdade pessoal do indivíduo: a de tomar suas próprias decisões nos incontáveis pontos de escolha da vida diária. Essas intromissões enfraquecem seu crescimento em direção à competência ao estender a dependência da infância para dentro dos anos adultos, ou mesmo para toda a vida. Mais especificamente, a sociedade coletivista diminui as oportunidades do jovem adulto de desenvolver continuamente sua autonomia, iniciativa e atividade; ela subordina sua soberania pessoal à autoridade do coletivo; e o define politicamente por suas obrigações para com o Estado*. Além disso, as diretivas do Estado esquerdista moderno enfraquecem dramaticamente os fundamentos sociais, éticos, morais e legais sobre os quais as sociedades civis estáveis estão construídas e promovem, em seu lugar, variedades de conflitos de classe, relativismo ético, frouxidão moral e ativismo judicial. Todos esses efeitos enfraquecem ambos os pólos da natureza bipolar do indivíduo e desestabilizam os sistemas sociais nos quais ele deve tentar se orientar. Os ideais da agenda de esquerda usurpam seu direito de viver como bem quiser, intrometem-se à força em transações que aconteceriam por consentimento mútuo, e subvertem as regras de convívio que são críticas à cooperação social.

Liberdade ilusória

É claro que os proponentes da agenda esquerdista negam rotineiramente essas realidades e seu significado para as vidas das pessoas. Uma negação de interesse particular é a alegação esquerdista de que os programas assistencialistas do governo não enfraquecem a liberdade, mas na verdade a fortalecem ao libertar o indivíduo do jugo opressor de seu próprio viver – obter comida, residência, cuidado médico, cuidado infantil, aposentadoria etc. – e de certas injustiças da desigualdade política e social. Com esses fardos tirados de seus ombros pelos programas governamentais, eles argumentam, o cidadão da sociedade coletivista tem mais liberdade para criar uma boa vida para si mesmo.

Mas essa não pode ser uma liberdade autêntica. A pessoa liberada do jugo da vida adulta também é liberada da oportunidade de crescer. Apenas ao se deixar para trás a dependência da infância é possível adquirir a competência instrumental e moral que provê a segurança material de alguém, fundamenta a identidade adulta, solidifica a auto-estima e gera a força necessária para lidar com os desafios da vida. Sociedades fortemente coletivistas não permitem tal crescimento. Por ser sustentado, abrigado e supervisionado pelo Estado, o cidadão coletivizado pode desfrutar apenas da pseudo-liberdade de uma criança no parquinho, uma cujo bem-estar material, identidade e status social sejam providos pelos pais, quer ela aja responsavelmente ou não, utilmente ou não, cooperativamente ou não. O homem bem socializado não pode construir sua própria vida ou seu próprio ego através das escolhas limitadas que ele faz ou das conseqüências limitadas que ele assume. Ele recebe passivamente do governo o que não precisa buscar ativamente através de sua própria iniciativa e cooperação com os outros. É esta rendição da autonomia, iniciativa, atividade e identidade adulta que, por fim, conecta o homem-criança socializado à saia do Estado maternal. É intrínseco à condição humana que a competência genuína seja atingida apenas através de um esforço ativo diante das dificuldades do mundo real, e não da dependência passiva do Estado-babá. Sob o coletivismo, a "autonomia" dada ao cidadão através dos subsídios do governo é uma pseudo-autonomia. É uma existência infantil que avilta o beneficiário ao mesmo tempo em que engrandece o Estado. Num mundo tão gerenciado pelo governo, o indivíduo não pode escrever a história de sua vida através da livre escolha e suas conseqüências, porque os escritores do Estado já preparam o enredo principal. Atuar num papel pré-determinado não é viver em liberdade.

Esta situação tem implicações profundas para o jovem que deixa a adolescência e entra no mundo adulto. Sob o credo do esquerdismo moderno, ele não é chamado à maturidade, mas em vez disso é convidado a começar uma segunda infância. Como uma criança a brincar, ele recebe a promessa de segurança econômica, social e política sem ter que assumir a responsabilidade por si mesmo. A agenda esquerdista requer que ele permaneça num ambiente artificial – a creche do Estado grandioso – onde ele não precisa se tornar um adulto,

nem assumir responsabilidade por seu bem-estar ou cooperar com os outros para conquistar o que o Estado lhe dará em troca de nada. Mas esse relacionamento regressivo é uma barganha faustiana entre cidadão e governo, que invalida o direito do jovem adulto de viver como bem quiser, de aceitar as conseqüências de suas ações e aprender com elas, de decidir a natureza de seus relacionamentos com o mundo de acordo com suas ambições e habilidades, e de respeitar as regras consagradas pelo tempo e essenciais à ordem social. A tarefa justa do Estado de criar as condições políticas essenciais à liberdade ordenada é violada nessa barganha. A arquitetura da liberdade responsável é sacrificada na determinação do esquerdismo moderno de recrutar todas as pessoas para o grande coletivo socialista, um grande corpo de servos, súditos e pais substitutos sob a regência do governo esquerdista.

CAPÍTULO 36

IDADE ADULTA JOVEM E IDADE ADULTA MADURA

Qualquer que tenha sido sua preparação, chegou o tempo para que o jovem adulto construa seu próprio caminho no mundo; ele pode adiar ou protelar na proteção de seu lar, ou nos saguões de sua alma mater *onde as tempestades do mundo são filtradas e refinadas, mas não há como demorar-se muito sem um compromisso e a direção que este provê. A escolha de uma ocupação e a escolha de um companheiro são as decisões que o iniciam em seu caminho.*

— Theodore Lidz

A natureza e o propósito da vida adulta

Este capítulo e o próximo irão investigar alguns assuntos importantes para o início e meio da idade adulta e explorar sua relevância na vida em uma sociedade de liberdade ordenada. A discussão aqui será relativamente breve, pois as seções anteriores já revisaram diversos tópicos de uma perspectiva implicitamente adulta. Antes de prosseguir, no entanto, será útil relembrar mais uma vez o propósito geral do desenvolvimento humano ao longo dos 20 primeiros anos de vida. Esse propósito surge inevitavelmente da natureza biológica do homem: as transformações da infância têm como objetivo atingir as capacidades físicas e mentais necessárias à sobrevivência como indivíduo adulto e para a reprodução como espécie. No mínimo, o adulto fisicamente competente deve adquirir as habilidades instrumentais

essenciais à vida diária, junto com as habilidades parentais para criar filhos. Esses empreendimentos requerem esforços individuais e cooperativos, refletindo, como sempre, o caráter bipolar do homem.

Dadas essas observações, uma definição razoável da vida adulta assume, primeiramente, que os processos normais de maturação física para níveis adultos de altura, peso, força, capacidade sexual etc., e o nível biologicamente determinado de inteligência de alguém estão essencialmente completos; e segundo, que as capacidades tanto para a ação autônoma como para a cooperativa foram adquiridas em níveis efetivos. Afirmada nesses termos, a vida adulta competente implica na vontade e habilidade para:

- Terminar as dependências parentais da infância e atingir a auto-suficiência econômica e social no mundo adulto.
- Desenvolver um relacionamento de reciprocidade e igualdade com os pais.
- Atingir uma concepção adulta do ego e dos outros.
- Experimentar intimidade sexual e emocional num relacionamento de comprometimento.
- Tornar-se pai ou mãe (ou contribuir para a criação dos filhos de outros).
- Encontrar ou dar continuidade a amizades estáveis fora da família natal.
- Aprender a jogar numa maneira consistente com as obrigações da vida adulta.
- Alcançar uma identidade de trabalho adulto viável e gratificante ao escolher livremente entre as oportunidades de um livre mercado de ocupações.
- Estabelecer uma interdependência econômica e social com os outros por consentimento mútuo num livre mercado de bens, serviços e relacionamentos (nota de rodapé: modificado de Lidz 1968 e Colarusso 2000).

Essas capacidades aplicam-se tanto a homens como a mulheres. Donas de casa e/ou mães que não se sustentam diretamente através de um emprego remunerado, mas contribuam substancialmente na divisão do trabalho dentro de um casamento, família ou parceria, também se qualificariam como adultos sob esse critério. Adultos que vivem sozinhos podem atingir o status da vida adulta sem a presença da intimidade, através de uma atitude responsável, de amizades mutuamente gratificantes ou de contribuições em forma de trabalho ou outras atividades para os recursos econômicos e recreativos de sua comunidade – como um professor sem filhos, por exemplo.

Note que os dois últimos itens desta lista referem-se à auto-suficiência econômica e social e à interdependência com outros através do exercício da livre escolha e do consentimento mútuo. Essas conquistas enfatizam, por sua vez, um conjunto de ideais que abrange tanto a liberdade individual como a cooperação social. Como já foi dito em seções anteriores, eles podem ser listados como capacidades para:

- Respeitar a soberania de outros indivíduos e o valor das vidas individuais.
- Valorizar a liberdade de escolha e cooperação como elementos definidores da condição humana.
- Honrar a não relatividade do núcleo de valores éticos e morais como essencial à segurança e felicidade na vida em comunidade.
- Reconhecer o direito a ser deixado sozinho como fundamento da liberdade individual.
- Honrar as obrigações de promessas, contratos, posse e direitos de propriedade.
- Relacionar-se com os outros com honestidade e integridade.
- Relacionar-se com os outros com decência, cortesia, civilidade e atenção.
- Ter um comportamento de cuidado e ternura para com as crianças e simpatia pelos doentes crônicos e pelos desfavorecidos.

A sociedade adulta

Estas são virtudes de caráter individuais. Sua importância para uma sociedade livre e pacífica já foi exposta e o será ainda mais à frente. Mas o caráter da sociedade em si também importa; não é suficiente que os cidadãos tentem alcançar essas virtudes adultas numa cultura que não as valorize. Para que pessoas competentes tenham uma vida de liberdade ordenada, a sociedade em que elas vivem deve também ter atingido um grau de "adulticidade": suas instituições principais devem ser fundamentadas sobre uma apreciação racional da condição humana e da natureza bipolar do homem. A sociedade adulta deve fomentar entre outras coisas a auto-confiança, e não a dependência do governo; a auto-direção lícita, e não o direcionamento pelo governo; o realismo moral, e não a indulgência moral; e o individualismo cooperativo, e não o coletivismo coercivo. Para qualificar-se como um ambiente validador para o indivíduo que chegou à idade adulta autêntica, um "Estado adulto" suportará a evolução dos livres mercados, instalará as proteções legais necessárias para sustentá-los, e estabelecerá a infraestrutura de valores morais e proteções legais que permita que os processos econômicos, sociais e políticos sejam conduzidos por consensos válidos em vez de por força. As capacidades do indivíduo adulto para uma vida de liberdade ordenada devem complementar – e ser complementadas – as instituições que asseguram as condições necessárias àquela liberdade.

Redefinição do ego

Esses ideais, valores e virtudes têm implicações para o desenvolvimento contínuo da identidade. No início da idade adulta o ego é rapidamente expandido através de empreendimentos educacionais e ocupacionais e de relacionamentos sexuais e emocionais mais profundos e duradouros. Esta redefinição dá um grande impulso ao processo de individuação iniciado no segundo e terceiro anos de vida e acelerado dramaticamente nas transformações da adolescência. No início da vida adulta, o casamento conecta a sexualidade e a sensualidade à intimidade emocional; atende as necessidades de conexão, dependência e companhia; aprofunda a experiência do relacionamento por auto-revelação mútua; e desafia a habilidade da

pessoa de cooperar nos conflitos da vida matrimonial. O casamento exige uma variação específica da capacidade humana de amar: a habilidade de valorizar outra pessoa profundamente numa união sexual duradoura, e ao mesmo tempo comprometer-se com sua segurança, bem-estar e realização pessoal. O casamento é um exemplo claro da mutualidade da cooperação social, pois divide e combina, voluntariamente, tarefas diárias como garantir sustento, manter a casa e relacionar-se com os outros.

Casar-se e ter filhos preenche um vazio emocional e relacional deixado pela separação da família de origem, mas há um preço a se pagar: a união do casamento desafia todos os que o tentam nas dimensões mental, emocional, física, sexual, intelectual e relacional de sua natureza humana, e nos domínios econômico, social, político e espiritual de suas vidas. Se a capacidade para o casamento representa um alto nível de desenvolvimento pessoal, isto é somente porque o casamento é também a mais desafiadora de todas as instituições sociais.

Tanto o casamento como o trabalho reexaminam as conquistas anteriores de confiança, esperança, ação, autonomia, vontade, iniciativa, propósito, atividade, competência, identidade e fidelidade. São essenciais ao convívio diário: capacidades aprimoradas para a resolução de conflitos sobre objetivos ocupacionais e relacionais, a supressão de impulsos agressivos que surgem em disputas no lar e no trabalho, e a coordenação do uso de propriedades possuídas ou utilizadas em conjunto. Exercitar as divisões e combinações mutuamente aceitáveis de trabalho no emprego, no casamento e nas relações sociais é algo que desafia a habilidade do jovem adulto de transigir e fazer acordos. Assumir a responsabilidade financeira por alguém se torna um grande desafio quando se é sozinho, e ele é ainda maior quando se adiciona um cônjuge e crianças ao fardo. Reescrito em termos mais *eriksonianos*, a idade adulta reativa os desenvolvimentos anteriores do ego no tocante a:

- Confiança básica conforme expressa na habilidade de manter o otimismo, a segurança e a satisfação nos mundos do trabalho, casamento, criação os filhos e amizade, em oposição à desconfiança persistente, ao pessimismo, à inveja e à depressão.

- A autonomia conforme expressa na habilidade de alguém de dirigir a própria vida escolhendo livremente entre alternativas reais que incluem comprometimentos abrangentes para com o cônjuge, os filhos e o trabalho; do interesse pessoal perseguido através de uma auto-afirmação racional e sem a teimosia, provocação, vergonha ou dúvida indevidos; de saber ceder sem ressentimentos ou humilhações.
- Uma atitude de boa vontade refletida na acomodação, cooperação, reciprocidade e coordenação de interesses em oposição a uma atitude de má vontade refletida em exigências, manipulações ou na indiferença.
- Reconhecimento e respeito pela soberania dos outros em oposição ao egocentrismo, à exploração e à dominação sobre os outros.
- Iniciativa dirigida para os bons propósitos no local de trabalho, no lar e na comunidade: a habilidade de lidar com a competição e a rivalidade sem hostilidade, inveja, ciúme ou culpa.
- Esforços ativos aplicados através de habilidades sociais e instrumentais às tarefas do trabalho, casamento e comunidade versus apatia, desconexão, isolamento social ou inferioridade no ego ou nas habilidades de alguém.
- Um senso de identidade como pessoa basicamente valorosa e amável; como agente livre, legítimo, efetivo, recíproco, cooperativo e com propósitos, com orgulho de si mesmo e entusiasmo pela vida, em oposição à confusão sobre a própria natureza, valor, amabilidade, objetivos, habilidades, gênero e apetite sexual, ou confusão sobre as realidades do status racial, étnico, econômico, social e político de alguém.
- Amor emocionalmente íntimo e sexual por um parceiro exclusivo, e uma auto-confiança e identidade ocupacional crescentes através do comprometimento com o trabalho produtivo; estabelecer amizades adultas que conectem os valores pessoais de alguém àqueles da sociedade através da experiência compartilhada.

Identidade e comprometimento

No comprometimento amoroso do casamento, ocorre uma fusão parcial dos egos, que altera as fronteiras psicológicas de cada um dos parceiros, desafiando o egocentrismo, e modificando de forma única a soberania de cada ego. As fronteiras do ego são expandidas para incluir o cônjuge e suas posses, obrigações e ambições. Na união do casamento um novo ego parcial é adquirido na pessoa do outro. O ego é redefinido em termos de um "nós" abrangente, muito além do familiar "eu". A chegada dos filhos estende esse processo de redefinição ainda mais, transformando cônjuges em pais e o casamento em família (Lidz 1968). O "nós" é alargado para envolver a prole numa entidade nova e mais complexa, e o "pelo que e por quem" alguém está disposto a viver e morrer. Mas essa expansão do ego e seu novo mundo também requer uma alteração complementar dos interesses do ego pré-nupcial: um casamento viável requer que ao menos um pouco das atividades antigas sejam limitadas ou renunciadas em conjunto para fornecer o tempo e energia necessários aos novos interesses compatíveis com uma vida compartilhada. Alguns desses novos interesses engajam também a comunidade: o adulto recém-chegado é agora um vizinho, cidadão, consumidor, pagador de impostos e eleitor adulto, e se torna automaticamente um membro de uma classe socioeconômica, por mais mal definida que essa categoria possa ser. Ele também pode ser um membro de uma organização religiosa, gastar tempo em atividades de caridade, ou tornar-se ativo no governo local.

O adulto e o governo

Com sua graduação no mundo do trabalho, casamento e na comunidade, o recém-adulto começa um encontro com a sociedade muito mais direto do que qualquer outro que jamais tenha vivido. Tendo deixado para trás as proteções fornecidas por pais, escola, vizinhança e cidade natal, ele se relacionará agora com as realidades econômica, social e política da vida numa maneira mais direta, mais pessoal e mais relevadora para o futuro do que suas experiências em anos anteriores. Se ele estiver vivendo longe de sua família pela primeira vez, o despertar do jovem para o mundo adulto tem tudo para ser

emocionante, dada sua liberdade de se relacionar com novas pessoas e novos valores, e de explorar novos estilos de vida sem o escrutínio dos pais. Sair de casa para fazer faculdade ou arrumar um emprego é uma oportunidade deste tipo.

Mas conseguir um emprego ou, mais precisamente, garantir uma renda é um evento especial na vida do jovem em pelo menos mais dois aspectos. Em primeiro lugar, ao conquistar um emprego que a remunere, a criança anteriormente dependente torna-se agora uma pessoa que se sustenta sozinha, e essa mudança solidifica fortemente seu status como adulta. Em segundo lugar, o mero fato de surgir uma renda atrai rapidamente a atenção do governo para o cidadão até então anônimo, e seu interesse sobre o mesmo sinaliza um relacionamento novo, distinto e distintamente permanente em sua vida, que terá grandes implicações em sua identidade. Em seus anos anteriores – a maioria sem emprego, quando era um estudante –, o jovem costuma entender o governo apenas vagamente e à distância – como algo que estudou em suas aulas ou que foi mencionado nas notícias. Mesmo com o direito de votar aos 18 anos, o adolescente médio não leva a sério a realidade do governo e não se sente muito afetado pelo mesmo, a não ser que seja recrutado para o serviço militar. Mais ainda, o conceito de autoridade da criança tipicamente atribui poder aos pais ou professores ou à polícia e juízes locais, e não aos oficiais do governo.

Uma vez empregado e recebendo renda, no entanto, um jovem adulto torna-se diretamente familiarizado com o poder e o alcance do governo em todos os níveis, mais notadamente com seu poder de taxar, regular e licenciar, e menos diretamente com seu poder de prender e violentar. O jovem cidadão aprende que pode fazer certas coisas apenas com a permissão do governo, que deve fazer algumas coisas e não pode fazer outras de acordo com as leis federais e estaduais, que ele pode ser preso e multado ou encarcerado se deixar de obedecer aos regulamentos do governo, e que uma porção substancial do que ele receber ou herdar pode lhe ser tomada permanentemente. O novo adulto empregado é assim confrontado com um novo relacionamento. O novo relacionamento é um casamento forçado e permanente com o Estado. E o novo cônjuge é exigente, autoritário, geralmente insensato e muito custoso.

Idade adulta madura

No conjunto, os comprometimentos da idade adulta com o trabalho, casamento, família e comunidade redefinem o indivíduo ao testarem os 20 anos anteriores de preparação para a maturidade. Se a preparação tiver sido adequada, esta redefinição constitui uma terceira individuação no ciclo de vida: a transição para a idade adulta altera para sempre a identidade de alguém, primeiro com o trabalho e o cônjuge, e novamente com os filhos, e mais uma vez com uma afiliação por toda a vida com a sociedade do homem. Se a transição ocorrer suficientemente bem, esses anos também oferecem oportunidades para a auto-transcendência – para o comprometimento com pessoas, princípios ou causas além das preocupações centradas na pessoa – e mais um passo em direção à maturidade. Mas o fracasso em completar as mais básicas dessas transformações, aquelas envolvendo a intimidade e o trabalho, ameaça o indivíduo com uma desconexão social de longo prazo: os resultados potencialmente trágicos do isolamento, auto-absorção e estagnação que Erikson descreveu tão pungentemente.

Esses estados desafortunados impedem não somente a conquista da intimidade, como também a emergência da geratividade, um comprometimento semelhante ao de um pai para com o bem-estar da comunidade, e especialmente para com a geração atual de pais e suas crianças para a próxima geração. Como uma conquista do desenvolvimento baseada no instinto humano de cuidar, a geratividade é uma expressão do altruísmo da meia idade – uma forma de interesse social, para usar o termo de Alfred Adler – que procura fazer o mundo um lugar melhor para a geração presente e as futuras. Em seu núcleo, para Erikson, está uma virtude crítica: uma capacidade de cuidar que define ainda mais o indivíduo, agora como membro da comunidade em que é tanto benfeitor como beneficiário. No contexto do presente trabalho, a conquista da geratividade completa o crescimento do indivíduo para a idade madura, se não for bloqueado por uma patologia anterior.

Para completar os desafios deste estágio, o recém-adulto deve engajar-se com o mundo em várias frentes. Se ele quiser se tornar um humano completo de acordo com o que sua natureza lhe permite, então ele poderá estabelecer uma identidade ocupacional baseada no trabalho produtivo, comprometer-se com outra pessoa num

relacionamento sexual e emocionalmente íntimo, realizar seu destino biológico ao ter e criar filhos, e contribuir positivamente para a vida de sua comunidade. Com o sucesso nesses esforços vêm ao menos quatro novas virtudes individuais: as habilidades de tomar conta de alguém responsavelmente, de amar outra pessoa intimamente, de devotar-se aos filhos, e de se preocupar suficientemente com a comunidade a ponto de torná-la melhor – por mais modestos que possam ser esses esforços. Nesses empreendimentos o ego é individualizado ainda mais, redefinido em seus relacionamentos consigo e com o mundo, e mais focado em propósitos bons: preservar e aprimorar a vida já presente e criar e ajudar a criar a nova vida.

A relevância de cada um desses desenvolvimentos para a liberdade e ordem social deveria ser clara. As tarefas pelas quais um jovem adulto é levado a se definir como pessoa também acabam sendo aquelas que sustentam os mundos econômico, social e político em que ele vive. O trabalho produtivo numa ocupação escolhida adiciona riqueza material à sociedade. O comprometimento com outra pessoa no casamento cria o fundamento para uma família, a mais importante das instituições sociais e a única de eficiência comprovada na criação de crianças. A devoção ao cuidado dos filhos aumenta a probabilidade de que eles cresçam como adultos competentes. Atividades produtivas que tenham sido escolhidas livremente reforçam atitudes de boa vontade, preocupação caridosa e moralidade saudável, essenciais à liberdade ordenada. Mas as conquistas que exprimem a maturidade no indivíduo e contribuem tão criticamente para a saúde de sua comunidade devem ser reforçadas pelo caráter geral da sociedade em que ele vive. Os interesses racionais de longo prazo de ambos são claramente congruentes, o que nos leva a observar mais uma vez que cidadão e sociedade estão constantemente interagindo e se influenciando reciprocamente. As ações de cada um refletem os valores que os guiam. Se o cidadão insistir numa vida de liberdade através da auto-confiança e cooperação, ele resistirá ao convite do Estado de se tornar sua criança. Se ele ansiar pelo regresso em seu medo da liberdade e crendo nas promessas ilusórias do coletivismo, a agenda esquerdista o acomodará. No final, a natureza do governo reflete a vontade das pessoas, sua sanidade ou sua loucura.

CAPÍTULO 37

LIBERDADE E FAMÍLIA

A família é uma sociedade limitada em números, mas não obstante uma sociedade verdadeira, anterior a todo Estado ou nação, com direitos e deveres próprios, totalmente independente da comunidade.

— Papa Leão XIII

Uma definição de família

Além de seu significado mais trivial, a idéia de família como instituição social pode ser definida por suas funções. Uma definição típica deste tipo, modificada a partir de um dicionário de sociologia, diz que uma família nuclear consistindo de pais e de filhos biológicos ou adotados deve:

- Gerar, proteger e socializar o jovem.
- Regular o comportamento sexual, agressivo, dependente e aquisitivo.
- Agir como um foco majoritário do trabalho produtivo.
- Prover conforto emocional, apoio e refúgio para seus membros.
- Servir como uma fonte de referência para certos tipos de *status*, tais como etnia, cultura e raça.

Essas funções parecem ser praticamente universais entre as culturas, sociedades e períodos históricos.

Um ótimo texto sobre crianças descreve a família de um ponto de vista levemente diferente:

> As famílias tornam os humanos, *humanos*. A dotação genética e os fatores de amadurecimento predispõem fortemente aos relacionamentos e intimidades que atraem o bebê à raça humana, uma interação por vez. Mas é a família, em todas as suas permutas, que em última análise abraça a promessa de amadurecimento da criança, e através de forças poderosas, recíprocas e interativas, converte tecidos, sinapses e instintos em desenvolvimento humano. (Pruett 2002)

Mas ainda outra perspectiva sobre as funções da família pode ser encontrada em padrões legais para avaliações em disputas de custódia infantil. O padrão em vigência nesses casos é a doutrina dos "Melhores Interesses da Criança". As orientações estatutárias para a avaliação desses interesses assumem tipicamente que um pai competente tratará seus filhos com amor, afeição, orientação, empatia e instrução moral e religiosa, num ambiente fisicamente seguro e emocionalmente estável, e também lhes proverá proteção física, cuidado com a saúde, bem-estar material e oportunidades de relacionamento. A importância especial da conexão da criança com cada um de seus cuidadores é também enfatizada nessas orientações, que exigem que cada um dos pais na disputa da custódia fomente a ligação da criança com o outro, em vez de degradá-la ou obstrui-la.

Cada uma dessas concepções enfatiza o impacto direto da família no desenvolvimento pessoal da criança, e o produto final desejado é um adulto completamente funcional. Como já foi notado, no entanto, um exame da família e de suas funções num contexto mais amplo revela sua importância central para as instituições econômicas, sociais e políticas da sociedade, incluindo seu papel na transmissão dos valores que sustentam essas instituições. A observação comum confirma que é a experiência da criança com seus pais ou responsáveis que a prepara ou que falha em prepará-la para a vida como adulto livre e responsável, que seja genuinamente autônomo e auto-confiante em um pólo de seu ego bipolar, e apto a cooperar voluntariamente e com

integridade no outro. O crescimento deste tipo ocorre com mais freqüência numa família que seja fortemente funcional em certos aspectos. Alguns destes já foram mencionados. Uma lista mais abrangente está à disposição nos parágrafos abaixo. Cada parágrafo numerado descreve funções realizadas por uma família altamente capaz, comprometida com a criação dos filhos, os quais se tornam tanto autônomos como recíprocos quando atingem o início da idade adulta. Uma família desse tipo realizará ao menos as seguintes funções:

1. Supervisionar os impulsos instintivos básicos da criança e de outros membros da família para garantir que os comportamentos influenciados por impulsos sexuais e agressivos, necessidades de dependência e de segurança, esforços narcisistas, desejos aquisitivos, instintos de desamparo, e necessidades de relacionamento permaneçam dentro de limites legal, moral e socialmente aceitáveis.

2. Ensinar e modelar os padrões de conduta correta e as proibições da consciência como fundamentos para as virtudes do caráter tais como auto-confiança, auto-determinação, reciprocidade e cooperação.

3. Servir como unidade regenerativa primária da sociedade ao transmitir valores culturais essenciais à estabilidade econômica, social e política.

4. Facilitar o desenvolvimento da confiança básica, esperança, autonomia, vontade, iniciativa, propósito, atividade, competência, cooperação, fidelidade, intimidade, reconhecimento, amor, cuidado, simpatia, reciprocidade, amizade, tolerância, lealdade e perdão.

5. Familiarizar a criança com a natureza dos processos econômicos numa sociedade livre e com um entendimento de senso comum da posse, propriedade e transferência de propriedade; a natureza e as obrigações dos contratos; os mecanismos básicos de produção e troca de bens e serviços; a necessidade de restituição e compensação; e os fatos elementares da escassez, oferta, demanda e preço.

6. Ensinar e modelar os ideais de eqüidade (p. ex., honestidade, imparcialidade) e justiça (conforme definida por certos direitos) no relacionamento com os outros, honrar acordos, e administrar recompensas e punições com base no mérito ou merecimento.

7. Ensinar mecanismos de enfrentamento para se lidar com o sofrimento físico e com a dor emocional advinda de medo, insegurança, privação, perda, solidão, negligência, injustiça, competição, inveja, ciúme e crueldade.

8. Ensinar e modelar o modo de se viver numa sociedade livre e quitar as obrigações e responsabilidades ligadas à liberdade, o que inclui evitar danos negligentes a outros; como lidar com autoridades como a polícia e os órgãos do governo; como gerenciar conflitos dentro e fora da família; como negociar e ceder; e como responder a demandas razoáveis e não razoáveis de outros.

9. Ensinar e modelar o modo de se pensar racionalmente: compreender a realidade objetiva; proteger a vida, a segurança e o bem-estar de alguém; facilitar a conquista de objetivos razoáveis; atender aos padrões da boa consciência; e evitar o conflito com as regras de convivência razoáveis da sociedade. (Maultsby)

10. Ensinar e modelar o respeito à privacidade e a confidencialidade, como manter confidências, e o direito a ser deixado sozinho.

11. Estabelecer um casamento frutífero e íntimo como fundamento da família e apoiar o ideal da família como sistema relativamente autônomo e racionalmente econômico, social e político, baseado nas conexões amorosas e nas dinâmicas da autoridade, dos direitos, do poder e da obrigação, tudo administrado para a segurança, bem-estar e crescimento de seus membros.

12. Estabelecer uma liderança clara dos pais, fronteiras claras entre as gerações de dentro da família e entre a família e a comunidade, um clima emocional geralmente positivo em casa, linguagem e comportamentos comunicativos, e um espírito de devoção para com a criação e cuidado das crianças.[17]

13. Servir como um microcosmo da sociedade como um todo, no qual a família constitui uma instituição social em miniatura, engajada em empreendimentos econômicos, sociais e políticos, e governada por decisões familiares executivas, legislativas e judiciárias.

14. Estabelecer-se como ponto de referência primário para o senso

17 Modificado de Pruett no texto de Lewis.

de identidade pessoal, significância e valor por pertencimento de cada membro, primeiramente na conexão primária à mãe, depois ao pai e irmãos, e aos outros da família estendida, com elementos adicionais de identidade surgindo de conexões com o lar familiar, a vizinhança, a escola, a comunidade e a nação, e de afiliações raciais, culturais, étnicas e religiosas.

15. Fornecer um repositório de amor, afeição, interesse, companhia e refúgio das preocupações da vida, a cuidar de todos os membros da família e especialmente dos idosos, doentes e deficientes.

16. Ensinar o cuidado e a preservação do ambiente físico da casa e estender essa atitude aos ambientes da vizinhança, cidade, nação e planeta, com o reconhecimento da "mãe Terra" como fonte última da vida humana e uma atitude gerativa para com seu bem-estar.

17. Dar continuidade ao nome da família e um senso de imortalidade pessoal através da continuação das memórias e linhagens familiares em gerações sucessivas e transferir as propriedades e outros bens por herança para a segurança material de seus membros.

18. Validar a espiritualidade inata da criança e sua curiosidade para com os mistérios da vida, morte e existência; introduzir o papel da espiritualidade no enfrentamento dos desafios da vida e da morte; e fornecer uma educação religiosa/espiritual que apóie as virtudes do caráter essenciais à liberdade ordenada.

A família competente

Refletindo sua interação com a sociedade na qual está inserida, essas funções definem a família como uma instituição social complexa cujo propósito primário é criar crianças para a competência. Embora criem demandas sobre todos os membros da família, essas funções podem ser alcançadas por pais que sejam livres de psicopatologias sérias, que reverenciem os ideais da liberdade ordenada e que vivam numa cultura que valide seus esforços. Tais famílias contribuem positivamente para a comunidade ao agir em acordo com ideais superiores e ao criar crianças que se relacionam com os outros por consentimento mútuo, que assumem responsabilidades por si mesmas e por seus atos.

Quando esse nível de função está presente e a maturidade adulta foi atingida, é razoável falar da família competente como um complemento para o ideal de um adulto competente. Quando inserida numa sociedade comprometida com a liberdade e a cooperação, uma família competente funciona nos níveis listados acima, criando seus filhos para a autonomia, responsabilidade, cooperação e altruísmo. Note que o adulto competente e a família competente têm uma reciprocidade óbvia entre si: famílias competentes são mais bem equipadas para produzir adultos competentes, enquanto adultos competentes são mais bem preparados para criar mais uma geração de famílias competentes.

Mas esse argumento pode levar a mais um passo lógico: dadas as observações anteriores sobre as influências recíprocas entre indivíduos e famílias, de um lado, e a sociedade em que estão inseridos, do outro, faz sentido também falar de uma sociedade competente, uma que suporte os esforços de famílias competentes em criar adultos competentes, validando as virtudes de ambos. Nesta concepção, o indivíduo competente permanece a unidade econômica, social e política primária; a família competente continua a ser a instituição civilizatória e socializante primária; e a sociedade competente fornece a estrutura abrangente da liberdade ordenada. A tradição do individualismo ocidental, nota-se, está claramente viva e bem nesta concepção, e compõe o seu núcleo.

CAPÍTULO 38

FUNÇÕES DA FAMÍLIA E A AGENDA ESQUERDISTA

A família é o fascismo americano.

— Paul Goodman

O ataque esquerdista à família

A filosofia do coletivismo no núcleo da agenda esquerdista diminui não somente o indivíduo como ator central no relacionamento humano, mas também a família nuclear como instituição socializante primária da sociedade. Os seguintes comentários descreverão um pouco do ataque contemporâneo da agenda sobre a família, usando a lista de funções da família madura, do capítulo anterior, como linha base. Os parágrafos numerados abaixo correspondem aos parágrafos numerados naquela lista. Cada parágrafo abaixo começa com uma sentença resumo do texto padrão; seguem em itálico e entre colchetes os argumentos esquerdistas selecionados. Lembre-se de que a lista do capítulo anterior afirma que a família altamente capaz:

1. Garante que os comportamentos da criança permaneçam dentro de limites moral e socialmente aceitáveis ao conter seus impulsos instintivos. *[Orientações para comportamentos moral e socialmente aceitáveis são construções arbitrárias e devem ser revisadas pela ciência social. As tradições judaico-cristãs, por exemplo, são o produto de um*

acidente histórico e não têm validade particular. Não existe uma base objetiva sobre a qual se possa decidir quais regras de comportamento devem governar uma sociedade, exceto que devem se basear nas idéias de esquerda e que devem respeitar a relatividade e diversidade cultural. As orientações para o relacionamento interpessoal devem ser ensinadas nas escolas públicas, as quais devem assumir grande parte das funções de criação da criança anteriormente atribuídas à família. Além disso, as contenções tradicionais aos impulsos instintivos, como a repressão sexual, foram excessivas e tiveram efeitos deletérios. As famílias tradicionais foram sexualmente repressivas. A revolução sexual libertou as pessoas, especialmente as mulheres, da inibição excessiva na expressão sexual. Ademais, os esforços básicos para a dependência e a segurança material que são freqüentemente problemáticos na família não precisam ser um problema quando gerenciados pelo Estado, porque o Estado pode suprir os instintos de criação humanos e garantir a segurança material para o bem de todos. Dar espaço para os esforços narcisistas é também saudável, pois permite a expressão pessoal, o auto-realização e a criatividade. As necessidades de relacionamento com os outros em buscas construtivas são melhor facilitadas pelos programas do Estado baseados na fraternidade da humanidade, e não em padrões fundamentais aprendidos na família.]

2. Garante que suas crianças aprendam os padrões de conduta correta e boa consciência como fundamentos para a auto-confiança e cooperação. *[Ensinar a auto-confiança promove egoísmo, ganância, maldade e indiferença para com os pobres, ignorantes, doentes e oprimidos. As atividades privadas de caridade das famílias tradicionais e instituições relacionadas, tais como a igreja, são lamentavelmente inadequadas às necessidades da sociedade. A cooperação ensinada pelas famílias em sociedades capitalistas foi baseada em motivos econômicos tais como a troca ou o lucro em vez da simpatia pelos necessitados. A mutualidade autêntica vem de um sentimento de pertencimento, não à família tradicional, mas à irmandade humana, ao coletivo do qual o Estado é o representante maior.]*

3. Serve como unidade regenerativa primária da sociedade ao transmitir valores culturais a seus filhos. *[Os valores culturais tradicionais ensinados pelos pais orientados à tradição resultam na exploração das*

massas pelos ricos e poderosos, e não devem ser transmitidos de geração a geração pela família. Em vez disso, a cultura deve ser reinventada de acordo com as idéias dos cientistas sociais contemporâneos e outros membros da elite intelectual de esquerda. Ao rejeitar as noções individualistas de pessoa, família e sociedade, e ao usar conceitos sociais modernos, esses pensadores conseguem criar planos através dos quais as políticas do governo podem superar os descontentamentos da sociedade, para o bem de todos.]

4. Ajuda a criança a alcançar certos valores e virtudes a serviço da liberdade ordenada. *[A família deve educar a criança nos valores e virtudes que servem aos objetivos coletivistas. Assim, é bom ser simpático, empático, compassivo, cuidadoso, leniente, não condenatório, tolerante à falha e fiel ao Estado, mas não é bom ser moralmente rígido, insistente na integridade e competência, e comprometido a responsabilizar os adultos por suas ações. Iniciativa e atividade também são virtudes se contribuírem para os objetivos coletivistas e não para a busca do próprio interesse.]*

5. Familiariza a criança com a natureza dos processos econômicos numa sociedade livre e com um senso comum de compreensão da propriedade e dos direitos de contrato, e dos mecanismos básicos da produção, troca e consumo. *[A família deve deixar o ensino desses assuntos para as escolas e para a mídia, os quais educarão os cidadãos sobre a posse do governo ou a regulação da propriedade, trabalho e capital; o gerenciamento de recursos, produção e distribuição pelo governo; o controle do governo sobre oferta, demanda e preço; e a socialização da educação, transporte, comunicação, moradia e saúde.]*

6. Ensina a eqüidade e a justiça. *[A família tradicional fracassa ao ensinar os princípios da justiça social e da eqüidade conforme aplicáveis aos pobres, doentes, ignorantes e necessitados da população. As idéias tradicionais de eqüidade omitem os princípios de igualdade que pedem uma redistribuição de bens econômicos, status social e poder político. As escolas públicas e outras instituições sociais influenciadas pelo governo, e não pelas famílias, devem assumir a responsabilidade primária por ensinar às crianças o que é reto e justo.]*

7. Ensina mecanismos de enfrentamento para lidar com os sofrimentos inevitáveis da vida. *[Como a maioria dos aspectos da vida,*

enfrentar o sofrimento individual deve ser algo tão socializado quanto possível e não deve depender dos ensinos em família. As políticas do governo podem e devem remediar certas condições econômicas, sociais e políticas que são as causas-raízes do sofrimento. Políticas esquerdistas iluminadas podem erradicar a pobreza, a ignorância, a falta de saúde e outras formas de injustiça social que levem a dores mentais e físicas. Políticas baseadas na justiça igualitária distributiva e numa filosofia de fraternidade, por exemplo, podem eliminar as condições que causam medo, insegurança, inveja, ciúme, desamparo, ignorância e isolamento. O entendimento deste tipo não pode ser ensinado pela família.]

8. Ensina às crianças que a liberdade implica em certas responsabilidades, bem como em certas habilidades de relacionamento com os outros e de gerenciamento das dificuldades da vida. *[As crianças devem ser ensinadas na escola e através de outros canais públicos que o bem-estar de todos os cidadãos implica em certas responsabilidades que são mais bem dissipadas através de programas do governo. A responsabilidade primária do cidadão é para com o Estado e aqueles designados como necessitados. A maioria das dificuldades deve ser resolvida apelando-se aos princípios coletivistas, não aos princípios baseados na tomada individual de decisões, nos direitos de propriedade, nos direitos de contrato e na justiça procedimental. Gerenciar as dificuldades da vida é um empreendimento coletivo.]*

9. Ensina as crianças a pensar racional e realisticamente sobre a realidade objetiva. *[O que a maioria das pessoas chama de realidade objetiva é uma construção social baseada nas hierarquias do poder capitalista e na hegemonia da raça dominante. A segurança e o bem-estar pessoais são grandemente o resultado de condições societais externas ao indivíduo e à família e além de sua compreensão ou responsabilidade. O pensamento verdadeiramente racional honra a fraternidade universal do relacionamento humano, a obrigação de todos para com todos, e a necessidade da supervisão extensiva do governo para assegurar a justiça social.]*

10. Ensina as crianças a respeitarem a privacidade, a confidencialidade e o direito de ser deixado sozinho. *[Embora haja direitos à privacidade que tornem o aborto legal, as famílias devem entender que*

certos direitos à privacidade e confidencialidade são excessivamente individuais e por isso devem ser ignorados pelo Estado para o bem coletivo. As reivindicações antigas do direito de ser deixado sozinho na propriedade de uma pessoa, por exemplo, devem dar preferência à tarefa do Estado de promover o bem-estar geral. O bem-estar da população como um todo também justifica a intromissão do Estado na família, como no caso em que autoriza uma garota adolescente a fazer um aborto sem avisar seus pais.]

11. Estabelece um casamento estável como fundamento da família e a família como sistema de tomada de decisões relativamente autônomo e racional dedicado ao bem-estar de seus membros. *[Não há nada de sagrado sobre o casamento ou a família tradicional, e não é necessária nenhuma entidade para criar as crianças. Aproximadamente metade dos casamentos fracassa, e aqueles que não fracassam criam crianças e famílias infelizes. Arranjos alternativos para que adultos e crianças vivam juntos, incluindo os domicílios com apenas um dos pais, são tão efetivos quanto a família tradicional, se não mais, na criação das crianças. Educar e socializar as crianças, incluindo sua instrução sobre a moralidade, são atividades melhor desempenhadas por professores da rede pública, funcionários de creches e comentaristas sociais que adotam o pensamento de esquerda. Além disso, a família tradicional como sistema de tomada de decisões é algo baseado numa hierarquia de autoridade contrária aos princípios esquerdistas de igualdade entre todas as pessoas.]*

12. Estabelece a liderança clara dos pais, as fronteiras dentro da família e entre família e comunidade, e um espírito de devoção à criação das crianças. *[A liderança dos pais nas famílias torna-se excessivamente autoritária em vez de igualitária e, portanto, é opressiva para as crianças. Em comparação às orientações tradicionais de conduta, as crianças devem ter menos limites e mais arbítrio em suas atividades, incluindo as sexuais, a lição de casa, os horários de dormir, o modo de se vestir, o uso de substâncias, com quem se relacionam e o uso da linguagem. Além disso, não se pode permitir que o jugo da criação dos filhos sufoque a busca dos pais por preenchimento pessoal. Muito do cuidado com as crianças pode ser perfeitamente deixado às babás, vizinhos e creches, sem efeitos adversos em seu desenvolvimento.]*

13. Serve como um microcosmo da sociedade como um todo. *[Em suas preocupações iguais por todos os seus membros, a família deve servir como um microcosmo da sociedade coletiva, que deve, por sua vez, ser modelada na família. A sociedade deve incorporar em suas leis a ética familiar comum de que cada membro deve receber a provisão para uma boa vida de acordo com sua necessidade, e de que cada membro contribuirá para esse propósito de acordo com sua habilidade. As crianças devem ser ensinadas pelas famílias e escolas a estender esta ética à família global humana, para fomentar um sentimento coletivo maior. Assim como todos os membros da família natal são importantes, todos os seres humanos da família global devem ser vistos como igualmente importantes, e todos têm, portanto, o direito ao que for necessário para uma boa vida. Essas necessidades – especialmente uma renda mínima e bens materiais como comida, vestimenta e abrigo – são melhor fornecidos por um governo parental, que age como pais de verdade que governam o domicílio e suprem as necessidades de seus filhos. Considerações de mérito ou merecimento não devem intrometer-se nesta ética, pois a necessidade de um bem é suficiente para criar o direito ao mesmo. Semelhantemente, o comportamento derrotista nos beneficiários, incluindo a falta de esforço para melhorar suas vidas, não deverá determinar uma condição de recebimento para tais bens. Finalmente, não é tarefa da família fomentar a individuação da criança, pois esse processo encoraja o egoísmo, que é antitético ao sentimento coletivo.]*

14. Estabelece-se como ponto de referência primário para o senso de identidade pessoal, significância e valor de cada membro da família, através do pertencimento à família e da afiliação a outros grupos na sociedade. *[A identidade pessoal e familiar de alguém é menos importante do que sua identidade como membro da família humana, que é alcançada através da identificação com o coletivo em todos os níveis. A membresia na família natal é apenas o início da identidade última de alguém.]*

15. Fornecer um repositório de amor, um refúgio das preocupações da vida e o cuidado para os membros idosos, doentes ou desfavorecidos da família. *[As famílias são freqüentemente repositórios de "tensões e conflitos pessoais agudos" que levam a "doenças mentais*

severas e outras formas de identidade desfuncional."[18] *É um mito que a família seja uma fonte de amor, refúgio e cuidado; na verdade, a família é rompida com freqüência pelo divórcio, pelas dificuldades financeiras e pelas doenças. O cuidado com os idosos, doentes e desamparados não pode ser deixado aos esforços imprevisíveis das famílias, mas sim sob a responsabilidade adequada do estado assistencialista.]*

16. Ensina o cuidado e a preservação do ambiente físico da casa, estende esse cuidado aos ambientes além da casa, e desenvolve uma atitude gerativa para com a "Mãe Terra" como fonte última de vida. *[Cidadãos cuja orientação política seja conservadora e/ou libertária não protegerão o meio-ambiente das devastações do materialismo, capitalismo, imperialismo e ganância. A única esperança para a preservação do meio-ambiente está nos programas governamentais que refreiam drasticamente a atividade econômica e diminuem nosso padrão excessivo de vida. Se deixadas às suas próprias escolhas, as pessoas não cooperarão voluntariamente para preservar o maio-ambiente; em vez disso o destruirão. Para salvar a Terra, devem-se implementar princípios esquerdistas de ambientalismo em leis que possam ser aplicadas sob um governo mundial.]*

17. Dar continuidade ao nome da família e a um senso de imortalidade pessoal através de gerações sucessivas, e transferir as propriedades por herança para a segurança de seus membros. *[Qualquer idéia de imortalidade é uma noção no mínimo dúbia. Mas qualquer senso de imortalidade através da família deve dar lugar a um senso maior de identidade como parte de um grande coletivo, cuja importância excede vastamente a da família. Além disso, todas as transferências de propriedade através de herança devem ser terminadas. Os bens adquiridos por alguém antes de sua morte são obtidos ou por uma virtude de condições fornecidas pela sociedade ou à custa de outros membros da sociedade, ou de ambos. Assim, esses bens pertencem à sociedade como um todo, e não aos herdeiros de alguém. Bens em condição privada no momento da morte devem ser apropriados pelo governo para usos que beneficiem todos os cidadãos, e não apenas alguns poucos.]*

18. Valida a espiritualidade da criança ao mesmo tempo em que fomenta seu papel no enfrentamento dos desafios da vida, e provê

18 *Dicionário Norton do Pensamento Moderno* p. 308.

valores religiosos consistentes com a liberdade ordenada. *[A espiritualidade verdadeira é secular, não religiosa, emerge na comunhão do coletivo, e é consistente com as idéias intelectuais do esquerdismo moderno. A religião tradicional é o ópio das massas. A análise científica do esquerdismo moderno sobre o processo social revelou o Estado como objeto apropriado para a reverência humana. A religião histórica pode ser minada por princípios morais opostos ao individualismo; caso não o seja deve ser descartada.]*

Os frutos do esquerdismo moderno

Consistente com os efeitos amplamente destrutivos de sua filosofia social, o esquerdismo moderno tem tido um sucesso significativo no enfraquecimento dos fundamentos da família tradicional, apesar do fato de seu conceito de sociedade ser modelado na família. Esses efeitos resultam das iniciativas legislativas da agenda e de seus convites insistentes ao relaxamento das amarras da consciência. A segunda metade do século XX, em particular seus últimos anos, testemunhou a defesa, por parte da propaganda, de estilos de vida alternativos, permissividade sexual, uso de drogas, divórcio fácil e dissolução da família; sua promoção da gratificação pessoal à custa da responsabilidade pessoal; seu desprezo pelos códigos morais religiosos e tradicionais; seu apoio a leis tributárias que favorecem famílias com apenas um dos pais e penalizam o casamento; e a instituição de programas assistencialistas que fomentam a dependência econômica, social e política. Essas políticas enfraqueceram seriamente os fundamentos da sociedade americana, e foram especialmente devastadores para a família – mais notadamente para as famílias negras – que haviam conseguido permanecer intactas pela primeira metade do século apesar dos efeitos de um preconceito contínuo. Esses esforços para redesenhar os termos do relacionamento humano nos níveis individual, familiar e societal continuaram no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, embora uma sucessão de derrotas em eleições federais e estaduais tenha levado os políticos de esquerda a calar sua mensagem socialista. Essa mudança tática não alterou a estratégia básica da esquerda, no entanto, que permanece aquela de infantilizar a população, coletivizar as grandes dimensões do relacionamento social e trazê-los para o controle cada vez maior do Estado.

CAPÍTULO 39

A SOCIEDADE COMPETENTE

Onde não há lei, não há liberdade; e nada merece o nome de lei a não ser aquilo que seja certo e universal em sua operação sobre todos os membros da comunidade.

— Benjamin Rush

Introdução

A personalidade e o caráter de um determinado indivíduo, como já notado neste trabalho, são refletidos em seus padrões duradouros de pensamento, emoção, comportamento e relacionamento. Padrões comparáveis descrevem a "personalidade" ou caráter geral de uma determinada sociedade: suas regras de convívio dominantes e os modos de relacionamento expressos em leis, tradições e costumes; seus princípios políticos e modos de governo; sua moral, sua ética e suas religiões. O caráter de uma sociedade é refletido na condição de governo de seu povo, se pela justiça e com leis baseadas nos direitos à liberdade individual, ou pelos direitos de um Estado socialista sobre as vidas de seus cidadãos. O caráter de uma sociedade é distinguido por sua ciência e tecnologia, por seu espírito de inquirir e respeitar a verdade. É reconhecido por suas intenções de liberdade, segurança e prosperidade para seus cidadãos ou pela intenção de explorá-los sob a ameaça de violência; pela capacidade de suas regras de prevenir o abuso sobre a propriedade e o esgotamento de recursos; e por como

suas leis lidam com problemas de conhecimento, interesse e poder pessoais e locais. (Barnett 1998) Uma sociedade é caracterizada por suas paixões por justiça e eqüidade; suas disposições de cuidado, interesse, generosidade, boa vontade e cortesia; seu comprometimento para com o bem-estar das crianças; sua preferência pela cooperação à coerção. De fato, a integridade de uma sociedade pode ser definida e medida pela totalidade de seus arranjos de convivência e, em particular, por sua capacidade de prover regras que sejam suficientemente racionais, estáveis e previsíveis para que seus cidadãos consigam buscar uma boa vida para si mesmos, sabendo que as regras não serão mudadas no "meio do jogo".

Os capítulos anteriores introduziram a idéia de uma sociedade competente, que complementa os ideais de auto-confiança do indivíduo competente em vez de estimular a dependência do governo, a auto-direção legítima em vez da regulação pelo governo, o realismo moral em vez do relativismo moral, o altruísmo informado em vez do assistencialismo, e o individualismo cooperativo em vez do coletivismo coercitivo. Na busca dessa idéia, os próximos dois capítulos reafirmarão certas disposições que caracterizam o indivíduo competente e questionarão se as regras da sociedade são necessárias para apoiar seus esforços de viver uma vida ao mesmo tempo livre e cooperativa. Deve estar claro agora que tal vida não pode ser realizada a não ser que as instituições básicas da sociedade promovam de fato a liberdade ordenada. Em seu nível mais fundamental a sociedade competente deve reconhecer a natureza bipolar do homem quando adequadamente criado: sua natureza individual expressa nas disposições à autonomia e sua natureza relacional expressa nas disposições à cooperação consentida. A discussão seguinte elaborará mais a fundo a idéia da pessoa competente integrada a uma sociedade competente.

Competência revisitada

O requisito mais básico, de longe, para o desenvolvimento da competência no ser humano é a limitação dos instintos sexuais, agressivos e aquisitivos, todos inatos. Esses instintos estão programados na biologia humana. Eles podem ser civilizados com uma criação

adequada, mas não podem ser totalmente eliminados. Suas expressões em atos destrutivos não são causadas por pobreza, ignorância, doença física, discriminação ou opressão capitalista. *A maneira em que são expressos num determinado indivíduo depende de quanto eles foram controlados por meio de padrões morais e éticos impostos pelas proibições da consciência. A maneira em que são expressos numa determinada situação e cultura depende de como o agente percebe as conseqüências de seus atos, que incentivos e restrições a situação lhe oferece, e que valores abrangentes definem a cultura em que seu ato ocorre. Instintos humanos podem ser educados apenas onde as restrições da consciência individual são adequadas, a moralidade cultural garante seu controle, e as leis da sociedade opõem-se à sua expressão criminal.*

É uma observação clara e comum que os impulsos não refreados provenientes da agressão levam a assassinatos, tortura, guerra e genocídio, a revoluções brutais e violentas, a ferimentos em tumultos e à mutilação feita por sádicos. Impulsos não refreados provenientes dos instintos sexuais levam à ilegitimidade, infidelidade e ao rompimento de uniões e famílias estáveis. Quando em conjunto com a agressão e o narcisismo patológico, os impulsos sexuais não refreados levam a estupros, assassinatos passionais, à pedofilia, ao exibicionismo criminal e à exploração compulsiva do outro por prazer erótico, poder e egotismo. Impulsos não refreados decorrentes do instinto aquisitivo de pegar as coisas dos outros levam a inúmeros crimes de propriedade, endêmicos em todas as culturas: roubo de indivíduos ou grupos; furto, fraude e desfalque nas arenas corporativa, comercial e privada; e os crimes inevitáveis de confisco pelo governo.

Mas outros instintos além do sexo, agressão e aquisição também rompem a ordem social, e também precisam ser refreados. Quando patológico em sua expressão, o instinto de satisfação narcisista perturba a cooperação efetiva em todos os níveis da sociedade ao explorar outros na busca egoísta de objetivos grandiosos em vez de respeitar a soberania de cada um na busca do auto-interesse razoável. Se não refreado, o instinto de dependência enfraquece a auto-confiança, a autonomia e a reciprocidade ao tentar extrair dos outros certos

tipos de segurança material e relacional que deveriam ser conquistados através de esforços produtivos, e não exigidos do governo ou solicitados através de esquemas fraudulentos de caridade e de falcatruas políticas. Se não refreados e mal direcionados, os impulsos que surgem do instinto de cuidado levam à infantilização e indulgência de indivíduos e grupos e abortam o crescimento dos cidadãos para a competência. Como já foi observado anteriormente, as capacidades do adulto competente de inibição, limitação e adiamento desses impulsos básicos tornam-se, quando tomadas no todo, a infra-estrutura regulatória indispensável para uma comunidade bem ordenada.

A comunidade deve, por sua vez, adotar um sistema de regras que complemente a habilidade do indivíduo de se controlar. Os ideais reconhecidos de uma sociedade – sua moral, ética, leis e convenções, e mesmo suas regras de conduta, maneiras, vestimenta e etiqueta – irão, no caso ideal, suportar as limitações interiores de seus cidadãos contra todas as formas de conduta antissocial. Como observou Hart, todas as sociedades viáveis adotam, como mínimo, certas regras de obrigação primárias que proíbem atos de violência, roubo e fraude. Citando algumas "verdades elementares a respeito dos seres humanos, seu ambiente natural, e objetivos", ele afirma que certas regras de conduta universalmente reconhecidas constituem "o conteúdo mínimo da lei natural" necessária para "a proteção das pessoas, propriedades e promessas". Tanto nos mandamentos morais quanto nos estatutos legais, essas regras tornam-se o código de conduta da sociedade. Sua intenção é proibir o máximo possível qualquer expressão criminal dos instintos sexuais, agressivos e aquisitivos em atos de violência, roubo e engano. (Hart 1994)

Um sistema de regras

Baseado nessas considerações, um sistema de obrigações e deveres mútuos projetado para refrear atos destrutivos é claramente essencial à liberdade ordenada. As regras mais importantes nesse sistema consistem nas leis criminais que definem os atos deliberadamente errados e as punições relacionadas a eles. Menos críticas, mas ainda essenciais são as leis que definem os danos e prejuízos de negligência, e os tipos

de compensação disponíveis às vítimas. Princípios de comportamento adicionais, não formalizados em estatuto, no entanto compreendidos como morais, e convenções essenciais à sociedade racional servem para lubrificar o relacionamento social em todos os níveis. Esses são os incontáveis princípios morais, éticos, sociais e religiosos que nos dizem como nos comportarmos com os outros e com nossas instituições sociais. As regras da sociedade prescrevem como devemos nos relacionar com nossos cônjuges ou outros íntimos, com nossos pais e irmãos e familiares, com nossos vizinhos e concidadãos, e com nossos governos e seus oficiais. Algumas regras são elencadas como virtudes tais como integridade, temperança, paciência, conscienciosidade e bravura. Essas regras descrevem padrões de excelência. Elas derivam do que Lon Fuller define como moralidade da aspiração: certos ideais de conduta nos dizem a que devemos aspirar para criar uma boa vida, que seja melhor para nós mesmos e benéfica para os outros. Para complementar as regras da sociedade para a liberdade civilizada, o cidadão competente obedece às regras que abrandam a destrutividade humana, desencorajam a negligência e buscam a excelência. (Fuller 1969)

Essas disposições por parte do indivíduo contribuem com os esforços mais amplos da sociedade de limitar a destrutividade humana e sustentar uma estrutura de liberdade. Eles exigem que o bom cidadão considere o impacto de seu comportamento sobre os outros: lutar como ele puder por quaisquer objetivos que aprimorem sua vida, mas fazendo-o sem ofender os outros ou violar seus direitos. Dada a natureza do homem e o que é necessário para que os seres humanos cooperem uns com os outros, o cidadão racional se empenhará para:

- Obedecer a leis que protejam contra atos criminosos e negligentes.
- Honrar obrigações essenciais a promessas, contratos, posse e direitos de propriedade.
- Relacionar-se com honestidade e integridade com outras pessoas que agem de forma semelhante.
- Rejeitar todas as oportunidades de dominar, controlar ou explorar os outros.

- Honrar a não relatividade de valores éticos e morais essenciais à segurança, felicidade e cooperação social.
- Reconhecer o direito a ser deixado sozinho como fundamento da liberdade individual.
- Alcançar uma concepção adulta do ego e dos outros através do respeito pela soberania, atividade, autonomia e liberdade de todos os indivíduos.
- Conquistar a auto-suficiência econômica e uma identidade de trabalho adulto viável e gratificante ao escolher livremente entre as oportunidades de um livre mercado de ocupações.
- Estabelecer uma interdependência econômica e social com os outros por consentimento mútuo num livre mercado de bens, serviços e relacionamentos.
- Resolver problemas sociais através da cooperação voluntária.
- Entender que as pessoas precisam agradar umas às outras para serem recompensadas por seu comportamento.
- Tratar os outros com decência, cortesia, civilidade e atenção.
- Relacionar-se simpaticamente com os outros quando for apropriado.
- Tornar-se um pai ou mãe casados, ou tomar conta e cuidar de crianças ou de doentes crônicos.
- Terminar com as dependências infantis sobre os pais.
- Rejeitar sentimentos infantis de direito a tudo.
- Rejeitar as tentativas do Estado de tomar para si as funções altruístas.
- Encontrar ou dar continuidade a amizades estáveis fora da família natal.
- Aprender a jogar numa maneira consistente com as obrigações da vida adulta. (Lidz 1968 e Colarusso 2000).

Todas essas regras são importantes para a construção de vidas boas numa sociedade livre e civilizada. Algumas são regras de aspiração. Todas acomodam a natureza bipolar do homem. Todas contribuem para

o caráter e a competência do indivíduo e sua sociedade. Apesar de seu valor mais que provado, no entanto, a aderência a essas regras não é facilmente alcançada por grandes porções da população. O conhecimento necessário sobre a natureza humana para valorizar as regras – e o caráter necessário para segui-las – são aprendidos prontamente nos anos de formação, mas apenas com dificuldade nos anos posteriores. Ensinar a criança como viver e se relacionar de acordo com as regras é a tarefa central dos esforços de socialização e civilização da família nuclear. Mas o caráter da sociedade em que tudo isso acontece é tão crítico quanto. Conforme observa Black, nações inteiras morrem quando as regras básicas para a vida social são ignoradas ou derrubadas por falsos deuses. (Black 1994). O cidadão integrado a uma vida de relacionamentos é igualmente integrado às regras que os governam.

A relevância do caráter

Como já foi notado em diversos pontos deste trabalho, a lista de capacidades que definem o caráter pessoal necessário para a vida numa sociedade livre possui pontos em comum com a lista que define a competência. O cidadão de bom caráter é apto a agir de acordo com certas virtudes, tais como honestidade, integridade, responsabilidade, auto-direção e confiança, entre outras. O cidadão de bom caráter escolhe agir dessas maneiras por orgulho e satisfação pessoal, e porque ele sente uma responsabilidade de fazê-lo, não porque é compelido pela autoridade governamental. O cidadão de bom caráter provê sustento para suas próprias necessidades e para as daqueles por quem assumiu uma obrigação voluntária. Ele respeita as regras consagradas pelo tempo, essenciais à ordem social. Cidadãos de bom caráter mantêm promessas e honram contratos. Eles não fazem reivindicações legalmente executáveis sobre o tempo, o esforço ou os bens materiais de outras pessoas. Eles não se sentem no direito a serem subsidiados por outros. O indivíduo com o caráter íntegro para viver em liberdade acredita que possui o direito de decidir a maneira como vai se relacionar com o mundo, dentro dos limites da reciprocidade e da ordem social. Dentro desses limites ele se mantém responsável por suas ações e aceita seus riscos e conseqüências.

A sociedade competente

Estas são virtudes de caráter e capacidades *individuais*. Sua importância para uma sociedade livre e pacífica não pode ser contestada, mas *o caráter da sociedade em si* é também criticamente importante. Para criar uma vida boa não basta que os cidadãos alcancem uma longa lista de virtudes adultas numa cultura que não as valide. Para que pessoas competentes tenham uma vida de liberdade ordenada, a sociedade em que elas vivem deve também ter atingido um grau de "adulticidade". Deve ser uma sociedade de bom caráter. Deve ser uma sociedade competente. Suas instituições principais devem ser fundamentadas sobre uma apreciação adequada da condição humana e da natureza bipolar do homem. As capacidades do indivíduo adulto para uma vida de liberdade ordenada devem complementar – e ser complementadas – as instituições que asseguram as condições necessárias àquela liberdade. *Para se qualificar como um ambiente validante para o cidadão que alcançou a competência adulta, uma sociedade deve estabelecer um conjunto básico de regras que permitam a liberdade; deve estabelecer a infra-estrutura de valores morais e proteções legais que permitam a condução por consentimento mútuo dos processos econômicos, sociais e políticos*.

A família possui um papel central neste sistema por causa de seus efeitos profundos sobre o desenvolvimento individual. Na verdade, famílias competentes são mais bem equipadas para produzir adultos competentes que por sua vez são melhor equipados para criar mais uma geração de famílias competentes. A observação adicional de que a família é, de fato, a instituição primária para a socialização e civilização da sociedade, leva a uma tríade de entidades – indivíduo, família e sociedade – cada uma afetando profundamente as outras. É claro que cada entidade retém um grau de autonomia nesta concepção: o indivíduo competente permanece a unidade econômica, social e política primária da sociedade livre, a família competente continua a ser a instituição civilizatória e socializante primária, e a sociedade competente fornece a estrutura abrangente da liberdade ordenada. Mas também fica claro que cada entidade social influencia as outras numa dinâmica de interação constante. Cada uma é dependente das outras

para sua identidade e estabilidade. Cada entidade pode ser prejudicada, e até mesmo destruída, por defeitos sérios nas outras duas.

Com essas perspectivas em mente, a questão que surge é o que caracterizaria de forma apropriada uma sociedade verdadeiramente civilizada, que seja competente o suficiente para servir como estrutura abrangente necessária para a liberdade e a ordem. A partir do que já foi observado até agora sobre o indivíduo competente, segue-se que os ideais, valores, regras, convenções e tradições de uma sociedade competente devem:

- Acomodar a natureza bipolar do homem e a condição humana.
- Honrar os ideais de liberdade individual, auto-confiança, cooperação voluntária, realismo moral e altruísmo informado.
- Acomodar e regular os instintos humanos de auto-preservação, sexualidade, agressão, narcisismo, aquisição, dependência, conexão e criação.
- Validar as conquistas e virtudes de Erikson.
- Garantir as instituições econômicas, sociais, políticas, morais e legais que validam as capacidades dos indivíduos competentes.
- Garantir as instituições econômicas, sociais, políticas, morais e legais necessárias para a liberdade ordenada, defendendo os direitos básicos à liberdade e resolvendo problemas de conhecimento, interesse e poder.
- Adaptar as realidades da vulnerabilidade humana e as limitações humanas de conhecimento, altruísmo, recursos, força de vontade, tolerância à frustração e moralidade (Hart 1994).
- Criar os meios de defesa do Estado contra invasões externas;
- Inspirar as crianças a se tornarem cidadãos efetivos, legítimos, livres, recíprocos e cooperativos;
- Acomodar as realidades econômicas da escassez, incerteza, oferta, demanda, preço e conhecimento imperfeito, bem como o uso da terra, do trabalho e do capital.[19]

19 A sociedade competente abraça a dinâmica dos livres mercados: p.ex., as funções de coordenação de preços relativos em livres mercados para [1] sinalizar a escassez [2] refletir oferta e demanda [3] indicar o quanto produzir [4] racionar o consumo.

- Abordar as trocas e efeitos colaterais de leis e instituições, tais como os efeitos de incentivos e de alocação, os custos administrativos e as conseqüências não intencionais das leis e instituições humanas.
- Ensinar as virtudes da cooperação e os males da coerção (a não ser quando em legítima defesa), e recompensar a moralidade das boas intenções.

Quais regras servirão a esses propósitos? Estudos relevantes foram feitos em anos recentes por acadêmicos interessados nos efeitos das regras sociais sobre o comportamento humano nos domínios econômico, social e político. Exemplos incluem os escritos de Richard Epstein e Randy Barnett em filosofia legal, Thomas Sowell em economia e filosofia social, e John Kekes em filosofia política. Esses estudiosos fizeram contribuições importantes às teorias de organização social. Suas contribuições são caracterizadas por uma virtude particular em comum: eles são pensadores rigorosos que baseiam suas conclusões em fatos verificáveis e em raciocínio cuidadoso. Todos são pesquisadores acadêmicos, mas nenhum deles é exclusivamente teórico. Eles não se satisfazem com exercícios dedutivos baseados em premissas não comprovadas. Eles não argumentam que ilusões utópicas são realizáveis. Todos são bem embasados nas lições da história sobre os tipos de arranjos societais que criam ou destroem a liberdade civilizada. Todos estudaram extensivamente a dinâmica do processo social. Todos baseiam suas conclusões sobre as conseqüências morais e práticas de políticas sociais particulares.

Epstein e Barnett, em particular, têm articulado uma séria de regras fundamentais para uma sociedade de liberdade ordenada. Como uma citação sistemática de suas idéias seria algo muito extenso para os propósitos deste livro, serão mencionados elementos limitados de seus trabalhos apenas em forma resumida. A inclusão de suas idéias aqui serve aos esforços do autor de fundamentar uma teoria da liberdade ordenada sobre fatos verificáveis da natureza humana e sobre as condições do mundo real em que vivem os seres humanos. As próximas seções descreverão certas regras essenciais à estrutura da

liberdade, explicando brevemente sua relevância, e relacionando-as às capacidades e virtudes do homem competente. Seguir-se-á uma discussão das bases sobre as quais as próprias regras são justificadas.

Direitos que estruturam a liberdade

As regras mais importantes para uma sociedade de liberdade ordenada são aquelas que se traduzem no que tem sido chamado de direitos naturais, direitos de liberdade, direitos negativos, ou direitos básicos.[20] Cada direito especifica um certo domínio ou esfera da liberdade no qual o cidadão ordinário tem o direito de ser livre da interferência dos outros, incluindo o Estado. (Epstein 1995, Barnett 1998). Um conjunto de quatro direitos básicos tem sido chamado de "quarteto libertário":

- O direito à auto-propriedade ou autonomia.
- O direito à primeira posse.
- O direito de possuir e trocar ou transferir propriedade.
- O direito à auto-defesa ou à proteção contra a agressão.

Direitos adicionais para um conjunto mais completo incluem:

- O direito à compensação justa pela tomada legítima de propriedade.
- O direito ao acesso limitado à propriedade dos outros numa emergência.
- O direito à restituição em caso de dano ou uso ou tomada ilegítima de propriedade.

Algumas perguntas óbvias vêm imediatamente à mente: Por que esses direitos devem ser considerados como básicos para a liberdade

20 No uso moderno o termo 'direito humano' é atribuído a praticamente qualquer reivindicação que uma pessoa decida fazer contra outra ou contra a sociedade como um todo. O uso desse termo será limitado nesta discussão.

e para a ordem social? Por que eles devem ser obrigatórios? Por que eles devem estar ligados à consciência? Essas regras apóiam ou inspiram o homem comum a viver de forma competente? Um apelo à moralidade do senso comum e um olhar para as conseqüências práticas de cada um são os primeiros passos para responder essas perguntas.

O direito à auto-propriedade

Primeiro, e mais óbvio, o direito de auto-propriedade ou autonomia reflete simplesmente a proibição moral contra a escravidão humana. Se Sexta-Feira não tiver o direito de propriedade sobre si mesmo, se não for o único dono de sua pessoa, então uma ou mais outras pessoas, Crusoé ou uma gangue de desconhecidos, por exemplo, poderão possui-lo no todo ou em parte. Se Sexta-Feira for possuído no todo por outra pessoa ou grupo, ele é totalmente escravizado. Se apenas parte de Sexta-Feira for possuída por outra pessoa ou grupo, ele é parcialmente escravizado, e sua autoridade sobre si mesmo é limitada à permissão de seus outros donos. Apenas sobre este argumento, sozinho, qualquer situação diferente da propriedade completa da pessoa por ela mesma é moralmente repugnante e deve ser rejeitada. Mas as conseqüências práticas da escravidão são certamente absurdas, tanto quanto repugnantes. Qualquer sociedade que permite a escravidão cria não somente um conflito de classes imediatamente desestabilizador, mas também problemas administrativos insolúveis, tais como decidir quem serão os escravos e quem serão os proprietários, quem possuirá qual parte de quem, como será decidida a alocação dos escravos, como será monitorada a jurisdição dos proprietários sobre os escravos etc. Assim, numa análise tanto moral quanto conseqüencialista, qualquer coisa diferente de auto-propriedade completa é loucura social. As características que definem o homem competente – seu instinto de auto-preservação e sua autonomia evidente nas capacidades de auto-confiança, auto-direção, escolha, atividade, iniciativa, identidade, intimidade e soberania – todas assumem seu direito à auto-propriedade. Uma conquista ainda anterior no desenvolvimento humano, a da confiança básica, também assume um papel de auto-propriedade: o indivíduo que sabe que os valores

mais básicos de sua sociedade apóiam seu domínio sobre si mesmo pode confiar que seu direito de tocar sua própria vida será protegido daqueles que tentarem dominá-lo. Na ausência da auto-propriedade, a falta de confiança é a única possibilidade.

O direito à primeira posse

Assumindo que Sexta-Feira tenha o direito completo à propriedade de si mesmo, sua primeira responsabilidade, de acordo com o instinto humano de auto-preservação, é adquirir meios de sobrevivência: ele terá de encontrar comida e abrigo, entre outras coisas, apenas para permanecer vivo. Se ele ainda estiver numa ilha deserta com poucas ou nenhuma pessoa por perto, é provável que encontre terra e outros recursos físicos que não tenham sido reivindicados por outros. Para atingir algum grau de segurança e conforto, ele exercitará uma inclinação natural de usar quaisquer recursos disponíveis em sua ilha. Ele comerá o que for capaz de colher ou capturar, e construirá algum tipo de abrigo com algum material que sirva para esse propósito. O segundo direito básico de Sexta-Feira, então, é o direito da primeira posse. Este direito o permite tomar controle sobre recursos anteriormente abandonados ou não possuídos, e usá-los como quiser para sobreviver e prosperar. A base moral deste direito é simplesmente o direito à vida: dado o fato de que Sexta-Feira, como qualquer outro ser humano, deve de alguma forma conseguir comida, abrigo e outros bens para si mesmo se quiser sobreviver, e dado o fato de que a sobrevivência deve ser um bem moral acima de tudo, então um método de estabelecimento de posse original de recursos torna-se um imperativo moral. Se ele encontrar uma caverna desocupada, por exemplo, então o senso comum sobre o certo e o errado afirmará que ele tem direito a tomar posse daquilo para seu uso próprio. O mesmo princípio moral afirma também que seria errado se alguém o tirasse da caverna por meio de força ou fraude. A primeira reivindicação de Sexta-Feira sobre uma propriedade previamente sem dono o torna seu primeiro proprietário legítimo. Mais ainda, o direito à primeira posse, como o direito à auto-propriedade, reforça a autonomia do homem competente, sua capacidade de dirigir sua própria vida.

O direito à propriedade e à troca

Mas o direito de primeira posse de Sexta-Feira faz pouco sentido se sua propriedade inicial de alguma coisa não puder ser continuada além do momento da reivindicação. O direito à propriedade continuada emerge naturalmente do direito à primeira posse, baseado na mesma justificativa moral: se Sexta-Feira tem o direito a usar um recurso para sobreviver na primeira vez em que toma posse do mesmo, o senso comum sugere que ele tenha o direito continuado para usá-lo indefinidamente. E uma extensão lógica desse argumento afirma que é errado alguém tirar esse recurso dele. Se, por exemplo, Sexta-Feira coletar madeira sem dono e fizer uma cabana com seu próprio trabalho, o senso comum dirá que seria errado Crusoé ou qualquer outra pessoa despejá-lo de lá. Além disso, o argumento moral que permite a Sexta-Feira possuir sua própria cabana também lhe permite abandoná-la se ele desejar viver melhor em algum outro lugar. O mesmo argumento também lhe permite trocar seu direito de uso da cabana por alguma coisa que ele queira mais do que a cabana – um barco talvez, se Crusoé ou outra pessoa estiver acessível e possuir um barco para trocar. Como observou Adam Smith, seres humanos têm uma propensão forte a "negócios, trocas e comércio", e pessoas que vêm a possuir coisas pela primeira posse ou por algum outro meio freqüentemente escolhem trocar o que já têm por algo que gostariam de ter. Quando cada parte sente que terminou a troca melhor do que começou – se não fosse assim não haveria negócio – configura-se uma transação ganha-ganha. O terceiro direito básico, então, é o direito a possuir propriedade e trocá-la por acordos ou "contratos": ou seja, adquirir, controlar e usar um objeto ou recurso físico, e livrar-se dele por venda, troca ou doação. O suporte da sociedade competente a esse direito garante uma das capacidades humanas mais fundamentais: a de escolher como usar e descartar coisas legitimamente possuídas para melhorar a própria situação. O exercício do direito de possuir e trocar propriedades reforça o senso de confiança básica no controle sobre posses materiais, que por sua vez fomenta as virtudes da auto-confiança e auto-determinação.

Um argumento conseqüencialista para o direito de propriedade e troca de propriedades complementa o argumento moral. Qualquer

sociedade que não possua direitos legais de propriedade e contrato acaba caindo num estado de caos social onde o controle sobre a propriedade física é conseguido somente pelo uso da violência, e não pelo Estado de Direito. Onde há ausência de leis protegendo a propriedade e o direito de contrato, as gangues urbanas e os senhores do crime decidem quem terá o domínio sobre os recursos físicos e geralmente sobre as populações humanas. De fato, a história tem ensinado uma lição duradoura sobre a relação entre propriedade e liberdade: *o direito legal de um cidadão individual possuir sua propriedade física é a maior de todas as proteções de liberdade individual. O registro histórico de experimentos políticos documenta o fato de que a propriedade estatal em nome do "povo", como vista sob regimes comunistas, tem sempre sido uma prescrição para a tirania, e não para a libertação das massas, como anunciado. Semelhantemente, o controle estatal sobre o que é feito com a propriedade privada sob regimes socialistas sempre troca liberdades individuais por ilusões de coletivismo.*

Na verdade, os direitos de propriedade permitem o controle sobre objetos materiais e recursos necessários para alcançar a autonomia pessoal, a iniciativa e a atividade. Os mesmos direitos permitem a propriedade de uma casa segura e confortável na qual se conquista a intimidade e se criam filhos. O indivíduo ordinário não pode se desenvolver normalmente ou criar uma boa vida para si mesmo sem a habilidade de adquirir e controlar o que precisa e deseja. O indivíduo criativo não é livre para melhorar ou substituir o que pertence a outra pessoa. Produtos que melhoram os padrões de vida da sociedade inteira não serão inventados, criados, produzidos ou comprados na ausência dos direitos à propriedade privada. A dinâmica de Schumpeter da "destruição criativa" no núcleo da inovação capitalista requer a propriedade por indivíduos trabalhando sozinhos ou em grupo. O colapso da União Soviética ilustra o fato de que sem direitos individuais de posse e troca de propriedades, apenas o segundo termo da frase de Schumpeter prevalece: nenhuma criatividade significativa é possível, apenas a eventual destruição de uma sociedade inteira. Semelhantemente, a erosão gradual dos direitos de propriedade pela agenda esquerdista, em favor do controle regulatório sobre o cidadão e seus bens materiais ameaça a viabilidade de economia moderna. A estagnação da Europa contemporânea é um caso em questão.

O direito à auto-defesa

Com os direitos de auto-propriedade, primeira posse e propriedade continuada, Sexta-Feira adquiriu os três direitos críticos nos quais basear a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Mas esses direitos são significativos apenas se ele e as coisas que ele possuir puderem ser protegidos contra a agressão dos outros. Um quarto direito crítico, o direito à auto-defesa, permite que Sexta-Feira faça o que for necessário para proteger a si mesmo e sua propriedade das predações de seus semelhantes, e especialmente das garras do Estado. Sua justificativa na moralidade do senso comum está nos instintos mais básicos de auto-preservação e segurança, e nos direitos de posse e propriedade como essenciais a esses fins. Semelhantemente, sua justificativa em termos de conseqüências é óbvia, já que sem o direito de auto-defesa tanto a vida como a propriedade são presas fáceis para os fora-da-lei. A confiança básica torna-se impossível. Na ausência do direito à auto-defesa, a soberania pessoal pode ser violada a qualquer momento, e as posses de alguém estarão constantemente em risco.

O direito à auto-defesa, em conjunto com os primeiros três direitos, completa o quarteto libertário de regras simples para um mundo complexo. (Epstein, Barnett) Juntos eles fazem grande parte do trabalho de estabelecer os fundamentos para uma sociedade que é tanto livre como ordenada, como aponta Epstein. Eles criam as primeiras barreiras contra uma guerra *hobbesiana* de todos contra todos, uma guerra inevitável num mundo onde não existam regras, apenas vidas que são “solitárias, pobres, sórdidas, brutas e curtas”. Por mais necessárias que sejam, no entanto, elas não são suficientes para proporcionar uma sociedade sã. Três regras adicionais, já listadas acima, ajudam com alguns assuntos ainda não abordados. Duas delas ilustram o fato de que a propriedade individual não pode ser razoavelmente absoluta; alguma propriedade deve ser comprometida às vezes para o bem coletivo, embora somente por razões fortemente limitadas.

O direito à compensação justa por desapropriação

A primeira das três regras adicionais envolve o direito de um proprietário de ser compensado se sua propriedade lhe for tomada pelo

Estado. O poder de domínio eminente do governo, seu poder de tomar o controle de propriedades para um benefício público bem definido, faz sentido somente se a desapropriação servir a um bem público importante, e somente se o indivíduo ou grupo privado cuja propriedade está sendo tomada receber a compensação adequada pela perda. Se Sexta-Feira tiver construído sua cabana, por engano, sobre um poço de água, por exemplo, e as vidas do restante da ilha dependerem do acesso ao poço, então o governo da ilha (assumindo que haja um) pode "condenar" a cabana e tomar o poço para um bem público maior. Sexta-Feira terá então que mover sua cabana ou desmanchá-la, mas não sem compensação. As razões morais e conseqüencialistas para esta regra tornam-se aparentes com uma pequena reflexão.

O direito ao acesso limitado

Uma segunda exceção à propriedade absoluta ocorre sob uma regra de acesso limitado à propriedade de outra pessoa numa emergência. Sob esta regra, Crusoé tem o direito de buscar refúgio na cabana de Sexta-Feira se houver uma tempestade que ameace sua vida, mesmo que Sexta-Feira não lhe tenha dado permissão para tanto. É claro, Crusoé não tem o direito de ficar na cabana depois que a tempestade passar, mas de uma perspectiva moral, seu direito de buscar abrigo e salvar sua vida numa emergência tem precedência sobre o direito de uso exclusivo da cabana por Sexta-Feira. Além desta perspectiva moral, no entanto, há um bom argumento baseado em conseqüências: a regra que permite a ação de Crusoé numa tempestade também permite que Sexta-Feira e outros cidadãos busquem abrigo em circunstâncias comparáveis. O resultado líquido da regra é que muitas vidas, que de outra maneira seriam perdidas, podem ser salvas à custa de uma breve inconveniência aos proprietários.

O direito à restituição

Intimamente relacionado a esse argumento está uma terceira regra que permite a qualquer cidadão buscar restituição por danos. Se Crusoé tiver que quebrar uma janela para usar a cabana de Sexta-Feira como refúgio, ou se ele a quebrar por acidente, então Crusoé tem a obrigação moral de reparar esse dano, ou de pagar para que ele seja

reparado, ou de oferecer alguma compensação a Sexta-Feira. Esse argumento fornece uma estrutura moral para o direito à restituição (ou compensação) por danos. Mas esta regra, como as outras, também é aprovada numa análise conseqüencialista, pois as conseqüências líquidas para a população como um todo são favoráveis: o pagamento por danos a uma vítima tende a mitigar o prejuízo, transmite uma expressão concreta de gratidão pelo uso ou um arrependimento pelo prejuízo, e cria pelo menos um impedimento modesto contra uma atitude de descuido negligente para com a propriedade dos outros.

Reflexões sobre direitos e regras

Os sete direitos descritos acima são regras básicas para a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Elas fornecem um fundamento relativamente simples, mas sólido para uma sociedade pacífica e ordenada de cidadãos desejosos e aptos a obedecê-las. Elas impõem deveres sobre o que os seres humanos devem fazer para si mesmos e não para os outros se desejam criar uma boa vida para si mesmos. Elas se aplicam, em princípio, a todas as pessoas igualmente e sem exceção ou preconceito. Apesar de sua importância, no entanto, essas regras não compõem a história toda. Sem pretender esgotar o assunto, diversas reflexões adicionais sobre os direitos e regras da liberdade são relevantes neste ponto.[21]

Como primeira observação, está claro que os direitos básicos fornecem o fundamento e a necessidade de fato de um Estado mínimo para prevenir sua violação. Nenhum direito, especialmente os sete descritos acima, pode ter significado sem algum tipo de autoridade organizada para garanti-los. Para personificar tal autoridade num governo, os direitos básicos de liberdade e os padrões de justiça que eles implicam devem ser consagrados numa constituição endossada pelo povo. Com essa autoridade estabelecida, deve-se formar uma legislatura e dar-lhe poder para decretar, revisar ou revogar as leis substantivas e regras procedimentais que constituem o Estado de Direito, cuidando para que todos os estatutos sejam consistentes com os princípios constitucionais.

21 Exposições bem mais sistemáticas sobre essas regras e suas implicações para a liberdade podem ser encontradas nos trabalhos de Epstein, Barnett e Hayek. Veja também *The Concept of Law*, de H.L.A. Hart, e *The Morality of Law*, de Lon Fuller.

É preciso desenvolver organizações de execução da lei para assegurar seu cumprimento, construir um sistema judiciário para decidir se um estatuto se qualifica como lei, interpretar as leis aprovadas, garantir o devido processo, e adjudicar disputas que não podem ser resolvidas por acordo entre as partes. Num nível mais concreto, devem-se criar órgãos governamentais para registrar os títulos de propriedade, penhores contra propriedades e endereços de proprietários para legitimar e proteger a integridade dos contratos. No mundo dos negócios, são necessárias leis que impeçam os monopólios conspiratórios, e pode ser que seja necessária alguma regulação contra monopólios naturais. Deve-se criar uma força militar para defesa nacional, e alguma maneira pela qual o povo possa eleger seus representantes e também removê-los de seus cargos. As funções de proteção geral do meio-ambiente, supervisão das massas de água, construção de rodovias e regulação de transações entre jurisdições, entre outras, são geralmente melhor coordenadas pelo governo do que por entidades privadas. Goste-se ou não, mecanismos de financiamento, entidades de taxação, provisões para a coleta de impostos e uma variedade de funções de administração e coordenação devem ser assumidos pelos governos para que os cidadãos possam conduzir os afazeres complicados da vida moderna.

Embora esta lista não seja exaustiva, ela sugere pelo menos os tipos de instituições necessárias para a ordem social e dá uma idéia de sua quantidade. Mas não se pode permitir que as atividades de um governo desse ou de qualquer outro tipo se multipliquem sem limite. Experimentos no mundo real sobre a natureza e abrangência do governo, e especialmente o experimento americano original de governo limitado, mostram que as instituições necessárias para uma liberdade ordenada exigem um Estado suficientemente forte, mas limitado, com controle limitado sobre recursos limitados, dedicado à proteção de alguns poucos direitos básicos. O que não se pode permitir desenvolver é um Estado monstro dedicado a gerenciar cada passo da vida de seus cidadãos. Note-se, no entanto, que o Estado limitado descrito aqui como complemento do homem competente não é o Estado mínimo idealizado pelo libertarianismo radical, e certamente não é o ideal anarco-capitalista defendido por Rothbard.[22]

22 Murray Rothbard, *The Ethics of Liberty*.

Este último não possui precedentes históricos sobre os quais se possa atestar a aprovação por experiência, e mesmo em teoria sua concepção de sociedade humana deixa mais para o indivíduo do que ele pode gerenciar através de acordos privados. O Estado mínimo libertário, como nota Epstein, simplesmente não é equipado para resolver a coordenação dos problemas complicados da vida moderna.

No lado oposto do espectro de governos está o Estado socialista moderno: um Leviatã inchado e sempre corrupto que transforma seus cidadãos em crianças dependentes e escravos, e que possui precedente histórico. Entre os defeitos do Estado mínimo e os excessos do Estado socialista está um ideal de ordem social implicado nos trabalhos de Barnett, Epstein, Hayek, Sowell e outros. Esses estudiosos compreenderam prontamente as necessidades humanas de autonomia e reciprocidade. Uma sociedade baseada nas regras que eles articularam permite aos indivíduos a liberdade mais ampla possível nos empreendimentos humanos, ao mesmo tempo em que permite um Estado com poder suficiente para gerenciar as funções críticas que a esfera privada não pode ou não consegue exercer.

A evolução das regras

Esta discussão leva a uma segunda observação sobre as regras. Aquelas comprovadamente essenciais a uma sociedade livre não surgiram simplesmente de um raciocínio metódico sobre princípios morais e conseqüências práticas, como os comentários anteriores podem sugerir. Em vez disso, como Hayek, Barnett e outros observam, a evolução gradual da lei comum ao longo dos séculos teve um papel crítico na decisão do que funciona e do que não funciona na conduta dos assuntos humanos. Na verdade, os princípios da liberdade evoluíram durante longos períodos de tempo, conforme os julgamentos de inúmeros casos pelas leis comuns acabaram separando reivindicações concorrentes em direitos substantivos e procedimentais. É claro, este processo envolve primeiro a tentativa de determinar como as leis já em vigor aplicam-se às disputas em questão. Mas, em última análise, as próprias leis, e não apenas os casos à mão, acabam se tornando o foco de questões como: O que é moralmente certo e errado nesta ou

naquela lei? Quais serão as conseqüências de se aplicar uma lei particular nesta ou em qualquer instância semelhante? Quais têm sido as conseqüências de sua aplicação em determinadas maneiras no passado? Lon Fuller considera certos fatores que definem uma boa lei: se ela realmente declara uma regra que pode ser compreendida e obedecida; se ela foi publicada para as pessoas que supostamente governará ou se foi imposta retroativamente; se ela é consistente com outras leis; e se é capaz de ser razoavelmente aplicada e cumprida. Numa análise final, uma determinada lei será boa se incorporar princípios morais aceitáveis em vez de violá-los, se respeitar os direitos básicos da liberdade ordenada e se sua aplicação aos problemas destinar-se a produzir resultados com efeitos sociais razoáveis. Em algum momento qualquer lei será, ou deveria ser, o foco de questionamentos como: se seus efeitos comportamentais são factíveis e compatíveis entre si, se ela leva a incentivos e limitações úteis sobre a conduta, se seus custos administrativos e de alocação são aceitáveis, e se seus efeitos colaterais são toleráveis. Entre suas outras funções, a lei comum em evolução serve como um laboratório natural no qual as implicações morais e as conseqüências práticas de determinadas leis e julgamentos legais são examinados e reexaminados em seus efeitos sobre seres humanos reais em busca de respostas a conflitos do mundo real. No trabalho desse laboratório, princípios morais, conseqüências práticas e resultados empiricamente observáveis dos julgamentos e erros da lei comum misturam-se na evolução dos princípios legais.

Uma terceira observação é pertinente: mesmo quando a inibição, a limitação e o adiamento dos instintos primitivos estão firmemente implantados na psique do indivíduo, e mesmo quando as capacidades de auto-confiança e reciprocidade foram bem desenvolvidas durante sua criação, ainda é verdade que os seres humanos precisam de certas regras básicas, muitas delas legalmente aplicáveis, pelas quais se vive em paz e liberdade. Essas regras básicas são necessárias para compensar as limitações inatas da natureza humana. Além dos problemas decorrentes de nossos instintos, nós somos inevitavelmente limitados em nossas preocupações com os outros, em nossa compreensão das situações, nos recursos que nos estão disponíveis e em nossa força de vontade, como Hart observou. Mesmo em nosso melhor, somos

motivados primariamente pelo auto-interesse; tornamo-nos facilmente egoístas ou algo pior. Não importa quão maduros possamos ser, toleramos apenas uma quantidade de frustração e possuímos energia limitada. Mais importante, somos todos aproximadamente iguais em nossas vulnerabilidades à predação e à negligência danosa aos outros, motivo pelo qual todos os cidadãos, e não apenas alguns, precisam da proteção das regras. Em vista dessas realidades, alguma forma de governo se faz essencial. As sete regras básicas são necessárias para proteger as pessoas, a propriedade e as promessas: limitar a violência, estabelecer e preservar a propriedade, aplicar contratos, fazer restituição e providenciar compensação pelas desapropriações.

CAPÍTULO 40

A FORÇA DAS REGRAS

Os homens conseguem – mas não as mulheres – ver a moralidade como essencialmente um caso de manutenção das regras mínimas de tráfego moral, projetadas para restringir encontros próximos entre pessoas autônomas apenas às escolhidas.

— Annette Baier

Imperativo hipotético

O último capítulo enfatizou as conseqüências morais e práticas de certas regras básicas para convivência, baseadas na natureza do homem e na condição humana. A experiência histórica na evolução da lei comum foi citada por seu papel como seletora de quais regras funcionaram e quais não na regulação da conduta humana. A questão de por que alguma regra deve ser obedecida ou um direito particular deve ser honrado foi respondida com um apelo ao seu conteúdo moral e aos seus efeitos comportamentais: uma determinada regra deve ser obedecida ou um direito particular deve ser honrado quando há um senso moral em fazê-lo, e quando o resultado são mais conseqüências sociais boas do que ruins. Se, além disso, a regra já foi tentada no passado e resultou em apoio à liberdade e à ordem social, ainda melhor.

Há ainda uma outra perspectiva sobre a razão de se obedecer a uma regra, que envolve o que Randy Barnett chama de "análise de direitos naturais". Esta perspectiva afirma que uma regra deve ser obedecida quando o comportamento que ela comanda ou proíbe deriva

logicamente de certos fatos assumidos. O argumento segue um formato dado-se-então. Alguns exemplos ilustrarão a idéia:

- Dados os fatos biológicos da natureza humana, se um ser humano deseja evitar a morte por inanição, então ele deve comer comida.
- Dados os fatos psicológicos da natureza humana, se uma criança pequena deseja sentir-se bem sobre si mesma, então ela precisa agradar seus pais.
- Dados os fatos sociais/relacionais da natureza humana, se uma criança deseja brincar em paz com as outras, então ela não pode lhes roubar os brinquedos.

Cada uma dessas proposições afirma uma necessidade prática. Cada uma é feita na forma de um imperativo hipotético. Proposições desse tipo declaram uma verdade sobre o modo como as coisas funcionam sob certas premissas: dadas certas condições no mundo real dos eventos humanos e naturais, se você quer alcançar um objetivo particular, então você deve realizar ou não uma ação específica. Um imperativo hipotético não afirma que qualquer pessoa tem o direito de buscar um objetivo particular baseado num comando moral ou religioso, ou num decreto do governo. Ele meramente afirma que dados certos fatos sobre o mundo da ação humana (o primeiro fato hipotético), se um indivíduo quiser alcançar um objetivo particular, seja ele moral ou prático (um segundo fato hipotético), então, por causa da natureza do objetivo em si, ele deve executar certas ações para realizar o objetivo (o imperativo que deriva dos fatos assumidos). A palavra "hipotético" refere-se às condições que são assumidas verdadeiras sobre o mundo. A palavra "imperativo" implica que há uma relação necessária entre as condições dadas e os pré-requisitos que precisam estar em vigência para alcançar o objetivo desejado. Se as condições não forem satisfeitas e os pré-requisitos não forem alcançados, então o objetivo não pode ser realizado.

Esta linha de raciocínio estava implícita em uma discussão anterior sobre como Crusoé e Sexta-Feira poderiam chegar a regras para

governar seus atos mútuos. Em essência, eles poderiam, se fossem sensatos, concordar com o seguinte imperativo hipotético: dado o fato de que sua natureza humana os faz vulneráveis ao dano físico pelas mãos do outro, se eles querem viver cooperativamente e sem dor ou dano físico pelas mãos do outro, então cada um deles não pode atacar o outro fisicamente. Aqui, por causa da natureza do objetivo, a proibição contra um ataque torna-se uma regra ou um direito cuja força moral deriva logicamente das premissas assumidas. O imperativo hipotético faz a ponte entre o modo que as coisas são no mundo e o modo que os seres humanos precisam se comportar se desejam alcançar certos objetivos.

O uso similar deste argumento dá força moral e prática aos sete direitos básicos da liberdade ordenada, e também à afirmação de que é necessário um governo para garanti-los. No último capítulo, os argumentos morais e conseqüencialistas para esses direitos foram expostos. Assumindo a validade desses argumentos, aqui estão os sete direitos em forma de imperativos hipotéticos:

1. Dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas da escravidão, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito à auto-propriedade.
2. Dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas de se privar um ser humano da primeira posse de uma propriedade, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito à primeira posse.
3. Dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas de se privar um ser humano da propriedade do que ele adquiriu pela primeira posse, por consentimento mútuo ou por doação, e dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas adicionais de privá-lo da habilidade de vender, trocar ou doar tal propriedade, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito de propriedade e a liberdade de troca por consentimento mútuo.

4. Dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas de se privar um ser humano da habilidade de defender a si mesmo e sua propriedade de agressões, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito à auto-defesa.
5. Dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas de se privar um ser humano da compensação pela desapropriação de sua propriedade pelo Estado, para uso público, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito à compensação justa pela desapropriação de propriedade.
6. Dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas de se privar um ser humano da restituição por danos a si mesmo ou à sua propriedade, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito a buscar restituição por tal prejuízo.
7. Dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas de se privar um ser humano do acesso à propriedade de outra pessoa em caso de emergência, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito ao acesso limitado à propriedade de outro em emergências.

   A cláusula adicional para um governo do qual esses direitos dependem para serem garantidos pode também ser escrito como um imperativo hipotético:

8. Dado o fato de que para serem efetivos os primeiros sete direitos exigem as capacidades administrativa, legislativa, judicial e de aplicação da lei por um governo, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então eles devem formar um governo com a autoridade, os órgãos e o poder para proteger esses direitos. Uma proposição necessária afirma que, dados os perigos do poder governamental, qualquer governo deve ter controle apenas limitado sobre propriedade comum também limitada.

Obrigação e o imperativo hipotético

A palavra "imperativo" vem de um verbo latino, *imperare*, que significa "comandar". A força de comando de um imperativo hipotético está no significado de causa-efeito implícito no mesmo. A força imperativa na proposição, "Dada a biologia da natureza humana, se um ser humano deseja evitar a morte por inanição, ele deve comer comida", surge da relação causa-efeito óbvia entre a falta de comida e a morte por inanição. O fato de que a natureza humana é caracterizada pela morte em caso de inanição garante a veracidade do mandamento de comer comida quando o objetivo é sobreviver. Mas uma certeza semelhante ataca a proposição que declara o direito à auto-propriedade: dada a imoralidade e as conseqüências sociais negativas da escravidão, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver em paz e liberdade, então cada ser humano deve ter o direito à auto-propriedade. A relação de causa-efeito aqui é tão clara quanto: a natureza biológica, psicológica e social dos seres humanos os impede de buscar a felicidade e a prosperidade em paz e liberdade quando eles estão escravizados. Assumindo que felicidade, prosperidade, paz e liberdade são bens morais primários para os humanos, não pode haver dúvida sobre a imoralidade da escravidão ou a maldade de suas conseqüências sociais. Uma vez que esta dúvida seja removida, o imperativo da auto-propriedade deriva logicamente e com força moral. Mais ainda, a força verdadeira e obrigatória desta proposição tem sido validade pela experiência no mundo real dos arranjos políticos: cada experiência de escravidão atesta que a mesma é perversa para a natureza e condições humanas, enquanto que a auto-propriedade sempre contribui positivamente para a busca de uma boa vida.

A lógica do imperativo hipotético pode ser compreendida ainda melhor assumindo-se um resultado falso para o imperativo. Se um escultor obtiver argila de um terreno previamente sem dono e fizer uma estátua com ela, e se ele não tiver o direito de manter a estátua para si, então não haverá base para protestar contra o roubo da mesma. Mas o malefício moral desse roubo é óbvio, bem como suas conseqüências sociais: uma cultura de ladroagem onde ninguém tem direito à propriedade adquirida justamente. As realidades dos objetos materiais

e o fato de que a tomada generalizada de objetos de seus primeiros donos causa o caos social garantem a veracidade do que deve ser um mandamento legal: não tomarás o que pertence a outra pessoa. As tentativas históricas de enfraquecer esta verdade com o conceito de "propriedade" coletiva "pelo povo" falharam sob o comunismo porque violaram as relações de causa-efeito que tornam essencial a propriedade individual de objetos materiais.

Por mais forte que seja essa linha de raciocínio, no entanto, ela também é vulnerável a disputas sobre o que é "dado", como aponta Barnett. Quando o que se assume como fato da natureza humana é bem estabelecido, por exemplo, e quando o que é desejado é razoável em vista desse fato, então o imperativo surge com confiança. Como já foi notado, não pode haver dúvida sobre a relação entre alimento e morte por inanição: qualquer tentativa de contestar esta proposição é absurda por conta dos fatos da biologia. É também difícil de contestar tanto os fatos assumidos como a conclusão imperativa na afirmação notada anteriormente: dada a psicologia da natureza humana, se uma criança pequena deseja sentir-se bem sobre si mesma, então ela precisa agradar seus pais. Tanto os fatos dados como o mandamento resultante são bem estabelecidos e causalmente conectados.

O que ainda não está estabelecido no mundo do discurso intelectual, mas não obstante é verdadeiro na opinião deste autor, é a tese principal deste livro: dadas as características biológicas, psicológicas e sociais da natureza humana e suas implicações para os processos econômicos, sociais e políticos, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então eles devem obedecer a certas regras essenciais à liberdade ordenada, incluindo os sete direitos básicos já descritos. É claro, os "dados" biológicos, psicológicos e sociais da natureza humana podem ser e ter sido vigorosamente contestados pela mente esquerdista moderna. Os esquerdistas negam, por exemplo, que as capacidades de autonomia e reciprocidade são fundamentais para a natureza humana, que a maioria dos cidadãos são competentes para tocar suas próprias vidas, e que a cooperação voluntária pode resolver a maioria dos problemas melhor do que a coerção do governo. Os esquerdistas também negam a realidade de certos dados econômicos (tal como a

lei de oferta e demanda), o papel essencial do auto-interesse na produção e troca, e os desincentivos para a economia saudável decorrentes das regulações coletivistas. Mesmo quando tais dados são reconhecidos, no entanto, os esquerdistas negarão seus papéis críticos na busca da felicidade, prosperidade, paz e liberdade. A negação ampla da realidade é uma das características que definem a mente esquerdista.

Conseqüentemente, o fardo deste livro é vencer a negação do esquerdismo: estabelecer por observação e argumento que certas disposições comportamentais caracterizam de fato a natureza do homem e que elas, na verdade, afetam diretamente as condições necessárias para a liberdade ordenada. Mais precisamente, eu argumento que é somente dentro da concepção bipolar da natureza humana que regras e direitos particulares estarão aptos a fornecer o fundamento legal e moral para a estrutura da liberdade ordenada. Essas regras podem alcançar esse objetivo somente se acomodarem a natureza do homem: os direitos de propriedade do quarteto libertário, por exemplo, acomodam a natureza do homem, enquanto os "direitos positivos" do coletivismo moderno violam esta mesma natureza. A arquitetura social que permite a liberdade civilizada deve ser fundamentada em certas disposições comportamentais que caracterizam de fato a conduta humana.

Baseado nas disposições comportamentais descritas até o momento, um argumento baseado no formato do imperativo hipotético afirma que se as regras de convívio de uma sociedade são consistentes com a análise da competência adulta estabelecida neste livro, então elas devem promover, entre outras coisas, o desenvolvimento de cidadãos autônomos, responsáveis e cooperativos, que reverenciam a liberdade ordenada e são comprometidos com certos padrões de moralidade e ética. Seus ideais balizadores devem ser os da auto-confiança, e não da dependência do governo; da auto-direção legítima, e não da regulação governamental; da retidão moral, e não da licença moral; do altruísmo informado, e não do assistencialismo estatal; e do individualismo cooperativo, e não do coletivismo coercivo. Dadas a natureza e a condição humanas, se os cidadãos de uma sociedade desejam buscar a felicidade e a prosperidade e ao mesmo tempo viver juntos em paz e liberdade, então as regras que governam sua conduta não podem promover uma população de cidadãos dependentes, exigentes

de direitos, manipuladores e invejosos, que negam os princípios de que dependem a paz e a liberdade. A natureza humana impõe certas limitações inequívocas sobre as regras que favorecem a liberdade ordenada. Elas determinam que tipos de políticas sociais são razoáveis e que tipos não são razoáveis. As sociedades que ignoram essa diferença não desfrutam nem da ordem e nem da liberdade.

A importância das regras

Os direitos básicos exercitam suas funções na proteção das pessoas, da propriedade e das promessas ao impor certas obrigações aos cidadãos competentes. A conexão entre direitos e obrigações foi mencionada apenas de passagem até agora. Seguem abaixo as declarações mais explícitas de obrigações derivadas dos direitos básicos quando considerados um por vez:

- Quando o direito à auto-propriedade é aplicado, uma obrigação é imposta sobre todos os outros: refrear-se de fazer alguma coisa ao corpo do detentor do direito sem sua permissão.
- Quando os direitos de primeira posse e de propriedade justa são aplicados, são impostas obrigações sobre todas as outras pessoas: refrear-se de causar danos à propriedade ou de tomá-la de seus proprietários.
- Quando o direito de pessoas competentes de trocar ou transferir propriedade através de consentimento voluntário e informado é aplicado, uma obrigação é imposta sobre todos os outros: refrear-se de interferir com essa transação ou de alterar seu resultado pela força.
- Quando o direito à auto-defesa é aplicado, uma obrigação é imposta a todos os outros: refrear-se de interferir com a liberdade de qualquer indivíduo ou grupo de proteger a si mesmo e suas propriedades de ataques ou roubos.
- Os direitos à compensação por desapropriação, ao acesso limitado em emergências, e à restituição por danos criam, cada um, obrigações análogas.

As limitações sobre a conduta humana impostas por essas obrigações tornam a liberdade e a cooperação possível; sem essas limitações, não é possível ter liberdade e cooperação. *Por serem consistentes tanto de uma perspectiva moral como conseqüencialista, e testadas pela experiência histórica, as regras básicas da liberdade, quando expressadas como direitos, validam a natureza do homem em vez de contradizê-la. Até por serem regras morais, corretas e justas, elas também estabelecem os fundamentos da justiça legal e do Estado de Direito. Os atos em acordo com as regras básicas são atos justos. Os atos em violação às regras básicas são atos injustos. As regras básicas constituem os alicerces sobre os quais qualquer sociedade de liberdade cooperativa precisa ser construída. Elas formam um conteúdo mínimo da lei natural. Elas são, como Hart coloca, uma necessidade natural.*

No nível das interações do dia-a-dia, as regras oferecem proteção contra violência, roubo e fraude perpetrados contra indivíduos, grupos e famílias. As regras ajudam a criar um ambiente de ordem no qual os seres humanos podem fazer o que foram criados para fazer: gerar idéias, estabelecer metas, fazer planos, criar estratégias, explorar alternativas, recrutar recursos, construir relacionamentos, iniciar ações e melhorar suas vidas. Estas e virtualmente todas as outras ações humanas exigem condições estáveis, previsíveis e livres nas quais as interações possam ocorrer em grande parte por consentimento mútuo e onde as interações por coerção sejam raras. Mas as regras têm implicações mais amplas. *Por protegerem amplamente a propriedade por indivíduos e pequenos grupos e por imporem um controle governamental apenas limitado sobre a propriedade, essas regras eliminam o socialismo, o comunismo, o fascismo e as teocracias como sistemas políticos para uma sociedade de cidadãos competentes. Pelas mesmas razões, as regras não somente permitem o capitalismo, mas também o implicam, já que institucionalizam a auto-propriedade, a propriedade privada e a liberdade de contratos, entre outras condições econômicas que definem o capitalismo.* As regras exigem, por exemplo, que todas ou quase todas as transações econômicas ocorram por consentimento, e não por coerção. Compradores compram somente o que querem, baseados em suas necessidades e desejos. Produtores escolhem o que produzir, e vendedores escolhem o que vender, somente o que uns e

outros acreditam que lhes permitirá lucrar quando os compradores optarem por comprar. Sob o capitalismo, mas sob nenhuma forma de coletivismo, a liberdade individual da escolha – e não o decreto de um governo – é o modo dominante de relacionamento humano. Por suas contribuições para a "Mão Invisível" de Smith, as regras básicas ajudam a canalizar o auto-interesse normal e mesmo as manifestações de egoísmo em ações que beneficiam os outros nos domínios econômico e social. Mais ainda, o fato de que as regras se apliquem igualmente e universalmente a todos os cidadãos legalmente competentes promove a ordem social. Ninguém recebe tratamento especial por conta de raça, cor, gênero ou qualquer outro critério arbitrário. As regras básicas tratam Crusoé e Sexta-Feira e Smith e Jones igualmente.

Regras e desenvolvimento humano

Ocorre que, no entanto, as regras básicas e os direitos e obrigações associados a elas fornecem mais do que fundamentos morais e legais para a liberdade ordenada. Elas também criam as condições sociais nas quais o desenvolvimento do indivíduo pode prosseguir até a competência madura. Na ausência de uma invasão estrangeira ou de um desastre natural, uma sociedade organizada sobre a liberdade individual e os direitos à propriedade propicia um ambiente de paz, liberdade e segurança material no qual as famílias podem criar seus filhos sem o medo de uma revolta social traumática e repentina. A partir de pais razoavelmente funcionais que têm confiança no futuro e que também honram os ideais de liberdade e cooperação, e a partir de uma comunidade de lei e ordem que aplica os direitos contra a violência, roubo e fraude, as crianças são capazes de adquirir um senso básico de confiança não somente nas coisas boas que acontecem rotineiramente em sua família, mas também nas coisas boas que acontecem rotineiramente na cultura como um todo. É claro, os fundamentos da confiança básica permanecem sustentados na experiência mais precoce e mais íntima da criança com seus responsáveis, e espera-se que essa confiança seja fortificada em relacionamentos posteriores na vizinhança e nas escolas. Mas a confiança que teve início em casa é também afirmada ou não pelo caráter da cultura na qual

a criança é criada. É numa sociedade benigna que a confiança básica adquirida no início da vida da pessoa é melhor validada pelo resto de seus dias, numa sociedade cujas regras garantem a segurança das pessoas e cujos processos econômicos, sociais e políticos são conduzidos por consenso e não por força ou fraude.

Além dos seus efeitos favoráveis sobre o atingimento da confiança, as regras básicas também maximizam as oportunidades de desenvolvimento da autonomia, iniciativa e atividade. As regras que garantem os direitos à auto-propriedade e o direito de possuir e trocar propriedades validam a capacidade crescente da criança de escolher, de iniciar e de agir com bons propósitos, e de sustentar esforços produtivos. Numa sociedade governada pelas regras básicas, a criança aprende que pode manter o que criar com suas próprias mãos, ou trocar por alguma outra coisa. Ela pode conseguir dinheiro ao fazer tarefas caseiras, quando juvenil, ou trabalhar depois da escola, quando adolescente. Ela aprende que pode comprar o que quiser com o que ganhar, e que tem o direto de manter, doar ou trocar o que tiver conquistado ou comprado. Ela aprende que quanto mais produtiva se torna por sua própria iniciativa e atividade, mais ela beneficia a si mesma e os outros. Ela aprende, no mais, que tem que negociar com os outros para conseguir o que quer deles, porque as regras a proíbem de tomar para si o que os outros não desejam dar voluntariamente.

Todos esses princípios relacionais são seguros pelas regras básicas e os direitos derivados deles, e tudo ajuda a preparar a criança para cooperar quando for adulta. Ao criar incentivos poderosos para que alguém se torne produtivo para seu próprio benefício, e ao proibir a dependência de outros sem consentimento, as regras não somente incentivam, mas exigem a auto-confiança. Ao proibir que uma pessoa tome o que quiser de outra por força ou fraude, as regras não somente sustentam, mas exigem a cooperação voluntária. Mais ainda, a partir do fato de que as regras de troca exigem que ambos os lados concordem com a transação, a criança aprende que para melhorar com sua própria vida ela deve oferecer aos outros alguma coisa que eles acreditem que melhorará a deles. A reciprocidade que cresce nesse modo de relacionamento estende a reciprocidade aprendida na família de

origem; as regras, assim, ajudam a mesclar o auto-interesse individual com o bem comum. De fato, as regras fornecem não apenas um sistema de proibições contra certos danos, mas também promovem aqueles traços que fomentam o consentimento mútuo.

Benefícios adicionais advêm das regras básicas. Como observa Hart, as regras especificam aqueles interesses e inclinações pessoais que devem ser abandonados para se alcançar a ordem social. Pela ameaça poderosa da prisão, julgamento, condenação e punição, as regras impostas como leis exercem uma pressão convincente para que todos os cidadãos renunciem a certas liberdades pelo bem da segurança dos outros. Mesmo além desse benefício por ameaça, no entanto, as regras fornecem um reforço positivo para a identidade. Ao obedecer às orientações legais sobre o que alguém deve ou não deve fazer para ser um bom cidadão, o indivíduo bem motivado sentirá uma auto-estima aprimorada quando puder declarar-se uma boa pessoa em harmonia com as boas regras de uma boa sociedade: obedecer às regras identifica positivamente o indivíduo obediente à lei com sua cultura legal, para o aprimoramento de ambos. Desobedecer às regras, por outro lado, traz o risco do desprezo público e do ostracismo social, além das penalidades da lei onde forem aplicáveis. Num sentido mais amplo, na verdade, as regras são declarações implícitas do que é moralmente, e não somente legalmente, certo e errado. Por prescreverem como alguém deve ou não tratar os outros, as leis formais da sociedade ecoam as lições morais ensinadas à criança em crescimento em seus primeiros anos, e assim constituem lições morais permanentes para a população adulta. Numa sociedade racional, as regras e direitos que governam nossas transações econômicas, sociais e políticas mais importantes garantem que o que os pais ensinaram a seus filhos sobre o certo e o errado seja confirmado pelas instituições em todos os níveis da sociedade: nossas leis criminais, nossos mandamentos religiosos e seculares, nossas tradições, tabus e padrões éticos. Quando as regras em todos os níveis da sociedade são consistentes entre si, como deveriam ser, uma integridade prescritiva caracteriza o tecido complexo da sociedade.

Regras e liberdade

Uma concepção coerente da sociedade ocidental moderna requer assim um conjunto de regras que garanta tanto a liberdade como a ordem na vida econômica, social e política do homem. Esta concepção começa com a natureza bipolar dos seres humanos e da condição humana, reconhece o poder dos instintos e conexões humanos, estipula as realidades da vulnerabilidade e escassez material do homem, e observa com ênfase especial as limitações inerentes do ser humano no tocante à bondade, paciência, altruísmo, empatia e conhecimento, que fazem as regras necessárias em primeiro lugar. As regras necessárias para assegurar tanto a liberdade como a ordem são os imperativos morais do individualismo ocidental, especialmente aqueles que proíbem a violência, o roubo e a fraude. *A partir dessas regras é gerado um conjunto de direitos que define certos domínios da liberdade e certas obrigações corolárias que limitam o que os seres humanos podem fazer uns aos outros. Instituições criadas para proteger esses direitos e forçar essas obrigações dão origem a um sistema de justiça organizado sob o governo da lei. Então, e somente então, o impulso humano por realização pessoal pode ser coordenado com a necessidade humana de cooperação. Uma sociedade assim concebida permite que a disposição inata para a autonomia seja reconciliada com a disposição inata para a reciprocidade.* Validada pelos registros históricos de experimentos com arranjos sociais, esta concepção de sociedade humana demanda a genialidade do experimento americano original de governo libertário. Ela especifica, entre outras coisas, que os homens possuem certos direitos de liberdade e certas obrigações ligadas a esses direitos; que tais direitos e regras que deles surgem devem ser aplicados igualmente e universalmente; que todas as leis, como todas as regras, implicam em trocas que incluem efeitos de incentivo, custos administrativos e de alocação, e conseqüências inevitáveis e não intencionais, mas toleráveis; e que qualquer sistema de justiça sempre será imperfeito para casos marginais.

PARTE III

PREFÁCIO À PARTE III

Organizada em torno das primeiras sete fases do desenvolvimento de Erikson, a Parte II discutiu extensivamente sobre o crescimento do indivíduo para a competência adulta e depois revisou certas instituições críticas para a liberdade ordenada. A Parte III volta-se para uma análise psicodinâmica da mente esquerdista em si. Os argumentos esquerdistas benignos, mas errôneos, a favor de um Estado assistencialista, são vistos como um reflexo dos instintos de criação e cuidado humanos e das inclinações naturais ao altruísmo, que fazem dos seres humanos criaturas sociais. Esta forma de esquerdismo assume ingenuamente que as liberdades do indivíduo podem ser preservadas se a sociedade for mais "cuidadora", mesmo sob a mão pesada do governo.

O esquerdismo radical, em contraste, pretende muito mais do que isso: um Estado autoritário organizado sobre princípios socialistas e governado por elites da esquerda. Este ideal utópico sacrifica as bênçãos tangíveis da liberdade ordenada pelos benefícios ilusórios do Estado assistencialista. A psicodinâmica que impele a mente esquerdista para seus objetivos irracionais pode então ser exposta como uma confissão na primeira pessoa do singular: expressa em suas próprias palavras, como foram, as idéias de desenvolvimento articuladas nos capítulos anteriores fornecem um olhar claro e profundo na loucura da mente esquerdista.

A Parte III continua com uma revisão da última das fases do desenvolvimento de Erikson, e então lembra o leitor, mais uma vez, dos abusos com os quais o esquerdismo moderno viola os princípios da liberdade ordenada. Uma descrição da neurose esquerdista ob-

serva os sinais e sintomas que a qualificam como uma desordem da personalidade. O livro termina com breves discussões sobre como o esquerdismo moderno pode ser erradicado, primeiro no indivíduo aflito, e depois na sociedade.

CAPÍTULO 41

A MENTE ESQUERDISTA BENIGNA

Amarás teu próximo como a ti mesmo.

— Levítico 19, 18

O ataque do esquerdismo moderno

Este livro tem argumentado que com uma criação suficientemente boa dentro de uma cultura comprometida com a liberdade ordenada, o empuxo natural do desenvolvimento humano produz um indivíduo que é ao mesmo tempo autônomo e recíproco, uma fonte auto-confiante de iniciativa e colaboração voluntária nas atividades do dia-a-dia. Este livro também argumentou que as causas coletivas da agenda esquerdista moderna têm enfraquecido os direitos do indivíduo e seu crescimento para a competência adulta; enfraquecido a integridade da família como entidade primária de civilização e socialização da sociedade; e enfraquecido a função apropriada de uma sociedade moderna, a de prover uma estrutura social abrangente para que as vidas possam ser vividas em paz e liberdade. O esquerdismo moderno alcançou esses resultados destrutivos através de ataques retóricos, legislativos e judiciais incansáveis sobre a autonomia e a soberania do indivíduo; sobre as tendências humanas naturais de cooperação, reciprocidade e altruísmo; e sobre os princípios do realismo moral da civilização ocidental, destilado por séculos. A agenda esquerdista fomentou a dependência do governo

no lugar da auto-confiança; a direção governamental no lugar da auto-determinação; a indulgência e o relativismo moral no lugar da retidão moral; o coletivismo coercivo no lugar do individualismo cooperativo; a sujeição institucionalizada no lugar do altruísmo genuíno. Em favor das várias causas coletivas, o esquerdismo moderno tem sido bem-sucedido em tirar o indivíduo de sua posição legítima de unidade econômica, social e política primária da sociedade. Ele tem enfraquecido a santidade do casamento e a coesão da família. Tem enfraquecido a harmonia natural que existe entre indivíduo, família e comunidade. Tem enfraquecido as obrigações de promessas, contratos, posse e direitos de propriedade. Tem desconectado as recompensas do mérito e do merecimento. Tem corrompido a base ética e moral para o convívio civilizado. Tem polarizado a população em classes antagônicas com alegações falsas de vitimização e vilania, e da falsa necessidade de um resgate político. Com um crescimento enorme acima da definição de governo e de suas funções listadas na Constituição dos EUA, o esquerdismo americano moderno criou e idealizou um Estado Parental e administrativo, e o dotou com vastos poderes gerenciais, assistencialistas e regulatórios. A história registra o resultado inevitável de tais expansões do poder governamental: a liberdade individual e a coordenação pacífica da ação humana são severamente prejudicadas ou perdidas.

O apelo da América

Este livro tem afirmado, entre outras coisas, que certas características da natureza humana são criticamente relevantes para a maneira com que os indivíduos se relacionam uns com os outros na vida comunitária e que devem existir certas condições, especialmente a obediência às regras fundamentais que governam a conduta humana, se as pessoas desejam buscar a realização pessoal e a segurança, e ao mesmo tempo viver em paz e liberdade. Estas condições e especialmente certos direitos e obrigações detalhados nos últimos dois capítulos não são opcionais, como Epstein, Barnett e outros apontaram, mas sim essenciais para a construção de boas vidas. A conclusão de que essas condições são essenciais não vem de uma teorização feita

numa poltrona confortável, mas da observação cuidadosa da ação humana, tanto a histórica como a contemporânea. Muitas dessas observações foram resumidas neste livro.

Uma das mais relevantes entre elas é a migração histórica e persistente de um vasto número de pessoas para os Estados Unidos desde o momento de sua fundação. Nunca houve nenhum mistério sobre o porquê de milhões de pessoas arriscarem tanto para vir para cá; todas elas deixaram bem claras suas razões. A possibilidade de viver uma vida de liberdade econômica, social e religiosa num ambiente razoavelmente previsível de lei e ordem possui um apelo irresistível para o espírito humano. Este apelo é uma função da natureza bipolar inerente ao homem, uma natureza que busca viver de acordo com as próprias escolhas do indivíduo, e não pelas escolhas dos outros, e cooperar por consentimento mútuo, e não pelo medo do encarceramento. A história tem, é claro, validado a escolha dos imigrantes. As pessoas que vieram para os Estados Unidos, em sua grande maioria, ficaram aqui porque acreditam que a qualidade de vida encontrada é superior a qualquer coisa disponível em outros lugares, mesmo quando isso implica em aceitar a responsabilidade total por si mesmas e por seus dependentes. De fato, os requisitos de responsabilidade individual e tomada de risco têm sido felizmente abraçados por todos aqueles que entendem que a liberdade a ser vivida pelo adulto competente não é a pseudo-liberdade do beneficiário do assistencialismo. É verdade que o coletivismo crescente da política social americana começou a atrair uma nova casta de imigrantes, que é atraída pelas oportunidades de direitos e dependências em vez da auto-determinação e cooperação. A degradação da política social americana tem afetado as intenções com que os imigrantes buscam refúgio aqui. A venerável estrutura da liberdade que definiu os primeiros 200 anos da América atraía as pessoas com coragem e determinação. As seduções crescentemente ignóbeis do Estado assistencialista estão agora atraindo imigrantes com intenções diferentes. O vírus do coletivismo se entrincheirou com firmeza.

Mas essas reflexões convidam a uma pergunta óbvia: por que, em primeiro lugar, o vírus está aqui? Se a agenda esquerdista enfraquece de fato a vida do cidadão que reverencia a liberdade individual, que

reconhece a soberania do outro, que assume total responsabilidade por sua vida, que assume os riscos inerentes à liberdade e que se compromete a colaborar com os outros para o ganho mútuo, então por que alguém se comprometeria com os princípios do esquerdismo moderno e proclamaria sua superioridade na coordenação da conduta humana? O que é isso que tenta os seres humanos a trocar as bênçãos já validadas da maior conquista política da história pelas promessas regressivas da agenda esquerdista? Por que trocar a liberdade de viver responsavelmente como se bem quiser pela indulgência e opressão do Estado gerencial/regulatório/assistencialista/babá? O que parece ser tão valioso aos esquerdistas sobre esse tipo de arranjo que justifique abrir mão da própria soberania pessoal para ser adotado pelo governo?

Sentimentos de cuidado

A resposta curta e inadequada para essas perguntas é que os esquerdistas, como muitos outros, sentem compaixão pelos sofrimentos dos desfavorecidos, querem aliviá-los, e acreditam que os governos podem ajudar. Elihu Root observou que os seres humanos "vêem quanta miséria há no mundo e clamam instintivamente contra ela". A compaixão pelo sofrimento dos outros emerge nos seres humanos a partir de instintos de cuidado, criação e resgate. Erikson via a expressão madura desses impulsos como uma conquista do desenvolvimento adulto: ele usou o termo geratividade para denotar não somente a criação das crianças, mas também o comportamento cuidadoso que beneficia a comunidade como um todo. É claro, expressões manifestas de tais instintos podem ser encontradas muito antes da idade adulta. Elas emergem no começo da infância e são facilmente observadas nos anos seguintes. Se bem criada, a criança responderá com uma preocupação terna aos pais ou irmãos que estiverem doentes, tristes, ou machucados. Uma criança de dois ou três anos de idade, mesmo que não tenha sido bem amada, sentirá compaixão de animais machucados, de amigos doentes e de idosos fracos ou frágeis. Crianças em idade pré-escolar assumem papéis de cuidadoras quando brincam de casinha. Juvenis e adolescentes ajudam a cuidar de pais e irmãos doentes ou machucados. A babá juvenil ou adolescente se prepara para criar seus próprios filhos no futuro. Em parte por se importarem, crianças

de todas as idades podem assumir um fardo imerecido de culpa por um membro da família que esteja sofrendo. É comum que a criança nas fases juvenil e adolescente do desenvolvimento sinta simpatia por pobres, escravizados, oprimidos ou desamparados, ou por qualquer ser humano que sofra. Uma resposta típica inclui o desejo de ajudar ou resgatar, de confortar ou curar ou aliviar a dor. Geralmente, e apesar de nossas tendências de egocentrismo, o desejo compassivo de ajudar os outros queima eternamente no espírito humano.

O trabalho de qualquer sociedade livre dá testemunho desta afirmação. Inúmeras profissões e serviços, incluindo medicina, enfermagem, psicologia, serviço social, sacerdócio, ensino, direito, força policial, bombeiros, creches e asilos, envolvem o cuidado e a proteção de outros. Os instintos de cuidado também ficam evidentes nas fazendas, nos parques de preservação de vida selvagem e na proteção ao meio-ambiente. Assumir um cargo político e outras formas de serviço público, juntamente com o trabalho religioso e de vários tipos de instituições filantrópicas e de caridade, conta obviamente como um comportamento de cuidado, bem como as tarefas militares, da guarda-costeira e de missões de resgate como as da Cruz Vermelha.

Num sentido mais amplo, na verdade, uma grande parte das atividades econômicas e sociais ordinárias contém elementos que são direta ou indiretamente motivados pelo desejo de ajudar, cuidar ou agradar os outros. Quando um empresário cuida de seu negócio, há tipicamente uma satisfação em saciar as necessidades e desejos de seus clientes, e não somente o lucro. Na ausência do narcisismo patológico, a maioria dos seres humanos deseja ajudar seus companheiros, mesmo que seus esforços sejam modestos. Lembremos, além disso, que o curso normal do crescimento para a idade adulta resulta em capacidades adquiridas de empatia, identificação e reconhecimento. Essas capacidades contribuem claramente para as atitudes altruístas e são fortalecidas por sentimentos de ternura, simpatia e pena. Uma tendência de ajudar os outros é parte do instinto geral humano de cooperar para o benefício mútuo. Esta tendência se sobrepõe às tendências inatas do altruísmo, uma outra disposição com valor de sobrevivência que estende os desejos de cuidar além das fronteiras relativamente estreitas da família. Todas essas atitudes são parte do

equipamento biológico, psicológico e social da natureza humana. Todos motivam impulsos poderosos de ajudar os outros, cuidar dos outros, e até mesmo de sofrer e morrer pelos outros. “Fazer bem fazendo o bem” não é um clichê vazio. Na habilidade da cooperação social, como Hazlitt afirma tão claramente, o interesse pessoal de longo prazo do indivíduo é reconciliado com o bem comum.

Opções de ajuda

Uma vez que o impulso de ajudar se afirma, no entanto, a questão que surge é de como implementá-lo. Há apenas dois métodos básicos pelos quais os seres humanos podem ajudar uns aos outros: voluntariamente através de esforços individuais e conjuntos, algumas vezes em grande escala e até mesmo em escala internacional (a Cruz Vermelha, por exemplo), ou coercivamente, através do poder do governo. Por operarem apenas pelo consentimento daqueles que os organizam, os métodos voluntários preservam todos os direitos básicos que garantem a liberdade individual e a ordem social. E por conta de ser mantida sob o controle privado, uma operação deste tipo também canaliza causas caridosas em todos os níveis da sociedade, do local ao internacional, através de pessoas que podem ser responsabilizadas por seus atos. Leis que regulem adequadamente as atividades de grupos de caridade, especificamente a propriedade, obrigação e transferência de bens, são aplicadas rotineiramente a instituições financeiras de todos os tipos, e por isso há recursos legais disponíveis caso o que parece ser um programa beneficente, à primeira vista, revele-se algo diferente. Além disso, se os doadores de organizações de caridade desejarem, eles podem exigir que suas contribuições sejam condicionadas a algum tipo de programa de reabilitação projetado para restaurar a auto-confiança o quanto antes.

O segundo método, o programa assistencialista mantido pelo governo, ataca todos os direitos básicos que protegem a liberdade individual e a ordem social, e ao mesmo tempo desconecta os motivos do cidadão para fazer caridade dos tipos de distribuição que o programa faz e das identidades de seus beneficiários. Os órgãos de assistência do Estado não são responsabilizados por decisões onerosas, por prevaricação ou mal direcionamento de benefícios, ou por simples incompetência em

suas operações, exceto por alguma investigação jornalística ocasional ou indiretamente pelas urnas eleitorais, e nenhum desses métodos permite que a operação seja terminada. Desvantagens adicionais inerentes aos programas assistencialistas do governo: efeitos destrutivos sobre indivíduos, famílias e a cultura como um todo; distorções inevitáveis de incentivos e alocações de recursos; e burocracia e corrupção infinitas que infectam invariavelmente suas operações.

A mente esquerdista benigna e suas ilusões

Dado o histórico de fracassos do esquerdismo moderno em suas "guerras" à pobreza e às drogas, a ineficiência e falência de seus programas coletivizados de educação, saúde, aposentadoria, transporte e moradia, apenas para citar alguns, e dados os efeitos corruptores de seus programas sociais sobre o caráter das pessoas, nós podemos perguntar novamente: por que a sociedade moderna criou e idealizou um Estado-babá e administrativo, e o dotou com vastos poderes gerenciais, assistencialistas e regulatórios sobre as pessoas? A resposta a esta pergunta pode ser encontrada na declaração da pergunta em si e em seus objetivos implícitos. A mente esquerdista moderna acredita nas seguintes proposições:

- Um Estado de esquerda idealizado ou algo bem próximo a isto pode, de fato, ser criado no mundo real.
- O Estado-babá idealizado pode e irá agir como um pai benigno e amável.
- O Estado gerenciador idealizado pode e irá gerenciar as vidas das pessoas para seu benefício, exatamente como pais amorosos gerenciam as vidas de suas crianças.
- O Estado cuidador idealizado pode e irá garantir a saúde, segurança econômica e status social das pessoas.
- O Estado regulatório idealizado pode e irá controlar as vidas das pessoas para eliminar a adversidade econômica, a luta social e o conflito político.
- O Estado de esquerda idealizado pode e irá atender a todas ou quase todas as necessidades e desejos das pessoas, incluindo seu desejo de serem satisfeitas.

Como este livro tem tentado provar, no entanto, as promessas dessas proposições não podem ser realizadas por causa das realidades da natureza humana. Mais ainda, elas não devem ser realizadas porque violam os direitos humanos básicos essenciais à liberdade ordenada. Não obstante, o cidadão esquerdista ingênuo escolhe lhes dar crédito por muitas razões. Aqui estão algumas delas:

- Essas promessas representam tanto ele quanto suas melhores intenções para o bem-estar de todos, e declaram seu apoio àqueles mais necessitados.
- Essas promessas o fazem sentir-se fazendo alguma coisa boa pelos outros, permitindo-lhe assim sentir-se altruísta e generoso, e evitando o sentimento de culpa.
- Essas promessas atribuem obrigações de caridade para as agências do governo, para que o cidadão em si não precise fazer o trabalho verdadeiro de caridade ou não tenha que lidar com beneficiários difíceis.
- Essas promessas tranqüilizam o cidadão no tocante aos seus próprios medos de desamparo, necessidade, inferioridade e inveja.
- Essas promessas tranqüilizam o cidadão no tocante aos seus próprios medos de adversidade econômica, impotência política e conflito social.
- O esquerdista ingênuo pode manter sua ignorância e sua negação dos fracassos dos programas quanto aos seus objetivos primários.
- O esquerdista ingênuo pode manter sua ignorância e negação dos efeitos destrutivos não intencionais dos programas.
- O esquerdista ingênuo pode manter sua ignorância e negação da exploração financeira e política dos programas pelos oficiais do governo.

Em contraste à Mente Esquerdista Radical que será discutida em capítulos à frente, este cidadão bem intencionado, porém ingênuo, possui a Mente Esquerdista Benigna. Ele sente compaixão pelos pobres, necessitados, doentes, desesperados, oprimidos, ignorantes, desamparados e desesperançosos. Ele busca um poder maior que si mesmo e seus companheiros, e maior que as organizações religiosas e

voluntárias, para ajudar todos os que estão em dificuldades. Ele possui alguns valores conservadores, mas é ambivalente a respeito das instituições conservadoras, especialmente as econômicas. Ele suspeita que os conservadores sejam fundamentalmente egoístas, e não tem consciência de que esta crença é, em parte, uma projeção de seu próprio egoísmo inconsciente. Ele acredita bastante na idéia de liberdade individual sob a lei, mas não tem certeza sobre a quantidade de responsabilidade individual que qualquer pessoa, incluindo ele mesmo, deveria ter que assumir. Ele acredita na economia de mercado, mas acha que ela deve ser regulada de perto pelos oficiais do governo, e não somente por leis que protejam a propriedade e os direitos de contrato. Ele acredita no princípio da auto-propriedade, no direito a ter posses, no direito a trocá-las por consentimento mútuo e no direito à auto-defesa, mas freqüentemente se dispõe a abrir mão desses direitos por uma causa coletiva, e é tremendamente ignorante no que diz respeito à extensão das perdas causadas pela agenda esquerdista em relação a esses direitos. Ele acredita em direitos à restituição e é ambivalente sobre a compensação por desapropriações. Ele acredita no direito ao acesso a propriedades privadas em emergências. Na conduta da maioria das interações adultas, ele acredita que é melhor ser honesto do que desonesto, melhor ser cortês do que rude, auto-confiante do que dependente, recíproco do que egoísta, generoso do que mesquinho. Com este apoio mais ou menos positivo, mas ambivalente, aos ideais e aspirações da liberdade, não ocorre à Mente Esquerdista Benigna que os efeitos dos programas assistencialistas do governo já enfraqueceram seriamente os fundamentos de sua liberdade, que a destruirão eventualmente. Pelo contrário, ele acredita que a sociedade livre e ordenada estabelecida pelos fundadores da América foi melhorada, não degradada, ao ter enxertada a virtude indiscutível de um Estado assistencialista, e que pode ser melhorada ainda mais com mais do mesmo. Ele acredita nisto sem ter a menor noção de que a dinâmica da política assistencialista do governo ataca os pilares da liberdade ordenada e corrompe as pessoas. Os detalhes desse ataque foram listados extensivamente no Capítulo 35 e em todo lugar neste livro.

CAPÍTULO 42

AS FALÁCIAS DOS DIREITOS AFIRMATIVOS

A paixão pela igualdade penetra por todos os lados nos corações dos homens, expandindo-se e preenchendo-os por inteiro. Não lhes diga que por esta rendição cega de si mesmos a uma paixão exclusiva eles arriscam seus interesses mais queridos; eles são surdos. Não lhes mostre a liberdade escapando de seu alcance enquanto eles olham para o outro lado; eles são cegos, ou conseguem discernir apenas um objeto a ser desejado no universo.

— Alexis de Tocqueville

Direitos Afirmativos e a injustiça do sofrimento

Percepções diretas e relatos indiretos de sofrimento, dificuldade e necessidade são mensagens poderosas nos esforços da agenda esquerdista de criar uma sociedade coletivista voltada para o assistencialismo. Mas uma força igualmente poderosa deriva do sucesso da propaganda em retratar a maioria dos sofrimentos humanos, não apenas parte deles, como algo injusto em vez de vê-los como uma parte inevitável da experiência humana. Na verdade, a visão de que todo ou quase todo sofrimento é injusto é a justificativa da mente esquerdista para a defesa dos direitos afirmativos: *se os seres humanos têm direitos afirmativos a comida, roupas, moradia, emprego, educação, saúde, creche, aborto, meio-ambiente limpo e seguro, status social*

adequado, tempo de lazer ou qualquer outro bem, serviço ou condição, e se esses direitos são declarados obrigatórios, então as pessoas que não os têm estão sendo negligenciadas e privadas, sendo portanto vítimas de injustiça. Sobre esta compreensão da condição humana, a mente esquerdista enxerga o Estado mínimo como algo profundamente injusto, porque ele protege zelosamente apenas os direitos básicos essenciais à vida, à liberdade e à busca da felicidade num ambiente pacífico e ordenado, e recusa-se explicitamente a garantir todos aqueles bens e serviços que apenas indivíduos e grupos podem fornecer através de sua própria iniciativa. A verdade, no entanto, é que o Estado coletivista da agenda esquerdista é que é profundamente injusto, exatamente porque qualquer tentativa de aplicar sua plataforma de direitos afirmativos viola imediatamente os direitos negativos essenciais à liberdade ordenada. Exemplos desse tipo de injustiça estão mostrados abaixo.

Variedades e causas do sofrimento humano

A natureza biológica, psicológica e social do homem o torna vulnerável a privações e dificuldades de todos os tipos. Em primeiro lugar, as leis da natureza o fazem passar por morte, doenças, ferimentos, dor e perdas sempre que levam a terremotos, tornados, enchentes, secas, erupções vulcânicas e outros desastres naturais em que parecem estar presentes. Por causarem grandes sofrimentos esses eventos poderiam ser chamados, com razão, de males. Mas eles são ao mesmo tempo integrais ao mundo natural em que vivemos e, por essa razão, não podem ser chamados de injustiças. Não há lei cósmica que diga que tais sofrimentos causados pela natureza não deveriam e nem poderiam acontecer. Pelo contrário, há inúmeras leis da física, química e biologia que garantem que cada sofrimento deve e irá ocorrer sempre que os pré-requisitos tenham sido cumpridos. Assim, quaisquer alegações da mente esquerdista de que o sofrimento das vítimas de desastres naturais é injusto não pode ser racional. É claro que não há base sobre a qual se possa afirmar que as vítimas de tais desastres merecem o que lhes acontece, e nesse sentido seus prejuízos são injustos. Mas essa idéia não muda o argumento. Os efeitos dos eventos no universo natural sobre os seres humanos não estão sujeitos

a considerações de justiça, mérito ou merecimento: um terremoto pode infligir o sofrimento mais doloroso na criança mais inocente enquanto o pior dos canalhas escapa sem nenhum arranhão. Embora as leis feitas pelos seres humanos conectem regularmente a eqüidade, o mérito e o merecimento à ação humana e suas conseqüências, não há lei no universo que proteja seletivamente os justos de enchentes ou puna os pecadores com terremotos. Em desastres naturais não há vilão para ser culpado ou processado por danos.

Assim como os desastres naturais, acidentes inevitáveis, falibilidade humana e falta de sorte também causam morte, ferimentos, dor e perdas. As melhores intenções e os esforços mais conscienciosos às vezes não conseguem prevenir o infortúnio. Mas, novamente, já que não há justiça cósmica para prevenir tais eventos de acontecerem, eles não podem ser chamados racionalmente de injustos, por mais terrível que seja o sofrimento que causam. Acidentes inevitáveis e má sorte podem matar e mutilar o inocente enquanto o malvado é poupado; no mundo do acaso, nenhuma lei natural protege o inocente ou pune o culpado. Conseqüentemente, o sofrimento que deriva da má sorte, embora não merecido, não é injusto. É, em vez disso, um elemento lamentável e às vezes trágico mas inevitável da condição humana, e não há ninguém que possa ser racionalmente culpado por isso ou acionado para compensações.

Mais ainda, além do sofrimento devido a desastres naturais e acidentes inevitáveis estão a morte, doenças, ferimentos, dor e perdas decorrentes da negligência, do auto abuso e de atos impulsivos e irresponsáveis. Estas conseqüências são injustas? Se sim, quem cometeu qual injustiça contra quem? Pode-se argumentar que a pessoa ferida por seu próprio comportamento descuidado ou negligente fracassou em sua obrigação para consigo mesma, e por isso cometeu injustiça a si mesma. Por outro lado, pode-se argumentar que o dano que ela sofre é, de certa forma, uma punição justa por sua falta de cuidado. Qualquer um dos argumentos que se defenda, todos os adultos competentes sabem que todos os atos têm conseqüências e que alguns atos têm conseqüências danosas. *Para o homem competente, agir com liberdade é assumir riscos e aceitar responsabilidades; apenas criancinhas ou adultos infantilizados acreditam no contrário. Na verdade, o homem competente, por orgulho próprio, não culpa ninguém além*

de si mesmo por danos auto-infligidos e não responsabiliza ninguém além de si mesmo pela recuperação que porventura alcançar. No caso de ser muito deficiente por conta de sua doença, ele deve esperar por uma ajuda caridosa. É claro, qualquer um que deseje pode ajudá-lo, e muitos acreditarão que tal ajuda é uma obrigação moral. Numa sociedade livre, no entanto, danos auto infligidos não podem justificar uma reivindicação legalmente executável sobre outras pessoas que não sejam os pais ou guardiães. Mais precisamente, a vítima que prejudica a si mesma não possui direito legal ao tempo, esforço, dinheiro ou vida de outro ser humano que não lhe tenha feito nenhum mal. Qualquer concepção de liberdade que se preze requer de todos os cidadãos competentes que assumam seus riscos e suas responsabilidades, e não uma insistência infantil em que os muitos e aleatórios indivíduos formem um único e íntegro corpo social. Se a liberdade é, de fato, desconectada da responsabilidade, como diz a propaganda esquerdista, então temos uma sociedade de pessoas literalmente despreocupadas, cada qual falsamente responsável por todas as outras, e nenhuma delas realmente responsável por si mesma. Pela definição mesma de dano auto infligido, o homem competente que prejudica a si mesmo através do descuido ou da negligência não pode alegar que é vítima de injustiça por outra pessoa, nem pode demandar legitimamente que a "sociedade" o compense. Assim, sempre que o esquerdista moderno expande sua concepção de injustiça para incluir o sofrimento de todos os tipos, ele está apostando num mundo fantasioso livre do risco e nas necessidades não satisfeitas. No curso desses esforços os defensores da ideologia aumentarão o fardo coletivo sobre o indivíduo; diminuirão sua liberdade; taxarão seu tempo, esforço e bens materiais; e ignorarão sua soberania. Este tipo de fardo é ruim o suficiente e injusto por si mesmo. Mas o ideal da agenda de esquerda, de um mundo governado pelos direitos afirmativos, não é apenas penoso. O conceito todo é irremediavelmente pomposo: a visão de qualquer poder sobre a Terra, governamental ou de outro tipo, que sustente milhões ou bilhões de seres humanos com comida, moradia, cuidados médicos, aposentadoria e todas as outras promessas da esquerda é absurdamente utópica e literalmente fantasiosa.

Injustiça autêntica

Embora a idéia de justiça não se aplique a desastres naturais, acidentes inevitáveis, má sorte e danos auto infligidos, ela se aplica às regras que os homens criam para governar sua própria conduta. Nesse mundo, a idéia de justiça torna-se imediatamente relevante e integral à estrutura da liberdade. Entre outras fontes, as leis estatutárias baseadas em direitos negativos criam os direitos e obrigações que definem a justiça. Quando estas são violadas, os danos resultantes são adequadamente chamados de injustos. Por exemplo:

- Violar uma lei criminal é injusto porque os direitos de propriedade da vítima são violados.
- Uma violação da lei de contrato é injusta porque viola o direito da vítima a possuir e trocar propriedades.
- Violar uma lei civil é injusto porque o direito da vítima contra danos negligentes é violado.
- Alegações análogas de injustiça surgem das violações de leis procedimentais que asseguram o processo devido, especialmente as que governam as condições de prisão, detenção, interrogatório, julgamento, representação e sentença, e as regras relacionadas a apelos, provas, avisos e evidências.
- Alegações similares de injustiça surgem apropriadamente de violações de leis que protegem os direitos à restituição, à compensação justa por desapropriação e ao acesso em emergência.

Surge então a pergunta: estas leis civis, criminais e procedimentais são justas por si mesmas? De acordo com os argumentos desta análise e de outras, a resposta é *sim* se elas honrarem os direitos e obrigações básicos que dão base para a liberdade ordenada, como acontece na concepção libertária do Estado. A resposta é *não* na concepção esquerdista do Estado, porque cada direito afirmativo a algum bem ou serviço viola ao menos um direito negativo essencial à liberdade ordenada. O direito afirmativo de Smith a uma casa, por exemplo, pode ser realizado apenas quando um governo de esquerda lhe dá uma. Mas o

governo precisa primeiro comprar ou construir uma casa antes de dá-la para alguém. Em qualquer uma das opções o governo precisa tomar forçadamente o trabalho e/ou os materiais e/ou dinheiro de alguns cidadãos, exceto de Smith. Mas tirar algo por força de qualquer pessoa viola os direitos negativos que deveriam proteger as liberdades mais básicas de cada cidadão: seus direitos a si mesmo e ao seu trabalho, seus direitos de adquirir e possuir dinheiro e propriedades, e seu direito de vender, trocar, manter ou dar o que possuir. Assim, a realização do direito afirmativo de Smith a uma casa precisa violar os direitos à liberdade de seus concidadãos, e a agenda de direitos da mente esquerdista é revelada pelo que ela realmente é: uma plena injustiça em si mesma. Este argumento se mantém qualquer que seja o benefício entregue pelo direito afirmativo – moradia, comida, cuidado médico, aposentadoria – para Smith ou para qualquer outra pessoa. *A aplicação de qualquer direito afirmativo significa que o tempo, energia, dinheiro, inteligência, trabalho e propriedade de alguém serão confiscados no processo, uma violação clara dos direitos básicos à liberdade, e portanto um caso claro de injustiça.*

O Estado justo

Como já foi notado em capítulos anteriores, o Estado de Direito libertário emerge do seguinte argumento básico: dada a natureza do homem tanto como ator autônomo como cooperador voluntário, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade vivendo em paz e liberdade, então eles devem viver por certas regras fundamentais que protejam a propriedade e os contratos e que permitam apenas um controle limitado de um governo limitado sobre bens comuns limitados. O sucesso sem precedentes na história do experimento de governo original da América, em termos de liberdade, felicidade, ordem, segurança e bem-estar, validou o fato de que seu sistema de governo é justo. O sistema é justo porque as regras que lhe dão base são consistentes com a natureza do homem, protegendo sua necessidade bipolar de agir independentemente com liberdade e de cooperar por consentimento mútuo. Como já foi notado no capítulo anterior, na concepção libertária do Estado, a ordem social racionalmente justa é aquela baseada nos seguintes princípios:

- A ordem justa deve honrar a soberania do indivíduo ao reconhecer seu direito de dirigir sua própria vida, e também honrar os relacionamentos entre todos os indivíduos da comunidade através de uma ética de cooperação voluntária.
- A ordem social justa respeita a liberdade do indivíduo ao exigir que ele tome responsabilidade por si mesmo e que assuma os riscos inerentes às suas ações; ela não se intromete em suas liberdades naturais, nem tenta protegê-lo de si mesmo, nem compensá-lo por seus erros dando-lhe algo que foi tirado de outros.
- A ordem social justa respeita a propriedade justamente adquirida e a integridade dos contratos feitos com retidão; ela não viola os direitos de propriedade nem invalida acordos.
- A ordem social justa respeita os direitos do indivíduo à restituição, compensação justa e acesso em emergências.
- A ordem social justa respeita o princípio da igualdade sob a lei como uma barreira à manipulação política; ela não isenta alguns das exigências da lei nem concede favores políticos a outros.
- A ordem social justa exige limites constitucionais em todos os níveis de governo para prevenir que este viole os direitos naturais do homem; ela não priva um indivíduo da posse de sua vida, liberdade ou propriedade através de políticas de coerção.

Por todas estas e outras razões, e porque a agenda esquerdista também corrompe o caráter das pessoas que domina, a ordem social libertária justa rejeita a fantasia esquerdista de que uma sociedade baseada em direitos afirmativos e livre de risco e de necessidades não atendidas pode ser criada por qualquer governo, incluindo um muito grande, poderoso ou mesmo mundial.

A vagueza dos princípios esquerdistas

Uma das características mais marcantes do esquerdismo moderno, seja ele benigno ou radical, é a vagueza de suas políticas sociais, apesar de seu propósito aparente de nobreza. Uma plataforma de esquerda tipicamente "progressista", por exemplo, anunciará seus objetivos

como sendo a erradicação da fome, pobreza, ignorância, doença, falta de cuidado infantil, desigualdade material e opressão política. A própria plataforma se dedicará à provisão de emprego, moradia, nutrição, educação, harmonia social e cuidado médico. Mas no mundo real, tentar alcançar apenas um desses objetivos já seria uma tarefa colossal, cujas dificuldades a agenda esquerdista jamais explicita adequadamente para o público. Considere, por exemplo, o anúncio de um programa cuja intenção é acabar com a fome num único país do terceiro mundo. Perguntas como as seguintes devem ser respondidas com fatos verificáveis e provados, ou ao menos com estratégias plausíveis, para que o programa possa ser bem-sucedido:

- Qual é o histórico do problema? Quando e por quais razões a fome começou?
- Esse país já foi algum dia capaz de se alimentar sozinho? Como?
- Como os fatores climáticos afetam o problema?
- O que melhorou ou piorou o problema?
- Quais são os fatores econômicos, sociais, políticos, religiosos, legais e étnicos que afetam o problema e quaisquer tentativas realistas de resolvê-lo?
- Quais são os problemas de logística para fornecer comida à população?
- Quem fornecerá a comida? Quem a plantará, colherá, conservará, registrará e enviará?
- Quem garantirá que a comida estará conservada e comestível quando chegar ao local?
- Com, por quem e a que custo ela será recebida e distribuída aos necessitados?
- Quem administrará o programa? Como serão prevenidas a corrupção e as falcatruas?
- Como e por quem as fases do programa serão financiadas e quanto tudo custará?
- Como o fornecimento de comida à população alvo a afetará social, psicológica e politicamente?

- Quais são as atitudes das pessoas em relação ao programa?
- Alguém, especialmente pessoas politicamente posicionadas, terá objeções ao programa?
- Alguém tentará impedi-lo? Ou ajudá-lo?
- Quem se beneficiará financeira e politicamente do programa? Em quanto?
- Quem terá prejuízos com o programa?
- Por quanto tempo o programa continuará?
- O programa incorpora um plano para tornar a população auto-suficiente? Qual é o plano?
- Quais são as conseqüências médicas da fome até o momento?
- Quais são as conseqüências para o desenvolvimento com a fome?
- Quais serão os efeitos de incentivo e desincentivo do programa?
- Para quais usos melhores, se houver, os fundos, esforços e recursos do programa poderiam ser alocados?
- Qual estratégia de saída terminará o programa?

Fatos verificáveis e provados ou estratégias plausíveis que respondam à maioria dessas perguntas não serão oferecidos por ninguém que proponha um programa desse tipo, e portanto qualquer proposta como esta não tem nenhum propósito prático. Se o programa for apenas um dentre muitos programas comparáveis para garantir outros direitos afirmativos, então a plataforma inteira é ainda mais sem sentido, já que não há planejamento possível que possa fazer funcionar tal esquema. Nesse caso, o anúncio dos objetivos da plataforma serve apenas para propósitos retóricos – sentir-se bem a respeito das intenções de alguém, por exemplo, ou arrecadar suporte contra um oponente político.

Esta lista de perguntas ilustra os tipos de questionamentos essenciais que são rotineiramente omitidos da campanha de qualquer político de esquerda para impressionar os eleitores com suas boas intenções e criar razões para que ele receba mais poder e mais dinheiro. Ao concordar tacitamente, o eleitor de esquerda não desafiará o político

com essas perguntas, e o político não terá respostas caso as perguntas sejam feitas. Ambos se contentarão com uma troca implícita: o eleitor se sentirá um bom samaritano fazendo algo realmente caridoso pelos necessitados, o político conseguirá mais poder e dinheiro, e a agenda esquerdista será validada em suas intenções nobres (mas com uma substância defeituosa). Igualmente importante: se for feita qualquer tentativa de implementar o programa, ela fracassará em seus objetivos primários por razões práticas, sofrerá dos enormes excedentes de custo e das perdas devidas a fraudes, e resultará em conseqüências não intencionais severas. Ninguém será responsabilizado por esses resultados, mas a culpa será colocada em pessoas, organizações e eventos irrelevantes.

O esquerdista dedicado dirá que esses e outros objetivos são meramente um disfarce cínico para pessoas que são essencialmente egoístas e que não se importam se a fome persistir. Mas a história registra os objetivos fracassados e as conseqüências destrutivas de quase todos os programas desse tipo. Ditadores africanos, por exemplo, ficaram muito ricos com os programas para acabar com a pobreza de seus países, enquanto as pessoas continuam a morrer de fome e a viver na miséria. Em Chicago, o esforço para aplicar um direito à moradia adequada para os pobres tem tido efeitos econômicos e sociais desastrosos, a ponto de os projetos terem sido demolidos. Apesar do relato negativo da história sobre programas desse tipo, o cidadão que crê verdadeiramente na ideologia esquerdista continua pedindo mais programas "progressistas", ignorando seus fracassos repetidos. Nesse ínterim, o caráter das pessoas, aquelas para quem o Estado dá e de quem ele tira, é profundamente rebaixado. A dignidade e a soberania do indivíduo são perdidas nas ministrações perversas do Estado para a massa social coletiva.

CAPÍTULO 43

A MENTE ESQUERDISTA RADICAL

Enredada pelas armadilhas invisíveis das queixas emocionais, raciais, sexuais e psicológicas, a sociedade americana é crescentemente caracterizada por um lamento insistente: "Eu sou uma vítima".

— Charles Sykes

A percepção da realidade da mente esquerdista

Os capítulos anteriores insistiram repetidamente no óbvio: que um ser humano é tanto um ator independente em seu próprio direito como um colaborador interdependente em esforços conjuntos. Neste caso, o óbvio tem grande importância para assuntos de governança: qualquer sistema que alegue regular a conduta humana efetivamente deve aplicar certas regras que protejam a liberdade do indivíduo de agir sozinho e com outros de sua escolha. A obediência geral a essas regras é essencial para o sucesso do empreendimento humano; qualquer violação generalizada das mesmas leva à ruptura social. Os princípios envolvidos são suficientemente importantes para serem afirmados novamente num imperativo hipotético: *dada a natureza biológica, psicológica e social do homem, se os seres humanos desejam buscar a felicidade e a prosperidade e viver em paz e liberdade, então eles devem honrar certos direitos de propriedade e de contrato que protegem a habilidade do indivíduo de agir por conta própria ou em acordo com outros.* Um corolário deste imperativo declara que

esses direitos devem ser protegidos por um governo limitado com controle limitado sobre bens comuns limitados. O fato de que essas proposições afirmam verdades fundamentais sobre a condição humana justifica uma ordem política libertária. Vistas de forma mais ampla, elas também constituem um teste de adequação de qualquer sistema político à regulação dos assuntos humanos. A agenda esquerdista fracassa nesse teste porque suas concepções profundamente falhas e as regras que elas implicam fracassam na proteção aos direitos essenciais à estrutura geral da liberdade. O esquerdismo moderno concebe erroneamente a natureza do homem, a natureza do relacionamento humano, a natureza do desenvolvimento humano, as condições nas quais o relacionamento e o desenvolvimento devem ocorrer, e os ideais e instituições necessários para promover e proteger a liberdade ordenada. Estas concepções errôneas fomentam a irresponsabilidade econômica, o conflito social e a incoerência política. Ao enfraquecer as capacidades de auto-confiança, cooperação voluntária, realismo moral e altruísmo informado, elas degradam o caráter das pessoas. Quando implementadas numa política social elas interferem com a aquisição das conquistas essenciais do desenvolvimento, incluindo a confiança básica, autonomia, iniciativa, atividade, identidade e competência. A ideologia esquerdista atrapalha o equilíbrio das influências recíprocas entre indivíduo, família, comunidade e governo. A mente esquerdista moderna gera essas concepções errôneas porque ela sofre de distorções sistemáticas em suas percepções do mundo. É uma mente aflita com a loucura.

Os valores da mente esquerdista radical

Como todos os outros seres humanos, o esquerdista moderno revela seu verdadeiro caráter – incluindo sua loucura – no que ele valoriza e desvaloriza, no que ele articula com paixão. São de interesse especial, no entanto, os muitos valores pelos quais a mente esquerdista moderna não é apaixonada: sua agenda não insiste que o indivíduo é a unidade econômica, social e política definitiva; ela não idealiza a liberdade individual e a estrutura de lei e ordem essencial a ela; ela não defende os direitos básicos de propriedade e contrato; ela não aspira a

ideais de autonomia e reciprocidade autênticos; ela não prega a ética da auto-confiança e auto-determinação; ela não louva a coragem, a paciência ou a resiliência; ela não celebra a ética do consentimento ou as bênçãos da cooperação voluntária. Ela não defende a retidão moral nem entende o papel crítico da moralidade no relacionamento humano. A propaganda esquerdista não abrange uma identidade de competência, nem aprecia sua importância, nem analisa as condições de desenvolvimento e as instituições sociais que promovem sua conquista. A agenda esquerdista não entende e nem reconhece a soberania pessoal, e não impõe limites rigorosos à coerção pelo Estado. Ela não celebra o altruísmo genuíno da caridade privada. Ela não aprende as lições da história sobre os males do coletivismo.

O que atrai a mente esquerdista com paixão é um mundo cheio de dó, sofrimento, necessidade, pobreza, desconfiança, ira, exploração, discriminação, vitimização, alienação e injustiça. Os que ocupam esse mundo são "trabalhadores", "minorias", "pequeninos", "mulheres" e "desempregados". Eles são pobres, fracos, doentes, errantes, enganados, oprimidos, desprivilegiados, explorados e vitimizados. Eles não têm responsabilidade por seus problemas. Nenhuma de suas agonias é atribuível às suas próprias falhas ou erros: nem a escolhas erradas, hábitos ruins, falhas de julgamento, pensamentos fantasiosos, falta de ambição, baixa tolerância à frustração, doença mental ou defeitos no caráter. Nenhuma das condições das vítimas é causada por falhas no planejamento futuro ou no aprendizado por experiência. Em vez disso, as "causas raízes" de toda essa dor estão nas condições sociais defeituosas: pobreza, doença, guerra, ignorância, desemprego, preconceito racial, discriminação étnica e de gênero, tecnologia moderna, capitalismo, globalização e imperialismo. Na mente esquerdista radical, esse sofrimento é infligido sobre o inocente por vários predadores e perseguidores: "os grandes negócios", "as grandes corporações", "os capitalistas gananciosos", "os imperialistas", "os opressores", "os ricos", "os milionários", "os poderosos" e "os egoístas".

A cura esquerdista para esse mal sem fim é um governo autoritário muito grande que regule e gerencie a sociedade através de uma agenda de cuidados redistributivos do berço à sepultura. É um governo que está em todo lugar e faz tudo para todos. O lema esquerdista é:

"No Governo Confiamos".[23] Para resgatar as pessoas de suas vidas atribuladas, a ideologia recomenda a negação da responsabilidade pessoal, encoraja a auto piedade, fomenta a dependência do governo, promove a entrega sexual, racionaliza a violência, dispensa a obrigação financeira, justifica o roubo, ignora a grosseria, prescreve a reclamação e as atribuições de culpa, denigre o casamento e a família, legaliza todos os abortos, desafia a tradição religiosa e social, declara a desigualdade injusta, e rebela-se contra as obrigações da cidadania. Através de múltiplos direitos a bens, serviços e status sociais não merecidos, o político de esquerda promete garantir a todos o bem-estar material, fornecer a todos o cuidado médico, proteger a auto-estima de todo mundo, corrigir as desvantagens sociais e políticas de todos, educar cada cidadão, e eliminar todas as distinções de classe. Com os intelectuais de esquerda compartilhando a glória, o político de esquerda é o herói neste melodrama. Ele recebe o crédito por dar aos seus eleitores tudo o que eles querem ou precisam, ainda que ele não tenha produzido com os seus esforços nenhum desses bens, serviços ou status transferidos, mas na verdade os tomou de outros à força.

Deve estar claro neste ponto que essas políticas sociais e as paixões que as impulsionam contradizem tudo o que existe de racional no relacionamento humano, o que as faz irracionais mesmas. *Mas as concepções deficientes que estão por trás dessas paixões não podem ser vistas como meros deslizes cognitivos. O grau de irracionalidade do esquerdismo moderno excede muito qualquer mal entendido que possa ser atribuído à coleta deficiente de dados ou a erros lógicos. De fato, sob um escrutínio cuidadoso, as distorções da habilidade normal de raciocínio presentes no esquerdismo só podem ser compreendidas como sendo produto de psicopatologias. São tão extravagantes os padrões de pensamento, emoção, comportamento e relacionamento que caracterizam a mente esquerdista, que seus protestos e demandas incansáveis tornam-se compreensíveis somente como desordens da psique. A mente esquerdista moderna, suas percepções distorcidas e sua agenda destrutiva são o produto de personalidades perturbadas.*

23 O autor utiliza aqui um trocadilho com os dizeres impressos nas notas do dólar americano: "In God We Trust" (Em Deus confiamos). Trocando a palavra *God* por *Government*, faz alusão ao ateísmo das doutrinas de esquerda, onde o Estado, em sua configuração final, assume de fato o papel da divindade na vida dos cidadãos – NT.

Como ocorre em todas as perturbações de personalidade, defeitos deste tipo representam falhas sérias nos processos de desenvolvimento. A natureza dessas falhas está detalhada abaixo. Entre suas conseqüências estão os esforços incansáveis da mente esquerdista de representar a natureza humana de forma errônea e de negar os requisitos indispensáveis para o relacionamento humano. Em seus esforços para construir uma grande utopia coletivista – para viver o que Jacques Barzun chamou de "vida não condicionada" na qual "todos devem estar seguros e à vontade numa centena de maneiras" – o esquerdista radical tenta efetivar no mundo real uma ficção idealizada que mitigará todas as dificuldades e curará todas as feridas. (Barzun 2000). Ele participa desta ficção, em essência uma peça de moralidade marxista, nos vários teatros do relacionamento humano, mais freqüentemente nos palcos econômicos, sociais e políticos do mundo. Mas a peça é um fracasso repetido. Por todo o curso do século XX, as tentativas do esquerdismo radical de criar um novo mundo socialista fracassaram invariavelmente. No início do século XXI e um as tentativas continuam a fracassar, com economias estagnadas, declínio moral e agitação social espalhados pela Europa. Uma sociedade assistencialista cada vez mais falida está colocando os EUA no caminho para o mesmo destino se o esquerdismo não for curado por lá. Pelo fato dos princípios da agenda esquerdista violarem as regras da sociedade ordenada, seus esforços mais determinados para realizar suas fantasias visionárias devem fracassar inevitavelmente. Ainda assim, apesar de todas as evidências contrárias, a mente esquerdista moderna acredita que sua agenda é uma boa ciência social. É, na verdade, uma ficção científica muito ruim. Ele persiste nessa agenda apesar de sua loucura.

A psicodinâmica da mente esquerdista radical

O primeiro passo para se entender a fundo o comportamento de um adulto é compreender suas origens na infância. Sejam adaptativos ou mal adaptativos, os padrões duradouros de pensamento, emoção, comportamento e relacionamento que definem a personalidade adulta têm início nos primeiros anos de vida. Na verdade, nossas experiências mais precoces com nossos pais e responsáveis e com outras

pessoas, agindo com base em fatores herdados de temperamento, determinam fortemente nossos traços posteriores de personalidade, incluindo aqueles expressos em valores e crenças políticos. As disposições da mente esquerdista não são exceção: suas esperanças e medos, crenças e paixões, valores e moral são em grande medida o legado de sua infância, do nascimento até a adolescência. Os traços que definem quem ele é são os traços que o levam a buscar objetivos particulares na arena política e a usar métodos particulares para alcançá-los.

Os objetivos da mente esquerdista radical são agora familiares, é claro, mas um outro breve resumo se mostrará útil ao salientar sua natureza essencialmente infantil. Acabamos de apontar os objetivos pomposos de dar bem-estar material e cuidado médico a todos, proteger a auto-estima de todos, corrigir todas as desvantagens sociais e políticas, educar todos os cidadãos, e eliminar todas as distinções de classe. Em sua busca por esses objetivos, ele pretende construir uma família humana universal, unida com laços de amor, cuidado e tolerância mútuos. Através da ação drástica do governo o esquerdista radical busca o seguinte:

- Um governo-babá poderoso para dar a todos uma vida boa e uma presença cuidadora.
- Um corpo de elite de pais substitutos que gerenciem as vidas das pessoas através da distribuição aproximadamente igual de bens e serviços, assim como os pais verdadeiros satisfazem as necessidades de seus filhos com igualdade.
- Uma garantia de segurança material do Estado, semelhante à que a criança espera de seus pais.
- Uma forma de justiça que cure ou mitigue todos os estados de privação, desigualdade, sofrimento e desvantagem.
- Uma garantia de que os direitos negativos para a proteção da liberdade individual darão preferência aos direitos afirmativos que reduzem ou eliminam as desigualdades materiais, sociais e de poder, do mesmo modo que bons pais fariam para equilibrar os benefícios entre seus filhos.

- Leis governamentais que punam "os que têm" por seus excessos e compensem "os que não têm" pela angústia da inveja, do mesmo modo que bons pais fariam com seus filhos.
- Diretivas do governo vindas de oficiais sábios e caridosos, que canalizem a inciativa e a atividade do cidadão através de programas sociais e incentivos fiscais, da mesma forma que os pais sábios direcionam os trabalhos dentro da família.
- Políticas do governo que instruam as pessoas sobre como devem se relacionar umas com as outras politicamente, do mesmo modo que bons pais instruem seus filhos sobre a maneira correta de se portar.
- Leis permissivas aprovadas por legisladores simpáticos que diminuam as obrigações dos contratos, facilitem os códigos de conduta aceitável e relaxem os fardos das instituições estabelecidas, tais como os procedimentos de casamento e adoção, do jeito que pais complacentes fariam.
- Programas assistencialistas do governo que livrem o cidadão-criança das obrigações do altruísmo, exatamente como fazem os pais.
- Uma agenda internacional de cuidados que melhore as famílias das nações ao compreender as dificuldades de todos, tolerando ações destrutivas e colocando-se no lugar dos agressores para trazê-los à mesa de negociações, da mesma forma que bons pais fariam para resolver um conflito familiar.

Estes e outros objetivos queridos pelo coração do esquerdista moderno são notáveis pelas necessidades infantis que visam e pelas necessidades adultas que ignoram. Como será apontado em mais detalhes abaixo, o que a mente esquerdista radical realmente anseia, como já foi revelado em seus objetivos políticos, é um relacionamento infantil com uma família amorosa cujo cuidado o compense pelo que ele sofreu nos primeiros anos de vida. Ele busca tudo isso na arena política contemporânea. O maior problema que ele enfrenta é que uma porção substancial da população ainda é competente: é uma população que reverencia profundamente a liberdade individual, que

aceita prontamente suas responsabilidades e que se opõe apaixonadamente à sua destruição. Ela não está prestes a dar lugar ao sonho louco da esquerda.

Pelo fato de as pessoas competentes saberem que podem dirigir suas próprias vidas e garantir sua própria segurança através da cooperação voluntária, e por causa de seu amor pelo mundo da liberdade em que vivem por escolha própria, elas não têm necessidade das intromissões opressivas do governo esquerdista, e na verdade as rejeitam veementemente. O que o cidadão competente quer, em contraste ao esquerdista moderno, é uma estrutura coerente e confiável para a liberdade ordenada, garantida por um governo limitado que respeite a autonomia e a soberania do indivíduo e proteja seus direitos de propriedade contra as invasões constantes do coletivismo.

A mente esquerdista rejeita esta prescrição por princípio e tenta derrubá-la nas políticas do governo. O que o esquerdista busca para sentir-se seguro é o Estado assistencialista moderno com suas garantias e regulações sem fim. Este objetivo é literalmente fantasioso em si próprio. Mas igualmente irracional é o método pelo qual ele tenta alcançá-lo. Ele está disposto a usar todo tipo de poder governamental, incluindo o poder que destrói os fundamentos da liberdade civilizada, para conseguir o que ele demanda: a segurança garantida pelo governo por todo o período de vida, juntamente com a acomodação para suas demandas neuróticas. Ele busca através do Estado aquele grau de coerção necessário para reparar o trauma, a injustiça, o desamparo e a humilhação vividos nas mãos de seus pais. Ele espera fazê-lo aprovando leis que satisfaçam seus impulsos e que o isentem das obrigações da vida adulta madura. Considerado em sua totalidade, o objetivo esquerdista de transformar o Estado num pai ideal e seu método de alcançá-lo constrangendo as pessoas competentes a atender suas exigências constituem a agenda esquerdista radical. Acima de tudo, a ideologia é um diagrama para o uso do poder irresistível do governo. Levada por seus desejos e necessidades irracionais, a mente esquerdista está mais do que disposta a sacrificar a estrutura nobre da liberdade que definiu originalmente a América pelo asilo roto do Estado assistencialista moderno.

Temas do esquerdismo radical

Certos temas neuróticos são dominantes nas percepções da mente esquerdista radical sobre o mundo. Todos retratam o cidadão como uma criança sofredora que é vitimizada, indefesa e precisa ser resgatada. Isso fica evidente em várias plataformas de esquerda. Elas representam a transferência, por parte da mente esquerdista, da dinâmica infantil para o mundo dos relacionamentos adultos. Conforme expresso em seus pronunciamentos mais apaixonados, a mente esquerdista radical acredita que:

- Uma grande parte da população está sofrendo; eles estão sofrendo porque são privados, negligenciados, explorados ou abusados.
- Eles estão sofrendo por causa de certas injustiças que lhes foram impostas.
- Eles são indefesos e incapazes de cessar seu sofrimento.
- Pessoas más, tais como os capitalistas e os ricos, causam sofrimento às vítimas por conta de privações, negligência, exploração e abusos.
- Essas pessoas más são vilões que precisam ser impedidos de predar suas vítimas.
- Os vilões são implacáveis, poderosos, egoístas, cruéis e maldosos.
- As instituições más apoiadas pelos vilões são econômicas, sociais e políticas em sua natureza; elas incluem o capitalismo de livre mercado, os direitos básicos à propriedade, a prestação de contas moral e ética, o decoro social, a responsabilidade pessoal e financeira, a soberania individual e a justiça baseada no mérito e no merecimento.
- Essas instituições más promovem a escravidão econômica, a discriminação social, a revogação do sufrágio político, a exploração das minorias, as gravidezes forçadas e os anúncios comerciais coercivos, entre outras coisas.
- As pessoas são vítimas inocentes; elas não têm um papel importante na causa de seu sofrimento.

- Os esquerdistas modernos são heróis cuja missão é resgatar as vítimas dos vilões.
- Os esquerdistas modernos são compassivos, sábios, empáticos e cuidadores.
- Os esquerdistas modernos são dedicados a salvar as vítimas dos vilões da mesma forma que pais cuidadosos protegem seus filhos do mal feito por outros.
- Como crianças, a maioria dos cidadãos não consegue dirigir ou gerenciar suas próprias vidas adequadamente.
- A maioria dos cidadãos precisa de um governo de esquerda poderoso para dirigir e gerenciar suas vidas.
- Em virtude dos vilões e suas instituições serem implacáveis e poderosos, as pessoas precisam de um governo esquerdista poderoso, O Estado Parental Moderno, para protegê-las dos vilões e das instituições baseadas no capitalismo.
- O Estado Parental Moderno é a resposta aos problemas criados pelos vilões.
- O Estado Parental Moderno resgatará as pessoas e as protegerá dos vilões e de outros infortúnios.
- O Estado Parental Moderno cuidará das pessoas fornecendo todas as suas necessidades e seus desejos.
- O Estado Parental Moderno julgará e punirá os vilões pela privação, negligência, abuso e exploração das vítimas.
- Muito do sofrimento das vítimas vem da liberdade excessiva nos mercados econômicos, que permite aos vilões explorar as vítimas para lucrar injustamente.
- Controles adequados instituídos pelo Estado Parental Moderno para regular os mercados evitará que os vilões explorem economicamente as vítimas.
- O Estado Parental Moderno curará a privação, a negligência, a exploração e o abuso das vítimas tomando a riqueza, o poder e o status dos vilões e redistribuindo-os às vítimas.
- Parte do sofrimento das vítimas vem da pouca liberdade social e das muitas restrições comportamentais em situações sociais.

- O Estado Parental Moderno diminuirá os padrões de conduta social para libertar os cidadãos vitimizados da culpa e das conseqüências legais adversas de seus atos criminosos, irresponsáveis ou ofensivos.
- Ao recriar as instituições da sociedade, O Estado Parental Moderno libertará as vítimas da exploração e opressão dos vilões.
- A estrutura libertária de liberdade ordenada baseada nos direitos básicos de propriedade e contrato permite que os vilões explorem suas vítimas.
- O Estado Parental Moderno eliminará esses direitos individuais e criará uma nova arquitetura política para uma sociedade segura, imitando uma família amorosa.

Estes e outros temas relacionados à privação e negligência, exploração e abuso, dominação e controle, culpa e punição, cuidado e carinho, proteção e segurança, resgate e criação – todos são projeções inconscientes da mente esquerdista radical de dinâmicas da infância tenra transferidas para as arenas políticas da vida adulta. Essas projeções definem a neurose de transferência da mente esquerdista radical:

- Elas são as projeções de uma desordem neurótica dolorosa; são o legado de sua infância.
- Elas representam seus anseios desesperados por conexão, atenção, afeição, empatia, significância, estima, adoração, reconhecimento, satisfação, relacionamento, conselho, direção, pertencimento e amor.
- Elas representam seus esforços desesperados para curar feridas emocionais reais que ela sofreu quando foi, na verdade, privada, negligenciada, explorada ou abusada significativamente.
- Elas são seus esforços para se defender de seu sofrimento construindo um mundo idealizado de cuidado amoroso e isenção de responsabilidades; ela busca um mundo que a compense pelos traumas de sua infância, alivie suas necessidades, satisfaça seus impulsos e cure os ferimentos duradouros de sua alma.

- Elas são percepções distorcidas do mundo real de processos econômicos, sociais e políticos; a ideologia esquerdista é baseada nessas percepções de transferência.

Infelizmente, todos os esforços do esquerdista radical baseados nessas percepções são extremamente mal orientados. Por não compreender as origens de sua dor, na infância, ele projeta sua neurose num mundo contemporâneo de vilões, vítimas e heróis imaginários. Uma vez que se localize neste mundo, ele espera encontrar nas orientações do Estado Parental Moderno o que perdeu quando criança. Ele pode não admitir para si mesmo ou para os outros que, na verdade, sofreu ferimentos precoces. Se admitir esse fato, não perceberá que seus ferimentos impulsionam sua visão política. Se perceber esta relação causal, não admitirá aos outros.

Dinâmicas adicionais da mente esquerdista radical

A loucura da mente esquerdista é o resultado de traumas precoces. Os sentimentos de desconfiança, medo, ansiedade, depressão, vazio, ira, raiva, vergonha, dúvida, desgosto, culpa, inveja e ciúme que a afligem surgem da história pessoal do esquerdista radical, uma história de negligência, privação e abuso, incluindo deficiências precoces de conexão, atenção, afeição, empatia, validação, direção e disciplina. Esses e outros traumas relacionados o levam a temer a própria liberdade: a possibilidade de uma autonomia genuína desperta temores de solidão e perigo. O desafio da auto-confiança reativa medos primitivos de inadequação. O desafio da responsabilidade reativa medos primitivos de fracasso e punição. O desafio da cooperação ativa medos primitivos de traição e exploração. O desafio de gratificar os outros pelo bem da reciprocidade desperta ira e inveja primitivas.

Sintomas adicionais surgem desses traumas precoces. Um senso de direito a tudo busca compensar os medos de desamparo, abandono e isolamento, mas ajuda a compor os problemas do esquerdista, por impedi-lo de reconhecer a soberania dos outros. Para defender-se de sua dor, o esquerdista radical projeta seu egoísmo em vilões imaginários, e então se enfurece com eles por sua negligência e exploração implacáveis para com as vítimas. Em seu medo da autonomia e sua

descrença na reciprocidade, o esquerdista radical acredita que o relacionamento humano funcionará somente se for controlado e manipulado. Pessoas livres e produtivas que o lembrem de suas próprias deficiências devem ser controladas: elas devem ser taxadas, reguladas e penalizadas através do poder do Estado. Em seu medo, inveja e raiva, e em sua amargura por causa de males antigos, é notório que ao esquerdista radical faltam a boa vontade e o bom propósito. Ele anseia por algum meio de vingar injustiças antigas, de punir vilões passados e presentes, reais e imaginários. Em sua obsessão paranóica com a vitimização, ele percebe comunidades inteiras de pessoas livres e cooperativas como vítimas e vilões em guerra.

Por não ter alcançado ele mesmo a competência, o esquerdista radical não pode compreender – muito menos simpatizar – o adulto soberano e recíproco que abraça alegremente a liberdade com todos os seus riscos e responsabilidades. O esquerdista radical simpatiza, em vez disso, com uma personalidade projetada de seu próprio inconsciente: a de uma criança negligenciada, privada, invejosa, desesperadamente carente, intensamente dependente e amargamente irada. Os sentimentos que dão energia a essa pseudo-simpatia são o medo, o ódio, o anseio, a auto-piedade e a piedade dos outros. A solução do esquerdista radical para seus demônios interiores é ser resgatado pelo poder de um governo parental. Caminhar pelo jogo da vida como sua própria pessoa e jogá-lo com todo o empenho não está em seu repertório de respostas. Ele prefere esconder-se debaixo da saia do Estado maternal. Ele foi muito traumatizado para acessar o elemento heróico da natureza humana; não encontra dentro de si aquele núcleo de coragem, persistência e determinação humanas que vence as adversidades severas ou que se orgulha de dar tudo de si, mesmo na derrota. A solução do esquerdista radical para as crises da vida, e na verdade para a essência da condição humana, é controlar e manipular o mundo através do poder do Estado em vez de encarar os desafios da vida através da iniciativa individual e do esforço cooperativo.

Transferência

O conceito de transferência é essencial para entender a neurose do esquerdista radical. Suas distorções do presente por conta dos traumas de seu passado ficam evidentes no caráter infantil de suas

demandas. Ele busca um mundo de amor, status, estima e conforto incondicionais. Ele busca a satisfação de seus impulsos, a isenção do risco e a libertação da responsabilidade. Ele busca a segurança material da idade adulta sem a iniciativa e atividade essenciais a ela. Por recusarem suas demandas infantis, as instituições de liberdade da América tornam-se o objeto de emoções primitivas, sempre cruas, vindas de feridas da infância. As regras que protegem a liberdade punem o julgamento errado, a falta de cuidado e o comportamento ruim com a dor da rejeição, do fracasso, da vergonha pública e da prisão. Nestas conseqüências severas, as instituições livres representam para o esquerdista radical os pais cruéis e indiferentes de sua infância. Ele agora se revolta contra elas, pois as percebe como egoístas inflexíveis que satisfazem os próprios apetites para negligenciar suas necessidades, indiferentes à sua dor. Ele alega tudo isso contra uma estrutura de liberdade que se recusa a adotá-lo, a compensá-lo e a mimá-lo. Ele se revolta como uma criança contra uma nação que se recusa a fazer por ele o que somente ele mesmo poderia fazer, e por isso vota em revisar as regras que a governam. Nesta busca, ele demanda efeitos sem causas, benefícios sem custos e ações sem conseqüências adversas.

Assim, a agenda radical é o produto de uma enorme neurose de transferência levada às arenas econômica, social e política do mundo. Dentro deste drama o esquerdista radical está protestando contra seu sistema econômico, social e político original, que é sua família de origem, porque a mesma o privou, abusou ou negligenciou. Em sua rejeição amarga à liberdade ordenada ele espera curar as feridas de sua infância com um mundo idealizado, criado pelo intelecto esquerdista moderno. Infelizmente, o mundo utópico que ele busca é completamente impossível, dadas as realidades da natureza humana, do relacionamento humano e da condição humana.

Em alguns esquerdistas radicais esta transferência torna-se abertamente paranóica: a desconfiança progride para a suspeição, depois para uma convicção de que alguém está sendo vitimizado, e por último para ilusões fixas de perseguição. Em outros esquerdistas radicais a transferência é notadamente pomposa, reforçada pela confiança de que o gênio esquerdista pode construir um mundo melhor do que

o construído pelos fundadores da América. Este conceito é distintamente esquerdista: pela rejeição às antigas convenções, moralidades e fundamentos estabelecidos da liberdade civilizada, o cientista social esquerdista pode criar um novo mundo que resolverá todos os sofrimentos dos cidadãos e os aliviará de seus medos, especialmente aqueles que envolvem necessidades, riscos, conflitos e males. Em desprezo às leis do desenvolvimento humano, da economia, do relacionamento social, da política racional e à lógica da escolha, o esquerdista moderno insiste numa esperança vã de que seu novo mundo terá todas as vantagens da liberdade ordenada e nenhuma de suas dificuldades, fardos, custos, riscos e responsabilidades. Para adicionar um núcleo trágico a esse empreendimento, o esquerdista radical continuará a negar que seus esforços trarão uma destruição terrível à causa da liberdade.

CAPÍTULO 44

AS DEFICIÊNCIAS RADICAIS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Parece inquestionável que uma compreensão da natureza, origem e relação do amor e do ódio seja a chave não só para a interpretação da psicopatia e do caráter individual, mas também para o entendimento da cultura.

— Ian Suttie

As deficiências de desenvolvimento do esquerdista radical

Quais são os fatores psicodinâmicos específicos que levam a mente esquerdista radical a criar um mundo que restrinja a liberdade de escolha, renuncie à auto-confiança, renda a soberania pessoal, convide à dependência em massa e destrua os fundamentos da liberdade? Se ele está tão preocupado com o sofrimento ou a necessidade ou alguma outra queixa, por que não cria uma organização de caridade voluntária para esses propósitos e exorta as pessoas a contribuírem? Por que ele busca o poder invasivo do Estado para cumprir essas tarefas por ele? Por que não tentar reduzir, em primeiro lugar, a necessidade por cuidados criando-se fundações privadas cujo propósito seja promover a auto-confiança e aliviar as deficiências? As respostas a estas e outras perguntas relacionadas exigem uma análise motivacional da mente esquerdista. As seções seguintes analisam os motivos da mentc esquerdista radical de uma perspectiva *eriksoniana*, suplementada com idéias modernas da psicologia da individuação e do narcisismo.

Confiança básica

Os processos de desenvolvimento descritos em capítulos anteriores fornecem uma estrutura para analisarmos os defeitos que afligem a mente esquerdista radical. A análise começa com a primeira das falhas de desenvolvimento: sua desconfiança básica nos relacionamentos entre pessoas que agem por consentimento mútuo. O esquerdista moderno é incapaz de acreditar que os seres humanos podem criar boas vidas para si mesmos através da iniciativa individual e da cooperação voluntária. Ele acredita que cidadãos ordinários não podem relacionar-se efetivamente uns aos outros sem uma regulação extensiva pelo Estado. Mesmo se os membros de uma comunidade parecem estar satisfeitos com seu relacionamento consentido, o esquerdista radical sabe que esta aparência é uma ilusão em grande parte. Ele sabe que por trás da fachada da satisfação estão a necessidade, o sofrimento e a exploração. Mais ainda, ele está certo de que estas agonias não podem ser curadas ou prevenidas por boa vontade, pelas proibições da consciência ou por leis que sejam baseadas em direitos de propriedade. Ele sabe, na verdade, que não se pode confiar nas pessoas para tocar suas próprias vidas efetivamente; elas não sabem o que é bom para elas, não sabem como fazer o que é bom para elas, e não têm a vontade de fazer o que é bom para elas. Baseado em sua convicção de que as pessoas são incompetentes, fica óbvio para o esquerdista moderno que alguém deva dirigir os assuntos de todas elas. O Estado Parental Moderno, composto por uma elite de burocratas educacionais é que deve solucionar resolver esse problema. Guiados por idéias de esquerda, esses líderes sábios e caridosos informarão aos cidadãos o que é realmente bom para eles e lhes dirão como tocar suas vidas. E como a maioria das pessoas têm que ser obrigadas a fazer o que é bom para elas, os novos líderes estão preparados para usar a força que for necessária para esse propósito. Por esse caminho o mundo pode ser transformado num lugar seguro o suficiente para que o esquerdista radical volte a ter confiança.

Essas idéias sobre relacionamento humano, especialmente sua desconfiança temerosa com o relacionamento por consentimento mútuo, são projeções das deficiências de desenvolvimento do esquerdista

radical no mundo contemporâneo de eventos econômicos, sociais e políticos. As deficiências são dolorosas em si mesmas porque são resíduos de traumas sofridos quando criança. Ao projetá-las para o mundo exterior em vez de senti-las interiormente, ele diminui um pouco a dor que teria de sofrer sozinho: consegue se convencer de que os problemas que o atormentam existem fora dele, e não dentro. Mas esta visão radical da condição humana ainda lhe causa dor; ela descreve um mundo de privação, negligência, exploração e vitimização, e essas percepções contribuem para sua experiência de mundo como um lugar de miséria. De fato, o esquerdista radical agora se sente compelido a criar um novo mundo que eliminará a miséria de todos. Nesse novo mundo as pessoas serão coagidas a viver vidas que sejam boas para elas.

Os detalhes da desconfiança básica

Independentemente de onde ele localize o problema, o esquerdista moderno sofre. Suas deficiências de desenvolvimento geram crenças e emoções inconscientes que continuam a atormentá-lo. É por causa delas que ele acredita que pessoas que parecem ser felizes ao relacionar-se por consentimento mútuo são na verdade infelizes, porque são necessitadas, privadas e exploradas. Suas crenças sobre seu sofrimento são projeções de suas próprias agonias. No fundo de sua alma o esquerdista radical acredita como uma criança pequena:

- Ele foi negligenciado, privado ou abusado por seus pais ou responsáveis.
- Ele sofreu separações e perdas injustas e dolorosas.
- Ele nunca recebeu amor ou atenção de seus pais ou responsáveis.
- Os outros receberam mais amor e atenção do que ele.
- Seus pais o rejeitaram ou abandonaram injustamente.
- Ele foi dominado, controlado e explorado por seus pais ou responsáveis.
- Ele teve que suportar frustrações injustas e excessivas.
- Seus pais o envergonharam e humilharam.

- Seus pais o fizeram sentir-se culpado.
- Seus pais o fizeram sentir-se inadequado.
- Ele e seus pais não puderam ser felizes juntos.
- Seus conflitos com seus pais não puderam ser resolvidos.

Como resultado desses traumas precoces o esquerdista radical:

- Sente-se triste, necessitado, vazio, irado, invejoso e ciumento.
- Tem sentimentos recorrentes de inadequação, inferioridade e fracasso.
- Tem dúvidas angustiantes sobre ser amável ou aceitável.
- Sente um fluxo interior de ressentimento, amargura e rancor.
- Sente um fluxo interior de pessimismo e cinismo.
- Sente um fluxo interior de depressão e desamparo.
- Tem dúvidas angustiantes sobre relacionar-se com os outros.
- Tem dúvidas angustiantes sobre cooperar com os outros.
- É incapaz de acalmar-se ou confortar-se sem culpar os outros.
- Age como se tivesse direito a ser satisfeito pelos outros.
- Sente que jamais será satisfeito sem usar força ou manipulação.

Como será visto abaixo, muitos desses estados dolorosos da mente resultam de falhas que emergem em fases posteriores do desenvolvimento, não apenas na fase da confiança básica. Essencialmente, no entanto, a desconfiança da mente esquerdista a respeito da liberdade e da reciprocidade começa com sua convicção de que ele e os outros não conseguirão criar boas vidas para si mesmos trabalhando juntos, voluntariamente, mas em vez disso precisarão que suas relações sejam supervisionadas pelo Estado. A fantasia inconsciente por trás desta convicção é a de que O Estado Parental Moderno permitirá que ele e outros como ele finalmente prevaleçam sobre seus traumas: eles serão compensados pela negligência, privação e abuso que sofreram nas mãos de pessoas que foram duras, severas, mesquinhas e cruéis.

Falhas na confiança básica

Como já foi apontado em discussões anteriores, os fundamentos da confiança básica têm início no primeiro ano de vida com um ambiente físico adequado e uma boa correspondência de temperamento entre a mãe e o bebê. Eles continuam a se desenvolver quando a mãe está em boas condições físicas e mentais para cuidar de seu bebê indefeso, quando ambos podem alcançar uma sintonia emocional suficientemente boa para solidificar seus laços, quando ela consegue compreender a aflição física e mental de seu bebê, e quando está disposta e capaz de protegê-lo e confortá-lo antes que ele seja traumatizado. A confiança básica desenvolve-se quando a capacidade da mãe de se relacionar amorosamente e proteger sua criança não é prejudicada por doenças, pelo tormento de estados mentais não gerenciáveis, pelos efeitos desorganizadores do vício em drogas, pelas agonias dos conflitos maritais e familiares, ou por condições econômicas, sociais e políticas caóticas.

Quando as coisas vão suficientemente bem nesta díade, a experiência visceral repetida do bebê, de que suas necessidades podem ser supridas e as aflições podem ser evitadas, instila no mesmo uma expectativa de que tudo está bem em seu mundo. E por serem geralmente positivas as emoções que ele sente nessas interações, ele as deseja, as antecipa com ansiedade, as busca ativamente, e deste modo "consente voluntariamente" com elas. A conexão que surge de sua tendência instintiva de ligar-se à sua mãe é reforçada pelo prazer que cada um tem no relacionamento com o outro.

Assim, as interações emocionalmente positivas do bebê com sua mãe introduzem-no a um mundo onde relacionar-se é algo seguro, prazeroso, mutualmente satisfatório e "consentido" por ambas as partes. Quando o relacionamento com a mãe e com outras pessoas vai suficientemente bem em seus anos de formação, o que antes era apenas um potencial de resultados ganha-ganha torna-se gradualmente uma realidade garantida. Quando repetida com freqüência suficiente por um longo período de tempo, esta experiência precoce da reciprocidade torna-se uma norma procurada. O relacionamento primitivo e positivo deste tipo, ocorrendo no despontar da vida da

criança, fornecendo-lhe as bases para a futura reciprocidade com os outros. Ele também cria a estrutura para o início da autonomia no segundo e terceiro anos de vida.

A díade mãe-criança que fracassa em alcançar esses marcos precoces, por outro lado, cria uma estrutura diferente. Várias formas de negligência, privação ou abuso nos primeiros 15 meses de vida enfraquecem profundamente a aquisição da confiança básica. As mais óbvias são a negligência física e o abuso do bebê, os gritos e acessos de fúria contra ele, ou as atitudes duradouras de aversão ou ódio para com o mesmo. Mas a atribuição de motivos e traços de caráter falsos à criança, a vergonha e a zombaria recorrentes, as ameaças repetidas de violência, as falhas no engajamento e relacionamento com ela, a contradição de suas percepções corretas do mundo, a omissão da afeição e de outros contatos físicos, e o desencorajamento de seus primeiros passos em direção à independência, apenas para mencionar algumas, podem também desorganizar os fundamentos da personalidade saudável nos primeiros anos da criança. *Quaisquer que sejam suas formas, as perturbações sérias e precoces no cuidado com o bebê têm grandes chances de instilar nele uma expectativa sedimentada de que ansiedade, frustração e desamparo são a norma; segurança e satisfação não são algo a se ter, apesar da necessidade intensa que se tem delas. Deficiências deste tipo predispõem uma crença crescentemente arraigada de que a cooperação voluntária não funciona ou não existe.* Confrontado com a frustração freqüente e os efeitos desorganizadores da perturbação, o bebê lança mão do único poder que tem para restaurar o equilíbrio: ele grita e chora na esperança de que a boa mãe aparecerá e aquietará seu pesadelo. O choro furioso da pequena criança proclama seu medo e ira para com um mundo que não pode ou não quer acomodar suas necessidades. Se esta situação perdurar pelo primeiro ano de vida e se estender pelo segundo, a desconfiança básica na bondade da vida torna-se sua resposta condicionada. Quando severa e duradoura, uma experiência deste tipo eventualmente leva a criança a usar de força ou manipulação para conseguir o que ela acredita não ser possível por outros meios.

O cinismo da mente esquerdista radical

Baseado em suas deficiências precoces na confiança, o ceticismo do esquerdista radical sobre a vida é arraigado e cínico. Ele enfraquece sua habilidade de ser esperançoso, deixando-o pessimista e freqüentemente depressivo em seu modo de ver a vida. De fato, o esquerdista radical não é otimista sobre si mesmo e o mundo: a ele falta a confiança profunda nas habilidades próprias e dos outros de gerenciar os problemas da vida, alcançar a segurança e sentir-se satisfeito numa estrutura de liberdade individual. Ele não só duvida que as outras pessoas cooperarão para seu benefício, mas acredita que elas o ignorarão, negligenciarão, privarão e explorarão deliberadamente. O esquerdista radical acredita que precisa defender-se contra esse fato básico sobre a condição humana conseguindo poder sobre os outros. Ele precisa forçar as outras pessoas a satisfazer suas necessidades, ou permanecerá privado, frustrado e desfavorecido. Quando seu trauma precoce foi especialmente severo, sua convicção de que é alguém privado e abusado cresce ao nível de paranóia. Nesse caso, ele se convence de que seu sofrimento não é somente doloroso, mas intencional, e acredita que os outros conspiram para machucá-lo e mantê-lo por baixo. Na vida adulta esse desenvolvimento paranóico encontra abrigo na política da vitimização.

Tudo isso e mais será, é claro, negado com veemência pelo esquerdista radical, que precisa se defender de suas deficiências projetando-as no mundo exterior. Ele não perceberá que interpreta erroneamente o presente através das percepções do passado, e não entenderá que seu cinismo flui dos traumas de sua infância. Ele insistirá, em vez disso, que numa sociedade livre sob um estado de direito, ele e muitos outros serão privados, negligenciados e abusados pelos vilões que usam a liberdade para explorar suas vítimas. Ele não compreenderá que ao projetar suas percepções desconfiadas no mundo ao seu redor ele distorce as realidades do relacionamento humano. Mas sua negação não resiste ao escrutínio. A neurose do esquerdista radical é evidente em suas distorções da natureza e do relacionamento humanos. É evidente no que ele busca e no que ele teme, no que louva e amaldiçoa, no que evoca sua simpatia ou pena,

no que estimula sua raiva e ultraje. É evidente nos valores que celebra e nos que despreza, nas políticas que promove e nos princípios a que se opõe, nas responsabilidades que ele rejeita e nas obrigações que evita, no que o faz invejoso e ciumento, no que o agita e o acalma, no que o humilha e o faz ter orgulho. Sua neurose é evidente em seus ideais e fantasias; em sua retidão, arrogância e grandiosidade; em sua auto-piedade; em suas demandas por satisfação e isenção de responsabilidade; em suas reivindicações de direitos; no que ele dá e retém; e em seus protestos de que nada feito voluntariamente é suficiente para satisfazê-lo. Mais notadamente, a neurose do esquerdista radical é evidente em suas demandas políticas extravagantes, em seus protestos furiosos contra a liberdade econômica, em seu desprezo arrogante pela moralidade, em sua provocação raivosa à civilidade, em seus ataques amargos à liberdade de associação, em seu assalto agressivo à liberdade individual. E, como análise final, a irracionalidade do esquerdista radical é mais aparente em seu uso implacável da força para controlar a vida dos outros. Como será apontado com mais detalhes abaixo, a obsessão do esquerdista radical com a força contra os outros é a solução de uma criança às falhas de desenvolvimento nos primeiros seis anos de vida.

Projeção radical

Por não conseguir admitir que seu medo e desconfiança são devidos às suas próprias percepções distorcidas do mundo, o esquerdista radical conclui que suas agonias devem ser causadas pelos eventos no mundo exterior a ele. Sua neurose lhe diz em alta voz que ele e outros como ele estão sendo privados, negligenciados, explorados e abusados por vilões contemporâneos e suas instituições. Mas sua voz estridente omite uma idéia crítica: estas crenças são o legado de traumas sofridos nas mãos de pais e outros responsáveis quando ele era pequeno e indefeso. Ele decide que, para remediar as injustiças do presente e permitir que pessoas como ele mesmo tenham boa vida, ele deve derrubar os vilões que lhe causam tanta dor e destruir as instituições que os apóiam. Ele decide que é preciso um novo governo fundamentado em instituições de caridade e gerido por líderes preocupados. Ele acre-

dita que esses novos líderes e instituições sustentarão e protegerão tanto ele como outras vítimas, como faria um pai amoroso. Na busca deste objetivo, insiste que O Estado Parental Moderno não somente lhe dará o que precisa, mas também tomará bens e serviços de outros que os adquiriram de forma errada e os redistribuirá às pessoas necessitadas. O novo Estado reparará suas angústias sociais e punirá seus inimigos políticos, reestruturará os ideais da sociedade para torná-la mais cuidadora, recriará sua ética num modo coletivista, e afrouxará as inibições sociais para tornar a vida mais prazerosa.

Os defeitos desse plano são fatais para qualquer ordem social racional. As instituições que o esquerdista radical quer derrubar são precisamente as que protegem a liberdade ordenada. Em particular, são as instituições que o impedem de ganhar controle sobre as vidas dos outros e de lhes tomar o que quiser sem o seu consentimento. O esquerdista radical quer derrubar as regras que protegem a auto-propriedade e os direitos de propriedade e evitam que os cidadãos sejam escravizados por programas coletivistas. O esquerdista radical quer violar a integridade dos contratos e derrubar as leis protetoras em nome da justiça social; quer encorajar os litígios com leis que convidam a uma percepção de injustiça onde não há nenhuma; pretende estabelecer uma sociedade de crianças adultas que são incompetentes para cuidar de suas próprias vidas, dependentes dos programas assistencialistas do governo, e subservientes a uma elite governante. Estes e outros defeitos inerentes aos objetivos da esquerda liberal condenam a sua agenda sobre as duras realidades da condição humana.

É claro, para alguém que se sente no direito a tudo o que precisa, as regras que estruturam a liberdade ordenada parecem ser injustas e perversas. Em seu inconsciente, na verdade, as pessoas e instituições que o limitam no presente representam os pais e familiares cruéis que o privaram, negligenciaram e abusaram no passado. Os vilões do presente o impedem de ter o que ele precisa agora, da mesma forma que seus pais fizeram quando ele era uma criança. Num nível inconsciente ele sente-se especialmente privado do amor, atenção, afeição e empatia que precisaria para sentir-se seguro, confiante e esperançoso sobre si mesmo e sobre o mundo, e para confiar no poder da cooperação

consentida. Através do prisma de suas transferências infantis ele vê as instituições da liberdade ordenada como egoístas, duras, cruelmente retentoras e até mesmo sádicas. De fato, ele se sente mais ameaçado pela liberdade mesma: pela indiferença dos cidadãos que se sentem livres para tocar suas vidas e ignorá-lo completamente. Sua indiferença é profundamente ofensiva e desrespeitosa para seu senso de importância. A liberdade dos outros de ignorá-lo o faz sentir-se como uma criança com pais indiferentes: insignificante, inferior, marginal, irrelevante e até mesmo inexistente. Quando sua neurose é severa o suficiente, o esquerdista radical vê a rejeição dos outros como uma perseguição ativa com intenção de torturá-lo, e não somente como indiferença.

CAPÍTULO 45

DEFICIÊNCIAS RADICAIS NA INFÂNCIA

Por outro lado, os estudantes de história continuam a ignorar o simples fato de que todos os indivíduos são nascidos de mães; de que todos já foram crianças um dia; de que as pessoas começam sua vida nas maternidades; e de que a sociedade consiste em indivíduos num processo de desenvolvimento de crianças para pais.

— Erik Erikson

Deficiências radicais; autonomia, iniciativa, atividade

O final da primeira infância, com cerca de 15 meses de idade, marca o início da era da autonomia (a segunda fase do desenvolvimento de Erikson). Os fundamentos do auto-governo – o significado literal de autonomia – são sedimentados neste período juntamente com os fundamentos da reciprocidade, uma conquista igualmente importante na estrada para a competência adulta. As capacidades de autonomia e reciprocidade são os pilares gêmeos da participação adulta numa sociedade livre: auto-confiança, auto-direção e auto-controle estão implícitas na idéia de autonomia; as capacidades de troca voluntária, compartilhamento e altruísmo estão implícitas na idéia de reciprocidade. Ambos os conceitos refletem a natureza bipolar do homem como agente independente e colaborador conjunto. As primeiras in-

terações da criança que começou a andar com seus pais determinam se essas conquistas críticas terão um início adequado nos anos de formação. Observações semelhantes aplicam-se ao terceiro e quarto dos oito estágios de Erikson, as eras da iniciativa e da atividade, respectivamente. Em contraste com a ação derivada grandemente dos impulsos, na era da autonomia, a habilidade de criança para responder ao seu ambiente, na era da iniciativa, é mais intencional e objetivamente dirigida. A ela são impostas demandas crescentes para que se comporte de acordo com as normas sociais e com os efeitos de suas ações sobre os outros. Nesta fase, os impulsos sexuais, agressivos, narcisistas, aquisitivos, de dependência e de conexão tornam-se melhor regulados pelos processos de pensamento e pelas limitações emergentes da consciência. As capacidades para a boa vontade e para a disposição adquiridas na fase de autonomia tornam-se capacidades para bons propósitos e para esforços focados em agradar os outros na fase de iniciativa. Medos de separação e perda são diminuídos nesta fase conforme as imagens internas dos pais amorosos e protetores são mais fortemente enraizadas. Há um pico de ciúmes durante esta fase, mas que se aquieta tipicamente com a chegada do período escolar. Os impulsos competitivos são equilibrados conforme o desejo de negociar toma precedência sobre o impulso de dominar. Uma habilidade crescente de cooperação substitui as tendências anteriores de oposição. A reciprocidade fica mais em evidência conforme as tendências à resistência e ao desafio recuam. Ao final da etapa da iniciativa, sentimentos mais seguros de ser amado e valorizado diminuem o tormento da inveja primitiva. Alcançar estas virtudes dá continuidade à habilidade crescente da criança de reconhecer o outro como um agente separado, uma pessoa a ser respeitada, e não um objeto a ser usado.

Assim, na época em que começa a freqüentar a escola primária, a criança adquiriu um controle substancial sobre os impulsos primitivos e já está em paz com os antigos dramas familiares. Ela pode dirigir-se com mais eficiência, cooperar com mais facilidade e conformar sua conduta mais adequadamente. A partir de fontes internas e externas ao seu lar, ela começa esta era juvenil aprendendo diversas habilidades instrumentais e sociais e fatos sobre a vida, que eventualmente a levarão à competência adulta. Ela aprende como os processos

econômicos, sociais e políticos básicos funcionam em sociedades modernas baseadas em tecnologia e comunicação. Por toda esta fase, os fundamentos anteriores da autonomia e reciprocidade são elaborados em capacidades aumentadas de auto-confiança, responsabilidade e cooperação. Quando nutridas numa família amorosa, as tendências iniciais de dar e cuidar são expandidas numa ética mais ampla de serviços caridosos aos outros. De especial importância nesta era é o apreço crescente da criança para com o que é leal e justo no relacionamento humano. Este avanço na compreensão, juntamente com habilidades aprimoradas de negociação e acordo, levam-na a rejeitar, por princípio moral, o uso da força para lidar com o conflito social.

A confissão do esquerdista radical

O indivíduo que alcançou a confiança básica, esperança, autonomia, boa vontade, reciprocidade, iniciativa, bons propósitos, reconhecimento, atividade e competência instrumental busca naturalmente uma vida que incorpore estas virtudes: uma vida de liberdade individual e cooperação voluntária. Ao completar a adolescência, sua identidade é a de um adulto competente que pode sustentar-se ao mesmo tempo em que colabora com os outros. Ele sente orgulho em ser dono de si mesmo, jogando pelas regras e respeitando os direitos dos outros. Ele também sente orgulho em ser caridoso com causas merecedoras. *Para esse indivíduo, uma vida de liberdade ordenada é a culminação lógica de tudo o que ele aprendeu na infância. É uma vida que incorpora as virtudes aprendidas numa família competente. Assim, o que o adulto competente busca de um governo competente são as proteções que assegurem sua liberdade de viver por suas próprias escolhas e de relacionar-se com os outros por consentimento mútuo.*

Como já foi observado por todo este livro, no entanto, esse tipo de vida e de governo não são o que o esquerdista radical busca. O que ele busca no lugar é a garantia de segurança de um governo dominante, e sua dependência por todo seu tempo de vida, juntamente com a acomodação de suas demandas neuróticas. Ele pretende, através do poder do Estado, reparar o trauma, a injustiça, o desamparo e a humilhação vividos nas mãos de seus pais, e espera alcançar estes objetivos

aprovando leis que satisfaçam seus impulsos e que o isentem das obrigações da vida adulta madura. Ele busca uma sociedade que seja fortemente regulada, moldada e administrada pelo Estado Parental Moderno. O objetivo do esquerdista radical de fazer do Estado uma família ideal e seu método para atingi-lo compelindo os cidadãos a fazer sua vontade constituem a agenda esquerdista radical. Esta agenda pode ser apresentada numa montagem de linguagem direta a partir de uma perspectiva adulta. Quando acompanhada pela observação de suas origens de desenvolvimento, o resultado é a confissão do esquerdista radical. Se ele fosse declará-la com franqueza e auto-crítica, seria algo semelhante ao que se segue.

A confissão radical da desconfiança básica

Em períodos críticos de minha infância eu fui dolorosamente privado de amor, empatia, atenção e cuidado. Essas privações me fizeram sentir-me machucado, necessitado, vazio, invejoso e irado, mas eu preciso fingir que não tenho estas emoções. Quando pequeno eu implorava, exigia e gritava para conseguir o que queria. Eu ainda quero agir dessa maneira, mas temo sentir-me humilhado quando o faço. Não importa o que eu faça, nunca sinto que obtive tudo o que necessito. Isto é uma injustiça terrível, e por causa disso eu creio que sou vitimizado. Não sou paranóico por crer nisso; minha desconfiança básica é realística. Mas sentir-me carente, invejoso e privado também me faz sentir deprimido e desamparado. Algumas vezes também me sinto em pânico e com ódio. Eu sei que certas pessoas me maltratarão da mesma forma que fui maltratado quando criança. Eu estou intensamente machucado e irado por causa do tratamento ruim que sofri nas mãos de vilões do passado e do presente.

Para me defender contra esses estados eu tenho que culpar certos indivíduos e grupos por meus problemas e tentar lhes tirar o que eu quero. Ao odiá-los por serem duros, cruéis e egoístas, e ao lhes tirar o que têm, eu posso aliviar minha raiva e me sentir seguro, justo e poderoso. *Culpar e odiar os outros me ajuda a me afirmar como vítima e a ver os outros como vilões, os quais posso punir ao mesmo tempo em que tento lhes tomar suas posses. Eles têm certos bens, serviços e status*

que eu me sinto no direito de ter, mas que ainda não recebi. Para acabar com esta injustiça, usarei o poder do Estado para conseguir o que quero. Então deixarei de me sentir carente, invejoso e irado. Não terei mais que implorar, exigir, manipular ou intimidar ninguém, porque o Estado fará tudo isso por mim.

O fato de que o Estado pode tirar as coisas dos outros e dá-las a mim é gratificante em si. Eu preciso ter este poder sobre os outros para não me sentir indefeso, como eu sentia quando era uma criança. O poder de tomar as coisas dos outros também me permite vingar das coisas erradas que suportei e parar de sofrer. Além disso, ter coisas dadas para mim satisfaz minha ganância. Eu sou, de fato, ganancioso e invejoso por causa da privação que sofri quando criança, mas não admito isso para mim e nem para os outros. Finjo, em vez disso, que não sou invejoso, e nego firmemente que sou ganancioso. Eu disfarço minhas demandas gananciosas chamando-as de direitos. Direitos são bens que alguém deve me fornecer porque eu os mereço; eu não deveria ser visto como ganancioso e avarento, ainda que eu o seja. Minha determinação de conseguir o que os outros possuem é minha necessidade legítima. Seus esforços de manter o que possuem mostram sua ganância egoísta. (Joe Sobran) Por isso eles são os gananciosos, não eu. E mais, eles merecem perder o que têm, porque tiraram as coisas de outros. Estas crenças me ajudam a fingir que não sou invejoso, ganancioso ou vingativo.

Eu e outros como eu, que somos carentes, irados e invejosos, rejeitamos quaisquer regras que nos exijam trabalhar para conseguir o que queremos. Nós não deveríamos ter que fazer nada além do que já fizemos para conseguir o que é essencial para uma boa vida. Nós já sofremos o suficiente. Merecemos ser compensados sem fardos adicionais. As privações que sofremos no passado são o que nos fazem merecedores no presente e no futuro. O mero fato de que estamos vivos e suportamos tais dificuldades é suficiente para nos dar o direito a benefícios gratuitos. Na verdade, nós merecemos muito mais do que as coisas essenciais a uma boa vida para compensar as dificuldades passadas. Por essas razões, não se pode permitir que os direitos tradicionais de propriedade impeçam a satisfação de nossos direitos. Nós, vítimas, devemos ter acesso livre de obstáculos à riqueza, poder

e posição de outros. Nós não aceitamos a primazia dos direitos de propriedade na proteção da liberdade ordenada, e nem a liberdade individual como um ideal adequado. *Nossos direitos afirmativos de ter nossas necessidades satisfeitas e nossas dores compensadas são muito mais importantes que os direitos básicos de propriedade ou de liberdade individual. Mais ainda, nós não reconhecemos a soberania da outra pessoa. Não reconhecemos seu direito de ser deixada em paz. Nossos direitos são mais importantes do que o direito reivindicado pelos outros de viver por conta própria. Por termos sofrido certas injustiças quando crianças nós temos reivindicações legítimas de reparações. O fato de que as pessoas sobre quem fazemos essas reivindicações negam qualquer papel causal nas injustiças que sofremos, tanto as passadas como as presentes, não é relevante. Nós temos o direito de conseguir o que nos é devido de qualquer pessoa com recursos. Portanto, nós, que não temos nada, temos direito ao tempo, esforços, habilidades e dinheiro desses que têm mais do que nós.*

Ver-me como uma vítima inocente de injustiça e ver os outros como vilões cruéis e gananciosos me dá uma maneira de me relacionar com o mundo. Eu posso me conectar a outros que sentem o mesmo que eu, e esse tipo de relacionamento preenche um pouco do vazio e aquieta um pouco a insegurança remanescentes de minha infância. É especialmente importante que nesta conexão eu possa me sentir ligado a alguma coisa e a alguém. Estar conectado desta maneira me faz sentir seguro e reduz minhas ansiedades a respeito da vulnerabilidade, desamparo, separação e abandono que restaram de minha infância. Eu também posso conseguir simpatia e compaixão por meu sofrimento; isso me ajuda a compensar a falta de ternura que experimentei quando criança. De fato, minha união com as outras "vítimas" cria uma família de sofredores, uma confederação de vítimas, com quem consigo me identificar. *Todos nós nos vemos como nobres mártires, unidos em nosso sofrimento, em nossa inveja e em nossa pena por nós mesmos. Somos unidos, também, em nossa ira e ódio contra os vilões de nossas vidas passadas e presentes. Isso me permite sentir-me justificado quando ajo de forma irada e destrutiva contra os vilões. Mais ainda, quando vejo que meus problemas são causados por outros, posso ser odioso e vingativo para com eles, evitando assim odiar e punir a mim mesmo.*

Minha visão de mundo de vítimas e vilões me fornece uma maneira de entender a condição humana. O mundo consiste de pessoas inocentes que sofrem e de pessoas cruéis que causam sofrimento àquelas. Nós que sofremos não somos, de maneira alguma, responsáveis por nosso sofrimento. Nossa dor jamais é causada por nossos próprios erros de omissão ou comissão. Nossa dor é causada por pessoas egoístas e maldosas e por instituições malignas tais como o capitalismo, que permite que pessoas ricas e poderosas explorem os pobres e as minorias fracas. Com esta visão de mundo eu consigo me convencer de que minha desconfiança básica do mundo não é um legado neurótico de minha infância e nem uma distorção paranóica da realidade. É uma percepção perfeitamente natural e precisa do estado horrendo do relacionamento humano. Os únicos pontos iluminados neste mundo infeliz são os esquerdistas radicais modernos. Tendo a oportunidade de fazê-lo, esses homens e mulheres heróicos podem derrotar os vilões em nossas vidas, nos dando segurança, nos unindo em amor e gratificando nossas necessidades se nos apoiarmos em líderes poderosos.

Se eles conseguirem poder político suficiente, nossos líderes esquerdistas radicais criarão uma grande sociedade utópica. Na verdade, O Estado Parental Moderno é a família idealizada dos meus sonhos, um benfeitor onipotente com poderes mágicos para acabar com o sofrimento humano. Eu vejo esta entidade como um bebê que adora sua mãe amorosa, como um adolescente que idolatra uma estrela do rock, como um fiel que adora uma divindade. Sob O Estado Parental Moderno eu não temo nenhum mal, pois o Estado dá fim a toda privação, atende a todas as necessidades e cura todas as injustiças. Esse é o Espírito do Mundo Hegeliano. Ele não só cria o contexto do relacionamento humano, ele é a realidade derradeira do relacionamento humano. Numa fusão mística com este Espírito, eu experimentarei a unicidade de cidadão e sociedade, a conexão de tudo a todos, a abolição de separação, e o fim da alienação em todos os seres humanos. Eu não me sentirei mais sozinho ou abandonado; minha angústia existencial será dissolvida numa comunhão com o coletivo. Eu pertencerei a todos e todos pertencerão a mim. Eu estarei finalmente seguro, finalmente livre de necessidades, finalmente livre da desconfiança. Em minha fusão com o Estado grandioso alcançarei

não somente a segurança da confiança básica; eu me sentirei conectado a cada alma da humanidade. Mais ainda, em minha campanha coletiva contra o individualismo, alcançarei a validação, a justificação e a significância. Minhas paixões serão finalmente justificadas numa guerra nobre para derrotar o egoísmo. Minha vida terá significado e significância numa campanha épica contra o mal.

A confissão radical da autonomia fracassada

Em meus anos de infância eu não me sentia seguro, amado e importante porque as pessoas que deveriam ter cuidado de mim me negligenciaram, me privaram ou abusaram de mim. Elas não tinham quase nenhuma empatia por meus estados mentais e pouco entendimento de minhas necessidades. Eu me sentia freqüentemente sobrepujado, amedrontado, desprotegido, abandonado, ignorado e irado naqueles anos, e era completamente incapaz de aliviar meu tormento por meus próprios esforços. Eu tentava conseguir o que queria ou precisava chorando, resmungando ou gritando furioso e fazendo birra. Quando esse comportamento me fazia ganhar algo que eu queria, eu me sentia menos desamparado. Com freqüência eu tentava punir as pessoas que me negavam as coisas sendo teimoso, desafiador, rancoroso e vingativo. Algumas vezes me sentia destrutivo e até mesmo sádico: eu batia nas pessoas e as chutava, quebrava coisas e sujava lugares. Algumas vezes esse comportamento fazia com que cedessem às minhas demandas, e novamente eu me sentia menos desamparado, mas quando me permitiam conseguir as coisas por meio da birra, eles me privavam da disciplina que eu precisava para não me tornar um pirralho mimado. *Conforme fiquei mais velho, comecei a acreditar que esta vida é um jogo de poder, controle, manipulação e intimidação. Agora, como adulto, quando não consigo o que quero eu tento ganhar poder e controle sobre os outros ou encontrar uma maneira de manipulá-los ou intimidá-los para conseguir meu objetivo*. Quando não sou bem-sucedido nesses esforços eu fico ansioso, irado e deprimido. Algumas vezes ainda choro ou me enfureço pela vida ser tão injusta comigo, exatamente como eu fazia quando era criança, porque ainda me sinto negligenciado, privado e abusado. Eu invejo as pessoas que são ricas e poderosas, mas também tenho medo delas, porque acredito que

elas estão me explorando de algum modo. Eu odeio especialmente as pessoas que ignoram meu bem-estar e agem como se eu não existisse. Elas deveriam ser obrigadas a agir direito, porque quando não o fazem eu me sinto insignificante e sem valor, além de explorado e irado. Eu sinto seu desprezo por mim e quero retribuir rebaixando-as. Então meus modos tornam-se altivos e arrogantes, mostro meu desgosto e desprezo por elas, e me torno autoritário em minhas demandas.

Para corrigir os males terríveis que sofri eu preciso conseguir o controle sobre outras pessoas e seus recursos. Essa é a única maneira de me sentir feliz e seguro e de evitar as emoções dolorosas que me atormentam. Se eu puder conseguir o controle do poder, então me sentirei seguro e gratificado em vez de medroso e frustrado. Eu me sentirei poderoso em vez de desamparado. O poder que preciso é o poder do governo. O Estado Parental Moderno forçará os outros a fazer o que eu preciso que eles façam para meu bem-estar e para o bem-estar de outros como eu. O poder do Estado é necessário para fazer as outras pessoas sustentarem aqueles de nós que foram tão prejudicados.

Infelizmente eu não posso obter esse tipo de poder numa sociedade livre. Pessoas numa sociedade livre podem viver como bem quiserem. Embora eu deseje poder viver como bem quiser, não quero que os outros façam o mesmo porque então poderiam recusar minhas demandas por bens econômicos, status social e influência política. Eu posso me beneficiar das instituições de caridade fundadas pelas pessoas livres, mas elas não oferecem nenhuma garantia de que eu terei o tipo ou a quantidade de benefícios que preciso para sentir-me bem. Chorar e reclamar sobre meu sofrimento pode render-me alguns resultados numa sociedade livre, mas não o suficiente para produzir o tipo de vida que desejo. Se eu me tornar irado e culposo, ou se meu comportamento parecer desafiador ou rancoroso, ou ainda odioso, então as pessoas livres perderão o interesse em mim, o que eu considero ultrajante e ameaçador. *Conseqüentemente, eu rejeito o tipo de liberdade que permite aos outros ignorar minhas demandas. Eu preciso saber que eles serão obrigados a me sustentar mesmo que não queiram fazê-lo. O fato é que eu tenho certos direitos afirmativos, e eu exijo que eles sejam honrados. Tenho direito de conseguir o que quero*

e necessito. Meus direitos superam quaisquer direitos de propriedade que protejam a liberdade individual. Eu me oponho fortemente a quaisquer arranjos em que meu bem-estar não seja a obrigação legal de outros. Eu me oponho, portanto, a quaisquer arranjos em que os relacionamentos sejam governados por consentimento mútuo.

Por essas razões, eu também me recuso a reconhecer a soberania das outras pessoas, porque se o fizesse eu não as poderia controlar. Certas pessoas que são egoístas e gananciosas devem ser obrigadas a contribuir com a parcela justa, o que significa que elas devem ser obrigadas a abrir mão de seu poder e riqueza e status para aqueles de nós em necessidade. Se não for assim, elas nos ignorarão e viverão suas próprias vidas. Sua liberdade para viver sem obrigações legais para com meu bem-estar significa que eu teria de ser responsável por minha própria vida, e isso é injusto. Eu não aceito a idéia de que devo cuidar de minha própria vida e conseguir o que preciso por trabalho ou merecimento, ou cooperando voluntariamente, ou trocando coisas por consentimento mútuo, ou persuadindo os outros a suprir minhas necessidades da mesma forma que supro as deles. Na verdade, não estou com medo apenas de viver minha própria vida, estou também irado por ter que ser recíproco. Eu preciso da segurança de saber que os outros são obrigados por lei a tomar conta de mim, a me ver como alguém significante, a saber que eu tenho tanta importância que eles têm de me dar coisas sem que eu lhes retribua. Por ter sido privado, abusado e negligenciado quando criança, há certos bens e serviços e relacionamentos devidos a mim como compensação, e eu tenho direito a todos esses benefícios sem ter que oferecer nada em troca. Eu preciso ser amado e cuidado apenas pelo que sou, e não pelo que faço aos outros. E mais, eu quero o sentimento de poder e superioridade sobre os outros que O Estado Parental Moderno me dá. Eu quero reviver o senso de onipotência de minha infância, a ilusão de dominância que uma criança pequena tem sobre sua mãe e seus responsáveis. Eu quero restaurar o "Sua Majestade, O Bebê" em minha vida para sufocar a vergonha e a dúvida que sinto por não ser amado, nem cuidado, nem protegido e nem valorizado.

Eu não tenho interesse na boa vontade ou na complacência. Em vez disso quero que minha vontade seja feita. Quero controle sobre os outros para que eles não possam me recusar, me negar ou me ignorar.

Quando eu tiver esse controle, então terei um ego que me fará sentir bem: "Controlo, logo existo." *Quando não tenho controle, me sinto fraco e inadequado. Acho degradante, e até mesmo humilhante, ter que negociar com outros para fazer uma transação agradável a ambos. Vejo a vida como uma disputa, não como algo cooperativo. É uma batalha de vontades, e a minha deve dominar. "Minha vontade seja feita conforme eu exijo", em vez de "nossa vontade seja feita por consentimento mútuo". Eu não acredito em cooperação consentida, e nem confio nisso. Na verdade, fico tão nervoso por ter sido privado, negligenciado e abusado no passado que me recuso a cooperar no presente. Não quero ter que fazer as coisas para a satisfação de todas as partes. Estou com raiva porque não consegui o que quero, e por isso me sinto bem ao contrariar e controlar os outros. Fazer com que a pessoa cumpra minha vontade contra a dela satisfaz meu desejo irado de punir o mundo por não me tratar do modo correto. Sinto-me bem ao ser vingativo, ao punir os outros por suas injustiças contra mim, especialmente pelo erro de não ceder às minhas demandas.*

Para alcançar meu objetivo de dominar e punir as outras pessoas, preciso do poder do Estado. O poder do Estado me permite fazer aos outros o que seria moralmente errado e ilegal se eu fizesse por mim mesmo: coagi-los, tomar-lhes a riqueza e controlá-los. É por isso que eu amo a filosofia do coletivismo; ela é inerentemente coerciva. É inerentemente hostil à liberdade individual. Odeio a liberdade individual, pois se os outros forem autônomos, soberanos e livres para se relacionarem apenas por consentimento, então eles não terão de fazer o que eu quero. Eu posso implorar, tentar manipulá-los e intimidá-los para conseguir o que quero, mas eles ainda podem me ignorar. Eu entendo que posso lhes oferecer alguma coisa que eles queiram para conseguir sua cooperação, mas eu não quero fazer isso. Estou irado pelo fato de que eles não me deram o que eu quero. Também sou intensamente invejoso do que eles têm. Por estas razões eu me recuso a oferecer-lhes qualquer coisa que aumente sua satisfação. Em vez disso, quero frustrá-los e fazê-los sentir-se privados também. Isso é o que O Estado Parental Moderno pode fazer com as pessoas egoístas, especialmente as ricas e poderosas.

A confissão radical da iniciativa fracassada

No quarto, quinto e sexto anos de minha infância, algumas vezes eu era corajoso, ousado e insistente, algumas vezes exibido, algumas vezes confiante demais, metido e agressivo. Eu me imaginava como alguém grande e poderoso, mas com freqüência me sentia fraco e amedrontado em minha pequenez. Algumas vezes eu me sentia culpado, inibido e com medo de ser punido, mas também queria me afirmar fazendo coisas que não deveria fazer. Eu não fui suficientemente bem disciplinado para desenvolver uma consciência normal, e por isso adquiri uma tendência forte a me satisfazer de maneiras gananciosas e rancorosas. Algumas vezes eu era competitivo e exigente sobre quem ou o que me pertencia. Eu podia ser ciumento e possessivo, e até mesmo combativo, no tocante a ter um de meus pais ou irmãos apenas para mim. Eu tinha um medo freqüente de que os outros tivessem mais amor e atenção do que eu. Eu queria ser dominante, mas os outros, muito maiores e mais fortes do que eu, me dominavam e me tornavam indefeso e submisso. Quando isso acontecia eu me sentia humilhado e furioso. Algumas vezes sentia ódio por aqueles que enxergava como rivais; eu me imaginava vencendo uma luta com eles, ferindo-os ou matando-os. Mas eu também temia ser humilhado em jogos ou esportes em que eu precisava participar. Eu queria ser o centro da atenção de meus pais e ser admirado mais do que as outras crianças, mas as outras crianças eram freqüentemente mais velhas, mais espertas e mais fortes, e conseguiam um desempenho melhor que o meu. Nessas ocasiões eu me sentia inadequado e inferior. Algumas vezes esses sentimentos me levavam a desistir de começar qualquer coisa, e a agir de forma passiva a apagada. Mas então eu decidia competir e vencia trapaceando. Decidi quebrar as regras para derrotar os outros. Rejeitei os bons propósitos e tornei-me implacável e vingativo à minha própria maneira infantil. Eu tinha que vencer, porque perder numa situação competitiva era algo que esmagava meu pequeno ego. Eu também aprendi a manipular para conseguir as coisas do meu jeito. Eu fazia o que fosse necessário – charme, fofura, sedução, promessas, mentiras, qualquer coisa – para levar as pessoas a fazer o que eu queria. Mas trapacear e manipular me causaram um problema, porque eu deveria aprender o bom comportamento. Eu deveria

adquirir uma consciência que reforçasse o bom comportamento, e eu não queria ser limitado pelas regras. Eu tinha que me tornar ainda mais desonesto para cobrir minhas trapaças e manipulações, e evitar ser tachado de mimado.

Eu ainda sinto as mesmas coisas como adulto. Eu não quero jogar pelas regras. Estou disposto a manipular e trapacear e mentir sem me sentir culpado para vencer as batalhas de vida e conseguir o que quero. Sem um governo parental para me proteger, sinto-me vulnerável diante dos predadores ricos e poderosos prontos para me sobrepujar, me dominar e me fazer subserviente. Num mundo de liberdade ordenada, onde competir e ter sucesso são tarefas do dia-a-dia, sinto-me inseguro e inadequado se tiver que sofrer uma derrota e sua perda decorrente de riqueza ou status. A aparência de inadequação e a realidade do fracasso me ameaçam num mundo que freqüentemente requer competência genuína. Eu me sinto envergonhado por ser fraco, e por isso escondo minha fraqueza por trás de um ar de superioridade, especialmente a superioridade intelectual. Para conseguir uma vantagem sobre meus rivais, tento impressionar os outros me gabando de ser durão, esperto ou poderoso. Eu tento blefar e enganar, para ver se alguém acredita, sabendo que posso apenas fingir. Tento mostrar qualquer força num fingimento em que, creio eu, os outros acreditarão. Manipulo as políticas em casa e no escritório para me convencer de que sou forte. Isso me dá vantagem sobre as pessoas que jogam de acordo com as regras.

Mas a maior vantagem que posso conseguir é o poder do governo. Com O Estado Parental Moderno ao meu lado, posso passar por cima das regras sufocantes do estado de direito. Eu não tenho mais que me sentir oprimido, fraco ou inferior. O Estado me permitirá competir por poder e influência e derrotar meus rivais. É claro, os rivais mais óbvios contra mim e os outros esquerdistas radicais são os vilões do mundo atual: os ricos e poderosos, os capitalistas e imperialistas. Estas são as pessoas que me ameaçam. São elas que preciso derrotar. Eu me rebelo contra porque me negam, me limitam, expõem minha fraqueza, revelam minha trapaça, me responsabilizam, e me punem quando quebro as regras e violo os limites. Eu me rebelo porque sei que elas usam a força para explorar o pobre, o fraco e o oprimido, e

travam guerra contra o inocente. Rivais menos óbvios são as pessoas que são simplesmente competentes e jogam de acordo com as regras, pessoas com caráter e integridade. Sinto-me secretamente envergonhado e culpado em comparação a elas, porque eu trapaceio e manipulo, e elas não. Elas fazem as coisas com habilidades reais, através de interações justas. Algumas vezes eu não quero acreditar que essas pessoas são reais. Suspeito que elas também trapaceiam, porque não é realmente possível alcançar as coisas fazendo tudo certo.

Mas elas não prevalecerão, independentemente de como jogam o jogo. Com o poder das leis aprovadas pela Legislatura Parental Moderna, eu e meus camaradas esquerdistas passaremos por cima dos Grandes Negócios, das Grandes Corporações, dos Grandes Exércitos e de todos os Grandes Homens que controlam as alavancas do poder. Nós, os pequeninos originais, conquistaremos esses adultos e regularemos todos os outros. Com o poder do Estado, eu e outros esquerdistas radicais seremos vitoriosos no drama edipiano clássico: conforme derrotarmos o pai/rei opressor e perigoso, nos libertaremos e desfrutaremos das satisfações sexuais, agressivas e aquisitivas que nos agradam. As regras limitantes da consciência tradicional não nos seguram mais, como grilhões. Agindo como fedelhos mimados nós seremos legitimados. Em vez de um pai autoritário e punitivo, o novo Estado será uma mãe permissiva e indulgente que nos incita a fazer tudo o que nos faz sentir bem. Uma nova moralidade gratificante, a da agenda esquerdista radical, tomará o lugar da antiga moralidade restritiva: sob o reinado dos direitos afirmativos, o Estado garantirá o bem-estar material de todos, fornecerá cuidados médicos, protegerá a auto-estima, resolverá a inveja e o ciúme, perdoará o mau comportamento, eliminará os riscos e responsabilidades da vida, corrigirá as desvantagens sociais e políticas, educará cada cidadão, eliminará todas as distinções de classe – e criará uma sociedade de amor universal. Um Judiciário Parental Moderno aplicará leis derivadas desta nova moralidade da obrigação. Em minha identificação com esta grande arquitetura coletiva, e também na de meus colegas, nos sentiremos tão nobres e superiores e poderosos como o Estado. Nessa afiliação encontraremos nossa verdadeira identidade.

CAPÍTULO 46

DEFICIÊNCIAS RADICAIS NAS FASES JUVENIL E ADOLESCENTE

O homem adolescente, em toda a sua sensibilidade para o ideal, é facilmente explorado por falsas promessas milenaristas, facilmente levado pela promessa de uma identidade nova e arrogantemente exclusiva.

— Erik Erikson

A confissão radical da fase da atividade

Em meus anos escolares aprendi mais sobre a vida dentro e fora de minha família. Eu observei como as pessoas se relacionam e influenciam umas às outras. Vi pessoas comprar, vender e emprestar coisas. Aprendi sobre ganhar dinheiro e sobre tê-lo, guardá-lo, gastá-lo e devê-lo. Aprendi que devo respeitar os direitos das pessoas e fazer a maioria das coisas por consentimento mútuo, para que ambos os lados de uma transação fiquem satisfeitos. Aprendi que devo adquirir certas habilidades para que eu possa ser auto-confiante e cooperar efetivamente com os outros. Aprendi que devo ser ativo, responsável e confiável, e que devo negociar e ceder quando necessário. Também aprendi que o trabalho duro é uma virtude e que tenho que perseverar em meus esforços e tolerar as frustrações para ser bem-sucedido. Aprendi que devo considerar os outros e tomar cuidado para não prejudicá-los acidentalmente, que devo ser honesto e direto, seguir certas regras e ser respeitoso com certas autoridades e instituições. Eu aprendi o que é

certo e errado, justo e injusto, lícito e criminoso. Eu aprendi que devo ser caridoso com as pessoas que são desfavorecidas. Aprendi sobre a religião e seu papel em nos compelir a boas ações em vez de más.

Eu aprendi tudo isso quando cheguei à adolescência, mas dados os defeitos em meu desenvolvimento, não consegui fazer desses princípios os meus próprios. Em vez disso, decidi que ter controle sobre os outros ainda era uma maneira melhor de conseguir o que eu queria do que o relacionamento por consentimento mútuo, a cooperação voluntária, as ações virtuosas e o respeito pelos direitos dos outros. É claro, eu podia ser justo e fazer a coisa certa na medida em que agir daquela maneira me ajudasse a obter dos outros o que eu queria. Eu cooperava com as pessoas e respeitava seus direitos, e até mesmo era generoso, se fosse útil aos meus propósitos. Eu trabalhava duro e era honesto e responsável se aquilo me permitisse manipular as pessoas.

Eu decidi abordar a vida desta maneira por uma boa razão. Quando comecei na escola eu já sofria com os eventos dolorosos de meus primeiros seis anos de vida. Sentia-me, por dentro, desconfiado, temeroso e triste. Sentia-me carente e desesperado por algo ou alguém que me confortasse. Apesar de ter algumas habilidades, me sentia ineficaz, envergonhado, irado, culpado e inferior. Eu tentava esconder esses sentimentos de mim mesmo e dos outros. Mas eu os tinha de qualquer maneira, porque jamais tive uma conexão segura com minha mãe ou meus outros responsáveis. Eu nunca recebi amor, atenção, afeição, proteção, empatia e disciplina que precisava para minha alma, tanto quanto precisava de comida e água para meu corpo. Eu me sentia irado por causa desta provação, porque ela violava meu direito de ser criado como uma criança preciosa de pais amáveis. Mas eu também me sentia culpado por causa dessa ira. Sentia-me envergonhado e inferior por conta da privação que sofria, porque aquilo só podia significar que havia algo errado comigo. Eu me sentia incapaz porque não havia nada que eu pudesse fazer que aquietasse meu tormento.

Eu tinha que achar alguma maneira de me defender dessa dor, mas eu não podia ser honesto sobre os sentimentos, porque senão eu pareceria um chorão, auto-piedoso, irado e exigente, e os outros me desaprovariam e me rejeitariam. Algum tempo depois que comecei

na escola, percebi que ter controle sobre as outras pessoas acalmava minha ansiedade e carência, e diminuía minha tristeza. *Eu sabia que deveria me relacionar com os outros por consentimento mútuo, mas não confiava naquele tipo de relacionamento, e não queria me relacionar daquela maneira de forma alguma. Tinha raiva pelo modo com que as coisas tinham acontecido em minha vida. Eu não queria ser recíproco. Em meus anos de escola percebi mais claramente que se eu conseguisse, de algum modo, controlar as pessoas, e até mesmo intimidá-las e dominá-las, então eu poderia me sentir eficaz, confiante e superior, e não ineficiente, desesperado e desamparado. Ganhar controle tornou-se uma grande ambição, e manipular os outros tornou-se o meio para aquele fim. Era geralmente mais fácil de manipular meus pares, mas por fim aprendi a manipular adultos também.*

Meus anos escolares foram marcados, como os de todo mundo, por rivalidades e competições infantis sobre quem era mais popular, bonito, inteligente, engraçado ou atlético. Eu gastei bastante tempo nessas batalhas. Eu me juntava a um ou dois amigos contra outros ou formava uma panelinha rival. Eu dividia as pessoas em gente boa e gente ruim, gente que eu poderia gostar e gente que eu poderia odiar, e agia desdenhosamente com as que eu odiava. Eu empinava o nariz e fingia ser superior para impressionar os outros e me sentir bem. Freqüentemente eu sentia inveja, ciúme e medo de ser humilhado, mas escondia esses sentimentos fingindo que eu não me importava ou alegando que possuía mais vantagens e amigos do que eu realmente tinha. Para lidar com o sentimento de inveja e inferioridade eu denegria os outros e ridicularizava o que eles tinham. Algumas vezes eu tentava projetar uma imagem de perfeição, mas sabia que era falsa. Descobri que mentir era muito útil, porque me ajudava a me livrar de coisas que eu não deveria fazer e a manobrar as pessoas para fazer o que eu queria. Mentir me fazia parecer bom e fazia os outros parecerem maus. Eu mentia para ser aceito. Eu mentia para ser isentado de obrigações. Descobri que amizades podem ser efêmeras e lealdades temporárias, e eu mudava de amigos e lealdades para ganhar vantagens sociais. Eu ficava furioso quando pensava que tinha sido desprezado ou esnobado. Quando me convencia de que os males feitos contra mim eram severos, buscava vingança dizendo ou

escrevendo coisas ruins sobre as pessoas que tinham me prejudicado, para lhes retribuir o prejuízo. No curso dessa luta acabei acreditando que eu estava fazendo o que tinha de fazer para sentir-me bem. Eu cheguei a criar minha própria moralidade para apoiar esse esforço: Decidi que tudo o que me trouxesse o que eu queria era correto e justo, e tudo o que os outros faziam contra mim era errado e injusto. Eu via o mundo como um lugar de conflitos no qual você luta para conseguir o que quer, compete por status e posição, e batalha contra outros que querem derrubá-lo e elevar a si mesmos. Ao projetar meus próprios problemas emocionais neste mundo, eu criei um teatro no qual eu podia representar os dramas de minha infância: eu podia me sentir rejeitado, negligenciado, privado, trapaceado, abusado, temeroso, odioso, vingativo e vitorioso novamente, desta vez num palco bem maior. Para expandir os atores nesses dramas eu adicionava colegas, professores e vizinhos ao meu antigo elenco de pais e irmãos. Eu dividia o mundo em vítimas e vilões, e algumas vezes adicionava um herói à trama. Eu geralmente me identificava como uma vítima e evitava a todo custo parecer-me com um vilão. Sempre que algo dava errado era culpa de outra pessoa. Algumas vezes eu me imaginava como um herói a resgatar os outros que eu via como vítimas. Eu me sentia machucado, triste e irritado por causa dos males e injustiças reais ou imaginários que encontrava, e depois me sentia bem ao me vingar. Eu descobria maneiras de punir as pessoas que eu odiava por me rejeitarem ou ignorarem, ou por serem melhores do que eu era. Algumas vezes eu agia com violência ou roubava delas, ou então tentava estragar seus relacionamentos com outros. Eu fazia essas coisas para igualar o placar que eu mantinha em minha cabeça de vítima.

Ver os outros como vítimas e vilões me ajudava na defesa contra a dor que me atormentava desde meus primeiros anos. Ter dó das vítimas com quem eu me identificava gratificava meu desejo de auto-piedade por toda a privação que eu havia sofrido. Eu olhava para as pessoas patéticas porque assim podia desfrutar vicariamente da pena que elas recebiam por seu sofrimento. Por ser egoísta, ganancioso e odioso em meu próprio coração, eu olhava para os vilões sobre quem eu podia projetar aqueles traços e fingir que não os tinha. Eu me sentia ofendido pelo egoísmo dos outros e negava o meu próprio. Com

este engano eu conseguia me convencer de que os outros eram maus – nunca eu – e então me sentia nobre e bondoso. Amaldiçoar os outros diminuía a vergonha, culpa e desprezo que ainda me assombravam. Eu podia odiá-los em vez de mim mesmo e condená-los por serem viciosos e insensíveis. Eu podia culpar os outros para evitar sentir-me responsável. Eu interpretava as ações de intenções dos outros da pior forma possível, pois assim podia colecionar injustiças e me sentir machucado e vitimizado. Ao amaldiçoar os vilões porque estes exploravam as pessoas, conseguia negar que as manipulava. Eu aprendi a ser implacável e ao mesmo tempo parecer inocente, desonesto parecendo confiável, obstrutivo parecendo prestativo. Quando sentia compaixão genuína pelas vítimas eu me via como alguém cuidadoso, compreensivo e generoso. Quando sentia simpatia pelas vítimas eu também sentia simpatia por mim mesmo.

Ao final dos meus anos juvenis cheguei à conclusão de que a vida é um caso bem sombrio. Decidi que o mundo é um lugar hostil, onde vilões predam vítimas, e vítimas esperam por um herói que as resgate e derrote os vilões. Em minha percepção deste mundo cheguei à conclusão de que conseguir poder e controle sobre os outros era a melhor coisa que eu poderia fazer para mim mesmo. Com poder eu viraria a mesa sobre os vilões e os impediria de me explorar e me privar. Em vez disso, eu os manipularia e exploraria, tiraria deles tudo que desejasse, e me vingaria. Em retrospecto eu vejo que esses dramas juvenis foram ensaios para as batalhas políticas da vida adulta. Eles foram versões precoces das guerras maiores que viriam.

A confissão radical da era da identidade

Ninguém realmente entendia a dor de meus primeiros 12 anos ou meus esforços para me defender dela. Meus pais não perceberam o fato de que eu estava lutando e que precisava de ajuda. Por causa de meu fingimento e de sua indiferença, ninguém me ajudou a superar minha desconfiança básica da vida e dos relacionamentos. Ninguém me ajudou a superar o medo, a ira e a insegurança que sobraram desses primeiros anos. Conforme cheguei à adolescência me senti como uma vítima num mundo de vítimas e vilões, exatamente como tinha

acontecido nos primeiros anos de escola. Ninguém me ajudou a ver as coisas de outro modo, e por isso aprender a manipular as pessoas continuou me parecendo a melhor coisa a fazer por mim mesmo.

Esta escolha me causou problemas porque a cultura americana tradicional possui valores diferentes. Eu era agora um adolescente, e aquilo significava que mais seria esperado de mim. Por ser mais velho, mais inteligente e mais forte, esperavam de mim um comportamento mais maduro do que o de minha fase juvenil. Eu deveria ser mais autônomo e mais eficiente em minhas ações. Também mais responsável e cooperativo, e deveria renunciar a minha dependência infantil. Eu não deveria choramingar e nem reclamar. Eu deveria mostrar mais respeito pelos outros e me relacionar por acordo mútuo em vez de fazer demandas. Eu deveria merecer mais o que eu recebia, e não achar que era meu por direito. Eu deveria seguir as regras tradicionais. Deveria ser otimista, prestativo e motivado por boa vontade e bons propósitos ao lidar com os outros. Todos assumiam que quanto mais confiável eu fosse maior seria a minha liberdade. E também que eu aprenderia um equilíbrio entre a liberdade de fazer o que eu queria para mim e as obrigações de fazer o que eu devia para os outros.

Todo esse bom comportamento, em tese, me daria certa identidade nesta fase de minha vida, consoante ao ideal histórico da cultura americana. Eu deveria me tornar uma pessoa individuada: um iniciador de ações autônomo, um adulto florescente que cuida de si mesmo e coopera com os outros. A premissa era que eu me tornasse um cidadão eficiente e responsável. Mas eu não consegui. Eu era muito inseguro para me tornar autônomo e recíproco. Eu não queria ter que confiar em mim mesmo ou cooperar voluntariamente com os outros. Eu não queria ter que ser objetivo sobre o mundo; eu queria pensar fantasiosamente em como poderiam ser as coisas. Eu não queria ter que me proteger do mal; queria ser imprudente. Queria me satisfazer e negar as conseqüências. Eu não queria me conformar às regras; queria quebrar as de que eu não gostava. Eu não queria ouvir a voz da consciência. Criei desculpas para mim mesmo. Menti para conseguir o que queria. Eu não queria conquistar a felicidade através do orgulho pelo bom comportamento; era mais fácil racionalizar

meus fracassos. Para sentir-me feliz eu fazia qualquer coisa que me satisfizesse no momento. Usei drogas, fiquei bêbado, colei em provas, matei aulas, recebi crédito por coisas que não fiz, fui pago por serviços em que não ajudei e mantive dinheiro e itens emprestados a mim. Se eu precisasse muito de alguma coisa e não pudesse pagar por ela, eu a roubava. Se engravidasse alguma garota, azar dela, não era meu problema. Se ficasse grávida, bastava um aborto. Conforme progredi pelos anos de adolescência, aprendi as melhores maneiras de se culpar alguém e de se evitar de levar a culpa. Eu sempre conseguia me ver como uma vítima e a outra pessoa como vilã. Quando olhava em volta de mim, eu conseguia achar outras vítimas como eu para sentir pena, e sempre conseguia achar vilões para culpar.

A epifania da política

No meio e final da adolescência, acordei: descobri o mundo da política. Na escola eu já ouvira sobre Democratas e Republicanos, mas não tinha prestado muita atenção. Mas então, a política do colegial e os dramas das eleições nacionais em poucos anos tornaram o assunto relevante. Durante as campanhas eleitorais os candidatos acusavam e culpavam uns aos outros, reclamando que as pessoas estavam sofrendo injustamente. Eles discutiam sobre quem era vitimizado por quem. Questões de poder, controle e manipulação eram debatidas calorosamente. Quando fiquei intrigado por essas discussões, comecei a transferir meus próprios sentimentos de vítima em termos políticos. Quando cheguei aos 20 anos de idade, já tinha opiniões fortes sobre assuntos políticos. A política da vitimização tinha um apelo especial para mim, e rapidamente me apaixonei pelas posições esquerdistas. Compreendi que o individualismo é a filosofia dos ricos e egoístas, e o coletivismo é a filosofia da justiça social. Aprendi com as campanhas políticas que os conservadores estupram o meio-ambiente por causa de lucros, e que as Grandes Corporações e o corpo militar americano conspiram contra nações inocentes para dominar seus governos, confiscar sua riqueza e deixar as pessoas famintas, em trapos, trabalhando em fábricas capitalistas por centavos. Eu aprendi com meus colegas de classe e professores da faculdade que tais obras malignas deveriam

ser banidas sob um governo esquerdista compassivo e comprometido com os pobres, oprimidos e injustiçados.

Essas mensagens ressoavam profundamente nas câmaras emocionais de minha vida. Eu descobri que meus traumas de infância tinham eco na retórica política. Eu aprendi que milhões de outras vítimas tinham sido e ainda eram negligenciadas, privadas e abusadas. Aprendi que interesses poderosos exploram os desfavorecidos num mundo de medo e desespero. Homens de negócios sem coração escravizam trabalhadores desamparados em fábricas insalubres. Populações em todos os cantos são mantidas na pobreza e permanecem politicamente impotentes sob o cajado dos predadores que só buscam lucros. Sim, em toda essa miséria a esperança ainda sobrevivia. Os intelectuais esquerdistas modernos dedicados ao resgate das vítimas do mundo haviam trabalhado por décadas para superar esses males e trazer a verdade e a justiça ao mundo. Eles compreendiam que os males da humanidade são devidos a condições econômicas, sociais e políticas fracassadas. Com a devida oportunidade, esses homens e mulheres brilhantes criariam uma nova sociedade baseada nos princípios de esquerda. Nessa sociedade as condições do sofrimento humano desapareceriam.

Essas e outras idéias eram parte de um novo mundo e de uma nova visão de mundo que eu aprendi no final de minha adolescência. Eram idéias com as quais eu podia me identificar profundamente. As guerras políticas eram uma parte deste mundo. Cada disputa era um drama épico no qual heróis nobres batalhavam contra vilões maldosos em prol de vítimas inocentes. Nesse mundo eu encontrei um novo lar para meus próprios dramas. Encontrei um mundo pronto para minhas transferências. Eu poderia facilmente ser uma vítima ou um herói nesse mundo; meus pais e outros responsáveis de minha infância seriam os capitalistas frios e insensíveis, ou imperialistas predatórios. A privação e exploração das vítimas no mundo como um todo me lembrava do que eu havia sofrido quando criança. Os esquerdistas modernos eram cavaleiros em armaduras brilhantes neste drama. Eles eram os novos messias cujo poder intelectual superior derrotaria os predadores e traria salvação às massas. Eu e outros como eu estávamos extasiados

pelas perspectivas de uma revolução de esquerda: o dia do julgamento político final que redimiria o mundo dos perseguidores e instalaria uma utopia verdadeira.

Nesse drama cósmico eu havia encontrado um ideal que inspiraria minha fidelidade para toda a vida. Eu vi imediatamente que esta nova visão de mundo tinha substância, coerência, integridade. O mundo finalmente fazia sentido para mim. O futuro também estava claro. Um tempo de acerto político viria em breve. O coletivismo moderno provar-se-ia a resposta à busca do homem por justiça. Mais ainda, minha imersão neste mundo me aliviaria de minha neurose: eu poderia projetar minhas agonias pessoais numa peça universal de moralidade. Eu poderia acreditar que estava ansioso e deprimido porque me preocupava com o sofrimento dos outros, e não por causa de meus próprios defeitos ou falhas, ou das privações que sofri nos primeiros anos de vida. Poderia atribuir toda a amargura e ódio do meu coração aos males terríveis infligidos pelos vilões sobre as vítimas. Eu poderia sentir minhas paixões sem possuir sua natureza neurótica ou suas origens em minha própria história. Em meu mundo político recentemente descoberto havia homens maus para serem culpados e vilanizados, males terríveis para serem vingados, e rivais desprezíveis para serem derrotados. Na alegria de odiar eu podia me sentir justificado. Em meu desprezo pela tradição podia me sentir superior. Na grandiosidade das idéias esquerdistas podia desfrutar da vaidade. Essas atitudes revigoravam minha alma e eliminavam meus sentimentos de inadequação. Ao dirigir minha hostilidade para os outros e para longe de mim, o esquerdismo radical me protegia do ódio por mim mesmo. Lançar-me contra os vilões do presente me permitia até mesmo poupar os pais negligentes do meu passado.

Esses não eram os únicos benefícios. A sensação de vítima justificava minha atitude de demandar direitos; eu podia agir de acordo com meus impulsos sem me sentir culpado. Ser promíscuo significava me rebelar contra a repressão sexual estabelecida. Fazer um aborto afirmava meu direito à privacidade. Ser violento em disputas políticas significava que eu estava justamente furioso com os capitalistas implacáveis que dominavam o mundo. Destruir propriedades e

gritar obscenidades em público não eram comportamentos irracionais; eram atos de desobediência civil e surtos de fervor revolucionário. Eu e aqueles que se juntavam a mim em tais orgias não devíamos ser condenados ou presos por violência, invasão, danos ou má conduta. Nós devíamos, em vez disso, ser elogiados, porque nossos atos expressavam nossa simpatia pelas vítimas do mundo: nós estávamos sentindo sua dor.

Conectar-se com outros no espírito do esquerdismo moderno aquietava antigos temores de isolamento e solidão. Pertencer a uma nova família política levantou meu humor e acalmou minha ansiedade. Eu não me sentia mais abandonado. Eu me unia a outros em simpatia aos injustiçados e no ódio à tradição. Nós nos conectávamos em votos de vingança contra os opressores políticos que tolhiam a liberdade, os exércitos brutais que dominavam populações e as corporações predatórias que aparelhavam os mercados e fixavam seus preços. Nós subimos alto na grandiosidade de nossa visão. Ser agressivo no mundo político era uma das maneiras de subir. Nossos objetivos nobres expandiam nossos egos. Não éramos mais insignificantes; nós éramos a nova elite esquerdista criando o futuro do mundo. Conforme nos deleitávamos na superioridade intelectual e moral de nossas crenças, sentíamo-nos justificados em nossa arrogância. Nós não sentíamos vergonha; a humilhação era uma dor do passado. Tornamo-nos esnobes políticos. Nossos objetivos não eram apenas grandiosos; eram verdadeiramente grandes. Em nossos muitos momentos expansivos nós víamos um governo mundial novo e benevolente cujo poder maravilhoso traria paz e justiça a todos. Para livrar o mundo do mal nós derrubaríamos os predadores capitalistas. Para fazer o mundo feliz nós informaríamos as massas sobre o que era bom para elas e regularíamos suas vidas para seu próprio bem. Nós sabíamos que muitos resistiriam ao nosso plano, mas também sabíamos que o poder do governo iria persuadir nossos oponentes a cooperar conosco. Nós usaríamos tal força de forma consciente e sem culpa porque a nobreza de nosso propósito, refazer a sociedade, justificaria o uso de quaisquer meios disponíveis. Afinal de contas, estávamos lutando uma guerra heróica contra os males do mundo. Sob a desculpa de zelo pela campanha eleitoral nós perturbaríamos os comícios de nossos

oponentes, mentiríamos sobre seus objetivos e mancharíamos suas reputações. Se nos sentíssemos especialmente perversos, nós furaríamos seus pneus, destruiríamos seus escritórios, molestaríamos suas famílias e falsificaríamos as urnas eleitorais. Esses efeitos, sozinhos, davam poder. Sentíamo-nos fortes, nobres, amáveis e justificados. Nós éramos crianças do destino – a certas da vitória.

Esquerdismo moderno como salvação pessoal

Minha descoberta do coletivismo moderno não foi apenas uma revelação; foi uma salvação pessoal. Ao descobrir o esquerdismo eu adquiri uma identidade, e até mesmo uma vida: eu não estava mais confuso sobre quem eu era, como eu tomaria conta de mim, ou o que a vida deveria significar para mim. Tudo aquilo estava resolvido. Eu pertencia agora a um grupo de elite de pensadores iluminados dedicados à liberdade e à justiça. O surgimento do Estado Parental Moderno proveria a todos, inclusive a mim, segurança econômica, status social e significância política. Eu poderia identificar-me pessoalmente com o poder do Estado sobre os vilões egoístas cuja ganância e indiferença cruéis tinha me machucado tão profundamente. Nós juntos, as mentes esquerdistas radicais, faríamos oposição aos vilões, frustraríamos seus objetivos e os privaríamos como eles nos haviam privado. Nós, os novos heróis do mundo, seríamos os dominantes, não os vilões. Nós confiscaríamos sua autoridade e os anularíamos, e então os puniríamos por suas más ações e destruiríamos sua falsa soberania. Nós subverteríamos os tabus sociais restritivos que inibem a auto-expressão. Na permissividade de liberação sexual e do relativismo moral nós nos gratificaríamos sem culpa ou vergonha. Como crianças adotadas pelo Estado Parental Moderno nós não teríamos que encarar o fardo da auto-confiança ou os riscos da auto-direção. A necessidade de consertar os males antigos através de protestos violentos justificaria nossas agressões contra o mal estabelecido. Nós protegeríamos o meio-ambiente da indústria predatória. A justiça distributiva gratificaria nossos impulsos aquisitivos. O status social igual para todos e a autoridade política criariam uma sociedade sem classes e multicultural. A igualdade para todos eliminaria a inveja.

Como salvador da sociedade, o Estado Parental Moderno finalmente garantiria a segurança que eu e os outros como eu sempre ansiamos. A benevolência no novo Estado, dirigida para os fins mais nobres, aboliria os tormentos que ainda nos assombram. Ao projetar sobre os vilões tudo o que há de ruim e defeituoso dentro de nós seria possível negar nossos defeitos: apenas o que fosse bom e correto e forte permaneceria. Os vilões seriam os maus e defeituosos.

Todas essas idéias do esquerdismo radical combinavam com minha história pessoal e fortificavam meu entendimento da condição humana: já havia ficado óbvio que o mundo compunha-se de vítimas, vilões e heróis, e que a sobrevivência neste mundo dependia da conquista do poder. Eu encontrei um lar, sob esse entendimento, no Estado Parental Moderno. Eu não estava mais sozinho em minha luta. Havia outros também buscando o poder de manipular e controlar para combater a opressão, aliviar a agressão e superar a privação. Ao dar continuidade ao grande tema da vitimização, auto-piedade, amargura e culpa de minha infância, adquiri gradualmente a visão de mundo de um esquerdista radical. No limiar da idade adulta meu desenvolvimento pessoal finalmente tomou direção.

CAPÍTULO 47

IDEAL E REALIDADE NO ESQUERDISMO RADICAL

A formação de uma comunidade mundial sob um governo mundial é necessária para eliminar a distribuição desigual de recursos e riqueza que tem permitido às nações ricas dominar e explorar as nações pobres.

— Mortimer Adler

A consolidação das crenças radicais

As últimas 100 páginas revisaram os princípios do esquerdismo radical, primeiro como uma série de proposições e depois como uma longa confissão em primeira pessoa. Esta última, é claro, é uma declaração composta, sendo que partes dela caracterizam essencialmente todos os esquerdistas radicais, mas sua totalidade não caracteriza nenhum em particular. Tomadas individualmente, as proposições refletem citações quase literais de vários textos de esquerda, paráfrases da retórica de campanha esquerdista, pronunciamentos pessoais de esquerdistas confessos e inferências baseadas no conhecimento do que um esquerdista radical deve ter experimentado no passado, dado seu comportamento no presente. Se esta carapuça ou alguma parte dela servir numa mente radical específica, este indivíduo está convidado a vesti-la, embora se possa assumir com segurança que praticamente todos rejeitarão o convite. Esquerdistas benignos se acharão representados apenas superficialmente na confissão radical. A maioria dos

esquerdistas se reconhecerá em pontos variados do contínuo entre as posições benigna e radical.

O esquerdista radical tem suas crenças políticas consolidadas por volta dos 25 anos de idade, tipicamente. No início da idade adulta ele expandiu sua neurose da infância numa identidade pessoal e política. Ele tornou-se um esquerdista radical descobrindo um universo, no tempo presente, de vítimas e vilões que ecoam seus traumas passados. Projetar suas deficiências de desenvolvimento na arena política o distrai de seus tormentos e alivia sua ira, mas suas simpatias contínuas pelos pobres e oprimidos, e sua identificação com os abandonados e desfavorecidos são o legado de seus próprios danos da infância. Suas paixões pela reforma política representam seus esforços contínuos para curar feridas abertas quando ele era muito jovem, agravadas pelo restante de sua infância. *Na maior parte do tempo, ele consegue ignorar a verdadeira natureza e origem dessas feridas. Imerso nos objetivos radicais do presente, ele consegue negar as causas reais de sua fúria e acreditar que é um soldado da justiça em prol das vítimas, e não uma pessoa perturbada defendendo-se contra sua própria história*. Na verdade, ele consegue se persuadir de que é, também, uma vítima da injustiça econômica, social e política, tanto quanto as vítimas que deseja proteger. Com esta idéia em mente ele consegue sentir-se especialmente grato pela solução do esquerdismo radical para o sofrimento de todos: a chegada iminente de uma sociedade que garantirá a segurança do berço à sepultura através da regulação e taxação de seus cidadãos do berço à sepultura. Como um crente verdadeiro, o esquerdista radical está convencido de que ao condenar os vilões capitalistas, conquistar o reino do poder político, e dirigir as vidas das pessoas, os gênios esquerdistas criarão um monumento à compaixão humana: O Estado Parental Moderno restaurará a justiça ao mundo e finalmente dará boa vida a todos.

A agenda esquerdista como um mal

Infelizmente a história das tentativas do esquerdismo radical de cumprir essa promessa têm sido de fracassos retumbantes. A agenda radical, por qualquer nome que tenha sido implementada – comunismo, socialismo, coletivismo, progressismo, assistencialismo – resultou

invariavelmente no declínio social em larga escala. Não é difícil encontrar as razões para isso. Uma vez traduzido em políticas sociais, o esquerdismo radical entra imediatamente em conflito com as características que definem a natureza humana: suas capacidades de escolha racional, vontade, autonomia, iniciativa, propósito, reconhecimento, moralidade, atividade, identidade e competência. Ele então prossegue com o enfraquecimento das virtudes essenciais à liberdade civilizada: boa vontade, bons propósitos, auto-confiança, cooperação, reciprocidade e responsabilidade. Além disso, a ideologia viola todos os direitos que compõem o núcleo da liberdade ordenada, tenta revogar as leis da economia, condena as tradições essenciais à sociedade civil e aplaude a banalidade, afrontando a excelência. As recompensas não merecidas e os crimes não punidos endossados pela agenda radical corrompem o senso de justiça das pessoas. Ao favorecer o secularismo, a ideologia ataca os fundamentos religiosos da moralidade e do altruísmo e substitui a fé em Deus pela idolatria do governo.

O esquerdismo radical ataca, assim, os fundamentos da liberdade civilizada, e por essa razão é um mal genuíno. Mais ainda, considerados seus objetivos irracionais, seus métodos coercivos e seus fracassos históricos, e dados seus efeitos perversos sobre o desenvolvimento humano, não restam dúvidas sobre a loucura da agenda radical. Apenas uma propaganda irracional defenderia a destruição sistemática dos fundamentos dos quais depende a liberdade ordenada. Apenas um homem irracional desejaria que o Estado tocasse sua vida em vez de criar condições seguras para que ele pudesse tocá-la por si mesmo. Apenas uma agenda irracional enfraqueceria deliberadamente o crescimento do cidadão para a competência ao ter o Estado adotando o mesmo. Apenas um pensamento irracional trocaria a liberdade individual pela coerção governamental, e então sacrificaria o orgulho da auto-confiança pela dependência do assistencialismo. Apenas um homem irracional olharia para uma comunidade de pessoas livres e cooperativas por escolha e veria uma sociedade de vítimas exploradas por vilões.

Ideal e realidade no esquerdismo radical

Numa sociedade competente os princípios da liberdade ordenada guiam o cidadão por todo seu ciclo de vida. Eles lhe informam, bem

como a seus filhos e comunidade, as regras pelas quais os seres humanos criam boas vidas para si. *Como os direitos, leis e obrigações da sociedade competente compõem uma única peça que reflete a natureza do homem, o conjunto inteiro da cidadania individual – família, comunidade, sociedade e instituições – forma um todo coerente que garante a vida, a liberdade, a cooperação social e a busca da felicidade.* Sob as regras que governam a liberdade ordenada, o organismo humano e seu ambiente físico e social existem na máxima harmonia possível, dada a natureza turbulenta do homem.

Em contraste, uma sociedade organizada sob o esquerdismo radical entra imediatamente em conflito com a natureza bipolar do homem e com os direitos, leis e obrigações necessárias para que os seres humanos vivam em paz e liberdade. Em vez de coordenar a vida do cidadão individual com as instituições de sua sociedade, o esquerdismo radical coloca indivíduos e instituições em conflito perpétuo através da retórica da luta de classes e da vitimização, das violações de liberdade pessoal com taxações confiscatórias e regulações invasivas, dos ataques à integridade da família, e da burocracia sem fim do governo.

Para erradicar esta loucura são necessárias duas idéias e uma campanha educacional. A primeira idéia consiste na percepção de que o esquerdismo radical é, de fato, uma forma de loucura. Esta proposição tem sido defendida ao longo deste trabalho. A segunda consiste em expor as inúmeras maneiras em que a loucura esquerdista se manifesta. Isso, também, tem sido ilustrado neste livro com muitos exemplos. A campanha educacional, se implementada, tentaria disseminar essas idéias e refutar a loucura das políticas esquerdistas. Com essa finalidade, é importante mostrar quão divergentes são os propósitos do esquerdismo radical de seus efeitos sobre o mundo real. Nos parágrafos seguintes, os objetivos declarados ou implícitos da agenda esquerdista, bem como suas virtudes alegadas, são brevemente contrastados com suas conseqüências reais.

Direitos

A ideologia radical argumenta que são necessários direitos afirmativos a bens e serviços essenciais para todos os cidadãos para se corrigir as injustiças econômicas, sociais e políticas que afligem os

desfavorecidos. O esquerdismo radical afirma que os direitos a certos benefícios assistencialistas, juntamente com os direitos contra várias formas de discriminação são necessários para remediar a "pobreza estrutural" e as adversidades sociais das minorias. Um remédio esquerdista freqüentemente proposto para o problema da pobreza é o direito dos cidadãos ao tratamento de saúde financiado pelo governo. A necessidade de tratamento médico é dita ser tão essencial para uma boa vida que seu acesso não deveria ser negado com base na limitação de bens materiais; o Estado deve providenciar tratamento médico a todos que precisarem. Mas um argumento semelhante implica que o Estado também deveria providenciar comida, roupas, residência e veículos a todos os que precisarem, porque esses bens são, no mínimo, tão essenciais para uma boa vida quanto o tratamento médico. A iteração simples deste argumento leva à conclusão subseqüente de que todos os bens e serviços essenciais devem ser fornecidos pelo Estado. Mas a história já julgou arranjos desse tipo: o bem-estar econômico e social em economias socialistas e comunistas sob de direitos afirmativos é invariavelmente inferior ao que se encontra em economias capitalistas sob de direitos negativos. Somente os direitos à liberdade individual, e não os direitos coletivistas, é que possibilitaram a milhões de pessoas desfavorecidas vencer as dificuldades materiais, adquirir o que precisavam e melhorar seu status social. Os registros são claros sobre o fato de que os direitos afirmativos têm prejudicado os pobres ao tratá-los como crianças desamparadas, recompensando sua dependência e perpetuando sua pobreza. Os efeitos devastadores dos programas assistencialistas sobre as famílias negras da América ilustram este ponto. O resultado geral dessas políticas foi uma invasão drástica na estrutura da liberdade, desestabilizando a ordem social, reduzindo a riqueza material, infantilizando as pessoas, tornando produtores em servos civis, e colocando os cidadãos uns contra os outros.

Liberdade e autonomia

O esquerdismo radical argumenta que diversas injustiças tais como ignorância, pobreza, discriminação, opressão política e exploração econômica impedem o exercício da liberdade individual e da autonomia, mesmo numa sociedade aparentemente livre. A ideologia

radical recomenda grandes programas governamentais para remediar essas injustiças:

- Educação governamental para acabar com a ignorância.
- Programas governamentais de moradia, alimentação e saúde, juntamente com programas para desempregados, deficientes e aposentados, para acabar com a pobreza.
- Leis de direitos civis e anti-discriminatórias para proteger as pessoas contra a discriminação de idade, raça, gênero e função.
- Movimentos trabalhistas e políticos de viés progressista para enfrentar a opressão corporativa.
- Programas de taxação, regulação, salário mínimo, contratação e ação afirmativa para eliminar a exploração das minorias raciais e dos pobres.
- Leis governamentais permitindo o aborto, para acabar com a discriminação contra o direito de escolha das mulheres.

Mudanças nas atitudes societais em várias questões complementam esses programas oficiais: o conceito esquerdista de autonomia promove a liberdade sexual crescente como uma extensão da "revolução sexual". Os conceitos tradicionais de casamento e família são ampliados e desconectados de suas raízes religiosas e étnicas. Todas essas posições têm alegado como benefícios principais o aumento da liberdade e da autonomia.

No entanto, quando traduzidas em conseqüências práticas, as políticas baseadas nesses conceitos têm apresentado efeitos muito danosos: todos os programas de esquerda contra ignorância, pobreza, discriminação, opressão política e exploração econômica, quando transformados em lei resultaram, no melhor caso, em pseudo-liberdade e pseudo-autonomia e, no pior, em liberdade e autonomia severamente comprometidas. As escolas públicas, por exemplo, são notórias por fracassar na educação dos estudantes, por nivelar os padrões de desempenho, e por colocar barreiras contra o acesso do cidadão a programas alternativos, especialmente os de escolas particulares. À parte de seus efeitos

econômicos e sociais desastrosos, as iniciativas do governo contra a pobreza, incluindo a ajuda a crianças dependentes e os grandes programas sociais e de moradia, têm criado uma dependência incapacitante e enfraquecido drasticamente a autonomia dos beneficiários. As leis contrárias à discriminação, em particular, têm gerado uma indústria inteira de ganhos injustos que agravam as guerras entre classes, promovem os litígios espúrios, enterram os empresários em regulações, escalam o custo de produção de bens e serviços, e reforçam o paradigma vítima-vilão do esquerdismo. Os programas assistencialistas do governo que subsidiam comida, moradia e saúde aumentam o fardo da taxação e da regulação conforme aumentam o poder dos burocratas sobre as pessoas. A propaganda política progressista alardeia os direitos infinitos e o desaparecimento da responsabilidade para o cidadão coletivista. A permissividade sexual corrói a moralidade pública. A retórica simplista do aborto obscurece todas as distinções válidas entre os direitos da mãe e do feto em vários estágios da gravidez e os graus de risco para cada um dos dois. As políticas esquerdistas de notas-aos-pais diminuem a autoridade dos pais sobre filhas grávidas e colocam o Estado como árbitro de primeiro recurso em questões de aborto em menores de idade. Os ataques esquerdistas sobre a família como instituição principal de socialização e civilização da sociedade têm corroído sua estrutura e aumentado a incidência de psicopatologias na população em geral à medida que cada vez mais crianças têm sido privadas do cuidado familiar necessário ao seu crescimento para a competência.

Claramente, nenhum desses efeitos do mundo real promove nada que possa ser chamado corretamente de liberdade ou autonomia. Na verdade, a agenda esquerdista ataca primeiro os fundamentos da liberdade ordenada e seus requisitos de auto-confiança e consentimento mútuo, e então os substitui com a pseudo-liberdade do Estado assistencialista. O cidadão inspirado pela liberdade ordenada disciplina a si mesmo, confia em si mesmo e coopera por consentimento mútuo. O cidadão inspirado pelo esquerdismo radical gosta de se favorecer, depende do Estado e exibe receber tudo o que o Estado lhe promete. A autonomia autêntica necessária à liberdade ordenada é baseada na auto-direção. A pseudo-autonomia do esquerdismo radical é a brincadeira despreocupada da criança. A sociedade da liberdade

ordenada responsabiliza todos os seus cidadãos por comportamentos que violem as leis e os padrões morais tradicionais. A sociedade do esquerdismo radical não responsabiliza ninguém por medo de ser cruel no julgamento. As poucas exceções a esta regra incluem os "ricos", os "poderosos", "capitalistas", e qualquer um que se oponha ao dogma esquerdista.

Igualdade econômica

O esquerdismo radical promete a igualdade econômica, ou a melhor aproximação dela, para toda a população. O objetivo declarado é eliminar as disparidades na riqueza através de transferências forçadas de bens materiais e serviços de cidadãos que os têm em abundância para aqueles que têm menos, mas transferências deste tipo jamais melhoraram o bem-estar econômico dos beneficiários em longo prazo, e nem corrigiram a desigualdade econômica na sociedade. Em vez disso, os efeitos mais proeminentes de tais esforços são violações grosseiras dos direitos de liberdade e uma ampla dependência do governo. Numa sociedade livre com direitos de propriedade vigorosamente protegidos, as desigualdades de riqueza são tanto esperadas como grandes, porque os cidadãos diferem muito em sua motivação para buscar riquezas, sua habilidade de produzi-las e sua capacidade de preservá-las. Estas diferenças representam variações normais na ambição e habilidade humanas. Não obstante estas tendências naturais, e apesar do fato de que desigualdades deste tipo se desenvolvam por consentimento mútuo, o esquerdismo radical as considera injustas e busca "corrigi-las" confiscando bens materiais dos "ricos" e dando-os aos "pobres". Mas essas transferências são equivalentes ao roubo; elas violam os direitos constitucionais de propriedade e os direitos de tratamento igual perante a lei. Tais injustiças são os efeitos inevitáveis das políticas econômicas sob o esquerdismo moderno. Os direitos fundamentais são sempre violados em seus programas, bem como os padrões tradicionais de moralidade e merecimento justo sobre os quais tais direitos são baseados. Para aumentar o prejuízo, estas violações também corrompem o caráter das pessoas ao mantê-las nas maternidades do Estado.

Uma fonte de loucura igualmente importante nas políticas de igualdade é a idéia de que a desigualdade é de alguma forma errada em si. Como lembra Kekes, é a insuficiência, e não a desigualdade, que causa sofrimento e é portanto um mal a ser remediado. (Kekes 1997) Se Jones ganha um milhão de dólares por ano e Smith ganha um décimo disso, suas rendas são extremamente desiguais, mas nenhuma pessoa racional alegaria que a renda de Smith é insuficiente para que ele tenha uma boa vida ou que sua inferioridade econômica o dê direito a qualquer coisa de Jones. A desigualdade em si não é uma injustiça, mas a inveja patológica da mente esquerdista a faz pensar que é. Sem tal inveja, o senso de injustiça atrelado à desigualdade desaparece. Quando a inveja é tão intensa a ponto de exigir a compensação pelo governo, no entanto, ela pode fazer grandes estragos. Neste caso ela é um sintoma a ser curado em tratamentos ou limitado em seus efeitos perversos pela lei, e não um mal a ser atacado tomando-se a riqueza de alguns e dando-a a outros. Transferências desse tipo são, na verdade, uma forma de roubo legalizado, e acabam servindo como exemplo de comportamento criminoso para a população como um todo. Elas criam um mal onde não havia nenhum antes.

Ironicamente, quando os programas assistencialistas são aprovados, seus subsídios aos pobres acabam por aumentar as disparidades no status social entre cidadãos auto-confiantes que produzem riqueza real e beneficiários da transferência que o Estado trata como crianças desamparadas. No mundo real, onde o status social é considerado, esses programas humilham ambos os tipos de cidadãos: o trabalhador produtivo é rebaixado para o posto de servo e o beneficiário é reduzido a uma criança dependente do Estado. Os servos podem pelo menos sentir-se nobres em seu sacrifício, enquanto os beneficiários são vistos como parasitas preguiçosos. A disparidade de status social entre os dois grupos amplia-se conforme a auto-estima dos membros de ambos diminui.

Fiel à sua forma, o esquerdismo radical assume que o homem que possui riqueza insuficiente para uma boa vida está nessa condição porque foi vitimizado. Isso pode ser verdade, é claro, se alguém lhe tiver roubado ou ferido de forma que ele não possa trabalhar. Mas

a insuficiência possui causas diversas e variadas, a maioria das quais não tem nada a ver com a vitimização no sentido esquerdista radical. A insuficiência econômica na vida de um indivíduo é devida, mais freqüentemente, às suas próprias decisões ruins ou à falta de atividade, ou em alguns casos à falta de sorte, mas a insuficiência econômica numa sociedade de cidadãos capazes é sempre devida à interferência do governo em sua liberdade de produzir tudo o que precisam. A interferência do governo nesse processo assume várias formas – taxação excessiva e regulação são exemplos mais comuns – e o objetivo da igualdade econômica está no alto da lista de razões para a taxação. Na verdade, quando o governo toma a riqueza de alguém, por qualquer razão, o resultado é um incentivo menor à produção e menos capital para investimento. A conseqüência inevitável de tais políticas é um declínio geral na riqueza da nação: a interferência da agenda radical em prol da igualdade econômica causa insuficiência em escala nacional.

Justiça distributiva

Fortemente relacionada com o ideal de igualdade econômica está o ideal de justiça distributiva do esquerdismo radical. Este ideal insiste que as desigualdades materiais e sociais são más em si mesmas e que devem ser erradicadas ou diminuídas drasticamente. Este objetivo essencialmente comunista tem como visão uma sociedade sem classes de pessoas com aproximadamente as mesmas quantidades de riqueza material. As falácias desses ideais no mundo real já foram vivenciadas historicamente e discutidas por décadas. De grande importância é o fato de que qualquer tentativa de distribuir bens econômicos, sociais ou políticos de acordo com cotas do governo requer a ameaça ou o uso de força física, e essa exigência viola os princípios morais e direitos legais que formam o núcleo da liberdade ordenada. Tais tentativas também violam as leis da economia: a redistribuição forçada de riqueza altera drasticamente a dinâmica de oferta e procura, reduz os incentivos ao trabalho, distorce a alocação de recursos, e embaralha os sinais de produção e consumo fornecidos pelos preços do livre mercado. O resultado inevitável é a escassez material, e não a prosperidade

material para todos. A história valida o fato econômico de que a prosperidade para todos os cidadãos pode ser vivida somente com o livre mercado e sob direitos garantidos de propriedade. Como já foi notado, no entanto, as violações de direitos e das leis econômicas não são os únicos males da redistribuição. O uso do poder do Estado para esse propósito coloca as pessoas umas contra as outras numa guerra sobre quem recebe o quê e quanto cada um dá. Buscar a justiça distributiva ou social é convidar um governo autoritário a abolir a liberdade econômica e criar um conflito social.

Igualdade social

O esquerdismo radical promete a igualdade de status social para a população em geral, um objetivo tão absurdo quanto a promessa de igualdade econômica. O status social de alguém é afetado por reputação, fofocas, status familiar, modos sociais, conduta pessoal, relatos da mídia, profissão e muitos outros fatores, sem mencionar as preferências pessoais do observador. Como o governo possui pouco controle sobre o modo que os indivíduos são percebidos ou tratados, seus efeitos para equalizar o status social, incluindo a membresia forçada em grupos exclusivos, sempre viola os direitos de livre associação. Inevitavelmente, algumas pessoas serão vistas como socialmente superiores a outras e serão tratadas de acordo. Tentativas de passar por cima desses processos seletivos naturais resultam em mais injustiças perpetradas pelo governo.

Além disso, os fatos do desenvolvimento humano tornam possível avaliar a competência dos seres humanos medindo-se a quantidade de realizações que eles tiveram sob certos critérios de desenvolvimento. Por essas medidas a população apresenta uma variação ampla, ou seja, desigualdade, em habilidades ocupacionais e sociais, auto-confiança, cooperação, integridade moral, conhecimento relevante, habilidade de lidar com situações e uma infinidade de outros traços, além da habilidade de adquirir riqueza. Em termos desses traços, alguns seres humanos são claramente superiores a outros, jamais iguais. Mas as desigualdades deste tipo são simplesmente variações inevitáveis que caracterizam a condição humana, e não injustiças a serem

remediadas pelo Estado. De fato, as únicas desigualdades que devem ser impedidas pelo governo são as desigualdades políticas e legais; elas são as únicas incompatíveis com a liberdade ordenada. Igualdade legal significa que ninguém está acima da lei, nem isento de suas regras, nem sujeito a favores especiais. Igualdade política significa que a regra um-cidadão-um-voto vale para todos os cidadãos e que ninguém tem direito a mais influência política do que seus concidadãos. A agenda esquerdista causa, na verdade, desigualdade política e legal com seus direitos a riquezas não conquistadas, proibições contra exclusões de membresia e programas de ação afirmativa, entre outros.

Pluralismo

Em seu comprometimento com o pluralismo, os esquerdistas modernos alegam um ideal de inclusividade: a política social deve acomodar raças, grupos étnicos e culturas variadas, e aceitar suas moralidades, estilos de vida e visões políticas alternativas. A história da assimilação do imigrante americano é citada como apoio para este ideal, e qualquer oposição é imediatamente condenada como preconceito. Na verdade, surgem problemas sérios por conta da versão esquerdista da inclusividade, sempre que sua tolerância à diversidade termina em situações onde pretensos cidadãos são isentos de obrigações da liberdade. O sucesso da América na integração de diversas raças, culturas e religiões em seu tecido social é devido precisamente à sua insistência em que os novos cidadãos respeitem os princípios da liberdade civilizada. *A América assimilou imigrantes de todas as nações somente porque eles estavam dispostos e capazes a se comprometer com a moralidade, os direitos, as leis e as tradições que compõem o coração da liberdade. Todas as raças da Terra e praticamente todas as suas culturas, grupos étnicos e tradições foram recebidos nas fronteiras da América, mas somente sob a condição de que esses novos pluralismos fossem adições, e não substituições, aos princípios fundamentais da liberdade.*

Os direitos de liberdade que protegem pessoas, propriedades e promessas são os mais críticos nesse processo, mas as virtudes de auto-confiança, consentimento mútuo e integridade moral estão implícitas

nesses direitos e são igualmente importantes. Ao insistir nesses e em outros princípios básicos à liberdade ordenada, um pluralismo racional exige que todos os imigrantes da América se comprometam com os direitos e deveres essenciais à liberdade civilizada. Em contraste, o pluralismo irracional do esquerdismo moderno ignora passivamente ou rejeita ativamente esses princípios. Em seu zelo equivocado com o respeito a todos os estilos e regras de vida, os esquerdistas radicais negam que os ideais sobre os quais a liberdade é baseada são fundamentais. Como resultado, o esquerdismo radical endossa princípios que são incompatíveis com a liberdade e rejeita princípios essenciais à mesma.

Esta falha é especialmente aparente em duas arenas críticas: a academia e a religião. Apesar de suas alegações de tolerância a idéias variadas, os intelectuais de esquerda têm se mostrado fortemente intolerantes no debate entre individualismo e coletivismo. Os membros da maioria das faculdades e universidades, por exemplo, são abertamente hostis a estudantes que se oponham aos ideais socialistas, chegando a bani-los da academia. De modo similar, historiadores de esquerda têm reescrito os livros didáticos para enaltecer os princípios do esquerdismo moderno que desprezam as visões conflitantes. A situação não é melhor na arena religiosa. Alguns poucos esquerdistas radicais mergulham em doutrinas quase-religiosas de unidade cósmica, mas a maioria deles é composta de secularistas ou ateus dedicados, abertamente hostis à religião e à sua contribuição para a ordem social. Ecoando Marx, os esquerdistas modernos afirmam que a religião é o ópio do povo. Não é surpresa, no entanto, que esse antagonismo os faça hostis às origens da América. Não é acidente que o melhor sistema político da história humana tenha sido fundado por cristãos devotos sobre a premissa de que os cidadãos viveriam pelos ideais judaico-cristãos. O ideal de servir ao próximo, por exemplo, é crítico não apenas por reforçar os mandamentos morais tradicionais, mas também pelo seu caráter altruísta. O chamado cristão ao serviço é a disposição inata do homem à boa vontade e aos bons propósitos, que se manifesta em boas obras para o benefício de outros. Na verdade, um forte espírito comunitário sempre complementou o espírito americano de liberdade individual, refletindo assim, como qualquer

boa política social, a natureza bipolar do homem: o ideal de liberdade honra a autonomia individual enquanto o ideal de serviço honra a virtude da cooperação.

Amor e compaixão universais

Relacionados de perto ao princípio de inclusividade do esquerdismo moderno estão os ideais de amor, compaixão, paz e irmandade universais. Pregando uma ética de aceitação, tolerância, altruísmo e empatia por todos os seres humanos, o esquerdismo moderno sonha com uma família internacional de cidadãos unidos numa afeição fraternal sob um governo mundial único. Sob esta visão o Estado universal garantirá paz e prosperidade a todos e fundirá todas as nações anteriormente separadas numa união global. Central a este ideal é a premissa de que os seres humanos são naturalmente benevolentes e cometem males apenas quando fatores perniciosos – sejam eles econômicos, sociais ou políticos – tais como pobreza, discriminação, ignorância, opressão política e exploração econômica os forçam a fazê-lo. A abolição desses fatores por um governo mundial criará uma grande família de irmãos benevolentes, com todos cuidando de todos.

A realidade por trás desta visão de amor, compaixão, paz e fraternidade é completamente diferente. Apesar de sua imersão na simpatia pelos desfavorecidos, o paradigma de vilões e vítimas do esquerdismo moderno ensina o mundo a reclamar e choramingar, promove a inveja e a culpa, encoraja a ira e o ultraje, e investe grandes esforços para fazer com que os vilões escolhidos sintam-se culpados e envergonhados. A retórica perversa do esquerdista radical contra os vilões, a incitação à luta de classes e seu uso do poder para aplicar as políticas coletivistas são tudo menos amorosas, compassivas ou pacíficas, bem como a coerção para atingir seus fins contradiz a própria definição de altruísmo.

A atitude esquerdista também não é empática, apesar de suas alegações. Como já foi notado anteriormente, a pseudo-empatia do esquerdismo moderno é na verdade uma perversão da idéia profunda e ampla que define a empatia autêntica. Grande parte do que a mente esquerdista chama de empatia consiste apenas numa pena sentimental

totalmente inadequada a adultos em dificuldades, porque desencoraja a iniciativa, convida à regressão e fomenta o desamparo. A empatia autêntica, em contraste, compreende não somente o sofrimento do outro mas também as deficiências particulares de desenvolvimento que o colocam em desvantagem, as ações que ele deve tomar para vencer esse apuro, e o crescimento que ele deve alcançar para atingir a competência. A pseudo-empatia esquerdista é, a verdade, um substituto passivo para o cuidado ativo; a pessoa pode facilmente se manter à distância enquanto os burocratas do governo fazem transferências indiscriminadas para os beneficiários. Neste e em muitos outros efeitos, o coletivismo é o ópio dos esquerdistas modernos.

Atitudes anti-guerra e anti-violência

Em seu comprometimento declarado com o amor, a paz, a compaixão e a fraternidade, e em sua crença de que todos os problemas podem ser resolvidos pela compreensão, aceitação, tolerância e empatia, o esquerdismo radical nega a necessidade da violência defensiva e, portanto, a necessidade da guerra. É um fato lamentável da natureza humana, no entanto, que em todas as épocas e locais históricos um número substancial de indivíduos em praticamente todas as populações são impulsionados por motivos intensamente criminosos.[24] Estes motivos dão origem a estupradores, assassinos, ladrões, pedófilos, terroristas, ditadores e outros perpetradores de atrocidades. Seja agindo sozinhos ou em conjunto, é impossível defender-se contra tais pessoas sem o uso da força, incluindo a força militar quando e onde necessária. O esquerdismo radical nega esta realidade por várias razões, sendo a mais importante delas a negação de sua própria propensão ao ódio e à violência. A mente esquerdista é uma mente deformada, determinada a forçar as pessoas em suas categorias estereotipadas, mas incapaz de reconhecer que sua própria coerção política é uma forma de violência criminal.

Um mecanismo semelhante opera na mente esquerdista para negar a natureza e extensão do mal. Os motivos criminais mencionados são uma subcategoria da destrutividade humana e são prova, em si mes-

24 Em algumas populações altamente religiosas e relativamente pequenas a atividade criminal é rara.

mos, da ampla existência do mal. Na verdade, tanto a ciência como o senso comum confirma o fato de que o potencial para o mal não é somente penetrante mas inato à biologia humana.[25] Observações adicionais provam que o mal não é causado por fatores sociais. Crianças que recebem afeição, empatia, amor e treinamento moral suficientes em seus primeiros anos de vida adquirem boa vontade e propósitos benevolentes mesmo sob condições de pobreza, ignorância, turbulência social, opressão política e discriminação racial e étnica. Da mesma forma, crianças sujeitas à negligência emocional, privação e abuso nos primeiros anos de vida têm mais chances de se tornarem destrutivas, não importando quão favoráveis sejam as circunstâncias econômicas, sociais e políticas nas quais elas forem criadas.

Assim, a teoria esquerdista padrão sobre as origens sociais do mal é simplesmente errada e contrária às evidências. Na verdade, a variável mais importante no controle do mal humano é a presença de relacionamentos positivos em períodos críticos da vida da criança. Mesmo com traumas no início do desenvolvimento e turbulências sociais brutais, algumas crianças ainda são capazes de se tornar adultos benignos e até mesmo benevolentes, que respeitam os direitos e a soberania dos outros. Esses indivíduos costumam relatar que se beneficiaram, em algum momento da infância, do amor, afeição, conselho e proteção de um parente, amigo, professor ou sacerdote. Um relacionamento deste tipo pode fornecer a criação e o exemplo com os quais uma criança previamente negligenciada, privada ou abusada pode neutralizar a agressão patológica e internalizar imagens saudáveis da competência, auto-confiança e reciprocidade adultas. Estes resultados fortuitos podem vencer os efeitos fortemente negativos do trauma precoce. Em alguns casos, a religião também pode ter um papel crítico no resgate das jovens almas de uma vida anti-social, e pode ter um papel igualmente crítico na salvação emocional de adultos severamente traumatizados. A incorporação dos ideais judaico-cristãos ou de outras religiões benevolentes em qualquer idade, juntamente com

---

25 Sobre o mal: observações sistemáticas por antropólogos de primatas têm confirmado que chimpanzés cometem violência brutal, individual e em grupo, contra outros chimpanzés e espécies de primatas na natureza. Estas observações são uma evidência surpreendente da disposição biológica à violência em primatas mais evoluídos, mas são apenas uma parte da evidência do mal biológico inato dos seres humanos.

uma identificação apaixonada com a aliança a uma deidade absoluta – mas não a um governo coercivo – pode transformar um desenvolvimento fadado ao fracasso num cidadão moralmente competente com boa vontade para com os outros. Em qualquer caso, é um fato empírico simples que as condições econômicas, sociais e políticas podem agravar o mal mas não podem produzi-lo diretamente sem os efeitos de traumas emocionais anteriores.

Um exemplo claro deste processo é evidente no ódio e violência dos esquerdistas radicais contra a América. Quando crianças, a maioria dessas pessoas foi criada sob condições econômicas, sociais e políticas favoráveis, na riqueza das classes média e alta americanas. Mas elas são notórias, já no final da adolescência, por seus discursos envenenados, pelos danos intencionais à propriedade e mesmo pela violência contra cidadãos inocentes. Seus ataques à alegada opressão capitalista, ao imperialismo americano, à discriminação social, à exploração econômica e outros discursos retóricos de esquerda são usados para justificar seu ódio transferido dos pais de infância, agora dirigido a símbolos políticos contemporâneos. Nem as libertações americanas de países historicamente dominados por ditadores, nem seu respeito pela soberania dos países que derrotou em batalha, têm qualquer efeito sobre a propaganda esquerdista moderna sobre imperialismo e exploração. Na mente esquerdista radical, o paradigma vítima/vilão é uma realidade negativa onipotente.

Ambientalismo

Por conta de nossa dependência dos ecossistemas da Terra para sobrevivermos, a única atitude racional dos seres humanos para com o meio-ambiente é uma combinação de amor e respeito. Esses sentimentos devem ser semelhantes àqueles que uma criança desenvolve por sua mãe em seus anos de formação. Quando a criança é bem cuidada, seu reconhecimento da soberania pessoal da mãe a impede de desrespeitá-la e a refreia de explorá-la. Um respeito comparável pela "mãe Terra" e por tudo o que ela provê deveria ser um imperativo baseado puramente no interesse pessoal; preservar a biosfera da qual dependemos para sobreviver é claramente o interesse racional

de longo prazo de qualquer pessoa. Assim, o esquerdismo radical é adequadamente comprometido com a preservação do ambiente físico da Terra. A agenda esquerdista é fortemente contrária a quaisquer atividades que poluam, prejudiquem ou destruam seriamente seus sistemas vitais. Mas essa observação não é a única que importa.

As políticas ambientais da agenda esquerdista tornam-se problemáticas, não por seus objetivos, mas por causa de seus esforços em resolver os problemas de poluição confiando nas burocracias do governo. Algumas poucas observações são dignas de serem feitas a esse respeito. Primeiro, uma parte substancial da proteção ambiental depende da aplicação legal dos direitos ordinários de propriedade. Se a fábrica de Smith jogar detritos numa terra de propriedade de Jones ou emitir poluentes que contaminem o ar respirado por Jones, então o direito de Jones de usar e desfrutar de sua propriedade será violado. Remédios legais ligados a esse direito permitem que Jones utilize as leis civis ou criminais para impedir a poluição de Smith. Semelhantemente, as a fábrica de Smith despejar detritos num rio, os direitos dos ribeirinhos permitirão que proprietários em comum impeçam Smith de continuar poluindo a água. Se a fábrica de Smith despejar poluentes no ar que sopra sobre propriedades de outros cidadãos ou sobre propriedades públicas, então o governo pode proceder contra Smith para cessar sua poluição. Assim, uma quantidade significativa de proteções contra danos ambientais podem ser alcançadas pela aplicação dos direitos de propriedade, incluindo aqueles que protegem as propriedades públicas. No princípio e na prática, essas proteções não exigem grandes órgãos governamentais. Em vez disso, exigem a aplicação rigorosa de certos direitos nas jurisdições federal, estadual e local.

Baseados nessas considerações, alguns libertários argumentam que tanto para razões ambientais como econômicas, todas ou quase todas as propriedades devem ser mantidas por pessoas e grupos privados, e não pelo governo. Eles dizem que o proprietário privado provavelmente protegerá a terra onde ele prospecta, cultiva, constrói ou vive porque fazê-lo está em seu interesse pessoal e econômico de longo prazo. O homem de negócios racional, argumenta-se, preservará o meio-ambiente, primeiro porque também vive nele, e segundo porque exaurir os seus recursos significará a perda de seus lucros.

Os esquerdistas, em contraste, viram esse argumento ao contrário. Eles argumentam que o egocentrismo danoso e o interesse econômico de curto prazo podem não só deixar de preservar o meio-ambiente como podem, freqüentemente, prejudicá-lo. Eles afirmam que os capitalistas exploram, prejudicam ou destroem implacavelmente o meio-ambiente por causa de sua ganância por dinheiro e poder. Por essa razão, os esquerdistas acreditam que a maioria das propriedades, ou mesmo todas elas, devem ser do governo, porque somente o governo as protegerá para o bem comum.

Há problemas em ambos os lados deste debate, porque os oficiais implacáveis do governo, e não somente os capitalistas implacáveis, podem e costumam explorar, danificar ou destruir o meio-ambiente. Não há dúvida de que o mundo dos negócios privados possui uma população substancial de desordens de personalidade e de caráter, especialmente narcisistas e sociopatas, que são insensíveis ao meio-ambiente ou claramente exploradores em suas relações com o mesmo, exatamente como o são em seus relacionamentos com outras pessoas. Os piores membros deste subconjunto têm caráter essencialmente criminoso, explorando, despojando e mutilando os ecossistemas da mesma forma que fazem com as pessoas: eles corrompem as pessoas e as coisas pela satisfação de destruir. O homem que bate selvagemente em sua esposa e filhos tem uma imagem nos homens de negócios que surram a Terra para satisfazer impulsos odiosos e para experimentar a satisfação de poder sobre os sistemas físicos. Infelizmente, as coisas não são melhores com governos. Na verdade, a apelo do esquerdismo radical aos governos, pedindo por proteção ambiental, equivale a pedir ao leão que guarde o cordeiro. Os oficiais do governo, em busca de poder e dinheiro, não são motivados para proteger a terra que os sustenta. Na verdade, a sedução do poder governamental tende a selecionar as pessoas mais intrigadas pelo exercício do poder e mais adeptas da manipulação para benefício próprio dentre a população em geral. O fato de que as políticas do governo são decididas principalmente pelo interesse próprio de tais oficiais deveria levantar dúvidas sobre quão bem eles protegerão os ecossistemas da Terra. *Na verdade, a história revela que os governos são os piores poluidores e destruidores do meio-ambiente de todo o planeta. São os governos, e não os grupos*

privados, que contaminam o ambiente diretamente com armas militares descartadas e dejetos criados durante sua manufatura. São oficiais do governo subornados por interesses econômicos que olham para o outro lado quando indústrias privadas violam as leis de propriedade e meio-ambiente que deveriam ser usadas para proteger a propriedade comum e privada da nação. Para seus próprios ganhos de dinheiro e poder, os oficiais do governo têm sido cúmplices de longa data na destruição do meio-ambiente. Mais ainda, as políticas ambientais racionais são fortemente dependentes da ciência ambiental, que pode ser facilmente manipulada por propósitos políticos.

Assim, a superestimação libertária da razoabilidade econômica de longo prazo do proprietário privado e a superestimação esquerdista da natureza benigna do governo têm algo em comum: narcisistas, sociopatas e outros portadores de desordens de caráter, seja em setores públicos ou privados, usarão e abusarão do poder da propriedade privada ou do governo para explorar e mesmo destruir o meio-ambiente. Note-se que em ambos os casos o problema derradeiro é a falha na aplicação das leis projetadas para proteger todos os tipos de propriedade.

Uma observação final sobre as políticas ambientais diz respeito a uma característica mais geral do esquerdismo moderno, especialmente à sua variante radical. Em suas demandas infantis, a mente esquerdista busca um mundo de benefícios sem custo. O esquerdista radical nega o fato de que escolher uma alternativa no mundo real é rejeitar uma outra, e que essas trocas fazem parte de todas as decisões do mundo real. O mundo da escolha de políticas ambientais não é diferente. Os esquerdistas radicais opõem-se a perfurações domésticas, mas fazem objeções aos preços resultantes da dependência do petróleo estrangeiro. Eles se opõem a novas refinarias, mas querem maiores quantidades de combustíveis mais limpos. Eles querem eliminar os combustíveis fósseis, mas se opõem à energia nuclear. Eles favorecem a eletricidade eólica, mas se opõem ao impacto estético das turbinas sobre a paisagem. Eles querem energia mais barata e mais limpa, mas se opõem aos efeitos ambientais da perfuração geotérmica. Esses exemplos ilustram a imaturidade da mente esquerdista. Eles

ecoam sua imaturidade em outras áreas: sua busca por satisfação, permissividade moral, gratificação fácil e proteção contra a responsabilidade, e sua crença de que O Estado Parental Moderno pode e deve prover tudo o que é necessário, incluindo energia em abundância, sem custos ou esforços significativos. Em última análise, a provisão de energia suficiente para o mundo moderno sempre envolverá algum comprometimento do meio-ambiente, independentemente de quem a produza. Espera-se que os métodos escolhidos não coloquem em risco a integridade dos ecossistemas no longo prazo.

Educação

Para manter o papel do Estado Parental Moderno como cuidador-mor, as escolas públicas americanas são o canal primário pelo qual as crianças são preparadas para a vida na sociedade contemporânea. A filosofia coletivista por trás do esquerdismo moderno fica evidente no conteúdo de seus estudos sociais; na ênfase de sua educação sexual, de seu julgamento de valores e de seus programas de aconselhamento; e na dominância de seus sindicatos de professores em negociações de contratação, demissão e remuneração. A quantidade enorme de dinheiro de impostos usada para financiar as escolas públicas é tida como medida da importância da educação para a nação e dos custos do ensino eficaz, mas estas alegações não são refletidas em resultados no mundo real. Com raras exceções, a educação pública americana é simplesmente medíocre, bem como o ensino por trás dela. É uma educação que não somente falha no preparo de uma grande parte de seus estudantes para a vida num sentido mais amplo, como também não ensina as habilidades necessárias para a vida profissional ou para o estudo superior. Testes locais e nacionais nos níveis primário e secundário refletem a ignorância dos estudantes de escolas públicas e a incompetência de seus professores. As próprias escolas são fracamente disciplinadas e muitas vezes perigosas. Professores pouco qualificados são removidos apenas com grandes dificuldades. Os níveis salariais não são relacionados ao desempenho profissional. O custo da educação pública costuma ser inversamente proporcional aos resultados e sempre excede em muito o custo de escolas semelhantes sob administração privada. Na verdade,

a função mais básica das escolas públicas, ensinar os fundamentos do conhecimento e como aprendê-los, fica subordinada a outros objetivos. Em vez de se dedicarem ao crescimento intelectual do estudante, por exemplo, os professores esquerdistas enfatizam a proteção da auto-estima. Em algumas escolas sob esta política, marcar os erros de um estudante com caneta vermelha é considerado duro demais; é obrigatório usar uma cor diferente para que ele se sinta menos criticado. Aqui a neurose do esquerdismo moderno é projetada no estudante comum e implementada como política social absurda.

Aborto

Baseado num alegado direito de privacidade, ou no direito de escolha, o esquerdista radical defende o direito a abortar o feto em qualquer estágio de seu desenvolvimento intrauterino, incluindo gestações próximas do fim. Um direito a abortar também pode ser defendido como o direito de domínio sobre o próprio corpo de alguém. Com esses argumentos uma mulher grávida tem o direito de colocar seus próprios desejos a respeito de seu corpo e seu bem-estar antes que qualquer outro interesse concorrente, incluindo quaisquer interesses ou direitos reivindicados em favor do feto. Numa rara congruência com os esquerdistas, alguns libertários vêem o feto como um corpo externo ou parasita no ventre materno, e não como um ser humano, para o qual os direitos protetores da liberdade devam ser aplicados. Nesta visão, o feto pode ser considerado uma intromissão que deve ser removida do corpo de uma mulher. (Rothbard 1998) A posição de que o feto é um corpo estranho a ser eliminado em vez de uma pessoa em desenvolvimento a ser preservada é claramente mais fácil de ser assimilada nas primeiras semanas de gravidez. Não é tão fácil, no entanto, depois que as técnicas de imagem revelam a forte semelhança do feto com um bebê recém-nascido.

Algumas observações são pertinentes aqui. Primeiro, é claro que a gravidez e o nascimento são eventos momentâneos de uma perspectiva biológica. Depois da relação sexual, da concepção e de toda a gravidez, o nascimento de um bebê viável é o próximo passo crítico na realização da mais importante das funções biológicas, a de reprodução da espécie. Este fato faz do nascimento de um bebê uma das

"posições padrão" da biologia. Afinal de contas, os seres humanos são construídos física e psicologicamente para ter e criar bebês; se eles não os tiverem e criarem, a vida humana cessará de existir. Uma segunda observação relembra que a moralidade é, em última análise, baseada no valor da vida humana e nas condições que preservam e promovem boas vidas. Dado o fato de que o nascimento é o início necessário de qualquer boa vida, a maioria dos adultos acredita que fazer tudo o que for possível para levar uma gravidez até o seu final é um imperativo moral, e abortar sem causa urgente é imoral. Isto é especialmente verdadeiro para abortos no final da gravidez. Para a vasta maioria dos adultos, e especialmente para os que são competentes, o simples pensamento de um aborto no final de uma gravidez, também conhecido como aborto de nascimento parcial, é algo horroroso e moralmente equivalente a um assassinato. Esta reação surge da disposição humana inata de criar e proteger, mas também do reconhecimento do feto como uma pessoa, ou pessoa em potencial, merecedora de certos direitos aplicados a todos os outros cidadãos.

Estas capacidades de criação, proteção e reconhecimento são integrais aos instintos reprodutivos humanos. Elas são fundamentais e poderosas quando desenvolvidas normalmente. Mas no esquerdista radical que exige inflexivelmente o aborto em final de gravidez, essas capacidades básicas não estão desenvolvidas normalmente. Em sua mente o feto é um objeto impessoal, um pedaço de dejeto ou talvez um parasita a ser eliminado do corpo e descartado num esgoto ou no lixo. A ausência de sentimentos de criação e cuidado em tais pessoas, especialmente os sentimentos intensamente protetores da ternura materna ou paterna, é impressionante e chocante para a mente competente.

Posto isto, a pergunta que surge então é quando – se é que há um quando – a terminação deliberada de uma gravidez é moralmente justificada. Não há resposta geral que possa ser dada a esta pergunta. Como acabamos de notar, a proposição geral de que todos os abortos são aceitáveis é contradita pela aversão compreensível que a maioria das pessoas tem mesmo ao aborto no meio da gravidez, que dirá ao feito em seu final. A proposição contrária de que nenhum aborto é aceitável também não é sustentável: no caso de uma gravidez que ameace seriamente a vida da mãe, por exemplo, não há base para

alegar que o direito de vida do feto se sobreponha ao dela. Baseado em dilemas comparativos da vida real, é fácil construir exceções adicionais para qualquer uma das generalizações: de que todos os abortos são aceitáveis, ou de que nenhum aborto é aceitável. Portanto, as demandas do esquerdismo radical por direitos não qualificados de aborto são simplesmente irracionais.

Feminismo

Com origens no Iluminismo e evolução pelos últimos 200 anos, o movimento feminista original tem procurado estender às mulheres as mesmas bênçãos da liberdade tipicamente desfrutadas pelos homens livres. Colocado de forma simples, seu objetivo declarado é acabar com o domínio masculino e atingir a igualdade de liberdades para as mulheres nas arenas econômica, social, sexual, educacional, legal e política. Ao final do século XX, com poucas exceções, esses objetivos tinham sido alcançados na América e em todos os lugares do mundo ocidental. No domínio político, o direito de voto de uma mulher é agora universal nas democracias ocidentais, e muitos cargos políticos altos são ocupados por mulheres. Nas arenas sociais, inúmeras mulheres têm se tornado importantes, estimadas e altamente influentes por méritos próprios. No local de trabalho as mulheres desfrutam de oportunidades bastante expandidas de contratação, aumentos de salário e promoções. Em praticamente todas as profissões há mulheres de sucesso, bem recebidas e respeitadas por seus colegas homens. Na arena educacional, as mulheres são proeminentes em todos os níveis, desde administradoras respeitadas até estudantes hábeis e professoras de carreira. Nas décadas recentes, as leis contra a discriminação de gênero e assédio sexual no local de trabalho reduziram a vulnerabilidade das mulheres à exclusão injusta e à atenção indesejada pelos homens. Todos esses avanços refletem-se num reconhecimento crescente da dignidade e soberania das mulheres.

As exceções notáveis a este quadro positivo envolvem principalmente o abuso físico direto. Em relações domésticas, especificamente, a violência de homens contra mulheres, freqüentemente com resultados trágicos, continua a desafiar as proteções da lei. A luta contra o estupro tanto em situações domésticas como externas tem sido o foco

principal dos esforços feministas, mas qualquer uso não defensivo de violência contra as mulheres, seja ela sexual ou não, merece o repúdio de todos os cidadãos. Sobre esse respeito, os sentimentos das feministas e seus aliados são idênticos aos de todas as pessoas comprometidas com a liberdade e com o respeito ao mais básico dos direitos, o direito de não sofrer violência.

Na verdade, na vida contemporânea americana, essencialmente todos os abusos de que as mulheres reclamam com justificativa surgem da falha da sociedade em aplicar as leis criminais que protegem pessoas e propriedades. Esta falha é atribuível em parte às limitações inerentes da habilidade de qualquer sistema policial de prevenir crimes, especialmente aqueles cometidos dentro de lugares privados. Mas um pouco desta falha deriva de nossas deficiências culturais em reconhecer a soberania das mulheres. Ironicamente, esta deficiência é comum entre as próprias mulheres: mulheres, assim como homens, falham na afirmação do domínio que possuem legitimamente sobre suas próprias pessoas e vidas; elas falham na demanda por libertação da violência e intimidação, à qual têm direito por lei e pelos padrões mais básicos de moralidade. Os traços de personalidade associados com esta deficiência incluem a submissão, a auto-supressão, a dependência excessiva e a superestimação dos homens, para dar alguns exemplos. Dentre os piores chauvinistas masculinos, na verdade, estão as mulheres envergonhadas que foram criadas para acreditar que seu valor como pessoa e sua própria identidade dependem de se "ter um homem", e que suportar humilhação, pobreza e mesmo ferimentos nas mãos de um homem é o preço a ser pago pela intimidade. Uma ironia adicional é que estas mulheres geralmente adquirem crenças desse tipo de suas mães, não apenas de seus pais ou outros homens, e não de condições sociais adversas como alegado por intelectuais de esquerda.

Feminismo radical

Se as feministas clássicas têm se comprometido com a expansão dos direitos essenciais de liberdade das mulheres, uma dinâmica bastante diferente tem caracterizado as feministas radicais do final do século XX. Nas mentes dessas mulheres, o objetivo feminista não é alcançar a igualdade com os homens em assuntos críticos à liberdade.

O movimento é dedicado, em vez disso, a um ataque virulento a tudo o quc define os homens juntamente com um ataque político agressivo sobre o que define a liberdade. Esta postura extremamente odiosa e essencialmente paranóica culpa os homens por todos os males do mundo em geral, e por todas as desgraças das mulheres em particular. Ela nega colericamente o ideal de laço duradouro em que as qualidades complementares de um homem e de uma mulher permitem uma divisão harmoniosa dos trabalhos da vida. O mecanismo de defesa primitivo por trás desta postura projeta na masculinidade tudo o que é ruim na natureza humana, e então divide o mundo em machos vilões e fêmeas vitimizadas. Nesta visão, todos os problemas das mulheres são atribuíveis à maldade dos homens. Qualquer idéia de que uma mulher deva assumir alguma responsabilidade por seus próprios problemas é repelida com ira. Na verdade, a ira é tão central ao feminismo radical quanto o é ao esquerdismo radical. Os remédios imaginados para os problemas do mundo são semelhantes também: essencialmente coletivista em seus valores políticos, as feministas radicais defendem uma reconstrução praticamente totalitária da sociedade através de uma grande intervenção governamental. Casamento, família, religião, direitos de liberdade, livre mercado e capitalismo, dentre outras instituições alegadamente dominadas pelos homens, devem ser abolidos pelo Estado Radical Feminista porque infligem uma agonia intolerável sobre as mulheres. A realidade é irrelevante neste argumento: as feministas radicais ignoram rotineiramente o fato de que grandes quantidades de mulheres com perfis raciais, étnicos, sociais, culturais e econômicos variados são capazes de fazer suas próprias escolhas, realizar seus próprios sonhos, e viver vidas completas na América alegadamente dominada pelos homens. Este fato poderia sugerir que as mulheres que são infelizes sofrem não porque os homens as oprimem, mas porque certas limitações pessoais próprias as contêm: limitações devidas a conflitos emocionais bem como a deficiências na iniciativa, atividade, habilidade e motivação, por exemplo, podem facilmente impedir que uma pessoa crie uma boa vida para si, mesmo sob circunstâncias ideais. Mas esse tipo de análise, que depende da "lógica masculina", é inaceitável para a feminista radical.

Ostensivamente, as feministas radicais defendem que toda mulher cresça para a independência robusta dos homens. Mas o que elas

promovem na verdade é a dependência do paradigma vilão/vítima que retrata metade da população como demônios e a outra metade como escravos. A independência autêntica não pode ser baseada na convicção de que as mulheres são fantoches dominados por homens manipuladores. A auto-confiança e a responsabilidade não são alcançáveis quando a única visão de mundo é culpar os homens. A competência adulta não surgirá numa subcultura desprovida de objetivos nobres mas unida em ilusões odiosas de perseguição. O feminismo radical celebra uma mulher cujos sentimentos básicos para com os homens estão centrados no medo, na ira, na beligerância, na auto-piedade, na vulgaridade e no desprezo. A posição padrão para as mulheres cara a cara com os homens é a de desamparo. A cura radical para esse estado é a dominação sobre os homens, ou até mesmo a sua eliminação. Apesar de sua pretensa celebração da personalidade feminina, o feminismo radical é bem-sucedido ao desumanizar as mulheres, retratando-as como fantoches desamparados, controlados por instituições masculinas. Nesta imagem, faltam às mulheres os poderes de escolha, ação, iniciativa e autonomia que lhe permitam tocar suas próprias vidas. Sobre este assunto, uma sugestão interessante é que a principal dinâmica por trás do feminismo radical é um medo profundo da liberdade. No mundo ocidental real, uma mulher tem agora a autoridade e a obrigação de tocar sua própria vida, de maneira tão decisiva como a de um homem. Na América contemporânea, em particular, as mulheres têm oportunidades jamais vistas de escolher sua educação e carreira, de decidir como e com quem querem viver e fazer sexo, de decidir se e com quem se casarão, e de escolher se querem ou não ter filhos.

Um fato especialmente curioso é que o feminismo radical, com sua rejeição desdenhosa dos homens como objetos de amor de uma mulher, tem evoluído conforme as mulheres têm se tornado mais obcecadas com sua atratividade sexual para os homens. Enquanto as feministas radicais condenam todo sexo feito com homens como estupro, o esquerdismo radical, em contraste, declara que seduzir os homens é o caminho para a auto-estima e que desfrutar da lascívia de um homem é o que há de melhor na vida. No entanto, esses valores conflitantes são apenas parte da história: a partir das influências

combinadas do esquerdismo moderno, do feminismo radical e do conservadorismo, as mulheres agora recebem mensagens confusas sobre cada aspecto de suas vidas: sexualidade e expressão sexual, a importância ou não dos homens, as virtudes e males dos homens, a importância ou não de uma carreira, a alegria e agonia do casamento, e a glória e o fardo dos filhos. Mas todas essas mensagens atestam a enorme liberdade com que as mulheres podem viver suas vidas. Apesar dos protestos das feministas radicais, as escolhas à disposição de todas as mulheres nunca foram tão numerosas ou atrativas.

Entretanto, os efeitos negativos do feminismo radical estendem-se além do domínio das escolhas pessoais. A rejeição do movimento à maternidade como papel aceitável para uma mulher ameaça a qualidade da criação das crianças, e sua rejeição ao casamento, à família e à religião ameaça as instituições críticas à socialização e civilização das crianças e aos relacionamentos estáveis na comunidade. De fato, a observação clínica sugere que deficiências precoces na criação materna de crianças juntamente com o declínio do respeito da cultura pela modéstia têm contribuído para um aumento da patologia narcisista em ambos os sexos, uma tendência observada por Kohut há mais de 30 anos. (Kohut 1971). O aumento do narcisismo feminino como um elemento da "Geração Eu" tem acompanhado um declínio paralelo nas funções de criação da família. Na verdade, as feministas radicais parecem estar em conflito consigo mesmas sobre a questão de criar filhos. Por um lado, as feministas acreditam que os valores tradicionais femininos de criação, cuidado, simpatia, inclusão, conexão, compaixão e comunidade deveriam ser centrais às políticas públicas e guiar os programas coletivistas do Estado. Mas esses mesmos valores são vistos como opressivos e humilhantes quando personificados num casamento convencional com filhos, um preconceito curioso, dada a associação histórica entre esses valores e a feminilidade.

CAPÍTULO 48

INTEGRIDADE E TRATAMENTO

Onde há id, deverá haver ego.

— Sigmund Freud

O paciente que transfere seu conflito em toda sua urgência desesperada torna-se ao mesmo tempo resistente a todas as tentativas de fazê-lo enxergar a situação de uma maneira imparcial de formular seu significado.

— Erik Erikson

Integridade e ciclo de vida

No esquema de Erikson, o começo da velhice proclama a oitava e última fase do ciclo de vida humana.[26] O desafio de desenvolvimento nesta era é a conquista de um senso de integridade psicológica e a capacidade de evitar o desespero e o desgosto como sentimentos dominantes. Embora ele não ofereça uma definição precisa de integridade, ele descreveu algumas de suas características. Em sua visão, a conquista da integridade confere à pessoa idosa certas capacidades de aceitação:

26 Veja Erikson & Erikson 1997 para uma discussão sobre a nona fase do ciclo da vida.

- Aceitação de si mesma como a pessoa que é e tem sido, não como a pessoa idealizada de seus sonhos.
- Aceitação de sua história real de sucessos, fracassos e perdas, não de uma história fictícia composta apenas de sucessos.
- Aceitação das pessoas e relacionamentos que se tornaram verdadeiramente importantes.
- Aceitação de seus pais como as pessoas que eram.
- Aceitação da responsabilidade pelas escolhas feita, as quais moldaram sua vida.
- Aceitação do declínio da idade e da inevitabilidade da morte.
- Aceitação da única vida que ela pode viver.

Essas idéias estendem o conceito de integridade muito além de seu uso comum. Integridade geralmente significa inteireza, plenitude, solidez, e Erikson aplica claramente esses significados às suas idéias sobre a fase final da vida. Integridade pode também ter significados mais especializados. Uma pessoa com integridade moral, por exemplo, adere a padrões altos de virtude em sua conduta pessoal. Na área intelectual, integridade é buscar a verdade com base em fatos verificáveis e solidez lógica. A integridade conceitual requer que uma idéia seja internamente consistente, não auto-contraditória. Um indivíduo mostra integridade quando se representa honestamente, age em boa consciência e honra as obrigações justas. Uma família mostra integridade quando, através de ideais e laços compartilhados, seus membros validam o casamento parental, criam filhos para a competência adulta, estabelecem um refúgio de amor e cuidado uns pelos outros, e desempenham as funções econômicas, sociais e políticas adequadas às famílias. Uma instituição econômica, social, política ou legal exibe integridade quando recompensa a competência adulta e reforça os direitos, leis e deveres que maximizam a liberdade dentro das limitações necessárias à ordem social. A sociedade em si demonstra integridade quando seus membros, famílias, instituições e tradições reconhecem a natureza do homem e a coordenam com os ideais da liberdade civilizada. Estas observações implicam a necessidade da integridade em

todos os níveis de um sistema social coerente: no indivíduo, na família e nas instituições que sustentam a estrutura abrangente da sociedade. Em analogia a um organismo vivo cuja sobrevivência e função dependem de seus órgãos constituintes, uma sociedade pode ser vista como uma entidade dinâmica cuja integridade geral depende da integridade de cada uma de suas partes. Para alcançar a integridade sistêmica – para evitar uma desintegração literal do todo – uma sociedade deve permitir a incorporação livre porém ordenada da natureza biológica, psicológica e social do homem em seu tecido econômico, social e político.

Fiel à sua teoria do homem integrado ao processo social, Erikson acreditava que a identidade do indivíduo em todas as fases do ciclo da vida, incluindo a era da velhice, é determinada por múltiplas influências: os traços herdados que dão ao indivíduo sua singularidade biológica; o impacto do cuidado e da dinâmica da família; os muitos fatores raciais, étnicos, culturais, econômicos, sociais e políticos que moldam as vidas humanas; e as escolhas pessoais que dão à vida de alguém sua direção ímpar. Estas influências operam durante toda a duração da vida. A grande pergunta aqui é se a identidade adulta que emerge desse processo complexo é integrada ou não: ou seja, se ela é estável e coerente dentro de si mesma, ou em conflito consigo mesma, e se está em harmonia ou em conflito com outras pessoas e instituições sociais com as quais interage constantemente. É a tese deste livro que a natureza bipolar do homem, com suas disposições essenciais à autonomia e à reciprocidade, é dependente de sua realização completa numa sociedade estruturada para a liberdade ordenada, e vice-versa. Por causa de sua natureza bipolar, os seres humanos não podem prosperar sem a liberdade ordenada; reciprocamente, uma sociedade concebida na liberdade ordenada se desintegrará numa tirania desordenada se seus cidadãos e instituições fracassaram em garantir a autonomia e a reciprocidade.

A ameaça do desespero

A fase final do ciclo de vida recebe uma tarefa especial: evitar a desmoralização, o desgosto e a amargura crônicos que surgem das

realidades da velhice – o declínio dos poderes físicos e mentais da pessoa, as perdas acumuladas, as dificuldades das doenças e a proximidade crescente da morte. Erikson utilizou a palavra desespero para rotular esta síndrome depressiva. Ele compreendeu sua presença duradoura no final da vida como uma falha de integração marcada por, entre outras coisas, um sentimento de se estar acabado ou de não se ser mais viável. Particularmente dolorosa nos anos finais de alguém é a percepção de que a vida tornou-se muito curta para se embarcar num novo caminho para a integridade; não há tempo restante para se construir uma nova identidade, não há tempo para se reviver uma vida que não foi vivida suficientemente bem. O desespero é uma ameaça constante nesta fase, uma que pode facilmente trazer à memória a desconfiança básica da infância mais remota juntamente com a vergonha, dúvida, culpa e inferioridade de fracassos subseqüentes.

Com a conquista da integridade, por outro lado, e com uma boa saúde física, o final da vida costuma ser uma era de contentamento, uma ocasião para reflexões filosóficas naqueles inclinados a tanto e uma oportunidade para o que Erikson chamou de grande-geratividade, um senso continuado de auto-realização através da contribuição para o bem comum. Uma integração de final de vida que harmonize o ego idoso com os papéis, empreendimentos e relacionamentos passados; com as influências históricas e culturais de toda uma vida; e com as conexões tranqüilizadoras do presente prediz uma velhice de relacionamentos prazerosos e mesmo uma serenidade, em vez do isolamento, do desespero e do desamparo.

A integridade do ego e da sociedade

Assim, a conquista da integridade psicológica na velhice é um caso especial de processo de integração que dura uma vida toda. Como é verdade em todas as fases, o processo integrativo na fase final procura manter o indivíduo idoso conectado à sua história pessoal e à comunidade em que ele vive. O sucesso ou fracasso deste processo dependem em parte da natureza e coerência das instituições da sociedade. A integridade no final da vida é mais fácil de ser alcançada quando o que está sendo integrado na pessoa idosa complementa e é comple-

mentado pelas instituições econômicas, sociais e políticas de uma sociedade bem integrada. Esta idéia foi visitada em capítulos anteriores, na discussão sobre competência. O crescimento do indivíduo para a integridade na velhice, como seu crescimento para a competência em sua juventude, envolve a coordenação de suas capacidades de autonomia e reciprocidade com a cultura que o rodeia. Esse crescimento não ocorre num vácuo. Assim como outras virtudes, a autonomia e a reciprocidade são mais bem validadas numa cultura que respeite seus papéis determinantes na liberdade ordenada. Elas não serão validadas numa sociedade organizada ao redor da intimidação envoltória de um governo esquerdista.

Avaliação e diagnóstico no esquerdismo moderno

Assim como o conceito de competência, o conceito de integridade oferece um padrão pelo qual se pode avaliar a patologia do esquerdismo moderno. Como em qualquer avaliação, uma investigação cuidadosa dos sinais e sintomas da desordem é essencial para um diagnóstico adequado. Com esse fim, os parágrafos seguintes revisam novamente as manifestações da neurose esquerdista, seus efeitos destrutivos sobre o processo social e a maneira pela qual ela enfraquece a integridade da relação entre o indivíduo e a sociedade em todos os seus níveis. Esses efeitos podem ser entendidos como sintomas de uma neurose societal, que afeta a estrutura e as funções da liberdade ordenada, e não somente a mente esquerdista em si. Idéias baseadas nestas observações fornecem a base para uma campanha educacional projetada para neutralizar a neurose do esquerdismo tanto no nível individual como no societal, antes que ela destrua a liberdade ordenada a ponto de não haver mais conserto.

Os capítulos recentes mostraram com muitos detalhes as concepções errôneas do esquerdismo moderno, suas prescrições irracionais para a política social, suas conseqüências econômicas, sociais e políticas desastrosas e seus efeitos destrutivos sobre o desenvolvimento da competência adulta. Deve-se colocar uma ênfase especial nos conflitos do esquerdismo com as características que definem a natureza humana e as condições de sua existência. Através desta exposição, a

loucura de sua agenda tornou-se extremamente óbvia em suas violações aos ideais e valores essenciais à liberdade civilizada. Uma lista resumida desses ideais e valores está exposta abaixo com os efeitos destrutivos do esquerdismo moderno. Na sociedade competente, o indivíduo competente consegue:

- Reconhecer o valor das vidas individuais. [O esquerdismo moderno desvaloriza as vidas individuais violando os direitos individuais e tratando os cidadãos como elementos fungíveis das classes econômica, social ou política.]
- Honrar a soberania, ação, autonomia e liberdade dos seres humanos. [O esquerdismo moderno cerceia a liberdade individual de escolha e ação, substitui a autonomia e a liberdade pela regulação e dependência, e sobrepõe-se à soberania pessoal.]
- Honrar a liberdade de consentir e de não consentir que define a cooperação social. [O esquerdismo moderno desvaloriza a cooperação voluntária em favor da coerção governamental e invalida os acordos contratuais feitos livremente.]
- Reconhecer o direito a ser deixado sozinho como direito fundamental da liberdade individual. [Ao invadir todos os aspectos de sua vida, as infinitas taxas e regulações do esquerdismo moderno violam o direito do cidadão de ser deixado em paz.]
- Ganhar a vida através da auto-confiança e de trocas voluntárias com os outros. [A filosofia de dependência do esquerdismo moderno, combinada com as regulações sobre negócios, os requisitos de licença, as leis trabalhistas e as regras sindicalistas desencorajam e até mesmo impedem a auto-confiança e a troca voluntária.]
- Honrar os direitos e deveres da liberdade que protegem as pessoas, a propriedade e as promessas. [As políticas do esquerdismo moderno invalidam as promessas, violam os direitos de propriedade, prendem o trabalho do cidadão e passam por cima dos contratos, em acordo com os últimos pronunciamentos do Estado sobre a justiça social.]

> do indivíduo competente, da família competente e da sociedade competente. [O esquerdismo moderno ignora as realidades da natureza e da condição humanas; degrada as moralidades da obrigação e da aspiração; enfraquece a competência do indivíduo, da família e da sociedade; e convida a uma subserviência infantil ao Estado.]

A agenda esquerdista é a neurose esquerdista transformada em manifesto. Ela não é um programa racional para a organização da ação humana. É, em vez disso, um conglomerado irracional de defesas neuróticas que os esquerdistas modernos utilizam para seu equilíbrio mental e emocional. Ao atacar a soberania do indivíduo e as instituições essenciais à liberdade ordenada, a agenda ataca os próprios fundamentos de uma sociedade livre. Na verdade, o esquerdismo moderno não busca a liberdade autêntica, apesar de sua associação histórica com esse ideal, nem fomenta o crescimento do indivíduo para a competência. Ela não promove as virtudes da liberdade individual: nem auto-confiança, responsabilidade ou segurança; nem cooperação por consentimento ou iniciativa ou atividade; nem padrões altos de moral ou cuidado ou altruísmo. Ela não busca uma sociedade de cidadãos soberanos, mas cria em seu lugar uma sociedade de dependentes alegadamente vitimizados sob o cuidado tutelar do Estado. Ao manter suas origens no comportamento infantil, a agenda esquerdista endossa a auto-satisfação através do hedonismo de curto prazo e do impulso primitivo da gratificação. Ao manter sua ética de coletas injustas, a ideologia busca uma regulação governamental cada vez maior para derrotar os ditos vilões, e níveis cada vez maiores de compensações, reparações e restituições não merecidas para compensar as ditas vítimas. Ao manter sua tradição secular, o esquerdismo moderno ataca a legitimidade da religião formal, dispensa sua importância histórica e nega seu papel crítico na manutenção da integridade moral da nação.

A propaganda esquerdista toda é um produto do pensamento fantasioso: ela tenta transformar o mundo real dos relacionamentos adultos num mundo de fantasia cujas ficções acalmarão a miséria neurótica do esquerdista. É um mundo utópico imaginado por adultos infantilizados que anseiam por benevolência, fraternidade, generosidade e amor

universais, mas em suas proclamações retóricas e operações no mundo real a agenda é viciosamente hostil. O ideal esquerdista de inclusão promete que ninguém será privado do que necessita, mas o plano através do qual todos os cidadãos da Terra adotarão uns aos outros num Estado universal de bem-estar jamais é explicado. Nas fantasias esquerdistas, o mundo será notadamente pacífico, mas não por causa do respeito pela lei ou por conta de ameaças de retaliação. O mundo idealizado do esquerdista será de paz porque a empatia, a simpatia, a compreensão, a identificação, a negociação, a caridade e a conciliação dissolverão os motivos destrutivos de qualquer adversário. Infelizmente, no entanto, a história registra a futilidade desse pensamento fantasioso. As tentativas passadas do esquerdismo de realizar essas fantasias trouxeram danos catastróficos sobre milhões de pessoas que deram poder e meios de destruição aos governos. Por todas as razões apontadas, a agenda esquerdista, seja benigna ou radical, é completamente incompatível com a ordem social racional.

Sintomas do esquerdismo neurótico

Surgindo do trauma precoce de desenvolvimento que age sobre um temperamento herdado, a neurose da mente esquerdista é um padrão duradouro e mal adaptativo de pensamento, emoção, comportamento e relacionamento, e por isso parece-se bastante com uma desordem de personalidade. Os sinais e sintomas da desordem resultam dos efeitos combinados da privação, negligência e abuso, e dos mecanismos de defesa erguidos contra a dor mental e emocional. A neurose manifesta-se em várias crenças, emoções, comportamentos e modos de relacionamento que são exibidos na arena política. A transferência psicodinâmica típica inclui ao menos uma parte do seguinte:

- Desconfiança dos relacionamentos por consentimento mútuo.
- Medo do desamparo.
- Percepções falsas de desamparo em outros.
- Percepções falsas de exploração, injustiça e abuso em outros.
- Medo excessivo da separação ou de abandono.
- Necessidade excessiva de carinho e apoio.

- Uma urgência excessiva em buscar o cuidado de outros.
- Uma necessidade de que os outros assumam a responsabilidade.
- Um senso de direitos aos serviços de outros.
- Suspeita injustificada de que os outros pretendem prejudicar.
- Hostilidade excessiva e investimento de culpa nos outros.
- Auto-importância exagerada.
- Uma atitude de superioridade sem as conquistas proporcionais.
- Uma crença de ser especial ou de pertencer a uma classe de elite.
- Superestimação dos próprios talentos, habilidades ou apelos.
- Uma necessidade excessiva de admiração.
- Arrogância proeminente.
- Preocupação com a inveja.
- Insistência na isenção de obrigações, tarefas e responsabilidades ordinárias.

Além dessas dinâmicas, a neurose esquerdista predispõe à ansiedade, insegurança, desamparo, depressão, desespero, cinismo, vergonha, desgosto, despeito, ira, raiva, amargura, ciúme, ódio, culpa, mágoas, competitividade excessiva, sentimentos de inadequação, a dúvida sobre a própria amabilidade. O uso de mecanismos primitivos de defesa – externalização, projeção, divisão, negação e identificação projetiva – é proeminente; igualmente é o uso da manipulação e da coerção. A neurose do esquerdista radical distorce as realidades do relacionamento humano, transferindo os traumas dos anos de formação para as arenas contemporâneas dos processos econômicos, sociais e políticos. As transferências neuróticas da mente esquerdista determinam fortemente como ele pensa, sente-se, comporta-se e relaciona-se nesses domínios.

Remissão espontânea

Assim como outras condições que surgem do trauma precoce de desenvolvimento, a neurose esquerdista tende a persistir com o tempo. Ela permanece por muitas razões já apontadas: é uma defesa poderosa contra a dor psíquica, gratifica as necessidades primitivas de

esperança e conexão, promete satisfazer os anseios de dependência, endossa o egocentrismo e a auto-satisfação, protege da vergonha, descarrega a agressão, vinga a inveja, mitiga os sentimentos de inferioridade e fornece identidade, afiliação e auto-estima, para citar alguns poucos benefícios. Não obstante, alguns esquerdistas, mesmo aqueles de perfil radical, conseguem eventualmente renunciar à loucura do esquerdismo e tornar-se adultos competentes. O que geralmente dispara essas conversões são as colisões recorrentes da agenda esquerdista com as realidades da vida adulta, especialmente aquelas que expõem a natureza irracional da propaganda e suas conseqüências destrutivas. Nesses casos, os fatos da vida sobrepujam o dogma da ilusão: uma combinação de experiência dolorosa com a política social de esquerda, acoplada a um crescimento saudável que atenua o trauma precoce, permite que o esquerdista reflexivo rejeite as falácias do liberalismo em troca das verdades da liberdade ordenada. Nesses casos fortuitos, o indivíduo é capaz de desconectar sua neurose de suas projeções no mundo político. O resultado é que ambos os tipo de loucura – a neurótica e a política – são vistas pelo que são.

O tratamento do esquerdismo moderno

Uma vez que a neurose esquerdista não esteja mais disfarçada de filosofia política racional, ela pode ser analisada e tratada de qualquer maneira que seja necessária para vencer a angústia sintomática e o prejuízo funcional. O tratamento da personalidade oculta e das perturbações de caráter através de uma combinação de técnicas psicanalíticas, cognitivas-comportamentais e educativas tem a melhor chance de resolver a dinâmica primitiva que impulsiona a neurose. Os defeitos principais da condição, relativos à autonomia e à reciprocidade, precisam ser abordados. Proeminentes entre eles estão a desconfiança básica na cooperação; percepções falsas de vitimização, inveja intensa e vergonha ocultada; uma necessidade de vilipendiar e culpar os outros, deficiências na auto-confiança e na auto-direção; um medo marcante e a fuga à responsabilidade, demandas infantis; uma hostilidade intensa e freqüentemente paranóica; uma necessidade de manipular, controlar e subordinar os outros; uma falta de coragem, resiliência e frustração; vários defeitos nos ideais, na consciência

e no controle de impulsos do ego. A terapia deve abordar também a patologia do esquerdista, especialmente sua imaturidade, seu egocentrismo e sua afetação; sua falta de empatia e de reconhecimento dos outros; seu senso marcante de direitos afirmativos; e sua auto-estima e identidade prejudicadas. Os programas educacionais para curar a ignorância do esquerdista sobre a economia de livre mercado, o processo político libertário, a democracia constitucional e a psicologia de cooperação estão entre as mais altas prioridades terapêuticas. A teoria e as técnicas para tratamentos deste tipo estão descritas em detalhes em textos psiquiátricos padrão; discussões adicionais sobre esses tópicos estão além do escopo deste livro. O tratamento de uma sociedade atacada pelo esquerdismo neurótico depende da percepção de seus cidadãos sobre os efeitos destrutivos da agenda sobre o relacionamento humano e as crenças irracionais e valores de seu núcleo. Apenas o conhecimento bem difundido da natureza e das causas da desordem permitirá à sociedade recuperar-se da loucura esquerdista e restaurar sua saúde econômica, social e política. Este conhecimento precisa ser baseado num entendimento abrangente da natureza e da condição humanas e do relacionamento recíproco do indivíduo com sua sociedade. Discussões públicas em larga escala sobre a natureza biológica, psicológica e social do homem, especialmente suas disposições essenciais à autonomia e à reciprocidade e sua integração aos processos econômicos, sociais e políticos, são o ponto inicial para um programa que combata a irracionalidade do esquerdismo moderno. Um entendimento claro da liberdade ordenada e dos direitos e obrigações indispensáveis que a estruturam é uma parte crítica da discussão. O cidadão racional deve perceber que a natureza do homem, seus relacionamentos com outros, o ideal de liberdade ordenada e as condições necessárias para essa ordem não são mera hipótese; eles não são simplesmente alternativas opcionais para validar teorias concorrentes sobre como uma sociedade viável deve ser organizada. As realidades da natureza humana geram certas regras verificáveis e não negociáveis para a governança dos assuntos humanos. A educação bem difundida da cidadania sobre esses princípios é imperativa. O futuro da liberdade civilizada depende disso.

BIBLIOGRAFIA

BARNETT, Randy E., *The Structure of Liberty: Justice and the Rule of Law*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

BALINT, Michael, *The Basic Fault: Therapeutic Aspects of Regression*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1979.

BARZUN, Jacques, *From Dawn to Decadence: 1500 to the Present: 500 Years of Western Cultural Life*. Nova Iorque: Harper Collins, 2000.

BENJAMIN, Jessica, *Like Subjects, Love Objects: Essays on Recognition and Sexual Difference*. New Haven: Universidade Yale, 1995.

BERKOWITZ, Peter, ed., *Varieties of Conservatism in America*. Stanford, CA: Hoover Institution Press, 2004.

BLACK, Jim Nelson, *When Nations Die: America on the Brink: Ten Warning Signs of a Culture in Crisis*. Wheaton, IL: Tyndale House Publishers 1994.

BLANKENHORN, David, *Fatherless America: Confronting Our Most Urgent Social Problem*. Nova Iorque: Basic Books, 1995.

BLOS, Peter, "The Second Individuation Process of Adolescence", *The Psychoanalytic Study of the Child*. Nova Iorque: International Universities Press, 1967.

BRANDEN, Nathaniel, *Taking Responsibility: Self-Reliance and the Accountable Life*. Nova Iorque: Fireside, 1997.

BULLOCK, Alan; TROMBLEY, Stephen, *The Norton Dictionary of Modern Thought*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1999.

BURNHAM, James, *Suicide of the West*. New Rochelle, NY: Arlington House, 1975.

BUTLER, Eamonn, *Hayek: His Contribution to the Political and Economic Thought of Our Time*. Nova Iorque: Universe Books , 1985.

CLONINGER, Robert C.; SVRAKIC, Dragen M., "Personality Disorders", *The Comprehensive Textbook of Psychiatry.* 7ª Ed., Saddock, Benjamin J., e Saddock, Virginia A., eds., Filadélfia: Lippincott, Williams & Wilkins, 2000.

COLARUSSO, Calvin A., "Adulthood", *The Comprehensive Textbook of Psychiatry.* 7ª Ed., Saddock, Benjamin J., Saddock, Virginia A., eds., Filadélfia: Lippincott, Williams & Wilkins.

COLES, Robert, 2000, *The Erik Erikson Reader.* Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2000.

COOK, James R. (a), "Behavioral Genocide", *Gloom and Doom Reports.* Mineápolis: Investment Rarities, Inc, julho de 1995.

______________. (b), "Age of Excess", *Gloom and Doom Reports.* Mineápolis: Investment Rarities, Inc, setembro de 1995.

COTTON, Nancy S., "Normal Adolescence", *The Comprehensive Textbook of Psychiatry.* 7ª Ed., Saddock, Benjamin J., Saddock, Virginia A., eds., Filadélfia: Lippincott, Williams & Wilkins, 2000.

DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDERS, 4ª Ed., Washington, D.C.: Associação Americana de Psiquiatria, 1994.

EPSTEIN, Richard, *Simple Rules for a Complex World.* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

_______________, *Principles for a Free Society: Reconciling Individual Liberty with the Common Good, Reading.* MA: Perseus Books, 1998.

_______________, *Skepticism and Freedom: A Modern Case for Classical Liberalism.* Chicago, IL: University of Chicago Press, 2003.

ERIKSON, Erik H., 2ª Ed., *Childhood and Society.* Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1963.

_______________, "Identity and the Life Cycle", *Psychological Issues.* 1:1, p. 18-164, 1959.

_______________, *Insight and Responsibility*, Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1964.

_______________, *Identity, Youth, and Crisis.* Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1968.

_______________, ERIKSON, Joan M. (versão estendida), *The Life Cycle Completed.* Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1997.

FINNIS, John, *Natural Law and Natural Rights*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

FRAIBERG, Selma H., *The Magic Years: Understanding and Handling the Problems of Early Childhood*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1959.

FULLER, Lon L., *The Morality of Law*. New Haven: Yale University Press, 1969.

GABBARD, Glen G., "Theories of Personality and Psychopathology", *The Comprehensive Textbook of Psychiatry*. 7ª Ed., Saddock, Benjamin J., e Saddock, Virginia A., eds., Filadélfia: Lippincott, Williams & Wilkins, 2000.

GREENSPAN, Stanley I., *The Growth of the Mind: The Endangered Origins of Intelligence*. Reading, MA: Addison- Wesley, 1997.

HART, H. L. A., *The Concept of Law*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1994.

HAZLITT, Henry, *Man Versus the Welfare State*. New Rochelle, NY: Arlington House, 1969.

______________, *The Foundations of Morality*. Lanham, MD: University Press of America, 1988.

HUGHES, Robert, *Culture of Complaint: The Fraying of America*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.

HUIZINGA, Johan, *Homo Ludens: A Study of the Play Element in Culture*. Boston: Beacon Press, 1955.

JOHNSON, Allan G., *The Blackwell Dictionary of Sociology: A User's Guide to Sociological Language*. Blackwell, Malden, Massachusetts, 1995.

KEKES, John, *Moral Wisdom and Good Lives*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1995.

__________, *A Case of Conservitism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

__________, *Against Liberalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

KELLEY, David, *A Life of One's Own: Individual Rights and the Welfare State*. Washington, D.C.: Instituto Cato, 1998.

KEYES, Alan L., *Masters of the Dream: The Strength and Betrayal of Black America*. Nova Iorque: William Morrow & Company., 1995.

KIPLINGER LETTER, Washington D.C., The Kiplinger Washington Editors, 2 de junho de 1995.

KOHUT, Heinz, *The Analysis of the Self: A Systematic Approach to the Treatment of Narcissistic Personality Disorders*. Nova Iorque: International Universities Press, 1971.

LAKOFF, George, JOHNSON, Mark, *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. Nova Iorque: Basic Books, 1999.

LIDZ, Theodore, *The Person: His Development Throughout the Life Cycle*. Nova Iorque: Basic Books, 1968.

LOEVINGER, Jane, *Ego Development*. São Francisco: Jossey-Bass, 1976.

MAULTSBY, Maxie C. Jr., *Rational Behavior Therapy, Englewood Cliffs*. NJ: Prentice-Hall, 1984.

MOYNIHAN, Daniel P., *The Negro Family: The Case for National Action*. Washington, D.C.: Department of Labor, 1965.

MURRAY, Charles, *Losing Ground: American Social Policy 1950-1980*. Nova Iorque: Basic Books, 1984.

NOZICK, Robert, *Anarchy, State, and Utopia*. Nova Iorque: Basic Books, 1974.

PEARCE, Jane; NEWTON, Saul, *The Conditions of Human Growth*. Nova Iorque: The Citadel Press, 1969.

PFEFFER, Cynthia R., "Psychiatric Treatment of Adolescents", *The Comprehensive Textbook of Psychiatry*. 7ª ed., Saddock, Benjamin J., e Saddock, Virginia A., eds., Filadélfia: Lippincott, Williams & Wilkins, 2000.

PRUETT, Kyle, "Family Development and the Roles of Mothers and Fathers in Child Rearing", Lewis, Melvin (ed.) *Child and Adolescent Psychiatry*, 3ª Ed., Lippincott Williams & Wilkins, Filadélfia, 2002.

ROAZEN, Paul, *Erik H. Erikson: The Power and Limits of a Vision*. Northvale, NJ: Jason Aronson, 1997.

ROTHBARD, Murray N., *The Ethics of Liberty*. Nova Iorque: New York University Press, 1998.

SOWELL, Thomas, *Knowledge and Decisions*. Nova Iorque: Basic Books, 1980.

________, Thomas, *A Conflict of Visions: Ideological Origins of Political Struggles*. Nova Iorque: William Morrow & Company, 1987.

________, Thomas, *The Vision of the Anointed: Self-Congratulation as a Basis for Social Policy*. Nova Iorque: Basic Books, 1995.

________, Thomas, *The Quest for Cosmic Justice*, Nova Iorque: Simon & Schuster, 1999.

STOLOROW, Robert D., ATWOOD, George E., BRANDCHAFT, Bernard, *The Intersubjective Perspective*. Northvale, NJ: Jason Aronson, 1994.

SUTTIE, Ian D., *The Origins of Love and Hate*. Londres: Free Association Books, 1988.

SYKES, Charles J., *A Nation of Victims*: The Decay of the American Character. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1992.

THEODORSON, George A., e THEODORSON, Achilles G., *A Modern Dictionary of Sociology*. Nova Iorque: Thomas Y. Crowell, 1969.

WALLERSTEIN, Robert S., GOLDBERGER, Leo, *Ideas and Identities: The Life and Work of Erik Erikson*. Madison, CT: International Universities Press, 1998.

WIGGINS, Osborne P., e SCHWARTZ, Michael A., "The Crisis of Present-Day Psychiatry: Regaining the Personal", *Psychiatric Times*, Partes I & II, Agosto e Setembro, Irvine, CA, CME Inc, 1999.

WILSON, James Q., *Marriage Woes: How Our Culture Has Weakened Families*. Nova Iorque, HarperCollins, 2002.

YATES, Timothy, "Theories of Cognitive Development" em Lewis, Melvin ed.) *Child and Adolescent Psychiatry*, 3ª Ed., Lippincott Williams & Wilkins, Filadélfia, 2000.

"A experiência precoce da criança com a lei e ordem de sua casa e com a lógica econômica, social e política que governa as relações torna-se uma base para sua compreensão posterior dos privilégios, obrigações e proibições que ordenam a ação humana na sociedade como um todo".

•••

"Muito longe de preparar suas crianças para vidas de liberdade genuína baseada na autonomia pessoal, na auto-confiança e na cooperação consentida, a agenda esquerdista promove uma acomodação infantil e não crítica às regras, regulações e expropriações essenciais ao Estado coletivista e uma dependência igualmente infantil sobre uma sociedade que se compara a uma grande família. A competência madura é atingida apenas com dificuldade, quando o é, sob essas condições".

•••

"Todas as formas da agenda esquerdista interferem com a relação racional entre a ação humana e as condições de vida ao desvincularem resultados do comportamento adaptativo. Os programas governamentais assistencialistas de todos os tipos desconectam o recebimento de benefícios materiais do comportamento produtivo e da troca voluntária, e dos processos normais de desenvolvimento que levam à competência adulta".

•••

"A agenda esquerdista é a neurose esquerdista transformada em manifesto. Ela não é um programa racional para a organização da ação humana. É, em vez disso, um conglomerado irracional de defesas neuróticas que os esquerdistas modernos utilizam para seu equilíbrio mental e emocional".

Para conhecer outros títulos publicados, visite:
www.videeditorial.com.br

Este livro é sobre a natureza humana e a liberdade humana, e a relação entre elas. Seu conteúdo é o resultado de meu interesse de toda a vida em saber como funciona a mente. É uma tentativa de conectar mecanismos da mente a certas condições econômicas, sociais e políticas, aquelas sob as quais a liberdade e a ordem podem florescer.

Embora eu tenha empreendido esforços vigorosos para seguir as pistas da razão, não escrevi este livro apenas por interesse intelectual.

Em seus esforços "para formar uma União perfeita", os fundadores da América tinham a intenção de estabelecer a justiça, assegurar a paz, garantir a defesa da nação, promover seu bem-estar geral e proteger as bênçãos da liberdade. Mas o século XX inteiro, e o início do XXI, têm testemunhado ataques incansáveis do esquerdismo a todos esses objetivos. Embora contundentemente deficientes em termos de substância política, esses ataques têm sido, não obstante, bem-sucedidos na exploração da natureza psicológica do homem para propósitos socialistas.

Combater a destrutividade desses ataques requer uma compreensão clara da relação entre a psicologia humana e o processo social. Espero que este livro faça uma contribuição, ainda que mínima, a esse propósito.

— Dr. Lyle H. Rossiter

9 788567 394879
www.videeditorial.com.br